

Evolução Industrial do Brasil e Outros Estudos

ROBERTO C. SIMONSEN

Há muitos anos planeja esta série *Brasileira* complementar a publicação da *História Econômica do Brasil*, de Roberto C. Simonsen, com outros trabalhos de igual importância produzidos pelo patrono de nossa indústria moderna.

Figuravam eles esparsos em publicações avulsas ou periódicos de já difícil obtenção. No entanto constituem um complemento indispensável para o conhecimento da obra do grande expositor. Conseguiu-se finalmente reunir estas obras menores, graças à competência de um técnico da capacidade de E. Carone, que completou o trabalho com uma útil bibliografia que ocorre no fim do volume.

Está convencida a Editora que não presta somente uma significativa homenagem ao saudoso autor, exemplo raro de grande homem de empresa e grande pesquisador. Oferece aos estudiosos de nossa história econômica alguns dos mais sérios e lúcidos estudos sobre a nossa evolução econômica, merecedores da atenção e do exame dos especialistas. Alguns deles, como o leitor percebe em rápido exame, abrem caminho para monografias que certamente surgirão das pesquisas que, felizmente, se multiplicam em torno de nossa formação. Em todos eles, o escrupulo da pesquisa das nossas escassas fontes de informação se emparelha com a perfeita informação da ciência econômica do tempo. O senso prático, proveniente de sua experiência pessoal, reveste todos eles também de um espírito de realismo dificilmente encontrado em trabalhos de puros homens de gabinete.

Estamos convictos de que oferecemos do livro mais divulgado de nossa história econômica a sua seqüência lógica e indispensável, já que essa obra essencial se encerra na Independência, exatamente quando começam os ciclos econômicos que ainda vivemos: o do café e o da indústria que se anuncia com tão grande esplendor.

A. J. L.

FICHA CATALOGRAFICA

(Preparada pelo Centro de Catalogação-na-fonte,
Câmara Brasileira do Livro, SP)

S62e Simonsen, Roberto Cochrane, 1889-1948.
Evolução industrial do Brasil e outros estudos:
seleção, notas e bibliografia de Edgard Carone.
São Paulo, Editora Nacional e Editora da USP, 1973.
p. ilustr. (Brasilliana, v. 349)

Bibliografia.

1. Brasil — Condições econômicas 2. Brasil — In-
dústrias 3. Trabalho e classes trabalhadoras — Bra-
sil I. Carone, Edgard, comp. II. Título. III. Série.

72-0404

CDD-338.0981

330.981

331.1981

18.

-331.0981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Condições econômicas	330.981
2. Brasil : Economia	330.981
3. Brasil : Evolução industrial	338.0981
4. Brasil : Industrialização	338.0981
5. Brasil : Trabalho e trabalhadores : Economia	331.0981 331.1981

EVOLUÇÃO INDUSTRIAL DO BRASIL
e outros estudos

BRASILIANA

Volume 349

Direção:

AMÉRICO JACOBINA LACOMBE

ROBERTO C. SIMONSEN

EVOLUÇÃO INDUSTRIAL
DO BRASIL

e outros estudos

*Seleção, notas e bibliografia
de*

EDGARD CARONE

COMPANHIA EDITORA NACIONAL
EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
São Paulo

917.1

B 222

7 311

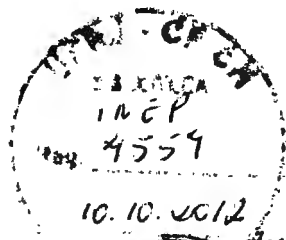
DO AUTOR

História Econômica do Brasil
(1500/1820)

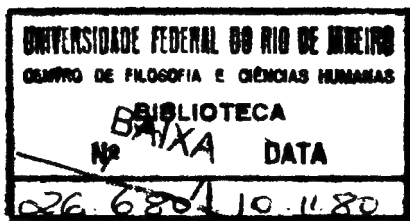
Brasiliana (Grande Formato), Vol. 10
6.ª edição, 1969

Ilustrações

ROBERTO M. MORETTO



2N.2



Direitos reservados

COMPANHIA EDITORA NACIONAL
Gusmões, 639 — 01212 São Paulo, SP

1973

Impresso no Brasil

TGER
5220

S U M Á R I O

INTRODUÇÃO	XI
I — INDÚSTRIA	
a) <i>Histórico</i>	
1) Evolução industrial do Brasil	5
2) Orientação industrial brasileira	53
b) <i>Reivindicações</i>	
3) Projeto de reforma monetária	66
4) Possibilidades da expansão industrial brasileira	70
5) Congresso Brasileiro da Indústria	102
c) <i>Tecnologia</i>	
6) Desperdício de espaço	117
7) As indústrias e as pesquisas tecnológicas	126
8) O aprendizado industrial	134
d) <i>Alguns problemas</i>	
9) Indústria e agricultura	143
10) Indústria e reivindicações trabalhistas	147
11) Indústria e capital estrangeiro	154
II — AGRICULTURA	
a) <i>Café</i>	
12) Aspectos da história econômica do café	163
13) A política brasileira de defesa do café	235
14) A superprodução de café e a economia nacional	248
b) <i>Temas correlatos</i>	
15) As conseqüências econômicas da Abolição	254
16) Possibilidades algodoeiras no Brasil	270
III — QUESTÕES ECONÔMICAS	
a) <i>Economia brasileira e economia internacional</i>	
17) Alguns aspectos da política econômica mais conveniente no período do após-guerra	281

X

18) A planificação da economia brasileira	294
19) Restaurando o nosso clima democrático, devemos preparar as bases de uma larga planificação econômica nacional	316
20) Devem pleitear as nações latino-americanas sejam atendidas, no Plano Marshall, as suas aspirações	329
21) Direito Internacional Social	343
b) <i>Planejamento</i>	
22) Objetivos da engenharia nacional	349
23) Jornada de habitação econômica	353
c) <i>Alguns estudos</i>	
24) As finanças brasileiras	365
25) O problema da moeda e a prosperidade nacional	376
26) Recursos econômicos e movimentos das populações	385
IV — OPERARIADO E QUESTÃO SOCIAL	
a) <i>Operariado</i>	
27) Solidariedade com a classe patronal	427
28) Salário mínimo no Brasil	429
29) O Direito Social Brasileiro	433
b) <i>O trabalho racional</i>	
30) Taylorismo e racionalidade	436
31) Remuneração e racionalidade	438
c) <i>Contra o extremismo</i>	
32) O problema social no Brasil	443
33) As classes produtoras do Brasil e o Partido Comunista	455
V — ELITISMO	
34) Necessidade de formação de lideranças	461
35) Necessidade de formação de lideranças no Brasil	463
36) A tarefa das elites	465
37) A ilusão da igualdade	466
<i>Notas</i>	471
<i>Bibliografia de Roberto C. Simonsen</i>	478

INTRODUÇÃO

Roberto Cochrane Simonsen, ou Roberto C. Simonsen, como gostava de assinar, nasceu em Santos, a 18 de fevereiro de 1889 e morreu no Rio de Janeiro, a 25 de maio de 1948. Filho de Sidney Martin Simonsen e Robertina Cochrane Simonsen, estudou no Colégio Tarquínio Silva (Santos) e no Colégio Anglo-Brasileiro (São Paulo), ingressando com 15 anos na Escola Politécnica de São Paulo.

Em 1910 formou-se engenheiro, indo trabalhar na Southern Brazilian-Railway e, depois, na Prefeitura de Santos. Em 1912 funda, com diversos companheiros, a Companhia Construtora de Santos (1912-1940), firma pioneira, cujos planejamentos urbanísticos deram feição moderna à cidade: numa época em que as construções eram feitas empiricamente pelos empreiteiros, a Companhia executa projetos técnicos e arquitetônicos modernos; pavimenta parte da cidade e constrói armazéns e bancos, a Bolsa de Café e a Associação Comercial, a Base de Aviação Naval, etc. Para cuidar especificamente da construção de casas — o pioneirismo na capital paulista cabe aos ingleses, com a Companhia City — Simonsen instala a Companhia Santista de Habitações Econômicas, que realiza o bairro modelar de Vila Belmiro e um outro, de mais luxo, próximo ao Hotel Parque Balneário; no entanto, a construção de casas populares fica paralisada devido à crise de 1920.

Sua atividade como engenheiro civil atinge o ápice com a construção de quartéis, realizadas simultaneamente em 26 cidades e nove Estados. A encomenda foi de Pandiá Calógeras, Ministro da Guerra do governo de Epitácio Pessoa. As obras se iniciaram em 1920 (ver detalhes e informações em *A construção dos quartéis para o exército*).

Também as atividades industriais o preocupam: em 1912 já fundara a Companhia Frigorífica de Santos (que dura até 1919)

XII — INTRODUÇÃO

e, logo depois, torna-se presidente da Companhia Frigorífica e Pastoril de Barretos (1919-1924). Eleito diretor da Companhia Nacional de Artefatos de Cobre (1926-1928), presidente da Companhia Nacional de Borracha (1926-1927) e presidente do Sindicato Nacional de Combustíveis Líquidos (1923-1928). Nesta época lidera a cisão da Associação Comercial e torna-se um dos fundadores do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (1928). Enquanto se dedica às atividades de construtor e industrial, outra tarefa o absorve, a do comércio do café. Prosseguindo tradição de família — como no caso de seu parente, o engenheiro Inácio Wallace da Gama Cochrane — torna-se sócio da Casa Comissária Murray Simonsen Co., que durante o governo de Washington Luís representou os banqueiros ingleses Lazard Brothers, um dos financiadores do Instituto Paulista de Defesa do Café.

A sua ação se multiplica após a revolução de 1930: participa ativamente da mobilização industrial paulista durante a revolta de 1932; elege-se deputado pela Assembléia Nacional Constituinte (1934) e exerce o cargo até 1937. É presidente do Instituto de Engenharia de São Paulo (1933-1934) e da Confederação Industrial do Brasil (1935-1936). Sua ação diretora se alia a novas iniciativas, como a fundação da Cerâmica São Caetano e da Companhia Imobiliária Nacional.

Durante o Estado Novo pertence ao Conselho de Expansão Econômica do Estado de São Paulo (1938-1941), ao Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, ao Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, etc. Após 1945, combate tenazmente o comunismo, idealizando a criação do SENAI e do SESI, órgãos ligados à Federação das Indústrias e destinados a melhorar as condições técnicas e humanas dos operários. Como senador — eleito em 1946 — apóia a cassação dos mandatos comunistas em 1947.

* * *

Devo a Octavio Ianni a idéia da seleção das obras de Roberto C. Simonsen. O projeto era organizar uma antologia sobre o pensamento industrial brasileiro, de 1880 a 1945, onde Simonsen estaria incluído. Devido a Ianni e à aquiescência da Companhia Editora Nacional, a antologia sai em dois volumes. O outro incluirá trabalhos dos seus antecessores e contemporâneos.

A execução do projeto original foi possível graças à compreensão de Manoel Tosta Berlinck, diretor do Centro de Pesquisas e Publicações da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas. A ambos, agradeço o auxílio prestado.

Finalmente, idéia e execução seriam simplesmente projetos se não fosse o auxílio espontâneo prestado pela família Simonsen. A ela e a D.^a Edda Di Franco, que secretariou Roberto C. Simonsen nos seus últimos vinte anos, devo a possibilidade de consulta à sua obra e ao seu arquivo.

Edgard Carone

EVOLUÇÃO INDUSTRIAL DO BRASIL
e outros estudos

I

INDÚSTRIA

1

EVOLUÇÃO INDUSTRIAL DO BRASIL

A produção industrial brasileira, se bem que alcance acentuada importância em relação à produção geral do país, é bem modesta em confronto com a norte-americana ou com a dos grandes centros industriais da Europa. É que tendo realizado uma evolução econômica profundamente diversa, o Brasil apresenta, nesse setor, índices de relativa pobreza, quando comparados com os de vários núcleos de civilização rica existentes sobre a terra.

As razões determinantes desse estado de coisas não residem principalmente na insuficiência de nossos governos ou na falta de predicados dos brasileiros. É verdade que poderíamos estar bem mais avançados; mas é de justiça salientar que a maioria dos povos que alcançaram, nos tempos contemporâneos, elevado grau de enriquecimento, devem-no, em magna parte, a determinismos de ordem geológica e geográfica.

No passado, sob o predomínio de outros fatores que não os atuais, na evolução do progresso, já desfrutamos, mesmo sob o regime colonial, uma situação de elevada produtividade, em relação ao conjunto dos povos de então. Mesmo do ponto de vista industrial, é verdade que, numa indústria considerada quase como uma etapa superior da produção agrícola, já fomos bem maiores que a Inglaterra e incomparavelmente superiores aos Estados Unidos.

Ouro e açúcar

Assim, em meados do século XVII, só a nossa produção e exportação na indústria açucareira ultrapassaram, em largos perí-

dos, 3 milhões de libras anualmente, quando a exportação total da Inglaterra não alcançava aquela cifra. No século XVIII, numa indústria extrativa, — a da mineração do ouro — e em época em que os trabalhos se operavam com utensílios rudimentares, por não terem surgido ainda os aparelhamentos mecânicos, o Brasil, em pouco mais de meio século, extraiu, em regiões de difficilimo acesso, transportou para a costa em meio de imensas difficuldades, e exportou para a velha Europa um volume de ouro equivalente a 50% de todo o ouro produzido no mundo, nos três séculos anteriores e igual a toda a produção apurada na América de 1493 a 1850!

Nos fins do século XVIII, ao lado de artigos agrícolas de caráter tropical, a colônia brasileira, então a melhor jóia da real Coroa portugueza, exportava cifra considerável para a época, em açúcar, ouro e diamantes, produtos de indústrias extrativas e agrícolas. Levando-se em consideração a diminuta população do país, e deduzindo-se-lhe os escravos que, não usufruindo direitos sociais e políticos, não participavam diretamente dos proventos daquela produção, registramos em determinados anos dos séculos XVII e XVIII uma elevada produtividade, variando de 4 a 40 £ por homem livre!

Por ocasião da independência norte-americana, enquanto as colônias inglesas, que alcançaram a sua emancipação, mal exportavam cerca de 1 milhão de libras (1775) o Brasil produzia e exportava 3 vezes mais! Mesmo sob o aspecto da posse do solo, o Brasil abrangia, desde meados do século XVIII, uma área praticamente igual à que hoje ocupa, pois que, como superfície ponderável, somente a região acreana lhe foi posteriormente incorporada. No entanto, os Estados Unidos não ocupavam, nessa época, nem a sexta parte do seu atual território, e mesmo há 100 anos atrás a sua área territorial não atingia a 2/3 da de agora.

Por que, pois, tem sido tão diversa a evolução econômica que se vem processando nos dois países nestes últimos 150 anos, e na qual as atividades industriais representam tão importante papel?

Por que motivo os índices atuais de enriquecimento de nosso país não alcançam os de 80 anos atrás dos norte-americanos?

E por que a produção industrial norte-americana é hoje mais de 100 vezes superior à brasileira, que no entanto ocupa o primeiro lugar na produção industrial sul-americana?

A revolução industrial nos Estados Unidos

Os fatores que preponderaram na evolução econômica dos séculos XVIII e XIX explicam e justificam, em grande parte, essa profunda mutação nas diretrizes da economia internacional.

Antes da época do vapor e da máquina, com os limitados meios de transporte de então, os povos procuravam produzir dentro de seus próprios países os gêneros essenciais à sua alimentação e os elementos básicos do seu progresso.

Os gêneros tropicais, de grande valor por unidade de peso, ao lado dos metais preciosos e dos produtos finos da indústria asiática, detinham a primazia no comércio internacional. O século XIX, marcando a expansão do vapor e da máquina, veio dar um grande desenvolvimento às indústrias manufatureiras, promover uma nova e acentuada divisão mundial do trabalho, formando as compactas concentrações industriais, junto aos grandes centros produtores de combustíveis, que podiam também dispor de fácil acesso às minas de ferro.

As populações de outras regiões do globo foram levadas, por essa divisão de trabalho, às fainas agrícolas e à exportação das matérias-primas, para a alimentação das populações industriais e consumo dos artigos primários, de que careciam os centros fabris, em suas crescentes atividades manufatureiras. Essa divisão se processava, pois, em obediência, principalmente, a fatores de ordem econômica.

A própria indústria açucareira tropical, baseada na cana-de-açúcar, foi, em dado momento, derrotada pelo açúcar de beterraba, fabricado mais próximo aos centros industriais europeus, e podendo, assim, dispor de melhor aparelhamento mecânico e maiores facilidades econômicas e financeiras.

Enquanto os Estados Unidos, senhores de opulentas minas de carvão, ao sul dos Grandes Lagos, e de minérios de ferro abundante e barato, em locais relativamente próximos aos combustíveis, davam acentuado incremento à siderurgia; enquanto, pela amenidade do seu clima e maior proximidade do continente europeu, favoreciam eles a cultura e a exportação de cereais, de que careciam os centros industriais da Europa; enquanto o seu aparelhamento econômico e mecânico facilitava as grandes culturas do Vale do Mississípi e das regiões sul e sudoeste, para a produção econô-

mica de grandes massas de algodão, absorvidas pelas manufaturas inglesas; enquanto múltiplas riquezas naturais, sem paridade em qualquer outra parte do mundo, convidavam os colonos europeus a uma vantajosa exploração das regiões da América do Norte; enquanto as guerras, as lutas políticas da Europa e condições auspiciosas de clima favoreciam, durante o século XIX, as enormes correntes imigratórias, de ótimos elementos europeus, aumentando consideravelmente a capacidade produtora e consumidora dos Estados Unidos; enquanto todas essas circunstâncias, auxiliadas ainda por forte política protecionista, facilitavam, em fins do século XIX, a constituição da maior potência industrial do mundo, o Brasil havia sido reduzido, nessa mesma época, à posição de simples produtor de artigos agrícolas, de caráter nitidamente tropical, lutando com fatores adversos de toda ordem, a fim de poder aspirar a melhores índices de enriquecimento desejados por seu povo e pelos seus governos.

Brasil, produtor de artigos tropicais

Quanto mais se estuda a história da evolução econômica do Brasil, tanto mais se compreende e respeita o que conseguimos, em menos de 120 anos de independência, enfrentando as dificuldades que se nos depararam. A observação direta da remuneração das produções, em várias regiões do globo, mostra, à saciedade, que o grande comércio mundial, controlado pelos povos de civilização industrial, não proporcionava, no passado, aos países meramente agrícolas, como retribuição do seu trabalho, a obtenção dos mesmos proventos auferidos pelos que se entregavam às atividades industriais.

Esse fato não passou despercebido a vários centros de trabalho. Daí, a faina a que se entregaram muitos povos para o desenvolvimento de seus parques industriais.

No Brasil, desde o começo do século XIX, fizeram-se diligências nesse sentido. D. João VI, o benemérito monarca português que transformou o Rio de Janeiro em sede da monarquia lusitana entre 1808 e 1821, além de outras medidas propulsoras do nosso progresso, tentou desenvolver aqui a siderurgia. Mandou vir técnicos estrangeiros para estudarem os recursos minerais da terra e a possibilidade da implantação da indústria.

A história econômica comprova, porém, que a indústria siderúrgica, além de dependente do combustível e da matéria-prima, só se pode desenvolver paralelamente a outras atividades, que demandem um emprego maior do ferro. As grandes distâncias em que se encontravam os nossos minérios, numa época em que os transportes eram difficilimos, e o pequeno consumo que as nossas explorações agrícolas, por sua natureza especial, faziam do metal, não estimulavam a evolução de nossa indústria siderúrgica. A perda da exclusividade do mercado português, depois da nossa independência, e o desenvolvimento dos impérios coloniais dos países industriais, desvalorizaram sobremodo a produção agrícola em vastas regiões do norte do país, que tinham conhecido elevado grau de prosperidade nos séculos XVII e XVIII. Pressões externas, de natureza política, fizeram com que permanecêssemos em regime de livre câmbio até 1844. Não era possível, até então, implantar aqui qualquer manufatura de valor, que pudesse, desde o início, competir, no preço e na qualidade dos artigos, com a indústria inglesa. As nossas condições econômicas eram precárias e mesmo nas proximidades de 1850, as nossas importações suplantavam em valor as exportações. A Inglaterra nos proporcionava empréstimos, com que supríamos a deficiência de nossa balança de pagamentos.

O café no século XIX

Depois de 1860, o café nos proporcionaria os primeiros saldos ponderáveis na balança do comércio. De início, até a década 1880/1890, essa cultura predominou no vale do Paraíba do Sul, acentuando-se a primazia do porto do Rio de Janeiro no comércio brasileiro. Já em fins do século XIX, o planalto paulista tornava-se o maior produtor de café e, a partir de 1894, Santos se transformou no seu maior porto mundial de exportação.

A cultura cafeeira, por sua natureza especial, não facilita o trabalho mecânico. Trata-se de uma planta de caráter perene; a vida produtiva do cafeeiro estende-se, mesmo nas regiões médias, a mais de 40 anos e o seu plantio é feito, de preferência, nas vertentes das colinas. Assim mesmo, criou-se em São Paulo uma importante indústria de máquinas para o seu benefício e tratamento, em cuja composição, porém, entrava mais madeira do que ferro. Não obstante o aperfeiçoamento notável que alcançaram

esses maquinismos, o consumo do metal não era de molde a justificar o fomento da nossa siderurgia.

A imigração de elementos europeus, verificada no último quartel do século XIX teve em mira o desenvolvimento da cafeicultura no interior de São Paulo.

Sem possuir combustíveis apropriados, com depósitos de minérios afastados da costa, em lugares de difícil acesso, sem concentrações de população e com deficiência de capitais, não possuía o país, durante o século XIX, fatores favoráveis a qualquer surto industrial.

Todas as atenções dos que dispunham de algum recurso, voltavam-se para a lavoura de café, que proporcionava elevada rentabilidade. As imigrações de elementos europeus não se orientavam para o norte, onde não eram favoráveis as condições de clima e onde também as culturas eram profundamente diversas daquelas a que estavam afeitos em seus países de origem. O clima temperado do planalto paulista e a grande produtividade do café estimulavam a imigração e a adaptação do europeu a essa cultura. A expansão cafeeira, verificada no vale do Paraíba em muito maior escala, no planalto de São Paulo, constitui um dos maiores cometimentos agrícolas de todos os tempos, honrando um povo e uma nação.

Realizações industriais felizes e de valor, não pudemos, porém, registrar, no Brasil, porque não dispúnhamos do clima e dos poderosos recursos naturais que se encontram por toda a parte na América do Norte, determinando as imensas ondas imigratórias de toda a classe de operários irlandeses, alemães, nórdicos e, mais tarde, de elementos oriundos da bacia do Mediterrâneo.

Não obstante todas essas circunstâncias, houve, durante o século XIX, várias tentativas de implantação de indústrias no Brasil.

Os anais da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, fundada a 28 de fevereiro de 1828, cujos preciosos arquivos estão hoje em poder da Federação Industrial do Rio de Janeiro, fixam esses vários tentames.

Entre 1850 e 1870 Irineu Evangelista de Sousa, Visconde de Mauá, procurou, por uma série de empreendimentos levados a efeito de Norte a Sul, injetar no meio brasileiro, como que um espírito industrial, promovendo a construção de estradas de ferro,

portos, fábricas de tecidos e vários outros cometimentos bancários, comerciais e industriais. Lutando contra a exclusiva mentalidade agrária da época e contra fatores naturais poderosos, foi, porém, vencido e fracassou.

O surto cafeeiro absorvia, na segunda metade do século, os capitais e os braços disponíveis.

A nossa política tarifária refletia bem a mentalidade predominante do século XIX. De fato, o regime tarifário, praticamente livre-cambista até 1844, oscilou entre as influências liberalistas e as idéias protecionistas até 1888, quando passou a ser protecionista, mais com o intuito de proporcionar rendas ao tesouro público, do que, propriamente, de fomentar a criação de indústrias.

O recenseamento de 1920 demonstra que, dos capitais investidos na indústria do país, até esse ano, menos de 10% tinham sido aplicados anteriormente a 1885; 23% entre 1885 e 1895; 11% entre 1895 e 1905; 31% entre 1905 e 1914 e 25% entre 1914 e 1920.

Esses algarismos sofreriam sensível alteração, se neles computássemos os dados da atualidade. O cadastro industrial, agora em elaboração, demonstrará, por certo, essas mutações, pois que a produção industrial do Brasil é hoje, em volume, pelo menos duas vezes maior do que em 1920.

A evolução econômica e a indústria

A observação desses vários elementos e de outros que vamos examinar, indicadores da nossa evolução econômica, permite-nos assim resumir a situação:

- a) na primeira metade do século XIX, a inexistência de fatores favoráveis à industrialização do Brasil, a política livre-cambista que adotamos, e a concorrência das manufaturas inglesas, impediram a nossa evolução industrial;
- b) entre 1862 e 1885, assinalou-se um período de acentuado progresso. As exportações ultrapassaram as importações. Registrou-se, nessa época, a instalação de algumas pequenas fábricas, principalmente no Distrito Federal;

- mas as atividades agrícolas absorviam, praticamente, todos os capitais e mão-de-obra disponíveis;
- c) no último período do século XIX iniciou-se a grande imigração para as regiões temperadas do sul do país e em princípios do século XX surgiu a superprodução cafeeira e um conseqüente refluxo de colonos para as cidades;
 - d) a decretação, em 1888, do trabalho livre, a maior imigração dos colonos europeus e a grande cultura cafeeira, determinaram a formação de um mercado interno de alguma importância para os produtos industriais. Os progressos da eletricidade e a construção de grandes usinas de energia elétrica, principalmente em S. Paulo e no Distrito Federal, constituíram um dos fatores essenciais à evolução industrial: fontes de energia barata. O progresso e o barateamento das máquinas operatrizes permitiram o estabelecimento de indústrias médias de transformação, baseadas na disponibilidade dessa energia, em maior número nos dois núcleos — São Paulo e Rio de Janeiro;
 - e) criaram-se, dessa forma, no século XX, fatores favoráveis ao desenvolvimento de determinadas regiões do Brasil; energia elétrica, abundante e barata (com papel semelhante ao que os centros hulleiros exerceram na Inglaterra, nos Estados Unidos e na Alemanha); aparelhamento mecânico moderno e de preços relativamente baixos; mercados de certa importância e melhores meios de transporte, pela construção de estradas de ferro e de rodovias; abundância de mão-de-obra não absorvida pelas fazendas, então em regime de superprodução;
 - f) como fenômeno econômico geral, as nossas exportações de produtos agrícolas deixaram de proporcionar poder aquisitivo externo suficiente para pagar os produtos industriais reclamados pelo consumo interno. A baixa do câmbio brasileiro reflete, em grande parte, a situação de desequilíbrio provocada por uma população que cresce e se civiliza continuamente, e que não dispõe de meios de pagamento no exterior, para os produtos de que necessita. Essa contínua depressão das taxas cambiais,

passou a ser uma forte emulação para o nosso desenvolvimento industrial;

- g) todos esses fatores geraram, afinal, uma situação de fato, apropriada à evolução industrial de determinadas regiões, em condições, porém, ainda bem diversas das que se verificaram nos Estados Unidos da América do Norte.

Brasil colonial

Pela própria natureza da nossa formação e da época em que ocorreu a maior atividade econômica do Brasil colonial, não poderiam ter aqui surgido manufaturas de valor. A colônia era escassamente povoada, não havia núcleos condensados de população, os transportes eram difíceis e o regime da exploração da terra era essencialmente patriarcal, apoiado no braço escravo.

Dentro das grandes propriedades agrícolas, fabricava-se a maioria dos artigos de consumo, por processos manuais ou com instrumentos rudimentares. Assim é que, além dos engenhos de açúcar, muitos dos quais alcançaram notável progresso, para o tempo, e dos vários estaleiros navais em que se construíam numerosos barcos, todos de madeira, não houve indústrias de importância na era colonial.

A Metrópole portuguesa proibiu, em 1766, o ofício de ourives, a fim de evitar o contrabando do ouro e o seu desvio do comércio monetário. Mas no final do século XVIII, quando o comércio luso-brasileiro atingiu uma fase de acentuado desenvolvimento, foram proibidas, por carta régia de 1785, todas as manufaturas de fios, panos e bordados no Brasil, só sendo permitidas as que manufacturassem “fazendas grossas de algodão que serviam para uso e vestuário dos negros e para enfardar ou empacotar fazendas e para outros ministérios semelhantes”. É que já estavam sendo montados vários teares em algumas cidades do litoral e isto não só acarretava prejuízos às fábricas do reino, como diminuía as rendas da Metrópole, que auferia fortes direitos alfandegários dos panos importados, principalmente da Inglaterra. O número de teares destruídos no Brasil demonstra, porém, que se tratava ainda de uma indústria incipiente. Esta proibição durou

apenas 23 anos, pois foi revogada em 1808, logo após a chegada ao Brasil do rei D. João VI.

Esse monarca, por uma série de medidas econômicas, entre as quais a isenção de impostos para as matérias-primas destinadas às indústrias, quis ainda desenvolvê-las. O tratado de comércio com a Inglaterra, que foi compelido a fazer, estabelecendo os reduzidos direitos de 15% sobre as mercadorias inglesas, e outras medidas de controle, impediu, porém, praticamente, a evolução de qualquer atividade industrial, de que houvesse congênera na Grã-Bretanha.

Brasil independente

Em obediência a motivos de ordem política internacional, o Brasil independente foi forçado a estender os mesmos favores às nações mais adiantadas da Europa, de maneira que até 1844 viveu francamente em regime livre-cambista. Sem poder exportar mercadorias em valor suficiente para cobertura das importações que era forçado a fazer, o país debatia-se em sérias dificuldades cambiais.

Somente por volta de 1860, após a elevação tarifária para a base de 30%, e com o valor crescente das exportações do café, é que pôde o Brasil conhecer a sua era de "superavit", na balança de comércio. Data dessa época a implantação aqui dos principais estabelecimentos industriais.

1850

Em torno de 1850, contava o país com pouco mais de 50 estabelecimentos industriais, incluindo algumas dezenas de salineiras. Há referências a 2 fábricas de tecidos, 10 de indústrias de alimentação, 2 de caixas e caixões, 5 de pequena metalurgia, 7 de produtos químicos, nas quais estavam empregados capitais no valor de mais de 7 mil contos, que, ao câmbio de então, representavam cerca de 780.000 libras esterlinas.

Convém lembrar que, naqueles tempos, ainda eram excessivamente caros todos os maquinários e utensílios de ferro. Preponderaram, então, entre nós, na indústria têxtil, a fiação e tece-lagem manuais, alcançando muitos desses produtos assim fabricados um notável acabamento.

1866

Em 1866 a indústria têxtil atingia maior desenvolvimento, com a existência de 9 fábricas com 14.875 fusos, 385 teares mecânicos, em que trabalhavam 768 operários produzindo 125.000 quilos de fio e 3.944.600 metros de pano, valendo tudo 2.116:200\$000, ou cerca de 235.000 libras esterlinas, ou mais de 1 milhão de dólares. Nessa indústria eram aplicados motores a vapor gerando 36 HP e rodas hidráulicas produzindo 288 HP. *Nessa mesma época, nos Estados Unidos, existiam mais de 1.000 estabelecimentos desse gênero, com produção superior a 115 milhões de dólares!* Estava ali em pleno apogeu a “American Industrial Revolution”, e nós apenas ensaiávamos os primeiros passos no uso das máquinas industriais.

1881

Em 1881 já se elevava a 44 o número de estabelecimentos fabris de tecidos no Brasil, dos quais 12 na Bahia, com 13.056 fusos, 340 teares, produzindo 3.359.000 metros de pano e 221.000 quilos de fio; 9 em São Paulo, com 3.100 fusos, 336 teares, e uma produção de 1.970.000 metros de pano, 240.000 quilos de fio, e 14.000 dúzias de meias; 8 em Minas Gerais, com 240 fusos, 78 teares, fabricando 360.884 metros de pano e 10.723 quilos de fio; 6 no Estado do Rio de Janeiro, com 38.532 fusos, 848 teares, produzindo 8.800.000 metros de pano e 140.000 quilos de fio; 5 na Capital Federal, com 5.500 fusos, 332 teares, produzindo 4.350.000 metros de pano e os 4 restantes, com 2.100 fusos e 60 teares, nos Estados de Alagoas, com uma produção anual de 247.500 metros de pano, Pernambuco, Maranhão e Rio Grande do Sul, este último produzindo cerca de 600:000\$000 anualmente.

Nessas 44 fábricas, existiam 62.528 fusos, 1.994 teares, usando mais de 2.000 HP e empregando para mais de 3.000 operários.

A metade das fábricas já produzia mais de 20 milhões de metros de panos. Só constam informações do capital registrado de 20 das fábricas, na importância total de 4.437:896\$000.

O primeiro surto industrial

A década de 1880 a 1890 ia revelar o primeiro surto industrial do Brasil. Nesse espaço de tempo, ocorreram as maiores exportações de café do regime imperial. A partir de 1885, como reflexo de uma situação de prosperidade mundial, de um afluxo de capitais, do crescimento do volume de nossas exportações, e do aumento dos meios de pagamento, já se iam verificando os pródromos de um “encilhamento”, que se acentuou logo depois da libertação dos escravos, promulgada a 13 de maio de 1888.

O “encilhamento” assinala uma época de grandes especulações e da formação de numerosas empresas, que só arrefeceu nos primeiros anos da década 1890/1900. Como quer que seja, entre 1880 e 1884 foram aqui fundadas 150 indústrias com o capital de 58.368:338\$000 e de 1885 a 1889, 248 estabelecimentos industriais, com 203.404:521\$000 de capital. No último ano da Monarquia (1889), existiam no país acima de 636 estabelecimentos industriais com 401.630:600\$000 de capital (valor de 1920), correspondentes a cerca de £ 25.000.000 com 65.000 cavalos-vapor e o emprego de 54.169 operários; a produção global estava avaliada em 507.092:587\$000.

Dos capitais envolvidos na indústria, 60% estavam no setor têxtil, 15% no da alimentação; 10% no de produtos químicos e análogos; 4% na indústria de madeiras; 3 1/2% na de vestuários e objetos de toucador, e 3% na metalurgia.

A tarifa ouro

O ritmo desse surto conservou-se o mesmo até 1895. Assim é que entre 1890 e 1895, foram fundadas 452 fábricas com 213.714:736\$000 de capital. De 1894 a 1904 debateu-se o país em crises políticas, econômicas e financeiras, sofrendo ainda as conseqüências da política deflacionista realizada pela presidência Campos Sales (1898-1902).

A instituição, porém, de tarifas parciais em ouro nas alfândegas (1899) representou um fator acentuadamente protecionista e de maior equilíbrio para as indústrias. A partir de 1905, obser-

vou-se um ritmo sempre crescente em nossa evolução industrial, bastante acentuado entre 1910 e 1914 e mais acelerado entre 1915 e 1919, devido à conflagração européia.

Estatísticas industriais

Temos ainda uma grande deficiência de estatísticas. O Governo Federal criou, ultimamente, o Instituto Nacional de Geografia e Estatística, que, coordenando todos os serviços já existentes e criando novos, nos promete, sob a alta direção do embaixador Dr. José Carlos de Macedo Soares, um grande impulso nesse setor.

O Centro Industrial do Brasil organizou, em 1907, um censo industrial. Nesse inquérito, ficou demonstrado que em 30 espécies de artigos manufaturados, de grande consumo, a nossa indústria já supria 78% das necessidades nacionais, figurando apenas a importação com 22%.

Esse cômputo indicava a existência de 3.250 estabelecimentos industriais, com 665.576:663\$000 de capital e com uma produção de 741.536:108\$000. Empregavam-se 150.841 operários.

Nessa época, mantinha o Distrito Federal a primazia, com 30% da produção industrial, 24% do operariado e 20% do número total de estabelecimentos. São Paulo estava com 16% da produção, Rio Grande do Sul com 7% e Minas Gerais com 4%.

A produção assim se distribuía:

Indústria de alimentação	26,7%
Têxtil	20,6%
Vestuário e objetos de tocador	15,9%
Produtos químicos e análogos	9,4%
Outros produtos industriais	27,4%

Em 1920 tivemos o Recenseamento Geral da República, cujos trabalhos honram sobremodo os que o dirigiram e realizaram.

Este censo demonstrou que, nesse ano, existiam 13.336 estabelecimentos industriais no país com 1.815.156:011\$000 de capital, empregando 275.512 operários e com uma produção de 2.989.176:281\$000.

A produção fabril distribuía-se, em valor, nas seguintes categorias:

Indústria de alimentação	40,2%
Têxtil	27,6%
Vestuário e objetos de tocador	8,2%
Produtos químicos propriamente ditos e análogos .	7,9%
Outros grupos de indústrias	16,1%

Devido ao retraimento de capitais internacionais, provocado pela guerra, ao uso da eletricidade, ao barateamento de máquinas operatrizes e outras fatores de ordem regional, a nossa evolução industrial passou a caracterizar-se pela multiplicidade de estabelecimentos médios e pequenos e pela diversificação da natureza da produção.

O custo dos transportes, a carência de capitais e a diversidade de hábitos em várias regiões fomentavam, também, a implantação de pequenas indústrias para mercados restritos.

Um aspecto interessante da comparação entre os censos industriais de 1907 a 1920, é o que se refere à utilização da energia motora.

Assim é, que em 1907, num total de 109.284 HP, utilizados na indústria, 80.028 HP, ou sejam 73% eram produzidos pelo vapor, 22% por energia hidráulica e apenas 4.687 ou 5% pela eletricidade. Em 1920, num total de 310.424 HP, 47,2% apoiavam-se na energia elétrica e 36,2% no vapor, 7,7% em turbinas hidráulicas, 5,3% em motores de combustão interna, 2,7% em rodas d'água e 0,9% em outros motores.

Em 1937 a Comissão Organizadora do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários levantou um censo industrial parcial: categorias de indústrias, número e salários de operários. Em 1937 e 38, a Diretoria do Departamento de Indústria e Comércio do Ministério do Trabalho levantou novo censo industrial do país, cujos resultados devemos conhecer dentro em breve.

O Estado de São Paulo tem um serviço permanente de Estatísticas Industriais e Agrícolas, publicando anualmente seus resultados. O Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários sob a competente direção do Dr. Plínio Cantanhede, contabiliza, mensalmente, o número de operários e os salários industriais de todo o país.

Com todos esses elementos, podemos avaliar que a nossa produção industrial, em 1938, excedeu de 12.000.000 de contos de

réis. De fato, a produção industrial de São Paulo, incluindo os moinhos de trigo e matadouros frigoríficos, deve ter ultrapassado 5.000.000 de contos de réis em 1938. Aliás, as folhas anuais dos salários industriais do Estado, conforme registros do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, excedem atualmente de 750.000 contos de réis. Em média, os salários devem representar de 12 a 15% do valor da produção industrial. No recenseamento de 1920, essa proporção foi de 11,7% para todo o Brasil.

A produção paulista representa mais de 40% da nacional. Na arrecadação do imposto de consumo, em 1938, São Paulo forneceu 41,6%. Nos recolhimentos do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, São Paulo comparece com 43,91%. As folhas anuais de pagamento de salários industriais do Brasil, de acordo com os recebimentos daquele Instituto, já excedem de 1.730.000 contos de réis.

Mesmo na base de 15%, esses salários fazem prever uma produção industrial de 12.000.000 de contos de réis. Como se vê, adotando este número para a produção industrial do Brasil e 5.000.000 para a de São Paulo, tomamos algarismos conservadores.

Os capitais envolvidos nas indústrias, fixando-se, no cômputo de suas instalações, o valor médio do câmbio nas datas em que foram feitas, devem alcançar 150 milhões de libras esterlinas ou cerca de 700 milhões de dólares. Em 1860 os capitais investidos na indústria manufatureira nos Estados Unidos, atingiram cerca de 1 bilhão de dólares.

Evolução industrial de 1920 a 1938

O recenseamento efetuado em 1920, demonstrou, como vimos, que a indústria brasileira começou a ter algum valor ponderável a partir de 1885.

Fatores de ordem psicológica, provocados, em boa parte, por Mauá e por uma "elite" de engenheiros brasileiros que, na propaganda e na execução das primeiras vias férreas do país e em outros cometimentos, puderam despertar uma melhor compreensão do uso da máquina, também contribuíram para o início desse movimento.

O barateamento do ferro e do aço pelos grandes aperfeiçoamentos introduzidos na indústria metalúrgica, na Europa e nos Estados Unidos, a nova política imperial de fomento a várias indústrias, o advento da tarifa Belizário, a primeira, talvez, que teve alguma tonalidade protecionista, a prosperidade da cultura cafeeira, concorreram, principalmente, para a eclosão desse primeiro surto industrial.

A maioria das indústrias concentrara-se, porém, no Município Neutro e no Estado do Rio de Janeiro, porque o vale do Paraíba vanguardava, então, a evolução econômica do país. Por ocasião da implantação da República, mais de metade das atividades industriais estava concentrada nessa região. Seguiam-se São Paulo, Bahia e Pernambuco.

Das empresas industriais recenseadas em 1926, 46 1/2% em número, e 24% em capital tinham sido criadas entre 1914 e 1919. Não procede, pois, a afirmação de que a indústria brasileira originou-se apenas da guerra européia. Teve esta, de fato, uma pronunciada influência no seu desenvolvimento posterior, por ter provocado uma notável diversificação na fabricação de novos produtos. As necessidades do consumo, impossibilitado de se abastecer nos únicos mercados fornecedores de então, estimularam o nascimento de uma multiplicidade de pequenas indústrias, que se desenvolveram principalmente em São Paulo.

Assim, durante a guerra, surgiram 5.936 estabelecimentos industriais, num total de 13.336 registrados em 1920. A maior evolução industrial dar-se-ia porém, nos últimos 18 anos. E esta maior evolução verificou-se também em São Paulo.

Um dos gráficos que organizamos mostra a evolução industrial do Brasil de 1914 a 1938. Os seus números são apenas aproximados, pois que, como dissemos, somente o Estado de São Paulo tem um registro regular de sua produção industrial. Baseados nessas indicações e em alguns outros elementos oficiais, tais como o rendimento dos impostos de consumo arrecadados nos vários Estados da República, traçamos a marcha provável da produção industrial. Dada porém, a pronunciada desvalorização de nossa moeda, que se tem verificado desde 1914 até hoje, não é razoável que se tomem os índices mil-réis como valores absolutos. Adotamos, por isso, como coeficiente de ponderação, o poder aquisitivo

do mil-réis, fornecido pela linha de custo da vida que também desenhamos no mesmo quadro.

Constatamos, assim, que o crescimento real da produção industrial do país de 1919 a 1938 deve ter sido na relação de 1:1,80. Em papel-moeda, a produção industrial do Brasil quase quadruplicou nos últimos 19 anos. Com referência a São Paulo, aquela mesma relação (v. gráfico n.º 2, pág. 27), passou de 1 para 2,2. Em papel-moeda, quintuplicou.

É interessante notar que, até 1907, o Distrito Federal era o maior produtor industrial do Brasil. A partir de 1910, porém, São Paulo alcançou o primeiro lugar e vem dia a dia se avantajando sobre as demais regiões econômicas do país. O Distrito Federal, conserva-se até hoje em segundo lugar com cerca de 20% da produção total; o terceiro lugar é disputado pelo Rio Grande do Sul e Minas Gerais, cujas produções industriais somam em conjunto, também 20%; o Estado do Rio de Janeiro coloca-se em quarto lugar, seguindo-se o de Pernambuco.

O operariado industrial cresceu consideravelmente. No recenseamento de 1920 atingia 275.512 operários, quando hoje, conforme dados do Instituto dos Industriários — em que se incluem, é verdade, várias categorias de atividades que não constavam daquele censo — ultrapassa 950.000.

Em 1920, o capital das indústrias de tecidos se bem que representando 27,6% do valor da produção industrial do país, aparece com 38% dos capitais totais nela investidos.

Não obstante o surto de muitas outras atividades, acreditamos que a proporção da produção de tecidos mantém-se ainda em torno de 25%.

Sem entrar em considerações de ordem política, devemos acentuar que a deficiência de capitais, a ausência de indústrias básicas e a falta de combustíveis tem embaraçado sobremodo a nossa evolução industrial.

Metade dos estabelecimentos industriais recenseados em 1920 não possuía motor de qualquer espécie. Nessa época, já existiam, no país, 356 usinas geradoras de energia elétrica, capazes de produzir 365.000 kW. Hoje, possuímos cerca de 1.200 usinas com potencial superior a 1.100.000 kW.

A difusão do uso da eletricidade veio facilitar o crescimento industrial de São Paulo. Os meios de transporte do Brasil ainda

são, porém, demasiadamente precários. A formação de novos capitais é demasiado lenta. As dificuldades cambiais, com que lutamos, em boa parte derivadas das políticas econômicas internacionais, têm dificultado o auxílio do capital estrangeiro para a implantação aqui de indústrias básicas.

O exame da natureza de nossa produção industrial demonstra ainda um cunho quantitativo, de preferência ao qualitativo. Devido aos fatores acima apontados, predominam as indústrias de produtos de alimentação e de vestuário, isto é, as de artigos para consumo imediato.

Esboça-se, porém, em alguns setores, um acentuado interesse pela produção de ferro, metais e maquinários, o que vale dizer, pela formação de elementos capazes de melhor concorrer para o maior equipamento econômico do Brasil.

Avalia-se, hoje, que o número de estabelecimentos industriais do país ultrapassa de 60.000. Em São Paulo, estão arroladas quase 10.000 fábricas, com um capital superior a 10 contos de réis cada uma.

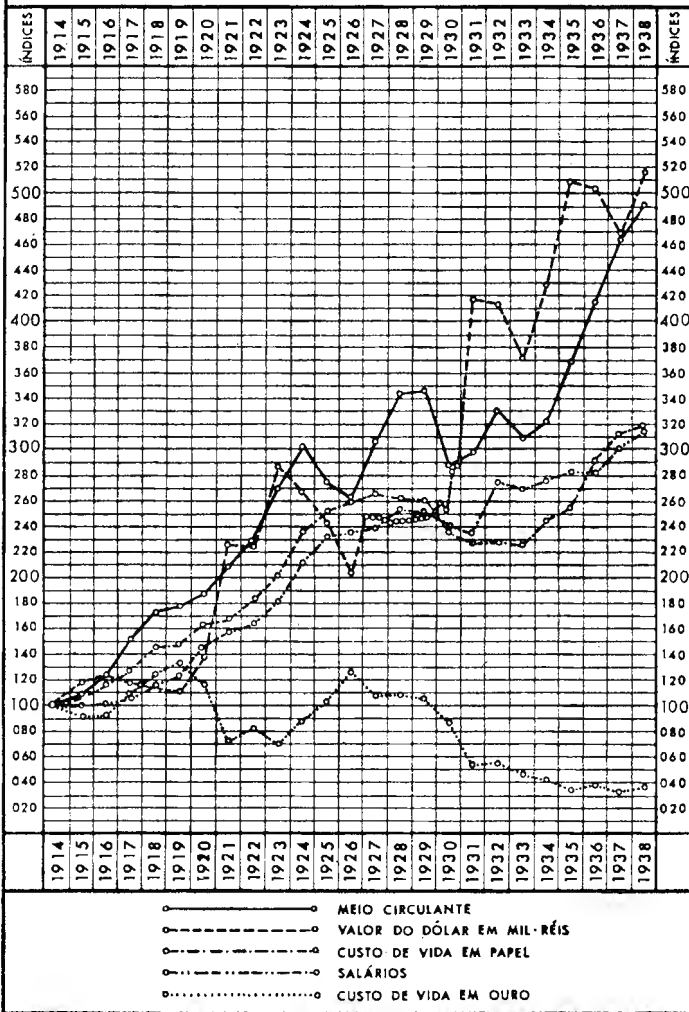
Afora núcleos maiores, como o Distrito Federal, a Capital de São Paulo, São Bernardo, Sorocaba, Niterói, Juiz de Fora, Belo Horizonte, Porto Alegre, existem muitas pequenas indústrias locais para o abastecimento de mercados restritos, geradas pelas dificuldades de transporte, que assim criaram verdadeiras barreiras protecionistas internas. A distribuição de energia elétrica e o baixo custo das máquinas operatrizes, facilitaram essa difusão industrial que, incontestavelmente, tem tido benéfico efeito sobre a organização social do país.

O exame dos gráficos que organizamos demonstra que, muito mais do que qualquer proteção tarifária, *exercem acentuada influência sobre o nosso crescimento industrial a crescente desvalorização de nossas taxas cambiais e o rápido aumento de uma população que se vai cada vez mais educando.*

Ainda a política tarifária

A nossa indústria surgiu, pois, precipuamente, em suas múltiplas manifestações, das necessidades do consumo, que não se

GRÁFICO N.º 1
 LINHAS DO CUSTO DE VIDA, DAS VARIAÇÕES DE SALÁRIOS,
 DA CIRCULAÇÃO MONETÁRIA
 E DO VALOR DO DÓLAR EM MIL-RÉIS
 ENTRE 1914 E 1939



podia abastecer no exterior dadas as deficiências do nosso poder aquisitivo externo.

A quase totalidade de nossas tarifas, durante o século XIX, teve caráter acentuadamente fiscal. Nunca tivemos um governo que se dispusesse, resolutamente, por tempo útil, como fizeram os governos norte-americanos, a seguir uma política nitidamente protecionista.

A última reforma tarifária, em 1934, foi elaborada com tais diretrizes em relação às principais indústrias estabelecidas no país. Adotou-se a pauta de máxima e mínima para facilitar os tratados de comércio. Infelizmente, porém, as tarifas foram fixadas em mil-réis, moeda que é reconhecidamente instável, diminuindo, portanto, continuamente, a proporção entre o valor dos direitos e o valor da mercadoria em seu país de origem. Várias das pautas tarifárias foram ainda consolidadas em tratados de comércio, desaparecendo, pois, o caráter flexível previsto na elaboração das tarifas. As baixas contínuas das taxas cambiais, têm, porém, de alguma forma, compensado os perniciosos efeitos, que poderiam advir da ausência de uma política geral francamente protecionista.

Evolução industrial em São Paulo

Representando a atual produção industrial paulista para mais de 43% da brasileira, quando, em 1907, orçava apenas por 16%, em 1914, por 20% e em 1920, por 33%, a apreciação da sua marcha evolutiva permitirá uma melhor compreensão do que já se empreendeu e de nossas possibilidades no setor industrial.

Aliás, o vulto da produção industrial paulista só se verificou no século XX. Após haver desempenhado importante papel no século XVII e na primeira metade do século XVIII, em “bandeiras” repovoadoras de mineração e colonização, a antiga província de São Paulo, esgotada pelos esforços expansionistas e sem elementos locais de enriquecimento, permaneceu, durante quase cem anos, em estado de acentuada pobreza.

Somente depois de 1860 é que a produção cafeeira começou a ter alguma importância e certa predominância nas atividades provinciais. Para atender à pressão exportadora, inaugurou-se, em 1867, a primeira estrada de ferro, a “São Paulo Railway”, ligando

Jundiáí, então muito próxima das zonas mais produtivas de café, ao porto de Santos. Intensificou-se, no planalto, a cultura cafeeira e, a partir de 1886, São Paulo passou a ser o maior produtor de café do Brasil. Por essa época, surgiu, na capital do Estado, pequena cidade que não atingia 70.000 habitantes, uma apreciável indústria de máquinas para o benefício do café. São notáveis os progressos aí verificações pelas interessantes patentes, então concedidas a diversos tipos de máquinas e engenhos, apropriados à lavoura de café, muitas das quais são até hoje aproveitadas em seus princípios fundamentais.

A partir de 1887, em 15 anos, uma intensa imigração duplicou a população do Estado. As atividades paulistas concentravam-se, porém, na expansão dessa lavoura, altamente lucrativa; e somente depois das primeiras superproduções, ocorridas em 1898, é que se processou o seu primeiro arrefecimento.

A depressão dos preços acarretou violenta baixa dos salários no interior, verificando-se, então, desde 1901, pronunciado afluxo de colonos e imigrantes para as cidades e notadamente para a capital.

As concentrações nas regiões do planalto de uma massa considerável de colonos europeus, com nível de vida muito mais elevado do que o dos primitivos habitantes, criaram aí um importante mercado para produtos industriais.

Os lucros da lavoura haviam por outro lado gerado capitais substanciais, que se viram acrescidos de outros trazidos do exterior. A partir de 1901, a capital passou a dispor de abundante e relativamente barata energia elétrica. A existência, entre os imigrantes, de artífices industriais; as condições favoráveis do clima; a situação geográfica da capital, já então constituída em notável centro ferroviário, como fora no passado colonial, relevante centro de convergência de longos caminhos de penetração; as contínuas e crescentes solicitações de um mercado interno e as baixas de nossas taxas cambiais, tudo isso proporcionou um ambiente favorável ao surto industrial da metrópole paulista. A guerra mundial daria, por fim, a esse surto novos impulsos e novas direções.

O valor da produção industrial paulista, que em 1914 era de 293 mil contos, subiu a 1.073 mil contos em 1920. A inflação, a que por esse tempo foi o país obrigado, para compensar a paralisação da exportação, se refletira no câmbio e no custo da vida,

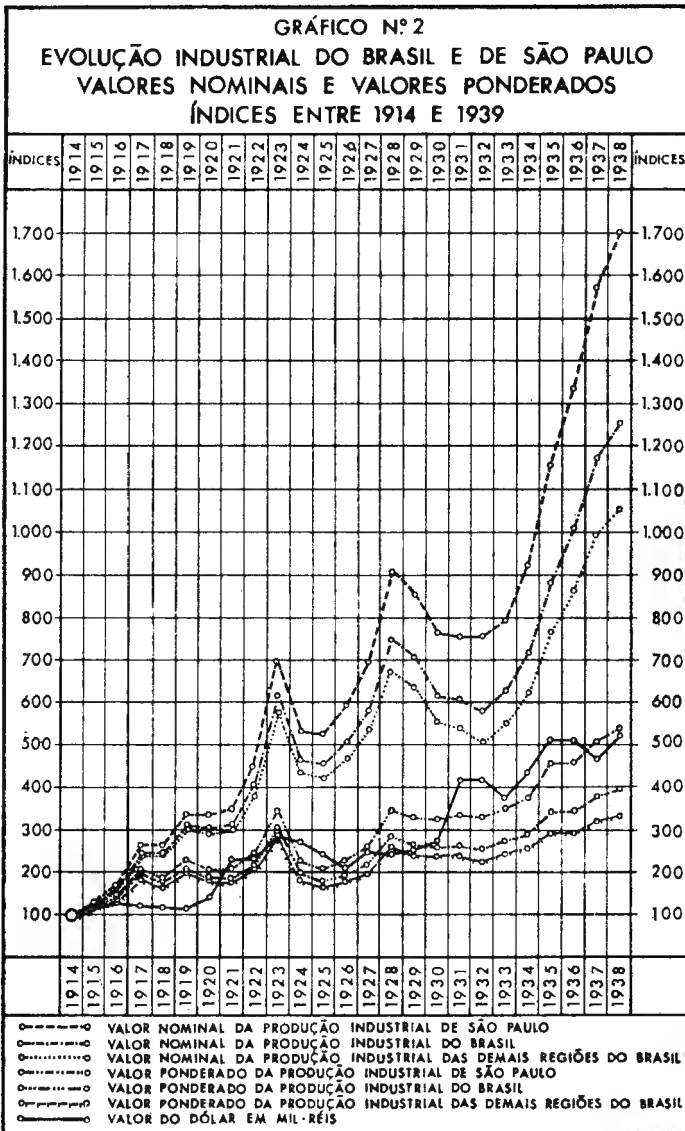
que cresceu de 60% em 6 anos. Jogando-se com este coeficiente de ponderação, pode-se dizer que a produção industrial, em 1920, excedia a de 1914 em cerca de 130%. De 1920 a 1928, o crescimento industrial arrefeceu, pela destruição de capitais, pelo empobrecimento de nossos mercados, pela geada de 1918, pelas incertezas de nossa orientação na política monetária e pelo regresso à nova expansão cafeeira.

Assim é que, se entrando com o coeficiente de ponderação, determinado pelo custo de vida, registram-se para o Brasil e São Paulo os seguintes índices aproximados da produção industrial, em relação a 1914:

ÍNDICES DO CUSTO DE VIDA E DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL

Anos	CUSTO DE VIDA		PRODUÇÃO INDUSTRIAL			
			<i>São Paulo</i>		<i>Brasil</i>	
			Nominal	Ponderado	Nominal	Ponderado
1914	100	100	100	100	100	100
1915	108,5	129	119	127	118	118
1916	116,5	169	145	164	140	140
1917	128,3	264	206	253	197	197
1918	144,1	262	181	247	171	171
1919	148,8	335	226	312	209	209
1920	163,8	336	206	308	188	188
1921	167,9	348	208	315	188	188
1922	184	449	244	401	218	218
1923	202,8	698	345	616	303	303
1924	236,6	530	224	461	194	194
1925	252,8	525	208	452	178	178
1926	260	594	228	504	193	193
1927	267,4	693	259	581	217	217
1928	263	903	343	747	284	284
1929	261	858	328	702	269	269
1930	237,3	764	322	617	260	260

De 1930 a 1933, com a crise mundial e baixa nos preços de todos os produtos, a produção cresceu pouco em mil-réis, mas não



decreceu, praticamente, em volume e em valor real, como se verifica pelos respectivos índices:

CUSTO DE VIDA		PRODUÇÃO INDUSTRIAL			
Anos		São Paulo		Brasil	
		Nominal	Ponderado	Nominal	Ponderado
1931	228,8	759	332	607	265
1932	229,5	755	329	581	253
1933	227,6	796	350	622	273

Em 1932 ocorre a revolução paulista. O rigoroso cadastro que se levantou no Estado, dos *stocks* de matérias-primas e das possibilidades industriais, permitiu ao governo revolucionário orientar uma mobilização industrial para fins militares. Essa mobilização e a produção obtida, demonstraram a respeitável importância do parque industrial de São Paulo.

O aumento contínuo do meio circulante, que se foi verificando a partir de 1934, e a contínua baixa de nosso poder aquisitivo no exterior, estimularam, nestes últimos cinco anos, um novo e relevante impulso industrial. Foi o nosso parque chamado a fornecer ao Estado e ao Brasil, um grande contingente de artigos indispensáveis ao consumo, que o país se viu na incapacidade de adquirir no exterior.

E a partir de 1934, as produções industriais se traduzem nos seguintes algarismos, sempre em relação a 1914:

CUSTO DE VIDA		PRODUÇÃO INDUSTRIAL			
Anos		São Paulo		Brasil	
		Nominal	Ponderado	Nominal	Ponderado
1934	245,6	922	376	711	289
1935	256	1.155	451	882	343
1936	291	1.337	459	1.009	345
1937	312	1.572	503	1.174	375
1938	318	1.702	534	1.254	394

Nos últimos 5 anos a produção industrial paulista cresceu, pois, consideravelmente, em valor absoluto e aumentou de 60% em relação a 1934.

As tabelas de consumo de energia elétrica na capital, confirmam essa asserção, pois o consumo verificado de 246.022.904 kW em 1934, passou para 397.405.080 kW em 1938.

Em mil-réis, incluindo-se a produção das empresas frigoríficas e dos moinhos de trigo, a produção paulista deve, no momento, exceder de 5.000.000:000\$000, mais de 40% do valor da produção industrial brasileira, que deverá ter ultrapassado, em 1938, 12.000.000:000\$000 em mil-réis papel.

Essa produção paulista assim se qualifica:

— Indústrias têxteis	24 %
— Produtos de alimentação	22 %
— Preparação de metais, fabricação de máquinas, aparelhos e instrumentos	13 %
— Vestuários, artigos de fios e tecidos, objetos para toucador	10 %
— Produtos químicos	10 %
— Papel, papelão e artes gráficas	4,5%
— Madeiras, serrarias, móveis e artefatos	3,0%
— Materiais de construção	2,5%
— Cerâmica (louças, vidros e cristais)	2,4%
— Couros e peles	1,8%
— Diversos	6,8%

Evidencia-se nesse quadro da distribuição das manufaturas do maior parque industrial do Brasil, a predominância da produção de artigos para consumo imediato. Nota-se a ausência de indústrias pesadas e básicas, na constituição do nosso aparelhamento econômico. Já existe, no entanto, uma apreciável indústria de cimento, algumas fábricas importantes de produtos químicos e uma larga variedade de fábricas médias e pequenas de instrumental mecânico.

Atendendo a que o país dispõe de regiões altamente propícias a uma grande lavoura, os governos têm dado o melhor de sua atenção às atividades agrárias, nas quais, aliás, labuta a maioria da população do país.

A indústria se tem constituído graças às solicitações do consumo, como resultante da impossibilidade absoluta da nação de obter, no exterior, os meios de pagamentos necessários à importação.

É um progresso industrial, em sua maior parte alheio à ação dos governos e às questões da política interna, gerado por um determinismo econômico inelutável.

As indústrias pesadas e de base não se podem, porém, formar, com facilidade, sem a existência de capitais suficientes e sem a adoção de uma política econômica governamental definida e segura, dentro da qual estejam claramente delineadas as normas da política industrial.

O nosso parque de indústrias de transformação já é importante. A implantação de indústrias básicas permitiriam um barateamento considerável de inúmeros artigos de consumo e a maior divulgação do emprego da máquina, ainda tão deficiente e precária no Brasil.

Essa orientação teria salutar repercussão no nosso aparelhamento econômico e em nossa vida social.

Os salários pagos pela indústria paulista em 1938 subiram a mais de 750 mil contos. Os salários médios mais elevados ocorrem nas indústrias metalúrgicas, nas de fabricação de material elétrico, nas de transportes e nas artes gráficas.

As matérias-primas consumidas na produção industrial paulista de 1938 devem representar mais de 2.000.000 de contos de réis. No entanto, as matérias-primas importadas do estrangeiro, nesse mesmo ano, pelo porto de Santos, importaram em cerca de 400.000 contos. A indústria paulista recebe, portanto, do estrangeiro, cerca de 20% das matérias-primas que consome.

O consumo das matérias-primas de origem mineral, vegetal e animal, no Brasil, para as indústrias, deve montar a mais de 5.000.000:000\$000. Destas, menos de 20% são de origem estrangeira. (Em 1937, 938 mil contos; em 1938, 844 mil contos). As exportações totais de nossos produtos meramente agrícolas não alcançaram, em 1938, 4.200.000:000\$000. Verifica-se, destarte, que apesar de pequena, a indústria nacional já adquire dos homens que trabalham em terras brasileiras valores pelo menos iguais aos dos produtos agrícolas que se exportam para o estrangeiro.

Contribuição norte-americana em São Paulo

Falando perante representantes da prestigiosa nação amiga, não posso deixar de prestar, neste momento, justa homenagem à contribuição norte-americana na evolução do parque industrial paulista.

As grandes obras que a The São Paulo Tramway Light & Power C^o. Ltd., empresa canadense que recebeu, porém, a colaboração de conhecidos técnicos norte-americanos, e que aplica, também, em larga escala os seus métodos de trabalho, levou a efeito no planalto piratiningano, para o suprimento de energia elétrica, criaram para essa região, uma situação de alguma forma semelhante à que, no século passado, existia nas regiões inglesas, norte-americanas e alemãs, junto às grandes hulheiras.

A formação de grandes lagos na Serra do Mar pelo represamento de rios que corriam para o interior e o despejo desse volume nas vertentes do Cubatão, representam uma iniciativa ciclópica, que honra sobremodo os técnicos que a conceberam e os engenheiros que a realizaram. Essas obras proporcionam a São Paulo a possibilidade de obter a energia suficiente à triplicação do atual parque industrial e rasgam largos horizontes a outros múltiplos cometimentos.

A indústria paulista, quanto a esse elemento fundamental, poderá, com o termo dessas obras, usufruir a mesma tranqüilidade de que gozavam os industriais norte-americanos, ingleses e alemães, estabelecidos nas proximidades de suas vastas bacias carboníferas, quanto à produção da força motora.

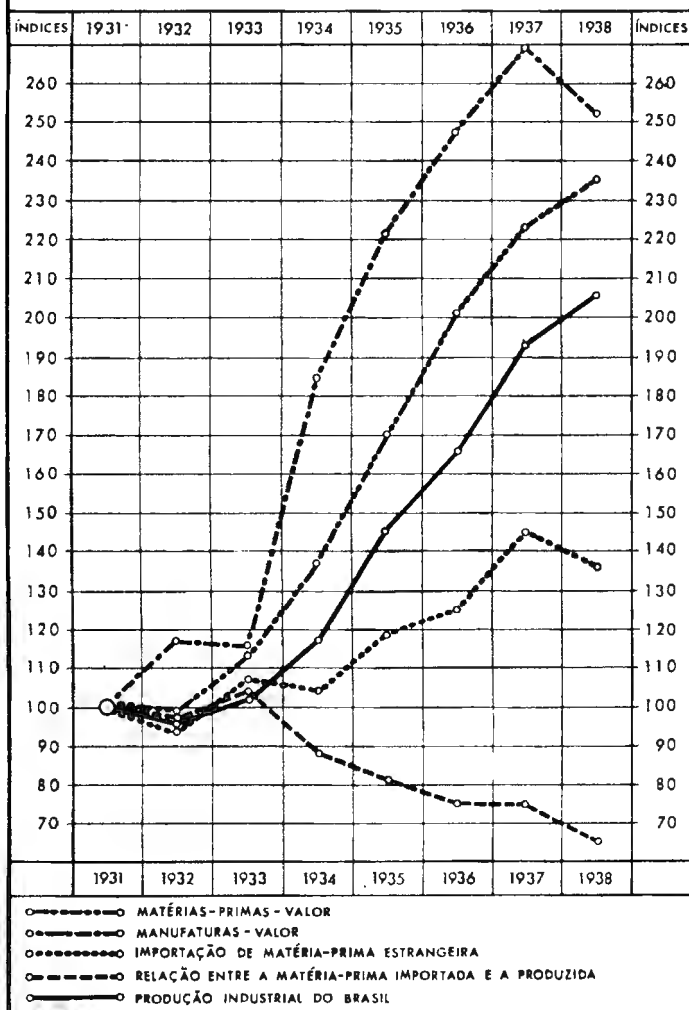
Serviços de fornecimento e distribuição de energia elétrica a várias regiões do planalto paulista, financiamento de muitas outras empresas do mesmo gênero, serviços de transportes elétricos, os modernos métodos utilizados em nossos "packing-houses", na indústria de cimento, na indústria do aproveitamento e benefício do milho e em várias outras, são fatos que demonstram a benéfica influência dos capitais e da técnica norte-americana em nosso desenvolvimento econômico.

Mercados internos

O Sr. Waldir Niemeyer, alto funcionário federal, realizou ultimamente uma conferência em que mostrou o reflexo que vão tendo as atividades industriais no desenvolvimento dos nossos mercados internos.

Em 1937, a produção registrada de matérias-primas nacionais, oleaginosas, tecidos, borracha, madeiras, couros, peles, sebos, fu-

GRÁFICO Nº 3
 ÍNDICES DO COMÉRCIO DE CABOTAGEM,
 TRANSPORTES E IMPORTAÇÃO DE MATÉRIAS-PRIMAS
 ENTRE 1931 E 1939



mo, combustíveis, metais e minérios foi de 4.800.000 quilos, no valor de 3.244.000:000\$000.

A diversificação de nossas indústrias, a sua proximidade, muita vez, dos centros de abastecimentos de matérias-primas, a precariedade dos meios de transporte e a deficiência de nossos serviços de estatística, não permitem ainda um registro exato desses valores. Não tenho dúvidas, portanto, em afirmar, que as indústrias nacionais consumiram, em 1938, acima de 5.000.000:000\$000 de matérias-primas e, deste valor, mais de 4.000.000:000\$000 foram adquiridos em nossos mercados internos.

As nossas vias férreas, as linhas de cabotagem e as rodovias, acusam um contínuo aumento no volume dos transportes, e, com exceção do óleo combustível e da gasolina, as nossas estatísticas de importação demonstram também que se estabilizam ou decrescem as importações de matérias-primas estrangeiras.

O quadro abaixo dá uma noção aproximada da situação.

ÍNDICES DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL, COMÉRCIO DE CABOTAGEM E IMPORTAÇÃO DE MATÉRIAS-PRIMAS

1931 = 100

	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938
ÍNDICES DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL DO BRASIL:								
valor	100	95	102	117	145	166	193	206
ÍNDICES DO COMÉRCIO DE CABOTAGEM:								
VALOR { matérias-primas .	100	99	113	137	170	201	223	235
{ manufaturas ...	100	117	116	185	221	247	269	252
ÍNDICES DA IMPORTAÇÃO DE MATÉRIA-PRIMA ESTRANGEIRA								
peso-(toneladas)	100	94	107	104	118	125	145	136

Não obstante o caráter regional da maioria de nossas indústrias, a ponto de São Paulo só importar, de outros Estados, cerca de 10% das matérias-primas que consome e só exportar menos de 20% de suas manufaturas, já se vai operando um entrelaçamento salutar entre as várias regiões econômicas do país.

As indústrias do Sul importam borrachas, fibras, cacau, sementes oleaginosas, algodão de fibras longas e outros produtos do Norte. São Paulo importa fumo do Rio Grande do Sul, madeiras do Paraná e ferro gusa de Minas Gerais. O charque, os biscoitos, os tecidos de lã, as conservas de frutas rio-grandenses, já são consumidos em todo o Brasil.

Os tecidos, louças, vidros, cristais, ferragens, calçados, artefatos de borracha, artigos de papel e papelão de São Paulo, encontram também mercados em todo o país. Os cigarros e tecidos especializados cariocas são consumidos pelo Brasil afora. Em Pernambuco localizam-se modernas fábricas de tecidos e de conservas de frutas. Na Paraíba fabricam-se cimento, sabões e óleos vegetais. Em Minas Gerais desenvolvem-se as indústrias de laticínios, a siderurgia e muitas fábricas de tecidos de algodão. O Rio Grande do Sul especializa-se mais em vinhos, conservas, subprodutos da pecuária e metalurgia fina.

Capacidade aquisitiva

Estando os estabelecimentos industriais instalados nas zonas de maior prosperidade e pelos motivos já apontados, de dificuldades de transportes, os mercados internos brasileiros são ainda muito restritos. As condições de autarquia em que vivem grandes zonas agrícolas brasileiras, que produzem para o seu próprio consumo, reduzem extraordinariamente a capacidade aquisitiva de mais de 2/3 da população nacional. Daí, os precários índices médios de padrão de vida que se deduzem das estatísticas.

As facilidades de alimentação e a clemência do clima, que permite sensível economia de vestuário, aliadas às restrições internacionais opostas pelos países imperialistas ao comércio de produtos tropicais, limitam, consideravelmente, o estímulo ao trabalho e às possibilidades de empreendimentos agrícolas lucrativos, em vastas zonas brasileiras. Enfraquecem-se assim, ainda mais, os índices do poder aquisitivo nacional. Todo o país, salvo zonas muito restritas, ainda não está praticamente maquinizado. Resulta disso o baixo consumo de produtos de ferro e aço "per capita": 10 quilos, em confronto, por exemplo, com o consumo norte-americano, superior a 400 quilos.

Se, por um lado, tais fatos denotam pobreza, por outro anunciam o enorme mercado de expansão, de que ainda poderão dispor as indústrias brasileiras, quando, por uma política econômica adequada e por um esforço conjunto da nação, pudermos alcançar um estágio mais adiantado em nossa evolução econômica.

Fontes de energia e combustíveis

Já salientamos ter sido a falta de combustíveis um dos principais óbices à evolução industrial brasileira, no século XIX. Com o progresso da eletricidade, valorizaram-se as quedas de água, avaliadas potencialmente em mais de 20 milhões de cavalos.

A primeira instalação de energia hidroelétrica foi feita em Minas Gerais, em 1883, em uma pequena usina de 52 kW. Em 1900 existiam apenas 11 modestas usinas, com a potência total de 17.441 HP.

A primeira grande instalação hidroelétrica foi levada a efeito em Parnaíba, no rio Tietê, a 34 quilômetros da capital paulista. Era uma instalação de 8.000 HP, e foi inaugurada em 1901.

Em 1910, possuíamos 88 usinas, com 152.160 kW.

Essas construções se aceleraram e, em 1920, acusávamos como vimos, 356 instalações hidroelétricas. Em 1938 existiam cerca de 1.200, com capacidade potencial superior a 1.100.000 kW. Desse total, São Paulo possui mais de 60%. O Distrito Federal figura em 2.º lugar com 174.115 kW e Minas Gerais em terceiro, com 110.000 kW. O Rio Grande do Sul possui 144 usinas geradoras, das quais 97% produzindo 33.778 kW, são termoelétricas, acionadas pelo carvão rio-grandense.

Somente o grupo “Rio e São Paulo Tramway, Light & Power”, possui, no Rio de Janeiro, São Paulo e Santos, instalações gerando mais de 800.000 HP, nas quais, com os serviços anexos, estão investidos capitais superiores a 75 milhões de libras esterlinas.

O crescimento industrial paulista levou a “Light & Power” a sucessivos aumentos nas suas instalações. A estiagem de 1925 estimulou a construção das grandes obras da Serra do Cubatão, que estão situadas, neste momento, quanto à capacidade geradora, em 8.º lugar entre as maiores instalações mundiais, com a possi-

bilidade ainda de galgar o 3.º, terminados os desdobramentos previstos.

Permitem esses números aquilatar do importantíssimo papel que vêm tendo as usinas elétricas no Brasil, para as quais está ainda reservado um promissor futuro, desde que se resolvam, com equidade e rapidez, as questões que têm ultimamente surgido, relativamente ao caráter de sua exploração.

Carvão-de-pedra

A possança das minas de carvão-de-pedra existentes no Sul do Brasil, principalmente nos Estados do Rio Grande e Santa Catarina, já foi avaliada pelos nossos geólogos como sendo da ordem aproximada de 5 bilhões de toneladas.

Trata-se de um minério pobre, capaz de produzir cerca de 5.000 calorias por tonelada, mas com alto teor de cinzas. Depois de várias tentativas, a sua utilização firmou-se, a datar de 1914. O Governo Federal e o do Rio Grande do Sul têm estimulado, sob várias formas, o desenvolvimento dessa mineração, quer efetuando empréstimos a várias empresas, quer lhes assegurando contratos de fornecimentos e, a partir de 1931, obrigando todos os importadores de carvão estrangeiro a adquirirem, em carvão nacional, 10% da tonelagem de carvão importado, percentagem essa que em 1937 foi elevada a 20%.

A importação de carvão estrangeiro tem-se mantido abaixo de 2.000.000 de toneladas; 1.941.946 em 1930, 1.135.219 em 1934 e 1.707.852 toneladas em 1937.

A produção do carvão nacional, de 376.852 toneladas em 1930, passou para 500.000 toneladas em 1933, 700.000 em 1934 e 854.985 toneladas em 1938.

Os crescentes aperfeiçoamentos dos dispositivos para a utilização de carvões pobres, justificam uma promissora perspectiva de maior utilização do combustível nacional. O Estado do Rio Grande do Sul já o emprega largamente em suas usinas, seus transportes e suas indústrias.

Conselho Nacional de Petróleo

As pesquisas para a descoberta do petróleo entre nós não tinham sido, até há pouco, coroadas de êxito. Alisto-me entre os brasileiros que crêem na existência desse produto básico no país. Além de indícios veementes aparecidos em vários lugares, recentemente, constatou-se a sua existência no recôncavo da Bahia, local altamente estratégico quer do ponto de vista econômico, como do aspecto militar.

O governo criou o Conselho Nacional de Petróleo, constituído por grandes técnicos, inacessíveis a influências e interesses particulares e que vêm orientando o estudo sistematizado do magno problema.

Parece que nos Estados da Bahia e Alagoas e no Território do Acre, é que se apresentam, no momento, maiores possibilidades do aparecimento do precioso combustível.

Com a enorme potência de energia hidráulica disponível na parte Centro-Sul do país e com a melhoria contínua no aproveitamento dos carvões pobres do Sul, se o Leste do Brasil produzir petróleo, aí teremos três elementos básicos para a solução da produção da nossa energia motora, distribuídos em situações altamente favoráveis.

Indústrias de tecidos

O algodão é nativo no Brasil. Os índios o utilizavam para redes, tangas e outros fins. Os primeiros exploradores da terra exportaram esse algodão para a Europa. No regime patriarcal em que durante vários séculos viveu a nossa agricultura, fiava-se o algodão nas propriedades rurais e teciam-se os panos, manualmente, ou com utensílios primitivos.

Pela natureza de nosso clima, o algodão é a matéria-prima ideal para o vestuário da população. A indústria de fiação de tecidos de algodão tinha, portanto, que tomar o grande impulso que adquiriu. A sua produção atual se fixa em mais de 1 milhão de contos de réis.

A produção total da indústria têxtil, incluindo tecidos de juta, lã, seda natural e artificial e outros produtos conexos, deve alcançar 3 milhões de contos de réis.

Só em São Paulo o valor dessa produção, segundo as estatísticas oficiais organizadas pela Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, ultrapassou, em 1937, 1 milhão e 100 mil contos de réis.

As fábricas de seda artificial que se implantaram no país e as indústrias de lã, necessárias à população do Sul, vêm concorrendo para o aperfeiçoamento dos seus produtos.

As novas fibras do algodão paulista, que permitiram o surto de uma recente e ponderável riqueza no ativo da balança de nosso comércio exterior, concorreram também, pelas suas altas qualidades intrínsecas, para melhorar sensivelmente os tecidos nacionais.

Quanto à indústria de algodão, o Centro Industrial do Brasil consignava a existência, em 1915, de 1 512.626 fusos e 51.134 teares, produzindo 470.783.355 metros de panos. Atualmente, possuímos 2.800.000 fusos e 80.000 teares, consumindo 100 mil toneladas de algodão e produzindo, anualmente, cerca de 800 milhões de metros de pano.

Nas estatísticas mundiais, comparecemos com 520 fábricas, ocupando, quantitativamente, o 5.º lugar; o 10.º, quanto ao número de teares e consumo de algodão e o 11.º, quanto ao número de fusos.

Devemos ter, nessa indústria, mais de 200.000 operários e a sua produção deve representar cerca de 25% da produção industrial brasileira.

A recente crise que ainda experimenta, devido, principalmente, a uma diminuição verificada no ritmo do crescimento do consumo interno, veio provar que, tecnicamente, está habilitada a produzir artigos que podem ser vendidos em competições internacionais e que a exportação de seus produtos será uma realidade, se nos orientarmos, por diretrizes adequadas, em uma conveniente política comercial.

Estabelecimentos frigoríficos

Nos tempos coloniais, a pecuária exerceu um largo papel na formação da unidade econômica brasileira. Foi o gado que permitiu a penetração e a ocupação, pelo homem, de imensas zonas do sertão, proporcionando a alimentação dos mineradores durante a

exploração do ouro, no século XVIII, levando os paulistas a integrarem no Brasil os Estados do Sul e promovendo, durante dois séculos, grandes correntes comerciais pelo interior do país.

O Brasil sempre foi tido como possuidor de um dos maiores rebanhos do mundo, dispondo de enormes possibilidades para o seu aumento e aperfeiçoamento.

Durante a guerra européia, iniciou-se a exportação de carnes congeladas e a indústria tomou grande desenvolvimento nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, existindo hoje 14 estabelecimentos frigoríficos, mantidos em sua maioria por capitais norte-americanos e ingleses.

Ainda não foi devidamente apreciada a notável ação que essas empresas vêm tendo no incremento da criação e na valorização das terras do interior.

Como aconteceu em outras regiões, as empresas vão a pouco e pouco absorvendo o mercado interno de fornecimentos dos produtos de suas "packing-houses", dadas as economias que conseguem com a industrialização, em larga escala, da matança de gado e utilização dos subprodutos.

Assim é que esses estabelecimentos, fiscalizados pelo governo federal, nos últimos tempos têm abatido, anualmente, mais de 1.700.000 bovinos e 900.000 suínos, em valor superior a 600 mil contos de réis.

As empresas frigoríficas representam, hoje, em função do valor da produção, a nossa segunda atividade industrial.

A sua capacidade diária de matança atinge:

em São Paulo	4.740 bovinos
	4.100 suínos
no Rio Grande do Sul	3.500 bovinos
	3.400 suínos
e no Rio de Janeiro	500 bovinos
	200 suínos

O valor da exportação de carnes congeladas, das carnes em conserva, couros e subprodutos, produzidos nesses estabelecimentos ultrapassa, anualmente, de 300 mil contos de réis.

Cimento

Esta importantíssima indústria básica foi também iniciada no Estado de São Paulo, que já possui 2 grandes fábricas.

Montaram-se, posteriormente, instalações no Estado do Rio de Janeiro, no Espírito Santo, na Paraíba e em Minas Gerais.

O quadro abaixo demonstra a queda na importação e o crescente aumento na produção dessa matéria-prima. Em 1929, chegamos a importar 500.000 toneladas de cimento; no ano que se findou, essa importação caiu a 50.000 e a produção nacional atingiu 604.703 toneladas, no valor de 120.000 contos de réis, aproximadamente.

PRODUÇÃO E IMPORTAÇÃO DE CIMENTO

Anos	Produção nacional toneladas	Importação toneladas	Consumo total toneladas
1926	13.382	396.322	409.704
1927	54.623	441.959	496.582
1928	87.964	456.212	544.176
1929	96.208	535.276	631.484
1930	87.160	384.503	471.663
1931	167.115	114.332	281.447
1932	149.453	160.534	309.987
1933	221.553	113.870	335.423
1934	310.480	125.702	436.182
1935	362.999	114.154	477.153
1936	492.293	78.190	570.483
1937	563.034	74.831	637.865
1938	604.703	51.400	656.103

Siderurgia

A existência entre nós das maiores e melhores jazidas mundiais do minério de ferro, em face da situação rudimentar da nossa indústria siderúrgica, choca o observador superficial.

Como já fizemos sentir, no governo de D. João VI, nos idos de 1808 a 1821, ensaiamos a criação dessa indústria, que crescia na Inglaterra como causa e efeito da Revolução Industrial.

Durante o período da mineração, no século XVIII, boa parte das ferramentas dos mineradores era feita em forjas primitivas que se espalhavam pelas Minas Gerais, em que se empregavam processos diretos, ensinados pelos negros africanos importados como escravos.

D. João VI quis instalar no país os primeiros altos-fornos, contratando para esse fim técnicos estrangeiros. Em Minas não foram coroadas de êxito as primeiras tentativas, mas em São Paulo, em Ipanema, correu, em caráter industrial, o primeiro ferro líquido nacional, em 1.º de novembro de 1818, do alto-forno, de modestas proporções, ali instalado.

As grandes distâncias, o custo dos transportes, a ausência do coque metalúrgico, cujo emprego veio incrementar a produção mundial em larga escala e a falta de um mercado interno ponderável e condensado, foram, como vimos, as causas principais do entorpecimento dessa indústria, no século XIX.

Em Minas Gerais, desenvolveram-se, nesse século, pequenos fornos locais, mais aperfeiçoados do que os primitivos, trabalhando ainda o minério pelo processo direto. Satisfaziam essas pequenas instalações a mercados regionais limitados.

A decadência que sofreu a agricultura do Norte do país, no século XIX, por motivos principalmente de ordem político-comercial, adotados pelas nações imperialistas, e a natureza especial da cultura do café, não estimulavam a produção do ferro no Brasil. A ausência de fatores apropriados e de uma política industrial, não favorecia, por sua vez, a nossa maquinização. Daí, o insucesso, em Minas Gerais, no século passado, e mesmo em princípios do século XX, de várias tentativas para a exploração de altos-fornos.

A guerra européia veio dar alguma vida aos altos-fornos mineiros. De então para cá, acentua-se a linha ascendente da produção do ferro gusa, que, de 755 toneladas, em 1900, 3.000 em 1904, ultrapassou 100.000 toneladas em 1938.

Possuímos hoje, no país, algumas usinas que produzem apenas o ferro gusa, outras que o produzem e o refinam para aço e outras ainda que trabalham somente em laminação.

São apenas 12 altos-fornos, trabalhando com carvão de lenha, e 2 usinas com fornos Martin e laminadores, em Minas Gerais e Distrito Federal, e 3 com fornos Martin, fornos elétricos e laminadores, em São Paulo.

Existem ainda em São Paulo algumas pequenas usinas trabalhando sob o sistema de “paquetage”.

De qualquer forma, porém, a nossa capacidade de produção atual em ferro e aço, gira em torno de 150 mil toneladas. No entanto, importamos anualmente para mais de 350 mil toneladas de ferro e aço como matéria-prima e em artigos manufaturados.

Essa produção abastece, assim, pouco mais de 1/3 de nossas atuais necessidades, em matéria-prima. É pouco, portanto, o que possuímos; mas não podemos deixar de registrar o esforço considerável que as usinas nacionais estão fazendo para desenvolver essa indústria em Minas Gerais, utilizando-se do carvão vegetal, que nossas reservas florestais ainda podem proporcionar. O sistema de cortes nas matas utilizadas para carvão permite um reflorestamento natural em menos de 15 anos, e, desde que seja cientificamente orientado, causa menos mal ao solo do que a erosão decorrente de uma utilização integral pela agricultura, sem os processos de defesa contra essa erosão.

Nesta questão de siderurgia, indústria básica para a maior maquinização do país, para o barateamento de seus aparelhamentos econômicos e melhor evolução de suas indústrias, estamos agindo em círculo verdadeiramente vicioso. Por falta de combustíveis apropriados, de transportes e de um mercado interno de valor, não imprimimos à siderurgia um desenvolvimento paralelo ao dos outros povos adiantados. A falta desse desenvolvimento impede a nossa maior evolução industrial e maior enriquecimento. A deficiência de capitais nacionais e a ausência de uma larga política econômica não permitem aos industriais brasileiros a sua cooperação, em proporções adequadas, ao grande impulso que o problema está reclamando.

Não são, porém, apenas questões de ordem técnica que aí se encontram em jogo. São também várias outras, ligadas à economia geral do país e à sua segurança internacional. O Sr. Presidente da República e as nossas forças armadas o compreenderam, empenhando-se, por isso, nos últimos tempos, pela definitiva solução do assunto. Aliás, já devemos aos nossos técnicos militares adiantadas instalações fabris de armas e munições, que vêm exercendo benéfica influência na solução de vários problemas industriais de alto interesse para o país. Temos, pois, fundadas esperanças de vê-lo solucionado em breve, de uma forma consentânea com as justas aspirações nacionais.

Indústrias eletroquímicas

As atividades, neste setor, apenas iniciadas, possuem, no entanto, todos os elementos de êxito: energia apropriada, abundância de matérias-primas, mercados promissores.

Leis trabalhistas

O Brasil muito se avantajou na adoção de normas do direito social.

A simples enumeração do que aqui já se adotou em poucos anos, não deixará de admirar mesmo aos norte-americanos, tão acostumados a ritmos agigantados de progresso. Vejamos uma relação sucinta:

- a) Concessão de férias anuais, remuneradas, com salário integral a cargo do empregador, de 7, 11 e 15 dias, de acordo com o número de dias de trabalho efetivo.
- b) Auxílio à mulher gestante. Afastamento do serviço durante 6 semanas anteriores e posteriores ao parto. Meio salário pago pela caixa do instituto de seguro social, ou, na falta deste, pelo empregador. Estabelecimento de local apropriado, nas fábricas em que trabalhem mais de 30 mulheres maiores de 16 anos, para a guarda e assistência das crianças, durante o período da amamentação.
- c) Seguro obrigatório contra acidentes do trabalho, a cargo dos empregadores. A indenização e socorros a serem prestados aos acidentados estão meticulosamente regulados na lei.
- d) Proibição de dispensa, sem indenização, de qualquer empregado sem justa causa, sendo a indenização calculada à razão de um mês de salário por ano de serviço. O empregado com mais de 10 anos de serviço efetivo só pode ser dispensado da empresa em que serve, mediante processo justificativo perante as autoridades competentes.
- e) Contribuição mensal obrigatória de 3% das folhas de pagamento à caixa do Instituto de Aposentadoria e Pensões, grande órgão de previdência que recolhe a contri-

buição tríplice do empregado, do empregador e do governo, para a formação de capitais garantidores da aposentadoria e benefícios aos operários inválidos.

- f) Leis regulando o trabalho de menores, só admitindo a sua utilização entre 14 e 18 anos, assim mesmo com obrigações ao empregador de fazer ministrar instrução primária aos menores analfabetos.
- g) Horários de trabalho industrial limitado a 48 horas semanais. Em casos excepcionais, mediante acordo ou convênio prévio poderá haver aumento com adicionais progressivos nos salários.
- h) Legislação especial para os empregados de empresas de transportes, bem como adicionais de salários para as indústrias consideradas insalubres.
- i) Instituição de um salário mínimo que satisfaça as necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transportes de todo trabalhador, a ser decretado para diversas regiões do país, sujeitos a variações, de acordo com a época.
- j) Instituição da justiça especial para as questões trabalhistas.

Devemos mencionar ainda as leis sobre sindicalizações obrigatórias, sobre a nacionalização do trabalho, de controle, pelo empregador, do cumprimento do serviço militar do empregado, bem como a outorga a este de 2/3 do ordenado ou salário durante o tempo em que servir no exército. Existem ainda outras leis e regulamentos já promulgados ou em elaboração.

Esses encargos sociais representam, até hoje, para o empregador, um ônus superior a 10% sobre folhas de salários efetivamente pagos durante o ano. Além dessa legislação trabalhista, devemos mencionar ainda as preocupações oriundas das novas modificações de leis fiscais, ditadas pelas necessidades do tesouro público e pela evolução produtiva do país. Os encargos de ordem material têm sido suportados pela indústria, já estabelecida, graças à compensação relativa que lhe tem sido proporcionada com a contínua depressão do valor internacional de nossa moeda.

As complicações de ordem administrativa, que todas essas medidas têm trazido ao nosso parque industrial, contribuem, porém, para retardar, de alguma forma, novas iniciativas.

Existe, de fato, uma desarmonia entre esse excesso de normas do novo direito social e a deficiência de medidas estimuladoras da produção.

Repete-se, aliás, mais uma vez, o fenômeno que se tem verificado no Brasil, em diversas épocas: uma fácil receptividade por parte dos bacharéis em direito, que constituem a maioria das classes dirigentes do país, para todas as novidades jurídicas que se observam nos centros mais adiantados do mundo. Não há, infelizmente, a mesma receptividade quanto aos assuntos de ordem econômica. Daí a incompreensão de que têm sido vítimas várias empresas nacionais e estrangeiras que se dedicam ao fomento das riquezas brasileiras. Não se trata, porém, de idéias preconcebidas e a correção virá, com o profundo bom senso, espírito conservador e amor à sua terra, que são as características da maioria dos brasileiros.

Confio em que essa desarmonia desaparecerá e que assistiremos, em breve, à adoção de normas eficientes de política econômica que incentivem a formação de capitais nacionais e a vinda de capitais estrangeiros para auxiliarem o Brasil a alcançar os mesmos índices de progresso material que se observam em muitos outros povos. Aliás, esse enriquecimento é de absoluta necessidade a fim de que possamos custear a criação dos meios de defesa, de que tanto carecemos, para segurança de nossa pátria, num instante, como o presente, de tão profundas apreensões internacionais.

Alcançados esses objetivos, as classes patronais brasileiras darão como bem empregados todos os sacrifícios e atribulações que têm experimentado e todo o espírito de cooperação que vêm desenvolvendo, no desejo de se ajustarem a esta avançada orientação governamental.

A questão dos salários

O exame do salário médio auferido em todo o país demonstra que é excessivamente baixo e que os maiores salários estão exatamente nas regiões mais prósperas, alcançando níveis ridículos nas zonas reconhecidamente empobrecidas.

Essa asserção confirma as incoercíveis leis econômicas, segundo as quais a capacidade de ganho está intimamente ligada ao valor da produção.

Um de nossos gráficos, meticulosamente levantado pela observação da evolução de salários nas indústrias de São Paulo, e que se adapta também ao Rio de Janeiro, demonstra que as nossas taxas cambiais vêm acompanhando inexoravelmente a nossa expansão monetária, verificando-se, no Brasil, o cumprimento da lei da teoria quantitativa da moeda.

O nosso custo de vida cresce no mesmo sentido da valorização do ouro em moeda nacional, mas não na mesma proporção. Essa circunstância gera o interessante fenômeno de dois poderes aquisitivos, profundamente diversos, para a nossa moeda: o interno e o externo. Mas a linha de salário médio segue, bem aproximadamente, a linha do custo de vida. Isso é explicado pelo fato de as indústrias procurarem continuamente os operários habilitados e são, naturalmente, forçadas a lhes pagar, pela concorrência de mão-de-obra, o justo salário que podem alcançar num meio organizado.

As compressões de salários só se verificam em regiões de grande empobrecimento, nas quais há excesso de mão-de-obra em relação às necessidades da produção.

O Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, com a sua perfeita organização e superior direção está habilitado a fornecer, continuamente, dados insofismáveis em relação aos níveis de salários nas várias regiões do país.

Conclusões gerais

A apreciação, em conjunto, da evolução industrial brasileira, nos permite confirmar as seguintes conclusões gerais:

- 1) Fatores de ordem geográfica, econômica e de política comercial não favoreceram o nosso surto industrial, antes de 1885.
- 2) A formação de capitais no país pela cultura cafeeira no Vale do Paraíba e, mais tarde, no planalto paulista, aliada a novas diretrizes no regime tarifário e à política inflacionista do governo, propiciaram o nosso primeiro surto industrial, de 1885 a 1892.

- 3) A notável imigração para São Paulo, o refluxo dos colonos para as cidades, provocado pelas primeiras superproduções do café, as grandes depressões cambiais e as instalações de usinas hidroelétricas, favoreceram o segundo surto industrial, no começo deste século, mais acentuado em São Paulo.
- 4) A guerra européia deu um novo e decisivo impulso à evolução industrial paulista.
- 5) As crescentes necessidades de consumo de uma população que diariamente aperfeiçoa a sua civilização, forçam a intensificação industrial do país, pois que não possuímos poder aquisitivo no exterior suficiente para adquirirmos ali as manufaturas de que necessitamos.
- 6) A produção industrial brasileira, não incluindo as usinas de açúcar, já deve hoje exceder de 12 milhões de contos de réis. O valor do consumo da matéria-prima nacional deve alcançar 4,5 milhões de contos, mais do que o valor das produções agrícolas exportadas.
- 7) Os nossos índices de consumo indicam que a produção industrial do Brasil está apenas em seu início e que uma política econômica adequada e o estabelecimento de indústrias básicas podem concorrer para um extraordinário progresso e para o levantamento do nosso nível econômico.
- 8) Nota-se, cada vez mais, a necessidade de uma profunda harmonia de vistas entre os grandes interesses da agricultura e da indústria, pois que, vivendo a maioria das nossas populações no campo e dada a extraordinária grandeza de nossas terras e a facilidade da produção de artigos para alimentação e vestuário, o progresso da indústria está intimamente ligado ao enriquecimento da lavoura, parte importantíssima dos mercados internos.

O progresso da agricultura vai, por seu turno, e cada vez mais, depender do aumento das indústrias, pelo crescimento de consumo das matérias-primas oriundas da terra.

Não pode existir incompatibilidade entre o crescimento industrial do Brasil e os interesses econômicos dos Estados Unidos. A

observação realista dos fatos demonstra que não podemos adquirir mais manufaturas estrangeiras, sem criarmos novas exportações.

Os Estados Unidos, com toda a sua boa vontade para com o Brasil, também, não podem adquirir produtos nossos na escala de que necessitamos, para fornecer, em troca, produtos industriais a 45 milhões de consumidores. Temos de buscar nos Estados Unidos, ao invés de artigos de consumo imediato, de preferência produtos para o nosso equipamento econômico. Acontece que é exatamente nesse setor que os Estados Unidos desenvolvem as suas maiores atividades produtoras. A situação nos está, portanto, mostrando como é possível o perfeito ajustamento econômico entre os nossos dois grandes países, sem ferir a nossa evolução industrial, que é absolutamente incompressível.

Cada vez que procurarmos comprar mais do que exportamos, as taxas cambiais caem e a nossa indústria é chamada a corrigir, automaticamente, os erros de orientação dos nossos homens públicos.

Alisto-me, sinceramente, entre os que nutrem esperanças de que os Estados Unidos poderão manter realmente conosco, no terreno econômico e industrial, uma cooperação e uma aproximação, em harmonia com as ligações de ordem política, por que todos almejamos.

PRODUÇÃO INDUSTRIAL (APROXIMADA) NOS VARIOS
ESTADOS DO BRASIL, EM 1938

São Paulo	5.000.000	de	contos	de	réis
Distrito Federal	2.400.000	"	"	"	"
Rio Grande do Sul	1.200.000	"	"	"	"
Minas Gerais	1.200.000	"	"	"	"
Rio de Janeiro	600.000	"	"	"	"
Pernambuco	600.000	"	"	"	"
Bahia	250.000	"	"	"	"
Paraná e Santa Catarina	400.000	"	"	"	"
Outros Estados	350.000	"	"	"	"
	<u>12.000.000</u>	"	"	"	"

ARRECAÇÃO DO IMPOSTO FEDERAL DE CONSUMO,
NOS DIVERSOS ESTADOS DO BRASIL, EM 1937 E 1938

ESTADOS	JANEIRO A DEZEMBRO	
	1937	1938
Amazonas e Acre	2.912:542\$900	3.297:861\$400
Pará	6.044:231\$600	8.078:969\$100
Maranhão	2.820:299\$900	3.007:301\$000
Piauí	1.047:337\$700	1.221:980\$500
Ceará	6.224:739\$500	7.187:527\$300
Rio Grande do Norte	1.654:164\$200	4.248:121\$000
Paraíba	6.802:171\$700	7.376:473\$500
Pernambuco	29.050:657\$700	34.187:734\$600
Alagoas	3.948:153\$100	3.935:957\$700
Sergipe	4.249:166\$700	4.347:915\$900
Bahia	16.770:701\$100	21.103:969\$400
Espírito Santo	2.064:199\$900	2.576:197\$500
Rio de Janeiro	39.394:430\$000	43.950:029\$300
Distrito Federal	176.354:714\$600	225.509:535\$500
São Paulo	269.780:294\$500	353.906:021\$600
Paraná	9.859:933\$100	13.072:487\$800
Santa Catarina	10.148:652\$100	13.575:497\$200
Rio Grande do Sul	48.326:831\$400	67.749:863\$800
Minas Gerais	27.249:052\$900	33.541:506\$700
Goiás	729:202\$500	943:970\$900
Mato Grosso	1.315:684\$800	1.696:073\$500
Totais	666.747:161\$900	854.514:895\$200

PERCENTAGENS, POR ESTADOS, DAS CONTRIBUIÇÕES EFETUADAS PARA O IMPOSTO DE CONSUMO E PARA O INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS INDUSTRIÁRIOS (SALÁRIOS INDUSTRIAIS) NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 1939

ESTADOS	Percentagem sobre a arrecadação do Imposto de Consumo	Percentagem sobre a arrecadação geral do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários
Amazonas e Acre	0,39%	0,37%
Pará	0,95%	0,79%
Maranhão	0,35%	0,41%
Piauí	0,14%	0,08%
Ceará	0,84%	0,56%
Rio Grande do Norte	0,49%	0,39%
Paraíba	0,86%	0,78%
Pernambuco	4,02%	4,41%
Alagoas	0,46%	0,82%
Sergipe	0,51%	0,54%
Bahia	2,47%	2,11%
Espírito Santo	0,30%	0,41%
Rio de Janeiro	5,14%	4,60%
Distrito Federal	26,38%	23,32%
São Paulo	41,42%	43,91%
Paraná	1,53%	1,74%
Santa Catarina	1,59%	1,76%
Rio Grande do Sul	7,93%	8,05%
Minas Gerais	3,93%	4,71%
Goiás	0,11%	0,08%
Mato Grosso	0,19%	0,16%

DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL DO
ESTADO DE SÃO PAULO

NATUREZA DA PRODUÇÃO	VALOR		
Indústrias têxteis	1.200.000	contos de réis	
Produtos de alimentação (incluindo moí- nhos de trigo e "packing-houses") .	1.100.000	"	" "
Preparação de metais; fabricação de máqui- nas, aparelhos e instrumentos	650.000	"	" "
Vestuários, artigos de fios e tecidos, obje- tos para toucador	500.000	"	" "
Produtos químicos	500.000	"	" "
Papel, papelão e artes gráficas	225.000	"	" "
Madeiras, serrarias, móveis e artefatos ...	150.000	"	" "
Materiais de construção	125.000	"	" "
Cerâmica (louças, vidros e cristais)	120.000	"	" "
Couros e peles	90.000	"	" "
Diversos	340.000	"	" "
	<u>5.000.000</u>	"	" "

2

ORIENTAÇÃO INDUSTRIAL BRASILEIRA

Neste memorável momento brasileiro em que ao benéfico influxo de uma sábia orientação administrativa se encaminham e se consolidam as grandes conquistas feitas pela nação na larga estrada do progresso, não parece fora de propósito, na solene instalação do Centro das Indústrias do Estado de S. Paulo, procurar fixar, ainda que palidamente, o que tem feito em nosso país a atividade industrial.

Evolução industrial

A indústria brasileira nasceu das necessidades locais, cresceu e evoluiu entre as maiores dificuldades, e apesar disso já tem em seu ativo assinalados serviços à nação. É no entanto doloroso constatar que amiúde é ela maltratada e agredida pelos iconoclastas de todos os tempos, que procuram numa ânsia devastadora rebaixar, no campo mesquinho de suas locubrações, todas as realizações, por mais profícuas ou fecundas que sejam.

País vastíssimo, com populações disseminadas e pouco condensadas, com abundância de matérias-primas e com dificuldades de transportes oriundas da sua formação topográfica e geológica, o Brasil iniciou no período colonial as primeiras indústrias locais, de caráter primitivo, para o fabrico de produtos indispensáveis.

Crescendo o país e recebendo constantemente o influxo das civilizações adiantadas, compreenderam os brasileiros e os estrangeiros que aqui vinham fixar domicílio, a necessidade da implantação de indústrias modernas, adequadas ao meio, e que constituem

hoje o vinco mais forte da ação do homem onde quer que ele se estabeleça. Data de 1885 o crescimento industrial do país, crescimento que se avolumou principalmente nos períodos de 1890-1895 e de 1914-1919.

O papel da indústria

Em toda parte as indústrias são consideradas padrão do adiantamento de um povo. Os núcleos devotados a pesquisas industriais são verdadeiros centros de elaboração mental, centros de permuta de idéias, centros de irradiação de inteligência e de progresso. As indústrias são grandes cooperadoras da formação das elites. Basta mencionar que as invenções, fruto de estudos, esforços e sacrifícios de toda a sorte, em cujo holocausto se têm sacrificado muitos milhares de vidas humanas, as invenções, dizia eu, constituem o princípio vital das grandes indústrias. São incontestáveis os benefícios carreados ao alargamento da inteligência do homem, à sua capacidade produtora, ao aumento da sua cultura, pelas descobertas no campo físico-químico e pelas máquinas, frutos primordiais das invenções. Foram as máquinas que reduziram o preço de custo das utilidades, pondo ao alcance dos bolsos mais modestos o que dantes era privilégio dos ricos. A competição industrial exalta a inteligência do homem estimulando-o a novas pesquisas, a novos estudos, a novas descobertas, na ânsia incessante de desbravar os campos infinitos da ciência. A máquina, aumentando sua produtividade, afasta-o do trabalho manual e embrutecedor, aguça-lhe a inteligência, permite a elevação do nível dos salários, a redução das horas de trabalho, favorece as possibilidades da instrução proletária, melhora enfim a sorte da humanidade!

Para que bem se aquilate do que representa o emprego da máquina e da força motriz no aumento da produção e portanto no aumento do salário operário, damos a seguir os índices verificados nos Estados Unidos em 1923, tomando-se 100% como índice do ano de 1899.

Força motriz em 1923	336%
Numero de operários em 1923	190%
Produção em 1923	285%

Isto significa que em 1923 um operário, graças ao emprego de máquinas e força motriz, produziu 50% mais do que em 1899.

Se é certo que a base da estrutura econômica do Brasil deve repousar na cultura da terra, não é menos certo que no estágio atual da civilização, a independência econômica de uma grande nação, seu prestígio e sua atuação política como povo independente no concerto das nações só podem ser tomados na consideração devida, possuindo este país um Parque Industrial eficiente, na altura do seu desenvolvimento agrícola.

A independência econômica e, portanto, a perfeita independência política só pode existir, na generalidade dos casos, nos Estados em que se conjugam em estreita harmonia e íntima interdependência a Agricultura e a Indústria.

Na formação dos grandes impérios coloniais, o que a nação diretora, o que a mãe-pátria tem sempre em vista, é a criação de novos mercados para suas indústrias, mercados esses que lhe ficam em subordinação econômica e política.

Basta mencionar que em 1750 a Inglaterra, desejosa de manter para si o monopólio dos mercados coloniais americanos, proíbia nestes a fabricação de um simples prego de ferro!

Assim, os brasileiros que combatem a implantação e disseminação das indústrias no país, fazem consciente ou inconscientemente obra a favor das nações estrangeiras, interessadas na conquista dos nossos mercados, trabalhando para que retrogrademos à posição de colônia dos produtores estrangeiros à mercê ainda de um bloqueio econômico em caso de guerra.

Indústria americana

Nos Estados Unidos, onde a indústria cresceu e evoluiu amparada por uma grande política protecionista, o maior consumidor da formidável produção industrial daquele país é o próprio povo americano, sendo apenas exportados menos de 10% da sua produção industrial.

Quando estabelecidos num mesmo país, o parque industrial e a cultura agrícola se devem conjugar, crescer, se auxiliar e se desenvolver num esforço harmônico e eficiente. Ao invés de uma

classe disputar o predomínio sobre a outra, devem completar-se, conjugar seus esforços e entrelaçar por tal forma os seus interesses, que não possa viver uma sem a outra. Assim é nos Estados Unidos. É tão grande aí a íntima relação entre a Agricultura e a Indústria, que a cada nova penetração agrícola em zonas virgens do país, acompanha imediatamente a implantação de novos centros de indústrias auxiliares. Os industriais americanos têm os seus olhos fixos na produção agrícola do país. E isto porque aos anos das colheitas más correspondem anos de crises industriais. A agricultura, além da matéria-prima, forneceu grande parte dos capitais para as iniciativas industriais naquele país, onde por outro lado, ela tomou grande desenvolvimento e grande eficiência graças à utilização das máquinas, dos processos de organização de trabalho e das pesquisas científicas que a indústria lhe ensinou.

Indústria artificial

Que alegam os que combatem o desenvolvimento e consolidação do Parque Industrial brasileiro?

- a) Que a indústria brasileira é em grande parte artificial, pois importa grande porção de matéria-prima do estrangeiro;
- b) Que não contribui para o enriquecimento do Brasil;
- c) Que, vivendo sob tarifas protecionistas, produz caro, encarecendo sobremodo a vida da população;
- d) Que, atraindo braços à cidade, perturba a mão-de-obra do trabalho agrícola;
- e) Que constitui um monopólio em favor de meia dúzia de brasileiros, em detrimento de milhões de habitantes do país.

Aos que alegam que a maioria das indústrias do Brasil são artificiais porque importam parte das matérias-primas eu poderia responder desde logo que, a prevalecer semelhante critério, a Inglaterra não seria um país industrial. E isto porque enquanto as indústrias do Brasil importam menos de 20% do valor da sua produção em matérias-primas, a Inglaterra importa 65%. Uma série de circunstâncias, como a existência de combustível, uma organização operária profissional e perita, o mais poderoso sistema

de transportes, a maior organização econômico-financeira e o maior império colonial do mundo, permitem à Inglaterra manter a sua potência industrial. O industrialismo na Inglaterra teve o seu grande desenvolvimento com o monopólio que soube criar de abastecimento industrial às suas colônias. A riqueza da Inglaterra, o seu poder político, o seu prestígio mundial, estão intimamente ligados às suas indústrias, que alimentam o seu povo e a sua poderosa marinha mercante.

Na República Argentina, há uma grande campanha nacionalista a favor do desenvolvimento da produção industrial naquele país, onde ainda há pouco Manuel Ugarte exclamava: “Nos umbrais do presente século se encontra um dilema: A Argentina será industrial ou não cumprirá os seus destinos”. Intensifica-se ali a campanha a favor do aumento da política protecionista, a fim de se desenvolver o industrialismo.

O Brasil, abrangendo dentro de uma linha ininterrupta de divisas uma formidável área territorial, tendo das mais poderosas reservas mundiais de força hidráulica e quiçá de muitas fontes de energia como os combustíveis, reservatório poderoso de matérias-primas, terra onde a alimentação é fácil e barata, possui condições especiais para um grandioso desenvolvimento industrial.

Pode-se dizer que não há país no mundo que obtenha em seu próprio território toda a matéria-prima para suas indústrias e, portanto, não há razão alguma em supor que a indústria, que importa matéria-prima é artificial, quando ela no mínimo deixa no país grande parte do valor do produto que é a mão-de-obra nacional.

Indústria, fator de riqueza

Querer negar que o desenvolvimento e a consolidação do Parque Industrial brasileiro concorrem para o aumento da riqueza, prestígio, poder e formação da nossa própria raça, é desconhecer os mais mezinhos princípios da política econômica e social. A grande indústria, por toda a parte do mundo em que se instala, traz como corolário a melhoria dos salários, o barateamento relativo do produto, o enriquecimento social e o aumento da capacidade do consumo. Traz ainda mais, como consequência, a intensificação das relações comerciais, dos meios de transportes e a marcha

vitória da civilização. O Parque Industrial brasileiro só pode portanto concorrer para o enriquecimento do Brasil.

Regime protecionista

Ouve-se comumente, à guisa de increpação, que as indústrias brasileiras vivem sob um regime protecionista, encarecendo sobremodo a vida do povo. É preciso acentuar desde logo que, se no Brasil existem tarifas alfandegárias altas, essas tarifas respondem, porém, precipuamente, antes a exigências do tesouro que a intuições protecionistas.

Não há propriamente no Brasil política protecionista em toda a sua acepção. O que existe é a incidência de altas tarifas onerando indistintamente variados produtos de importação, quer se trate de matérias-primas, produtos manufaturados ou gêneros alimentícios. Uma política protecionista organizada para o desenvolvimento das indústrias, desonera as matérias-primas, pouco grava os produtos semimanufaturados, fazendo incidir os impostos aduaneiros principalmente sobre os produtos manufaturados. É de salientar que as nossas tarifas alfandegárias foram organizadas muito anteriormente à conflagração européia. Devido à valorização a que atingiram os produtos manufaturados, pode-se dizer que as tarifas em vigor “por peso” sofreram um decréscimo diretamente proporcional ao encarecimento dos produtos importados. Nas próprias tarifas “ad valorem” a maior proteção diminui com a valorização dos produtos. De fato, um determinado produto, que valia £ 100.-/- ouro e que pagava à razão de 20% £20.-/- de direitos aduaneiros, hoje valendo £ 300.-/- paga na mesma proporção £ 60.-/-; no entanto, a margem para produção, que era no primeiro caso de £ 80.-/-, passou no segundo a ser de £ 240.-/-, e como as despesas gerais e despesas industriais não crescem proporcionalmente à valorização dos produtos, ainda nessa categoria houve de fato uma diminuição relativa na gravação alfandegária.

Aos que atribuem a elevação do custo da vida ao regime alfandegário, eu pediria que observassem que, no consumo médio por cabeça no Brasil, os produtos industriais representam 30% dos valores consumidos. Ora, já existem muitos produtos industriais brasileiros a melhor preço que os estrangeiros, de modo que admi-

tindo um encarecimento médio de 20% sobre a generalidade dos produtos industriais, verifica-se que as tarifas protecionistas, na parte referente às indústrias, nunca onerariam em mais de 6% o custo médio da vida. Mas tudo isso é hipotético, porque o custo de vida no Brasil ainda é barato em relação aos demais países estrangeiros e o Brasil foi um dos países em que menos se notou o encarecimento da vida no período pós-guerra. É o que comprovam as observações a respeito e as estatísticas, tendo-se em vista as oscilações cambiais nos diferentes países.

Deslocação de braços

Não representa ainda no Brasil uma realidade o que alegam em relação aos desvios de braços da agricultura para a indústria.

De fato, o censo de 1920 mostrou que no Brasil, em 30.635.605 habitantes, 6.376.380 empregavam sua atividade na exploração do solo e 1.189.357 na indústria em geral, sendo que no trabalho fabril em particular se ocuparam apenas 313.156 habitantes. Na indústria em geral, avultam os ocupados em edificações e vestuários. Donde se conclui que, ao passo que na agricultura estão ocupados 21% da população, na indústria em geral se encontram apenas 3,8% e na indústria fabril pouco mais de 1%; salvo casos locais, verifica-se que não é à indústria, que aliás ocupa em regra operários especializados, que se pode ou se deve atribuir a culpa da deficiência de braços para a lavoura.

Pseudomonopolizadores

Aos que finalmente acusam os industriais de monopolizadores em detrimento de milhões de habitantes do país, responderei que, num país libérrimo como o nosso, em que todas as atividades a todos estão franqueadas, o único monopólio que nós outros industriais possuímos é o do nosso trabalho, do nosso esforço, e das nossas iniciativas. Aos que têm merecimento, fácil é obter rapidamente capital para no Brasil instalar-se. É disto um vivo exemplo o Sr. Conde Matarazzo, cujo nome declino com o maior respeito, e que conseguiu pelas suas iniciativas em nosso país conquistar fora de nossas fronteiras honrosa reputação de grande industrial.

Números brasileiros

Vem a propósito fazer um pouco de estatística.

O valor aproximado da produção agrícola anual é no Brasil, de cerca de 8.000.000 de contos. O valor anual da produção industrial está avaliada em 4.000.000 de contos. O valor da importação é de 3.200.000 contos, o da exportação de 3.800.000 contos. Da importação, 1.800.000 contos correspondem a artigos manufaturados, 700.000 contos a matérias-primas, 700.000 contos a artigos de alimentação.

Computando para o Brasil uma população de 37 milhões de habitantes, verifica-se que o consumo por cabeça é de pouco mais de 300\$000 anuais. Constatase desses enunciados quanto ainda é pequena a capacidade de consumo do brasileiro e que para esse índice a produção industrial entra com cerca de 90\$000.

Trabalho paulista

Em relação ao Parque Industrial paulista, ainda é mais flagrante a injustiça que habitualmente se comete. São Paulo, produzindo pouco mais de 1.200.000 contos em suas indústrias, ou seja, 1/3 da produção industrial brasileira, exporta no entanto cerca de 50% do que o Brasil remete para o estrangeiro. Se houvesse grandes favores decorrentes do regime tarifário, eu poderia acrescentar que, enquanto cabe a São Paulo apenas 1/3 destes benefícios, contribui ele no entanto com quase 50% para a estabilidade cambial. A que vilíssimas taxas cambiais não seria conduzido o Brasil se não existisse a produção paulista? Que preços exorbitantes não iria pagar a população do Brasil por todos os produtos manufaturados e importados, sem o trabalho e a produção paulista? A que nível, igualmente, não desceriam as taxas cambiais se tivéssemos de importar ainda os 100 milhões de libras que representam a produção do Parque Industrial brasileiro?

Carestia da vida

Aos que procuram sinceramente determinar as razões do en carecimento da vida no Brasil, aconselharia que estudassem sero

namente o problema e chegariam à conclusão de que no Brasil não existe vida cara, mas sim, *ganho insuficiente*, porque o índice de produção é baixo em relação à população e extensão do nosso território.

Durante 20 anos, procurei por todos os meios conseguir um tipo de habitação barata, que permitisse ao operário de menor salário, dentro de suas possibilidades, uma moradia decente, e verifiquei ser o problema por enquanto economicamente insolúvel, dadas as modernas exigências da higiene e da segurança das construções. A solução está no aumento do ganho médio, e esse aumento de ganho médio está ligado ao aumento da eficiência do trabalho e, portanto, aos problemas principais da formação da nossa nacionalidade, organização do nosso aparelhamento econômico, moeda sã e crédito abundante, higiene e instrução.

Combatendo a orientação dos que pregavam a necessidade de baixar o custo de vida na Argentina, escreve ainda Manuel Ugarte: “O temor da vida cara é um dos preconceitos econômicos mais atrasados e lamentáveis. A vida é sempre tanto mais cara quanto mais próspero e triunfante é um país. Tudo fica barato em dinheiro nas nações paralisadas e decadentes. A vida é barata na China e é cara nos Estados Unidos. Mas como os salários estão em proporção com a soma de bem-estar de que esses povos desfrutam, a única diferença é que um povo vive em maiúscula e o outro morre em minúscula”.

Enquanto que o consumo médio por cabeça é no Brasil de 300\$000 anuais, na Argentina esse consumo é de um conto de réis e nos Estados Unidos de mais de 5 contos de réis. Estes são os verdadeiros índices que devem ser estudados.

O aumento do ganho

O aumento do ganho precisa, porém, ser conseguido dentro das leis econômicas, e não pelo simples arbítrio dos Governos ou das classes patronais, sob pena de encarecermos os produtos e entravarmos a produção. É pelo aumento da produção em geral que temos de obter o aumento do ganho médio e, portanto, o aumento do consumo médio por habitante.

Os números índices que organizamos para o Brasil, para a República Argentina e para os Estados Unidos, demonstram a infe-

rioridade relativa em que nos encontramos quanto à receita pública, aos índices de riqueza pela relativa pobreza da nossa produção e à íntima conexão existente entre a capacidade de produção e de consumo, e ainda os demais elementos da constituição vital da nacionalidade.

Orientação industrial moderna

Segundo a moderna orientação, as indústrias vão sendo exercidas nos meios adiantados com a preocupação máxima de “servir”, de serem úteis aos meios em que se acham estabelecidas, sendo o ganho, antes que um fim, uma função decorrente.

Nos Estados Unidos, por toda parte faz-se uma intensa propaganda do aperfeiçoamento dos métodos da indústria e dos negócios que são considerados como uma espécie de função pública, comportando responsabilidades sociais e deveres para com a comunidade. A produção em todos os seus aspectos está sendo considerada nos países que se acham na vanguarda da civilização, como um negócio da nação e não como um interesse individual. Por toda parte, se prega a concentração de todos os patriotas em torno do amparo e do fomento da produção, base fundamental da criação de um povo forte e capaz de desempenhar papel saliente no concerto das nações. Verdadeiro crime de lesopatriotismo cometem pois os que procuram aniquilar ou combater sob qualquer forma a produção do país, criando tropeços ao seu desenvolvimento, promovendo lutas de classes, tentando criar leis perturbadoras do trabalho.

Noção de liberdade

A independência política de uma nação só é efetiva em todos os seus aspectos, se ela se baseia numa situação econômica forte, numa independência econômica relativa, sem a qual não existe de fato a independência política. Nas nações econômica e financeiramente fracas, o produtor nacional entrega os seus produtos, na permuta internacional, por valor inferior ao verdadeiro, em benefício de nações melhor organizadas. Não traduz de fato, como que uma injusta restrição da sua liberdade, ser o produtor obrigado a entregar o fruto de seu trabalho em troca de valores inferiores?

QUADRO COMPARATIVO ENTRE A PRODUÇÃO E CONSUMO DO BRASIL, ARGENTINA E ESTADOS UNIDOS

(Dados principais tirados do *The World* — Edição de 1928)

1926	BRASIL	ARGENTINA(1)	EST. UNIDOS(2)
a) Produção industrial	4.000.000:000\$	4.700.000:000\$	546.000.000:000\$
b) Produção agrícola .	8.100.000:000\$	5.700.000:000\$	101.500.000:000\$
c) Produção total			
(a-b)	12.100.000:000\$	10.400.000:000\$	647.500.000:000\$
d) Exportação	3.800.000:000\$	6.650.000:000\$	39.900.000:000\$
e) Importação	3.200.000:000\$	6.900.000:000\$	37.500.000:000\$
f) <i>Balanço</i> (d-e)	600.000:000\$	250.000:000\$	2.400.000:000\$
g) Consumo interno			
(c-f)	11.500.000:000\$	10.650.000:000\$	645.100.000:000\$
h) Receita fiscal arrecadada	1.650.000:000\$	2.360.000:000\$	33.300.000:000\$
i) População	37.000:000\$	10.350:000\$	117.000:000\$
j) Consumo per capita (g-i)	310\$	1:030\$	5:500\$
k) Arrecadação fiscal per capita (h-i) ..	45\$	228\$	285\$
l) Consumo relativo per capita	100,0%	332,0%	1.774,0%
m) Arrecadação relativa per capita	100,0%	506,0%	633,0%
n) Arrecadação em relação ao consumo .	100,0%	151,7%	34,5%
o) Produção per capita (c-i)	327\$	1:005\$	5:534\$
p) Arrecadação em relação à capacidade de consumo per capita de cada país (k-j)	14,5%	22,0%	5,0%
q) Arrecadação em relação à produção per capita de cada país (k-o)	13,7%	22,7%	5,0%
r) Produção em relação à capacidade de consumo per capita de cada país (o-j)	105,5%	97,5%	100,6%

(1) Dados principais tirados do Almanaque *The World*, de 1928 e do Boletim n.º 201 da "Dirección General de Estadística" da República Argentina. Valores convertidos ao câmbio de 8\$400 por dólar ou peso ouro.

(2) Dados retirados do Almanaque *The World*. Valores convertidos ao câmbio de 8\$400 por dólar.

Naturalmente por assim compreender é que o eminente Sr. Presidente da República ligou importância fundamental ao problema da estabilização do valor da nossa moeda, sem a qual a produção do país viveria em contínua anarquia com reflexos perturbadores nos demais fenômenos sociais.

Situação atual

O aumento da capacidade do consumo, como acima explanei, só poderá ser conseguido pelo aumento da capacidade da produção, acarretando o crescimento das relações comerciais internas e externas, a intensificação das permutas, o enriquecimento progressivo da população. Como atingir rapidamente tal objetivo, se existia no país a desordem monetária, anarquizando a produção, fazendo desaparecer a base da organização de todo trabalho pela contínua instabilidade do valor de sua remuneração? A estabilização do valor da moeda permitirá, com as suas conseqüências iniciais e com as medidas complementares já verificadas, o rápido desenvolvimento do país na senda da grande produção.

Já é muito o que se conseguiu no campo industrial brasileiro, em face das múltiplas dificuldades que se lhe antolhavam. Hoje, com o valor estável do meio circulante os industriais poderão focalizar os problemas que de perto lhes interessam e que dantes não podiam ser seriamente encarados porque eram mínimos em relação ao grande mal oriundo das contínuas flutuações cambiais.

Programa do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo

Por tudo o que acima fica exposto, é patente a absoluta coincidência entre os fins que colimam os industriais e os verdadeiros interesses nacionais. O aumento da capacidade do consumo do país representará a abertura de um considerável mercado para os industriais brasileiros: o consumo e a produção, crescendo harmonicamente, aumentarão a riqueza, trarão o engrandecimento do país, o bem-estar e a tranqüilidade da sua população, que poderá

com a calma e a serenidade precisa resolver então todos os demais problemas nacionais, que são de ordem secundária em relação ao que está sendo solvido neste momento pelo Governo da República.

Promovendo o engrandecimento e a consolidação do Parque Industrial brasileiro por todos os meios ao seu alcance, pelo estudo, propaganda e ação, dentro da ordem de idéias que acabamos de expor, o Centro das Indústrias do Estado de S. Paulo tem traçado o seu programa.

Ao influxo dessas idéias e desses postulados, visando à grandeza do Estado e do Brasil, se unem e assim se fortalecem todas as grandes forças industriais de S. Paulo, nas quais indistintamente, movidas pelos mesmos ideais patrióticos, se fundem estrangeiros e brasileiros, constituindo todos parcelas de trabalho nacional. Para a realização, porém, do seu vasto programa contam os industriais de São Paulo com o necessário apoio dos Governos da União e do Estado, na exata compreensão da sua alta missão e encaminhamento dos problemas nacionais.

O Exmo. Sr. Dr. Júlio Prestes, eminente Presidente do Estado e principal colaborador, como líder que foi, na Câmara Federal, da reforma monetária e financeira que o Exmo. Sr. Presidente da República está levando a termo, dando arras desse apoio, aquiesceu gentilmente ao nosso convite para presidir a esta reunião.

Com os nossos agradecimentos, pela honra com que tanto nos desvaneceu, pode S. Exa. contar com a nossa solidariedade no trabalho ingente em que está empenhado na realização do seu programa de Governo, cujos frutos já se vão colhendo auspiciosamente nas providências que tem determinado, principalmente às que se referem à defesa do café e à organização do crédito bancário e que tão de perto dizem com a riqueza coletiva.

Estendemos também os nossos agradecimentos ao seu ilustre Secretário da Agricultura, cuja ação vai sendo tão profícua aos altos interesses de São Paulo e aos demais auxiliares do seu Governo, ao digno representante do Sr. Ministro da Agricultura e Indústria, às ilustres associações de classe, à imprensa e a todos quantos, acudindo ao nosso convite, compareceram a esta solenidade nos prestigiando com a sua presença.

3

PROJETO DE REFORMA MONETÁRIA

A instabilidade cambial

Sou dos que acreditam, disse-me o Dr. Simonsen, com a maior sinceridade, que o projeto corresponde a uma das máximas necessidades do país.

Este meu modo de ver não é de hoje e já o expus em relatório que apresentei, a seu pedido, à Missão Inglesa que visitou o Brasil em 1924.

Atribuo a maior parte das nossas crises à instabilidade cambial.

No regime atual, as classes produtoras são forçosamente castigadas em cada esforço de expansão que desenvolvem; a qualquer crescimento segue invariavelmente uma amputação produzida pela violenta oscilação cambial.

No Brasil existem, relativamente, poucas fortunas, e os homens ricos não se encontram entre os que produzem, isto é, entre os agricultores e industriais; são antes encontrados nas classes dos intermediários e dos que exploram serviços públicos, isto é, entre todos aqueles que recebem a remuneração de seus serviços em forma de comissões. Essa anomalia eu a explico pela instabilidade cambial.

Cada vez que as classes produtoras exercem um esforço de expansão, aumentando a sua produção, segue-se, fatalmente, uma valorização brusca da moeda, caindo os preços em mil-réis, a maior parte das vezes abaixo do custo da produção, porquanto as osci-

lações cambiais têm correspondido a valores muito maiores que a margem de lucro que iria auferir o produtor ou o industrial. A primeira fase do projeto de estabilização, isto é, a fixação da taxa cambial máxima, corresponderá a um incremento imediato na produção nacional. Assim é que um industrial poderá calcular a que preço em mil-réis ficarão os produtos similares estrangeiros ao câmbio de 6 d., e terá imediatamente uma noção segura dos produtos que pode fabricar em competição com as indústrias estrangeiras.

A situação na agricultura

Na agricultura, acredita o Dr. Simonsen que fenômenos idênticos se observarão. Afirmou ele:

— Na agricultura vão-se observar fatos semelhantes. O agricultor paulista, por exemplo, que abandonou a cultura de algodão, poderá verificar à taxa de 6 d. qual será em mil-réis o custo da produção do algodão nos Estados Unidos, o maior produtor do artigo. Caso possa produzir em São Paulo algodão a preço mais barato, poderá entregar-se com tranqüilidade a essa cultura, garantindo mesmo os preços futuros se assim lhe aprouver. Até hoje os produtores brasileiros tinham contra si na concorrência internacional, além de todos os fatores inerentes a países novos, o grande elemento de desorganização que era a instabilidade da moeda.

Daí, o só podermos contar com segurança, como crédito em nossa balança de comércio, com o valor do café, que é um produto de que temos praticamente o monopólio. Todos os demais produtos de exportação em que tínhamos competidores estrangeiros apareciam com irregularidade e só periodicamente em nossa estatística de exportação.

Sendo o barateamento da produção uma consequência da organização e esta por sua vez uma consequência da continuidade da produção e da sua expansão, claro é que no regime atual nos apresentamos desarmados e pobres na concorrência internacional.

Com a fixação do máximo da taxa cambial, o agricultor e o industrial brasileiros só conhecerão como limites da sua expansão a organização e os preços da concorrência estrangeira; não sofrerão mais a amputação violenta da oscilação cambial para a alta.

Desarmados e pobres na concorrência mundial

Perguntei o Dr. Simonsen o que pensava da taxa vil que fora escolhida e ele me disse:

— A taxa escolhida como limite máximo da alta cambial oferece a vantagem de permitir o imediato desenvolvimento da produção.

Outra qualquer taxa acima dessa demandaria ainda algum tempo e talvez mesmo alguns anos para que o trabalho e a produção alcançassem o seu nível e pudessem só então se organizar e se expandir devidamente de modo a poder competir com a produção estrangeira.

Toda a vida do país se irá ajustando paulatinamente a essa taxa que deve estar muito próxima da relação atual do custo da vida. E, no entanto, as classes produtoras do país, que constituem realmente o nervo principal da nação, têm com essa taxa um estímulo ao seu imediato desenvolvimento e um indício seguro para a sua definitiva organização.

A taxa escolhida

Mas o presidente da Construtora não alimenta dúvidas sobre a possibilidade da baixa. Ele me afirmou fleugmaticamente:

— A primeira fase em que se vai desenvolver a execução da nova lei não pode, a meu ver, evitar a baixa cambial se, conforme opinião de muitos entendidos das atuais condições econômicas e financeiras do país, resultar essa tendência.

Mas, existindo esse limite de alta, qualquer tendência para a baixa cambial será corrigida imediatamente por um crescimento da nossa produção exportável. Essa baixa funcionará como um prêmio à produção e a tendência niveladora será irresistível.

Asseverar o contrário é negar confiança à eficiência econômica do Brasil.

O sucesso absoluto do plano

A convicção do Dr. Simonsen no êxito do plano do Sr. Washington é absoluta:

— Desde que a conversão de nossa moeda para a base ouro só se opere quando as condições econômicas e financeiras do país o permitirem, não vejo porque ao plano do Sr. Presidente da República não seja assegurado um sucesso absoluto.

Os elementos indicadores da oportunidade e sucesso da aplicação desse plano o governo tê-los-á com segurança em suas próprias mãos.

Desde que como conseqüência de uma política sadia e de um desenvolvimento da produção do país a tendência do câmbio seja para subir além da casa dos 6 d., o governo, para manter esse limite cambial, será forçado a comprar continuamente o excesso das cambiais oferecidas. O volume que for assim forçado a adquirir constituirá, por certo, um dos índices seguros da oportunidade dessa conversão.

Amparo à produção

O presidente da Construtora de Santos enxerga no projeto um largo plano de amparo à produção, pois que me assegurou:

— Penso que o projeto governamental constitui um largo plano de proteção às classes produtoras do país. Dessa proteção às classes produtoras resultarão benefícios para todas as demais classes da nação, nada valendo, a meu ver, em contraposição às grandes vantagens do projeto, alguns prejuízos ocasionais inevitáveis.

Combater este projeto por preocupação doutrinária é querer desconhecer que por força dessas mesmas doutrinas econômicas dentro de pouco tempo todos os fatores da economia e do trabalho brasileiros se reajustarão em torno do novo estado de coisas, e, no entanto, o ativo de benefícios será muitas vezes maior do que o passivo de seus inconvenientes.

4

POSSIBILIDADES DA EXPANSÃO INDUSTRIAL BRASILEIRA

Por determinação do Exmo. Sr. Presidente da República e por intermédio do Conselho Federal do Comércio Exterior, procedeu-se a um largo inquérito em todo o país para a verificação das providências aconselháveis ao incremento da expansão industrial do Brasil.

Em sessão da Câmara Federal de 29 de dezembro do ano passado, já tivemos oportunidade de fazer registrar, nos anais do Poder Legislativo, as sugestões da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, de que fomos um dos relatores, apreciando, com a devida justiça, o feliz e oportuno cometimento do Exmo. Sr. Presidente da República.

Cabe-nos, hoje, como presidente da Confederação Industrial do Brasil, com assento provisório neste alto Conselho, e na ausência do digno representante das indústrias, Sr. Dr. Euvaldo Lodi, relatar os resultados gerais dessa iniciativa.

O consumo brasileiro

Já temos tido oportunidade, e por mais de uma vez, de acentuar que a indústria nacional desfruta uma situação excepcional: todos os seus legítimos anseios coincidem com os altos interesses da nacionalidade.

A indústria deseja um mercado interno rico para a necessária expansão da sua produção. Tanto vale dizer, que anseia pela formação de capitais nacionais, pelo aumento do poder aquisitivo dos brasileiros, pela união cada vez mais intensa de todas as regiões do país, pela crescente liberdade nas intercomunicações dos Estados; enfim, pela unidade e grandeza cada vez maiores de nossa pátria.

No entanto, o consumo médio do brasileiro ainda não atinge 500 mil-réis anuais, ou sejam, pouco mais de £ 6.

Para se aquilatar da nossa pobreza, basta que se considere que o consumo médio do norte-americano alcança 150 libras esterlinas anuais.

Tendo em apreço as condições especialíssimas do país, com vastas zonas ainda na fase da economia de consumo e considerando os índices das regiões mais prósperas, verificamos que se faz mister pelo menos triplicar o nosso consumo, para que se alcance um teor médio de vida, compatível com a “dignidade do homem” na sugestiva expressão de nossa carta constitucional.

Cada brasileiro deve, portanto, consumir mais de 20 libras esterlinas anualmente, o que vale dizer que o nosso poder aquisitivo anual deve ser elevado a cerca de 900 milhões de esterlinos. Mas como as maiores exportações do Brasil mal atingiram, mesmo em ocasiões excepcionais, 100 milhões de libras, só pelo intercâmbio interno é que poderemos, pois, alcançar o poder aquisitivo de que havemos mister.

Os esforços empregados no aumento das nossas exportações, chocam-se contra as políticas comerciais dos grandes impérios coloniais, e os suplementos que pudermos conseguir, com uma melhor orientação comercial na exportação de produtos agrícolas, nunca poderão representar mais do que reduzida fração do total de que carecemos.

Os números enunciados demonstram que não podemos pedir à lavoura a criação dessa massa de poder aquisitivo e evidenciam a que estado de penúria estaríamos reduzidos se não fora o parque industrial que possuímos, a satisfazer necessidades ponderáveis do nosso consumo.

O dilema que se apresenta, inexorável, aos nossos olhos, é o seguinte: ou produziremos, dentro de nossas fronteiras, 80% do

que carecemos para elevar o padrão de vida médio do país, reservando o poder aquisitivo externo, oriundo de nossas exportações, para a aquisição de artigos necessários ao nosso aparelhamento defensivo e econômico, e de produtos de indústrias especializadas, ou estaremos condenados a um crescente estado de pobreza, nos aniquilando em esforços inúteis e em recíprocas e vãs incompreensões.

Lições do passado

O estudo profundo a que procedemos da história econômica de nosso passado, mostra que a origem principal de todos os nossos mal-entendidos internos tem sido essa pobreza. No regime colonial, a nossa exportação homem-ano alcançou 2 1/2 libras esterlinas por cabeça. No Brasil independente, esse índice pouco ultrapassa de 1 libra. Logo após a nossa independência, a exportação brasileira caiu em ouro, porque perdemos parte considerável do mercado português, seguro escoadouro de nossos produtos nortestinos. Somente depois de 1832 é que a nossa exportação voltou a atingir e a sobrepujar as cifras dos últimos anos da era colonial. A linha ascendente da exportação, no século XIX, devemo-la ao café. Entre 1822 e 1936, num movimento de 3 1/2 bilhões de libras, cerca de 2 milhões se computam no ativo do café. Não fosse o valor da preciosa rubiácea e, em consequência, o afluxo para aqui de capitais estrangeiros, que montaram a mais de 600 milhões de libras, pela confiança que lhes inspirou, pelo seu vulto, o nosso grande produto, e não seríamos senão hoje mera fração do que realmente somos.

Todos esses fatos e Algarismos demonstram o carinho excepcional que deve merecer dos poderes públicos a organização definitiva de nossa economia, traçando normas seguras a uma definida política agropecuário-industrial e dando à indústria o prestígio e o amparo de que ela carece.

Os resultados do inquérito

É inegável o interesse despertado pelo inquérito determinado pelo Exmo. Sr. Presidente da República.

Além de outras entidades e firmas privadas, acudiram ao apelo com suas sugestões: a Federação Industrial do Rio de Janeiro; a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo; a Associação Comercial do Pará; a Câmara de Expansão Comercial do Estado do Ceará; a Federação das Associações de Comércio e Indústria do Ceará; o Governador do Estado do Piauí, Sr. Dr. Leônidas de Castro Mello, a Câmara de Expansão Comercial do Estado de Pernambuco; o Departamento de Expansão Econômica de Goiás; o Governador do Estado e Presidente da Comissão de Propaganda e Expansão Comercial de Sergipe, Sr. Dr. Eronides Ferreira de Carvalho; a Câmara de Propaganda e Expansão Comercial do Estado da Paraíba.

A Associação Comercial do Pará encaminhou sugestões relativas às taxas cobradas pela Companhia do Porto do Pará, às diferenças de tarifas entre os fretes marítimos do Sul para o Norte e os de retorno; à utilização do nosso “guaraná” em certas bebidas que não contêm, na devida proporção, essa substância vegetal; ao excesso de taxação interna sobre o guaraná vegetal; ao aperfeiçoamento do cultivo do “timbó” como matéria-prima necessária à fabricação de inseticidas e à escassez e carestia de transportes.

As companhias de artefatos de borracha reclamam contra a falta da padronização dessa matéria-prima, contra o alto custo dos direitos sobre os ingredientes complementares, importados para o fabrico de produtos de borracha, contra a falta de crédito para a produção, em confronto com as facilidades e recursos assegurados aos concorrentes norte-americanos. No Ceará clama-se contra a escassez de capitais e contra a falta de bancos para o financiamento das indústrias; contra a penúria dos meios de transportes, contra a carestia dos fretes de cabotagem e as incidências fiscais sobre o sal. O Estado do Piauí brada, em primeiro lugar, pela solução do problema de transportes; em seguida, pela ausência de crédito agrícola e contra a retenção da quota de câmbio oficial na exportação da cera de carnaúba. O Estado de Pernambuco, contra a falta e a carestia dos transportes interiores e de cabotagem, acentuando a deficiência dos serviços de financiamento e distribuição de sementes de algodão aos agricultores do Estado. Goiás queixa-se, principalmente, da falta e carestia dos meios de transportes. Sergipe, do sistema estadual de taxação dos impostos de exportação. Pede o auxílio do Governo Federal no sentido de obter tarifas favoráveis à introdução do leite de coco nos mercados externos. Reclama

contra as taxas de expediente cobradas no Estado, para a entrada de matérias-primas e acessórios de que carece a indústria, e contra a cobrança de impostos interestaduais. Várias associações da indústria e do comércio representam ainda sobre a necessidade de um reajustamento de diversas pautas das tarifas de 1934. O Paraná e Santa Catarina reclamam contra o confisco cambial que onera a exportação da erva-mate e pedem a execução de medidas que lhes assegurem a manutenção dos mercados do Prata e do Chile. Minas Gerais apela para a urgente melhoria das condições de tráfego da Estrada de Ferro Central do Brasil, que não dá escoamento à sua produção mineral. A Federação Industrial do Rio de Janeiro salienta a necessidade de se incrementar, por forma eficiente, o consumo e a utilização dos produtos nacionais nas repartições públicas. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, onde se situa o maior e mais variado núcleo industrial do país, depois de sucessivas reuniões, em que foram ouvidos vários expoentes da sua produção, consubstanciou os anseios da indústria nacional, para o seu maior desenvolvimento, em uma série de sugestões e medidas, de que juntamos cópia, como parte integrante deste parecer.

Essa Federação, depois de acentuar a sem-razão do suposto antagonismo entre as aspirações da lavoura e as das indústrias, demonstrou que se achando profundamente entrosados os interesses do trabalho industrial com os da economia nacional, para que se alcancem os objetivos visados pelo inquérito, faz-se mister a fixação de diretrizes que orientem uma ampla e leal política agropecuário-industrial.

“A instabilidade de orientação em matéria econômica, como em qualquer outra, é talvez, o maior fator do cerceamento do nosso progresso. A ausência de aparelhos registradores impede que os poderes públicos verifiquem o imenso desgaste de capitais e energias que representam as indecisões de orientação em matéria econômica”.

Mostra em seguida a Federação paulista que não há, tampouco, nenhum antagonismo entre a indústria e o comércio internacional, pois que necessitando o Brasil de reservar o seu poder aquisitivo no exterior para a compra de instrumentos de defesa e de artigos necessários ao nosso aparelhamento econômico, existe um vasto campo que pode ser reservado para o desenvolvimento industrial do país e ainda um outro largo espaço, livre às importações de que carecemos, para os fins acima colimados.

O que é condenável, em relação à nossa economia, é a transigência com uma verdadeira orgia nas importações, ao simples sabor de iniciativas individuais ou de interesses alienígenas, delapidando-se o nosso fraco poder aquisitivo no pagamento de artigos estrangeiros de consumo imediato, de luxo, ou de nenhuma reprodutividade para o país.

O problema do crédito, o da distribuição, a legislação trabalhista, a racionalização da política fiscal, aí estão a demandar medidas firmes e contínuas por parte dos poderes públicos.

“A produção de matérias-primas deverá ser estimulada por uma política de crédito; pela padronização oficial; pela emulação de um sistema de exposições periódicas, com prêmios sedutores e recompensas fornecidos em concursos nacionais e internacionais, para o melhor aproveitamento da matéria-prima nacional e outras medidas que somente a continuidade da execução de uma política econômica pode proporcionar.

A mobilização dos pequenos capitais disponíveis, por intermédio da criação de selos das Caixas Econômicas; a possibilidade da efetivação de pagamento por meio dessas Caixas e desses selos em todas as regiões do Brasil; a utilização dos correios para a distribuição de mercadorias, a exemplo do que se conseguiu nos Estados Unidos, pelas chamadas “mal order houses”, a melhoria dos aparelhamentos públicos, são outras tantas providências aconselháveis à sua possível cooperação, para a intensificação comercial em todas as regiões brasileiras.

A simplificação do sistema fiscal relativo à incidência de impostos e a abolição de medidas vexatórias na sua arrecadação concorreriam, igualmente, para criar um espírito animador no desenvolvimento de nossas atividades”.

Mercados externos

A Federação paulista teve em vista não somente a expansão industrial para o consumo interno, mas também as possibilidades de exportação. Esta conquista de mercados externos para os nossos produtos manufaturados só poderá ser, porém, obtida, de forma estável, se a produção repousar em um forte desenvolvimento da economia interna.

Já conseguimos, em pequena escala, a exportação de alguns artigos de nossa fabricação para países sul-americanos. Para o incremento dessa corrente, torna-se necessária a revisão da lei sobre o "drawback", facilitando-lhe a aplicação e a diminuição de tarifas aduaneiras sobre vários ingredientes e matérias-primas complementares, de que necessitamos para a manufatura de vários artigos exportáveis, além de muitas outras medidas.

Os créditos para a exportação podem constituir arma poderosa, de que lançam mão vários países exportadores. A propósito, o Banco Central de Reservas deve conceder facilidades excepcionais para esses créditos. Eles poderiam ter a garantia do Estado, que para tal fim instituiria o seu seguro mediante uma taxa módica adicional, cobrada de todos os que deles se utilizassem.

A Inglaterra criou um seguro oficial para as exportações destinadas a todos os países, inclusive à Rússia. Os fundos recolhidos por essa instituição atingem atualmente cifras vultosíssimas, pon-do o Estado inteiramente a coberto de qualquer mudança brusca nas condições em que se processa esse comércio.

Caberia ao nosso Banco Central determinar as condições que vigorariam para esses créditos, principalmente com referência aos mercados novos e aos dos países de moeda mais fraca que a nossa. Seriam cobrados juros em competição com os que gravam os produtos exportados pelos nossos concorrentes em tais mercados.

Em relação ao crédito interno, já o Exmo. Sr. Presidente da República, sob o recente regime discricionário, legislou sobre a criação de bancos industriais. A diminuição das garantias de que gozavam anteriormente as debêntures e obrigações hipotecárias, tornou difícil a organização desses estabelecimentos.

Em relação ao problema do homem, clamam ainda os industriais contra as dificuldades criadas à imigração de operários especializados e contra a aplicação generalizada da lei dos 2/3 face à inexistência, entre nós, de escolas profissionais; tais operários constituem fatores de acentuado valor não só como produtores, mas como elementos úteis à aprendizagem e aperfeiçoamento dos artífices nacionais.

Nos primeiros tempos da idade moderna, as nações industriais castigavam, até com pena de morte, os operários que emigravam de seus países para ensinar no estrangeiro a organização de indús-

trias concorrentes. Pombal lutou com enormes dificuldades para introduzir, em Portugal, técnicos que ensinassem as novas indústrias que aí resolvera implantar.

Hoje, dá-se entre nós o reverso: dificultamos a entrada de operários especializados, com grave dano para o desenvolvimento de nossas indústrias e para o maior rendimento de nossa economia!

Protecionismo e custo de vida

Com o hábito de copiar os sistemas e doutrinas alienígenas, sem o conveniente estudo das nossas condições econômicas, introduzimos no Brasil a lenda do encarecimento da vida pelo protecionismo aduaneiro.

Quando se incrementou, na Inglaterra, a revolução industrial, houve, ao mesmo tempo, uma grande inflação nos preços internos, encarecendo a vida, em paralelo com o enriquecimento do país. Com o atraso então existente nas normas do direito social, exercia o capitalismo forte pressão sobre as classes trabalhadoras, que labutavam sob o regime de remunerações muito baixas. Houve um grande movimento, naquele país, a favor da liberdade na importação de gêneros alimentícios, com o intuito de baratear o custo da vida, evitando que as indústrias fossem forçadas a altear os salários de seus operários. A Escola de Manchester conseguiu que se praticasse esta face do que então se chamava política econômica liberal, e o custo da vida baixou, favorecendo ainda mais a sua expansão industrial e destruindo de vez a sua produção agrícola.

A Inglaterra tirou muito maior proveito, para sua economia, da expansão industrial, garantindo com sua marinha o comércio de retorno, com gêneros alimentícios produzidos por povos de padrão de vida muito inferior.

Tornou-se, desde então, verdadeiro aforismo o conceito de que a abolição de direitos barateia a vida, ao passo que o protecionismo a encarece. Nada mais falso com relação ao Brasil. Tudo em nossa história econômica demonstra que o encarecimento dos produtos importados não é função do protecionismo, mas sim do aviltamento da moeda. Enquanto, no Brasil independente, nunca se cobraram, em média geral, tarifas aduaneiras superiores a 50% sobre o valor dos artigos importados, a nossa moeda se depreciou

40 vezes, isto é, houve um encarecimento de 4.000% no valor do ouro!

A nossa história econômica e o diagrama de nossa desvalorização monetária evidenciam que o Brasil importou do estrangeiro, mais do que lhe era facultado pelo seu poder aquisitivo externo.

Suprimam-se todas as barreiras aduaneiras e o nosso câmbio descerá a níveis de tal forma aviltantes que o encarecimento do ouro fará arrefecer as importações. A vida encarecida e o rebaixamento do nosso padrão de vida serão os índices com que a natureza indicaria aos brasileiros o erro imperdoável de uma tal política.

Se, ao invés do protecionismo fiscal, tivéssemos adotado um sadio protecionismo industrial, as nossas indústrias estariam hoje muito mais desenvolvidas, o padrão de vida médio bem superior ao nível atual e a nossa moeda bem menos desvalorizada.

Calógeras, que possuía um espírito profundamente liberal, compreendeu, com as lições da Grande Guerra, o que representou a indústria para o nosso país, tornando-se, após 1919, um propugrador do nosso industrialismo.

A Federação paulista fez ainda acompanhar o seu memorial de um notável estudo, feito pelo pranteado perito financeiro Sr. O. v. Krusienstiern, sobre a indústria fabril na economia brasileira, em que ficaram exaustivamente demonstrados os reflexos do protecionismo alfandegário sobre o nosso custo de vida, sobre a agricultura e sobre as indústrias em geral; nesse estudo ainda se fixa a contribuição das indústrias nacionais na movimentação das riquezas dentro do país, etc.

O segredo da manutenção do poder aquisitivo do mil-réis brasileiro, nos últimos anos, não obstante a baixa de nosso câmbio, repousou em dois grandes fatores: na produção industrial do país e na redução das remessas dos serviços de empréstimos externos, derivada do Esquema Oswaldo Aranha.

A realidade dos fatos

Estamos, portanto, dentro da seguinte realidade: 45 milhões de habitantes, que deveriam consumir 900 milhões de libras de artigos, dos quais dois terços (600 milhões) de origem industrial,

proporção observada nas nações civilizadas, e que, no entanto, consomem 100 milhões de esterlinos, dos quais dois terços apenas de produção nacional!

A exportação de nossos produtos agrícolas tem girado, nestes últimos anos, ao redor de 40 milhões de libras, e, apesar de nossos esforços, vamos perdendo, continuamente, os mercados externos, graças, principalmente, às políticas comerciais das nações detentoras dos grandes mercados.

Por melhores acordos comerciais que consigamos celebrar, nunca poderemos conquistar mercados para a nossa produção agrícola, de forma a assegurar a vultosa soma de poder aquisitivo de que ainda carecemos, para dar aos brasileiros um teor médio de vida, digno de um povo civilizado.

O diagrama que acompanha este parecer, indicativo das linhas de importação, exportação, receita, despesa e população do Brasil, entre 1820 e 1936, demonstra inequivocamente:

a) que a exportação ouro nos primeiros anos do Brasil independente caiu, em valor, em relação aos últimos tempos coloniais;

b) que durante a vigência dos tratados de comércio com a Inglaterra, celebrados em 1810, o Brasil importava mais do que exportava, situação que perdurou até 1844;

c) que o café levantou os nossos níveis de exportação, conseguindo tonificar o poder aquisitivo médio do brasileiro, enquanto a população do país não alcançou as elevadas cifras da atualidade;

d) que no período áureo do comércio mundial, no século XIX, enquanto o comércio externo das grandes nações cresceu sete vezes mais depressa que sua população, no Brasil, essa relação se conservou praticamente estacionária;

e) que em nosso país se fizeram sentir, profundamente, as repercussões de todas as crises mundiais havidas neste último século, às quais devemos acrescentar os gravames das nossas próprias crises.

Do exame circunstanciado de todas essas manifestações, uma conclusão desde logo se impõe: se quisermos perder algumas das características da atrasada economia em que nos debatemos, prati-

camente ainda em fase colonial, devemos nos orientar por um programa de fortalecimento intensivo de nossos mercados internos, e, portanto, do intercâmbio dentro de nossas próprias fronteiras.

A criação dos 600 milhões de libras de poder aquisitivo de que ainda carecemos, deve derivar da troca de coisas e serviços entre os próprios brasileiros, eis que seria uma utopia pensarmos em hauri-los no comércio internacional, mundo fechado e circunscrito a autarquias e impérios coloniais.

Lavoura e indústria

Essas e outras considerações mostram como são impropriedades as preocupações daqueles que consideram antagônicos os interesses da nossa indústria e da nossa lavoura. O maior apoio da lavoura terá de ser, de futuro, o parque industrial brasileiro, dando largo consumo às nossas matérias-primas vegetais, animais e minerais.

A execução do recente tratado norte-americano, que publicamente tivemos oportunidade de criticar, mostrou, à evidência, que em troca do aniquilamento de algumas de nossas empresas industriais que esse ajuste acarretou, não vendemos àquele país mais uma saca de café.

A indústria, por sua vez, necessita de uma lavoura rica, para lhe fornecer capitais e consumidores. D'Avenel salienta que no começo deste século, os industriais americanos tinham seus olhos fitos nas cotações dos produtos agrícolas, porque foi na lavoura que encontraram, a princípio, os grandes capitais e o grande mercado consumidor em que se baseou a indústria para a sua evolução.

Tratados de comércio

Como a nossa economia tem, até hoje, dependido principalmente do comércio exterior, e tem de encontrar aí, por muito tempo, um de seus fundamentos, reveste-se de excepcional importância a elaboração dos tratados de comércio.

Como base para as negociações desse gênero, estabeleceu o governo ditatorial a reforma das tarifas, de 1934, criando a autonomia pautal com a tarifa dupla, de máxima e mínima.

Sem entrar em apreciações com referência aos valores constantes das pautas, cumpre salientar que as tarifas poderiam, conforme a intenção do legislador, ser oportunamente reajustadas quanto às necessidades da indústria nacional. A lei, como já foi elaborada, representou um passo avançado na orientação da nossa política comercial.

Infelizmente, porém, decorridos apenas alguns meses de sua aplicação e com a assinatura do tratado com os Estados Unidos, assistimos à transformação profunda dessas diretrizes.

De fato, nesse ajuste, consolidou-se grande número de direitos, abaixo das tarifas mínimas, destruindo-se, assim, os próprios fundamentos que haviam norteado a sua elaboração!

A adoção generalizada, pelo Brasil, da cláusula de nação mais favorecida, que traduz um dos aspectos da política livre-cambista, veio ainda retirar das mãos dos negociadores brasileiros outro elemento de defesa econômica. O Brasil não compreendeu que à frente do movimento livre-cambista que se esboçou na Europa, a partir de 1860, se encontravam a Inglaterra, a Holanda e a França, países onde a industrialização estava mais avançada e que, portanto, só tinham a lucrar com a abolição generalizada das tarifas aduaneiras. A adoção do livre-cambismo sempre se traduz, no setor econômico, em facilidades de expansão para os Estados em que as atividades econômicas estão mais avançadas, com evidente sacrifício daqueles que se encontram mais atrasados. Este postulado é fartamente comprovado pela observação direta dos fatos.

Teimamos em equiparar condições de igualdade e reciprocidade jurídicas, com equivalências econômicas, levados por um lirismo muito compreensível em um povo de fracas aptidões econômicas.

Não quisemos ou não pudemos compreender, até hoje, que tratados de reciprocidade, baseados na cláusula de nação mais favorecida, contendo condições jurídicas e teoricamente iguais para ambas as partes contratantes, acarretam, de fato, sob o ponto de vista econômico, uma progressiva vassalagem da nação menos aparelhada à mais poderosa.

O próprio Adam Smith, se revivesse no Brasil, ficaria estarecido com a aplicação indiscriminada que aqui desejamos fazer de seus princípios, decorrentes da observação de um outro am-

biente, exatamente a um tempo em que a Inglaterra iniciava a sua expansão industrial, com um notável avanço sobre os demais povos em seu aparelhamento técnico e financeiro. Essa expansão só se poderia assegurar pela conquista dos mercados internacionais.

O Governo da República, denunciando, no ano próximo passado, grande parte de seus tratados comerciais, e transformando-os em ajustes provisórios, preparou o terreno para uma necessária revisão geral de nossa política comercial.

A situação aguda da política internacional tem retardado essa revisão.

A experiência resultante da observação de nossa evolução econômica, a luta internacional pela conquista dos mercados em face dos impérios coloniais, que cada vez mais se fecham à expansão de nossos produtos; a necessidade imperiosa que temos de aumentar à *outrance* o nosso poder aquisitivo, e portanto, o teor médio de vida do brasileiro, são fatores que estão a demonstrar que não podemos mais protelar a revisão geral das linhas em que se processa a nossa política econômica exterior.

O Brasil, país pobre, com uma exportação *per capita* mínima e cada vez menor, não pode, absolutamente, adotar os tratados de comércio estandardizados, preferidos pelas grandes nações industrialistas e capitalistas.

Somos, antes, forçados a fazer ajustes diferentes com os vários povos, atendendo às diferenciações dos progressos econômicos de cada um, e às relações de ordem econômica e política com eles existentes.

Os Estados Unidos, por exemplo, como os maiores compradores de nossos produtos, poderiam ter uma preferência absoluta a respeito de determinados artigos de sua produção, de que tanto carecemos para o nosso aparelhamento econômico. Devem, porém, compreender, os norte-americanos, que as nossas exportações agrícolas não comportam a criação do poder aquisitivo necessário à compra, em massa, da grande variedade de seus produtos manufaturados, e que a própria natureza, aviltando a nossa moeda e empobrecendo progressivamente o nosso povo, impedirá, em futuro próximo, essas aquisições, admitidas teoricamente pela letra do tratado.

Um Brasil enriquecido seria o maior comprador dos produtos fundamentais e especializados da indústria americana. Mesmo que

restringíssemos o número dos produtos a importar, ainda por muito tempo não teríamos a capacidade suficiente para adquirir o grande volume de que carecemos.

Em relação à Inglaterra, não esquecendo o auxílio que no passado já nos prestou o capital britânico, devemos, de alguma forma, ligar o problema da circulação econômica ao da circulação financeira.

Tendo em apreço que, neste momento, a Grã-Bretanha vende mais ao Brasil do que compra; que exportamos para os Estados Unidos maiores valores do que recebemos, e que os Estados Unidos, por sua vez, têm um forte saldo na balança comercial com a Inglaterra; talvez fosse possível a elaboração de um tratado triangular, tirando partido dessas diversas condições naturais já existentes. Um grande tratado dessa natureza poderia permitir o fortalecimento do Brasil, produtor de artigos tropicais, em concorrência com outras regiões, amparadas nos mercados internacionais por poderosas metrópoles, assegurando uma melhor e definitiva situação para a nossa produção.

As políticas de compensação e de contingenciamento abraçadas por tantas outras nações, não foram a origem do mal-estar econômico internacional. Muito ao contrário, foram as situações novas, criadas pela guerra, que levaram esses povos à adoção de tais políticas, como medida de defesa de suas economias.

Não podemos, cumprir repetir, adotar regras generalizadas para uma política econômica exterior, abraçando diretrizes de povos econômica e politicamente muito mais fortes do que nós.

Em nossas normas de política exterior, temos que ligar corajosamente os problemas da circulação econômica aos da circulação financeira, procurando tirar partido dos capitais estrangeiros já aqui invertidos, na defesa de nossa posição na economia internacional.

Essas idéias fundamentais, já as vimos pregando há alguns anos, e estão consubstanciadas em discurso proferido e projeto apresentado ao Poder Legislativo.

Combatido pelos imediatistas, desvirtuado por uns, não compreendido por outros, não teve andamento esse projeto até hoje, porque a sua adoção viria ferir poderosos interesses, sempre fáceis de encontrar cômodos aliados, em nome e sob o pressuposto da defesa dos interesses nacionais!

Temos a mais íntima convicção de que estamos certos nesta crítica construtiva e que essas idéias, serão, afinal, compreendidas e executadas num programa definido de uma política econômica forte, condizente com os altos destinos a que devemos aspirar e às legítimas diretrizes a que deve obedecer a nacionalidade.

O ato feliz do Exmo. Sr. Presidente da República, chamando para este Conselho um dos mais brilhantes expoentes técnicos de que dispõe a diplomacia brasileira, o nosso eminente patricio Sr. Dr. Júlio Barbosa Carneiro, facilitará a revisão, tão necessária, das normas da nossa política econômica exterior.

Medidas de política econômica e financeira

Com a insuficiência de capitais de que dispomos e com o declínio relativo de nossos valores exportáveis, assume para o país uma enorme importância o problema das transferências.

Murtinho e alguns outros grandes estadistas entendiam que um dos fatores do desequilíbrio de nossos orçamentos públicos era o custeio dos serviços dos empréstimos externos, que variava em função das taxas cambiais.

Com a baixa do câmbio, desequilibravam-se os orçamentos públicos, obrigando os governos a emissões de papel-moeda que, por sua vez, iam provocar novo declínio cambial. Murtinho adotou a tarifa ouro nas Alfândegas que, além de prover a formação de um fundo variável paralelo à expansão dos valores internos das moedas estrangeiras, funcionava como um aparelho disciplinador das importações.

Suprimindo essa tarifa, fomos levados, para o devido cumprimento do esquema Oswaldo Aranha, a adotar o confisco cambial sobre a exportação, a fim de assegurar aos poderes públicos a disponibilidade de moedas estrangeiras necessárias aos serviços dos empréstimos, a uma taxa invariável. Retiramos um elemento disciplinador sobre a importação e criamos um gravame considerável sobre a exportação. É verdade que os inconvenientes dessa política foram atenuados pela suspensão da transferência de cerca de 60 milhões de libras, proporcionada pela adoção do esquema. Mas, neste momento, reajustados os valores, começa esse confisco cambial a pesar duramente sobre nossa circulação exportadora,

dificultando a situação de nossos produtos nos mercados internacionais em face de outros concorrentes.

Com a variação do valor da nossa moeda, as tarifas rígidas, em papel, representam um prêmio a favor das importações.

É óbvio, portanto, que devemos retroceder nessa orientação, voltando a buscar na importação os recursos de que carecemos para criar esse fator de equilíbrio nos orçamentos públicos, desonerando a exportação.

A circulação econômica brasileira interna e externa e a nossa circulação financeira interna e externa acham-se intimamente entrelaçadas. A maior fonte de riquezas do Brasil, desde o período inicial de sua formação, repousou na exportação de produtos das indústrias extrativas e agrícolas.

Com o rápido crescimento da população, com o aumento de nossos índices de civilização, e com a concorrência de outros povos produtores de artigos similares, a nossa exportação "per capita" vem caindo, quer em valor absoluto, quer em valor relativo. Cada vez exportamos menos em relação ao consumo que fazemos. Ocorre, assim, o desequilíbrio nos principais elementos de nossa balança de contas. Cai o nosso câmbio. Acentua-se o desequilíbrio orçamentário. Lançamos mão de empréstimos ou de emissões para cobrir os *deficits* verificados. Inflaciona-se o meio circulante, ocasionando sucessivos aviltamentos da moeda. Somam-se as causas e efeitos e recomeça-se o círculo vicioso. Tal tem sido o ciclo geral de nossa economia. A nossa pobreza não perdoa o menor descuido de nossas finanças. Estas se ressentem continuamente da fraqueza de nossa economia.

A observação de nosso passado, do que é nosso, num objetivismo alheio a doutrinas exóticas, nos leva à convicção de que um importante passo para o fortalecimento da nossa economia deve ser a restrição das compras, dentro do limite de nossas possibilidades, e a seleção de nossas importações dentro do critério de nossa necessidade e do nosso fortalecimento econômico.

As disponibilidades externas devem ser reservadas para a aquisição de nosso aparelhamento de defesa, do nosso aparelhamento econômico, do pagamento dos serviços dos capitais estrangeiros, de que tanto precisamos para a propulsão das nossas riquezas.

A desordem e a orgia das nossas importações impossibilitam o equilíbrio dos ciclos de nossas circulações econômicas e financeiras.

As tarifas ouro criadas na primeira década republicana, permitiram a constituição de um fundo ouro para manter o custeio dos serviços das dívidas externas, sem perturbar o equilíbrio orçamentário. Tinham ainda uma função disciplinadora sobre as importações.

A experiência do nosso passado demonstra que devemos reconstituí-la como um dos fundamentos da nossa política comercial e econômica. Permitirá essa providência a desoneração gradual e definitiva dos impostos sobre a exportação.

Aproveitando-se da criação do Banco Central, podia-se admitir que as majorações, resultantes dessa política, constituíssem um fundo de transferência para os poderes públicos. O Banco encarregar-se-ia dos serviços dos empréstimos públicos em geral, podendo estabelecer, anualmente, uma taxa cambial a vigorar para as transferências. Ao invés de se visar exclusivamente ao equilíbrio do orçamento federal, criar-se-ia, por essa forma, um elemento de equilíbrio orçamentário para os Estados e Municípios. Justo seria que os Estados não devedores ao estrangeiro e pois que não usufruíssem dessas facilidades, fossem beneficiados com serviços públicos custeados pelos saldos verificados com a aplicação desse fundo proveniente das tarifas ouro.

Seria criado um Conselho Nacional para a aplicação desses saldos, com o seu emprego obrigatório na organização de transportes terrestres, marítimos ou aéreos, beneficiando principalmente as regiões menos desenvolvidas.

Excusado será encarecer o alcance e as conseqüências de uma tal iniciativa.

Política do café

Tem sido de tal importância para a economia do Brasil e ainda o será, por muito tempo, a nossa hegemonia no mercado cafeeiro mundial, que não podemos deixar, neste passo, de lhe dedicar uma referência especial.

Devemos ao café dois terços da grandeza econômica do Brasil independente; as estatísticas bem o comprovam.

Dele provieram os principais capitais que animam o nosso parque industrial. A ele devemos as maiores energias de nossos mercados internos. Debate-se no entanto, há alguns anos, numa tremenda crise de superprodução, numa das mais penosas depressões econômicas. De fato, o homem médio não pode alcançar que o excesso de seu trabalho possa gerar a miséria. Em verdade, porém, a produção em excesso, característica de tais crises, é geradora da ruína e causadora, portanto, de compreensíveis revoltas sociais.

Não devemos esquecer que o atual governo, com os recursos que proporcionou ao Departamento Nacional do Café, para a queima do café e o reajustamento econômico, além de várias outras providências, considerou corajosamente, mais do que qualquer outro, o caso do café como um problema nacional.

Mas novos fatores externos e internos têm sobrevivendo agravando continuamente a situação. Novas medidas, assim, se fazem mister, para desafogar essa classe de produtores, cujo bem-estar se refletirá, beneficentemente, sobre todas as demais atividades do país.

As idéias que temos sobre o assunto já consubstanciamos numa exposição feita perante o Conselho Consultivo do Departamento Nacional do Café, em 17 de junho de 1936. A nosso ver, somente após o reajustamento da produção à capacidade mundial do consumo, o que não seria difícil, é que poderemos desonerar a nossa exportação dos pesados encargos que a estão esmagando e armar os nossos produtores de elementos capazes de concorrerem eficientemente com os demais produtores nos mercados internacionais.

Banco Central de Reservas

O Banco Central, tal qual nos expôs, recentemente, em suas linhas mestras o Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, seria uma instituição reguladora da circulação financeira e da expansão do crédito dentro do país. Entregar-se-ia a um organismo autônomo a direção desses importantes elementos, que poderiam obedecer, assim, a uma política definida.

Em nossa opinião, no Brasil, mais do que em qualquer outra parte, acham-se profundamente entrelaçados os problemas da cir-

culação econômica interna e externa com os da circulação financeira, dentro e fora do país.

Em nações economicamente fortes, uma ação controladora pode ser exercida com eficiência através dos aparelhamentos financeiros. No Brasil, a nossa fraqueza econômica não tem permitido a estabilidade destes aparelhos. Daí, a necessidade que vemos de se aliarem à criação do Banco Central de Reservas, medidas fortalecedoras de nossa economia, como créditos, seguros de exportação e fundos de garantia de transferências, desagravando ainda a exportação. Sentimos, finalmente, a necessidade de assegurar a máxima elasticidade à nossa moeda, proporcionando o redesconto franco à produção legítima.

Os fatos observados no setor econômico mundial fizeram com que perdêssemos, principalmente em relação a países como o nosso, o fetichismo da moeda: entre a moeda e a produção, ficamos, irrestritamente, ao lado da produção. A preeminência da defesa da moeda cabe aos países fortemente capitalistas.

Política fiscal

Impõe-se, ainda, uma racionalização em nossa política fiscal interna, quer em relação à indústria, quer em relação ao comércio em geral, eliminando dificuldades inúteis que entravam as exportações de nossos produtos e medidas vexatórias que desestimulam as atividades produtoras.

Muitos e variados casos, que já têm chegado ao conhecimento deste Conselho, nos desobrigam de maiores explicações a respeito.

Conclusões gerais

Não é demais, ainda uma vez, realçar o valor da iniciativa do Exmo. Sr. Presidente Getúlio Vargas ordenando o inquérito a que se procedeu. Não podemos negar a S. Excia. um espírito constantemente afeito ao conhecimento da verdade, pelo livre debate dos problemas que interessam à nacionalidade.

Do exame de todas as questões que este inquérito agitou, ficaram apuradas as seguintes conclusões, que se devem efetivar:

a) fixação de diretrizes de uma ampla e leal política agro-pecuário-industrial no Brasil, assegurando um estímulo constante à produção, na certeza de não ser prejudicada por bruscas mudanças de orientação em matéria econômica;

b) revisão das normas de nossa política econômica exterior e, conseqüentemente, conclusão de ajustes comerciais, assegurando mercados para os nossos produtos exportáveis e selecionando os artigos a importar, de modo a que empreguemos o nosso poder de compras em produtos que fiquem incorporados ao nosso aparelhamento econômico e defensivo;

c) fomento do crédito para a produção, estímulos à mobilização de pequenos capitais, criação de selos para facilitações da economia popular, estabelecimento de créditos para a exportação, e reforma da lei de debêntures de modo a permitir a criação de bancos industriais, já prevista em lei;

d) instituição do seguro do Estado para garantia dos créditos de exportação;

e) utilização dos correios para a distribuição de mercadorias nos mercados internos e criação de selos das Caixas Econômicas, como meios de pagamento;

f) reforma de nossa política fiscal no sentido de ser criada a tarifa ouro das alfândegas, desonerando a exportação do confisco cambial; abolição dos impostos de importação ainda existentes em vários Estados;

g) reajustamento de várias pautas e valores tarifários, aliás já consubstanciadas em projeto apresentado à Câmara dos Deputados por alguns representantes classistas;

h) fortalecimento e racionalização dos meios de transportes. Emprego das sobras do fundo criado com as tarifas ouro nas alfândegas, em socorro do aparelhamento dos transportes nas regiões mais necessitadas. Urgente solução para a crise de transportes da E. F. C. do B.;

i) reforma da lei dos dois terços e de algumas das restrições à imigração, no sentido de ficar assegurada a utilização de operários especializados em determinadas indústrias;

j) preferência absoluta assegurada aos produtos de fabricação nacional nas repartições e serviços públicos;

k) decretação de medidas assecuratórias da expansão da exportação da erva-mate e conquista de novos mercados;

l) urgente revisão da lei do “drawback”;

m) oficialização de missões industriais que fossem organizadas pela Confederação Industrial do Brasil e Federações dos Estados, com o intuito de estudar *in loco* as possibilidades da colocação de produtos manufaturados nos mercados sul-americanos;

n) providências no sentido de ser atenuada a mentalidade hostil, de parte do funcionalismo fiscal, em relação às classes ativas;

o) solução da crise de superprodução cafeeira.

A maior parte dessas medidas cabe à alçada de vários Ministérios da República, do Poder Legislativo e dos Governos dos Estados.

Caso mereçam estas conclusões a aprovação do Conselho, delas deverão também tomar conhecimento as entidades a que competirem as respectivas iniciativas da sua realização.

Resta-nos agradecer ao Exmo. Sr. Presidente da República, a feliz oportunidade que proporcionou às classes diretamente interessadas de procurarem as soluções mais convináveis para os graves problemas que foram focalizados neste inquérito e que tão profundamente interessam e afetam a economia e os altos destinos do país!”

ANEXO

Ao Excelentíssimo Senhor

Doutor Getúlio Vargas

DD. Presidente do Conselho Superior do Comércio Exterior do
Brasil

Rio de Janeiro

Excelentíssimo Senhor.

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, que representa qualitativa e quantitativamente, a grande e mais importante maioria das atividades industriais deste Estado, recebeu, com especial agrado, a notícia da resolução de Vossa Excelência determinando a abertura de um inquérito relativo às possibilidades da expansão industrial brasileira, não só entrelaçando com vínculos econômicos as várias regiões do país, como permitindo um maior intercâmbio no continente sul-americano, entre zonas que produzem artigos agrícolas de classes idênticas.

Esta Federação já distribuiu, pelos seus associados, a circular do DD. Diretor dos Serviços Comerciais desse Conselho, mas desde já se julga habilitada a apresentar a Vossa Excelência as primeiras sugestões da indústria paulista, com referência aos grandes problemas, cuja solução esse inquérito visa.

Preliminarmente, convém acentuar que pode ser de relevantes efeitos a atuação governamental na evolução industrial do país. Basta lembrar, como comprovante dessa asserção, que todas as grandes nações, que detêm a supremacia industrial no mundo, conseguiram uma tal posição por medidas iniciais de emulação e proteção, oriundas de políticas econômicas bem definidas.

No Brasil, criou-se uma infeliz mentalidade de um suposto antagonismo entre os interesses da lavoura e os da indústria. Essa mentalidade vem sendo alimentada, de um lado, pelos interesses de indústrias estrangeiras que visam, numa preocupação imediatista, conquistar, à *outrance*, os nossos mercados internos e, de outro lado, pela ignorância de muitos elementos nacionais que se não apercebem das inevitáveis ações e reações, existentes entre todas as atividades dentro de um mesmo país, com fundas e recíprocas repercussões sociais.

Muitos elementos há, da lavoura, que exploram produtos de exportação e que têm os olhos fitos exclusivamente nas cotações das bolsas estrangeiras, alheando-se, por completo, das condições sociais das demais classes operadoras, sem se recordarem de que a garantia da estabilidade de seu próprio enriquecimento repousa, principalmente, no bem-estar do conjunto social.

Os problemas da indústria são essencial e visceralmente nacionais: anseia a indústria pela prosperidade da lavoura, para que se possam formar capitais que venham em auxílio da criação das grandes organizações de trabalho; anseia a indústria por que prosperem todas as classes sociais, para que o poder aquisitivo das massas cresça, e, com este, os mercados internos de consumo; anseia a indústria pelo bem-estar do maior número de brasileiros, para que daí resulte uma nação feliz, capaz de assegurar a ordem e a estabilidade de que necessita para a expansão de suas atividades; anseia a indústria pelo enriquecimento do país, para que daí decorram recursos necessários à formação de elites, pela educação e pela instrução profissional; anseia a indústria por que se criem os ramos de atividades abastecedoras de elementos materiais de defesa do país, para que o seu próprio trabalho e o da grande classe agrícola se possam sentir assegurados contra uma agressão de nação estrangeira.

Os verdadeiros interesses da expansão industrial não colidem, portanto, com os da lavoura e coincidem com os mais vitais interesses da nacionalidade.

O primeiro passo

Acham-se, assim, de tal modo entrosados os elementos do trabalho industrial com os da economia da nação, que, indepen-

dentemente de medidas peculiares a determinadas atividades e regiões, faz-se mister a fixação de diretrizes de uma ampla e leal política agropecuário-industrial para o Brasil, para que se alcancem os objetivos visados pelo inquérito a que se vai proceder.

A instabilidade de orientação em matéria econômica, como em qualquer outra, é talvez o maior fator de cerceamento do progresso. A ausência de aparelhos registradores impede que os poderes públicos verifiquem o imenso desgaste de capitais e de energias que representam as indecisões de orientação em matéria econômica.

As bruscas alterações nas políticas monetária e tarifária do país têm ocasionado a destruição de vultosos capitais e louváveis iniciativas, com lamentáveis conseqüências para o empobrecimento público.

É preciso que se incuta no espírito de cada brasileiro esta verdade, já sediça nos povos que conseguiram um elevado grau de enriquecimento: a indústria manufatureira é apenas uma etapa no desdobramento do trabalho que manipula os produtos originários da terra e que visa, como toda e qualquer outra atividade útil, satisfazer as necessidades do homem.

A observação dos povos progressistas demonstra que a diversificação das atividades industriais e a ampliação das chamadas indústrias de qualidade concorrem, mais do que qualquer outro fator, para melhor apurar as qualidades produtoras do homem, e, portanto, incrementar a capacidade do ganho individual, escopo social que se confunde, evidentemente, com os altos interesses da nacionalidade.

O primeiro passo para possibilitar às atividades industriais do Brasil a aquisição de uma pujança tal, que as torne capazes de ombrear com a concorrência estrangeira, é, repetimos, a adoção de uma política geral de verdadeiro amparo à produção, tornando-a material e moralmente forte.

A indústria e o comércio internacional

Um exame meticoloso das possibilidades do comércio internacional, demonstra que não existem absolutamente antagonismos

entre a necessária proteção às necessidades da lavoura pela expansão dos mercados internos e a conquista dos externos. Dada a extensão de nosso território, o ritmo de crescimento de nossa população e o atraso impressionante de nossa armadura econômica, são simplesmente enormes as importações de que carecemos para melhoria de nosso aparelhamento e das condições de trabalho.

Temos procurado trocar, de qualquer modo, tudo o que podemos exportar pelos produtos que ao imediatismo internacional convém nos vender.

Ora, a capacidade de compra das nações, como a dos indivíduos, é limitada, e a sabedoria nacional deveria dar preferência à aquisição de produtos que se incorporem efetivamente aos nossos capitais e trabalho, como elementos reprodutores, do que a artigos de luxo ou de consumo imediato, que debilitam extremamente a nossa capacidade externa de compra, com evidente gravame para as classes menos favorecidas.

Por outro lado, a experiência mundial está constantemente provando que quanto maior for a capacidade industrial de um país, tanto maior serão as suas necessidades de compras no exterior, porque são raríssimas, em qualquer parte, as indústrias que se baseiam exclusivamente em matérias-primas e produtos semimanufaturados exclusivamente nacionais.

Existe uma política comercial que pode conciliar perfeitamente a necessidade de nossa expansão econômica agropecuário-industrial com o comércio internacional. Infelizmente, porém, não são os aspectos econômicos da política nacional os que têm atraído, até hoje, a atenção de nossos homens de Estado.

Prouvera a Deus que o inquérito que se inicia sirva de base a uma mudança de rumos nos processos de nossa política.

Medida preliminar

Sugerimos, ainda, que seja criada imediatamente uma comissão de técnicos capazes de determinar de um modo inequívoco quais as indústrias que os poderes públicos devem estimular por todos os meios possíveis, visando:

- a) a defesa do país;
- b) o fortalecimento de sua economia;
- c) a necessidade da conquista de mercados externos.

A essas indústrias dever-se-á conceder precipuamente: 1.º, a segurança na estabilidade das tarifas aduaneiras; 2.º, isenção de tarifas para a importação das matérias-primas que não produzimos; 3.º, a defesa contra os *dumpings*, principalmente oriundos das oscilações do câmbio e um serviço de estatística tão perfeito quanto possível; 4.º, uma lei de "drawback", com facilidades e elasticidade ainda não existentes na que foi ultimamente promulgada.

Mercados internos

Os mercados internos têm de constituir, por excelência, a base estimuladora do desenvolvimento industrial.

O aumento do intercâmbio, dentro de nossas fronteiras, que só pode ser obtido pela intensificação da produção industrial, tem uma importância política e econômica de valor excepcional. Política, porque é através desses laços econômicos que se fortalecerá a solidariedade da federação; econômica, porque o aumento da produção industrial acarretará o crescimento da procura das matérias-primas, resultando desse intercâmbio a generalização da melhoria de teor de vida nas várias regiões do país.

Toda uma série de medidas de caráter geral deverá surgir, indicadas pelo inquérito a que se vai proceder sobre as deficiências de nossos mercados internos. O problema do homem, o do crédito, o da distribuição, a legislação trabalhista e vários outros deverão demonstrar a complexidade dos itens que devem ser corajosamente encarados e resolvidos. É toda uma série de medidas que se impõe, formando o conjunto das diretrizes de uma política econômica definida.

A produção das matérias-primas deverá ser estimulada por uma política de crédito; pela padronização oficial; pela emulação de um sistema de exposições periódicas, com prêmios sedutores e recompensas fornecidos em concursos nacionais e internacionais, para o melhor aproveitamento da matéria-prima nacional e outras

medidas que somente a continuidade da execução de uma política econômica pode proporcionar.

A mobilização dos pequenos capitais disponíveis por intermédio da criação de selos das Caixas Econômicas; a possibilidade da efetivação de pagamento por meio dessas Caixas e desses selos em todas as regiões do Brasil; a utilização dos correios para a distribuição de mercadorias, a exemplo do que se conseguiu nos Estados Unidos pelas chamadas "mail order houses" e várias outras medidas de caráter semelhante, fortalecendo e melhorando os aparelhamentos públicos, são outras tantas providências aconselháveis à sua possível cooperação para a intensificação comercial em todas as regiões brasileiras.

A simplificação do sistema fiscal relativo à incidência de impostos e a abolição de medidas vexatórias na sua arrecadação concorreriam igualmente para criar um espírito animador no desenvolvimento de nossas atividades.

A conquista dos mercados externos só pode ser obtida de uma maneira permanente, se a produção repousar numa forte e estável estrutura econômica interna.

É claro que essa conquista terá de ser iniciada por artigos em que temos evidentes condições de produtividade rendosa, tais como tecidos de algodão, artigos de couro, materiais cerâmicos, artigos de madeira e vários produtos semimanufaturados. Esses artigos devem, porém, constituir a vanguarda de uma organização de trabalho harmônico, o que somente poderá ser obtido por uma série de medidas, repetidas, estabelecidas por uma larga, constante e inteligente política de expansão econômica.

O auxílio do crédito

Os países industriais têm encontrado grandes facilidades por parte de seus governos no estabelecimento de organizações que proporcionam facilidades excepcionais para a exportação.

Nos Estados Unidos, o Banco de Exportação dá crédito a longo prazo e juros ínfimos aos exportadores. Na Inglaterra, além do seguro oficial contra os riscos da exportação, o Trading Facility Act tem proporcionado, por vezes, empréstimos externos com

a garantia do Tesouro para a colocação de artigos da indústria inglesa.

Se isso acontece com países dotados de capitais, de grandes estabelecimentos de crédito, de fácil aparelhamento de transportes, de operariado eficiente e adiantado estado de instrução, como se poderá emparelhar, nos mercados internacionais, as atividades industriais do Brasil com as dessas nações? No entanto, o estabelecimento de crédito de seis meses de prazo para a aquisição de matérias-primas nacionais e para o desconto de duplicatas de produtos nacionais criaria um aumento imediato no consumo, com repercussões benéficas em vastas zonas do país. Paralelamente, créditos para a exportação, com o mesmo prazo e juros baratos, permitiriam aos fabricantes nacionais concorrer com maiores vantagens nos demais mercados sul-americanos.

Torna-se, portanto, mister uma acentuada remodelação em nossa orientação bancária, para que se permita um auxílio eficaz à expansão de nossas indústrias.

O problema do homem

Cumprе, também, quanto antes, proceder a indagações profundas, aliás já previstas em nossa Carta Constitucional, para conhecermos as razões do baixo teor de vida e, em conseqüência, do baixo poder consumidor de grande parte da população brasileira. A melhoria desse teor de vida aumentará em muito a capacidade dos mercados internos e mesmo a possibilidade de muito maior intercâmbio com o exterior.

Na ausência de escolas profissionais em quantidade suficiente, é indispensável que se favoreça a entrada do operário de indústrias especializadas, que constituirão verdadeiras fontes de enriquecimento, quer pelo seu trabalho, quer pelos seus ensinamentos ao operário nacional.

Legislação do trabalho

É necessário, também, que o Governo Federal, com a ampliação de sua legislação trabalhista, não venha a prejudicar irreme-

diavelmente a produção brasileira, com a sobrecarga de ônus inexistentes nas organizações alienígenas. Os contratos de trabalho, impostos pelo Governo ao patronato, podem ter efeito contra-producente, se não defenderem a um só tempo o trabalho e a produção, como prevê a Constituição de 1934.

As suas cláusulas multiplicam-se continuamente com o desenvolvimento da nova legislação trabalhista, e, no entanto, *não se conhecem nem se criam defesas paralelas da nossa produção.*

A lei de férias já absorve mais de 5% dos salários anuais. O encargo das caixas de aposentadorias absorve de 3% a 8% e se considerarmos as outras obrigações decorrentes dos contratos de trabalho integrados pelas várias leis em vigor, veremos que o Governo Federal já impõe ao patronato industrial um ônus extremamente pesado e que se reflete de forma iniludível no valor da produção e na capacidade de concorrência, tanto mais quanto se pode dizer, que se a legislação trabalhista brasileira é uma das mais adiantadas, os contratos de trabalho, impostos pelo Governo ao patronato brasileiro, são, sem dúvida, os mais onerosos do mundo. Não queremos com estas considerações reprovar a política trabalhista do Governo Federal; desejamos apenas encarecer que, quanto mais onerosas forem as cláusulas desses contratos, tanto mais difícil será a concorrência dos produtos nacionais com os similares estrangeiros, se não houver compensação suficiente. Estes até por tratados de comércio têm sido isentos dos ônus suportados pela produção nacional! E é preciso ainda mencionar que o contrato de trabalho exigido do patronato industrial no Brasil é muito mais oneroso que o contrato semelhante exigido do patronato agrícola.

Estatística

O serviço de estatística pode também cooperar para o desenvolvimento da produção. O Governo Federal com a criação do Conselho Nacional de Estatística já deu mostras de compreender perfeitamente essa necessidade. É indispensável, entretanto, fazer acompanhar os dados tabelados, dos elementos de sua elaboração, para melhor facilitar a sua interpretação.

A estatística é um método de observar os fenômenos econômicos sob a forma dinâmica, assim como a contabilidade é um

método estatístico. As estatísticas oficiais deviam, portanto, não se limitar apenas à apresentação de um dado colhido em determinado momento, mas sim apresentá-lo em face de outros dados colhidos em outros momentos, mas em condições semelhantes para que seja possível uma comparação. E é necessário também que o Conselho Nacional de Estatística consulte as classes produtoras sobre os dados que as interessam e sobre as formas e frequência que devem ter as suas publicações.

* * *

Os industriais paulistas vêm, de há muito, estudando atentamente vários dos aspectos focalizados nesta exposição, com o intuito de esclarecer a opinião pública do país sobre nossas realidades econômicas, e sobre as providências que se tornam necessárias à consecução da meta ora visada pelo Senhor Presidente da República.

Em 1929, por iniciativa de nosso Diretor, Dr. Roberto Simonsen, foram organizados, por vários Diretores, diferentes estudos, de que oferecemos cópias a esse digno Conselho. Os deputados federais, representantes de nossas atividades industriais, já têm apresentado sugestões nesse sentido, das quais oferecemos também exemplares a esse digno Conselho.

Em princípios de 1934, esta Federação mandou proceder pelo conhecido perito financeiro Sr. O. v. Krusenstiern, um estudo sobre A INDÚSTRIA FABRIL NA ECONOMIA BRASILEIRA, respondendo, principalmente, aos seguintes cinco itens:

1.º — Que reflexo o protecionismo alfandegário brasileiro, aplicado às indústrias, teve sobre o nosso custo de vida?

Que reflexo o protecionismo brasileiro, aplicado à agricultura, teve sobre esse custo?

2.º — Quais as percentagens médias das elevações tarifárias sobre os produtos industriais, nos últimos anos?

Quais as percentagens médias das elevações tarifárias sobre os produtos agrícolas, nos últimos anos?

3.º — Qual a contribuição das indústrias nacionais na movimentação das riquezas, a título de: a) salários; b) força e combustível; c) matérias-primas nacionais; d) outros fatores?

4.º — Se não existissem tarifas alfandegárias, quais os produtos que poderiam ser exportados com maior abundância?

Se não existissem aquelas tarifas, quais os produtos que poderiam ser importados com maior abundância?

5.º — Qual a baixa verificada no preço dos produtos industriais, tomando-se como elemento de comparação os números-índices (os preços) em: a) ano de 1923 e b) ano de 1933?

Desse trabalho, vamos igualmente remeter uma cópia a esse DD. Conselho.

Nesses diferentes estudos, vem realçado o papel preponderante que tem tido nos últimos anos a indústria brasileira na estabilidade social e no barateamento do custo da vida nacional.

Congratulando-se ainda uma vez com o Excelentíssimo Senhor Presidente da República e com esse alto Conselho por tão louvável iniciativa, esta Federação põe-se, para quaisquer outros esclarecimentos, à inteira disposição de V. Excia., devendo voltar novamente à sua presença, assim que receber novas contribuições de seus associados.

Apresentamos a V. Excia. e aos demais Senhores Membros do Conselho Superior do Comércio Exterior do Brasil, os nossos protestos de profundo respeito.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS
DO ESTADO DE SÃO PAULO

- a) PAULO ÁLVARO DE ASSUNÇÃO, Presidente
- a) ERNESTO DIEDERICHSEN, Diretor
- a) JOSÉ MATARAZZO, Diretor
- a) ROBERTO SIMONSEN, Diretor
- a) ARMANDO DE ARRUDA PEREIRA, Diretor
- a) MORVAN DIAS DE FIGUEIREDO, Diretor
- a) FRANCISCO DE SALLES VICENTE DE AZEVEDO, Diretor

ANEXOS:

- “As Crises no Brasil”, pelo Engenheiro Roberto Simonsen
- “As Finanças e a Indústria”, pelo Eng. Roberto Simonsen

“Rumo à Verdade”, pelo Eng. Roberto Simonsen

“Ordem Econômica, Padrão de Vida e Algumas Realidades Brasileiras”, pelo Engenheiro Roberto Simonsen.

“Aspectos da Política Econômica Nacional”, pelo Eng. Roberto Simonsen.

“A Agricultura, Comércio e Indústria”, pelo Eng. Conde Alexandre Siciliano.

“Impostos e Sistemas Tarifários”, pelo Conde Francisco Matarazzo.

5

CONGRESSO BRASILEIRO DA INDÚSTRIA

SEGUNDA COMISSÃO

Planificação econômica do Brasil no setor das atividades industriais.

I — Planificação industrial: o que deve abranger

CONSIDERANDO:

- a) — que é baixo o nível de vida do brasileiro e pouco elevada a renda nacional;
- b) — que o nosso aparelhamento econômico e, sobretudo, o nosso equipamento industrial é, em grande parte, insuficiente e antiquado;
- c) — que a planificação representa uma técnica econômica de melhoria da produção;
- d) — que, no povo brasileiro, já está solidificado o conceito de democracia e de liberdade;
- e) — que é possível planificar a economia de um país dentro de um regime democrático, garantindo a primazia da iniciativa particular;
- f) — que, no caso brasileiro, a planificação traduzirá, ainda, a recuperação do tempo perdido;
- g) — que é um dos objetivos da planificação assegurar a maior e mais eficiente utilização da mão-de-obra e dos recursos naturais;

- h) — que a planificação econômica nacional deve abranger o trato dos problemas industriais, agrícolas e comerciais, bem como o dos sociais e econômicos, de ordem geral;
- i) — que a observação do processo econômico internacional, no período anterior à guerra, demonstrou, dentro do ritmo normal da evolução, social e econômica, não ser possível, à maioria das nações empobrecidas por falta de recursos naturais, baixa produtividade das populações, ambiente geográfico e outras causas, alcançar, rapidamente, um nível de renda nacional que lhes permita assegurar um padrão de vida conveniente;

O CONGRESSO BRASILEIRO DA INDÚSTRIA

RECONHECE

- 4) — Que a evolução econômica do Brasil vem se processando em ritmo absolutamente insuficiente para as necessidades de suas populações.
- 5) — Que a renda nacional representada em bens produzidos e avaliada, atualmente, em cerca de 40 bilhões de cruzeiros, necessita ser pelo menos quadruplicada dentro do menor prazo possível, para que a população brasileira possa usufruir um razoável padrão médio de vida.
- 6) — Que, devido à deficiência de aparelhamento econômico e às condições em que se apresentam os nossos recursos naturais, a renda nacional, representada em bens produzidos, está praticamente estacionária, não existindo possibilidade, com os meios normais à disposição da iniciativa privada, de fazê-la crescer, com rapidez, ao nível indispensável para assegurar um justo equilíbrio econômico e social.
- 7) — Que essa insuficiência, em vários setores, da iniciativa privada, tem sido reconhecida pelo Governo Federal que, direta ou indiretamente — como nos casos do aço, dos álcalis, do álcool anidro, do petróleo, da celulose, do alumínio e do material béli-

co — tem promovido a fixação de importantes atividades.

RECOMENDA

- 8) — Que se proceda a uma planificação econômica que tenha por fim, dentro de determinado período, aumentar a produtividade e criar as riquezas necessárias para alcançarmos uma suficiente renda nacional.
- 9) — Que, com a cooperação das classes produtoras do país, organizem os poderes públicos um plano geral para o reerguimento da economia brasileira.
- 10) — Que essa planificação preveja a tonificação necessária ao aparelhamento de ensino, ao sistema de pesquisas tecnológicas, à formação profissional, à imigração selecionada, à solução do problema de transportes, à vulgarização do uso da energia motriz e ao grande incremento das atividades agrícolas e comerciais.
- 11) — Que o seu financiamento seja processado dentro de novos moldes de cooperação econômica, de forma que, mesmo inicialmente, não se supercapitalizem os investimentos por despesas meramente financeiras, devendo o pagamento dos respectivos serviços ser condicionado ao aumento da produtividade resultante da reorganização econômica do país.
- 12) — Que, durante o período em que for executada a planificação econômica, sejam adotadas normas de política comercial que assegurem o êxito dos cometimentos previstos.

II — Intervencionismo do Estado e iniciativa particular

CONSIDERANDO:

- a) — que a planificação industrial do Brasil deve orientar-se no sentido de se alcançar o máximo do aproveitamento econômico;

- b) — que os planejamentos industriais, salvo casos excepcionais, devem ser elaborados à margem do autoritarismo do Estado, que neles deve colaborar como órgão incentivador, atendendo ao sentido social da produção;

O CONGRESSO BRASILEIRO DA INDÚSTRIA

RECONHECE

- 13) — Que o Estado, longe de interferir diretamente pelo comando no campo econômico, deve acentuar a sua influência no sentido de criar condições que assegurem a permanência do desenvolvimento das atividades privadas que são a essência da prosperidade da nação.

CONSIDERANDO:

- a) — que ao Estado incumbe, além das atividades normais, a tarefa de manter trabalhos e instituições públicas que ultrapassem o alcance das iniciativas privadas, já por serem muito custosas, já por sua influência social;
- b) — que incumbe ao Estado, a fim de empreender a necessária organização planificadora da economia, a criação de órgãos técnicos que deverão funcionar com a participação direta das classes produtoras;

RECOMENDA

- 14) — Que a intervenção do Estado, no campo econômico, seja:
- a) — supletiva, cabendo-lhe interferir para assegurar os bens gerais e permanentes da coletividade;
- b) — planificadora, no sentido de articular racionalmente as forças produtoras e conseguir, assim, o levantamento geral do nível de vida;
- c) — auxiliadora, para a concessão de facilidades que incentivem a produção.

15) — Que o Estado:

- a) — estimule a iniciativa particular, a fim de obter a almejada expansão e desenvolvimento econômico nacional;
- b) — estimule a cooperação de todas as atividades no sentido de se organizar uma sólida estrutura social e econômica.

III — *Geografia industrial. Escolha das regiões mais adequadas para o desenvolvimento industrial. Centralização e descentralização industrial.*

CONSIDERANDO:

- a) — a relevância dos problemas da geografia industrial;
- b) — a necessidade de uma utilização racional dos agentes de energia e da mão-de-obra disponíveis existentes no “hinterland”;

CONSIDERANDO:

- a) — que é necessária e vantajosa uma descentralização industrial bem orientada;
- b) — que a descentralização provoca a criação de novos núcleos de população, dissemina o progresso e facilita a distribuição da riqueza;
- c) — que as excessivas concentrações operárias produzem o “proletarismo”, mal devido às monótonas condições de existência aí criadas;
- d) — a pouca densidade de nossas populações e a falta de transportes adequados;
- e) — a vantagem que haverá para a evolução social do maior entrelaçamento entre trabalhadores industriais e agrários;

RECOMENDA

- 31) — O estabelecimento de uma orientação descentralizadora da indústria dentro de uma grande política in-

dustrial que compreenda um plano sistemático de aproveitamento do maior número de quedas d'água; a exploração intensiva das disponibilidades de combustíveis; a melhoria dos meios de transporte; o aumento, em larga escala, na navegação de cabotagem; uma ampla assistência, técnica e financeira, a todas as iniciativas industriais; a outorga de suficientes garantias à formação de capitais nacionais e à importação de capitais estrangeiros para aplicações reprodutivas; o estímulo ao investimento de capitais nacionais e estrangeiros na indústria; a maior divulgação do ensino profissional; precisos e objetivos acordos internacionais; a ruralização de certas indústrias que se prestem melhor a esse ambiente; tudo isso, aliado a uma legislação e orientação administrativas, que reflitam uma inequívoca e predominante preocupação do desenvolvimento industrial do país.

IV — *Indústrias de base*

CONSIDERANDO:

que o desenvolvimento industrial de um país depende, sobretudo, da instalação de indústrias de base, constituídas, principalmente, pela metalurgia de primeira fusão e pela grande indústria química;

O CONGRESSO BRASILEIRO DA INDÚSTRIA

RECOMENDA

- 32) — Que se intensifique a metalurgia de primeira fusão, bem como as atividades de transformação dela dependentes.
- 33) — Que se promova o desenvolvimento da grande indústria química, abrangendo a produção dos ácidos minerais (sulfúrico, clorídrico e azótico), das bases (barrilha e soda cáustica), dos adubos químicos e do aproveitamento dos produtos da destilação da hulha e da madeira.

- 34) — Que se promova, especialmente, o desenvolvimento das metalurgias:
- do ferro;
 - do alumínio;
 - do magnésio;
 - do níquel;
- das ferro-ligas e dos metais menores.
- 35) — Que, em relação às indústrias químicas, se procure incrementar, de forma especial, as dos ácidos minerais:
- ácido sulfúrico, empregando-se, sobretudo, a pirita de jazidas ou subprodutos da lavagem do carvão nacional;
 - ácido clorídrico, empregando-se cloreto de sódio, seja resultante da exploração industrial da água do mar, seja proveniente de jazidas de sal-gema;
 - ácido azótico, fabricado, sobretudo, por um processo de síntese, em que se empregue o ácido resultante da exploração industrial do ar.
- 36) — Que se procure, ainda, intensificar o fabrico das bases (barrilha e soda cáustica), tendo como matérias-primas o cloreto de sódio, o calcário, o ácido sulfúrico e o amoníaco.
- 37) — Que, na destilação da hulha, principalmente nas coquerias e usinas de gás, se procure aproveitar uma série de subprodutos, todos da maior importância para a indústria química, tais como: o licor de amônia, o benzol, o toluol, o xilol, a naftalina, a nafta solvente, os óleos leves, pesados e antracênicos, o breu e o pixe.

CONSIDERANDO:

- a) — que, existindo no Brasil, jazidas de carvão do qual se pode obter coque metalúrgico;
- b) — que, podendo ser esperada para futuro próximo a utilização do petróleo de países limítrofes, bem como o das zonas petrolíferas em estudos;

- c) — que existem diversas florestas, marcadamente nos Estados sulinos, que propiciam a exploração florestal, tanto da madeira de construção, como da matéria-prima para celulose;
- d) — que é economicamente mais eficiente o emprego da madeira na produção da celulose, do que como combustível;
- e) — que existem, no Brasil, depósitos de pirobetumes, dos quais podem ser obtidos carburantes e de calcários, aproveitáveis para a fabricação de cimento;

O CONGRESSO BRASILEIRO DA INDÚSTRIA

RECOMENDA

- 38) — A intensificação da exploração de jazidas carboníferas existentes no país.
- 39) — A exploração, racional e econômica, das riquezas florestais, segundo os princípios da silvicultura, visando à conservação de seu potencial reprodutor graças ao reflorestamento imediato e compulsório.
- 40) — A intensificação da produção da celulose, aproveitando a matéria-prima das florestas exploradas.
- 41) — A intensificação da fabricação de cimento.
- 42) — A construção de destilarias para industrialização do petróleo e dos pirobetumes.

V — *Indústrias de transformação*

CONSIDERANDO:

- a) — que, num país da estrutura econômica do nosso, são essenciais, como indústrias de transformação, as referentes às necessidades fundamentais de alimentação, vestuário e habitação;
- b) — que, instaladas as indústrias de base nas regiões mais apropriadas, será facilitada a maior expansão das indústrias de transformação de produtos essenciais;
- c) — que um abundante suprimento de energia elétrica e o aperfeiçoamento dos transportes permitirão uma

melhor distribuição das indústrias de transformação nas várias regiões do país;

O CONGRESSO BRASILEIRO DA INDÚSTRIA

RECOMENDA

- 43) — Que, dentro de um programa de planificação econômica, se procure conhecer a capacidade de absorção dos vários centros consumidores, intensificando-se, em suas proximidades, as indústrias de transformação mais adequadas.
- 44) — Que, em sua localização, se observem, ainda, como critérios predominantes:
 - a) — a existência local de matéria-prima;
 - b) — a disponibilidade de força motriz dentro de um raio econômico de distribuição;
 - c) — a facilidade dos meios de transportes aos centros consumidores.
- 45) — Que, dentro desse programa, se procure ampliar e aperfeiçoar as indústrias já existentes, proporcionando-lhes as facilidades necessárias.
- 46) — Que, para a formação de novas iniciativas, se dê sempre preferência aos industriais do ramo, de acordo com as respectivas associações de classe.
- 47) — Que o estímulo à expansão industrial abranja as indústrias relacionadas com as necessidades fundamentais do homem, quanto a alimento, vestuário e habitação, não se auxiliando a montagem de indústrias de luxo ou demasiadamente especializadas.

VI — Fatores da planificação, sua ordenação no espaço e no tempo

CONSIDERANDO:

que são fatores essenciais da planificação, o valor do mercado interno, a qualidade e a disponibilidade da mão-de-obra, os aparelhamentos técnicos, econômicos e financeiros:

O CONGRESSO BRASILEIRO DA INDÚSTRIA

RECOMENDA

- 48) — Que se proceda, no estudo da planificação, a uma rigorosa avaliação desses fatores e à determinação de sua distribuição nas várias regiões do país.
- 49) — Que se proceda, ainda, à avaliação dos aumentos necessários para esses vários fatores com o objetivo de se alcançar a renda nacional já prevista, dentro de um determinado prazo.

VII — *Mão-de-obra*

CONSIDERANDO:

a conveniência de precisão nos conceitos para efeito de entendimento das recomendações deste Congresso.

COMPREENDA-SE

- I) — Como mão-de-obra o fator humano na execução do trabalho industrial.

CONSIDERANDO:

- a) — que a planificação industrial do Brasil prevê a quadruplicação da atual produção industrial do país;
- b) — que a utilização do fator humano representa fundamento indispensável para a possibilidade dessa ampliação;
- c) — que, para se obter eficiente aproveitamento do fator humano, nos diversos níveis requeridos pela indústria, é necessário aplicar processos de orientação e seleção profissional;
- d) — a deficiência existente, no país, quanto à seleção e à preparação de operários qualificados e técnicos para a indústria;
- e) — que os registros dos Conselhos Regionais de Engenharia e Arquitetura demonstram a existência de número insuficiente de engenheiros, principalmente em relação às especialidades industriais;

- f) — que as escolas de engenharia existentes são obrigadas a recusar, anualmente, elevado número de candidatos aos seus cursos por falta de instalações adequadas;
- g) — que essa deficiência é, ainda, mais acentuada no que diz respeito à preparação de técnicos, como elementos intermediários entre a mão-de-obra e os engenheiros ou outros graduados de nível superior;
- h) — que a preparação do fator humano para a indústria em ritmo acelerado requer dispêndio elevado;

O CONGRESSO BRASILEIRO DA INDÚSTRIA

RECOMENDA

- 50) — Que sejam incentivados os processos de orientação, seleção e readaptação profissional para o eficiente aproveitamento do fator humano na indústria.
- 51) — Que sejam ampliadas as instalações destinadas à formação e ao aperfeiçoamento de operários qualificados, técnicos e engenheiros, inclusive as que visam preparar os respectivos instrutores, professores e orientadores.
- 52) — Que sejam aumentadas, pelas entidades governamentais, as verbas de instalação e manutenção das escolas industriais, técnicas e de engenharia, para que as mesmas possam matricular um número de alunos em relação às necessidades de cada zona industrial do país.
- 53) — Que seja dado amplo apoio, pelos poderes públicos e pelos empregadores, ao plano de formação e aperfeiçoamento de mão-de-obra que o SENAI vem desenvolvendo.
- 54) — Que, dos recursos que venham a ser destinados ao plano de ampliação industrial, seja uma parte aplicada na formação e no aperfeiçoamento do elemento humano necessário a essa planificação.

CONSIDERANDO:

por outro lado, que, freqüentemente, elementos bem dotados que desejam encaminhar-se para a indústria, não podem, por deficiência de recursos, freqüentar escolas industriais, técnicas ou superiores;

RECOMENDA

- 55) — Que os poderes públicos, os sindicatos patronais e operários e o SENAI concedam bolsas de estudo para a formação e o aperfeiçoamento de operários, técnicos e engenheiros, tanto no país como no estrangeiro.
- 56) — Que, nas escolas técnicas oficiais, seja assegurada aos alunos matriculados, que alcançaram determinado nível de aproveitamento, uma remuneração suficiente durante o período de estudos.
- 57) — Que os poderes públicos e o SENAI concedam bolsas para a preparação especializada de professores, instrutores e orientadores para o ensino industrial.

CONSIDERANDO:

que a organização dos meios para a formação normal do fator humano para a indústria, bem como para a obtenção do respectivo corpo didático, depende de prazo relativamente dilatado:

RECOMENDA

- 58) — Que, enquanto não existirem elementos nacionais em número suficiente, sejam contratados no estrangeiro operários qualificados, técnicos e engenheiros de comprovada competência para exercerem atividades na indústria ou no ensino profissional nos diversos graus.
- 59) — Que a Confederação Nacional da Indústria procure entrar em entendimentos com o Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura, a fim de que, em conjunto, essas duas entidades apresentem ao Governo

da República um projeto de legislação adequada, visando facilitar a entrada, no Brasil, com visto permanente e licença para o exercício da profissão, de engenheiros e técnicos estrangeiros, de maneira que não se prejudique a indústria nacional e o desenvolvimento da profissão de engenheiro no Brasil.

- 60) — Que também seja organizada, pela Confederação Nacional da Indústria, em contato com os poderes públicos, uma comissão de industriais e de técnicos para proceder ao levantamento das necessidades de mão-de-obra, de técnicos e de engenheiros na indústria, orientar o recrutamento desses elementos nos países de origem e coordenar o seu aproveitamento e respectiva localização nas diversas regiões do país.

CONSIDERANDO:

- a) — que a preparação do fator humano para a indústria se baseia sobre os conhecimentos adquiridos nas escolas de todos os graus;
- b) — que a escolaridade (tempo de frequência escolar) do operariado brasileiro é reconhecidamente baixa, em relação à de países mais industrializados;
- c) — que um dos maiores fatores de grandeza da nação amiga norte-americana tem sido a divulgação do ensino pelo maior número, em todos os seus graus;
- d) — que a expansão quantitativa e qualitativa do sistema educacional do país depende de um levantamento objetivo das necessidades educacionais já existentes;

O CONGRESSO BRASILEIRO DA INDÚSTRIA

RECOMENDA

- 61) — Que a Confederação Nacional da Indústria organize e suporte financeiramente a criação de um Comitê, que, em colaboração com o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, a Associação Brasileira de Educação e outras associações congêneres, realize

um levantamento das necessidades e oportunidades educacionais do país como contribuição objetiva para o planejamento da educação de todos os graus, no Brasil, inclusive quanto ao ensino gratuito.

VIII — *Assistência técnica e incentivo ao seu desenvolvimento*

CONSIDERANDO:

a conveniência da precisão nos conceitos para efeito de entendimento das recomendações deste Congresso:

COMPREENDA-SE

- I) — Como assistência técnica a supervisão técnica e o conjunto de métodos, processos, laboratórios e recursos tecnológicos (materiais e humanos).

CONSIDERANDO:

- a) — que o surto industrial verificado no Brasil nas duas últimas guerras evidenciou a extrema carência de assistência técnica com que lutam as nossas fábricas;
- b) — que, não obstante essa carência, se registram notáveis cometimentos, demonstrando a capacidade improvisadora de que são dotados os brasileiros;
- c) — que para a execução de uma planificação, no período de após-guerra, essa carência de técnicas mais se acentuará, não somente pela necessidade de aperfeiçoamento da produção, face à concorrência, como ainda, pela grande expansão que se almeja para as atividades industriais;
- d) — que a assistência técnica compreende a existência de laboratórios de pesquisas tecnológicas e de investigações científicas;
- e) — que, não obstante os esforços que vêm sendo desenvolvidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas, imensa é, ainda, a tarefa para vulgarização da padronização dos produtos essenciais da indústria;
- f) — que ainda é diminuta a quantidade de técnicos formados pelas universidades e escolas do país;

O CONGRESSO BRASILEIRO DA INDÚSTRIA

RECOMENDA

- 62) — O aumento imediato do número e da capacidade de nossas escolas de engenharia e a subvenção das já existentes, para que ampliem seus cursos especializados de interesse para a indústria e seus laboratórios e instalações de usinas-piloto.
- 63) — A instalação imediata de grande número de institutos de pesquisas tecnológicas, devidamente equipados, em várias regiões do país.
- 64) — A manutenção e a intensificação de cursos de especialização para engenheiros e técnicos, junto aos institutos de pesquisas tecnológicas.
- 65) — O contrato de técnicos de renome, no estrangeiro, para darem cursos especializados e orientarem novas pesquisas.
- 66) — A concessão de bolsas a engenheiros e técnicos brasileiros, em número suficiente, para suprir as necessidades de assistência técnica na planificação, a fim de que aperfeiçoem seus conhecimentos no estrangeiro.

6

DESPERDÍCIO DE ESPAÇO

À medida que aumentam os anseios pela melhoria das condições da existência humana, vão surgindo e se fixando contornos de novos problemas, que, resolvidos, facilitarão maior acumulação de riquezas e a possibilidade de um melhor quinhão a cada um, na sua distribuição.

Nada mais natural, portanto, que, à proporção que a divisão do trabalho social se vai apresentando mais extensa, se acentuem as preocupações pela organização.

Eis a razão por que foi nos centros de maior atividade industrial que surgiram as primeiras campanhas pela racionalização do trabalho, nas quais, como um fator de acumulação de riquezas, o combate ao desperdício teria assinalada importância.

Organização científica do trabalho

A indústria paulista só poderia ver, pois, com simpatia, esta jornada de propaganda de tão salutares e louváveis propósitos.

Quanto a mim, particularmente, vejo com especial prazer a evolução do programa das várias atividades desenvolvidas pelo IDORT. É que fui, desde o início de minha vida profissional, um propugnador e um realizador dessa orientação. De fato, foi a Companhia Construtora de Santos, que, pela primeira vez no país, realizou, abertamente, a propaganda dos postulados relacionados com a organização científica do trabalho.

De vários de seus relatórios, publicados com ampla divulgação, constam, desde 1918, os comprovantes deste asserto. Tivemos ainda oportunidade de fazer a aplicação prática desses princípios

em muitos cometimentos de engenharia e de indústria, que nos foram confiados.

Observo ainda, com viva satisfação, que diversos engenheiros, que naquela empresa tiveram os seus primeiros postos de responsabilidade na vida profissional, hoje aqui trabalham pelo engrandecimento do IDORT, para onde trouxeram aquela orientação, procurando difundi-la e desenvolvê-la no interesse geral da comunidade.

Longe vão os dias em que o saudoso engenheiro Costa Pinto, Secretário-geral do Centro Industrial do Brasil e um de nossos representantes nos primeiros congressos internacionais, em que se cuidou do assunto, fazia observar que, no Brasil, fora das primeiras realizações iniciadas pela Construtora de Santos, muito pouca coisa se tinha feito e produzido com essa orientação.

O programa da jornada

No bem elaborado programa desta jornada, coube ao Presidente da Federação das Indústrias dizer sobre o desperdício do espaço. Que magnífica oportunidade, o simples enunciado desse tema propiciaria a um cultor das matemáticas avançadas, para discorrer sobre o conceito moderno do espaço, antes de sugerir os meios de lhe obviar os desperdícios!

Ao velho conceito euclidiano, sucederam outros, nos tempos modernos, elaborados por grandes matemáticos, movidos pela ânsia da solução de magnos problemas, que empolgaram, apaixonam sempre e não de preocupar eternamente os líderes da ciência, até que, com a teoria da relatividade, Einstein, incluindo o tempo como uma quarta dimensão do espaço, criou o conceito do espaço-tempo, conjugados e inseparáveis.

Continuasse, porém, eu nesta rota, incidiria num largo *desperdício do tempo*, que me foi destinado, e aberraria dos preceitos tão judiciosos que, certamente, vamos ouvir do ilustre conferencista que me vai suceder, infringindo, outrossim, o crédito de *espaço*, que me terá generosamente concedido a vossa benévola indulgência.

O conceito do espaço

Na campanha em que estamos empenhados, o *espaço* que nos interessa é aquele dentro do qual podemos efetivamente deslocar-

nos, estudar os objetos que interessam de fato a cada um de nós e às nossas atividades — enfim, o espaço capaz de compreender as coisas tangíveis.

Mesmo o conceito desse elemento assim objetivado tem que variar de conformidade com o progresso da civilização.

A aviação pôs ao serviço da humanidade um amplo volume de espaço, que dantes não era aproveitado como via de transportes. Sobre a terra, da mesma forma, os espaços que eram julgados inaproveitáveis, vão-se tornando acessíveis, à medida que a ciência progride.

Já hoje se considera o homem como sendo o único dos animais vivos capaz de habitar qualquer longitude ou latitude.

Crescimento das populações

Esses dois simples enunciados poderiam parecer suficientes para oferecer à humanidade uma tranqüila expectativa sobre a abundância de espaço, de que poderia dispor indefinidamente em sua marcha evolutiva. Vão já, porém, surgindo as primeiras dúvidas. Com o crescente progresso da higiene, verificado nestes últimos cem anos, e com a abundância de recursos que a ciência vem proporcionando às atividades produtoras, cessaram em magna parte as grandes epidemias e as hecatombes pela fome, que tão duramente afligiam a humanidade. Em conseqüência, o crescimento demográfico é de tal modo acelerado, que duplica em cada 60 anos. Conservando esse ritmo, em 100 anos a população do globo ultrapassará 5 bilhões, em 200 anos, 17 bilhões e em 400 anos, 170 bilhões; em menos de um milênio (ai de nós!) não haverá sobre a superfície terrestre um metro quadrado para cada habitante.

Ross pinta a perspectiva da humanidade, toda de pé, comprimida, sem se poder deslocar, recebendo do céu uma chuva constante de maná. . . Seria, a essa hora, assaz difícil discorrer alguém sobre o desperdício de espaço.

Confiemos, porém, no avanço da medicina, que já, então, terá racionalizado de tal modo os seus processos, que poderá conter a humanidade no limite do espaço de suas possibilidades. Essas considerações talvez expliquem, em parte, a destacada presença de ilustres médicos paulistas na direção das atividades do IDORT. . .

Entre as próprias nações, a preocupação de espaço para as suas populações varia profundamente. Assistimos, neste momento, à pressão demográfica em nações como a Itália, Holanda e Bélgica, onde a noção de espaço tem que ser muito diversa da do nosso Brasil, em que há vastíssimas regiões praticamente desabitadas.

Nos países sob pressão demográfica, existe ainda o problema dominante do máximo aproveitamento de toda a sua área.

Normas de colonizações

Em um país, onde há fraca densidade de população, deve-se procurar promover o enriquecimento do maior número de núcleos sociais, dentro das áreas mais produtivas, para que se possam fazer provisões de gente e de capitais suficientes ao progresso e desenvolvimento das zonas menos produtivas.

Uma política que não seguisse tais rumos acarretaria forçosamente o empobrecimento geral do país de fraca densidade demográfica, a sua ruína e o seu desmembramento. É claro que podem existir fatores de ordem política, que não permitam a observação rigorosa de tais normas, entre outros, *verbi grafia*, a ocupação de zonas estratégicas; em tais casos, pode ser até mister que o país, direta ou indiretamente, subvencie os núcleos assim localizados em regiões menos produtivas.

Mas, para que não haja, de fato, desperdício de espaço útil, é preciso que a política de colonização obedeça predominantemente às normas que aqui apontamos. Em nosso passado, temos um exemplo de desperdício de espaço propositadamente provocado. Os jesuítas espanhóis, após os duros reveses experimentados nas regiões missionárias do Sul, procuraram implantar os seus aldeamentos confinantes com a fronteira ocidental do Brasil, em pontos de tal maneira escolhidos, que resultassem em um verdadeiro "desperdício de espaço", entre as zonas que ocupavam e as terras por onde os bandeirantes paulistas costumavam fazer suas incursões...

O espaço territorial

Obedecendo à mesma ordem de considerações sobre a política colonial interna, é de se acentuar a necessidade de promover, de

preferência, a exploração das terras mais aproximadas das vias de comunicação.

A abertura de novas zonas agrícolas, em lugares afastados, com a preterição das áreas de idênticas condições de fertilidade em locais mais próximos das vias de comunicação, traduz-se num aumento dos serviços públicos de assistência, de fiscalização de ordem política, de transportes, enfim, no encarecimento relativo da produção sob o ponto de vista social.

Os desperdícios de espaço dessa natureza podem ser combatidos pelos governos, pela vulgarização de normas sobre o melhor aproveitamento agrícola das várias regiões do país, pelo controle do crédito agrário, acrescentando-se a isso uma rigorosa análise das terras, do clima e das condições topográficas do meio. Esses trabalhos poderiam proporcionar os elementos necessários ao esclarecimento e orientação de uma adequada política agrária.

Em São Paulo, no Instituto Agronômico de Campinas, estão sendo efetuados inteligentes estudos nesse sentido, que habilitarão o nosso Estado, dentro de pouco tempo, a adotar uma proveitosa política de melhor aproveitamento de suas terras, combatendo o inconsciente desperdício de espaço, que se verifica habitualmente, com grave dano para a formação de nossos capitais sociais.

O espaço nas habitações

Sob o ponto de vista da habitação, o contraste apresentado entre uma casa de campo, baixa, larga, espaçosa, e uma habitação coletiva num centro densamente populoso oferece uma noção clara do valor relativo do espaço utilizado pela habitação humana sob essas duas condições.

Numa casa de campo, só haverá desperdício de espaço pela má distribuição dos seus cômodos, enquanto na habitação coletiva, a área, efetivamente ocupada por habitante, tem uma importância capital.

A noção do desperdício de espaço está ainda de alguma forma ligada neste caso à sua própria carência. Na casa de habitação coletiva, como em geral nas residências proletárias das cidades, há necessidade da intervenção das autoridades sanitárias, para evitar que a preocupação de aproveitamento econômico do espaço crie situa-

ções sanitárias impróprias, estando, portanto, essa economia subordinada a um mínimo de exigências de conforto e de higiene.

Mesmo nos centros populosos, a habitação do abastado pode obedecer a outros preceitos, sem que se deva, por isso, inferir que haja um desperdício de espaço. De fato, para determinadas classes, que ocupam postos de direção e que necessitam de condições de conforto e de ambiente propícios a trabalhos intelectuais, os fatores dominantes para o critério do desperdício de espaço não podem ser iguais aos das habitações coletivas, onde em geral residem pessoas que exercem suas atividades em esferas de menor responsabilidade, ou que se dedicam a trabalhos quase que meramente mecânicos.

O espaço no urbanismo

Em relação aos serviços públicos, há um caso característico de desperdício de espaço, muito vulgar em pequenas cidades norte-americanas e creio que também em algumas das nossas. . . Levadas pelo espírito de imitação, várias cidades do interior, como um dos seus primeiros padrões de progresso, projetam largas avenidas, copiando perfis e legislações existentes nas grandes cidades. . . Ora, uma larga avenida não é aberta somente pelo seu aspecto agradável; quase sempre é adotada por necessidades de descongestionamento do tráfego. O revestimento de largas faixas carroçáveis envolve grande imobilização de capitais e pressupõe a existência de um tráfego intenso. As pequenas cidades persistentes em abrir largas avenidas, que estabeleçam, ao menos de começo, apenas estreitas faixas revestidas, que se irão alargando na medida reclamada pelas necessidades do tráfego.

Em Santos, as avenidas Ana Costa e Conselheiro Nébias foram inicialmente executadas com largas faixas carroçáveis, o que onerou sobremodo as finanças municipais e impossibilitou a Prefeitura da sua conveniente conservação. Quando chefe, ali, da Comissão de Melhoramentos Municipais, promovi a considerável diminuição da largura da parte carroçável, criando banquetas gramadas e arborizadas e aproveitando parte do deteriorado revestimento para fundação do novo. As vias carroçáveis reconstruídas, ocupando menos de 50% de largura das anteriores, são ainda hoje mais que suficientes para o tráfego existente naquelas avenidas.

Nas cidades modernas, principalmente nos países novos, há grande desperdício de espaço, verificado pelo crescimento, em ex-

tensão, das áreas habitáveis. Essa forma de crescimento obriga os poderes públicos a fortes dispêndios com serviços de iluminação, água, esgotos, calçamentos, polícia, assistência judiciária, social e higiene.

Constitui esse desperdício de espaço um verdadeiro flagelo para as finanças municipais. Como medida corretiva, está-se generalizando a imposição de obrigações aos proprietários de áreas que pretendem lotear, exigindo-se-lhes uma contribuição para os serviços de melhoramentos públicos necessários à sua habitação.

Com o intuito de aproveitar eficientemente os espaços nas cidades, muitas municipalidades estabelecem ainda o zoneamento, ou seja a criação de zonas residenciais, industriais e comerciais. Em cada uma, facilita-se, mediante adequada legislação, a adaptação das finanças, que lhes são mais apropriadas. Assim, nas zonas residenciais, dificultar-se-á a localização de indústrias e de certas categorias de comércio; nas zonas industriais, promover-se-ão todas as facilidades, de que carecem as respectivas atividades, não havendo, aí, legislação especial protetora para residências. Da mesma forma, com referência às zonas comerciais.

Verifica-se, destarte, o importante papel, que cabe à legislação municipal, no combate ao desperdício de espaço nas cidades.

O espaço nas atividades fabris

Na indústria fabril, a boa distribuição dos maquinários traduz-se sempre num melhor aproveitamento de espaço. No espaço abrigado, que custa um determinado valor por unidade cúbica, o seu desperdício implica uma imobilização de capital, que não dá rendimento.

O critério para a determinação do espaço necessário à instalação de uma fábrica, não se pode, porém, cingir exclusivamente à marcha da matéria-prima e ao melhor trabalho do maquinário. A experiência tem demonstrado que um ambiente agradável e de proporções amplas tem decisiva influência sobre a produção operária, e, em determinadas indústrias, onde há necessidade de uma elevada contribuição de mão-de-obra, o fator ambiente sobre o trabalho coletivo é de acentuada importância.

Não me deterei aqui nos conhecidos exemplos de compressão e prensagem de volumes gasosos e sólidos para acondicioná-los

em espaços mínimos, visando facilitar o seu depósito, manuseio e transporte. Nesse sentido, a física, a química e a mecânica têm feito assinalados progressos.

O desperdício do espaço

Aflori apenas ligeiras apreciações sobre o eficiente aproveitamento do espaço, nos pontos de vista universal, social, nacional, regional, municipal, agrícola, fabril e individual.

A procura da eliminação desses desperdícios torna-se gradativamente mais complexa à medida que se examinam os “espaços” que interessam aos indivíduos, às famílias, às instituições, aos núcleos sociais, às entidades políticas e às nações. Aliás o desperdício, em geral, torna-se dia a dia mais um assunto de interesse social, quando inicialmente preocupava principalmente o indivíduo.

Pelos poucos exemplos apontados, verifica-se, porém, que o critério do seu desperdício pode ter uma variação relativa, em conformidade com a situação do indivíduo, do meio local, da região econômica, do país ou do conjunto das nações. O fundamento do seu combate é sempre o mesmo dos demais desperdícios: proporcionar um melhor rendimento das unidades econômicas.

Pode parecer paradoxal que a preocupação do combate ao desperdício só tenha surgido após ter-se verificado a era da abundância. É porque, paralelamente aos progressos materiais, se vêm acentuando os estudos dos desequilíbrios sociais, estimulando o anseio dos que procuram atenuar essa desigualdade, pela criação de novas fontes de enriquecimento, de modo que a humanidade possa auferir, cada vez mais, a maior quota de benefícios em bem-estar e conforto.

A melhoria do padrão de vida

Comprovado que o desperdício em geral absorve uma elevada proporção dos frutos da atividade humana, combatê-lo equivale a criar novas possibilidades de melhoria do padrão geral de vida. Sob essa face, o seu combate assume, cada vez mais, alto interesse de ordem social. Nestes e em outros aspectos, o assunto oferece largo tempo para uma vasta série de ponderações, o que naturalmente terão oportunidade de constatar os que se interessam pela

jornada, ouvindo, com mais proveito, os outros doutos conferencistas que me sucederem, em temas menos abstratos do que o que me foi atribuído.

Quanto a mim, com os agradecimentos pela vossa indulgência, ponho termo às minhas despreziosas considerações, afagando a esperança de ter contribuído, mesmo em mínima parte, para que entre as vossas cogitações haja sempre um pequenino espaço — para o bom combate ao “desperdício de espaço”...

7

AS INDÚSTRIAS E AS PESQUISAS TECNOLÓGICAS

Desejo, de início, agradecer ao eminente Presidente da Associação Brasileira de Normas Técnicas o convite que me dirigiu, para proferir algumas palavras, em nome da indústria, na abertura dos trabalhos desta expressiva assembléia de engenheiros. É que nenhuma outra atividade, mais do que a indústria, colherá os frutos dessa íntima e louvável aproximação efetuada pelos laboratórios nacionais, hoje corporificada no programa da novel associação, que lhe imprime cunho definitivo de continuidade e eficiência.

Decorridos apenas dez anos da fundação da American Standards Association, que coordenaria a campanha pela padronização, tão acentuada nos Estados Unidos após 1914, Paulo de Sá promovia, na Capital da República, a primeira convenção de laboratórios nacionais de ensaios, que, limitada ainda a um setor, na verdade dos mais importantes em tão extenso campo de ação, representava, no entanto, decisiva investida no mesmo sentido, dentro do Brasil.

Que a iniciativa era boa, oportuna e sadia, os anais dessa conferência e outros fatos subseqüentes vieram demonstrar.

Em 1939, realizou-se, em São Paulo, a segunda reunião; em 1940, a terceira, no Instituto Nacional de Tecnologia, do Rio de Janeiro. À primeira, compareceram 40 entidades interessadas no assunto, e nela foram aprovadas normas relativas a ensaios de cimento e concreto, oficializadas pelo Governo da República em decreto-lei de fevereiro de 1938. A segunda, no Instituto de Pesquisas Tecnológicas, desta Capital, já se inscreveriam 72 representantes, que aprovaram, principalmente, normas relativas a ferro e

agregados, também oficializadas pelo poder público, em junho de 1940.

A A. B. N. T.

A terceira reunião, de setembro de 1940, aderiram 130 laboratórios e organizações diversas, aprovando-se normas referentes a cimento, tubos cerâmicos, carvão e outras, também ratificadas por decreto federal expedido em novembro do mesmo ano. Surgiu, então, a Associação Brasileira de Normas Técnicas, que, abrangendo em seu quadro 65 órgãos oficiais, 103 sócios coletivos e 367 individuais, veio assegurar ao país, definitivamente, essa esplêndida realização, destinada a concorrer para o seu progresso, com relevante contribuição.

A segura orientação que lhe imprimiram, em feliz e recíproca combinação, a alta competência e incontrastável dedicação dos ilustres engenheiros Ari Torres e Paulo de Sá, e a colaboração efetiva que lhe emprestou uma notável plêiade de técnicos, explicam o apreciável acervo de serviços, com que já se apresenta, no congresso que hoje se inicia, e a tranqüila confiança com que podemos aguardar o promissor desenvolvimento de seu futuro.

Os esforços para estimular a padronização, nos países de civilização adiantada, tiveram início neste século, e, mais particularmente, após a guerra de 1914/18. Antes desse período, apenas se registrava a existência da British Engineering Standards Association, fundada em 1901. Instituições similares, na Alemanha, Estados Unidos, França, Japão e Rússia só apareceram depois de 1917. A American Standards Association, que se constituiu em continuação ao American Engineering Standards Committee, foi incorporada em 1928; a International Standards Association, em 1929.

Não devemos, pois, esconder um justo sentimento de vaidade, ao verificar que, num terreno de tão pronunciada cultura, a engenharia brasileira não se descurou na justa compreensão da grande cruzada, entregando-se, resolutamente, a ela.

Fundamentos da normalização

Em época em que a tecnologia, dia a dia, mais avulta, a normalização exerce função cada vez mais essencial. Imperdoável

seria, porém, tomar o vosso tempo a desfiar conceitos filosóficos sobre os fundamentos naturais de sua técnica. Sem negar que o próprio princípio de seleção de espécies, na natureza, conduz a uma padronização nas várias divisões de seres vivos, fato que torna possível a classificação dos numerosos espécimes que os sábios registram, acentuaremos, no entanto, que em aspectos essenciais difere essa da normalização técnica ou científica, de que aqui cogitamos.

De fato, esta implica a escolha deliberada de normas; substitui a seleção natural pela artificial; estatui objetivos definidos de ordem técnica e econômica; investiga, cientificamente, quanto às formas mais apropriadas aos fins colimados; relaciona, classifica os diferentes atributos e os vários tipos dos objetos estudados, para que melhor se destaquem aqueles, cuja sobrevivência se deve assegurar; aponta, finalmente, as diferenciações existentes, para que se eliminem as que não se justifiquem.

Perante desígnios, que de tal sorte concorrem para a boa evolução das atividades úteis, observarei, ainda, que não é procedente a crítica que se ouve amiúde do perigo da monotonia advinda do excesso de padronização da indústria moderna em contraste com os tempos em que predominavam as artes manuais.

Nas sociedades antigas, em determinada época, pelo instinto e pela imitação, padronizavam-se produtos, usos e costumes em proporção talvez mais elevada do que hoje. Era bem menor o número de utilidades então existentes, e muito mais difíceis as intercomunicações. Fixando em conjunto esse passado, agregamos, porém, em sua apreciação, as diferentes realizações de sociedades independentes, em tempos diversos, sem nos atermos a que essa pluralidade não existia, de fato, num mesmo local e numa mesma época.

Se padronizamos, hoje, em larga escala, os artigos básicos ao nosso consumo, produzimos, graças à torrente contínua de invenções e ao desenvolvimento sempre crescente da cultura, variedade infinita de novas criações. É a própria padronização, simplificando e facilitando a satisfação de reclamos fundamentais da vida, que proporciona poderosos elementos e faculta ao homem a necessária liberdade para novas concepções. Do ponto de vista rigorosamente técnico, a padronização de artigos básicos permite, ainda, a elaboração de multiplicidade muito mais larga de produtos complementares.

Objetivos da normalização

O gigantesco desgaste ocorrido durante a guerra mundial de 1914, obrigando a uma produção cada vez mais intensa e a um aproveitamento cada vez mais eficiente de todas as utilidades disponíveis, originou essa preocupação dominante da normalização. Posteriormente, o anseio pela recuperação das economias destruídas deu novo impulso a essa tendência.

Nos países industrializados, apontam-se, como principais objetivos da normalização, o estabelecimento de especificações de qualidade, para materiais, equipamentos e produtos; a unificação nos métodos e experiências em laboratórios de ensaios e pesquisas; a elaboração de prescrições para operações de aparelhamentos e máquinas nos estabelecimentos fabris; a uniformização das dimensões nas peças dos maquinários, para facilitar sua substituição, seu intercâmbio e o trabalho complementar dos equipamentos; a uniformização da nomenclatura, definindo termos técnicos usados em especificações e das abreviaturas dos símbolos aritméticos, algébricos e geométricos; a determinação de artigos-tipos, racionalizados, que possam ser fabricados com um mínimo de material, no menor tempo; enfim, a simplificação, a unificação, a especificação sob critérios essencialmente científicos.

Seja atuando principalmente em relação aos produtos, como nos métodos de racionalização, na Alemanha, seja emprestando maior cuidado aos processos de direção, como se observa nas prescrições da administração científica americana e inglesa, o fato é que a crescente padronização vem permitindo ampliar a produção em massa, o seu barateamento, o mais fácil controle do fabrico, das qualidades dos artigos, uma grande economia no custo da unidade e nos capitais investidos por unidade produzida.

Se tais vantagens já se verificaram nos países de elevada industrialização, o que não representará um movimento generalizado nesse sentido na produção brasileira, nação reconhecidamente pobre de capitais, mas com uma abundância e diversidade de recursos naturais a desafiarem, incessantemente, sua maior utilização em prol do enriquecimento e fortalecimento do nosso homem?

Ação direta e ação reflexa

Iniciada modestamente, pelas primeiras convenções de laboratórios e atividades interessadas, a campanha pela padronização dos métodos de ensaios e de pesquisas já evoluiu, em movimentação nacional, integrando-se numa associação de normas técnicas, que, limitando por enquanto sua atuação, abrange, no entanto, em seus propósitos: *o aperfeiçoamento permanente e progressivo da técnica, da indústria e da engenharia em nosso país.*

Durante uma das minhas passagens pela Europa Central, estive em contato com notável educador suíço, que considerava complemento indispensável à boa instrução de seus discípulos um curso intensivo do remo. “Quando meus alunos remam em equipe, convenientemente estimulados pela competição esportiva, supõem almejar apenas os primeiros lugares no páreo; não avaliam o real proveito que vão usufruir no futuro. Da regularidade de seus movimentos, da resistência física que adquirem em função de uma vida sã, da alimentação adequada e repouso anterior, da técnica que empregam na competição, do prazer da vitória, do espírito de disciplina e de cooperação que esse esporte neles desenvolve, evolucionarão, mais tarde, os predicados que os farão úteis cidadãos, trabalhando para a grandeza de seu país”.

Atendendo-se ao atraso da tecnologia no Brasil, à nossa deficiência profissional e de produção, em face ao número de habitantes e à extensão de nosso território, pode-se bem aquilatar da obra valiosa que uma associação como esta está destinada a construir dentro e fora de seu âmbito social.

De fato, trata-se de uma organização altamente técnica, que estimula e disciplina a ação de nossos laboratórios de ensaios; que auxilia a produção industrial, assegurando facilidades para elaboração e aquisição de matérias-primas, definindo os melhores produtos acabados, concorrendo, ainda, para o prestígio da engenharia nacional.

Fora de seu campo de ação imediata, exercerá, por certo, marcada influência reflexa, despertando para a boa técnica a atenção de nossos profissionais, exibindo aos nossos homens de governo a relevância sempre crescente das pesquisas científicas, para a valorização do que é nosso e emulação do nosso progresso.

Será, enfim, um foco permanente de irradiação de úteis ensinamentos.

A grande e a pequena indústria

A expansão industrial brasileira está apenas em seu início. Pouco numerosos são os nossos grandes estabelecimentos fabris, predominando nos 70.000 empregadores, registrados nos departamentos oficiais, o tipo da média e da pequena indústria.

A experiência de outros povos tem provado que é mais fácil praticar a padronização em seus vários aspectos nas grandes organizações. Em consequência, poderá ela favorecer, em alguns casos, o desaparecimento das indústrias médias e pequenas, em posição desvantajosa para concorrer com as empresas de grande produção. A sindicalização das classes, que se vai tornando entre nós uma realidade, oferece, porém, oportunidade para que as pequenas e médias indústrias de um mesmo ramo, ou dentro de um mesmo grupo, possam adotar normas comuns, que não só facilitem a sua sobrevivência, como permitam sua maior expansão, dentro do trabalho nacional. Daí outra vantagem de uma estreita aproximação entre os sindicatos da indústria e a Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Valor das pesquisas tecnológicas

Nossos laboratórios de ensaio, dentre os quais avultam o Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo, cuja fundação vai buscar raízes em Paula Sousa, no começo deste século, e o Instituto Nacional de Tecnologia, do Rio de Janeiro, não obstante sua já brilhante fé de ofício, comprovada por valiosas contribuições para as atividades produtoras, são ainda absolutamente insuficientes para promover a rápida expansão fabril, de que precisamos. As módicas verbas, com que são dotados, estão acentuadamente desproporcionadas em relação às tarefas, que são chamados a cumprir. O seu pessoal técnico e dirigente exerce, em sua maioria, verdadeiro apostolado.

Os Estados Unidos estão despendendo, anualmente, acima de 6 milhões de contos em pesquisas científicas, em 2.200 laboratórios

industriais, 100 universidades, que se preocupam com a solução de tais problemas, 75 associações de classe, que mantêm instituições de pesquisas industriais para seus grupos, 600 laboratórios independentes, afora muitos outros, anexos aos estabelecimentos fabris. Registram-se, naquele país, em cada ano, mais de 50.000 invenções. Os atuais acontecimentos mundiais provocaram, nos Estados Unidos, uma incentivação produtiva sem antecedentes na história da humanidade. Não obstante todos esses fatos, mantém-se, ali, um permanente espírito de incitamento a novas indagações, novas produções, novas realizações.

Ainda recentemente — em meados de 1940 — o Research Advisory Service, custeado por um grupo de banqueiros americanos, organizou um censo, para fomentar o desenvolvimento de pesquisas industriais e a promoção de novos negócios.

À pergunta: “que novo produto, que novo processo, que novo material poderá a pesquisa industrial desenvolver e que seja de valor para sua indústria?” acorreram 1.042 respostas, registradas em relatório, que, em edição limitada, acaba de ser publicado.

Refere-se a problemas ligados à indústria agrícola, à de automóveis, à de construções, cerâmica, química, tintas, anilinas, electricidade, laminação, metais, vidros, fiação, tecidos, papel, celulose, estradas de ferro, plásticos, madeira, couros e outras. Do sumário desse inquérito, em que vêm descritas e classificadas todas essas questões, e do qual me foi ofertado um exemplar pelo seu relator, acaba de ser feita uma tradução, que será publicada pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, em homenagem à Associação Brasileira de Normas Técnicas e aos laboratórios de ensaios e pesquisas existentes no país.

Visa a Federação, com este gesto, preparar o ambiente nacional, para que aqui se promova inquérito semelhante, despertando a atenção dos nossos governos para o inadiável imperativo de promover, com a maior brevidade, um eficiente e poderoso auxílio à maior expansão dos nossos serviços de pesquisas tecnológicas.

Pela grandeza do Brasil

Se essa investigação recém-realizada nos Estados Unidos focalizou, principalmente, questões que precisam ser de pronto resol-

vidas, porque ligadas à defesa nacional, deveríamos com mais fortes razões, dentro do Brasil, ampliar corajosamente a indústria nacional, favorecendo a utilização de nossas matérias-primas e a mobilização de nossos recursos naturais, afastando preocupações de ordem secundária e tendo em mira, exclusivamente, os superiores interesses da nossa terra e da nossa gente, preparando-nos, enfim, para defrontar, com maior segurança, os insondáveis enigmas dos dias de amanhã.

Dominado por esses sentimentos, tal como aquele educador suíço, a que me referi, não vejo, no desdobrar das atividades deste pugilo de técnicos, que nestes dias se vai aplicar ao estudo de uma série de questões relacionadas com um honesto programa, apenas a elaboração e a adoção de mais um conjunto de úteis normas técnicas. Não. Vejo ainda e mais, como velho estudioso de problemas brasileiros, o destacado concurso que os temas aqui debatidos, as proposições aqui levantadas terão na formação de uma forte e sadia mentalidade técnica, indispensável para que a produção do país atinja a nível capaz de proporcionar a cada brasileiro situação econômica, social e política, em harmonia com a grandeza e o destino que anelamos para a nossa Pátria.

8

O APRENDIZADO INDUSTRIAL

A instalação do Conselho Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial constitui a etapa decisiva para o regular funcionamento, neste Estado, de um grandioso cometimento, cuja iniciativa partiu do eminente Sr. Presidente da República.

De fato, resolveu S. Excia., pelo Dec. 1.238, de 2 de março de 1939, atribuir à indústria uma participação direta na formação e no aperfeiçoamento sistemático do seu operariado.

A Comissão Interministerial nomeada para regulamentar a matéria e à qual presidiu o íntegro magistrado Saul de Gusmão, aqui esteve, em contato com as nossas fábricas, e, na sede desta associação, realizou diversas reuniões com os diretores de nossos sindicatos patronais.

No relatório, que apresentou ao Governo da República aquela Comissão, pelo seu ilustre relator, Sr. Faria Góes, fez justiça a S. Paulo, nas objeções que aqui se faziam ao "modus faciendi", com que se procurava executar a feliz iniciativa do Exmo. Sr. Presidente da República.

Pleiteávamos que se não restringisse, aos estabelecimentos de mais de 500 operários, o ônus do serviço, e que se tornasse muito mais extenso o programa de ação previsto para o ensino profissional.

S. Paulo, numa exata percepção dos altos desígnios do governo, oferecia mais do que era pedido.

Não se chegou a executar o primitivo decreto, nem foram aproveitados, desde logo, os alvitre da Comissão Interministerial, porque não se verificou uma perfeita harmonia de vistas entre os departamentos federais, a que estava afeta a matéria.

A colaboração da indústria na formação do operariado

Interveio, então, oportunamente, o Exmo. Sr. Presidente da República, resolvendo, em meados de 1941, criar, de acordo com o seu ilustre Ministro de Educação, uma comissão de homens da Indústria, para estudar e sugerir medidas de caráter prático, que pudessem, com a possível urgência, tornar efetiva uma ponderável participação do parque industrial brasileiro, na formação do seu operariado.

E o eminente Sr. Dr. Gustavo Capanema designou para essa missão os Srs. Dr. Euvaldo Lodi, dedicado presidente da Confederação Nacional da Indústria; Valentim F. Bouças, acatado perito em assuntos comerciais e industriais e secretário do Conselho Técnico de Economia e Finanças; e o presidente da Federação das Indústrias de S. Paulo.

Coube-me a honrosa tarefa de relatar as conclusões dos trabalhos da comissão, e, a 4 de setembro desse mesmo ano, apresentávamos as nossas sugestões, propondo a criação do serviço nacional de seleção, aperfeiçoamento e formação de industriários, que ficaria a cargo da Organização Sindical Patronal das Indústrias, custeado pela própria indústria.

Nossas conclusões, aprovadas pelo Exmo. Sr. Presidente da República, foram substancialmente aproveitadas na elaboração dos decretos 4.048, de 22 de junho de 1942, 4.471 e 10.009, de 16 de julho de 1942.

No estudo apresentado ao Governo da República, ampliando e sistematizando os serviços primitivamente imaginados, apontamos, como verdadeira estação experimental dos propósitos colimados, uma organização especializada existente há mais de 10 anos em S. Paulo, e cujos resultados e aparelhamento ofereciam farta messe de ensinamento para a sua generalização à totalidade das indústrias.

Refiro-me ao Centro Ferroviário do Ensino e Seleção Profissional, fundado, a princípio, por estreita cooperação entre a administração da Estrada de Ferro Sorocabana e o Ensino Profissional do Estado, e hoje ampliado ao serviço da maioria das grandes ferrovias nacionais.

Para os estudos, em que se fundou a elaboração dos decretos, contribuíram, ainda, eficientemente, o Sr. Prof. Roberto Mange,

primeiro diretor desse Centro Ferroviário; o Sr. Dr. Cyro Berlinck, então consultor técnico da FIESP; os Diretores que integram a Comissão do Ensino Profissional desta Federação; e, numa ação contínua e inteligente, o Sr. Dr. Euvaldo Lodi, preclaro presidente da Confederação Nacional da Indústria.

Mereceram esses decretos o carinhoso estudo e a ação direta do Sr. Ministro da Educação e do próprio Sr. Presidente da República.

Da conjugação de tão expressiva colaboração resultou que os decretos federais, regulando o serviço nacional de aprendizagem industrial, honram, sobremodo, a administração pública brasileira, e traduzem uma esplêndida cooperação entre os elementos da indústria, os técnicos governamentais e o grande senso político e administrativo dos mais altos responsáveis pela causa pública.

Essas leis são, pois, bem nossas; refletem os nossos anseios e as nossas necessidades; não foram copiadas em meios alheios e nem tiveram outra inspiração que não fosse o desejo de bem servir o Brasil.

A organização do SENAI

Entregue esse Serviço Nacional de Aprendizagem à Confederação Nacional da Indústria, funcionam no Rio de Janeiro, como órgãos coordenadores e orientadores de todas as suas atividades no país, o Departamento Nacional e o Conselho Nacional.

Preside a essas atividades o Presidente da Confederação Nacional, assistido pelo esclarecido técnico brasileiro, Sr. Dr. João Luderitz.

Em São Paulo, cabe ao presidente da Federação das Indústrias, ou ao seu representante, a presidência do Conselho Regional. O Diretor do Departamento local é também cargo de confiança da FIESP.

Participam do Conselho Regional o Diretor do Departamento Regional, três representantes de nossos sindicatos patronais, um delegado do Ministério da Educação, outro do Ministério do Trabalho, e um representante das atividades de Transportes, Comunicações e Pesca.

Exercerá a presidência do Conselho, que hoje se instala, como representante da Federação das Indústrias, o Sr. Dr. Oscar Rodrigues Alves.

Não preciso dizer a S. Paulo o que S. Excia. representa pela tradição do seu nome e como detentor de notável ativo de serviços à causa pública.

Relevem-me apenas que eu recorde que o grande presidente Rodrigues Alves demonstrou, sempre, através de toda a sua longa vida pública, o maior interesse pelas questões do ensino, em todos os seus ramos. Em 1872, defendia, na nossa Assembléia Provincial, o projeto que institua o ensino primário gratuito e obrigatório, bem como propunha a criação da nossa primeira escola normal.

Quando presidente do Estado, criou a Faculdade de Medicina e Cirurgia, e mandou construir o grande edifício, onde ainda hoje funciona a Escola Profissional Masculina, à rua Piratininga.

O Sr. Oscar Rodrigues Alves, Secretário do Interior no governo Altino Arantes, observando a nobre tradição paterna, e dispondo apenas da modesta verba de 300 contos anuais para o ensino profissional, levou a efeito novas instalações para a Escola Profissional da Capital, criou a Escola de Rio Claro, deu nova orientação ao ensino profissional, visando ao seu aperfeiçoamento e incrementando a sua freqüência.

Consta do seu relatório de 1917 uma oportuna referência ao esforço bélico de então, dos americanos do norte, exaltando a contribuição, que, para sua eficiência, emanava do desenvolvimento do ensino profissional naquele povo.

Hoje, o Sr. Dr. Oscar Rodrigues Alves, à frente do Conselho Regional de S. Paulo, disporá, dentro em pouco, não apenas da minguada verba daquela época, mas de importância que alcançará talvez um milhão de cruzeiros, mensalmente, e que será, por certo, superiormente aplicada no desenvolvimento, ao máximo, do ensino profissional em nossas fábricas.

Terá S. Excia., no Conselho, companheiros ilustres. Representando o Ministro da Educação, dele participará o Prof. Horácio da Silveira, Superintendente do Ensino Profissional do Estado, e uma das mais altas autoridades do país, no assunto, e que há cerca de 30 anos se vem dedicando à sua expansão.

Representará o Ministério do Trabalho o ilustre advogado do nosso foro, Sr. Dr. Sílvio Aché.

Os Sindicatos Patronais de Indústria elegeram para seus representantes os eruditos industriais engenheiros Cyro Berlinck, Ruben de Melo e Alfredo Dumont Vilares, e, como suplentes, os srs. João Gonçalves, Rafael Noschese e J. J. Estevam Júnior.

Finalmente, participará ainda do Conselho, por força de lei, o ilustre prof. Roberto Mange, diretor do Departamento Regional.

S. Sa. trazido há quase 30 anos para a Escola Politécnica de S. Paulo, pelo grande e saudoso Paula Sousa, é incontestavelmente um abalizado técnico, um profundo conhecedor do ensino profissional para a indústria, e um proficiente organizador.

Os trabalhos do Departamento Regional

O Departamento Regional foi oficialmente instalado a 28 de agosto deste ano, com a honrosa presença do Sr. General Maurício Cardoso, DD. Comandante da 2.^a Região Militar.

Desde então, vem trabalhando intensamente, dividido em dois grandes setores, o de seleção e orientação profissional, e o da aprendizagem e aperfeiçoamento técnico.

É notável a soma de serviços já realizada pelo seu dedicado e habilitado pessoal, no sentido de serem sistematizados todos os elementos indispensáveis ao lançamento dos cursos regulares de aprendizagem, assim como dos de emergência monotécnicos, para formação e aperfeiçoamento do operariado das indústrias mais ligadas ao nosso esforço bélico.

Está concluída, em magna parte, uma apreciável tarefa de estado-maior, para o ensino profissional. As escolas e os cursos, que dentro de poucos dias vão ser abertos, já encontrarão fixados todos os seus programas, preparado todo o seu material de ensino e bem delineada a sua futura orientação pedagógica.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial será, pois, dentro em breve, uma esplêndida realidade, não só neste Estado, como ainda nos principais núcleos industriais do Brasil.

Aqui, o nosso sucesso inicial será devido, em relevante parte, à boa vontade e alta compreensão, desde logo demonstradas pelo ilustre Interventor Federal, Sr. Dr. Fernando Costa, que pôs, à

disposição dos novos serviços, todas as escolas profissionais do Estado.

As Estradas de Ferro facilitaram, por igual, ao SENAI, a utilização de todos os seus cursos de ensino ferroviário.

O SENAI está também se articulando e vai cooperar, intensamente, com outros cursos e escolas particulares, dando assim maior rendimento social a todo esse aparelhamento.

Cuida, ainda, de montar, com urgência, novos cursos em localidades ainda não servidas por escolas de ensino profissional.

Ao lado dos cursos normais de aprendizagem, funcionarão os de emergência, abrangendo, desde logo, 38 especializações mono-técnicas.

O financiamento do serviço

Todos os trabalhos do SENAI são custeados pela própria indústria, que para ele contribui com uma quota proporcional ao operariado utilizado, na base de dois cruzeiros por operário-mês. As fábricas de mais de 500 operários concorrem com um acréscimo de 20% sobre essa quota, para a criação de bolsas de estudo e montagem de laboratórios.

As quantias apuradas, em cada Estado, serão, em sua quase totalidade, aplicadas no seu próprio território.

Em São Paulo, até o final do ano próximo, a arrecadação mensal deverá orçar por cerca de um milhão de cruzeiros.

A administração dos serviços será feita sob as normas da maior eficiência e economia. A própria indústria controlará o emprego das receitas arrecadadas.

Foi instituído o aprendizado industrial obrigatório, mas em cada fábrica o número de aprendizes será determinado por acordo entre o Conselho Regional e o sindicato patronal que a represente.

Os cursos terão a duração variável de mês e meio a três meses quando de emergência e monotécnicos; de seis meses, para aperfeiçoamento de mestres; de um a quatro anos, quando sejam de aprendizado sistemático.

Serão instituídos também cursos de aperfeiçoamento para o operariado já existente nas fábricas, de duração variável, conforme a especialização.

O censo industrial mais recente demonstrou a existência de quase 1.300.000 operários nas indústrias do Brasil.

Pode-se admitir para a sua composição:

Técnicos e mestres	100.000
Operários-artífices	220.000
Operários manipuladores	720.000
Operários-braçais	260.000

Podemos conceber que nossa produção industrial tenda a duplicar em cada um dos próximos quinquênios.

Mas, à medida que melhorarmos o nosso pessoal e o nosso aparelhamento, necessitaremos, proporcionalmente, de menor número de operários.

É razoável, portanto, prever como sendo de 15% sobre os totais dos operários especializados, a quota anual de renovação de suprimento de mão-de-obra nessas categorias.

Com a organização prevista, o SENAI terá capacidade para preparar, anualmente, cerca de 1/3 desse contingente de operários artífices absorvidos pela indústria, e aperfeiçoar, ainda, mais de 5% da massa operária já existente.

Com a contribuição do ensino profissional a cargo do Governo Federal e dos Governos Estaduais, não será exagero prever que, dentro de 7 anos, teremos elevado, consideravelmente, o nível educacional da totalidade de nosso operariado fabril, melhorando, não somente a nossa produção em geral, como, principalmente, o padrão de vida das classes obreiras.

Assistiremos, de agora em diante, à entrega, anualmente, de milhares de cartas de ofícios, que individualizarão nossos operários dentro da organização social brasileira, dignificando cada vez mais as suas profissões e facilitando, sob todos os aspectos, os acordos de trabalho.

Para a obtenção de tão altos objetivos, terão contribuído, de forma ponderável e decisiva, as classes patronais da indústria, em perfeito espírito de cooperação com o Governo da República.

A seção de engajamento

Junto à direção do SENAI, em S. Paulo, acaba de ser criada uma seção de engajamento, que tem por finalidades:

1.^a) — Proporcionar mão-de-obra qualificada;

2.^a) — Receber e encaminhar as informações da indústria, relativas às suas necessidades de operários monotécnicos, para que sejam preparados em cursos rápidos;

3.^a) — Receber e encaminhar as informações da indústria relativas às suas necessidades de aperfeiçoamento de mão-de-obra qualificada.

Não preciso encarecer a importância de tal departamento. Visa prestar imediato serviço às nossas atividades, procurando ajustar a mão-de-obra existente aos empreendimentos onde ela poderá ser mais eficientemente aplicada.

Visa ainda auscultar diretamente as verdadeiras necessidades da indústria, para fomentar a formação das especialidades mais reclamadas.

Orientará, enfim, o ensino, ao mesmo tempo que cooperará imediatamente no desenvolvimento do trabalho industrial.

O serviço permanente de seleção e orientação profissional, a cargo da primeira divisão do SENAI, evitará a perda de tempo, hoje existente para a escolha das profissões, porque, por processos científicos, procurará encaminhar cada aprendiz à atividade mais adaptável às suas aptidões.

A Confederação Nacional da Indústria, pelo seu ilustre presidente, assim como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, e as demais Federações existentes no país, fazem ponto de honra em que a organização do SENAI obedeça às mais aconselháveis normas do ensino, e se ajuste, integralmente, às reais necessidades do país.

A nossa indústria evoluciona rapidamente, reclamando, sempre e cada vez mais, o aperfeiçoamento da mão-de-obra.

Não conhecemos, praticamente, o desemprego.

O nosso índice de maquinização, não permitirá, por muitos anos ainda, o surto do desemprego tecnológico.

O preparo profissional favorece, principalmente, a média e a pequena indústria, que, por excelência, predominam no país. Po-

demos e devemos pois, intensificar o preparo de operários artífices, sem o risco de incorrer nesse desemprego tecnológico, que assola alguns dos países altamente industrializados.

A nossa organização sindical, outra relevante criação do Presidente Vargas, permite-nos facilitar o estudo de medidas adequadas a serem em devido tempo adotadas para evitar essas possíveis crises de desemprego.

Em nenhum outro país, mais do que no Brasil, se poderá, pois, desenvolver, com tanta utilidade e segurança, uma campanha de aperfeiçoamento da mão-de-obra, como a que ora promissora-mente iniciamos.

Motivo de desvanecimento

Constitui, por certo, legítimo motivo de desvanecimento para as classes patronais do Brasil, já a braços com tão complexos problemas, assumir também essa importante parcela de encargos e despesas, com o nobre objetivo de servir e elevar o nível de vida das nossas classes proletárias.

Como já dissemos e não nos cansamos de repetir, isso não é senão um índice do patriótico espírito de compreensão reinante entre empregadores e empregados.

Inspiramo-nos ainda na lição do suave Nazareno, de que nos devemos amar uns aos outros, sublime postulado da Doutrina que impera nesta casa.

INDÚSTRIA E AGRICULTURA

Suposto antagonismo

Quanto mais se estudam os problemas que se apresentam, do campo e das fábricas, mais se verifica que eles são harmônicos, em suas linhas essenciais, e que somente interesses imediatistas, ou a ignorância dos verdadeiros fundamentos de uma sã economia, podem pretender criar antagonismos intransponíveis entre as nossas várias manifestações de trabalho.

A produção, em última análise, visa criar utilidades para a satisfação das necessidades humanas.

Se o produto em bruto já representa uma riqueza, depois de beneficiado oferece, sem dúvida, maior utilidade para o consumo. Transformada a pluma em fios, ou os caroços em óleo ou tortas, oferecem, por sua vez, esses artigos, novas utilidades aumentando, destarte, as suas possibilidades de absorção. Integrado o fio nas tramas da tecelagem, adquire, o novo produto, ainda novas utilidades, aumentando o seu já extenso campo de procura.

E as atividades comerciais interferem a cada passo na marcha da elaboração, como elemento essencial e indispensável à necessária harmonia entre os vários períodos e fatores da produção e do consumo, valorizando os bens e os produtos, porque lhes propicia mais fácil e eficiente utilização.

Se essas riquezas representam, do ponto de vista econômico, bens reclamados e absorvidos pelo consumo, porque negar o valor da colaboração de todos aqueles que concorrem, nos diferentes estágios, para a sua criação?

Não se pode, portanto, justificar a existência de quaisquer antagonismos entre os vários manipuladores das diferentes fases

por que passam a elaboração e a distribuição do produto, que vai ser, afinal, absorvido pelo consumidor, quando a própria natureza das coisas está mostrando que todo esse ciclo econômico é, de fato, o fruto de múltipla e profunda cooperação.

Nem se pretenda alegar que a defesa do nosso parque industrial diminui a possibilidade de maior colocação de nossos produtos agrícolas, nos mercados estrangeiros. São de tal monta as nossas necessidades de artigos industriais para bens de reprodução, que a nossa produção agrícola teria que se multiplicar muitas vezes para criar, no exterior, o poder aquisitivo de que necessitamos para tais compras.

Os perigos da inflação

Se o encarecimento da vida, provocado, principalmente, por uma inflação monetária, que, dia a dia, mais se avulta e continuamente se agrava pela falta de transportes e pela inconsciência de especuladores; se o encarecimento castiga, neste instante, uma classe mais do que outras, não tenhamos dúvida de que dentro de pouco tempo serão todas atingidas pelo mesmo fenômeno, porque o encarecimento de produtos manufaturados, por motivos alheios à vontade dos produtores, tende a criar situações artificiais, nas quais serão eles também vitimados.

Os períodos de inflação, como o que ora nos assoberba, são essencialmente prejudiciais às legítimas organizações produtoras e às que normalmente trabalham em mercados controlados.

Política de preços

As violentas flutuações de valores, que se verificam em tão grande número de artigos, estão a indicar a indeclinável necessidade de se reverem, continuamente, os preços dos nossos produtos básicos, ajustando-os às diferenciações, que não soubemos evitar, do valor do poder aquisitivo interno de nossa moeda.

Numa antevisão dos acontecimentos que aqui estamos revelando, as nossas entidades superiores da indústria e do comércio de há muito pleiteiam, junto ao Poder Público Federal, a criação do Conselho Nacional de Preços, que, constituído de elementos de

todas as classes interessadas, seria o órgão adequado à elaboração e execução de uma conveniente e racional política de preços dos produtos nacionais.

Solidariedade com a lavoura

A Federação das Indústrias do Estado de S. Paulo nunca esteve alheia aos justos anseios da agricultura, para a solução de seus problemas fundamentais.

Estivemos ao seu lado, clamando por providências que abolissem, a tempo, as crises do café. Estamos de parceria no clamor incessante pela melhoria dos transportes. Com ela também somos solidários, procurando alargar, com a colaboração das fábricas, o consumo dos produtos da citricultura, seriamente ameaçada pela perda dos mercados externos. Estivemos ao seu lado, pleiteando, logo após a eclosão da guerra, o conveniente financiamento das suas culturas algodoeiras. Propugnamos, de há muito, nos conselhos técnicos estaduais e federais, pela necessária emulação a uma larga política agrária de subsistência, com a fixação de preços mínimos para os produtos essenciais, com a criação de armazéns reguladores, do expurgo e da conservação dos seus produtos, facilitando o seu escoamento normal para os grandes centros.

No recente Congresso Brasileiro de Economia, realizado no Rio de Janeiro, e onde, por um lamentável mal-entendido, a agricultura de São Paulo não se fez representar, fixamos, como ponto de honra, a conveniência da discussão e aprovação de numerosa série de conclusões, em que procurávamos interpretar os seus anseios e as suas reivindicações, que sempre consideramos com a maior atenção e carinho.

No que concerne propriamente à política industrial, aconselhamos o estímulo à disseminação das indústrias, de forma que muitas das nossas fábricas se possam aproximar das zonas fornecedoras de matérias-primas, o que concorrerá, por certo, para que menos se diferenciem as condições de vida do homem do campo e da cidade, entrelaçando, cada vez mais, os seus interesses e pondo, assim, um termo a quaisquer injustificáveis incompreensões.

Por ser essa a mentalidade dominante na indústria, é que vimos a Marília — essa admirável criação do espírito e da coragem

bandeirantes, liderados por um pugilo de paulistas, à frente dos quais quero destacar a respeitável personalidade desse infatigável batalhador que é Bento de Abreu Sampaio Vidal — para vos afirmar que nós, industriais, temos o cérebro, o coração e os braços sempre abertos para uma leal política de cooperação com o vosso magnífico esforço produtor.

Nunca nos abandonou a esperança de que homens de boa fé, criados na escola do trabalho, provindos das mesmas raízes e norteados por um mesmo e superior ideal, pudessem, por um franco e leal entendimento, ajustar seus problemas, dentro de um idêntico espírito construtivo.

Em verdade, e em última instância, o que todos nós desejamos é o ininterrupto progresso do nosso Estado e a crescente grandeza do Brasil. E esta grandeza só a podemos compreender como fruto de uma grande democracia de trabalho, onde todos tenham as mesmas oportunidades, onde a todos sejam assegurados os mesmos direitos e onde a opressão, sob quaisquer dos seus aspectos — políticos, sociais ou econômicos — seja proscrita, rigorosa e definitivamente.

INDÚSTRIA E REIVINDICAÇÕES TRABALHISTAS

(São Paulo e o Ministério do Trabalho)

Reúnem-se aqui representantes das várias classes produtoras do Estado, no alevantado propósito de debater, perante V. Excia., aspectos dos mais importantes, que se apresentam no labor cotidiano, a que se entregam. Correspondem, destarte, às expressas declarações de V. Excia., quanto à vontade do Governo da República, de auscultar os nossos legítimos anseios, externados com a maior franqueza. Agindo assim, acreditam também que concorrão para assinalar com traços indeléveis a primeira visita do atual Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio ao nosso Estado.

Esta Federação, que muito se desvanece com a presença de V. Excia. em sua sede, congratula-se ainda com os demais ramos de nossas atividades, também aqui presentes, pela demonstração de cordialidade e de alta compreensão dos verdadeiros interesses das classes produtoras, que, mais uma vez, hoje demonstram.

No programa, que solenemente lançou, por ocasião de sua fundação, a 1.º de julho de 1928, e que foi amplamente divulgado em livros e jornais sob o sugestivo título de "Orientação Industrial Brasileira", encontra-se, como um dos propósitos desta casa, promover o engrandecimento e a consolidação do parque industrial brasileiro pelo estudo, pela propaganda e pela ação.

Assinala ainda esse programa que, ao contrário do que então se assoalhava, de que no Brasil havia vida cara, oriunda do proteccionismo tarifário, a verdade era que no país existia, verdadeiramente, a insuficiência do ganho, e, como consequência, o subconsumo, a pobreza de nossos mercados internos e os salários baixos.

Demonstrou-se, por essa ocasião, que, se o parque industrial brasileiro não proporcionasse à nação os seus fornecimentos, o custo da vida muito se agravaria com a baixa das taxas cambiais, porque não dispúnhamos de poder aquisitivo no exterior, para a compra das mercadorias, que substituíssem as fornecidas pela indústria nacional.

Salientamos, então, a absoluta coincidência entre os fins que colimavam os industriais e os verdadeiros interesses nacionais.

Em 11 anos de intenso labor, a Federação nunca traiu os seus desígnios iniciais, enobrecendo os seus arquivos qualquer grande associação de qualquer país civilizado.

Idêntica declaração poderei fazer em nome do Instituto de Engenharia de São Paulo, que também tenho a honra de representar nesta assembléia. Muitas das grandes associações de classe, aqui presentes, poderão, por igual, subscrever a mesma asserção.

As contribuições oferecidas aos governos federal e estadual, na elucidação dos problemas tarifários, no estudo dos mais complexos problemas de nossa economia, no levantamento do nível cultural de nossa classe, na cooperação para reajustar os trabalhos industriais às leis vigentes, são índices indiscutíveis, que documentam a nossa asserção.

O maior entrelaçamento das relações interestaduais, a divulgação de estudos para a nossa evolução industrial, a organização de feiras e mostruários, dentre os quais o recente preparo do pavilhão de S. Paulo na Feira de Amostras do Rio de Janeiro, com que se comemorou o primeiro cinquentenário da República, são outras tantas demonstrações de uma sadia compreensão das grandes responsabilidades de nossas atividades produtoras.

Nunca negamos nossa cooperação ou nossa colaboração quando nos foi solicitada pelos poderes da República ou do Estado. No inquérito industrial, ordenado pelo Exmo. Sr. Presidente da República, nenhuma contribuição se avantajou à proporcionada pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Justifica-se, assim, Senhor Ministro, a grande afluência de associados ao nosso quadro social; compreende-se, ainda, que a quase totalidade dos sindicatos patronais das indústrias de São Paulo se tenham filiado ao nosso órgão sindical — a Federação das Indústrias Paulistas — tornando-a a maior associação sindical de 2.º grau existente no país.

Assuntos de interesse das classes produtoras

Com todo esse acervo de serviços e de responsabilidades, acrescidos dos que decorrem da presença das maiores associações de classes do Estado de São Paulo, que nos honram, hoje, com sua presença, é que pedimos vênica para abrir, perante V. Excia., os debates sobre uma série de assuntos, que preocupam as classes produtoras. São eles:

- 1.º) Situação dos sindicatos, federações e associações patronais, em face do decreto-lei n.º 1.402.
- 2.º) Aspectos da lei de salário mínimo; situação da indústria com o trabalho feminino.
- 3.º) Necessidade de químicos para a indústria; possibilidade de regularizar a situação dos químicos nacionais e estrangeiros em face da lei que regulamenta a profissão.
- 4.º) Adaptação da lei de nacionalização do trabalho à realidade da utilização do braço estrangeiro.
- 5.º) Instituição na indústria do contrato de experiência ou prova.
- 6.º) Instituição do ensino profissional e cooperação das classes para tal fim.
- 7.º) Situação das classes patronais da indústria e comércio, em face da nova interpretação de força maior para rescisão dos contratos de trabalho.
- 8.º) Necessidade da codificação das leis trabalhistas.
- 9.º) Vários aspectos da aplicação das leis de registro, das referentes a trabalhos especializados e outras.
- 10.º) Justiça do Trabalho.

Vários aspectos dos diferentes itens aí mencionados precisam ser esclarecidos pela atuação do Ministério do Trabalho e serão focalizados por diferentes representantes de nossas atividades produtoras.

Peço apenas permissão para aduzir algumas considerações sobre um dos assuntos, que mais vêm preocupando as nossas associações civis e sindicais. É referente à projetada reforma da lei sindical e que visa ao declarado propósito de facilitar a organização

corporativa de nossa produção, conforme está previsto na Constituição de 10 de novembro de 1937.

Reforma da lei sindical

Nessa reforma, Senhor Ministro, felizmente ainda não aprovada por V. Excia., segundo o pouco que já nos foi dado conhecer, temos elementos suficientes para, desassombradamente, assegurar a V. Excia., com a responsabilidade de todo o nosso passado e apoiados nos mais acurados estudos, a que mandamos proceder, que se pretende criar uma organização estrutural inteiramente em desacordo com as realidades do país, com as necessidades de nossa produção e com os propósitos e verdadeiros intuitos de um sadio corporativismo.

Tentando transplantar, e mal, uma lei italiana para o nosso meio, esqueceu-se o relator desse projeto das profundas diferenças entre o Estado Fascista italiano e o Estado Novo brasileiro, implantado no país, para Constituição de 10 de novembro.

Enquanto na Itália existe o estado corporativo integral, pela nossa Constituição caberá ao Conselho de Economia Nacional (ao qual estarão integrados os elementos da produção, e que seria, principalmente, um órgão de representação econômica, funcionando ao lado de órgãos de representação política), organizar corporativamente a produção. Esqueceu-se, ainda, o honrado relator, das diferenças radicais de outras naturezas, existentes entre a Itália e o Brasil.

Não podem, portanto, prevalecer critérios idênticos, para a organização sindical no Brasil e na Itália, diante dessas profundas diferenciações, verificadas desde a origem da formação do Estado.

Ainda mais, Senhor Ministro. Ensinam os doutrinadores do Direito Corporativo, que aí não se justificam doutrinas rígidas, que se amoldem, indiferentemente, a todas as nações. Os mestres da verdadeira doutrina corporativa ensinam que ela deve ter elasticidade suficiente, para se aplicar, com o mínimo de atritos, às verdadeiras necessidades de cada um dos países, em que tiver de ser implantada. Tem que atender, principalmente, às diferenciações de ordem econômica, geográfica e produtiva, aos hábitos, costumes, organizações e atividades das populações. Nunca se justificaria a

formação de um Estado corporativo, capaz de perturbar ou prejudicar a produção, pois o seu principal objetivo, ao invés, deve ser o de contribuir, para que evoluam os processos de produção com o mínimo de atritos.

A permanência das associações de classe

Cogita-se, no entanto, na reforma projetada, de anular a representação de tradicionais e eficientes associações de classe nas várias regiões do país. As federações sindicais admitidas nos Estados, quatorze para a indústria, seis para o comércio e oito para a engenharia, estarão expressamente proibidas de representar sobre assuntos econômicos, ficando adstritas a supostas questões meramente profissionais.

Constitui ainda preocupação dominante do relator do projeto em questão, evitar federações regionais como a nossa, sob o pretexto de que tais associações, abrangendo sindicatos de categorias diversas, mas de um mesmo tipo geral de atividades, podem querer imprimir, na solução dos problemas que lhes estão afetos, tonalidades de caráter regional, sacrificando os interesses nacionais.

O que dissemos de início sobre o programa e sobre a ação desta federação, já constitui, por si só, um formal desmentido a tal presunção.

Aceitando, apenas para argumentar, o risco de que as várias associações regionais fossem eivadas de espírito excessivamente regionalista, ainda assim teríamos de considerar que, acima dessas associações, estariam as de 3.º grau, as confederações com sede no Rio de Janeiro, e, no topo da pirâmide, o próprio Ministério do Trabalho, com sede na Capital da República.

Esqueceu-se o ilustre relator do questionado projeto de que o interesse nacional é, em última análise, a soma algébrica dos interesses regionais, e que qualquer progresso em qualquer região do país se integra automaticamente no progresso e na grandeza nacionais.

Nunca uma reforma dessa ordem poderia ser coroada de êxito se não se ajustasse às realidades do país, às realidades de nossas várias regiões econômicas e se não se orientasse, desde o seu início, por um propósito altamente construtivo.

A regulamentação projetada, dificultando entendimentos, que diariamente se processam em todas as zonas do Brasil, entre os vários sindicatos de diferentes categorias, mas que pertencem a atividades afins, em benefício da produção, cria medidas restritivas, burocratiza em demasia a solução dos problemas fundamentais de lugares diferentes e não se adapta à própria estrutura política revista pela nova Constituição.

A prevalecer a orientação projetada, a Confederação Nacional da Indústria, no Rio de Janeiro, terá cerca de 300 federações a ela filiadas, e os problemas regionais, que são hoje rapidamente resolvidos, ficarão na dependência de uma assembléia custosa e numerosíssima e de difícil execução, tendo em vista as grandes deficiências de transporte e as condições especialíssimas do país.

Os pareceres de ilustrados vultos de nossas letras jurídicas, que oferecemos à apreciação de V. Excia., demonstram que não encontram apoio na doutrina corporativa, nem na letra da nova Constituição, vários dos dispositivos previstos na reforma de nossa lei sindical.

A nossa tradição histórica, a nossa formação geo-econômica, geofísica, e as nossas realidades, não justificam, tampouco, tais dispositivos.

V. Excia., oferecendo oportunidade às grandes associações de classe de São Paulo e do país para uma crítica desse regulamento, procede com verdadeiro patriotismo. Não seria mesmo justificável que grandes interesses, como os que representamos, não fossem ouvidos num assunto que profundamente afeta toda a produção e todo o trabalho do Brasil.

De fato, São Paulo, só por si, tem hoje uma produção três vezes maior do que qualquer outro núcleo produtor do país. A nossa experiência deve, por certo, ser aproveitada em benefício de todos.

Aliás, nunca negamos nossos esforços ou a nossa cooperação, quando solicitados pelos poderes públicos.

V. Excia. terá ainda oportunidade de verificar o carinho, com que aqui são tratados os problemas que interessam à expansão do Brasil, de se certificar de quanto sabemos bem medir as responsabilidades, que nos cabem, como maiores produtores, e como um dos maiores entre os fautores da grandeza da nossa pátria.

Discutimos estes problemas com tanto maior prazer quanto V. Excia., professor ilustre, publicista culto e estudioso das questões nacionais, com um respeitável passado de serviços ao país e portador de um nome que se impõe ao nosso respeito e à nossa admiração, saberá bem aquilatar dos patrióticos intentos que nos movem.

Nesse ambiente e com estes intuitos é que vamos dar início aos debates constantes de nossa ordem do dia, agradecendo, antes, a honra da presença dos altos funcionários do Ministério do Trabalho, do Diretor do Departamento Estadual do Trabalho, do Presidente do Instituto dos Industriários e do Presidente da Confederação Nacional da Indústria.

INDÚSTRIA E CAPITAL ESTRANGEIRO

Substituição de mercados

Impressionou-me, sobretudo, nos últimos anos anteriores à guerra, a preocupação que dominava os homens de negócios dos Estados Unidos, com referência ao Brasil. Visavam eles, principalmente, abastecer o mercado brasileiro dos suprimentos de manufaturas que recebiam dos industriais europeus.

Ora, a substituição dos artigos que habitualmente importávamos da Europa, por outros, de procedência norte-americana, aumenta as cifras do comércio exportador desse país, favorece, eventualmente, o progresso econômico de alguns de seus ramos industriais, mas não concorre para o fortalecimento da economia do Brasil.

Os acordos de comércio ajustados sob essa inspiração não oferecem a segurança de uma larga, permanente e recíproca interpenetração das atividades produtoras e de consumo, segurança que deveria constituir o seu principal objetivo.

Com as interferências e compromissos, comerciais e financeiros, que se assinalam no campo internacional, poderíamos mesmo verificar que o aumento da exportação dos Estados Unidos para o Brasil, conseguido, muitas vezes, pelo simples desvio de correntes já existentes, seria obtido à custa da diminuição das remessas americanas para outros países. De fato, muitas das liquidações do tráfico internacional se processam sob a forma triangular ou multilateral e, no entanto, o poder aquisitivo dessas nações enfraqueceria-se pela perda de seus fornecimentos aos mercados brasileiros.

Novas correntes comerciais

Só existe um meio seguro de aumentar, em caráter estável e de forma absoluta, as trocas de produtos entre as nossas nações, com proveito real para ambas e com benéficos reflexos sobre o comércio internacional em geral. É o que promana do fortalecimento econômico dos nossos países, pela maior utilização e inteligente desenvolvimento de seus recursos, de tal sorte que as correntes de negócios criadas *resultem da formação de novas riquezas e não de um simples jogo de substituição de mercados.*

A diferença entre os aspectos marcantes do intercâmbio comercial e os fundamentos essenciais do econômico é que, naquele, predominam as trocas para finalidades imediatas e as liquidações a curto prazo, ao passo que, neste, essas compensações se processam em ciclos muito mais dilatados, no espaço e no tempo.

Níveis de riqueza

Os Estados Unidos da América do Norte conseguiram — pela extensão de seu território, pelas suas peculiares condições geográficas, pelo rápido aumento de sua população e pela energia de seus filhos — atingir a um elevado grau de riqueza. O seu mercado interno absorveu, durante muito tempo, acima de 90% dos frutos de suas próprias atividades.

O Brasil, por uma série de condições adversas, não pôde ainda evoluir no mesmo ritmo. O nível de vida médio do americano é cerca de trinta vezes mais elevado do que o do brasileiro. Sob o ponto de vista do valor da produção industrial, estamos em relação aos Estados Unidos, com um atraso superior a 50 anos. Essa diferenciação resultou da nossa pobreza em combustíveis, de condições climáticas e outros determinismos geográficos, e dos rumos que tomaram as principais diretrizes da economia internacional nos últimos 150 anos.

Os povos do norte da Europa só lograram alcançar um grande surto progressista, quando souberam vencer o frio e quando a técnica lhes proporcionou os meios adequados para esse avanço. E os Estados Unidos conseguiram, inicialmente, usufruir desse poderoso ativo, realçado pela revolução industrial. Hoje, os novos recursos

da ciência e da técnica poderão também proporcionar os meios de que carecemos para um impulso semelhante.

A nossa política comercial para com os Estados Unidos deveria, pois, ser orientada, não exclusivamente no sentido de uma recíproca preferência para os nossos produtos, mas, sim, *visando à criação de novas e fortes correntes comerciais, fundadas em um maior revigoramento econômico.*

Finanças internacionais

Existe um movimento internacional favorável à instituição de um fundo de estabilização monetária, que, inicialmente, afastará do comércio mundial os embaraços decorrentes das variações cambiais. Como os bens ou mercadorias são trocados, em última análise, por bens e serviços, as relações comerciais poderão, num certo momento, sofrer restrições, para que um eventual excesso de aquisições por parte dos países pobres, além do previsto nos limites das compensações admissíveis, não comprometa a estabilização de sua própria moeda.

Justificam-se créditos temporários para coberturas transitórias das contas. Mas as lições do passado estão nos demonstrando quão perniciosos foram os empréstimos externos, continuamente contraídos para pagamento de "deficits" da balança de comércio, quando estes derivam do excesso de importações em bens de consumo.

Uma tal política tem que ser banida, porque dela resultam, sempre, destruições e perdas de capitais, com os conseqüentes ressentimentos e desconfianças entre os povos.

As inversões de capitais internacionais só se justificam para o fortalecimento real da economia e legítima expansão das atividades produtoras, quando então os serviços de juros e resgate de tais inversões serão custeados, direta ou indiretamente, pelos resultados auferidos nessas aplicações reprodutivas.

O tratado de 1935

Membro da Câmara Federal dos Deputados, não fui favorável à elaboração do tratado de 1935, entre o Brasil e os Estados Unidos, nos termos em que foi concluído, porque julguei insuficientes os seus dispositivos para atender à grande e real aproximação econômica, comercial e financeira que desejava para os dois países. O tempo veio provar que fundada era essa restrição, pois que esse ajuste não concorreu, nos anos normais, para um substancial progresso nas relações entre as duas pátrias, fato que só se verificou como resultado de acordos bilaterais, para a aquisição de café, de produtos estratégicos e outros, promovidos no período imediatamente anterior à guerra, ou depois de sua deflagração.

A cooperação econômica pelo aumento da renda nacional

A cooperação econômica entre o Brasil e os Estados Unidos deveria ser balizada em mais amplas diretrizes, prevendo a eficiente utilização dos recursos naturais do Brasil, o grande surto das suas produções, agrícolas e industriais, e, em consequência, o crescimento da sua renda nacional. Desse crescimento derivaria, necessariamente, um intercâmbio continuamente em ritmo crescente, entre os dois países amigos.

O reforço desse comércio deve, portanto, promanar sempre do aumento da riqueza; passam, depois, seus efeitos, a estimular, permanentemente, o desenvolvimento da produção, fundindo-se, assim, causas e efeitos, e daí resultando frutos altamente vantajosos para as nações que se orientam por uma tal política.

Em última análise, os países de renda nacional elevada possibilitam o aumento do comércio, em caráter permanente e estável, em função do valor de suas produções. Um Brasil enriquecido oferecerá, pois, maiores oportunidades para a multiplicação de seus laços comerciais e culturais com os Estados Unidos.

Aumento da capacidade de consumo

O padrão de vida médio de um povo afere-se pela sua capacidade de consumo: quanto mais elevada essa capacidade no brasileiro, maiores serão as necessidades do nosso escambo internacional.

O poder de absorção de nossas populações orça, neste momento, em cerca de 40 bilhões de cruzeiros, ou sejam, 2 bilhões de dólares. Para alcançarmos um padrão de vida comparável ao das nações de riqueza média, necessitaríamos consumir 300 bilhões de cruzeiros, ou sejam, 15 bilhões de dólares: e para usufruirmos um nível de vida médio comparável ao do norte-americano, necessitaríamos poder gastar mil bilhões de cruzeiros, ou sejam, 50 bilhões de dólares.

Esses algarismos estão a indicar que, no desenvolvimento da política comercial Brasil-Estados Unidos, não nos devemos ater apenas à preocupação imediatista de substituição de mercados; do que precisamos, precipuamente, é de procurar obter a cooperação econômica, de forma a elevar, substancialmente, as rendas nacionais dos dois países.

Correntes progressivas e permanentes de comércio

Essa elevação criaria novas correntes comerciais, sem prejudicar, pelo desvio das que já se acham estabelecidas, nações amigas que necessitam, por igual, fortalecer a sua capacidade de consumo.

No Brasil, tais resultados podem ser alcançados pelo aumento da eficiência e da remuneração do labor agrícola, e pela rápida industrialização do país. Essa industrialização, longe de prejudicar o nosso comércio com os Estados Unidos, concorreria, com o curso dos tempos, para a sua intensificação. É a lição que podemos haurir da apreciação objetiva do que se passa entre os países mais industrializados.

As nossas necessidades são de tal vulto que oferecem ensejo a um alargamento simultâneo das atividades industriais norte-americanas e brasileiras.

Uma renda nacional elevada obrigaria a um valor de atividades pelo menos 10 a 30 vezes maior do que o registrado hoje. Para atingirmos tal nível, far-se-ia mister um enorme contingente de máquinas de toda espécie, de grande massa de veículos e aparelhamentos de transporte, enfim, de um imenso volume de bens de produção, que as nossas indústrias, por muitos anos, não estarão em condições de nos proporcionar. Não me cinjo, portanto, a interesses imediatos da indústria nacional, quando preconizo uma política mais intensa de cooperação Estados Unidos-Brasil, na base de uma maior industrialização de nossos países.

Essa programação para a melhoria de nossas relações já vem sendo compreendida por muitos dos homens públicos, americanos e brasileiros, e teve um bom começo de execução, com os acordos relativos a Volta Redonda e ao Vale do Rio Doce, com o início da eletrificação da Sorocabana e com alguns outros ajustes. Urge, porém, que seja desenvolvida em muito maior escala, com a indispensável colaboração dos homens empreendedores e a necessária assistência de técnicos, de economistas e sociólogos, criando-se, nas duas nações, uma consciência generalizada em tal sentido.

Ao lado dos tratados comuns de comércio, temos, portanto, que elaborar tratados muito mais amplos de cooperação econômica. Na propaganda desses propósitos, muito podem cooperar os norte-americanos que conheçam suficientemente o nosso país.

É o apelo que aqui vos deixo, como brasileiro amigo dos Estados Unidos, no sincero e legítimo anseio de que os laços políticos e de mútua compreensão que se vêm, de há muito, afirmando entre as nossas duas pátrias, se estreitem, cada vez mais, pelos tempos afora, transformando em definitiva a aliança que hoje selamos com o nosso sangue, na luta em que nos achamos empenhados, pela civilização e pela liberdade!

II

AGRICULTURA

12

ASPECTOS DA HISTÓRIA ECONÔMICA DO CAFÉ

CAPÍTULO I

Vinho, cerveja e café

Pela alimentação, que, com o abrigo e o vestuário, constitui uma das três necessidades primordiais da economia humana, os indivíduos procuram se refazer continuamente do ininterrupto desgaste que experimentam na luta pela vida. Como as demais, a alimentação sofreu muitas modificações com o decorrer dos tempos, com a posição geográfica e com o grau de civilização alcançado pelas sociedades.

Existem, porém, alimentos básicos, de que o homem não pode prescindir, onde quer que se encontre. Outras espécies nutritivas complementares variam com a situação e com a atividade desenvolvida.

Não nos cabe historiar a evolução e as transformações por que tem passado a alimentação humana. Notaremos, apenas, que dessa evolução decorreram circunstâncias que repercutiram fundamentalmente na formação econômica do Brasil.

A divulgação do uso do cacau e o emprego das especiarias proporcionaram uma base econômica às formações missionárias, com que as ordens religiosas fizeram incorporar a bacia amazônica à colônia portuguesa.

O açúcar, cujo uso se alastrou pela Europa exatamente no século XVI, constituiu o fundamento econômico da fixação defini-

tiva do europeu às terras de Santa Cruz. O café não só permitiu o reerguimento do Centro-Sul brasileiro, a braços com a penosa crise de reajustamento que se seguiu ao esgotamento das minerações, como ainda iria constituir a base econômica da formação do império e da constituição orgânica do próprio Brasil independente.

O uso do café, como o do açúcar, foi ensinado ao europeu pelos povos do Oriente; o do cacau é de origem peruana e mexicana.

É considerável, como se sabe, a proporção de substâncias alimentares que o homem absorve com os líquidos.

O uso do vinho, e de bebidas fermentadas, estava extraordinariamente divulgado entre todos os povos da Europa, nos primeiros tempos da era moderna. Na época em que a autarquia provinha, em grande parte, das dificuldades de comunicações, não havia no continente europeu cidade ou lugarejo que não dispusesse de vinhas próprias. Os germânicos usavam e abusavam largamente da cerveja e de bebidas semelhantes, de fundo alcoólico. Esse hábito provocava um embrutecimento ou entorpecimento pouco propício ao trabalho, principalmente em relação às atividades intelectuais.

O café, desnarcotizador e estimulante

Não é difícil, portanto, avaliar-se o sucesso que conseguiu o café, a saborosa bebida oriental, desde que se tornaram conhecidas as suas extraordinárias qualidades estimulantes e de reação à modorra provocada pelos excessos alcoólicos. Pode-se dizer que foi no século XVII que se verificou a sua entrada na Europa.

Já se escreveu que as civilizações da Grécia e de Roma se apoiavam, em boa parte, na utilização do vinho como alimento suplementar. O álcool, utilizado em excesso, produz, porém, além de todas as degenerescências apontadas pelos higienistas modernos, depressão e sonolência.

O café surgiu como saudável desnarcotizador, coibindo os efeitos nocivos do álcool, aumentando a capacidade intelectual e, assim, as produções do espírito.

Das três grandes bebidas não-alcoólicas introduzidas na Europa, após a era dos descobrimentos, o cacau, o chá e o café, foi

este último, que, incontestavelmente, apresentou os caraterísticos mais apropriados para aumentar e melhorar, como alimento, a produção humana.

Perde-se nas lendas a descoberta do uso do café pelo homem. Uma delas o atribui a um pastor, que teria verificado a superatividade de suas cabras, depois da ingestão de folhas e frutos de café. Outros, o atribuem às ordens religiosas, ao se certificarem de que facilitava suas vigílias. Não obstante a classificação de Linneu, de “*coffea arabica*”, que apresenta a planta como proveniente do Iêmen, na Arábia, parece estar hoje verificado ser ela originária de Kaffa, na Abissínia.

Foi a princípio utilizado pelos árabes e adotado pelos turcos e persas, não parecendo que o seu uso se tivesse espreado no Oriente, onde imperava o chá. Contam as lendas que mesmo para ser difundido nos domínios turcos, teve o café que lutar contra preconceitos religiosos, fiscais e medicinais de toda a ordem. A tudo paulatinamente venceu, com o decorrer dos tempos. Adotado na Europa, consolidou-se o seu uso por uma experiência bissecular.

É que o café é alguma coisa mais do que simples bebida. Não obstante a pequena quantidade de minerais que graças à sua ingestão se integram no corpo humano, constitui, indubitavelmente, grande auxiliar da alimentação, proporcionando bem-estar, possuindo odor e gosto agradáveis e qualidades fortemente estimulantes.

Experiências feitas na Escola Politécnica do Rio de Janeiro demonstram que o café estimula a capacidade de consumo dos azotados e pode restringir o uso dos hidrocarbonos.

“O café é superior ao álcool e aos estimulantes excitantes, pois que provoca fenômenos verdadeiramente capitais na constituição dos tecidos. As experiências, confirmando ao café suas qualidades de verdadeiro alimento, vieram realçar o seu papel como fator do desenvolvimento de maior atividade nos processos químicos azotados, os mais aptos a fornecer força aos homens superiores; é evidente a utilidade dessa bebida para as raças civilizadas, cuja atuação se torna dia a dia mais ativa” (Louis Couty, *Biologie Industrielle du Café*).

Sob o ponto de vista estritamente químico, são as seguintes, aproximadamente, as principais substâncias nobres que nele se encontram:

Azoto	40 %
Ácido fosfórico	8,5%
Potássio	35 %
Magnésio	8 %
Cal	4 %

Salientam-se, como constituindo os fatores fundamentais de suas qualidades, os compostos: cafeína, cafeol e trigonelina. A cafeína é o principal estimulante, a substância que, por excelência, aumenta a capacidade para o trabalho mental, não provocando, o seu uso moderado, quaisquer reações prejudiciais. O cafeol contém a maioria das substâncias e óleos aromáticos que lhe dão o gosto e o aroma. A grande série de estudos que nos últimos tempos tem sido feita corrobora as suas virtudes medicinais e de alimentação subsidiárias de primeira ordem.

Introdução do café na Europa

Registra-se o início do comércio de café, em pequena escala, em Veneza, em 1615, e em Marselha, em 1644.

França, durante os séculos XVII e XVIII, foi a nação mais populosa da Europa. Em 1700, num conjunto de 80 milhões de europeus, os franceses atingiam por 20.000.000; em 1800, sobre uma população de 175 milhões, a França era representada por 27.000.000.

Os franceses incrementaram suas importações a partir de 1660, e, em 1679, haviam desenvolvido um comércio já ponderável com o Levante, através de Marselha e Lion.

Em Paris, o primeiro propagador do uso da bebida foi o embaixador da Turquia. Em 1672 instalou-se o primeiro café.

Os holandeses, desejosos de se libertarem do comércio pelo Mediterrâneo, levaram sementes do produto para Java, em 1671, e para o Surinã, no começo do século XVIII.

Em Londres, o café começou a ser usado pelos meados do século XVII, sendo abertos, por esse tempo, vários estabelecimentos para sua venda.

Ficou clássica a representação formulada pelas mulheres londrinas, em 1674, contra a divulgação dessa bebida que concorria, segundo diziam, para o afastamento dos homens de seus deveres conjugais.

Na Europa central, os grandes estoques deixados pelo exército turco às portas de Viena, quando foram rechaçados, em 1683, do cerco que infligiam à famosa cidade, permitiram a abertura do primeiro café vienense, que teve acentuada influência na divulgação do uso da bebida em uma vasta região. Kolschitzky, seu fundador, tem hoje ali uma estátua, erigida pela associação dos torradores de Viena.

No fim do século, as plantações iniciadas pelos holandeses nas Ilhas Malaias haviam deslocado as principais correntes de comércio de café, da travessia do Mar Vermelho e da região do Levante, para o caminho marítimo, na rota do cabo da Boa Esperança.

O controle da produção iria ficar, até 1729, nas mãos dos holandeses, que dividiram com os ingleses a primazia do seu comércio e distribuição.

O café e a Revolução Francesa

A França continuava, porém, a ser a maior consumidora do artigo, cuja divulgação teria, durante o século XVIII, acentuada influência em sua vida econômica, social e política.

O Burgomestre de Amsterdã presenteara, em 1714, o Rei Luís XIV com um pé de café, que foi plantado nas estufas reais e cuidadosamente conservado pelo célebre botânico, Jussieu. Mas a Corte evitava o seu uso, por condenação médica. Aliás durante o século XVII, o café foi consumido, na Europa, principalmente por suas virtudes medicinais, como acelerador da circulação e como remédio eficaz contra a embriaguez.

Luís XV, porém, já se tomara de paixão pelo café, gostando de servi-lo a seus amigos.

Lenormand, jardineiro-chefe de Versailles, plantara uma dúzia de arbustos nas estufas do palácio, e aí colhia, anualmente, algumas libras de café cereja, que eram secadas, torradas, preparadas e servidas pelo próprio rei.

Em 1720, existiam 380 cafés em Paris. A cidade contaria, então, cerca de 680.000 habitantes.

Firmando-se o consumo em França, era natural que surgisse a preocupação da sua produção. Tal iniciativa coube a Gabriel Mathieu Desclieux, da guarnição de São Domingos, que conseguiu, não sem dificuldades, em 1723, que as estufas reais lhe fornecessem uma muda, a qual com cuidados especiais, foi transportada para aquela ilha. Teve que vencer durante a travessia a sabotagem de um tripulante holandês, ataques de piratas e a falta de água, conseqüente das calmarias reinantes. Vencidos esses obstáculos, dois anos depois, de Martinica, já saíram boas messes de sementes para as Antilhas francesas, e a ilha de São Domingos tomou, desde logo, a primazia na produção.

O controle do comércio de café passou, então, a ser exercido pela França durante o resto do século. Nesse período, desenvolveu-se sobremodo o seu uso em Paris, com acentuados reflexos sobre a vida social, pela intercomunicação das várias classes, no ambiente dos cafés.

O aumento do consumo levou o governo à decretação de impostos sobre o produto, e em 1692, foi estabelecido o seu primeiro monopólio, sendo arrendados em conjunto, o comércio do chá, do café e do cacau. Com a grande queda do consumo, resultante dessas imposições, dentro em pouco restabeleceu-se a liberdade de seu comércio, sendo, porém, majoradas as suas taxas de importação. Em 1726, foi novamente criado um monopólio a favor da Companhia Francesa das Índias Ocidentais, que também pouco durou.

A vida dos cafés de Paris, durante o século XVIII, foi objeto de numerosos ensaios sociais e literários.

Todos os elementos da burguesia, profundamente descontentes com as exageradas exações fiscais e injustiças da burocracia real, despótica e autoritária, aí se encontravam com uma plêiade de espíritos propensos a um grande movimento liberal e cultural.

Aliás, eram os cafés freqüentados indistintamente por todas as classes, verificando-se, porém, em alguns, certa predominância de determinados grupos. Assim, o Café Bourette era o preferido pelos meios literários, o Café Anglais, pelos autores, atores, e apreciadores da Comédie Française; o Alexandre, pelos elementos liga-

dos à música etc.; adquiriram, então, grande notoriedade os Cafés Parnasse e Prope, aos quais se referem os mais altos espíritos literários do século.

O café é assim, apontado, como tendo concorrido para a eclosão do movimento intelectual em França, no século XVIII. Michelet dizia que o café fazia com que "l'esprit jaillit spontané comme il peut". "A taberna foi afinal destronada, a detestável taberna onde, há cem anos atrás, nossos jovens vegetavam entre bêbedos e meretrizes..." "O café, a bebida soberana, poderoso nutriente do cérebro, ao contrário das alcoólicas, aumenta a clareza das idéias; café que afasta da imaginação as névoas e vapores pesados produzidos pelo álcool; café que esclarece a realidade das coisas com a luz da verdade; antierótico café, que substitui a emulação cerebral à emulação das faculdades sexuais". "O café de São Domingos, que Buffon, Diderot e Rousseau bebiam, redobrava o ardor de suas almas ardentes e os profetas que se reuniam diariamente no Café Procope puderam ver, com visão penetrante, através da negra bebida que absorviam, o ano luminoso da revolução".

Nos 900 cafés que havia, no fim do século, em Paris, estabelecia-se, assim, o contato entre os numerosos elementos descontentes por motivos de ordem econômica e os grandes espíritos trabalhados de profundas tendências liberais. Aí, extravasavam os anseios filosóficos e econômicos da época. A vida dos clubes, onde germinava a revolução, estava intimamente entrelaçada com a do café, e no preparo da revolução, as agitações e as efervescências internas eram mantidas pelo consumo do café.

No meado do século XVIII, as Antilhas francesas forneciam dois terços do artigo consumido na Europa; primazia naturalmente justificada porque era a França a sua maior consumidora, e aquela que, na Europa, fixara definitivamente o reconhecimento das suas grandes propriedades nutritivas e estimulantes.

Mas o regime da cultura, nas Antilhas, era baseado no braço escravo. Os conceitos de igualdade e fraternidade, pregados pela revolução, eram, naturalmente, inconciliáveis com o regime escravocrata. Ao calor dessas idéias, levantaram-se os nativos de São Domingos e massacraram os seus patrões brancos, que agiam, naquelas paragens, tão em desacordo com o pensamento dominante da mãe-pátria; e na ânsia de fixar para sempre o regime de

liberdade em que queriam viver, queimaram os cafezais das ilhas, nos quais enxergavam a origem e o símbolo de seus grilhões.

Holandeses, ingleses e alemães

Perdeu a França o primado da produção e Java, até cerca de 1825, passou a ser a região mais produtora do mundo, fornecendo dois terços do café reclamado pelo consumo. Fizeram, então, os holandeses, subir seu preço, favorecendo, por essa forma, a expansão do comércio do chá.

Na Inglaterra, nos primeiros tempos do século XVIII, o uso do café era mais divulgado que o do chá. Esta situação se foi alterando à medida que os ingleses verificaram que a cultura do chá se desenvolvia melhor em suas colônias.

Em 1803, como consequência das guerras napoleônicas, por estar a Holanda sob o jugo francês, Ceilão foi incorporada ao Império Britânico. Desenvolveram, aí, os ingleses, o plantio do café, já iniciado pelos holandeses e Ceilão se tornou um importante centro produtor. Em 1817, a ilha produzia 150 toneladas e em 1868, cerca de 50 mil, quase 1 milhão de sacas. Em 1867, vítima da "Hemileia Vastatrix", terrível praga que lhe devorou os cafezais, de tal arte que em 1880 se extinguindo por completo a sua produção, Ceilão passou a ser grande cultivador de chá.

Na Alemanha, continuou a predominar o uso da cerveja. O café só penetrou ali em maior escala, no século XIX, tendo sido de início o seu consumo prestigiado, principalmente, pelas mulheres. O extenso hábito da cerveja, durante o século XVII, na Europa, apresentou a singularidade de concorrer para a excessiva gordura de grande número de seus homens, ainda os mais eminentes.

Napoleão e os sucedâneos

A França, que tinha tido tão decisiva influência na divulgação do uso do café no mundo civilizado, contribuiu durante o bloqueio continental, decretado por Napoleão contra a Inglaterra (1806-1813), para que se divulgasse o uso da chicória, como sucedâneo

e misturada com o café legítimo. Pelos mesmos motivos, foi estabelecido o uso do açúcar de beterraba, que tão intensamente ia prejudicar os produtores do açúcar de cana.

O bloqueio favoreceu ainda a penetração do chá na Rússia, vindo em caravanas da Ásia, e daí se divulgando o seu consumo pela França e Alemanha.

Se bem que o chá não tenha as mesmas propriedades do café, com a mesma quantidade daquele, pode-se produzir 6 vezes mais bebida que com este.

O café tinha, porém, consagradas as suas virtudes de vigoroso estimulante intelectual, por sua intensa experiência, no século da Revolução Francesa.

O consumo europeu, no final desse século, não atingira ainda 1 milhão de sacas. O valor do seu comércio não era, pois, dos mais elevados. Mas a sua adoção definitiva pelos principais núcleos de civilização na Europa ia incrementar o seu maior emprego na era industrial do século XIX, quando a humanidade necessitava desenvolver grande atividade física e intelectual. O café, nesse tempo, passou a ser usado pelos operários, e quem facilitou esse uso, proporcionando grande produção e relativa redução em seus preços, foi o Brasil que, a partir de 1830, tornar-se-ia, ininterruptamente, a maior região produtora de café do mundo.

Produção e comércio

Fruto da relevante organização inglesa de comércio e de transportes, Londres era, em princípios do século XIX, o maior porto de distribuição do café.

O valor da produção anual não alcançaria, então, 2 milhões de libras. Em 1800, todo o comércio internacional era avaliado em 302 milhões de esterlinos.

Só depois das guerras napoleônicas e em consequência dos aperfeiçoamentos industriais da navegação, decorrentes da aplicação do vapor e do ferro, foi que o comércio internacional começou a apresentar maior desenvolvimento. Verificou-se isso, depois da nossa independência.

Nesse mesmo século, na era do industrialismo, e graças aos progressos da higiene, registrou-se um grande aumento da população européia, que de 175 milhões de habitantes, em 1800, passou a 400 milhões, em 1900.

Por volta de 1825, já o comércio mundial de café atingira 1 1/2 milhões de sacas, no valor de mais de 3 milhões de libras. O comércio mundial de algodão alcançara cerca de £ 6.000.000, o de açúcar £ 10.000.000 e o de tabaco £ 3.000.000.

A cultura do café, em grande escala, requeria solo apropriado, processos eficientes e meios de transportes adequados. Os holandeses e os ingleses, dispendo de grandes capitais, de organizações administrativas e colônias, onde a mão-de-obra era abundante e afeita a uma longa experiência em trabalhos agrícolas, não conseguiram, porém, aumentar, substancialmente, a sua produção cafeeira.

Foi quando o Brasil começou a aparecer como região fortemente produtora. Uma experiência quase secular, tinha levado o cafeeiro às proximidades das terras brasileiras, onde mais e melhor se adaptaria. De fato, iniciada a sua cultura no Pará, em 1727, e transportada desde logo para o Amazonas e Maranhão, aí não se mostrou grandemente produtiva, sendo pequenas as exportações verificadas em todo o Norte durante o século XVIII.

Levado para o Rio de Janeiro, por volta de 1770, foi a princípio cultivado em chácaras e quintais. A atividade agrícola em grande escala não se havia ainda generalizado ao interior do Centro e do Sul do país. Os engenhos e canaviais estavam todos situados no litoral ou à margem dos grandes rios navegáveis. As povoações do interior estavam entregues às explorações mineradoras ou do comércio de gado. A pecuária, com o declínio da mineração, era a indústria predominante, ocupando grandes zonas do interior; nela se baseava toda a economia do Centro-Sul brasileiro, numa penosa crise de reajustamento da mineração à agricultura.

A mineração havia, porém, concentrado avultados capitais, invertidos em escravaria e gado.

O estabelecimento da Corte na cidade do Rio de Janeiro tinha, aí, concorrido para a formação de um ponderável centro consumidor gerando novos estímulos para o progresso da colônia. A produtividade dos cafezais cultivados nas cercanias da capital, e a

dos cafeeiros levados para localidades situadas ao longo das estradas das antigas cidades mineradoras, incitavam a novos plantios. A extensão de seu uso e a alta de seus preços, no mercado do Rio, convidavam a maiores cometimentos.

Mas o cafeeiro só produzia depois do quarto ano de plantio. Se já não existissem outras culturas e a mão-de-obra oriunda da mineração, não seria possível promover o seu incremento, num país em que escasseavam capitais e que se achava a braços com crises econômicas e lutas políticas verificadas após a independência.

Sem embargo, a partir de 1810, a sua cultura foi se desenvolvendo na província do Rio de Janeiro. Acelerou-se depois de 1820, e de tal forma, que a exportação brasileira praticamente nula no começo do século, em 1826 já representava 20% da produção mundial.

A esse tempo, a Ásia e a África forneciam 50% do consumo universal e as Antilhas e a antiga América espanhola, cerca de 30%. A partir de 1830, Java era sobrepujada pelo Brasil, que passou a fornecer cerca de 40% do consumo mundial, tornando-se desde então, a maior região produtora do universo.

Predomínio brasileiro

Cresceram a produção e o consumo a tal ponto que, por volta de 1850, já o mundo consumia mais de 4 1/2 milhões de sacas; o Brasil, aumentando a sua produção, conservou sua posição de maior fornecedor à mesma razão de 40%. Encontrando aqui o seu *habitat*, o café se alastrou pelo Vale do Paraíba, invadindo mais tarde o planalto paulista, e, depois de 1875, num consumo mundial superior a 8 milhões de sacas, o Brasil dele participava sempre com mais de 50%. Essa percentagem alcançaria 51% no quinquênio 1890/95; 73% de 1897 a 1900; 81% entre 1901 e 1902.

A partir de 1830, tornou-se o artigo de maior comércio exportador do continente sul-americano. Mercadoria que nos tempos coloniais tinha fornecido apenas 4 milhões de libras, ao ativo de nossa balança de comércio, entre 1821 e 1870, proporcionaria £ 169.154.000 e entre 1821 e 1889, no crepúsculo do regime monárquico, concorreria com £ 270.835.000. Entre 1821 e 1900,

com 605.646.000 e em todo período do Brasil independente, com cerca de 2 bilhões, num total geral de exportação de 3 bilhões e 400 milhões de libras esterlinas!

Durante o século XIX, o comércio mundial subiu de 300 milhões para cerca de 8 bilhões de libras em princípios do século XX. Cresceu, pois o comércio internacional cerca de 20 vezes, crescendo também o comércio mundial de café na mesma proporção, e o que permitiu a manutenção desse ritmo foi a intensa produção brasileira.

Em 75 anos, a sua contribuição para o consumo mundial ascendeu de 20 para mais de 70%. Até 1896, sem embargo de crises de pequena duração, a produção se foi reajustando ao consumo. Mas a partir de 1897, o seu ritmo em demasia acelerou-se, em relação às possibilidades do consumo, e começaram a se acentuar as sobras, e daí a superveniência das crises de superprodução em que nos debatemos até hoje.

A história do comércio do café apresenta-se-nos, pois, relativamente ao Brasil, desdobrada em 5 fases nitidamente distintas.

A primeira, que se refere à implantação do seu uso e à sua propagação pelos principais centros culturais da Europa antes da existência, entre nós, de sua lavoura e exportação. Estávamos, então, inteiramente absorvidos pela mineração e preocupados com a cultura do açúcar e do fumo, e com a exportação do couro e especiarias.

A segunda abrangendo o período compreendido entre 1727 e 1810, que chamaremos da adaptação do cafeeiro ao país.

A terceira compreende o espaço entre 1810 a 1870, e se destaca pelo desenvolvimento e abundância da nossa produção, que no segundo quartel do século concorreria com mais da metade do consumo mundial. Assinala-se ainda esse período pela expansão da cultura no Vale do Paraíba, unindo as antigas lavouras de cana-de-açúcar, da costa, às velhas regiões mineradoras de além-Mantiqueira.

A quarta fase se destaca pela expansão da cultura no planalto piratiningano, onde o café havia penetrado, desde o começo do século XIX, mas onde só passou a ter grande surto a partir de 1870. O ano de 1890 marca o princípio do predomínio da produção paulista.

A exportação pelo porto de Santos ultrapassaria, em muito, de 1894 em diante, a do Rio de Janeiro.

O quinto período, finalmente, iniciado em 1897, assinala-se pela acelerada e desordenada expansão da cultura nas regiões paulistas, acarretando a superprodução, de que padecemos até agora, com todos os seus efeitos econômicos, sociais e políticos.

Introdução do café no Brasil

Ao alvorecer do século XVIII, o café havia sido plantado na América, nas Antilhas francesas e na Guiana Holandesa.

Contam as crônicas que em 1727, indo em missão oficial à Guiana o Sargento-Mor Francisco de Melo Palheta, ali conseguiu obter algumas sementes e mudas da preciosa rubiácea. Se o produto era proveniente da iniciativa de Gabriel Mathieu Desclieux, ou originário de mudas da Guiana Holandesa, que teriam passado para a Francesa, não é assunto ainda bem esclarecido. A verdade é que Francisco de Melo Palheta iniciou a cultura no Pará e dali foi ela levada ao Amazonas e Maranhão.

Manuel Cardoso Barata, nos seus “Apontamentos de Efemérides Paraenses”, refere que, em 25 de janeiro de 1731, a “Gazeta de Lisboa Ocidental” publicava a seguinte notícia: “Nos últimos navios que chegaram do Maranhão, veio algum café que se descobriu no sertão daquele Estado, ainda de melhor qualidade que o do Levante e se afirma que no sítio em que se o colheu, havia carga para vinte navios”. Notícia evidentemente exagerada, mas que dá um informe das primeiras colheitas brasileiras.

O alvará régio de 30 de julho de 1731, dirigido a Alexandre Souza Freire, Governador Capitão-General do Estado do Maranhão, dá conta da resolução de 28 de julho em solução à consulta do Conselho Ultramarino, e pela qual, no intuito de incentivar a sua cultura, durante 12 anos a canela e o café não pagariam direito algum.

Alexandre Souza Freire escrevia, a 11 de dezembro de 1731, de Belém do Pará, a Paulo Silva Nunes, de Lisboa, comunicando a divulgação da cultura do café nas quintas e acentuando que as árvores de dois a três anos davam logo frutos em quantidade. Ha-

vendo a Câmara do Pará solicitado ao governo da metrópole que se vedasse a entrada do café estrangeiro em Portugal, a ordem régia de 4 de maio de 1741 assim respondia a este pedido: "Para os oficiais da Câmara que requereram se proibisse a introdução de café estrangeiro no reino se responde que isso terá lugar quando a produção for suficiente para o consumo". A "Gazeta de Lisboa", de 29 de dezembro de 1750, consigna a chegada de 835 arrobas de café. Valeria então o artigo, no Pará, cerca de 2\$800 por arroba, ou seja, pouco mais de 3 libras por saca de 60 quilos.

O jesuíta João Daniel registrava, em 1767, a existência de muitos cafezais no Amazonas, que exportavam para a Europa "muitas mil arrobas".

Do Pará, o cafeeiro se espraçou para o Maranhão, Piauí, bacia do Amazonas, até o interior da Capitania do Rio Negro.

O que parece evidente é que, não tendo nos primeiros tempos encontrado o seu *habitat* ideal, não pôde alcançar a cultura do café no país qualquer desenvolvimento de valor econômico apreciável.

Foi o Desembargador João Alberto Castelo Branco que o levou, por volta de 1770, do Pará para o Rio de Janeiro. Conta a história que as primeiras plantações foram feitas na cerca do hospício dos frades barbadinhos, italianos, na rua dos Barbonos, atual Evaristo da Veiga, e na quinta do holandês João Hoppmann, além do Arraial de Mata Porcos.

Parece que os iniciadores da cultura foram o padre Antônio Lopes da Fonseca, que abriu considerável plantio no sítio Medanha, em Campo Grande, e o Bispo do Rio de Janeiro, D. José Joaquim Justiniano, mandando sementes para os lados de Resende e São Gonçalo, que vieram a constituir os dois principais focos de irradiação, na província do Rio de Janeiro.

O Marquês do Lavradio foi um dos grandes impulsionadores da cultura do café. Chegou a determinar, para a sua intensificação, em São João Marcos, que seria isento do serviço militar todo o lavrador que provasse haver plantado determinado número de cafeeiros.

Influência de D. João VI

No começo do século XIX, plantou-se abundantemente o cafeeiro nas chácaras e sítios dos arredores do Rio de Janeiro e mesmo em algumas quintas das províncias mais próximas. Tratava-se apenas de produção para o consumo interno. Essas plantações propiciaram, todavia, uma verdadeira base à aprendizagem da cultura, facilitando grande expansão, observada depois de nossa independência.

D. João VI e os fidalgos que o acompanhavam estimularam o uso do café e o seu plantio. Taunay, em sua *Propagação da cultura cafeeira*, relata um episódio interessante sobre a distribuição de sementes pelo próprio monarca, aos nobres da Corte, insistindo para que as cultivassem.

Província do Rio de Janeiro

As atividades agrícolas na província do Rio de Janeiro, no começo do século XIX se achavam concentradas principalmente na cana-de-açúcar, no tabaco e no anil. A região dos engenhos era formada pelos terrenos baixos, mais próximos da costa e de mais fácil acesso. Na conquista de sítios próprios para a cultura da cana, lutavam os fluminenses com a hostilidade pantanosa da região. Não seriam essas as regiões mais adequadas ao desenvolvimento do café.

Os caminhos que ligavam a Corte ao interior, eram os abertos pelas necessidades da mineração, nos quais se transportavam, por tropas, cargas de grande valor e pequeno peso.

As partes altas da província estavam cobertas de matas virgens, praticamente inacessíveis aos colonos. Resende, Paraíba do Sul e outros lugarejos do interior eram simples pousos para as tropas, sem valor econômico próprio.

Em 1826, a província do Rio de Janeiro dividia-se, administrativamente, em 6 distritos ou comarcas, dos quais quatro eram em terras à beira-mar e compreendiam os distritos de Goitacases, Cabo Frio, Rio de Janeiro e Ilha Grande e dois, os de Cantagalo e Paraíba Nova, nas terras de serra acima. O rio Piabanha separava

os dois distritos de serra acima. Paraíba Nova figurava na parte ocidental e confinava com a província de São Paulo; o distrito de Cantagalo era limítrofe do de Goitacases, que, por sua vez, terminava, ao oeste, na serra deste último nome, e ao noroeste na província do Espírito Santo. No distrito de Paraíba Nova, localizavam-se as vilas de Resende, a antiga Campo Alegre, Sacra Família (perto da localidade onde se instalou Vassouras), Registro de Paraíba (atual Paraíba do Sul), Valença (aldeia de índios convertidos), Nossa Senhora da Conceição e Sant'Ana. No distrito de Cantagalo havia a vila de São Pedro do Cantagalo. Nova Friburgo (antiga colônia suíça), São José de Leonissa (atual Itaocara), na confluência do rio Pomba com o Paraíba, aldeia da Pedra, dos índios Coroados, na confluência do Dois-rios com o Paraíba, e as paróquias de São Sebastião e São Gonçalo. Eram esses, serra acima, evidentemente, lugarejos de nenhuma importância.

Nos quatro distritos de serra abaixo, eram, porém, numerosos os portos, vilas e cidades cujas principais culturas se repartiam entre o açúcar, o anil e o fumo. A cidade do Rio de Janeiro era, então, a própria capital da província.

Louis Freycinet, que visitou o Rio de Janeiro em 1826, observou que "o café já se cultivava na província com vantagem e com sucessivos desenvolvimentos, há cerca de quarenta anos".

Nos distritos de serra acima, era cultivado no de Paraíba Nova e nos de serra abaixo, no de Goitacases e Rio de Janeiro, não só próximo à capital como nas povoações de Itaboraá, São Gonçalo, Magé, Saruí, Maricá; no distrito de Ilha Grande predominava a cultura do café nas proximidades do mar, em fazendas mistas em que se cultivavam a cana-de-açúcar, o tabaco, o algodão, o índigo e cereais.

Após as guerras napoleônicas, acentuou-se na Europa a expansão comercial. Essa circunstância, aliada ao grande crescimento que teve a cidade do Rio de Janeiro, com a transmigração para aí da Corte portuguesa, acrescida dos grandes proventos que se foram verificando com as pequenas culturas de café, concorreram para acelerar a expansão do seu plantio.

É de notar que somente para Lisboa a exportação de café cresceu de 7.053 sacas em 1818 para 11.790 em 1819 e 28.043 em 1820. A exportação total do Brasil ascendeu de 79.892 sacas em 1817, a 190.060 em 1822 e 328.333 em 1826.

Índice do interesse despertado pela cultura, foi a inserção da folha do cafeeiro nos brasões de armas do Brasil.

Em 1830, a exportação já seria de 480 mil sacas e em 1833, de mais de 1 milhão. O comércio de café iria tomar novo impulso, e o valor de sua exportação já sobrepujava o do açúcar.

Em 1820 o café chegou a atingir 6\$100 por arroba; em 1821 7\$200 e, em 1822, 8\$500, o que, às cotações cambiais da época, orçava por bem mais de 5 libras esterlinas por saca de 60 quilos.

Resende ficou coberta de cafezais, passando a constituir um núcleo de expansão cafeeira no setor ocidental do Vale do Paraíba. Verificada a supremacia das zonas de serra acima, na antiga vila de São Pedro de Cantagalo formou-se novo foco de irradiação para a zona oriental do Vale do Paraíba, com mudas e sementes provenientes de São Gonçalo. Resende e Paraíba do Sul de um lado, Cantagalo e Santa Maria Madalena, do outro, foram os dois principais eixos da propagação cafeeira.

A grande expansão

Foi, pois, no território fluminense que a cafeicultura se firmou definitivamente no Brasil.

Mas mesmo aí, durante cerca de quarenta anos, a produção seria apenas suficiente para o consumo local. O surto violento só se verificaria quando o café atingisse as zonas “dos desertos das montanhas”, vastos tratos de terra, cobertos de matas e habitados pelos índios Puris, Sucurus e Coroados, daí repellidos ou exterminados pelos cafeicultores.

Com o entusiasmo decorrente do rápido enriquecimento de muitos agricultores de café, novas e grandes plantações se fizeram, espraçando-se celeremente pela província. Abandonavam-se as fazendas de antigas culturas e as terras já lavradas, dando-se preferência às zonas florestais, que a prática ia indicando como as mais produtivas. Houve muita dispersão de esforços e muita cultura experimentada em terras que se não mostraram favoráveis; o Vale do Paraíba foi a região em que se verificaram os melhores resultados, e daí a extensão da cultura pelas suas margens, galgando as numerosas serras que o circundam e os seus vários afluentes.

Pela margem esquerda do grande rio, as plantações invadiram a zona da Mata, em Minas Gerais, atingindo para logo as antigas regiões já transitadas pelos primitivos mineradores, onde se localizavam núcleos de populações, vilas e aldeias, fundados ou mantidos pelos seus descendentes.

D. João VI havia distribuído nessas regiões, que mais tarde se mostrariam propícias ao plantio do café, grande número de sesmarias, a muitos dos fidalgos que o acompanharam. Descendentes ou sucessores desses fidalgos, numerosos agricultores de Minas Gerais, e habitantes do próprio Rio de Janeiro correram para a nova atividade agrícola.

As populações, a escravaria e o gado que se haviam acumulado na região centro-sul brasileira facilitaram a rápida expansão dessa cultura, de aspecto excepcionalmente rendoso.

A cidade do Rio de Janeiro tornou-se o escoadouro de vasto "hinterland", em que se desenvolviam grandes atividades agrícolas e que se estendiam às longínquas regiões mineradoras até então em decadência. Não podia deixar de se refletir no enriquecimento da cidade, a profunda transformação assim operada no interior. Em 1832, a exportação de café pelo Rio de Janeiro foi além de 800.000 sacas. Ocorreu, então, um fenômeno interessante. Diversas causas concorreram para uma grande baixa nas taxas cambiais: a difícil situação do país pós-independência, conseqüente à perda de boa parte do mercado português e de vários outros, para os produtos do norte; a decadência da mineração e as grandes despesas impostas pela organização política e administrativa do país; as revoluções e agitações internas. Com a rápida expansão da cultura do café, caíram suas cotações em ouro, mas a depressão da taxa cambial impediu que, em mil-réis, essas cotações baixassem paralelamente, e assim pudessem contribuir para o arrefecimento do entusiasmo fluminense pela cultura.

Operou-se, pois, na década 1820-1830, uma transformação profunda na província do Rio de Janeiro. Foram abertas grandes fazendas, que passaram a importar braços de Minas Gerais e mesmo da África. As condições da nova cultura, face aos recursos locais, criaram o tipo da fazenda de café fluminense com sua organização peculiar.

O Vale do Paraíba

O café sendo uma planta tropical exige, mesmo nessas regiões, condições especialíssimas de solo e clima. Requer aeração e insolação suficientes, e não se aclima em terrenos úmidos, reclamando chuvas na maturação e tempo seco no período da colheita.

Não se dá bem com o calor excessivo, nem em terrenos baixos, junto ao mar, os chamados terrenos quentes. Dentro, no próprio Vale do Paraíba não existia, em todo ele, o ótimo biológico mas sim e apenas em determinadas porções da região. Van Delden Laerne divide o *plateau* desse vale em três zonas climatéricas, assim sintetizadas por Oliveira Viana:

“a) — *Zona das terras baixas* — Correspondente às terras marginais do Paraíba e dos vales dos seus afluentes, na seção média e oriental do seu curso. O planalto em que corre o Paraíba guarda nesta zona uma altitude, que varia de 100 a 200 metros. Do ponto de vista térmico, é a mais quente dessas zonas. Pode-se considerar como seu centro geográfico o trato entre Carmo e Itacoara.

b) — *Zona das terras médias* — Contém os territórios da Bacia do Paraíba, formados pelos vales montanhosos do interior. Varia entre 200 e 550 metros de altitude. É nela que o índice térmico é comparável ao do *plateau* do Iêmen — e compreende-se facilmente a importância que decorre desta particularidade.

c) — *Zona das terras frias* — Com serras geograficamente colocadas quase todas dentro das terras médias (zona b), mas aí a altitude intervém como modificador do índice térmico. São terras de temperatura baixa que compreendem os espigões da serra, as partes mais altas ou menos isoladas das duas cordilheiras. Localizam-se, principalmente nesta região revolta e florestosa, parte dos atuais municípios de Teresópolis, Petrópolis, Friburgo e certas porções mais agrestes de Madalena”.

No planalto do Paraíba, o *optimum* biológico do cafeeiro se encontrava propriamente na sua zona média ou zona b. Ali ele atingiu o máximo de seu ciclo vegetativo e da sua capacidade produtiva, deparando também com a região propriamente cafeeira. Foi nela que o café constituiu a cultura dominante. O centro

econômico do Rio de Janeiro foi aí, na época em que mantinha a hegemonia do café.

Nas duas outras zonas, a das “terras baixas” e das “terras frias”, a rubiácea viceja e floresce, mas em condições menos favoráveis, do ponto de vista biológico, e portanto, do aspeto econômico e comercial.

Nas terras baixas, o café se apresentava inferior ao das zonas ótimas. Nas regiões de terras frias, florescia tardiamente; o grão não apresentava as qualidades comerciais do da zona média. O café, plantado nas encostas, não estava sujeito à umidade pela natural drenagem topográfica. Melhoravam, também, nessas vertentes, as suas condições de insolação e aeração. As encostas, com orientação mais propícia ao recebimento de maior calor solar, eram denominadas soalheiras, em contraposição às noruegas, denominação dada às encostas frias. Nas zonas altas, procuravam-se, de preferência, as faces soalheiras e nas baixas, as noruegas. A altitude demonstrou ter capital importância; não convinhão, salvo exceções, as inferiores a 200 ou as superiores a 600 metros. A experiência foi também indicando os padrões de terra boa, pela existência de determinadas árvores que vegetavam nas terras mais apropriadas.

Portos e estradas do café

Como já assinalamos, a cultura se desenvolveu, a princípio, nas proximidades dos vários portos da província e dos primeiros caminhos já trilhados. Com o seu incremento, fez-se mister a abertura de numerosas estradas e de vários outros portos fluviais, por via dos quais era a produção transportada para o porto do Rio de Janeiro, de onde se processava a sua exportação.

Apontavam-se como portos marítimos mais importantes: Parati, Mambucaba, Jurumirim, Angra dos Reis e Mangaratiba, no golfo da Ilha Grande, Niterói, Cabo Frio, Macaé e São João da Barra, este na foz do rio Paraíba do Sul. Os outros portos fluviais eram: Itaguaí, no rio do mesmo nome, Iguazu, sobre esse rio, os dois portos de Estrela, sobre o rio Inhomirim, no fundo da Baía de Guanabara, o porto das Caixas, nas margens do rio Macapu, que também desemboca na Baía de Guanabara; Campos, São Fidélis, Porto Velho e Porto Novo, no rio Paraíba.

Os portos da baía da Ilha Grande recebiam cafés da zona leste da província de São Paulo e mais dos municípios de Resende, São João Marcos, Pirai, Barra Mansa, etc.

Iguaçu os recebia das zonas de Vassouras, Paraíba do Sul, Valência, etc.

De todos esses portos, partiam estradas de rodagem, cuja enumeração indica as zonas do interior a que serviam de escoadouro. Ao longo dessas estradas, existiam numerosas fazendas; estradas secundárias partiam das principais e muitas delas ligavam entre si várias zonas servidas por mais de uma estrada de escoamento para os portos. Os transportes eram feitos em carros de boi; quando as distâncias eram excessivas, em tropas. Era grande a intensidade do tráfico em muitas dessas estradas, conforme observação de inúmeros viajantes. Algumas delas possuíam trechos calçados e eram dotadas de notáveis obras de arte. Parte considerável das rendas da província era aplicada nessas construções. Empresas e particulares chamaram a si a execução de muitas dessas vias de comunicação.

Distinguem-se, pela sua importância, dentre outras, a estrada de Polícia e do Rodeio, ligando a Corte a Rio Preto, na fronteira de Minas Gerais; a do Comércio, que ligava Iguaçu a Ubá, sobre o rio Paraíba, passando por Pari do Alferes; as estradas que partiam dos portos de Estrela, uma em demanda dos vales dos rios Preto, Fagundes e Piabanha, e outra demandando um ponto sobre o rio Paraíba; a estrada União e Indústria que ligava Petrópolis a Juiz de Fora, em Minas Gerais; a estrada de Magé ao rio Paraíba, a estrada do porto das Caixas, um dos mais importantes da província, a Cantagalo, centro da zona que se tornou a maior produtora de café durante o segundo reinado, e muitas outras, que seria extenso enumerar.

As rendas das “barreiras”, cobradas para a construção e manutenção de estradas, alcançavam cifras consideráveis.

Dos vários portos, o café era transportado em faluas, perus, lanchas e canoas grandes, em demanda do porto do Rio de Janeiro.

Por volta de 1860, o antigo distrito de Paraíba Nova já se achava subdividido em muitos outros, e toda a zona sulcada de estradas e de plantios, assinalando-se grande número de cidades de relativa importância, vilas e vilarejos. É que o café, sendo arbusto de grande durabilidade, propicia a formação de vilas e

idades nas regiões em que se concentram as maiores culturas. Na província fluminense concorreu, nas zonas de serra acima, para a formação de numerosas cidades do café, em contraoposição às cidades do açúcar, que já se haviam constituído no litoral. Algumas delas, como Vassouras, Valença, Cantagalo, pela concentração de elementos de direção e pelas fortunas ali acumuladas, tornaram-se núcleos sociais de acentuada importância, exercendo grande preponderância nos negócios políticos do império. Assim como o algodão permitira a formação de uma elite em São Luís do Maranhão, chamada a “Atenas do Norte”, o café, no Estado do Rio, criou uma nobreza provinciana, gerando núcleos sociais de valor suficiente à progressiva absorção de conhecimentos que os transformaram em verdadeiras elites, das quais surgiram notáveis e proeminentes figuras, com marcante atuação na política nacional. Tauxay, em *Os Barões do Café*, faz uma douda apreciação sobre essa fidalguia de origem econômica.

Desde 1834 que o Ato Adicional tinha criado, na cidade do Rio de Janeiro, o Município Neutro, destacando-o da província fluminense. O enriquecimento da província e o rápido aumento de sua população atenuaram a repercussão que este ato poderia ter trazido à sua economia.

Predomínio da região ocidental

Entre 1830 e 1860, foi a região ocidental do Vale do Paraíba que deteve a hegemonia econômica da província. Resende, Barra Mansa, distrito de Piraí, Vassouras, São João Marcos, Passa Três, Sant’Ana, foram centros predominantes dessa era econômica cafeeira.

Em 1860, além de grande número de pequenos sítios havia aí cerca de 600 fazendas de café; nesse tempo, porém, começou a zona a cair em decadência e as culturas se foram deslocando para a parte oriental da bacia do Paraíba, na região compreendida entre Cantagalo e Parnaíba do Sul, onde se fixou o novo centro econômico.

Sebastião Ferreira Soares, em monografia publicada em 1861, enumerou grande número de fazendeiros com produção média anual superior a 10 mil arrobas. Joaquim José de Sousa Breves

e José de Sousa Breves, no município de Piraf, colhiam 90 mil arrobas cada um; em São João Marcos, aquele colhia 60 mil; nos municípios de São João Batista e Passa Três, colhia 50 mil arrobas; em Piraf, 35 mil arrobas; Francisco José Gonçalves de Oliveira, 25 mil arrobas, Matias Gonçalves de Oliveira Roxo, 14 mil arrobas; em Resende, Joaquim José de Sousa Breves ainda colhia 10 mil arrobas; em Barra Mansa, Bárbara Guimarães, 18 mil arrobas; Francisco José Ferreira Cardoso, 17 mil arrobas, havendo grande número de fazendeiros nesses municípios colhendo mais de 12 mil arrobas. No setor oriental, a produção era, porém, maior, conforme se verifica da obra de Van Delden Laerne. As propriedades agrícolas talvez não fossem aí tão grandes, mas eram mais numerosas; o maior centro era Cantagalo, orçando talvez pelo dobro da ocidental, a partir de 1860, a produção total do novo setor.

Predomínio da região oriental

A hegemonia cafeeira se deslocou, assim, para a parte oriental do Paraíba, continuando, todavia, a mantê-la o grande vale. Esse deslocamento não se processou sem as conseqüências dolorosas que sempre se observam na queda da produtividade de qualquer exploração industrial ou agrícola.

As fazendas montadas, os capitais empregados em moradias, terreiros, lavouras, o ritmo econômico emprestado às vilas e cidades tributárias da cultura, não podiam deixar de ser atingidos, sem profundas repercussões econômicas.

A medida que declinava a produção na face ocidental do Paraíba, crescia a da zona da Mata, em Minas Gerais, e a da zona nordeste da província fluminense. A maior produção de Minas Gerais e a grande produtividade e melhor qualidade dos cafés da chamada zona oeste do planalto paulista, agravaram ainda mais a situação das primeiras fazendas fluminenses.

As estradas de ferro

A construção das vias férreas veio prolongar a rentabilidade de muitas culturas, já oneradas com pesadas despesas de transporte.

De fato, os meios de transporte iam se mostrando insuficientes e caros. Entre 1820 a 1830 registrou-se, na Europa, o primeiro surto na construção de vias férreas. O Brasil não se mostrou indiferente a esse movimento e a lei de 1835, do Regente Feijó, regulava a outorga de concessões para o novo sistema de viação.

Thomas Cochrane, em 1839, baseado nessa lei, requereu a primeira concessão, para a construção de uma estrada de ferro que da Corte demandasse São Paulo e Minas. A ausência de favores suficientes o impossibilitou de levantar os capitais necessários ao cometimento. A grande discussão sobre o assunto provocou a formação de um ambiente favorável à outorga de favores e a lei de 1852, concretizando essa mentalidade, instituiria a garantia de juros e o monopólio de zonas, para as primeiras organizações ferroviárias do Brasil.

Mauá obtivera a concessão de uma estrada ligando o porto da Estrela à raiz da Serra dos Órgãos. Completava-se essa concessão com a de uma linha de barcas, ligando Prainha ao mesmo porto. Visava-se, por essa forma, a ligação da Corte a Minas Gerais, via Petrópolis. Essa estrada, a primeira do Brasil, trafegou em 1854, num trecho de 14 quilômetros. Mais tarde, estendeu-se até Petrópolis e daí, pela estrada de rodagem União e Indústria, se processaram, de modo mais cômodo e confortável, as ligações entre Minas Gerais e o Rio de Janeiro.

Promulgada a lei de 1852, constituiu-se, em 1855, a Companhia Estrada de Ferro D. Pedro II, que construiu os seus dois primeiros trechos, na planície, entre a Corte e Belém, inaugurados em 1860. Daí partia o terceiro trecho que, com ingentes sacrifícios, foi inaugurado em 1865, alcançando Barra do Piraí. Essa Companhia, esgotada de recursos, foi encampada pelo governo que logo estendeu a sua rede em dois sentidos, pelo Vale do Paraíba, procurando atingir São Paulo em Cachoeira, e descendo o rio até Entre Rios; daí partia a linha tronco para Minas Gerais, o que justificaria, mais tarde, a denominação adotada de Estrada de Ferro Central do Brasil.

Esse novo trecho, pelo desvio das respectivas cargas, veio prejudicar grandemente a concessão de Mauá, e o tráfego da estrada de rodagem União e Indústria. Mas essas iniciativas provocaram uma grande série de outras, que iriam sulcar a província fluminense de numerosas ferrovias.

Entre 1860 e 1884 trafegaram no Estado do Rio as seguintes estradas de ferro: Príncipe do Grão Pará com 25 km; Cantagalo com 209; Carangola com 188; União Valenciana com 63; Ramal de Cantagalo com 66; Macaé a Campos com 103; Santo Antônio de Pádua com 92; Santa Isabel do Rio Preto com 52; Piraiense com 38; Barão de Araruama com 40; Campos a São Sebastião com 18; Comércio e Rio das Flores com 24; Resende e Areias com 28; ramal Bananalense com 12; Vassourense com 6 e Jaturnaíba com 8 quilômetros.

Em Minas Gerais, servindo a mesma região cafeeira, rodava a estrada de Ferro Leopoldina sobre 417 km; a Minas e Rio sobre 170; a de Juiz de Fora a Piau sobre 37 e a Oeste de Minas sobre 99 quilômetros.

A quase totalidade dessas estradas fora construída por iniciativa particular, com favores dos governos central e provincial. Eram todas frutos da cultura cafeeira. Os capitais nelas inicialmente invertidos alcançariam, inclusive a Estrada de Ferro D. Pedro II, e do Norte, a elevada soma de Rs. 155.613:458\$744, cerca de £ 18.000.000.

Ponto de referência digno de se acentuar, é o da receita geral do Império, que, a esse tempo, orçava por 150.000:000\$000 anuais.

Como resultado geral dessa expansão ferroviária, a exportação do café do Estado do Rio ultrapassou de 2 milhões de sacas, de 60 quilos, a partir de 1879. Em 1882 alcançou o seu apogeu com 2.600.000 sacas.

Crise e declínio

A zona ocidental do Estado sofria sua primeira crise com a inauguração das estradas de ferro, pelo rápido declínio no movimento de seus portos, os quais privados da grande massa de café, caíram rapidamente em decadência, ficando sem utilidade as grandes obras e armazéns que possuíam. Até hoje se observam em muitos sítios, que não puderam ter a sua vida renovada, as ruínas de grandes edificações e os vestígios da intensa atividade da época.

Não obstante o aumento da produção, constatado no período de 1879 a 1885, a situação financeira de grande número de lavradores, cujas fazendas tinham caído abaixo do nível remunerador,

repercutiu nos meios econômicos do país. De 1886 em diante, declinou a produção cafeeira da província fluminense.

A vida média produtiva do cafeeiro, nessas terras, não passava de 30 anos. As grandes culturas, iniciadas entre 1830 e 1850, se abateriam nos últimos tempos do império. O próprio sistema ferroviário fluminense, que vinha infligindo às estradas de rodagem e às organizações portuárias primitivas, um pronunciado acento deficitário, passou também a viver no mesmo regime. Deprimido com o esgotamento de suas terras, acentuado ainda pelas erosões nas íngremes inclinações dos contrafortes dos vales, viu-se o lavrador fluminense impossibilitado de fazer face à concorrência das culturas paulistas iniciadas em terrenos mais apropriados.

As terras do Oeste paulista, os massapés, como a terra roxa, ofereciam de fato condições de produtividade e qualidade de café muito superiores àquelas que já haviam sido ótimas, quando da primeira expansão cafeeira no Brasil.

Uma das manifestações da crise se fez sentir pela necessidade em que se viram os fazendeiros de hipotecar suas propriedades e fazer onerosas operações de crédito, com o intuito de manter o trabalho de suas lavouras, já em más condições econômicas.

C. F. Van Delden Laerne, que, nesse tempo, fez um estudo profundo sobre a cultura do café no Brasil, se impressionou de tal forma com o mau estado financeiro de grande número de fazendeiros, que se revelou pessimista, em relatório apresentado ao governo holandês, sobre as possibilidades do desenvolvimento da cafeicultura em nosso país.

A organização agrícola fluminense, baseada no regime escravocrata, o clima pouco propício aos imigrantes europeus, nas zonas mais quentes e úmidas, não facilitavam a evolução progressiva da cultura cafeeira no Vale do Paraíba. Os excessivos acidentes do terreno, provocados pelas erosões diminuíam a vida média dos cafezais. Todo o conjunto: clima, natureza dos terrenos e facilidade de adaptação de melhor mão-de-obra, acentuaram ainda mais a superioridade das terras do planalto piratiningano sobre as do Vale do Paraíba, possibilitando uma cultura melhor em qualidade, quantidade e preço de custo.

O notável aumento da produção cafeeira no oeste paulista na última década do século XIX, provocando grande baixa nos preços, alargou o número de fazendeiros deficitários nas regiões paraibanas.

A destruição de valores, empobrecendo os grandes troncos das famílias vinculadas às regiões do alto Paraíba, trouxe o desentendimento social, com indistigáveis reflexos na representação e na influência da política fluminense nos negócios do país.

Aliás, esses desentendimentos já vinham sendo observados desde que, dentro da própria província, surgiram regiões produtivas em terras novas, na parte oriental do vale paraibano, quando se arruinavam as fazendas e decaíam as cidades tributárias do café, na parte ocidental, tão prósperas entre 1830 e 1860.

A província fluminense tinha, porém, sido o grande esteio do Brasil durante o regime imperial. A sua produção cafeeira, a partir de 1835, ultrapassara a média anual de 1 milhão de sacas. Excedeu a 1.500.000 a partir de 1840. Em 1870, já era superior a 1.800.000. Em 1882, atingiu o seu apogeu, com 2.600.000 sacas. Declinou a seguir, caindo em 1889 a 1.800.000; na década de 1890 a 1900, conservou a média geral de 1.400.000 sacas. A partir de 1901, até hoje, essa média tem sido inferior a 1 milhão de sacas. Numa base média geral de 20 arrobas por mil pés, pode-se concluir que, em dado momento, haveria mais de 500 milhões de cafeeiros produzindo na província do Rio de Janeiro.

Atualmente, as zonas mais produtivas são as que se limitam com o Espírito Santo.

Na década 1870-1880, a produção fluminense representava 60% da exportação brasileira; Minas Gerais fornecia 25%; São Paulo, 10%. Espírito Santo e outras regiões, 5%. A percentagem do valor do café, em relação ao valor da exportação total do Brasil, a partir de 1831, ultrapassava de 40%. Na década 1871-1880, representava 66% e daí, até o fim do século XIX representou sempre mais de 60%. De 1821 a 1889, foram exportadas 169.696.000 sacas, valendo 399.879.000 libras ouro.

Nesse considerável afluxo de ouro para o Brasil o Vale do Paraíba teve "magna pars".

A libertação dos escravos, promulgada a 13 de maio de 1888, traduziu, pela forma por que foi feita, mais um profundo golpe na economia agrícola fluminense.

Muitas fazendas, em franco declínio produtivo, só eram mantidas pela organização escravocrata, estando os proprietários, em grande parte, endividados. A abolição veio apressar a seleção,

que se teria de processar com o tempo, registrando-se a ruína rápida da maioria da classe agrícola.

A lei não afetou, praticamente, os valores exportados do país, porque, não obstante ter ficado sem ser colhida boa parte da safra de café, o seu grande volume e o alto preço do produto compensaram essa diferença.

Em São Paulo, na maior parte dos cafezais, já dominava, em 1888, o trabalho livre.

O Estado do Rio, a partir de 1889, cedeu a São Paulo, a primazia na produção brasileira. Em 1896 Minas Gerais colocar-se-ia em segundo lugar. Após 1928, o Estado do Rio seria novamente deslocado, ficando em quarto lugar e passando o Estado do Espírito Santo para o terceiro.

Nos últimos anos, São Paulo vem fornecendo 66% da produção brasileira, Minas 18%, Espírito Santo, 6,5%, Rio de Janeiro, 4,5% e os demais Estados (Paraná, Bahia, Pernambuco e Goiás) 4,5%.

CAPÍTULO III

Planalto paulista

Em nossa *História Económica do Brasil*, tivemos oportunidade de mostrar a pobreza da capitania paulista no segundo quartel do século XVIII.

Em 1801, referem as crônicas que viviam na província cerca de 70.000 habitantes. Em 1815, 215.000. No ano da independência, 220.000, quando, então, a cidade de São Paulo contava com cerca de 20.000. A indústria de melhor rendimento, na capitania, era a do açúcar, sendo Itu o maior centro produtor. A exportação paulista era diminuta no começo do século XIX. No final do século XVIII, Santos é apontado como um dos menores portos comerciais do Brasil, não alcançando o seu comércio 1/2% da exportação nacional. Após a independência, melhorou a exportação de açúcar paulista, favorecida pela baixa de câmbio, e alargou-se um pouco a exportação de aguardente, algodão e de alguns outros produtos.

O café parece ter aí penetrado por volta de 1790, ao norte, pelas lindes fluminenses. As principais culturas se verificaram em Areias, Guaratinguetá, Pindamonhangaba, Caçapava, Jacareí.

Em 1794, há notícias da saída de um caixote de café da chácara da Casa Verde, pertencente à família Arouche, na cidade de São Paulo. Esse café, também aí, a princípio, se foi espalhando pelas chácaras e quintais e sua produção era absorvida pelo consumo local. Conforme observação de Paulo Porto Alegre, até 1815 a produção do Brasil cobria apenas o seu consumo interno.

Na zona do oeste, no fim do século XVIII, há referência a uma plantação em Jundiá de alguns pés de café pelo Sargento-Mor Raimundo dos Santos Prado. Em 1817, o Capitão Francisco de Paula Camargo, no Rio de Janeiro, por ocasião de festejos em honra ao príncipe D. Pedro, viu vender café limpo a 8 e 9 mil-réis a arroba; entusiasmado por esses preços, e de regresso a Jundiá, iniciou a sua cultura na fazenda que ficou denominada “do café” e induziu seu parente, Tenente-Coronel Joaquim Aranha Camargo Barreto a idêntica iniciativa. Mais tarde esses cafezais foram abandonados.

Parece ter sido Francisco Egídio de Sousa Aranha, o verdadeiro precursor das primeiras grandes lavouras, em Campinas, por volta de 1835.

Com essa escassa população e com as dificuldades que apresentavam os transportes entre a região do planalto e o porto de Santos, não era fácil, em São Paulo, uma grande expansão agrícola. Esse porto, em 1825, registrava uma exportação de 2 mil toneladas, ou sejam, 27.000 sacas, na base de 5 arrobas por saca.

Nas regiões do Vale do Paraíba, mais próximas ao território fluminense, a lavoura ia tomando incremento. Depois de 1830, a situação da província se foi modificando. Os proventos que a agricultura proporcionava e o exemplo do que ocorria na província fluminense animavam os paulistas aos cometimentos agrícolas.

São Paulo em 1836

O quadro estatístico de São Paulo, publicado em 1838 pelo Marechal Daniel Pedro Müller, assinala que eram raros os dis-

tritos em que não se produzia o café; assim, para a produção da província, o café entrava com 588.136 arrobas, ou sejam, 8.822.000 quilos, equivalentes a 117 mil sacas. O açúcar, segundo produto de exportação, figurava com 536.108 arrobas.

Os maiores distritos cafeeiros seriam: Areias com 102.197 arrobas; Pindamonhangaba com 62.628; Jacareí com 54.004; Lorena com 33.649; São Sebastião com 42.845; Vila Bela com 10.289 e Ubatuba com 31.000 arrobas.

São Carlos (Campinas) figurava apenas com 8.081; Mogi Mirim com 610; Franca com 211; Atibaia com 520; Bragança com 2.400; Itu com 1.052; Capivari com 310; Piracicaba com 4.699 e Sorocaba com 770 arrobas.

É de notar que esses distritos não correspondem exatamente aos atuais e respetivos municípios; com o progresso de São Paulo, foram largamente desdobrados.

Os grandes centros produtores de açúcar eram, nessa época, São Carlos com 158.447 arrobas; Constituição (atual Piracicaba) com 115.109; Porto Feliz com 73.113; Mogi Mirim com 40.520 e Itu com 91.965 arrobas.

A maior exportação de café se realizava pelos portos de Ubatuba, São Sebastião e Santos, na seguinte ordem: Ubatuba, 229.373½ arrobas, São Sebastião, 80.121 e Santos com 76.336.

A exportação de açúcar se fazia principalmente por Santos.

É que a esse tempo, a produção de café predominava ainda na chamada *Zona marítima*, abrangendo o Vale do Paraíba e servido pelos portos do norte paulista e da província do Rio de Janeiro. A grande maioria dos distritos de São Paulo produzia café para o próprio consumo.

O início da cultura na zona compreendida entre Campinas, Piracicaba, Itu e Sorocaba, nas fazendas já organizadas para o plantio de cana e do algodão, demonstrava as excepcionais qualidades das terras paulistas para a evolução do cafeeiro.

O trabalho do Marechal Müller indica uma produção média de 50 arrobas por mil pés; é evidente que ainda não tinham sido convenientemente experimentadas as terras feracíssimas que estimulariam, mais tarde, a grande expansão cafeeira.

A evolução produtora e os meios de transportes

Verificados os resultados da cultura na zona campineira, a deficiência de braços, de capitais e de transportes cercearia, ainda por algum tempo, essa expansão. Só por volta de 1850 começou a se fixar na nova região do planalto. Nesse ano, a produção paulista ascendeu a cerca de 92.608 sacas, apenas 5,6% da produção total do Brasil, que era de 1.644.648 sacas. Mas, já em 1860 a produção alcançava 256.356 sacas, ou 9% de toda a produção brasileira que orçava por 2.825.157 sacas. Achava-se, então, em pleno apogeu a hegemonia do Vale do Paraíba e a produção fluminense.

Dentro da província paulista já se acentuava a supremacia da zona Oeste, em contraposição à do Norte, em que a produtividade das terras declinava.

Sendo Santos o único escoadouro das novas zonas paulistas, levantava-se grande clamor em torno da necessidade urgente de construção de uma ferrovia que ligasse o porto às proximidades das zonas tão altamente produtoras.

A riqueza do produto, a grande exportação pelo porto do Rio de Janeiro, estimulavam e justificavam ainda mais a realização do empreendimento.

Em 1855, abrindo as sessões da Assembléia Legislativa Provincial, o presidente, José Antônio Saraiva, salientando a necessidade de uma ferrovia que ligasse o porto de Santos à zona mais produtora do Estado, declarava: “O quadro estatístico dos estabelecimentos rurais da Província estima a produção atual de Jundiá, Campinas, Limeira, Constituição, Rio Claro, Mogi Mirim, Araraquara, Casa Branca, Batatais, isto é, dos municípios que têm de aproveitar com a via férrea projetada, em perto de 1 milhão de arrobas de café e açúcar, sendo ainda geralmente reconhecido que os novos cafezais existentes nos mencionados municípios excedem muito os que dão colheita, devendo-se, pois, contar que a produção nos referidos lugares subirá em quatro ou cinco anos a 2 milhões de arrobas”.

O cotejo da produção dos cafezais do oeste paulista e o da sua qualidade, com os do Vale do Paraíba, evidencia a superioridade das condições econômicas em que se encontrariam os lavra-

dores de São Paulo. As manchas de terra roxa, principalmente nos terrenos tirados à mata virgem, davam uma produtividade assombrosa, havendo exemplos de colheitas de mais de 300 arrobas por mil pés. As qualidades obtidas gozavam de preferência e alcançavam cotações mais altas que os cafés duros do Paraíba.

Os paulistas foram, então, abandonando as demais atividades agrícolas e concentrando sua escravaria no cultivo do café; as dificuldades de transportes continuavam, porém, a ser o grande óbice ao seu desenvolvimento.

Afinal, foi construída e inaugurada, em 1867, a ligação ferroviária de Santos a Jundiá. Outras vias foram lançadas, logo a seguir, em desdobramento desta, penetrando e desbravando o planalto. Os resultados não se fizeram esperar. Já em 1870 a produção paulista era de 437.580 sacas — 16% da nacional. Em 1875, de 826.426, ou 26% da produção brasileira, de 3.152.296 sacas. Em 1880 alcançou 1.210.161 sacas, ou 25% da produção total do país; em 1885, São Paulo atingiria praticamente 40% do café brasileiro. Desde 1870, o aumento da produção era função do trabalho paulista. Excluindo a província de São Paulo, a exportação do Brasil permaneceu, entre 1860 e 1875, em torno de 2.500.000 sacas.

Ao passo que na província do Rio de Janeiro o grande surto cafeicultor se operou anteriormente à construção das vias férreas, acarretando a abertura de numerosas estradas de rodagem e portos marítimos e fluviais, para o escoamento da sua produção, em São Paulo a grande expansão da zona ocidental do planalto cresceu paralelamente à expansão ferroviária. Enquanto a rede ferroviária fluminense foi servir zonas já produtoras, a rede paulista, ao invés, foi como que despertá-las. Os cafezais da província fluminense estavam muito mais próximos do litoral e se confinavam com a região que Laerne classifica de “zona marítima”. Os do planalto paulista estariam compreendidos na zona continental.

O valor da produção da província foi, em 1836 de 4.766:918\$493. A exportação pelos seus vários portos — Santos, Ubatuba, São Sebastião, Cananéia e Paranaguá — montava a 2.732:305\$250. A exportação de Santos alcançou 1.714:308\$460 nos quais o açúcar era representado por 1.180:115\$514; a do açúcar, pelos portos paulistas, ainda superava a do café. A partir de 1840, porém, a situação se alterou. Em 1846, a exportação

geral da província alcançaria 7.250:346\$987, sendo de dez vezes maior o valor da do café sobre a do açúcar.

Santos exportava, então, a metade da produção paulista. Parte do café do norte saía pelos portos fluminenses. Em 1860 a exportação paulista já atingia a 8 mil contos; em 1880, mais de 30 mil; em 1885, cerca de 50 mil e em 1890 cerca de 150 mil contos. A antiga província de São Paulo, decorrido quase um século de vida pobre, entrou, afinal, a partir de 1870, em fase de franco enriquecimento.

Em 1865, Sebastião Ferreira Soares, compilando estatísticas brasileiras, ainda classificava São Paulo, como província de segunda ordem, ao lado das do Pará, Maranhão, Paraíba, Alagoas e Ceará. As províncias de primeira ordem seriam o Rio de Janeiro, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Bahia. Numa exportação total de 130 mil contos, o Rio de Janeiro se apresentou com 41,53%, com um valor em café que orçava por 46 mil contos. A exportação paulista alcançava apenas 6% do total brasileiro. Era essa a proporção mantida por São Paulo, dentro do volume do comércio geral do império. No entanto, o esforço bandeirante se acentuava progressivamente. Scully menciona que em 1866 ultrapassariam de 500.000, as mulas das tropas que procuravam o registro de Cubatão. Em 1887 já a situação apresentava outro aspecto. A exportação paulista alcançaria 83 mil contos de réis, 68\$000 por habitante, 3 vezes a exportação individual norte-americana de então, 4 vezes a exportação "per capita" da República Argentina. Ao câmbio da época, esse valor corresponderia a 8 £ por habitante da província.

A cidade de São Paulo, cuja população se havia conservado relativamente estacionária durante a maior parte do século, cresceu rapidamente entre 1880 e 1890, orçando, nesse ano, por volta de 60 mil almas. Durante o período da abertura das primeiras grandes lavouras de café, a população da capital se ressentiu, como outrora, dos efeitos da emigração para o sertão, em busca da fortuna, no labor da terra. O crescimento vertiginoso da capital só se verificaria quando, constituídas as grandes fortunas, ocorresse o regresso das antigas famílias paulistas, com a edificação dos seus palacetes e com a considerável corrente imigratória, que se iniciou e intensificou depois de 1887.

A acumulação de capitais e de população fomentou a criação do parque industrial paulista, localizado em "magna pars" na capital do Estado e destinado ao abastecimento de uma avultada população do interior, com um poder aquisitivo relativamente forte, em confronto com o resto do país.

O oeste paulista

As duas primeiras zonas em que se operou, no Oeste paulista, a intensificação produtora, foram a campineira, compreendendo Amparo, Serra Negra, Socorro, Bragança, Atibaia, Itatiba e Itu, e abrangendo, principalmente, as cabeceiras dos afluentes do rio Piracicaba e as partes altas dos rios do Peixe, Conchal, Araras e afluentes do Mogi Guaçu.

Essas duas zonas se uniram através das plantações dos vales de Tatu e Corumbataí, onde se localizaram Ibicaba, Serra Azul, Santa Gertrudes e Rio Claro. A mancha de terra roxa que se estendia continuamente de Mogi para Limeira, Piracicaba, Capivari, Tietê, Porto Feliz, constituiu a base do primeiro grande surto. As quatro linhas ferroviárias, Paulista, Mogiana, Sorocabana e Noroeste iam como que orientar daí por diante a irradiação das novas lavouras.

A penetração da Mogiana para além de Casa Branca abriu à exploração a extraordinária gleba de terra roxa de Ribeirão Preto, onde se verificou a maior produtividade até então registrada, estendendo-se os cafezais, dentro em pouco, por São Simão, Cravinhos, Sertãozinho e Ribeirão Preto. Formaram-se, nessa zona, as grandes fazendas dos Francisco Schmidt, dos Dumont, dos Prado, em Guatapará e São Martinho, dos Junqueira, dos Cunha Bueno, dos Lacerda Soares, e de tantos outros eminentes lavradores paulistas.

Ribeirão Preto tornou-se a capital agrícola do Estado, para aí convergindo todo o movimento comercial e rural da alta e média Mogiana. Firmaram-se, definitivamente, os créditos da terra roxa.

A cultura na zona da Paulista foi-se adensando com a extensão de suas linhas e com a incorporação de vários ramais. O primeiro ramal atingiu Araras, Pirassununga, Porto Ferreira, Descalvado

e Santa Rita do Passa Quatro. Na linha de Rio Claro a São Carlos, entroncaram-se os ramais de Araraquara, Jaboticabal, Bebedouro e Barretos. A Estrada de Ferro Douradense, partindo de São Carlos, serviria Ribeirão Bonito e Dourados. A Araraquarense alcançaria Matão, Taquaritinga, Santa Adélia e Rio Preto. A São Paulo-Goiás serviria Monte Azul e Olímpia. O ramal de Brotas e Dois Córregos seria ainda prolongado para atravessar a Sorocabana em Agudos, sempre em demanda de novas zonas cafeeiras.

A Estrada de Ferro Sorocabana, que incorporou várias outras vias férreas, servindo os vales dos rios Sorocaba, Capivari e Piracicaba, afluentes do Tietê, e mais os vales de numerosos afluentes do rio Paranapanema, abria à exploração afamadas zonas de terra roxa. Numerosos ramais se entroncariam nessa grande via. A Estrada de Ferro Noroeste, partindo de Bauru, em demanda do rio Paraná, atravessaria terras brancas, arenosas, que provocaram novos aspectos na evolução cafeeira do Estado. No quarto ano de plantio, concorreriam essas terras com uma produção de 140 arrobas por mil pés.

Essas vias férreas, servindo zonas de terras virgens, muito superiores às do Vale do Paraíba, permitiram o rápido crescimento da lavoura paulista, apressando o declínio da fluminense. Até 1892, manteve o porto do Rio de Janeiro sua supremacia na exportação do café. Em 1890 saíram pelo Rio 2.427.000 sacas, contra 1.870.000 por Santos; já em 1892, saíam 3.718.000 contra 3.386.000 por Santos. Dessa data em diante, Santos conquistou a primazia, passando a ser o maior porto mundial de exportação do café.

Em 1885, o capital invertido nas estradas de ferro na província de São Paulo alcançava a respeitável cifra de Rs. 95.918:154\$094, ou seja, £ 10.657.574.

A rede ferroviária

Estão de tal modo ligados a expansão cafeeira paulista e o desenvolvimento de sua rede ferroviária que se justifica ainda uma referência especial ao lançamento das primeiras estradas.

A propaganda que se fazia pela construção de caminhos de ferro repercutira intensamente nos meios paulistas, afastados da

costa por acidentes geográficos de difícil transposição. Já nos tempos coloniais a Serra do Mar constituía sério empecilho às ligações da Capitania com a Metrópole.

A Estrada do Mar, antiga Vergueiro, mostrava-se absolutamente insuficiente para o intenso tráfego das tropas que demandavam o registro de Cubatão, onde, durante muito tempo, as cargas foram transbordadas para canoas que as levavam ao porto de Santos.

Depois do período em que a insuficiência de favores gerais e provinciais não era de molde a estimular capitais estrangeiros num empreendimento do vulto da ligação de Santos ao interior, a nova lei ferroviária, de 26 de junho de 1852, concedendo o privilégio de zonas, garantia de juros e outras vantagens, permitiu, afinal, que se concretizassem as aspirações paulistas.

A lei geral número 838, de 12 de setembro de 1855, autorizou o Governo Imperial a tornar extensivo à empresa que se propusesse construir uma estrada de ferro entre Santos e São João do Rio Claro as condições do contrato celebrado para a construção da estrada de ferro entre Recife e Vila Água Preta.

A lei provincial número 495, de 17 de março de 1855, concedeu uma garantia adicional de 2% de juros à empresa que levasse a cabo esse empreendimento nos termos da lei geral. O decreto N.º 1.759, de 26 de abril de 1856, deu concessão ao Marquês de Monte Alegre, a José Antônio Pimenta, depois Marquês de São Vicente, e ao Barão de Mauá, para a construção, uso e gozo por 90 anos, de uma estrada de ferro que, partindo das vizinhanças de Santos, se aproximasse de São Paulo e se dirigisse à Vila de Jundiá. Entre os vários favores, figurava o da garantia de juros de 7% dos quais 5% seriam pagáveis pelo governo imperial e 2% pelo da província de São Paulo.

Iniciou-se a construção a 24 de novembro de 1860; inaugurou-se o seu primeiro plano inclinado, na serra, em 18 de julho de 1864, e a linha geral em 16 de fevereiro de 1867. Construíram-se 139 quilômetros de 1,60 m de bitola sendo 79 de Santos a São Paulo e 60 de São Paulo a Jundiá.

O entusiasmo pela terminação desse grande escoamento da produção paulista, incentivou, sem demora, a confiança dos lavradores, que logo cogitaram da extensão de novas linhas às regiões

mais férteis do interior. As economias que se formaram com o surto da produção foram em parte corajosamente aplicadas nessas iniciativas. Agitou-se a idéa da construção de uma linha férrea de Jundiá a Campinas, então considerada a capital agrícola de São Paulo, maior centro produtor da preciosa rubiácea. Tendo a São Paulo Railway declarado desistir do direito de preferência, que lhe cabia por contrato, constituiu-se na Capital da Província, em 1868, a Companhia Paulista de Estrada de Ferro, que se propunha ligar Jundiá a Campinas.

Só em 29 de maio de 1869 é que se firmou o contrato com o governo provincial para a sua construção. As obras, iniciadas em 15 de março de 1870 terminaram a 11 de agosto de 1872.

Em 30 de junho de 1870, numeroso núcleo de cidadãos formava outra empresa, a Companhia Ituana, para a construção da ferrovia de Itu a Campinas.

No mesmo ano, constituiu-se a Companhia Sorocabana, que ligaria Itu a Sorocaba. Este projeto foi, mais tarde, modificado para a construção de uma estrada de ferro que, partindo da Capital, alcançasse São João Ipanema, passando por São Roque e Sorocaba. Iniciou-se a obra em 3 de junho de 1872. Em 10 de julho de 1875 foi aberto ao tráfego o trecho São Paulo-Sorocaba que a 28 de outubro de 1879 prolongava-se até Ipanema.

Em 1872 organizaram ainda os paulistas a Companhia Mogiana, com o intuito de obter do governo da província concessão para a construção de uma estrada de ferro, com bitola de 1 metro, entre as cidades de Campinas e Mogi Mirim, com um ramal para a cidade de Amparo. O contrato foi lavrado em 19 de junho de 1873, os trabalhos iniciados em 28 de agosto e a estrada aberta ao tráfego até Jaguari, em 3 de maio de 1875, até Mogi Mirim em 27 de agosto e até Amparo em 15 de novembro.

Sempre em 1872, instalavam os paulistas a Companhia São Paulo-Rio, para levar a efeito a ligação ferroviária entre São Paulo e a povoação de Cachoeira, ponto terminal do ramal Rio-São Paulo, da estrada de Ferro D. Pedro II. As obras começaram em 6 de novembro de 1875 e a estrada inaugurou-se, por trechos, sendo o último até Cachoeira, em 8 de julho de 1877.

A Companhia Bragantina, fundada em 1877, para ligar Bragança à Estrada de Ferro Inglesa, inaugurou o seu trecho em 1884.

Todas essas estradas foram construídas sob o regime das garantias de zona e de juros. Os lucros que auferiram e a grande expansão que tiveram as regiões que serviam permitiram ao Governo, a partir de 1880, a supressão da garantia de juros para outras concessões.

Sob o novo regime, a Companhia Rio Claro construiu a estrada de ferro ligando Rio Claro a Araraquara, também inaugurada por trechos: o de São Carlos do Pinhal em 1884, o de Araraquara em 1885, e o de Rio Claro a Jaú em 1887. Essa empresa foi vendida a uma companhia inglesa, sendo mais tarde, adquirida pela Companhia Paulista.

Outras empresas se formaram sob o mesmo regime, como as Companhias Ramal Ferroviário do Rio Pardo, Itatibense, Agrícola das Fazendas Dumont, Descalvadense, Santa Rita, Ramal Ferroviário Campineiro e a Companhia Agrícola Sul Funilense.

O movimento financeiro da estrada de ferro de Santos a Jundiá dá uma idéa do rápido crescimento do comércio paulista.

Inaugurada em 1867, a sua receita no primeiro ano foi de 1.237:423\$702; em 1872, já era de 1.998:380\$115; em 1877, de 3.315:034\$090, e em 1882 de 5.447:307\$640.

De 1867 a 1874 a estrada recebeu, dos governos imperial e provincial, de garantias de juros:

1866-1867	430:000\$000
1867-1868	1.175:413\$483
1868-1869	947:409\$889
1869-1870	755:848\$409
1870-1871	527:178\$076
1871-1872	726:421\$036
1872-1873	74:380\$112
1873-1874	26:811\$271

Desta data em diante, passou a devolver aos governos os juros recebidos, terminando em 1887 essas restituições.

Nos últimos tempos da monarquia e nos primeiros da República, sobreveio o encilhamento, com fraca repercussão nas estradas de ferro, seguindo-se-lhe, porém, um arrefecimento nas novas construções, provocado pela crise econômica e financeira dele proveniente.

A grande produção cafeeira exigia, contudo, novos prolongamentos, novos ramais e novas construções, que afinal se vieram a realizar, e que aí estão integradas na trama ferroviária que cobre hoje o Estado.

Observada em seu conjunto, pode parecer que essa vasta rede obedeceu a um plano geral previamente coordenado. Tal, porém, não se deu.

Partindo do grande escaadouro Santos-Jundiaí, pode-se afirmar que a linha-tronco do sistema se constitui pela ligação Santos-Jundiaí-Campinas-Rio Claro-São Carlos-Araraquara.

Esse grande tronco, a partir de Jundiaí, corre pelo extenso maciço divisor de águas entre o Mogi Guaçu, afluente do rio Pardo, e o rio Tietê. A Estrada de Ferro Central, que encampou a antiga E. F. São Paulo e Rio, segue pelo Vale do Paraíba. A Sorocabana se desenvolve pelos do Tietê e Paranapanema e a Mogiana principalmente pela margem direita do Mogi Guaçu.

CAPÍTULO IV

Problemas de mão-de-obra

A mineração havia criado nas províncias de Minas Gerais e São Paulo uma população que fora insuficientemente sustentada pela pecuária, quando se extinguíram os descobertos. As cidades na província de Minas Gerais, prósperas e ricas no século XVIII, se apresentavam em franca decadência no fim do século.

A cidade do Rio de Janeiro, que prosperara em grande parte como porto de exportação de ouro e diamantes e como importador dos artigos estrangeiros, de que se abasteciam as populações mineradoras, ressentiu-se desse declínio, não obstante o comércio de açúcar, fumo e couro que sempre manteve.

A Corte portuguesa veio dar, porém, considerável impulso à cidade, criando aí um grande centro consumidor e intensa navegação de cabotagem.

Depois da independência, seria o café o seu maior esteio econômico. A relativa abundância da mão-de-obra disponível na re-

gião Centro-Sul do Brasil, país novo e desprovido de outros capitais, veio facilitar o surto cafeeiro, pondo remate, em muitas regiões, à crise provocada pelo declínio da mineração e concorrendo para o reajustamento da fase da mineração à da agricultura.

No Vale do Paraíba, foram empregados escravos das antigas fazendas de açúcar e das minerações de Minas Gerais. Para ali também acorreram numerosas famílias mineiras, cujos antepassados haviam sido ligados à mineração, e que agora se deslocavam, com sua escravaria, gado e tropas, para as zonas da cultura cafeeira.

Ao passo que a média da produção do açúcar, por escravo, não alcançaria talvez 50 arrobas, a do café se elevava praticamente ao dobro. Os preços de venda de um e outro produto conservaram uma certa paridade, mas, entre 1818 e 1828, os do café sobrepujaram vantajosamente os do açúcar.

Comparando-se as organizações econômicas do engenho de açúcar com as da cultura do café, estas se apresentam como negócio muito mais vantajoso. O aumento do consumo do açúcar na Europa e a desorganização da produção nas Antilhas inglesas, conseqüente à libertação dos escravos, permitiram, porém, um novo surto açucareiro no Brasil independente. Com uma média de pouco mais de 3 milhões de arrobas entre 1821 e 1830, elevou-se a perto de 5 milhões no decênio seguinte e a 7 milhões entre 1840 e 1850. A produção cafeeira, no entanto, de 700.000 arrobas, por volta de 1822, atingiu quase 3 milhões em 1832.

Acentuou-se por isso uma considerável procura de mão-de-obra com reflexos na intensificação do tráfico africano.

A exportação do café, entre 1800 e 1850, não ultrapassou de 150 milhões de arrobas. As estatísticas demonstram que entre 1821 e 1851 saíram do Brasil 130.112.000 arrobas. Em uma média de 100 arrobas por escravo, e este, por seu turno, com vida média de 7 anos, representa essa produção um trabalho efetivo de 186.000 homens.

Na lavoura de café a mão-de-obra não era somente absorvida na sua manutenção, mas também na abertura de novas culturas, que se processavam ininterruptamente, e nos trabalhos acessórios, que ocupavam tantos ou mais trabalhadores do que os efetivamente empregados na lavoura de café propriamente dita. Concedemos que os braços empregados na abertura de novas lavouras fossem provenientes das antigas regiões mineradoras e açucareiras.

Para o café exportado e serviços acessórios, teriam sido necessários 372.000 homens. Admitindo-se 2/3 desse número como escravos novos, ter-se-á justificada a cifra de 250.000 escravos importados para a lavoura cafeeira, e de que damos notícia em nossa *História Econômica do Brasil*.

O tráfico cessou de fato em 1850. A produção açucareira entre 1850 e 1870 se conservou praticamente estacionária. O crescimento natural das populações do Norte veio facilitar a obtenção da mão-de-obra para o novo incremento produtor que houve depois de 1871.

A exportação de café entre 1850 e 1866 também se mantivera sem progresso apreciável. Dessa época em diante, a procura contínua de escravos para as culturas do Paraíba e para as novas lavouras paulistas elevou consideravelmente seus preços, assinando-se o incremento das correntes de tráfico da mão-de-obra servil do Norte para as lavouras do centro-sul brasileiro.

Dada a natureza especial com que se implantou no Brasil a cultura cafeeira, não seria praticável, de início, o emprego da mão-de-obra européia. Fazendas abertas em pleno sertão, em regiões desprovidas de qualquer conforto, para uma cultura cujos proventos só se poderiam realizar ao cabo de quatro anos, em clima a que o europeu não estava afeito, essa utilização era quase impossível.

O trabalho, nos grandes latifúndios fluminenses, precisava ser coletivo e disciplinado. A mão-de-obra escrava já existente facilitava o cometimento. Criado o tipo da grande lavoura de café baseada no braço escravo, não seria fácil uma rápida evolução para o regime de trabalho livre, mesmo depois de se tornarem menos inóspitas as condições de vida nos sertões da província.

O trabalhador europeu teria que ser importado para cuidar de uma lavoura já existente e de natureza tropical, e não era simples conciliar, nas terras do Vale do Paraíba, as exigências desse colono com as condições e os hábitos do meio.

Enquanto se trabalhava em lavouras novas, o grande rendimento do artigo não permitia que se verificasse a insuficiência do trabalho forçado, em face do trabalho livre. O aumento contínuo da produção, a abertura de novas lavouras ao longo do Vale do Paraíba, a substituição dos meios de transportes, decorrente da introdução da estrada de ferro, criariam, dentro da própria província do Rio de Janeiro, uma competição entre as lavouras mais

produtivas e as de terras já cansadas. A mão-de-obra, sempre solicitada para as novas culturas, tornava ainda mais precária a situação das fazendas cuja produtividade caía, devido à idade dos cafezais, à insuficiência do trato, à erosão e ao cansaço das terras.

A lavoura cafeeira paulista, em crescente evolução, passou a ser a nova consumidora do elemento servil. Estabelecidas as correntes internas de tráfico, Casa Branca foi, por algum tempo, um apreciável mercado de distribuição dos escravos provenientes de Minas Gerais e do Norte.

Minas Gerais passou a ser também ponderável produtora de café, ficando a zona da Mata incorporada à economia cafeeira fluminense e as regiões do Sul ligadas à chamada zona do oeste paulista.

Primeiras imigrações

Os paulistas, estimulados pelos grandes lucros que a lavoura oferecia e dispondo de clima mais apropriado ao colono europeu, esforçaram-se por adaptá-lo em seus trabalhos. Em 1847 o Senador Nicolau Vergueiro, a título experimental, importou 400 colonos alemães para a sua fazenda Ibicaba, nas proximidades de Limeira. Contratados na Europa por agentes de sua casa de café em Santos, foram conduzidos a esse porto, e daí guiados numa difícil jornada de 14 dias, de Santos a Limeira. Iriam trabalhar em Ibicaba, em regime de parceria, sendo levadas ao débito dos colonos as despesas de transporte e outras, ficando a seu crédito a metade do produto que colhessem.

Outros seguiram o exemplo, mas assim mesmo a imigração européia processava-se muito lentamente. De 1854 a 1863 orçou, em média, por 14.000 colonos anuais, caindo porém, daí até 1870.

Os colonos europeus, com as leis vigentes sobre imigração, não se davam bem nos trabalhos das fazendas. O fazendeiro era naturalmente levado a tratar o trabalhador importado em substituição do escravo, como continuador deste, em situação de quase servidão. No regime latifundiário, não se ofereciam aos colonos possibilidades de independência e de radicação ao solo, pela posse de uma pequena propriedade.

Em 1870 agravou-se a carência da mão-de-obra.

Voltaram-se os governantes para a imigração amarela. Em 1878 o próprio Presidente do Conselho e Ministro da Agricultura, Visconde de Sinimbu, fazia verdadeira apologia da introdução de chineses e *coolies*. Já em 1870 o governo imperial concedera favores a uma companhia de navegação que se propunha introduzir chineses. Em 1879, na Câmara dos Deputados, Martim Francisco (II) argumentava que o chim não seria um colono propriamente dito, mas sim um elemento de transição entre o braço escravo e o livre. Era preciso trazê-lo, senão a lavoura brasileira pereceria, fatalmente.

Houve vivíssima controvérsia a respeito. O governo resolveu mandar ao Extremo Oriente Salvador de Mendonça para estudar *in loco* as condições da imigração chinesa. Sofreu o projeto de sua introdução cerrada oposição de associações e de homens de alto prestígio, como a Sociedade Central de Imigração e a Sociedade Brasileira de Imigração, Francisco Belisário, Visconde de Taunay, André Rebouças, Joaquim Nabuco, etc., que contrariaram os planos da Companhia de Comércio e Imigração Chinesa.

Em outubro de 1883 apareceu no Rio de Janeiro o Sr. Tong King Seng, rico chinês, diretor da *China Merchant's Steam Navigation Company*, pleiteando uma subvenção do governo imperial, para uma linha de vapores entre a China e o Brasil. Negou-lha o nosso Governo, ante a grita dos antiamarelos. Tong King Seng percorreu a zona cafeeira para examinar as condições de trabalho visando estabelecer uma corrente de imigração espontânea, de gente livre. A Inglaterra via com maus olhos o projeto, que o *Anti Slavery Report* denominava de escravidão disfarçada. Alguns fazendeiros se prontificaram a fornecer os cem mil dólares pedidos pelo agente da *China Merchant's*, mas em dúvida sobre a segurança de tais propósitos, Tong King deixou inopinadamente o Brasil em novembro de 1883, fracassando assim, definitivamente, o projeto de introdução do *coolie* em nossas lavouras.

O trabalho escravo

Parece que a esse tempo se verificou o mais vultoso emprego de escravos nas lavouras de café do Rio, Minas Gerais e São Paulo.

Quando em 1850, pela lei Eusébio de Queirós, se conseguiu a cessação definitiva do tráfico africano, deveriam existir no Bra-

sil cerca de 2 milhões de escravos. Em 1871, ao ser votada a lei Rio Branco, cognominada do Ventre Livre, já o elemento servil se contava bem abaixo dessa cifra. As estatísticas de 1873 registram 1.548.974 escravos. Destes, trabalhavam nas províncias cafeeiras, no Rio de Janeiro, 303.807; em São Paulo, 174.622 e em Minas Gerais, 340.000, num total de 818.873. Menos da metade desse número trabalharia em lavouras de café.

Parece mesmo que a cifra máxima de escravos empregados nessas lavouras, no século XIX, não excedeu de 400.000. Em 1880 estariam empregados cerca de 300.000, dos quais mais da metade na província do Rio de Janeiro. Desse ano até 1877, a população escrava foi sempre declinando. No ano da abolição seria de 700.000 escravos efetivos, além de 300.000 ingênuos, libertos sob condições.

A partir de 1870 registrou-se um novo surto imigratório, que alcançou 19.219 indivíduos em 1872, 20.332 em 1874, 30.747 em 1876, conservando-se daí até 1886 com flutuações, numa média geral acima de 25.000.

De 1886 em diante é que tomou incremento decisivo, graças, principalmente, à orientação dos paulistas.

Com a introdução do colono europeu nos trabalhos do café, em São Paulo e Minas Gerais, foi se acentuando a inferioridade e a carestia da mão-de-obra negra, em relação ao trabalho livre do branco, em meio adequado. O aumento contínuo da produção e o encarecimento da mão-de-obra apressaram a seleção entre as lavouras produtivas e as menos rendosas das regiões fluminenses.

Louis Couty, o talentoso e dedicado professor da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em seu estudo, *Biologie Industrielle du Café*, publicado em 1873, fornece preciosas indicações resultantes de apuradas observações que fez.

Um bom escravo devia tratar, normalmente, cerca de dois mil pés de café, produzindo obra de 100 arrobas ou 25 sacas. Às vezes, verificava-se produção maior, em certas fazendas, mas isso geralmente ocorria, quando insuficiente a mão-de-obra, era empregado menor número de escravos no tratamento de maior número de pés de café. Elevava-se, então, a média de produção por cabeça, com grande sacrifício, porém, do trato do cafezal e, portanto, do volume e qualidade da colheita.

De 1870 a 1878, um bom escravo masculino valia 2:200\$000 e uma mulher, 1:600\$000, girando a média em torno de . . . 2:000\$000. O lucro médio por homem, verificado em nove fazendas de Cantagalo, Estado do Rio, foi aproximadamente de 200 a 300 mil-réis. Essa cifra representaria apenas o juro do valor do escravo. Qual seria, porém, a verba destinada à amortização do capital escravo e remuneração do trabalho do fazendeiro? Nas avaliações, em fazendas de café, em 1873, a escravaria representava em geral de 40 a 50% do valor da propriedade. O pé de café, em boas condições, valia 600 réis. O alqueire de boa terra virgem, 400 mil-réis. Eram esses os índices básicos para as avaliações de fazendas, mas a esse tempo, como agora, era muito restrito, no Brasil, o mercado de compra dessas propriedades. Os fazendeiros obtinham rendimentos nas boas fazendas, mas dificilmente conseguiam capitalizá-los em outros valores. Uma das conseqüências desses índices de falta de capitais era então, como hoje, a deficiência de crédito agrícola.

Por essa época, a organização autárquica das grandes fazendas restringia ainda mais as possibilidades de intercâmbio interno, da criação de valores imobiliários e do acúmulo de economias. Essa organização tinha sido necessária no passado e a ela se deve a possibilidade da abertura das lavouras do sertão.

De fato em meio hostil, sem organização, sem transportes, esse tipo de fazenda autárquica era necessário para a exploração da terra. Assim como a casa-grande tinha propiciado a evolução da indústria açucareira, assim também esse novo patriarcado propiciou a do café. Foi ele que permitiu, em menos de 50 anos, no século XIX, que o Brasil se tornasse o seu maior produtor mundial.

Extinto pelos idos de 1879 o êxodo dos negros do Norte para o Sul, encarecida a mão-de-obra, em declínio a produção de grandes fazendas, foi se acentuando, no Vale do Paraíba, a inferioridade e a insuficiência do trabalho servil, em confronto com o das fazendas paulistas onde, em grande parte, o trabalho era livre.

Nas fazendas de café, o trabalho escravo exigia administração pesada e fiscalização intensa. Cada turma de 25 a 30 homens, precisava de um feitor; havia ainda necessidade de feitor de engenho, de feitor capataz, feitor administrador, guarda-livros, contra-mestre, maquinista, o que sobremodo encarecia a administração geral. A observação detalhada do trabalho escravo mostra que

apenas 50% dos escravos de uma fazenda de café eram efetivamente empregados na lavoura. O restante era todo ocupado em serviços acessórios. O escravo não tinha interesse, nem inteligência para aprender a execução de múltiplos serviços demandados pela vida agrícola. Trabalhava mecanicamente e com pouco cuidado.

Era mister especializá-lo em cada determinado trabalho e assim mesmo ele só se movia mediante contínua fiscalização. Não tinha nenhum estímulo ou vontade de produzir e a sua mentalidade era infantil, superficial, acanhada, sem nenhuma elevação.

Gastavam-se somas consideráveis com sua alimentação, tratamento médico, vestuário, etc. O fazendeiro, que estava à testa de sua lavoura, era absorvido por detalhes mínimos de administração sem sobra de tempo para cuidar dos problemas fundamentais da sua cultura e da locação dos seus produtos. A promiscuidade dos filhos dos fazendeiros com a escravaria trazia inconvenientes de ordem moral e social, que se refletiam nas suas organizações e portanto na própria estrutura do trabalho agrícola. Além da mestiçagem das senzalas, havia, segundo Sílvio Romero, como que uma mestiçagem moral.

Trabalho livre e trabalho servil

Entre 1870 e 1880, 5/6 do café e 2/3 do açúcar do Brasil eram produzidos pelo trabalho escravo. Já se acentuava, porém, a superioridade do trabalho misto.

Em muitas propriedades agrícolas, o cabedal de agregados passou a ser utilizado com mais freqüência no plantio de novos cafezais. Operários especializados, europeus, eram empregados na instalação e administração de engenhos de benefício e nas novas construções. O trabalho livre era ainda utilizado em empreendimentos de transportes, de comércio e de produtos alimentares. A fazenda de café foi deixando, aos poucos, de ser uma unidade econômica isolada. Em 1880 já existiam em S. Paulo mais de 50.000 imigrantes europeus. Em 1888, cerca de 200.000. São Paulo foi, incontestavelmente, o pioneiro do emprego do colono europeu, nos trabalhos do café.

Acentua Couty, em 1883:

“Os paulistas não se limitaram a triplicar, em menos de vinte anos, suas plantações de café, tanto que sua produção quase igualou a das demais províncias; não se limitaram a cobrir sua província de múltiplas atividades: engenhos de café, engenhos de açúcar, manufaturas de algodão e produtos diversos; não se limitaram a construir em dez anos cerca de 1.500 quilômetros de vias férreas, que já penetram pelos sertões, em regiões desconhecidas, tomadas aos índios; sem auxílio do governo, por sua própria iniciativa, encontraram meios de substituir pelo branco, o negro, pelo braço livre, o trabalho servil, e o agregado imprevidente e sem necessidades, que vegetava em torno das fazendas, pelo colono, capaz de economizar e consumir. Consideraram o problema a fundo, e graças a eles, sua província vê se aproximar sem temor, o fim do trabalho servil”.

Os colonos europeus eram aproveitados no trabalho da lavoura já existente. Ganhavam tanto por alqueire colhido, tanto por pé de café a seu cargo, com a obrigação de fazer 4 carpas por ano, concedendo-se-lhes, porém, uma relativa independência e capacidade de iniciativa face ao seu próprio trabalho. Criaram-se facilidades para sua melhor adaptação à terra. Com os bons resultados auferidos por muitos colonos, e acudindo ao seu chamado, novas levas imigratórias se encaminharam para as nossas fazendas, no fim do período monárquico.

A primeira leva de imigrantes italianos chegou ao Brasil por volta de 1874. Destinava-se à República Argentina, mas ficou por aqui, porque estava o porto de Buenos Aires fechado pela revolução ali declarada. Não foi boa a impressão recíproca, nossa e deles, dessa primeira experiência, porque talvez não fosse o ambiente paulista propício ao contato dessa massa considerável de estrangeiros e porque não se adaptaram, rapidamente, às condições do nosso meio.

Essa má impressão, porém, se dissipou e a imigração italiana passou a ser a preferida pelos fazendeiros de café. Foram adotados diversos sistemas de pagamento aos colonos. Graças às condições favoráveis do trabalho e seu preço, houve colonos que fizeram rapidamente ponderáveis economias, o que se traduziu em verdadeiro fator de propaganda para a vinda de novas correntes imigratórias.

Em São Paulo a Assembléia Legislativa, a partir de 1876, tomou diversas iniciativas em favor da imigração. O governo fez

construir a Hospedaria dos Imigrantes, onde, durante uma semana, se lhes forneciam hospedagem e alimentação, enquanto aguardavam sua distribuição pelo interior. Foram criadas várias associações, entre as quais a Sociedade Promotora de Imigração, presidida por Martinho Prado Júnior, para o fomento desse movimento.

A comparação entre o custo do trabalho escravo e o do trabalho livre tornou-se possível. A saca de café nas fazendas sob o regime do trabalho livre, pronta para embarque, custava entre 7\$200 e 9\$800; onde imperava o trabalho servil uma saca representava 15 dias de trabalho efetivo do escravo, o que valia cerca de 15\$000. Sendo, para mais, diretamente interessado no volume produzido, conseguia-se do colono melhor produção por mil pés e melhor trato na colheita, o que se refletia na melhoria da qualidade. Em algumas fazendas onde reinava o regime misto, distinguiam-se, com facilidade, os talhões entregues aos colonos livres, dos que estavam a cargo do trabalho forçado. O colono livre, tendo oportunidade de cultivar legumes e cereais para sua alimentação, mesmo para negociar, tinha uma emulação constante e muitos conseguiam manter-se independentemente do salário recebido do fazendeiro, que passava a ser quase que totalmente amealhado.

Rio Branco observa que a imigração entre 1866 e 1886 se incrementou paralelamente ao desenvolvimento das construções ferroviárias. Os lavradores paulistas, verificando a grande produtividade do trabalho livre, empenharam-se no incremento da imigração e aguardaram, sem temor, a abolição da escravatura. Os lavradores do Vale do Paraíba estavam, porém, em condições bem diferentes. Instalações antigas, capitais imobilizados em casas, engenhos, benefícios de toda a ordem; terras e escravaria hipotecadas aos estabelecimentos de crédito; produtividade em declínio nas terras cansadas; não tinham ainda as mesmas facilidades para a substituição de braços de que gozavam as lavouras, novas em climas onde o europeu normalmente se adaptava.

O desenvolvimento do trabalho livre no planalto paulista veio agravar ainda mais as condições deficitárias de muitas lavouras fluminenses, apressando a seleção que se efetuou depois de libertos os escravos.

Imigração e colonização em São Paulo

O grande movimento operado em São Paulo, depois de 1880, em favor da imigração europeia, refletiu-se nas leis provinciais de 1884, 85, 86 e 87, e na constituição de numerosas sociedades, na capital e no interior, tendo por fim não só promover correntes imigratórias, como prestar auxílio e proteção, de que careciam “os recém-chegados em terra estranha”.

Simultaneamente, crescia o movimento abolicionista e sucediam-se as libertações espontâneas por parte de numerosos proprietários. Em 1887 houve mesmo uma fuga, em massa, de escravos das fazendas paulistas, que já não eram perseguidos. Jabaquara, em Santos, acoitava impunemente muitos foragidos.

Em 1888 já deveriam orçar por 200.000 os colonos estrangeiros domiciliados em São Paulo, não alcançando metade dessa cifra os cativos aí atingidos pela lei de 13 de Maio.

Eram três os sistemas de pagamento a colonos: o de parceria, o de salário e o de contratos. Por este último, o mais frequente, o trato de cada mil pés de café, em 1888, regulava ser pago à razão de 50\$000 e 300 réis cada 50 litros de café colhido.

Aos colonos era concedida a faculdade de plantar cereais e explorar criação. Mas o maior atrativo constituía a abertura de fazendas novas, em terras virgens, em que os fazendeiros, com seus caboclos, faziam a derrubada e a queimada, entregavam aos colonos europeus o plantio e o trato do café durante quatro ou cinco anos, em troca da permissão de plantar cereais entre as linhas de café, concedendo-lhes também a primeira ou as duas primeiras colheitas. A exuberância dessas terras novas era de tal monta, que os colonos auferiam grandes lucros com esse ajuste. Daí o maior incentivo para a abertura de novas fazendas e o alastramento rápido de novas culturas.

É impressionante a estatística do movimento imigratório em São Paulo, a partir de 1887, em boa parte subvencionado pelo Governo do Estado:

1886	9.536
1887	32.112
1888	92.086
1889	27.893

1890	38.291
1891	108.736
1892	42.061
1893	81.745
1894	48.947
1895	139.998
1896	99.010
1897	98.134
1898	46.939
1899	31.215
1900	22.802
1901	71.782
1902	40.386

Nesse período teriam entrado no Estado mais de 1.000.000 de estrangeiros, afora elevado número de nacionais de outras regiões do país.

Convém acentuar, em confronto com essa fase de 15 anos, que desde a independência até hoje deve orçar por 3 milhões o total dos imigrantes entrados em São Paulo.

Como resultado de tal fenômeno, já aqui existiam, em 1903, 660.608.560 pés de café. Em 1888, os cafeeiros, no Estado, não excederiam talvez de 211.000.000.

Nessa grande invasão de elementos estrangeiros, que em dez anos elevaram sua população de cerca de um milhão de habitantes, é que se pode devidamente aquilatar do valor do tipo social do fazendeiro, ao qual comumente se atribuíam os defeitos de excessivo mandonismo e sentimentos nativistas. De fato, o fazendeiro era o senhor e chefe de uma organização produtora latifundiária e, como sói acontecer com os pioneiros de terras novas, teria de possuir qualidades de energia e de capacidade criadora, postas continuamente à prova nos embates ininterruptos com a natureza. Foi, porém, o fazendeiro plasmado na evolução cafeicultora do Brasil, que pôde, pelas suas qualidades, manter sempre firme o comando dessa multidão de invasores, conservando o sentimento nacional nos novos núcleos que se abriam e facilitando, assim, a colonização e absorção desses elementos e seus descendentes. Constituíra, portanto, poderoso foco nacionalizante. Iniciando sua atuação política, na Assembléia da Província, teve mais tarde decisiva interferência nos negócios públicos da República.

A produção paulista que em 1888 era de 2.600.000 sacas, alcançou mais de 8 milhões, em 1902.

São Paulo, que naquela época fornecia 40% do café brasileiro, passou a fornecer 65%.

Até 1896 o consumo mundial, no qual se verificara um grande surto, pôde absorver a produção paulista. De 97 em diante, começaram, porém, a aparecer sobras.

De 1887 a 1896 registrou-se um decênio de preços altos. O quinquênio que se seguiu a 1896 apresentou-se, quanto à produção, com cifras em média 100% maiores que as do anterior. Rompeu-se o equilíbrio. O preço-ouro que havia atingido, em 1895 e 1896, o máximo de 15,60 centavos para o tipo Rio, alcançou um mínimo de 5 centavos em 1900 e 3,55 em 1902-1903. Em mil-réis foram alcançados os maiores preços entre 1893 e 1894, quando a média foi de 14\$770 por 10 quilos, tipo Santos. Em 1895-6, 14\$260. Mas em 1900-1 caiu para 6\$160, mantendo-se em 1905-6, ao redor de 4\$000.

Essa alteração profunda no mercado cafeeiro acarretou a primeira crise de superprodução em São Paulo, agravada ainda por outras circunstâncias. Muitos fazendeiros não puderam manter seus contratos com os colonos; cessaram as aberturas de novas lavouras; surgiram reclamações e desentendimentos, que tiveram repercussões internacionais; arrefeceu a corrente imigratória e começou a se notar numerosa retirada de colonos.

O quadro abaixo elucida a situação.

ANOS	IMIGRANTES ENTRADOS	IMIGRANTES QUE SE RETIRARAM	DIFERENÇA
1902	40.386	35.500	4.886
1903	18.161	40.200	22.039
1904	27.751	37.300	9.549
1905	47.817	39.900	7.917
1906	48.429	47.500	929
1907	31.681	43.900	12.219
1908	40.225	38.400	1.825

Em 903, 904 e 907, houve *deficit* imigratório.

As autoridades paulistas, dentre as quais devemos mencionar, especialmente, o Secretário da Agricultura, Dr. Carlos Botelho, alarmadas com a situação, criaram novas facilidades à fixação dos colonos europeus, bem como trataram de intensificar a imigração subvencionada, limitando-a, porém, aos casados.

É interessante acentuar que a colheita em arrobas, por colono, não era, em média, superior à produzida pelo trabalho escravo, no passado, em fazendas normais.

Mas os valores produzidos para a comunidade pelo colono livre, seriam incomparavelmente maiores.

Nas zonas cansadas, em que se verifica hoje o declínio da produção, não se registra o mesmo estado de ruína em que caíam as antigas lavouras no regime escravocrata e de que são índices as inúmeras cidades mortas da província fluminense.

É que o colono livre, radicando-se ao solo, procura, num esforço inteligente e eficiente, adaptar-se às novas condições, entregando-se a outras culturas e atividades e, por essa forma, suprir o declínio da produção cafeeira.

A subdivisão das propriedades agrícolas, que hoje se observa em São Paulo, é, portanto, um fator de sua melhor estabilidade econômica.

Para se ter uma idéia dessa evolução processada na colonização e de seu reflexo no parcelamento da terra, basta mencionar que em 1904 existiam 56.931 fazendas em exploração, no Estado; em 1918-19, 86.841 e em 1934 esse número atingira 274.740. A área cultivada aumentou também de 1.485.778 hectares, em 1904, para 3.403.130, em 1934. Paralelamente, cresceu o número das pequenas propriedades. Em 1934 existiam 249.990 fazendas de menos de 50 alqueires, 18.819 de 50 até 200 alqueires e somente 5.931 de mais de 200 alqueires. Admitindo-se como grande a propriedade maior de 200 alqueires, pode-se dizer que a subdivisão, em número, das áreas cultivadas em São Paulo, está feita de tal forma, que 91% representam pequenas propriedades, 6,9% médias e somente 2,1% são consideradas grandes.

CAPÍTULO V

A superprodução

Por volta de 1825 as colheitas brasileiras representavam 20% da produção mundial de café. As Antilhas, o México, a América Central e a antiga "Tierra Firme" espanhola, produziam cerca de 30%; a Ásia e a África, 50%.

O consumo mundial girava em torno de 1.500.000 sacas.

Em 1850, já a produção mundial havia triplicado, contribuindo o Brasil com 40%, o resto da América com 20% e a Ásia e África com 40%.

Em 25 anos o Brasil quintuplicara o volume de suas safras, enquanto que os demais países o tinham apenas duplicado. No quinquênio de 1875 e 1880, a produção mundial alcançava 8.500.000 sacas, contribuindo o Brasil com 50%, o resto da América com 20%, a Ásia e a África com 30%. Dessa data em diante, até o final do século XIX, a contribuição cafeeira da Ásia e da África começou a declinar rapidamente.

De 1890 a 1895, numa produção mundial de 11 milhões de sacas, o Brasil representava 57%, o resto da América 32% e a Ásia e África, 11%.

O café passou a ser um artigo quase que exclusivamente americano e o consumo mundial absorvia toda a produção, que crescia continuamente.

O progresso e o enriquecimento verificados na Europa e nos Estados Unidos, permitiam esse aumento no consumo, facilitado substancialmente pela abundante produção brasileira.

Registraram-se, em determinados anos, variações de safras no produto, tão dependente das condições atmosféricas; os excessos de um ano, eram facilmente compensados e absorvidos em outro, de colheita deficiente. Pode-se dizer que até 1895 não houve, praticamente, sobras no mercado mundial de café.

De 1886 a 1895, se conta o maior período de alta nos preços-ouro do café do Brasil. De fato, nesse decênio, a média geral do valor-ouro de saca exportada alcançaria £ 3,40, índice do grande interesse dos mercados consumidores.

Essa procura mundial coincidiu com o apogeu da campanha abolicionista no Brasil, com o início da grande imigração de colonos europeus para São Paulo e com a forte inflação da circulação monetária nos primeiros tempos da República.

A circulação brasileira, de 1888 a 1898, de Rs. 200.000:000\$000 passou para Rs. 800.000:000\$000. As estradas de ferro paulistas ofereciam grandes facilidades de acesso às regiões apropriadas às culturas cafeeiras e ao escoamento de suas safras. Não havia freio algum à rápida expansão da cultura em São Paulo, sendo, pelo contrário, todos os fatores francamente inflacionistas.

A partir de 1896 a safra do Brasil aumentou de 100% sobre a média do quinquênio anterior.

Deu-se o inevitável, e entramos, após 1897, com as grandes safras brasileiras, no período de superprodução do café.

São Paulo passou a produzir 2/3 dessas safras.

Em pleno início da crise, Campos Sales inaugurou o seu governo (1892-1902) e Joaquim Murtinho, Ministro da Fazenda, adotou a conhecida política deflacionista.

Acordando com os credores estrangeiros o primeiro "funding" dos empréstimos externos, suspendeu o serviço de juros por 3 anos e os de amortização por um decênio. Esta medida, aliada a outras rigorosas providências deflacionistas, entre elas a incineração de papel-moeda, provocou a reação cambial. A taxa de câmbio sobre Londres, que em 1897 atingira 5,21/32 já se encontrava normalizada, em 1902, em torno de 12 d.

A política deflacionista de Murtinho ocasionou a conhecida crise dos bancos, em 1900, levando à falência cerca de 17 organizações financeiras do país. Cerceou a expansão do crédito, agravando a situação crítica em que se encontravam os cafeicultores.

Não é de estranhar, portanto, que desde o final do século XIX surgissem constantemente apelos às intervenções governamentais em favor dos lavradores. Dez anos antes, seria perante a Corte que os lavradores fluminenses clamariam por medidas de governo que atenuassem a sua precária situação. Agora, transformado São Paulo no maior centro cafeicultor do país, era junto ao seu governo que se exerceria a pressão dos fazendeiros paulistas.

Foi o "rush" cafeeiro através do planalto piratiningano que ocasionou o grande desequilíbrio no comércio do café e o regime de superprodução em que até hoje o artigo se debate.

Convém sintetizar as causas que mais concorreram para o incremento dessa grande avançada para os sertões paulistas:

- 1.^a — condições ideais de clima e de solo para a cultura; ao passo que no Vale do Paraíba a produção média, por mil pés, não ia além de 30 a 40 arrobas, a do Estado de São Paulo era superior ao duplo. Em zonas de terra roxa, verificou-se, nas primeiras colheitas, o quádruplo da média fluminense! O terreno se apresenta ondulado e bem drenado, sem as escarpas excessivas dos da província fluminense. Chuvas abundantes, mas sem excesso, nas épocas de maturação e coincidência da estação seca com o tempo da colheita;
- 2.^a — o clima do planalto, propício ao colono europeu e favorável às grandes correntes imigratórias do final do século XIX, proporcionando, em consequência, abundante mão-de-obra;
- 3.^a — facilidades de crédito aos agricultores nos últimos tempos da monarquia e as grandes emissões lançadas nos primeiros tempos da república, ocasionando a inflação e o estímulo para novas plantações;
- 4.^a — a grande alta de preços-ouro do café verificada entre 1886 e 1896, traduzida ainda em maior alta nos preços em mil-réis, pela baixa das cotações cambiais;
- 5.^a — os sistemas de remuneração aos colonos, que auferiam grandes proventos com a exploração de cereais nas terras novas;
- 6.^a — as facilidades de transportes, proporcionadas pela rede ferroviária, já existente em 1890;
- 7.^a — a concentração das atividades agrícolas na monocultura do café, dados os seus extraordinários lucros, em contraposição a qualquer outra atividade agrícola exercida no país ou no estrangeiro em uma mesma área de terra.

Não se pode atribuir ao subconsumo o início da crise. De fato, o consumo mundial de 11.000.000 de sacas em 1896 subiu a 16.000.000 em 1902 e 22.000.000 em 1914. Dobrou em menos

de 2 anos, auxiliando destarte, a absorção das primeiras grandes safras paulistas.

Declinou um pouco no final da Grande Guerra e no período que a ela se seguiu, readquirindo, porém, o nível de 22.000.000 em 1925.

No decênio subsequente cresceu lentamente, à razão anual média de 400.000 sacas. Em 1936 foi de 26.233.000 e em 1937 de 25.588.000.

É que, após 1914, além das crises que abalaram o poder aquisitivo de várias nações, estas têm também aumentado, continuamente, os direitos cobrados sobre a entrada do café ou os impostos sobre o seu consumo. Em alguns países, esses direitos chegam a representar mais de 10 vezes o valor da mercadoria!

As populações

É interessante registrar o crescimento das populações das duas maiores regiões produtoras de café no século XIX.

A província do Rio de Janeiro, incluindo a Corte, deveria ter, por ocasião da Independência, cerca de 500.000 habitantes; por volta de 1850, já deveria atingir 1.000.000. A partir dessa data pouco cresceu, até a Abolição. O censo oficial de 1872 registra 274.972 para a Corte e 782.714 para a província. Em 1900 a população seria de 691.565 para o Distrito Federal e 926.035 para a antiga província. A cidade do Rio, que teria 60.000 habitantes em 1808, 112.695 em 1821, se apresentaria com 274.972 em 1872, 522.651 em 1890 e 691.565 em 1900.

A população fluminense, depois de ter crescido rapidamente nos primeiros 30 anos do império, com a contribuição migratória de outras províncias, conservou-se praticamente estacionária, num quase paralelismo com sua produção cafeeira.

A província de São Paulo, que teria cerca de 240.000 habitantes no ano da independência, apresentava-se com 283.750 em 1836, 564.374 em 1854, 677.248 em 1861, 837.354 em 1872 e 1.187.917 em 1886. Daí em diante cresceu aceleradamente, alcançando 2.282.279 em 1900.

O grande incremento da população paulista teve lugar principalmente na segunda metade do século XIX, desde que começou a haver maior interesse pela cultura cafeeira.

As populações das duas províncias estavam praticamente equilibradas em 1830, mas em 1850 já a população do Rio de Janeiro seria o dobro da de São Paulo. Entre esse ano e 1872, São Paulo não só desfez essa diferença como ultrapassou a província fluminense, sem se levar em conta a Corte. Em 1890 a população de São Paulo já igualava a do Estado do Rio, acrescida da do Distrito Federal, e em 1900, excedia as duas reunidas.

Engenhos de açúcar e fazendas de café

Há diferenças profundas entre uma organização de engenho de açúcar e uma fazenda de café. Naquela, os principais capitais do senhor de engenho estariam aplicados no aparelhamento para o fabrico, moendas, tachos de cobre, carros, gado, escravaria, etc. Mas os escravos representariam talvez 15% do capital imobilizado nos demais aparelhamentos.

Sendo a cana de plantação anual, os senhores de engenho costumavam fazer contratos com diversos sitiantes para a compra da safra.

Na fazenda de café, o grande capital imobilizado estaria nos cafezais e na escravaria. As terras, nos primeiros tempos, valeriam pouco. Em média geral, o valor dos escravos corresponderia de 35% a 40% do valor total do investimento. Mas, além do capital empatado nos cafezais, havia necessidade de tulhas, terreiros e aparelhagem para o preparo e benefício do café colhido.

Nos primeiros tempos, usavam-se para o descasque do café e seu benefício, aparelhos rudimentares, muitos dos quais são ainda hoje encontrados em funcionamento em algumas fazendolas de Minas e Bahia. Eram eles o pilão, em que os escravos agiam manualmente, ou então a mão de pilão tocada à roda d'água. Havia a roda d'água tocando uma série de mãos de pilão. Usava-se ainda o carretão, grande roda de madeira acionada por bois, que corria sobre uma calha circular, triturando o café em coco. O monjolo era também uma das máquinas primitivas empregadas no descasque.

Com o desenvolvimento das culturas e escassez da mão-de-obra, trataram os agricultores brasileiros de melhorar o aparelhamento de suas fazendas, utilizando-se de maquinários que atingiram notável aperfeiçoamento.

No Estado do Rio, a aparelhagem era principalmente movida a água, enquanto que em São Paulo eram mais utilizados o vapor e a eletricidade.

Com o maior desenvolvimento da cultura neste último Estado, instalou-se uma indústria de fabricação de vários tipos de máquinas, na qual se salientaram diversos engenheiros nacionais e estrangeiros, que obtiveram patentes para eficientes dispositivos de tratamento e benefício do café.

De resto, não seria mesmo possível a manipulação de grandes safras, sem os avançados processos que colocaram, sob esse aspecto, a lavoura paulista na vanguarda das mais aperfeiçoadas agriculturas do mundo.

Século XX

Iniciou-se o século XX em regime de superprodução de café brasileiro.

A média do quadriênio terminado em 1900 acusava para a produção paulista 5.635.250 sacas. A safra 1900/1 foi de 7.988.000 e a de 1901/2, de 10.148.000. A produção brasileira triplicara em 11 anos.

Minas Gerais já ultrapassara desde 1896, em produção, o Estado do Rio. Na safra de 1901/2, Minas se apresentara com 2.929.000 sacas, contra 1.954.000 do Estado fluminense.

Os estoques visíveis em mãos do comércio mundial duplicaram. O preço caía em ouro e em mil-réis. Surgiram vários alvites para remediar a superprodução.

O Estado de São Paulo decretou, em 1902, um imposto de 2:000\$000 sobre cada alqueire de cultura de café novo. Era, de fato, a proibição a novas plantações. Esse dispositivo legal devia vigorar por um quinquênio, mas foi prorrogado ao cabo do seu termo por mais cinco anos.

Não evitou essa lei, todavia, que as plantações já existentes, devido a condições meteorológicas favoráveis, produzissem a enor-

me safra paulista de 1906/7, que atingiu 15.408.000 sacas, para um consumo mundial de 16 milhões.

Os preços, em mil-réis, em Santos, caíram para pouco mais de 3\$000 por 10 quilos!

Convênio de Taubaté

Sob a previsão dessa safra, o governo do Estado resolveu adotar um plano de intervenção oficial no mercado, em cuja elaboração cooperou, entre outros, o Sr. Cav. Alexandre Siciliano. Promoveu um entendimento com os Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, para torná-lo efetivo.

Desse entendimento, resultou, em 1906, o Convênio de Taubaté, no qual foi consignado o projeto de um grande empréstimo a ser contraído, sob a responsabilidade conjunta dos três Estados, com o intuito de adquirir os excessos dos estoques de café e manter os preços no exterior em bases remuneradoras.

Para que as flutuações cambiais não prejudicassem a operação, foi delineada a constituição da Caixa de Conversão.

Surgiram dificuldades à execução do convênio, negando-se o Governo Federal a endossar a operação financeira para tal fim. São Paulo meteu ombros sozinho à defesa do produto, realizando operações com negociantes e banqueiros para o levantamento dos recursos necessários.

Em 1908 já São Paulo havia adquirido 10 milhões de sacas de café e estava sem meios de obter maiores recursos. Felizmente, a florada de 1908 mostrou que a safra de 1908/1909 seria pequena. Foi possível, então, a organização de um esquema para um grande empréstimo de 15 milhões de libras, que consolidaria todas as operações já realizadas e seria resgatado gradativamente com a venda dos estoques adquiridos. O Governo Federal deu o seu endosso a essa operação, que devia estar liquidada dentro de um decênio. Até 1914, porém, estava o empréstimo praticamente solvido e os preços do produto foram mantidos a cotações convenientes.

Havia, nessa época, cerca de 3 milhões de sacas em estoques na Bélgica e na Alemanha, que foram absorvidas durante a guerra.

O balanço financeiro da valorização, computado no seu crédito à taxa de 5 francos, criada para os serviços de juros do empréstimo, apresentou saldo ativo. O balanço econômico da valorização também apresentou saldos positivos a favor de São Paulo, pois é incontestável que essa operação evitou uma grande baixa nos preços, o que iria desorganizar não só as finanças do Estado como as do próprio país. Não se pode negar tampouco que foram os mercados consumidores que pagaram pela melhoria dos preços de venda parte do custo dessa operação. A experiência demonstrou, no entanto, que o armazenamento de grandes estoques de café no exterior, além de ser arriscado, constituiu um fator deprimente para os mercados, que sempre se acham sob a ameaça da concorrência inesperada daqueles estoques.

A segunda intervenção

Declarada a guerra mundial, as exportações declinaram devido ao bloqueio da Europa central e às dificuldades de transportes. A florada de 1917 prometia uma grande safra, concorrendo para a depressão de preços, e o Governo de São Paulo viu-se novamente compelido, pelos agricultores, a intervir no mercado. Sendo impossível qualquer operação no exterior, conseguiu do Governo Federal um empréstimo de 100 mil contos de réis, constituído por uma emissão especial do Tesouro. Foram adquiridas cerca de três milhões de sacas, subindo a cotação para o tipo 4, em Nova York, de 9,47 centavos em novembro de 1917, para 11 centavos em abril de 1918.

Em junho de 1918, deu-se a grande geadada que prejudicou enorme área de cafezais, valorizando em extremo os estoques em poder do governo paulista.

Logo após o armistício, o preço, na safra de 1919 subiu acima de 22 centavos em Nova York. Na segunda metade desse ano, a média esteve acima de 27 centavos para o tipo 4.

O Governo de São Paulo liquidou a operação com grande lucro, dividindo os resultados com o Governo Federal.

O segundo plano valorizador de café tinha sido, pois, favorecido pela ocorrência de uma das maiores geadas jamais regis-

tradas no Estado de São Paulo, que também afetou, profundamente, a produtividade de seus cafezais, por alguns anos.

Terminada a guerra, a Alemanha e outros países do continente europeu se apresentavam com o seu poder aquisitivo externo muito diminuído, caindo consideravelmente o consumo de café em várias dessas regiões.

A lei seca, que vigorou nos Estados Unidos entre 1919 e 1933, concorreu para aumentar em cerca de 20% o consumo por cabeça, naquele país, compensando parcialmente a exigüidade dos mercados europeus.

As estatísticas dos cafezais paulistas demonstram o aumento relativamente pequeno, havido entre 1902 e 1918. De fato, tínhamos em 1902, 685.000.000 de pés; em 1906, 688.845.410; em 1913, 722.420.748 e em 1918, 828.355.425.

Os armazéns reguladores

Em 1920, anunciava-se a perspectiva de uma safra considerável para 1920-1921 e os preços caíram em Nova York de 23,5 centavos em junho de 1920 para 9,5 centavos em princípios de 1921. O câmbio acompanhou essa queda dos preços-ouro.

Datam desse ano as primeiras providências no sentido de se estabelecerem normas para uma política de defesa permanente do café.

O valor preponderante desse produto na pauta de nossa exportação e o influxo direto de sua cotação sobre o câmbio criaram uma consciência, nos dirigentes da política nacional, sobre a relevância do relativo equilíbrio em seus preços, para evitar as bruscas flutuações em suas cotações, com reflexos prejudiciais na economia e nas finanças públicas.

Foi apresentado ao Congresso Nacional um projeto de criação de um instituto permanente de defesa do café. As rápidas variações no vulto das safras e a inconveniência de sua descida, em poucos meses, aos portos de embarque seriam contrabalançadas pela política desenvolvida por uma tal instituição. Criar-se-iam armazéns reguladores no interior de São Paulo e as safras se escoariam parceladamente, durante todo o ano, para o porto de Santos. Seriam, dessa forma, regulamentadas as chegadas a Santos,

um dos meios reconhecidamente mais eficazes de se controlar os preços no mercado, pela subtração de ofertas superiores às necessidades do consumo.

A não ser o parcelamento dos embarques e a construção de armazéns reguladores, não tornou, porém, o Governo efetiva a criação da organização prevista.

Reclamava-se, no entanto, contra a queda dos preços nos mercados estrangeiros.

A terceira intervenção

O Presidente Epitácio Pessoa, atribuindo ao problema importância nacional, determinou que se elaborasse um novo esquema de intervenção. Foi este executado pelo governo federal, que interveio no mercado, adquirindo café com recursos obtidos na Carteira de Redescontos do Banco do Brasil. Avolumando-se a operação, contraiu o Governo Federal, em 1922, um empréstimo de 9 milhões de libras esterlinas, com cujo produto foram pagos todos os adiantamentos feitos pelo Banco do Brasil e efetuadas novas aquisições até um total de 4 1/2 milhões de sacas. Essa operação deveria ser liquidada dentro de 30 anos. As condições em que se apresentaram os mercados permitiram, entretanto, a liquidação, até 1924, do total dos estoques adquiridos, constituindo-se com o produto das vendas efetuadas um fundo em dinheiro para o resgate do empréstimo dentro dos primeiros 10 anos, como autorizava o contrato.

Entre 1921 e 1924, ocorreu, portanto, uma interferência entre uma operação valorizadora e o ensaio de uma política de defesa permanente do café.

Em 1923-1924, foi grande a safra, e o excesso sobre a exportação normal, retido nos armazéns reguladores, liquidou-se no ano seguinte, em que se registrou safra menor.

A política de defesa permanente do café

Em 1924 o Governo Federal passou novamente ao Governo do Estado de São Paulo a direção dos negócios de defesa do pro-

duto e criou-se, então, o Instituto de Café do Estado de São Paulo. Devia ser instituído um fundo para a atuação do Instituto, mediante a taxa de um mil-réis ouro, cobrada sobre todo o café que transitasse pelo Estado. Os objetivos principais do Instituto seriam: a regularização dos embarques para os portos; o financiamento aos lavradores; a intervenção no mercado para evitar flutuações bruscas.

Em 1923, contraiu o Instituto de Café, apoiado pelo Governo do Estado, um empréstimo de 10 milhões de libras para constituir o fundo permanente de defesa, sendo logo a seguir criado o Banco do Estado de São Paulo, com o intuito principal de financiar conhecimentos do café retido nos armazéns reguladores e proporcionar créditos hipotecários aos agricultores.

Desenvolvida a política de construção dos armazéns reguladores, e criado o Banco, formou-se no Estado uma opinião otimista sobre a estabilidade da cultura cafeeira.

A crise de 1929

De 1924 a 1929 as cotações se conservaram elevadas, havendo facilidades e abundância de financiamento aos lavradores. A crise mundial de 1929 ocasionou, porém, a supressão do afluxo de capitais ingleses e americanos para o Brasil, acentuando-se mesmo uma retirada de dinheiro daqui, dadas as altas cotações a que tinha atingido o "cal money", em Nova York.

O Governo Federal, empenhado na política de estabilização, impressionou-se com a falta de cambiais e com o declínio dos embarques em Santos, atribuindo-os às cotações altas, quando, realmente, eram o reflexo da crise mundial.

Esgotando-se os recursos para o financiamento e para a defesa do mercado, foi o Instituto obrigado a cessar sua ação intervencionista, provocando a queda violenta das cotações em outubro de 1929.

A cotação oficial de Santos caiu de 33\$500 por 10 quilos, no começo de outubro, para menos de 20\$000 em dezembro. Os grandes estoques acumulados nos reguladores e os créditos a prazo curto, conseguidos pelo Banco do Estado, estavam a demandar uma operação que aliviasse tal estado de coisas.

O empréstimo de 1930

O Estado de São Paulo realizou, então, em abril de 1930, o "Coffee Realization Loan", de 20 milhões de libras. Esse dinheiro seria posto à disposição do Governo contra 3 milhões de sacas a serem por este adquiridas, e mais, com a garantia de conhecimentos de café caucionados ao Banco do Estado a razão de 1 libra por saca.

Os juros para o custeio do empréstimo seriam fornecidos por uma taxa de 3 shillings, cobrada sobre todo o café chegado a Santos e a amortização seria efetuada pela venda mensal de 137.500 sacas, das quais 25.000 seriam do estoque do Governo.

O empréstimo deveria estar amortizado em 10 anos, comprometendo-se o Governo a não fazer novas intervenções no mercado.

Os estoques em 1.º de julho de 1930, nos reguladores, montavam a cerca de 21 milhões de sacas. A cotação média, em Nova York, baixou de 13 centavos em junho, para 11 centavos em agosto de 1930.

A revolução de outubro de 1930 piorou a situação cambial do Brasil, refletindo-se nos preços do café.

O Conselho Nacional do Café

Coincidiu tudo isso com o início de uma série de safras copiosas, resultantes das grandes plantações efetuadas no período de 1924-1929. Agravando-se a situação do café, o Governo Federal chamou novamente a si a sua defesa, prestigiando a organização, em 1931, do Conselho Nacional do Café, no qual deveriam ser representados todos os Estados produtores. Deliberou ainda o Governo, por iniciativa do Sr. Ministro da Fazenda, Dr. José Maria Whitaker, adquirir os estoques dos armazéns reguladores, conservando no entanto, em garantia do empréstimo de 20 milhões de libras, o café necessário.

A baixa da cotação em ouro do café deprimia continuamente a situação do câmbio brasileiro. Foi quando o Sr. Charles Murray submeteu à apreciação do Governo Federal um engenhoso plano da criação de um fundo especial para a aquisição e destrui-

ção do excesso de café durante três safras, ao mesmo tempo que elevava substancialmente o preço-ouro do produto. De acordo com suas previsões, o imposto-ouro criado sobre a exportação, deveria ser pago pelo consumidor. Adotada parcialmente a sua idéia, foi criada uma sobretaxa e o Conselho Nacional do Café, com o seu produto, passou a adquirir os excessos dos estoques para serem destruídos. A superprodução era, porém, muito mais volumosa do que se imaginara, e o Conselho, além da sobretaxa, teve que lançar mão de vultoso empréstimo no Banco do Brasil e em outros estabelecimentos de crédito, para fazer face aos estoques que fora obrigado a adquirir, visando o equilíbrio estatístico do produto.

Desde 1931 haviam sido criados impostos proibitivos sobre novas culturas de café; em 1932, decretou-se mesmo a proibição de novos plantios, dispositivo posteriormente revalidado e que deve vigorar até o fim de 1939.

Em 1933, o Governo Federal, considerando que “deveria ser mais efetiva a sua ingerência na defesa do café”, criou o Departamento Nacional do Café, subordinado ao Ministério da Fazenda, ficando a seu cargo, e aumentadas, as atribuições do antigo Conselho, que foi extinto.

Esgotados os recursos provenientes da sobretaxa, foi o D. N. C. obrigado a se valer de quotas de sacrifício, exigidas dos produtores, e da retenção de estoques no interior, para evitar o esmagamento das praças exportadoras, ao peso de excessivo afluxo dos cafés acumulados.

Toda essa política de artifícios, visando conseguir o equilíbrio estatístico de um produto em regime de superprodução, concorreu para que cada vez mais se onerasse a posição de grande parte da lavoura, principalmente daquela que trabalhava com pequena rentabilidade.

Procurando aliviar a situação, o Governo Federal aboliu, em outubro de 1937, a maior parte das taxas de exportação. Sem recursos para aquisição de novos excessos de safras, foram decretadas, em 1938, pelo Departamento Nacional do Café, novas quotas de sacrifício.

O enorme esforço despendido pelo Brasil para fazer face à crise de superprodução ainda não pode ser bem avaliado. A queima de cerca de 65 milhões de sacas, representando 4 anos de ex-

portação do produto, é, por certo, um dos maiores cometimentos, já efetuado em economia dirigida.

Enquanto o Brasil assim agia, na prática de uma política de sacrifícios e retenção, os outros países produtores disso se aproveitavam, e tratavam de colocar toda a sua produção, aumentando-a mesmo de maneira substancial.

Concomitantemente com a abolição da maior parte das taxas que gravavam a exportação, o governo brasileiro iniciou ultimamente a política de preços baixos e liberdade de exportação, com o intuito de combater a concorrência da produção de outras procedências e reconquistar a antiga posição dos nossos cafés nos mercados externos.

Condições meteorológicas prejudicaram este ano as safras da América Central e do Brasil; as sucessivas crises desanimaram muitos lavradores, que foram levados a abandonar cafezais de pouca produtividade; a broca do café, que, quando não é combatida, faz estragos notáveis; a insuficiência da mão-de-obra concorreu, também, para que o trato dos cafezais fosse muito prejudicado — todas essas circunstâncias, aliando-se aos resultados da eliminação de vultosas sobras e à nova política do D. N. C., permitiram agora relativo desafogo na nossa situação cafeeira, aumento da exportação, melhora dos preços em mil-réis e diminuição dos estoques.

Não tenhamos, porém, ilusões. O fenômeno da superprodução ainda não foi encarado de frente e continuará, por muito tempo, a atuar com todos os seus malefícios.

Ainda o alastramento das culturas

A feliz liquidação da primeira e segunda valorizações, a alta dos preços do café e a política ferroviária seguida por São Paulo, concorreram para que se acentuasse a superprodução nos últimos 15 anos.

Pelos gráficos que integram este estudo, verifica-se que nestes 50 anos tivemos 4 períodos de preços altos em ouro.

O primeiro, o maior, entre 1886 e 1895, foi um dos fatores da superprodução brasileira; o segundo, entre 1910 e 1914, fruto do primeiro plano valorizador, mas cujos resultados foram atenuados pela Grande Guerra; o terceiro resultou da grande geada

de 1918, em combinação com a intervenção no mercado então realizada pelo Governo Federal; o quarto, finalmente, verificou-se pouco depois do plano valorizador realizado em 1922 e teve como principal fundamento a política de defesa permanente mantida pelo Instituto de Café do Estado de São Paulo em perfeita harmonia com o Governo Federal.

Esta quarta fase contribuiu para a grande expansão do café em zonas novas, expansão causadora da excessiva produção dos últimos anos.

A mentalidade gerada entre os agricultores de que pelas sucessivas intervenções oficiais acabariam saindo das dificuldades, era ainda estimulada pela ausência de adequada política governamental que os esclarecesse sobre os perigos econômicos provenientes da manutenção do estado de superprodução cafeeira. Assim é que não obstante a dura experiência do começo do século, o café já se alastra por todas as zonas do oeste do Estado de São Paulo, deramando-se pelo vale do Paranapanema, de Santo Anastácio ao Rio do Peixe, pelo Aguapeí e pelos últimos rincões disponíveis na bacia do Tietê.

Sérgio Milliet, em recente trabalho, *O Roteiro do Café*, mostra a marcha do seu plantio e do seu deslocamento dentro do próprio Estado de São Paulo. De acordo com as últimas estatísticas, as zonas novas da Noroeste, da alta Paulista e da Sorocabana estão produzindo, praticamente, 60% do café paulista.

No regime do trabalho livre, com o valor do aparelhamento econômico que representavam as estradas de ferro, as estradas de rodagem e todas as espécies de construções civis que se fixaram nas primeiras zonas ocupadas pelo Café no oeste paulista, não se tem verificado, propriamente, nas regiões cansadas, a grande decadência que se registrou no Estado do Rio, em que as condições eram bem diversas.

Persistem, porém, o estado de crise, o regime deficitário em grande número de lavouras e penoso trabalho de reajustamento a novas atividades.

As explorações agrícolas de São Paulo podem se classificar em três grupos: a) as que trabalham no regime de saldos, nas zonas novas, de elevada produtividade, proporcionando apreciável rendimento ao lavrador; b) as que se encontram apenas em

estado de equilíbrio, e c) as que se acham francamente em regime deficitário.

O deslocamento do eixo econômico dentro do Estado não se realizou sem repercussões sociais e políticas. A luta subterrânea que se trava entre as várias regiões econômicas, as mais novas, humosas, ocasionando com sua produção e conseqüente baixa de preços de custo a ruína de outras, trouxe o desentendimento entre os homens públicos paulistas, gerou a intranqüilidade de espírito nos que trabalham na agricultura, com imediatos reflexos na vida política do Estado e do próprio país.

Desses desentendimentos, defluíram a falta de união entre os líderes das várias regiões, as acusações recíprocas de erros administrativos, pela incompreensão dos fenômenos econômicos, acarretando a fraqueza da representação do Estado e o declínio da sua hegemonia política na Federação.

Apreciações gerais

Observa-se nos nossos gráficos uma íntima relação entre o preço-ouro do café e o câmbio brasileiro. É verdade que no grande período da alta, no final do século XIX, verificou-se a coincidência do elevado preço-ouro do café com a depressão do nosso câmbio. Preponderavam, porém, nesse período, os efeitos do encilhamento e as grandes emissões dos primeiros tempos da República.

Dessa data em diante, constata-se uma melhoria do câmbio, correspondente às altas do preço-ouro do café, e uma baixa violenta do câmbio em conjunção com as depressões das cotações em ouro do produto. Isso, como conseqüências gerais.

A partir de 1926, com exceção apenas do ano 1934-35, nunca mais tivemos, no Brasil, safras inferiores a 18 milhões de sacas.

Naquele ano, os cafezais atingiram, em São Paulo a 1.060.496.765 pés.

As últimas estimativas indicam 1.325.819.000 pés, para São Paulo e 2.818.418.900 para todo o país.

Em 1933, a safra brasileira alcançou quase 30 milhões!

No entanto, a exportação média do Brasil, nos últimos dez anos, tem girado ao redor de 14 milhões de sacas. Nesse mesmo

decênio, houve um excesso de produção sobre o consumo, de mais de 80 milhões de sacas. Dessas sobras, foram atiradas ao mar ou queimadas cerca de 65 milhões, restando hoje nos reguladores e empenhadas aos banqueiros estrangeiros acima de 20 milhões de sacas!

Essa providência de eliminação dos excessos, perfeitamente compreensível para um curto período, nunca deveria se ter transformado em política permanente, pois que no caso brasileiro redundou em verdadeiro atentado contra a nossa economia social.

De fato, se aqui tivéssemos o desemprego, poder-se-ia compreender que fosse essa uma fórmula para proporcionar trabalho aos que necessitassem; mas, entre nós, verifica-se a carência da mão-de-obra para culturas remuneradoras, tais como a do algodão e das frutas.

Ora, existem no país cerca de 300.000 obreiros plantando, colhendo, transportando e queimando café. Essa é a quota de trabalho a que corresponde o volume físico do café destruído.

A superprodução não foi ainda eliminada e tampouco atacadas de frente as suas causas profundas. Tornam-se necessárias medidas inteligentes, que destruam entre nós esse fenômeno, o qual já se estende por quarenta anos, com crescentes danos à estabilidade econômica do país e à estrutura política e social.

BIBLIOGRAFIA

- AFONSO D'E. TAUNAY — "A história do Café" — "A propagação da cultura cafeeira" — Artigos no "Jornal do Comércio".
- O JORNAL — "O café no segundo centenário de sua introdução no Brasil".
- D. N. C. — Diversas publicações.
- INSTITUTO DE CAFÉ DO ESTADO DE SÃO PAULO — Várias publicações.
- INSTITUTO AGRÔNOMICO DE CAMPINAS — Diversas publicações.
- "DOCUMENTOS PARLAMENTARES"
- "RETROSPETO DO "JORNAL DO COMÉRCIO".
- DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA DO TESOURO NACIONAL — Quadros Estatísticos.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA — Anuários e quadros estatísticos.
- WILLIAM H. UKERS — "All about coffee".
- H. E. JACOB — "The saga of coffee".
- LOUIS COUTY — "Biologie industrielle du café" — "Le Brésil en 1884".

- AUGUSTO RAMOS — "O café no Brasil e no estrangeiro".
- A. LALIERE — "Le café dans l'Etat de Saint Paul".
- VAN DELDEN LAERNE — "Culture du café".
- A. TAVARES DE LYRA — "Imigração e colonização".
- DELGADO DE CARVALHO — "Le Brésil méridional" — "S. Paul et son café".
- OLIVEIRA VIANNA — "A hegemonia do vale do Paraíba" — "Distribuição geográfica do cafeeiro no Estado do Rio".
- BASÍLIO DE MAGALHÃES — "O café".
- HILDEBRANDO DE MAGALHÃES — "Contribuição para a história do café" — "Subsídios para a história do café em Minas Gerais".
- J. PANDIÁ CALÓGERAS — "Transportes arcaicos".
- AFRÂNIO PEIXOTO — "Vassouras".
- LEVY CARNEIRO — "A repercussão da abolição na lavoura cafeeira".
- PEDRO CALMON — "História social do Brasil".
- GLODOMIRO VASCONCELLOS — "Estradas antigas para transporte do café no Estado do Rio".
- JOAQUIM DE MELLO — "A evolução da cultura cafeeira no Estado do Rio".
- CHARLES R. MURRAY — "Café e câmbio", 1931.
- CIRO PESSOA JÚNIOR — "Estradas de ferro no Brasil império".
- J. PIRES DO RIO — "A superprodução do café e as novas estradas do Oeste".
- SÍLVIO FERREIRA RANGEL — "O café".
- SÉRGIO MILLIET — "O roteiro do café".
- F. BURLAMAQUI — "Monografia do cafezeiro".
- PAULO PORTO ALEGRE — "Monografia do café".
- F. FREIRE ALLEMÃO — "Plantas aclimatadas no Brasil".
- NICOLAU JOAQUIM MOREIRA — "História da cultura do cafeeiro".
- MACHADO DE OLIVEIRA — "Geografia da província de S. Paulo".
- ADOLFO PINTO — "Viação pública de São Paulo".
- J. W. F. ROWE — "Brazilian Coffee".
- LOUIS DE FREYCINET — "Voyage autour du monde".
- SEBASTIÃO FERREIRA SOARES — "Elementos de estatística".
- DANIEL P. MULLER — "Ensaio dum quadro estatístico da província de São Paulo — 1838".
- ELIAS PACHECO CHAVES E OUTROS — "Estatísticas de 1888".
- LIMA, NOGUEIRA & CIA. — "Quadros estatísticos do comércio de café em Santos".
- PAULO DE M. BARROS — "A evolução da cultura cafeeira através das terras de São Paulo".
- ROBERTO SIMONSEN — "História econômica do Brasil". — "Consequências econômicas da abolição". — "As crises no Brasil".
- SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS — "Minas e o bicentenário do cafeeiro no Brasil".
- DIRETORIA DE TERRAS, COLONIZAÇÃO E IMIGRAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO — "Boletins e estatísticas".

QUANTIDADES DE CAFÉ EXPORTADAS ENTRE 1800 E 1821
(Conforme P. Porto Alegre e J. Cláudio da Silva)

ANO	QUANTIDADE EM SACOS DE 5 ARROBAS
1800	13
1808	32
1810	973
1812	12
1813	102
1817	66.985
1818	74.247
1819	88.304
1820	97.500
1821	105.386

QUADRO DAS EXPORTAÇÕES GLOBAIS E DO CAFÉ,
DO BRASIL, ENTRE 1821 E 1841

ANO	SACAS DE CAFÉ (reduzidas a 60 quilos)		EXPORTAÇÃO
	QUANTIDADE	VALOR EM £	TOTAL EM £
1821	129.000	704.000	4.324.000
1822	186.000	789.000	4.030.000
1823	226.000	878.000	4.358.000
1824	274.000	704.000	3.851.000
1825	224.000	623.000	4.622.000
1826	318.000	690.000	3.319.000
1827	430.000	774.000	3.662.000
1828	452.000	659.000	4.142.000
1829	459.000	705.000	3.441.000
1830	480.000	663.000	3.348.000
1831	549.000	964.000	3.373.000
1832	717.000	1.832.000	4.677.000
1833 (1.º sem.)	560.000	1.383.000	3.263.000
1833/34	1.121.000	2.775.000	5.632.000
1834/35	970.000	2.435.000	5.328.000
1835/36	1.052.000	2.555.000	6.776.000
1836/37	910.000	2.237.000	5.476.000
1837/38	1.149.000	2.197.000	4.129.000
1838/39	1.333.000	2.494.000	4.863.000
1839/40	1.383.000	2.657.000	5.688.000
1840/41	1.239.000	2.300.000	5.384.000
1841/42	1.363.000	2.311.000	4.936.000

OBSERVAÇÕES — Até 1873, o café era exportado em sacas de 5 arrobas.

A superprodução de café

O *arrancamento de cafezais* — Em exposição feita pelo autor deste trabalho, a 16 de junho de 1936, perante o Conselho Consultivo do Departamento Nacional de Café, reunido no Rio de Janeiro, foi sugerida, como solução para combater a superprodução do café, o arrancamento de cafezais em número suficiente para fazer desaparecer o excesso havido nos últimos anos. A escolha dos cafezais a serem destruídos deveria ser feita com critério científico e econômico, baseado em rigoroso cadastro. Seria oferecida uma compensação razoável aos proprietários que arrancassem seus cafezais, e incentivadas outras culturas nos terrenos assim disponíveis. Parece que a idéia fundamental desse alvitre está hoje vitoriosa.

(Essa exposição está inserta no livro *A Indústria em Face da Economia Nacional*, publicado em 1937).

(Nota do autor)

A POLÍTICA BRASILEIRA DE DEFESA DO CAFÉ

O comércio do café e a situação brasileira.
(Traduzido do inglês).

A exportação de café representa 70% do valor total das exportações brasileiras. Ressalta daí a importância do mercado do café no comércio brasileiro.

As estatísticas publicadas, relativas ao comércio brasileiro em 1928, mostram um ligeiro declínio no saldo favorável da balança do comércio em comparação com os saldos dos anos anteriores. Esta circunstância, aliada a ataques que estão surgindo contra a política de defesa do café, tem dado origem a críticas contra a situação brasileira em geral.

Uma simples explicação dos verdadeiros fatos e uma real interpretação dos algarismos mostrarão claramente a injustiça dessas críticas. De fato, considero-me habilitado a explicar que a política do café brasileiro é perfeitamente sã e que o declínio no saldo favorável da balança do comércio é apenas uma expressão aritmética e não representa realmente um declínio nas condições comerciais brasileiras, que, juntamente com a situação econômica e financeira, estão em estado satisfatório.

Confio mesmo em que muitos jornais financeiros britânicos, tendo-se inteirado dos verdadeiros fatos e algarismos, cessarão a crítica injusta que certos interessados vêm mantendo com o intuito de deprimir o mercado de café.

Comércio de café

O Brasil controla o comércio mundial de café fornecendo 65% do consumo total. Os seguintes algarismos publicados pelo "Boletim Medeiros" demonstram as exportações durante os últimos 9 anos, e a percentagem de aumento comparado com o ano de 1920:

ANO	SACOS	Percentagem de aumento comparada com o ano de 1920
1920	11.524.780	—
1921	12.368.612	7%
1922	12.672.536	10%
1923	14.465.582	26%
1924	14.226.482	23%
1925	13.480.000	17%
1926	13.751.472	19%
1927	15.115.061	31%
1928	13.881.000	20%
Médias	13.498.391	17%

O consumo mundial para o mesmo período, conforme declara Luneville, é como segue:

ANO	SACOS	Percentagem de aumento comparada com os anos de 1919/20
1919/20	18.499.000	—
1920/21	18.462.000	0%
1921/22	19.717.000	7%
1922/23	19.162.000	4%
1923/24	22.021.000	19%
1924/25	20.506.000	11%
1925/26	21.705.000	17%
1926/27	21.298.000	15%
1927/28	23.536.000	27%
Médias anuais	20.545.111	11%

Conforme se pode deduzir imediatamente dos algarismos acima, sobre um aumento médio no consumo mundial de 11%, o aumento na exportação do café brasileiro durante os últimos 10 anos foi de 17%. O Brasil tem assim mantido absoluta supremacia no suprimento de café ao mundo. Infelizmente, muito café brasileiro é oferecido aos mercados consumidores como procedente de outros países.

Embora o Brasil tenha sustentado por muitos anos a sua posição como o principal fornecedor mundial de café, não pôde manter uma relativa estabilidade no seu preço-ouro. Isto por causa da constante variação do volume das safras. Em consequência de condições meteorológicas surge, de quando em vez, uma safra excepcionalmente grande, em regra seguida por uma fraca produção nos dois anos imediatos, devido ao esgotamento das árvores.

Em 1927-1928 tivemos a maior safra jamais registrada na história econômica brasileira, ou sejam, 28.843.000 sacas; e como sempre acontece, a safra seguinte foi pequena, alcançando cerca de 8.500.000 sacas.⁽¹⁾

Antes da guerra e da fundação do Instituto de Café as safras afluíam livremente, durante alguns meses do ano, do interior aos portos brasileiros, e os produtores tentavam vender as suas colheitas a um só tempo. As firmas americanas e européias aproveitavam essa situação, comprando durante esses poucos meses, a baixos preços, grandes quantidades de café. Este café era transportado aos portos distribuidores na Europa e Estados Unidos e daí encaminhado, durante o ano, a todo o mundo. Esses intermediários costumavam auferir grandes lucros nesse negócio.

Com essa política os plantadores de café eram enormemente prejudicados, pois vendiam, de uma só vez, a produção de café do ano inteiro, sendo assim na época dos negócios a oferta muito

(1) É deveras lamentável que não exista até agora um cadastro completo dos cafezais brasileiros e um estudo sobre previsões de safras baseado nesse cadastro e nas condições do tempo. Esta circunstância concorreu para que o governo central, alarmado com uma inesperada superprodução que coincidiu com fenômenos precursores da crise mundial, determinasse uma brusca mudança na política aqui descrita a qual aliás, tinha merecido sua aprovação, conforme consta da mensagem presidencial de 3 de maio de 1929.

maior do que a procura. Quando as safras eram mais abundantes, os preços desciam a níveis ridículos.

Durante os dez anos anteriores à guerra, os estoques anuais manipulados em portos estrangeiros por esses intermediários eram aproximadamente de 13.000.000 de sacas.

A instabilidade do preço-ouro do café causada por esse processo de comércio foi em grande parte a responsável pelas violentas oscilações no câmbio brasileiro. Vós outros, europeus, sabeis por experiência própria, não ser possível desenvolver a economia de qualquer país sem uma moeda estabilizada. Parece-me, portanto, muito natural que o Brasil tentasse resolver ao mesmo tempo seus dois problemas, a saber: estabilização da moeda e uma estabilização relativa aos preços do café — representando o café 70% de sua renda de exportação.

Com sua nova política o Brasil obteve ultimamente uma renda anual de ouro relativamente estável, como se infere da seguinte tabela relativa ao total da exportação de café durante os últimos seis anos:

ANO	IMPORTÂNCIA
1923	£ 47.077.864
1924	£ 71.833.002
1925	£ 74.020.000
1926	£ 69.582.000
1927	£ 62.689.000
1928	£ 69.701.000

Tentarei explicar em poucas palavras como o Brasil obteve os resultados acima.

Defesa do café

Como resultado de muitos anos de experiência e de cuidadosos estudos feitos por alguns eminentes patrícios, o Brasil estabeleceu sua política de defesa do café, criando o Instituto de Café de São Paulo. O objetivo do Instituto é proteger continuamente os interesses econômicos do café. O Instituto procura fazer isso pelos seguintes métodos:

- 1) Limitação do afluxo dos produtos nos mercados, evitando ofertas excessivas.
- 2) Desenvolvimento nos métodos de propaganda, conquista de novos mercados e expansão dos já existentes.
- 3) Facilidades de crédito aos plantadores, proporcionando adiantamentos não somente sobre plantações, como também sobre o produto já colhido.

Essas são as medidas básicas para a defesa do produto visando meramente à proteção da lavoura sem elevar discricionariamente o seu preço; são medidas protetoras, que podem agora ser mais facilmente executadas pelo fato de ter o Brasil um câmbio bancário estabilizado. O tempo vem provando o pleno êxito alcançado pelo Instituto.

Em cumprimento dessa nova política, as safras do café vão para os armazéns reguladores situados no interior do Estado e nos portos brasileiros. Calcula-se, todos os meses, pelos embarques dos meses anteriores, qual a quantidade de café que pode ser mandada destes armazéns para os vários mercados e assim é determinada a quota diária de entrega de café nos portos.

O Instituto esforça-se para manter nos portos distribuidores uma quantidade de café apenas suficiente para fazer face à procura dos consumidores estrangeiros. Desta forma é impossível, mesmo durante as grandes safras haver um excesso de ofertas no mercado do café. Esta política, além de facilitar a manutenção de um nível de preços estabilizado, favorece também a regularização da vida comercial em geral e do tráfego ferroviário; outrora, havia um tráfego muito intenso durante quatro meses do ano, isto é, durante a colheita, e uma depressão nos transportes e no movimento comercial no resto do ano.

Naturalmente, com a nova política, cabe ao Brasil financiar a maior parte do comércio de café no que diz respeito à distribuição. Antigamente, banqueiros estrangeiros, em outros países, financiavam o comércio distribuidor de café, que envolve a soma de cerca de £ 20.000.000. Ao invés de financiar centenas de importadores atacadistas, o capital é agora utilizado no financiamento de milhares de plantadores, que são os verdadeiros proprietários do produto, e, conseqüentemente, as pessoas mais interessadas em proteger o seu comércio.

Este método de financiar o plantador, em lugar de apoiar os especuladores estrangeiros, parece ser uma política muito mais salutar para o emprego do capital.

É o capital britânico que tem habilitado o Instituto de Café a trabalhar em base tão louvável.

Durante os anos de 1927 a 1928, quando o Brasil teve a maior safra de café jamais conhecida, isto é, 28.843.000 sacas, a política inaugurada pelo Instituto de Café funcionou com o mais pleno êxito, sendo todo o financiamento manejado com grande facilidade — o que provou a sólida estrutura do Instituto.

O preço do café foi firmemente mantido e como habitualmente a uma grande safra sucede uma safra pequena, a futura tarefa do Instituto será relativamente fácil sendo a safra de 1928-1929, como já foi mencionado, somente de 8.500.000 sacas.

Não obstante as predições em contrário e a pressão exercida pelo elemento especulador para destruir o plano da defesa do café, este conseguiu atravessar uma fase crítica do modo mais lisonjeiro.

Os estoques nos armazéns reguladores que, a um dado tempo, elevaram-se a cerca de 14.000.000 de sacas, até junho próximo não excederão de 8.500.000.

Como os suprimentos do estoque visível no mundo, incluindo o café nos portos brasileiros, não excederão de 15.000.000, devemos chegar à conclusão que dois anos após a maior safra de café, o estoque mundial total será de cerca de 13.000.000 igual portanto à quantidade habitualmente em poder dos países estrangeiros, antes da guerra. De fato, de 1903 a 1914, em 1.º de julho, era o seguinte o suprimento visível de café no mundo:

ANO	SACAS
1903	11.261.000
1904	11.900.000
1905	12.361.000
1908	16.400.000
1909	16.380.000
1910	14.132.000
1911	12.820.000
1912	13.732.000
1913	11.085.000
1914	10.288.000

Não é possível a ninguém, de boa fé, depreciar resultados tão satisfatórios. Os estoques de café, em lugar de serem conservados na mão de especuladores estrangeiros em outros países, são guardados no Brasil com os próprios produtores, que são obviamente os mais interessados na manutenção de um razoável nível de preços.

O custo do financiamento do comércio de café é muito menor do que as grandes perdas sofridas pelo Brasil, quando a velha política dos anos anteriores estava em vigor.

O comércio mundial de café tem-se conformado com o novo regime e tem adotado a política de "mão à boca", comprando somente o suficiente para as suas necessidades imediatas e nada mais. O mundo consome aproximadamente 2.000.000 de sacas de café por mês, e o estoque total nos portos europeus e americanos, é de pouco mais de 2.000.000 de sacas, digamos, apenas o suprimento de um mês. Isto facilita naturalmente a manutenção de um nível de preço definido e torna extremamente difícil a quaisquer especuladores tentarem a baixa do mercado.

O Brasil, em sustentando esta política, não cria quaisquer dificuldades ao exportador, visto como mantém um estoque razoável à disposição dos compradores estrangeiros, nos portos brasileiros.

De outro lado, o Brasil não segue uma política de inflação, mas procura apenas estabelecer um nível estabilizado de preços.

A seguinte tabela oficial de preços médios de café dos varejistas nos Estados Unidos da América, é muito interessante e instrutiva:

	1913	1924	1925	1926	1927	1928 (1)
15 de janeiro	29,9	51,6	51,3	50,2	48,5	43,8

Conclui-se, portanto, que durante os últimos cinco anos a política do Brasil manteve bem firme o preço do café no mercado varejista dos Estados Unidos da América.

(1) A 15 de janeiro de 1929 o preço era de 49,5, a 15 de janeiro de 1930 de 43,8 e a 15 de janeiro de 1931 de 37,8.

Comparado com 1913, o preço-índice do café era 162 em 1928 contra:

Carneiro	208
Presunto	206
Batatas	188
Aves	182
Queijo	177
Banha	176
Carne	178
Ovos	174
Milho	173
Porco	167
Pão	164
Trigo	161

É digno de nota que dos treze artigos principais de alimentação, em 1928 havia somente um mais barato que o café — o trigo, e havia doze artigos mais caros — todos de produção americana.

Pela política de defesa do café, o Brasil mantém, como é natural, um grande estoque que outrora era conservado em mãos estrangeiras mas agora, ao invés dos preços serem ditados pelos estrangeiros, senhores desses estoques, o é pelo Brasil, que tem assim o controle do mercado.

Convém notar, finalmente, que o estoque de café representa ainda uma reserva considerável de ouro para o Brasil.

Defesa do café e o Plano Stevenson

Tem-se tecido certos comentários em alguns círculos financeiros no sentido de fazer crer que o fracasso do plano Stevenson, na defesa da borracha, deveria ser uma advertência aos delineadores do plano de defesa do café. Mas não somente os planos diferem inteiramente um do outro, como são também muito diversas as qualidades intrínsecas desses produtos.

O plano Stevenson estabeleceu um preço mínimo a ser pago pelo consumidor e, com este objetivo, criou uma taxa de exportação sobre a borracha sob a forma de uma tarifa móvel e progressiva.

Após a adoção do plano Stevenson, o preço da borracha subiu de 6³/₄ d. por libra em agosto de 1922 a 1s/3d. em 1923 e 1924, chegando mesmo a 4s/8d. em dezembro de 1925. Houve assim um aumento de mais de 800% nas cotações do produto!

O autor do plano e aqueles que o adotaram, não tomaram em consideração as fraudes, o desenvolvimento da produção nas colônias dos Países-Baixos, a hostilidade das grandes firmas consumidoras de borracha na América e a face política da questão. Os holandeses aumentaram a sua produção enormemente. As firmas consumidoras interessadas obtiveram, da recuperação da borracha, 190.000 toneladas num ano (mais de 60% da produção natural do mundo inteiro) quando a produção anual da borracha recuperada era anteriormente de 55.000 toneladas!

Sob a pressão das circunstâncias acima, da hostilidade da opinião pública, da concorrência das grandes firmas americanas e da situação política, o plano fracassou.

Quanto ao café, o plano da sua defesa tem somente em vista uma relativa estabilização de preços, a um nível razoável, e não o propósito de sua *valorização*. E como já foi demonstrado, os preços do café foram mantidos, durante os últimos cinco anos, com variações que não influíram, na prática, no preço do café a varejo. Além disso, o plano da defesa do café não fixou um preço mínimo, não atentou contra a opinião pública e, ao contrário, procurou promover a cooperação natural de todos os produtores brasileiros a fim de oferecer ao mercado estrangeiro apenas as quantidades que necessitassem para os seus suprimentos normais. Mesmo que a defesa do café decidisse estabelecer um nível de preço mais alto, não encontraria as mesmas dificuldades com que deparou o plano Stevenson, pois que o mundo não pode nem *aumentar* instantaneamente sua produção de café nem *recuperar* o café utilizado.

O comércio distribuidor de café compreende ainda milhares e milhares de firmas e não um número limitado, como se dá no caso da borracha. Ainda mais, do ponto de vista político, a América do Norte (o maior consumidor de café) não é rival do Brasil no que diz respeito ao mercado econômico e financeiro do mundo, como no caso da Grã-Bretanha, a grande interessada na produção da borracha.

Sobretudo, o plano da defesa do café já provou sua praticabilidade e eficiência, não causou qualquer diminuição no consumo

mundial e não é responsável pelo pequeno declínio do saldo favorável da balança do comércio do Brasil.

Concorrência estrangeira

Dizem certos críticos que o plano de defesa do café está incrementando o desenvolvimento das plantações estrangeiras e impedindo o aumento do consumo. As estatísticas demonstram que de 3.400.000.000 de cafeeiros existentes em todo o mundo, 2.250.000.000 pertencem ao Brasil e 1.150.000.000 aos demais países, dos quais a Colômbia possui 300.000.000, e a África Oriental Britânica cerca de 30.000.000, pertencendo o saldo à Venezuela, Equador, Guiana Holandesa, Guiana Britânica, América Central, Porto Rico, Jamaica, Cuba, Índia Britânica, Madagascar, etc.

O tempo tem provado que as plantações na Ásia e África não podem ser grandemente desenvolvidas, devido a doenças e outras condições desfavoráveis e que as plantações na Colômbia e América Central são limitadas pela pequena quantidade de terras apropriadas para a cultura do café e por outras circunstâncias econômicas.

Em nenhum país estrangeiro se pode cultivar o café com caráter tão industrial como no Brasil. Por conseguinte, é fácil de compreender que não seria razoável para o Brasil pôr de lado um plano de importância econômica tão grande, simplesmente com o objetivo de impedir o aumento problemático da cultura estrangeira. Com essa preocupação qualquer indivíduo, em lugar de tentar melhorar sua posição financeira, preferiria morar na pobreza com receio de que seu vizinho procurasse imitá-lo e ficar rico!

Quanto à cultura do café, sob o ponto de vista econômico, o Brasil não receia a concorrência estrangeira e mesmo que os plantadores estrangeiros desenvolvam a sua cultura de tal maneira a produzir uma superprodução mundial, eles viriam a sofrer com a queda dos preços, muito mais do que a maioria dos plantadores brasileiros.

No entanto, o Brasil está procurando desenvolver muitos outros recursos naturais; está aumentando anualmente sua riqueza e as economias do país e gozando todos os resultados favoráveis de uma moeda estabilizada. O Brasil está também fazendo um

esforço muito grande para melhorar os métodos e a qualidade de sua produção de café e estuda cuidadosamente tudo o que se relaciona com o comércio mundial do seu grande produto.

O consumo mundial de café

As estatísticas demonstram que o consumo anual mundial de café está continuamente aumentando e as cifras agora acusam uma venda de 2.000.000 de sacas por mês. Grandes mercados consumidores que foram perdidos durante a guerra estão agora recuperando o seu poder aquisitivo e voltando assim a consumir café. No próprio Brasil, onde a população aumenta rapidamente, com a melhoria de suas condições econômicas, o consumo interno está aumentando sensivelmente.

O Instituto de Café está promovendo, através do mundo, uma inteligente propaganda para aumentar o consumo nos diferentes países, onde o limite de saturação está longe de ser alcançado. Grupos especuladores e muitas outras pessoas interessadas, que perderam a posição importante que ocupavam no comércio de café, no regime da política antiga, estão tentando criar, de tempos a tempos, um ambiente propício ao enfraquecimento da defesa do café. Essas tentativas não têm até agora surtido efeito porque a defesa está estabelecida sobre uma base sólida e a posição estatística do artigo é boa.

Dessas tentativas resultaram, porém, a adoção pelos compradores de uma estreita política de "mão à boca", só comprando o suficiente para as suas imediatas necessidades, reduzindo seus estoques a uma cifra muito baixa. Isto é o que se está dando realmente nos Estados Unidos, no momento atual.

Mas o resultado desse estado de coisas é que muitas vezes se dá uma reação nos preços que sobem de um momento para outro, independentemente da vontade do Instituto de Defesa do Café. De qualquer forma, as exportações do Brasil durante o corrente ano estão sendo regularmente mantidas, atingindo a exportação até 31 de março a 3.500.000 sacas, representando £ 17.575.000.0.0; e a presente posição estatística do mercado consumidor, promete uma exportação mais intensa durante o ano.

Café e balança do comércio brasileiro

A balança do comércio encerrou-se em 1928 com um saldo credor de £ 6.770.000. As exportações alcançaram £ 97.426.000 e as importações £ 90.656.000.0.0.

Em 1927, as exportações foram de £ 88.689.000 e as importações de £ 79.634.000, deixando um saldo credor de £ 9.055.000.

Vê-se, das cifras acima, que as exportações de 1928 foram superiores às de 1927 em £ 8.737.000, mas ao mesmo tempo as importações aumentaram de £ 11.022.000. O pequeno declínio no saldo da balança do comércio é evidentemente devido ao aumento das importações. Embora durante os últimos quatro meses de 1928 as exportações do café decrescessem um pouco, devido principalmente, à campanha sustentada por grupos estrangeiros, para forçar a baixa do preço do café, isto não afetou o valor das cifras de exportação de 1928, comparadas com as de 1927. De fato, em 1928, a exportação de café mostrou um aumento de £ 7.052.000 comparada com 1927. *O aumento das importações* foi portanto a única razão para o pequeno declínio no saldo da balança do comércio.

São causas desse acréscimo na importação:

- 1) Grandes importações para obras públicas em S. Paulo e outros Estados custeadas com dinheiro obtido por empréstimos externos.
- 2) Aumento nas importações para estoque devido à anunciada alteração nas Tarifas Alfandegárias.
- 3) Novas indústrias estabelecidas no Brasil por empresas estrangeiras.
- 4) O aumento do poder aquisitivo no Brasil devido à melhoria geral das condições econômicas do país.

Do exposto, ver-se-á imediatamente que, no caso brasileiro, o pequeno declínio na balança do comércio é talvez mais um índice de prosperidade que um fator a ser lamentado.

O Brasil tem, neste momento, à testa do seu Governo, um Presidente que estabeleceu como base principal de seu programa uma sólida política econômica e financeira.

Dentro de poucos dias o mundo conhecerá as últimas estatísticas oficiais referentes ao Brasil, pois o Congresso se abre a 3 de maio. Os brasileiros, conhecedores de nosso desenvolvimento econômico, estão convencidos de que a próxima mensagem do Presidente mostrará os resultados satisfatórios que o Brasil obteve até aqui com a política econômica seguida durante os últimos dois anos.

Londres, 24 de abril de 1929.

A SUPERPRODUÇÃO DE CAFÉ E A ECONOMIA NACIONAL

Queima do café

Ninguém pode negar os benefícios que resultaram da política da queima do café; trata-se, porém, de uma medida de emergência e não de uma política comercial de caráter permanente.

Estamos com falta de braços. No entanto, talvez existam 200 mil pessoas ocupando-se da produção e manipulação de um artigo para ser destruído. O valor da “produção social” dessas 200 mil pessoas deve ser superior a 300 mil contos anuais.

O simples enunciado desses números demonstra que já é tempo de se dar uma solução mais completa ao problema e que a nação será largamente beneficiada com o aproveitamento eficiente desses braços, que agora gravam a economia nacional com uma produção negativa.

Cadastro dos cafezais

Como medida preliminar, deve ser organizado, e urgentemente, um cadastro completo dos cafezais existentes no Brasil. Conviria que esse trabalho compreendesse não só um inventário rigoroso do número de pés de café, senão também a sua idade, qualidades, espécies, produções médias, natureza das terras em que se acham plantados, custo de transporte para os diferentes portos, salários pagos nas várias localidades e recursos técnicos utilizados na colheita, tratamento e benefício nas várias regiões.

Esses dados permitiriam a organização de uma série de mapas e gráficos necessários para habilitar os homens de Estado a mais exatamente conhecer as possibilidades econômicas das diferentes zonas e fazer as previsões aproximadas para colheitas futuras.

O problema a ser enfrentado

Estamos com um excesso anual de produção sobre o consumo, avaliado em mais de 5 milhões de sacas. Todos que estudam os fenômenos econômicos conhecem a dolorosa repercussão da superprodução sobre a economia social. A produção em excesso, a que não é absorvida pela sociedade, gera a miséria e provoca, mais que qualquer outro elemento, a revolta nos espíritos.

Como admitir que patrícios nossos, que trabalham de sol a sol nas duras labutas da lavoura, garantidos pelas condições de segurança coletiva e, muitas vezes, estimulados por medidas governamentais, compreendam a contingência de vender seus produtos abaixo do custo real ou de vê-los encalhados, sem colocação?

Os puristas da chamada escola liberal dirão que as inexoráveis leis econômicas remediarão o caso, com o correr do tempo, eliminando, pela falência e abandono das fazendas, esse excesso de produção... É a lei da sobrevivência dos mais capazes. Mas a história econômica mostra, incessantemente, que no atual estado de civilização não se pode e não se deve deixar os povos à mercê dos iníquos resultados de uma tal lei.

Assim como se admite a necessidade de se guiar, convenientemente, as populações, para que escolham melhor a sua alimentação, a fim de evitar as moléstias que contaminam o meio social e assegurar maior eficiência ao homem de trabalho, compete também aos poderes públicos, principalmente nos países de pouca cultura, como o nosso, orientar suas atividades para que se não concentrem em um único ramo, ocasionando as superproduções, que também afetam o ambiente social com suas temíveis repercussões.

No campo industrial, esse problema já está em boa parte resolvido graças à proibição de importação de máquinas para indústrias em superprodução e devido aos acordos sobre fechamento de fábricas.

No Brasil, contingências econômicas ocasionaram grandes concentrações na monocultura do café. De fato, as políticas coloniais dos diferentes povos europeus vêm restringindo há cerca de três séculos o consumo de produtos brasileiros. Somente o café, devido às condições excepcionais em que é aqui produzido, conseguiu, não obstante tais políticas, um mercado mais amplo. Mas a população do país cresce rapidamente, e, devido não somente a esta circunstância, como também às emulações governamentais e à lei econômica que conduz todos a empregar seus esforços em atividades que forneçam maiores proventos, deu-se a superprodução do café, com que corajosamente vimos lutando há tantos anos. Não são mais possíveis soluções de emergência; temos que enfrentar o caso, procurando tirar de uma má situação o melhor partido possível.

A procura do algodão, das frutas, das plantas oleaginosas e de vários produtos da pecuária está oferecendo outros derivativos para o trabalho agrícola. A falta de braços, que se sente em nosso país, indica que há vasto campo para outras atividades. O desperdício do trabalho efetivo de mais de 200 mil colonos, traduzindo tão avultados prejuízos para a economia social, não mais se justifica. A situação anormal em que se apresenta o mundo está, também, apontando que devemos procurar aqui mesmo a solução de nossos grandes problemas.

A solução do problema

Poderíamos instituir com rapidez uma grande organização de crédito que proporcionasse recursos a todos os agricultores que quisessem empregar sua atividade em outras culturas, em substituição à do café, até um limite que assegurasse um melhor equilíbrio estatístico entre a produção e o consumo.

Concretizemos num exemplo: O fazendeiro de café "A" possui 500 mil pés em regime de produção francamente deficitária. Recorre à instituição de crédito organizada para esse fim. Um corpo de técnicos opinaria sobre a natureza da cultura mais apropriada em que "A" deveria empregar a sua atividade. Para o fim especial de trabalhar em novas culturas, receberia um adiantamento, garantido pela sua propriedade, na base, por exemplo, de

1\$500 por pé de café destruído. O juro desse adiantamento deveria ser mínimo, seja 2% ao ano, apenas o indispensável para o pagamento das despesas do custeio da organização de crédito. O prazo de resgate dos empréstimos variaria de 10 a 20 anos, conforme a natureza da cultura e os resultados auferidos pelo lavrador.

Como conseqüência de tal medida, haveria uma transição de atividades agrícolas improdutivas para produtivas; e isso sem o sacrifício de uma classe honrada e laboriosa a quem o Brasil tanto deve e que está sofrendo por causas, em grande parte, decorrentes de fenômenos sociais e internacionais, que não estavam a seu alcance prever e evitar.

Os recursos necessários

Para a criação e fomento de novas culturas, e, portanto, de novas fontes de produções reais que possam ser absorvidas pela sociedade, constituindo o que os alemães chamam “bens sociais”, não teria dúvida em aconselhar o franco recurso da emissão, que seria resgatada, à medida que fossem amortizados os empréstimos concedidos à lavoura.

O dinheiro deve precipuamente ser um signo de produção. Não tenho receio de aconselhar, pois, a sua criação paralelamente com a de novos produtos.

Outras medidas

Não criamos ainda em nosso país uma mentalidade econômica coletiva suficiente para compreender que, sendo o Brasil um país produtor dos chamados “produtos coloniais”, sofremos enormemente, e cada vez mais, a concorrência das zonas tropicais situadas nos vastos impérios coloniais, já existentes ou em formação.

Já tive oportunidade de demonstrar que um dos poucos aliados que possuímos para penetrar nessas economias, que dia a dia mais se fecham contra nós, são os capitais estrangeiros já fixados no Brasil.

Temos, também, que resolver paralelamente com o problema do café, básico para a economia nacional, o do bom emprego do

poder aquisitivo de que dispõe o país. As nações, como os indivíduos, possuem um determinado poder aquisitivo, que em regra está limitado ao valor de suas exportações. Da sua boa utilização resultará o maior ou menor progresso nacional. O indivíduo que aplicar toda a sua renda em fins improdutivo, não constituindo reservas, nem elementos propulsores de uma evolução progressista, está condenado à ruína. Uma nação que dispondo de um determinado poder aquisitivo externo, ao invés de o utilizar adquirindo, de preferência, elementos para o seu aparelhamento econômico, sementes, máquinas agrícolas, veículos de transporte, reprodutores, matérias-primas e produtos de consumo não-imediato, empregá-lo na importação de artigos de luxo, de alimentação e de consumo imediato, está fadada ao empobrecimento.

A racionalização da importação do Brasil é um imperativo econômico inelutável, que já foi compreendido por todos os países criados na Europa após o Tratado de Versalhes e por grandes nações, como a Itália, Alemanha e outras. Precisamos traçar uma política econômica nacional que abranja todos esses problemas e da qual constitua "magna pars" uma forte política cafeeira.

O que acima exponho não exclui a necessidade de uma providência de emergência para a situação atual do café. Desde, porém, que essa providência constitua apenas um parágrafo de um grande artigo em que se dê uma solução racional e duradoura ao problema, não pode e nem deve encontrar oposição dos que, amando este país, devem, preliminarmente, respeitar os que se dedicam à sua maior atividade, a lavoura cafeeira.

Foram essas, em síntese, as considerações por mim expendidas perante os representantes dos vários Estados cafeeiros do Brasil, na reunião ontem realizada.

Muito cordialmente, subscrevo-me patricio e admirador. —
(a.) Roberto Simonsen.

APÊNDICE

Café e povoamento

No começo do século XIX, quando o café iniciou a sua vitoriosa penetração no Vale do Paraíba, onde ia conquistar para o

país o primeiro posto na sua produção mundial, acorreram àquelas regiões, de vários pontos do Brasil, principalmente da Capital Federal, das Minas Gerais e de São Paulo, homens de coragem, que assim se tornaram os pioneiros na abertura dos difíceis sertões dos “desertos das montanhas”.

Das Minas Gerais, principalmente, vieram os descendentes dos bandeirantes, que ainda possuíam escravos e outros bens, procurando ressarcir, na exploração de tão promissora cultura, os prejuízos e as decepções, que vinham experimentando, há muitos anos, na mineração deficitária e numa agricultura pobre, nos antigos locais, onde se haviam instalado os seus maiores, mas em que já se haviam esgotado as decantadas aluviões auríferas.

No grande vale, onde, até 1820, se contavam apenas meia dúzia de pequenas povoações, começaram a surgir numerosas vilas, que logo se tornaram importantes pelo enriquecimento dos fazendeiros de café. Valença, antigo acampamento de índios Coroados, teve sua origem em eras mais remotas, pois ali se fundara, no tempo do Vice-rei D. Luís de Vasconcelos, um centro de domínio e catequese de índios, cujas correrias prejudicavam as comunicações com as Minas Gerais. Tornou-se, após 1820, um importante centro na zona cafeeira.

Para aí desceram também os Nogueiras da Gama, de Minas Gerais, com os seus bens, os seus escravos, as suas montarias, abrindo fazendas de café. Filho de uma Nogueira da Gama, nasceu Inácio Wallace em Valença, a 3 de outubro de 1836. Seus pais, dispondo de recursos, fizeram-no cursar os melhores estabelecimentos de ensino da época: Instituto Colegial de Nova Friburgo, dirigido por John Henrique Freese, que considerava Inácio Wallace um de seus primeiros alunos; Colégio Calógeras, em Petrópolis, e, finalmente, as aulas do sábio Barão de Totphoeus, na Corte.

AS CONSEQUÊNCIAS ECONÔMICAS DA ABOLIÇÃO

Imperativos econômicos

Já tive ocasião de salientar, na minha “História Econômica”, que foram imperativos de ordem econômica, que determinaram a utilização do braço escravo africano no Brasil. Por sua natureza de cultura tropical, a cana-de-açúcar era a única, que na época pagaria com seus rendimentos os encargos de uma colonização; o clima das regiões em que essa cultura se poderia desenvolver com sucesso, e as condições em que se processava, não admitiriam, porém, nesse cometimento, a utilização da mão-de-obra de colonos europeus. Nem a população da Europa era de vulto tal, que facilitasse essa emigração. Os processos de transporte no continente, a organização social e os meios de comunicação, em geral, também não estimulavam esse movimento emigratório. Somente o trabalho forçado e de gente capaz de se aclimatar às regiões tropicais permitiria, então, a evolução da indústria açucareira no Brasil.

Fracassando o braço índio, porque não resistia às agruras de um trabalho penoso e contínuo, recorreram os portugueses ao africano, o único que podia, então, adaptar-se às exigências e circunstâncias do meio. E por 300 anos perduraria o tráfico de gado humano assim iniciado, comércio que provocaria três séculos de lutas cruentas, de intranquilidade e correrias no continente africano. Ali, os mais fortes efetuavam verdadeiras caçadas, cujos frutos eram reunidos em pontos da costa, para os quais convergiam os desapiadados traficantes, que os iam adquirir.

O Atlântico, testemunha muda de cenas macabras, seria, por três séculos, singrado por numerosos navios negreiros. Nas costas

brasileiras, na Bahia, Recife e Rio de Janeiro, localizar-se-iam nossos principais mercados de escravos, para o incessante abastecimento das culturas ávidas de braço humano!

Trabalho servil

Tivemos ainda oportunidade de mostrar que, contemporaneamente com o trabalho escravo no Brasil, o trabalho servil constituía, de fato, uma instituição de feição universal aceita pelas idéias e pelos imperativos econômicos do momento.

Nos domínios castelhanos, usava-se o braço negro e, em maior escala, escravizavam-se as numerosas populações indígenas, encontradas em estágio de civilização muito mais elevado que as nossas.

Nos continentes africano e asiático imperava, também, a escravidão. No continente europeu, a servidão da gleba tinha os penosos caraterísticos do trabalho servil.

No Brasil, saíram da indústria açucareira os primeiros escravos empregados na mineração, por ocasião das descobertas, quando não era possível contar-se só com o braço livre europeu para a intensificação desses trabalhos. Mais tarde, a massa de escravos, existentes no país, foi deslocada para as regiões cafeeiras, em zonas ainda tropicais, em que dificilmente se adaptaria o trabalho do colono europeu. Foi com o progresso material da civilização, com o aumento da produção pelo uso dos maquinários e com a formação das elites, facilitada pela despreocupação resultante do enriquecimento geral, que se gerou, no mundo ocidental, a mentalidade contrária ao trabalho servil.

No parlamento inglês, assistimos a sucessivas impugnações à guerra ao tráfico negro, sob o fundamento de que esse comércio constituía uma grande fonte de renda para a navegação britânica. A proibição do tráfico sob a bandeira inglesa só foi efetivada em 1807. Os próprios prisioneiros das guerras civis havidas na Inglaterra, eram vendidos como escravos nas novas colônias da América do Norte. Foi somente após o seu enriquecimento, com o conseqüente progresso verificado nos seus costumes, que ali se formou o espírito emancipador, de que resultou a abolição da escravatura

nas possessões inglesas e o combate, sem tréguas, que o seu pavilhão iria dar ao tráfico marítimo dos escravistas.

Abolição americana

Nos Estados Unidos, o braço escravo era usado, primitivamente, apenas nas fazendas de cultura de cana, de arroz e de índigo nas regiões mais quentes do Sul. Estava sua prática em declínio, quando Ely Whitney, em fins do século XVIII, inventou a máquina de descaroçar algodão de fibra curta, permitindo o largo cultivo desse produto, exatamente no momento em que se iniciava a Revolução Industrial. Com os progressos agrícolas então em voga, e com a insuficiência do braço europeu, acreditava-se que somente as massas africanas seriam capazes de ser empregadas em larga escala nas terras úmidas do vale do Mississípi e nas regiões quentes do Sul, onde melhor se adaptara o plantio do algodão. E estas regiões tornaram-se campeãs do emprego do braço africano. Era de tal monta o consumo dessa mão-de-obra e tão grande o desgaste verificado nas travessias oceânicas, agravada ainda a situação pela heterogeneidade e inferioridade crescente dos africanos importados, que o espírito prático do americano promoveu a fundação de fazendas de criar escravos. Nessa nova espécie de pecuária empregaram-se vultosos capitais, em vários dos Estados que separavam as regiões agrícolas do Sul das regiões industriais e comerciais do Norte.

O progresso da navegação, o aumento demográfico e o surto da revolução industrial, passaram a facilitar os deslocamentos de grandes correntes emigratórias da Europa para o Norte dos Estados Unidos. Aí se poderiam aplicar em culturas nas zonas temperadas a que se achavam afeitas, e no desenvolvimento de fainas industriais. Acentuou-se, desde logo, um fundo antagonismo entre os interesses do Norte e do Sul. Os homens do Sul, havendo organizado todo o seu sistema de plantio baseado no braço servil, e tendo como seu mercado os centros industriais europeus, principalmente os da Inglaterra, aspiravam ao livre-cambismo, para poder adquirir, a baixo preço, os artigos europeus, de que tinham mister em troca do algodão, do fumo e do arroz que exportavam. Os do Norte entregavam-se a uma política protecionista, conveniente ao desenvolvimento do seu parque industrial, capaz de satisfazer as

necessidades de todo o país, tratando ainda de ligar os novos Estados do Oeste aos portos do Atlântico e batendo-se pelo “status quo” territorial da escravidão.

Refletiu-se, no parlamento americano, esse conflito de interesses. Cada nova incorporação territorial, na marcha americana para o Oeste, agravava a situação, levantando a questão de ser ou não estendido o regime escravista à nova zona incorporada. É que cada novo Estado teria sua representação política, e o Sul não desejava ficar em minoria no Congresso. O Norte, por sua vez, além dos motivos de ordem política, não desejava que o regime escravista se estendesse às regiões, onde o trabalho do branco pudesse ser eficiente. Desse choque de interesses, nasceu o espírito separatista dos sulinos, dando origem à Guerra de Secessão e a reação do Norte, que esmagou impiedosamente as veleidades dos meridionais, implantando-se, então, o princípio da liberdade do trabalho em todo o território americano.

Convém salientar que a abolição americana, tendo ocorrido em 1863, já encontrou o regime escravista dominando apenas em parte do país. Numa população total de 31.400.000 habitantes, havia 19.100.000 nas regiões em que o trabalho era livre, e 12.400.000 nas terras do Sul. Nestas, os escravos contavam-se por 4.000.000. A massa da riqueza norte-americana estava representada por \$ 11.000.000.000 na região Norte, e \$ 5.200.000.000 no Sul. Verifica-se desses fatos e algarismos que o movimento libertador norte-americano derivou de um conflito de interesses, de ordem econômica, ao tempo em que o país já fruía um grande adiantamento, em situação de riqueza bem maior que a que atingira o Brasil em 1888.

Não é verdade que o Norte tenha empunhado as armas espontaneamente, para obrigar o Sul a abolir a servidão, em que jaziam milhões de negros; nem era da mentalidade da época conceder, que por mera filantropia, um só americano do Norte oferecesse sua vida em holocausto à liberdade da raça servil, que labutava no Sul. . . No entanto, não faltaram aqui abolicionistas, que, levados por um bem conhecido lirismo, tivessem exaltado o sacrifício dos homens do Norte pela causa sagrada que abraçaram. . .

Abolição brasileira

No Brasil, a idéia emancipadora era pregada pelos espíritos liberais, movidos por sentimentos de respeito à liberdade humana. Não havia aqui interesse de ordem econômica, que combatesse a escravidão, e a instituição era de uso generalizado em todo o país.

Nas nossas zonas do Norte, era ainda praticamente impossível a colonização européia, para o suprimento de braços à agricultura. Nas regiões do Sul, não faltavam à pecuária os braços, de que carecesse para a sua evolução. D. João VI tentou, durante seu reinado, incrementar a entrada de imigrantes europeus, com grande dispêndio e pouco sucesso.

A cultura do café, ainda incipiente, limitava-se então a regiões, onde também mal se aclimatavam os braços europeus. Somente quando o café atingiu os planaltos paulistas, é que ficou evidenciado que a principal cultura brasileira podia prosperar com o emprego do colono europeu, já então mais acessível, em consequência dos progressos da navegação, do considerável aumento das populações do velho continente e da atração do nosso clima temperado, semelhante ao das regiões meridionais da Europa.

Em 1847, o Senador Vergueiro importou, para sua fazenda "Ibicaba", em Limeira, os primeiros colonos europeus, empregados, com êxito, na cultura do café.

Experimentou-se, aí, o regime da parceria ou meação do trabalho, e o sucesso verificado e a maior eficiência do trabalho livre, estimulado pela ambição do ganho, apontaram à consciência paulista a possibilidade da maior expansão da lavoura, pelo emprego do braço livre e do colono europeu.

Quando, em 1850, pela lei Eusébio de Queirós, se conseguiu a cessação definitiva do tráfico africano, incrementou-se a imigração européia, estimulada e estipendiada pelo Governo imperial.

Existiam então, no Brasil, mais de 2 milhões de escravos. A população total do país atingiria talvez cerca de 7.500.000. Em 1871, ao ser votada a lei Rio Branco, cognominada do "Ventre Livre", o elemento servil já orçava por menos de 2 milhões, para uma população de 10.100.000 habitantes. Em 1885, por ocasião da libertação dos sexagenários, a escravaria estava reduzida a pouco

mais de um milhão para uma população total de mais de . . . 13.000.000.

Os escravos libertos pelas leis de 1871 e 1885, pelo fundo de emancipação criado em 1871 e pela manumissão espontânea, atingiram, até 1888, mais de um milhão. As taxas consignadas à formação desse fundo renderam, entre 1871 e 1878, 27.075:010\$744, quantia insignificante ante a grandeza do problema a resolver.

Nessas condições, a Lei Áurea veio encontrar o país com cerca de 700.000 escravos efetivos, além de uns 300.000 ingênuos, "libertos condicionais".

A massa escrava não atingiria, então, 7% da população brasileira. No entanto, em 1871, essa proporção ultrapassaria 15%. Na maior parte do tempo colonial, os escravos sobrepujavam, em muito, os colonos livres. Por volta de meados do século XVII, os escravos representavam mais de 60% da população; em 1798, cerca de 50%; por ocasião da Independência, já essa razão havia baixado a menos de 40%. Evidente, portanto, que, acompanhando a marcha da civilização, diminuíam cada vez mais as cifras representativas do trabalho servil no Brasil.

Em 1888, distribuíam-se, aproximadamente, os escravos:

Na região do Norte, compreendendo Pará, Piauí, Maranhão, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Sergipe, cerca de 130.000 (18%).

Na do Centro, compreendendo Bahia, Goiás, Espírito Santo e Mato Grosso, cerca de 100.000 (14%).

Na do Sul, compreendendo Rio de Janeiro, Distrito Federal, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cerca de 480.000 (68%).

Amazonas e Ceará já haviam libertado seus escravos em 1884.

Aspectos econômicos

Era, portanto, nas regiões em que se cultivava o café, que se concentravam mais de dois terços da população escrava. No Norte, dava-se uma circunstância interessante: para a exploração

dos seringais, utilizavam-se, de preferência, elementos do Nordeste e imigrantes europeus, principalmente portugueses. A população livre do Nordeste tinha crescido de modo tal, que prodigalizava trabalho livre às suas culturas, em sucessivas crises durante quase todo o século XIX.

Os escravos do Norte tinham sido vendidos, em grande parte, para as zonas cafeeiras. Circunstância notável — já não era possível, ao agricultor do Norte, utilizar-se economicamente do trabalho servil. De fato, o preço médio de um bom escravo seria superior a 100 libras esterlinas, ou seja, cerca de 900 mil-réis. Computados os juros, a amortização do capital empregado no escravo e mais as despesas de sua alimentação e vestuário, despenderia o proprietário, anualmente, bem mais de 150 mil-réis por cabeça. Ora, o trabalhador livre podia ser obtido, no Nordeste, a 400 réis por dia, 10 mil-réis por mês, pouco mais de 100 mil-réis por ano, circunstância naturalmente favorável à formação da forte corrente abolicionista do Norte, e que justificaria as reiteradas declarações de Joaquim Nabuco de que, sob o aspecto econômico, essa zona não temia a repercussão da abolição.

A face importante da questão era, porém, o valor do capital representado pela escravaria. Em 1888, deveria esse investimento atingir cerca de 700 mil contos de réis. Em muitas propriedades agrícolas, o valor dos escravos superava o das terras e suas benfeitorias, conforme se pode inferir de numerosas hipotecas então inscritas.

A abolição simples, sem indenização, era não só perturbadora da organização do trabalho em numerosas zonas agrícolas, mas arruinaria ainda muitos proprietários, principalmente os que viviam em regime deficitário, impossibilitando-lhes a obtenção de créditos para o pagamento dos salários, que o novo estado iria exigir.

A interferência de fatores de ordem política e a falta de uma consciência econômica de nosso povo, excluíram de cogitações essa circunstância, e fez-se uma abolição abrupta, sem indenização aos proprietários e sem a prévia decretação de medidas de amparo e proteção à sorte dos recém-libertos.

No período, compreendido entre 1850 e 1888, já haviam entrado mais de 650 mil imigrantes europeus. Os altos preços do café permitiram aos paulistas incrementar o movimento migratório.

A IMIGRAÇÃO EUROPEIA ATINGIU EM:

1884	24.890
1885	35.440
1886	33.436
1887	55.965
1888	133.253
1889	65.246
1890	107.474
1891	216.760

Não obstante ter ficado sem ser colhida boa parte da safra cafeeira de 1888-89, o seu grande volume e o alto preço do produto impediram a queda do valor de sua exportação. A natureza arbórea do cafeeiro e a sua longa duração, facilitaram também a transição do trabalho, que seria mais difícil, se se tratasse de cultura de plantio anual. Havia, porém, uma grande zona — no Estado do Rio e no Vale do Paraíba — em que os cafezais, em franco declínio, só eram mantidos pela organização escravista, estando os proprietários em grande parte endividados. Aí, a abolição veio apressar uma seleção, que se teria de processar com o tempo, registrando-se a ruína rápida da maioria da classe agrícola.

Comprovam as estatísticas de exportação, que da abolição não resultaram quedas nos valores exportáveis, mas sim um grande deslocamento de fortunas e a ruína de numerosos proprietários agrícolas. Em São Paulo, em boa parte dos cafezais, já dominava, em 88, o trabalho livre.

Nada deveria também sofrer a fortuna social do Brasil, pois que os valores humanos incorporados à sociedade e que passariam a exercer o trabalho livre, deveriam compensar, em muito, o valor da propriedade escrava destruída pela Lei Áurea.

Ilusões abolicionistas

Impressionados com a nossa lenta evolução, em contraste com a brilhante era de progresso internacional, que então se verificava, não faltou, na campanha abolicionista, quem atribuisse esse nosso atraso ao regime de trabalho então vigente. A abolição tudo remediaria. Seriam incorporados mais de um milhão de habitantes ao meio social brasileiro, trabalhando com eficiência muito maior,

consumindo livremente sensível proporção de artigos, e concorrendo, desta forma, para a intensificação do comércio. O Brasil passaria a atrair farta massa de imigrantes e vultosas somas de capitais estrangeiros, que para aqui ainda não afluíam pelas desconfianças que inspirava o regime de trabalho escravo.

A rápida colonização e o vertiginoso progresso nacionais haviam de decorrer de uma tal medida. Argumentos tais eram repetidos numa intensa campanha política, dando lugar a uma expectativa exagerada sobre as conseqüências que adviriam da abolição.

Não que as grandes figuras do abolicionismo se iludissem todas com essas idéias. São expressivas, a propósito, várias apreciações do próprio Joaquim Nabuco. Criou-se uma verdadeira e avassaladora onda abolicionista, a que também se incorporaram idéias e interesses políticos, não admitindo a constituição de um programa inteligente que consubstanciasse as medidas complementares que se impunham. Entre outras, o amparo e a reeducação do recém-liberto e uma justa indenização àqueles que, apoiados na lei, haviam invertido seus capitais em escravos.

Reinava, segundo Calógeras, como que um prazer incontido de prejudicar os escravistas, na eterna animosidade dos menos aquinhoados da fortuna contra os que se supõem detentores de grandes haveres.

Não tinham escapado ao Gabinete João Alfredo os inconvenientes, que resultariam de falta de medidas complementares da abolição, tal como se ia decretar. Submetendo-se ao imperativo do momento, supunha o gabinete poder promover, posteriormente, uma série de providências, entre as quais a da já referida indenização aos numerosos proprietários agrícolas, vítimas de verdadeiro confisco de porção considerável de seu patrimônio. A opinião pública e as correntes políticas não toleraram, porém, que se tomassem tais medidas. O mais que o parlamento consentiu foi a decretação de normas de ordem indireta, proporcionando auxílios à lavoura em geral.

Pródromos do encilhamento

A circulação monetária manteve-se praticamente estável nos últimos quinze anos do Império. Com o crescimento da população

e o desenvolvimento do trabalho livre, ouviam-se, amiúde, reclamações contra a falta de numerário. O mal iria agravar-se com a implantação definitiva do trabalho livre, o qual exigiria, por sua vez, só para o custeio dos salários, nas fazendas de café, acima de 50.000 contos em cada safra.

Acordes sobre o aumento da elasticidade da circulação, surge na tela política a discussão sobre a preferência da natureza da moeda: emissão do Tesouro ou emissão bancária. Vencedores os partidários da emissão bancária, deparou-se nova questão: unidade ou pluralidade dos bancos emissores. Tendo-se resolvido a pluralidade, passou-se a discutir a natureza do lastro: apólices da dívida pública, metais nobres, ou as duas modalidades. Foi o sistema misto o adotado na lei bancária de 24 de novembro de 1888.

Resolveu-se ainda que o Tesouro faria empréstimos aos bancos, que se propusessem adiantar à agricultura, sobre hipoteca ou penhor agrícola, quantias equivalentes às recebidas do governo.

O crédito do governo brasileiro apresentava-se firme, interna e externamente. A alta da cotação do café e uma situação internacional favorável permitiram ao Tesouro Nacional brilhante operação. Emitiu-se, em Londres, um empréstimo no valor de £ 6.297.300, a juros de 4½%, tipo 97.

Fez o governo contratos com vários estabelecimentos financeiros para adiantamentos à lavoura, metade dos quais seriam feitos com recursos do Tesouro. Despendeu o Erário Público cerca de 4.300 contos para esse fim.

Mas em maio de 1889, derrotado no parlamento, deixou João Alfredo o poder, e a 7 de junho empossou-se, sob a presidência do Visconde de Ouro Preto, o último gabinete da Monarquia.

Acumulando as funções de Chefe do Governo e Ministro da Fazenda, desenvolveu Ouro Preto um largo programa de medidas financeiras, tendentes a minorar os prejuízos infligidos a muitos lavradores pela abolição, a fortalecer o governo monárquico e a combater a propaganda republicana, já então em franco desenvolvimento.

Influenciado pela alta cambial e pelo afluxo de capitais estrangeiros ao país, acreditava Ouro Preto que poderia promover a conversibilidade definitiva da moeda nacional, e nesse sentido foram dadas concessões a vários bancos emissores, para a emissão

de bilhetes conversíveis em ouro, abolindo-se a emissão prevista sobre títulos públicos.

Deu-se grande expansão aos empréstimos a fazendeiros, por intermédio dos bancos e sociedades financeiras, e, nesse sentido, foram assinados contratos com 17 entidades para uma soma global de 172.000 contos.

Foi lançado um empréstimo interno de 100.000 contos-ouro, juros de 4%, que foi coberto mais de duas vezes.

Finalmente, a 2 de outubro, contratou o governo com o Banco Nacional do Brasil, o resgate, em 6 anos, do papel-moeda oficial.

Em 11 de outubro, realizou o governo federal a grande operação de conversão, em Londres, dos empréstimos de 5% de 1865, 1871, 1875 e 1886, para 4%, elevando-se a operação a um capital de £ 19.837.000, que foi colocado ao tipo de 90.

Com o intuito ainda de aumentar a elasticidade da circulação, instituiu Ouro Preto, a 11 de outubro, a Caixa de Compensação, a "Clearing House", que começou desde logo a funcionar com sucesso.

Todos esses atos não poderiam, porém, socorrer os verdadeiros prejudicados, com a rapidez necessária, e continuou a agravar-se o enfraquecimento do trono, agora pelo descontentamento de uma grande classe, que sempre fora conservadora e seu principal sustentáculo.

Com a mobilização, porém, dos recursos fornecidos pelo Tesouro Nacional, com a grande prosperidade econômica de caráter internacional que se registrava, e com a excitação provocada pela decretação do trabalho livre, apareceram, no Rio de Janeiro, os primeiros sintomas do célebre *encilhamento*.

Não obstante essa inflação geral dos negócios, estimulada por medidas do próprio governo central, a onda de otimismo que invadia os homens de negócios e o enriquecimento rápido de muitos — não pôde o gabinete Ouro Preto evitar que se acentuassem as divergências de ordem política, que, agravadas por questões militares e outras, apressaram o advento da República.

O ato de Rui Barbosa, primeiro Ministro da Fazenda da República, mandando destruir o recenseamento e todo o arquivo público ligado ao movimento escravista, fez com que se esmae-

cessem, de vez, as aspirações de os antigos senhores de escravos irem buscar no Tesouro Nacional a reparação dos seus prejuízos.

Não pôde, porém, o novo governo republicano paralisar o movimento inflacionista já iniciado, e, então, nele não só se viu envolvido, como ainda concorreu para que se intensificasse o seu ritmo, com uma série de decretos, concessões e iniciativas, que levaram o encilhamento ao auge entre 1890 e 1891.

Para se ter uma idéia do que foi esse período de delírio progressista, subseqüente à abolição, provocado, principalmente, por medidas de caráter inflacionista, basta que se observe o seguinte quadro:

1) — Capital total dos bancos e empresas, incorporadas no Rio de Janeiro desde a Independência até 1888 —
410.879:000\$000;

2) — Capital total dos bancos e empresas, incorporadas entre maio de 1888 e 15 de novembro de 1889 — 402.610:000\$000;

3) — Idem, entre novembro de 1889 e outubro de 1890 —
1.169.388:000\$000.

A expansão imoderada do crédito, para a qual contribuíram vários fatores de ordem política, mas que teve início na abolição, criou no Brasil o maior período de jogo e especulação, que nossa história registra.

A liquidação desse encilhamento representou um penoso período, que ultrapassou a primeira década da vida republicana.

Aspectos econômico-sociais

Um dos grandes males defluentes do trabalho servil, foi o afastamento do proprietário do verdadeiro conhecimento dos problemas agrícolas e do valor de suas próprias terras. O trabalho servil alimentava, dessa forma, a ignorância da classe produtora, com todas as penosas conseqüências, agravadas pela concorrência internacional.

Isso quanto ao patronato; quanto aos que exerciam o trabalho servil, exerciam-no, é claro, a contragosto ou obrigados, não desenvolvendo sua atividade com a ambição de se assegurar um

padrão de vida digno, base de todo o progresso de uma sociedade normalmente constituída.

A abolição promoveu, assim, uma forte seleção, eliminando os elementos de direção menos capazes.

Quanto à massa escrava, caso tudo se processasse como tinha previsto a maioria dos idealistas, a população recém-liberta seria incorporada à atividade nacional, produzindo em muito maior escala e melhorando em muito o seu padrão de vida.

Não foi, porém, o que se verificou. A falta absoluta de educação e de preparo da população servil e a falsa noção de liberdade de que estava imbuída, fizeram com que se tornassem penosas as suas condições de adaptação ao novo regime. Na incerteza de poder contar com a eficiência e permanência dos libertos no trabalho, intensificaram, particulares e governo, o movimento migratório, e o colono europeu, perfeitamente adaptável às culturas nos planaltos, rechaçou, impiedosamente, o antigo núcleo escravo, atirando-o quer à vida das grandes cidades, quer às regiões menos ricas do país, onde passou a desfrutar miseráveis condições de existência.

Do afluxo das grandes imigrações, principalmente a italiana, nos primeiros tempos da República, aliado às condições favoráveis do mercado de café, resultou uma rápida expansão da cultura nos sertões, o que mais concorreu para que se acentuasse a monocultura cafeeira, como elemento econômico preponderante do país, defluindo daí, por sua vez, o grande progresso e enriquecimento do planalto paulista.

Comparações necessárias

Ouve-se, amiúde, que o Brasil foi uma das últimas nações civilizadas, onde se aboliu a escravidão. Alega-se que em datas posteriores se registraram apenas as abolições de Cuba e do Egito.

Sem entrar em apreciações sobre o pesar que nos causa ter sido preciso lançar mão do trabalho servil africano para o desbravamento de nossa terra e sua ocupação pelo elemento europeu, não podemos aceitar como deprimente para nós um simples cotejo de datas, para mostrar que fizemos a abolição relativamente tarde.

Nas Índias Ocidentais Inglesas, a libertação dos escravos foi proclamada em 1833. Para fazer face à indenização dos proprietários, efetuou o governo inglês uma operação de crédito na importância de £ 20.000.000, com a qual foram eles indenizados, na base média de £ 26 por cabeça libertada.

Figuravam, no ato da emancipação, várias providências. Os escravos de mais de seis anos seriam considerados aprendizes de três categorias: aprendizes rurais ligados ao solo, aprendizes rurais não-ligados ao solo, e trabalhadores comuns. As duas primeiras categorias deveriam trabalhar seis anos, e a última, quatro. Os patrões teriam direito ao fruto do trabalho dos aprendizes, em troca de sua manutenção. Os libertos tinham a faculdade de resgatar, por antecipação, os anos de trabalho que teriam de fornecer aos seus antigos senhores. Foi diminuído, posteriormente, o tempo de trabalho obrigatório, mas a combinação não funcionou a contento de ambas as partes, devido, principalmente, ao regime de compressão que existira anteriormente, e à desorientação dos recém-libertos. Houve uma profunda desorganização do trabalho e uma grande queda na produção do açúcar, e conseqüentemente, no comércio externo das Antilhas Inglesas. Ora, a Inglaterra, nessa época, estava num grau de adiantamento econômico e enriquecimento muito superior ao do nosso país em 1888.

Os norte-americanos proclamaram a abolição, como reação de uma guerra civil, em 1865; não tivesse esta deflagrado, e é provável que a escravidão perdurasse ali por muito tempo.

Ainda mais: ao contrário do que se verificou com os dois grandes países, aqui, as atividades que mais rendiam à nação eram as que estavam mais interessadas na manutenção do trabalho servil. Em tais condições, sem embargo da época em que foi feita, representa até uma vitória do espírito liberal e dos sentimentos de justiça da nação, sobre seus próprios interesses imediatos.

Problema fundamental

Em discordância com a mentalidade que então se formara antes de 88, não resultou da abolição, como não podia resultar, o agigantado progresso do país. A lavoura cafeeira, da qual hauriu o segundo reinado os recursos que permitiram uma lenta mas es-

tável evolução de suas instituições, tomou, é verdade, um tão rápido incremento, que produziu, no final do século, a primeira grande crise de superprodução.

O notável aumento da população, que daí decorreu, não foi, porém, compensado pelo aumento proporcional dos valores exportáveis.

Para com a população escrava (mártir pioneira no desbravamento de nossas terras e dos trabalhadores preliminares à adaptação, aqui, da civilização ocidental), não resgatou a nação a sua dívida pelo abandono em que a deixou, sem o preparo necessário, na luta pela vida, em concorrência com colonos muito mais adiantados.

O grande problema brasileiro, que é o seu fortalecimento econômico, obscurecido pelas múltiplas agitações de ordem política, verificadas depois de 1889, não foi resolvido, e, até pelo contrário, mais se agravou, apresentando-se ainda hoje, perante a geração contemporânea, como um desafio à nossa capacidade.

Na verdade, somos uma nação que ainda não formou uma consciência coletiva, capaz de compreender os seus problemas fundamentais.

Um inquérito sobre as condições de vida das populações, em vastas regiões do país, demonstraria que uma grande massa de patricios nossos jaz, ainda hoje, em verdadeira servidão econômica, que medidas de caráter meramente político não poderão corrigir.

O salário, em grandes zonas do Norte, representa, hoje, muito menos do que o simples valor dos juros e amortização de um escravo, nos últimos tempos da Monarquia. Vejamos:

O valor médio de um escravo seria de £ 100, ouro, ou cerca de 16:000\$, valor atual; os juros e amortização desse capital, em 15 anos, representariam quantia superior a 100\$000 mensais, sem computar o valor da assistência e manutenção do escravo. Ora, em muitas zonas rurais do Norte, o salário não ultrapassa de 3\$ diários, a seco, ou sejam, mais ou menos, 75\$000 mensais.

Por condições econômicas ainda mal estudadas, o trabalhador livre, em vastas zonas do país, não ganha o suficiente para se alimentar: é um subalimentado executando miseravelmente o pouco trabalho de que é capaz, a troco do simples direito de viver.

Tal situação não se poderá corrigir com meras providências legislativas, tais como as de salários mínimos, ou mediante cópias servis de medidas adotadas em países, que desfrutam condições diferentes das nossas.

O mal é muito mais profundo, e não significa, na maioria dos casos, a existência de classes abastadas, explorando classes inferiores. A pobreza aqui é quase generalizada. É que, na organização econômica mundial, enquanto estivermos com a nossa economia principal ligada ao comércio exportador, ou saberemos garantir mercados externos suficientes à criação de uma massa de poder aquisitivo necessário ao levantamento do nosso homem, ou o reduziremos às condições em que atualmente se debatem os trabalhadores do Norte.

POSSIBILIDADES ALGODOEIRAS NO BRASIL

Antes do Brasil ser descoberto pelos portugueses já existia nessa terra o algodão, conhecido e usado pelos aborígenes.

Tempos antigos

Há notícias de uma primeira remessa de fardos de algodão de Pernambuco em 1575. Somente, porém, a partir de 1782, é que foi iniciada uma exportação regular de algodão para a Inglaterra, ficando o Brasil até o ano de 1800 como o maior fornecedor daquele país.

Causas da diminuição da cultura

Antes dos Estados Unidos serem conhecidos como país produtor de algodão, já o algodão brasileiro era conhecido em Liverpool. Quando foi da Guerra da Secessão americana, donde surgiu a "fome do algodão", o Brasil aumentou novamente suas plantações algodoeiras e em 1875 conseguiu colocar-se como o terceiro país produtor de algodão no mundo. Daí em diante e por diversas causas, a exportação desse produto começou a declinar. A principal foi a concorrência americana: os norte-americanos, possuindo grandes capitais, abundante colonização, facilidades de meios de transporte e melhor apoio pela maior afinidade de raça com o maior consumidor, organizaram industrialmente o plantio de algodão e lograram, apesar de nossas terras produzirem em média maior quantidade que as suas, obter uma produção muito mais econômica.

A cultura de algodão no Brasil era feita, geralmente, por velhos processos. No Norte não existem, propriamente, grandes plantios regulares de algodão. Os pequenos agricultores, não dispondo de capitais e instrução suficientes, plantam o algodão conjuntamente com o feijão ou milho, na mesma roça, sem os cuidados aconselhados pela ciência. Quando colhem o algodão, o levam a um negociante do povoado mais próximo, que tenha uma máquina de descaroçar, o qual o adquire quase sempre a troco de gêneros, utensílios e roupas. O negociante, então, prepara o algodão em fardos de cerca de 65 quilos em prensas de madeira, transportando-os em animais para a estação de estrada de ferro mais próxima ou levando-os, desse mesmo modo, algumas vezes, diretamente para o porto de embarque.

No porto acham-se as prensas mais aperfeiçoadas e ali os fardos são preparados com o peso médio de 140 quilos e com a densidade aproximada de 420 quilos por metro cúbico.

É evidente que esse sistema de exploração, inteiramente antiquado, não permitia aos Estados do Norte do Brasil desenvolverem uma produção que economicamente pudesse concorrer com as grandes plantações industriais onde são seguidos os ensinamentos da agricultura moderna. Acrescentem-se essas circunstâncias às secas periódicas no Nordeste brasileiro, à instabilidade do agricultor não radicado ao solo por grandes interesses, e às novas culturas mais rendosas que sempre aparecem em outras regiões, distraíndo-lhes a atenção para outros empreendimentos. Verifica-se desse modo que, se por um lado as condições de feracidade naturais facilitam em muito a cultura do algodoeiro no Brasil, não existiam, por outro lado, condições técnicas e de ordem econômica que permitissem o desenvolvimento industrial do seu plantio.

Finalmente surgiu do sul do país e tomou grande incremento a indústria de tecidos, que ainda mais reduziu a exportação do algodão em rama.

Produção de algodão

A produção exportável brasileira, há anos passados era a seguinte:

1800	11.000 t
1860	22.000 t
1870	45.000 t
1874	78.000 t

O algodão exportado pelo Brasil nos últimos dez anos foi, com os respectivos valores, de:

ANOS	TONELADAS	Valor p/quilo (papel)
1905	24.081	455 réis
1906	31.668	483 réis
1907	38.036	492 réis
1908	3.565	477 réis
1909	9.968	456 réis
1910	11.160	489 réis
1911	14.647	482 réis
1912	16.774	502 réis
1913	37.423	542 réis
1914	30.434	559 réis
1915	5.223	1.051 réis
1916	1.071	2.241 réis
1917	5.941	2.540 réis
1918	2.594	3.739 réis

A produção de algodão nos últimos três anos foi de:

1916/17	64.800 t	285.100 fardos de 500 libras
1917/18	90.400 t	398.000 " " " "
1918/19	140.000 t	601.600 " " " "

A produção de 1917 em fardos de 500 libras distribuiu-se assim pelos diversos Estados:

Pernambuco	108.000
Rio Grande do Norte	50.000
Paraíba	85.000
São Paulo	34.000
Ceará	25.000
Bahia	18.000
Maranhão	11.000
Piauí	11.000
Alagoas	15.000
Minas Gerais	9.000
Sergipe	22.000
Espírito Santo	6.000
Pará e Estado do Rio	4.000

398.000 fardos

Consumo de algodão no país

O consumo interno do algodão no Brasil eleva-se a cerca de 70.000 toneladas. Existem atualmente cerca de 55.000 teares e 1.600.000 fusos, o que dá uma produção anual de 500.000.000 de metros de tecidos de algodão.

Da qualidade desses tecidos fala bem alto o grande sucesso ultimamente obtido na exposição internacional realizada em Manchester. Igual sucesso alcançaram os nossos tecidos nas Repúblicas do Prata, para onde, desde 1918, o Brasil vem exportando os produtos dessa indústria.

Algodão no norte do país

O algodão cultivado no norte do Brasil é de natureza arbórea; é plantado entre dezembro e janeiro e colhido em agosto. A vida eficiente do algodoeiro do norte é de cinco anos no mínimo, começando ele a produzir no fim do primeiro ano e mantendo sua máxima produção a partir do segundo ano.

O algodão cultivado no sul do Brasil é de natureza herbácea. Planta-se anualmente de julho a setembro e colhe-se de abril a maio.

O norte do Brasil é considerado por muitos especialistas como o berço das mais finas qualidades mundiais de algodão.

Nas plantações experimentadas de Coroatá (Maranhão) obtiveram-se, para os algodões brasileiros, os resultados seguintes:

	Comprimen- to m/m	Diâmetro m/m	Resistência gramas
1 — Algodão Mocé	38.4	0.016	5.40
2 — Algodão Icó	27.4	0.019	7.00
3 — Algodão Ceará	40.4	0.019	3.81
4 — Algodão Green Seed	46.4	0.017	9.00
5 — Algodão Common Arbo- recus	28.3	0.019	11.04
6 — Algodão Cultivated Arbo- recus	32.3	0.021	5.96
7 — Algodão Algodoi	27.7	0.020	7.10

As percentagens de maturidade para os algodões do quadro acima são as seguintes:

	Percentagem de maturidade	Maturidade incompleta	Falhas
1	88.0	7.0	4.0
2	91.0	4.0	4.0
3	88.5	4.5	7.0
4	95.0	2.0	2.5
5	93.0	4.0	3.0
6	92.0	3.0	4.5
7	90.0	6.0	4.0

Por esse quadro se vê quanto os algodoeiros do Norte são resistentes, sadios e florescentes. As variedades Mocó e Green Seed são tão robustas que resistem com muito êxito às secas.

Em relação ao comprimento das fibras, Ager assim classifica os algodões mais conhecidos:

Pernambuco	15 a 17 linhas francesas
Bahia	12 a 15 linhas francesas
Sea-Island	11 a 13 linhas francesas
Luisiana	8 a 10 linhas francesas
Esmirna	7 a 9 linhas francesas

O algodão Mocó ou Seridó, cultivado como convém, deve dar a média de 300 capulhos por algodoeiro e um rendimento de fibra de 30 a 40 por cento.

No Ceará um hectare produz, conforme a qualidade da terra, de 350 a 500 quilos de algodão descaroçado, ou seja, 315 a 450 lb. por acre, enquanto a média da produção por hectare na América é de: Texas, 385 quilos; Arcansas, 361; Mississípi, 335; Luisiana, 283; Alabama, 269; Carolina do Sul, 165; Tennessee, 154; Flórida, 128. Em terrenos irrigados, o Ceará produz até 900 quilos, enquanto o Egito colhe 430 a 640 quilos por hectare.

O especialista americano S. C. Green, que foi contratado pelo Governo Federal para dirigir os serviços de algodão no Norte do Brasil, declara que o Brasil “é, virtualmente, o maior produtor de algodão do mundo; que o clima ideal e o solo do Brasil pro-

duzem hoje com os mais imperfeitos métodos de cultura que se pode imaginar — praticamente sem ajuda do homem — um algodão cujas amostras escolhidas são iguais aos melhores algodões egípcios de fibra longa; que o Brasil é a pátria natural dos melhores algodoeiros conhecidos; que os obstáculos ao seu desenvolvimento podem ser facilmente superados por uma administração progressista e esclarecida; e, finalmente, que, se se chegar a isso, o Brasil será, dentro de menos de cinquenta anos, o primeiro país produtor de algodão do mundo inteiro”.

Algodão de São Paulo

O Nordeste brasileiro é, talvez, neste momento, a região mais favorável para o estabelecimento da cultura em larga escala do algodão de fibra longa.

Enquanto no Norte do Brasil existem essas variedades nativas, no sul cultivam-se as variedades herbáceas americanas “upland”.

O Estado de São Paulo acaba de se colocar como o primeiro Estado produtor de algodão no Brasil.

Acompanhando o crescimento das indústrias têxteis no Estado, vê-se que ali, a cultura algodoeira se desenvolveu a partir de 1900; relativamente, porém, esse aumento ocorreu em pequena escala, porque o regime agrícola de São Paulo foi organizado para o café.

Com a alta de preços do algodão, trazida pela guerra, desenvolveu-se mais rapidamente a cultura, conseguindo o Estado em 1916 e 1917 produzir 40% do algodão necessário ao seu consumo, que é de cerca de 25.000 toneladas.

Em junho de 1918 fortes geadas destruíram cerca de 50% da lavoura cafeeira paulista, diminuindo nessa proporção a safra de café por um espaço de quatro anos. Passado o primeiro momento de profunda depressão, os fazendeiros em São Paulo, que possuem a única lavoura organizada industrialmente no Brasil, resolveram aproveitar as suas excelentes terras e suas organizações no plantio do algodão. E assim conseguiram obter no ano corrente uma colheita de 50.000 toneladas contra uma produção de 16.000 toneladas de “ginned cotton” do ano anterior.

Não fossem a dificuldade na obtenção de sementes, os tropeços naturais do início de uma grande cultura, além de pragas que a assolaram, a colheita teria alcançado um volume mais elevado.

São Paulo está habilitado a exportar este ano cerca de 25.000 toneladas de algodão. O algodão paulista, se bem que de fibra curta, é claro, limpo e uniforme, já tendo tido as amostras chegadas a Liverpool favorável aceitação, sendo consideradas como representando as melhores espécies de algodão de fibra curta. A produção dos algodoeiros paulistas é de cerca de 1.200 quilos por hectare. O congresso algodoeiro realizado na cidade de São Paulo, em princípio deste ano, veio demonstrar que os agricultores paulistas estão perfeitamente habilitados a aumentar racionalmente suas plantações desde que os consumidores interessados auxiliem a rápida exportação do produto.

Como conseqüência desse Congresso foram rapidamente construídos no porto de Santos grandes armazéns e montadas prensas para enfardar o produto numa densidade de 600 quilos por metro cúbico. Organizou-se de acordo com o Governo do Estado uma comissão para promover, imediatamente, a seleção das sementes para futuras plantações e os lavradores procuram introduzir em suas culturas os processos aconselhados pela técnica moderna.

Enquanto isso se dá no Estado de São Paulo, o Governo brasileiro procura por todos os meios desenvolver e melhorar a produção no Norte do país.

Como ficou dito acima, o Governo contratou em fevereiro de 1915 o Professor Green, especialista de renome para dirigir os serviços do Ministério da Agricultura relativos ao fomento da produção algodoeira.

Providências do Governo Federal

Em 1916 realizou-se no Rio de Janeiro um congresso brasileiro de algodão, promovido pela Sociedade Nacional de Agricultura e aí foram ventiladas todas as questões relativas à organização da cultura algodoeira no Brasil.

O Governo Federal, depois desse congresso, já tomou diversas iniciativas, dentre as quais, a de fazer adiantamentos em di-

nheiro para a montagem de 12 estações de prensagem de algodão no Norte do Brasil, assim como para a instalação de campos de demonstração experimental junto a essas usinas.

Além do Governo Federal, diversos Estados brasileiros procuram fomentar a indústria e a cultura algodoeira, tendo o Estado de Mato Grosso, por exemplo, dado uma concessão com garantia de juro por 10 anos para uma iniciativa dessa ordem.

O atual Presidente da República, o Exmo. Sr. Dr. Epitácio Pessoa, constituiu um dos pontos essenciais de seu programa de governo o desenvolvimento da cultura algodoeira no Brasil.

Tudo indica, portanto, que o Brasil será um grande produtor de algodão dentro de algum tempo.

Entretanto, neste momento em que há fome mundial de algodão, essa previsão poderia ser precipitada por um grande empieendimento dos interessados mundiais no consumo do produto.

Nos Estados do Norte do Brasil faltam o capital e elementos brasileiros devidamente organizados para levarem a efeito um grande cometimento imediato sobre bases comerciais. No entanto, o Norte e o Nordeste brasileiros oferecem vastíssimas regiões em que poderiam ser instaladas rapidamente as maiores plantações mundiais de algodão com todos os requisitos aconselháveis pela técnica moderna. As margens do rio São Francisco e outras regiões oferecem zonas feracíssimas em que poderia ser praticada a irrigação muito economicamente.

O Governo brasileiro acolheria com simpatia qualquer iniciativa nesse sentido. Todos os estudos técnicos sobre a cultura do algodão no Brasil, assim como demonstrações experimentais, acham-se feitos e os plantadores poderiam obter rapidamente todas as informações de que carecessem para a sua boa orientação.

Esses são os fatos que submeto à apreciação da Federação Internacional dos Industriais de Algodão.

Caso ela deseje verificá-los pelos seus próprios elementos, poderia mandar para o Brasil uma Delegação sua que seria cordialmente recebida. E talvez os seus resultados pudessem servir de base para que se iniciassem ali largas plantações algodoeiras em benefício do país, das indústrias participantes deste Congresso, da Federação e de toda a humanidade.

III

QUESTÕES ECONÔMICAS

ALGUNS ASPECTOS DA POLÍTICA ECONÔMICA MAIS CONVENIENTE NO PERÍODO DO APÓS-GUERRA

Situação econômica brasileira

No Brasil, não pudemos acompanhar esse ritmo de progresso. Não dispúnhamos de combustíveis, de indústrias básicas, de máquinas, capitais e técnicos em número suficiente, para levarmos a mobilização industrial a um nível capaz de assegurar um volume de produção, na mesma escala da inglesa ou norte-americana. Apesar do enorme esforço que desenvolvemos na nossa leal cooperação com as nações democráticas, no período de guerra, sob o ponto de vista econômico, progredimos incomparavelmente menos do que elas.

Expandindo as nossas indústrias de transformação, fabricamos, principalmente, artigos de consumo imediato, com os quais conseguimos suprir o mercado nacional e parte do mercado sul-americano, e, assim, aliviando, de certo modo, a tarefa dos nossos aliados.

Para a guerra, concorremos com a produção de matérias-primas estratégicas e gêneros alimentícios. O nosso maquinário fabril, o nosso aparelhamento ferroviário e a nossa navegação estão sofrendo, porém, um inegável e pronunciado desgaste.

Em resumo: progredimos no trato dos nossos problemas sociais, no fortalecimento da unidade nacional e na formação dos nossos técnicos; melhoramos várias indústrias de transformação; aumentamos o volume físico de nossas produções industriais; criamos grande variedade de tipos novos de matérias-primas nacionais;

mas nossa atividade produtora em geral não cresceu em ritmo que se compare ao dos nossos grandes aliados.

O saldo de dívidas estrangeiras de que dispomos representa a diferença dos valores exportados, em relação ao que pudemos importar, o que, aliás, não correspondeu às nossas necessidades efetivas.

No terreno da relatividade nos empobrecemos, de fato, comparativamente para com os índices de enriquecimento das potências democráticas.

É possível que esta minha asserção choque, de algum modo, este meio, onde um afluxo inesperado de capitais, as emissões do Tesouro e o desenvolvimento dos gastos públicos para a guerra criaram uma inflação, de que resultou uma falsa noção do nosso verdadeiro grau de enriquecimento. É mister, porém, que esse ambiente não impressione o espírito daqueles que terão de focalizar e solucionar os problemas brasileiros, no período do após-guerra.

Política econômica dos países ricos e dos países pobres

Ao passo que, nos Estados Unidos e Grã-Bretanha, os estudos para a orientação da política do após-guerra se dirigem no sentido de ser mantida a renda nacional em seus níveis elevados, evitar o desemprego, afastar as causas das guerras e melhorar o aspecto econômico e social da distribuição da renda nacional pelo maior número, em nosso país, como na grande maioria das nações latino-americanas, tais estudos dever-se-ão orientar para duas indagações fundamentais: como elevar a renda nacional a um nível suficiente para atender às necessidades nacionais em harmonia com o estágio de civilização a que justamente aspiramos? E como assegurar a cada habitante do país um conjunto mínimo de recursos, capaz de lhe permitir uma existência digna?

A renda nacional

Na verdade, a renda nacional brasileira é absolutamente insuficiente para manter o país em ritmo compatível com os atuais

índices de civilização. Ela orçará, talvez, pelos 40 milhões de contos; menos de mil cruzeiros anuais, para cada um de nossos habitantes. A renda nacional norte-americana deve ultrapassar 3 bilhões de contos, ou seja, uma média anual de 24 mil cruzeiros por cidadão norte-americano.

Não obstante gastarem mais da metade de sua renda nacional no custeio da guerra, puderam os Estados Unidos, mediante uma sábia política de restrições do supérfluo, e de disciplina nos gastos de sua população, mantê-la sempre em alto padrão de vida. No Brasil, as parcelas que se tirem da renda nacional, para o custeio da guerra, agravarão o nível médio de pobreza do país.

Cordell Hull, em um de seus recentes discursos, declarou que “a política exterior de um país deve ser a expressão de seus interesses nacionais fundamentais”.

Para que se torne mais eficiente a nossa colaboração com as nações aliadas, no período do após-guerra, num programa de reconstrução da vida mundial baseada na justiça e na paz social, temos que pleitear, com desassombro, a cooperação delas, no sentido de nos serem propiciados os meios convenientes ao rápido aumento do rendimento nacional. Com este aumento, poderemos também desenvolver uma eficiente política econômica interna, objetivando melhorar a retribuição do trabalho no país. E dada a prestigiosa e merecida situação internacional que mui justamente fruímos, inegáveis serão os benéficos reflexos que também se farão sentir no exterior, de uma tal evolução.

Os nossos baixos salários e as nossas modestas rúblicas da receita pública, não resultam de compressões por parte das classes patronais, ou da falta de sua contribuição para o erário público. São frutos da nossa diminuta renda nacional.

O rendimento individual

A observação das condições em que se realiza alhures o progresso, nos proporciona valiosos ensinamentos para as diretrizes da nossa política econômica. De um modo geral, não é possível, a um grande país, com elevada população, obter alto rendimento nacional, mediante a exploração das indústrias extrativas e de cultivo da terra.

Pelas condições usuais em que se processa a economia internacional, afora os casos de algumas culturas especializadas ou da exploração de terras novas com excepcionais condições de fertilidade, o comércio de produtos dessa natureza não proporciona vultosos rendimentos.

Verifica-se mesmo, como decorrência da divisão do trabalho, dentro de um país, como no campo internacional, ser geralmente a remuneração de cada indivíduo função da soma de conhecimentos, de invenções técnicas e de organizações econômicas de que ele se utiliza no exercício de sua atividade, como dos riscos de que ele participa.

O trabalho manual, no campo, é essencialmente primário. Sua remuneração é baixa. O condutor de máquinas, que aí se empregou, já se utiliza de maior soma de conhecimentos e é melhor remunerado. O pequeno negociante da campanha, além dos conhecimentos dos artigos com que transaciona e de rudimentares noções do comércio em geral, lança mão de um pequeno capital, que representa, de fato, poupanças acumuladas, de uma ou várias atividades investidas em diferentes setores; sua remuneração, pela técnica geral da divisão do trabalho, é maior que a do maquinista.

Nessa ordem de idéias, chegaremos ao capitão de indústrias, ao homem de negócios de Londres ou Nova York, que emprega uma série imensa de conhecimentos, valendo-se de organizações acumuladas em trabalho secular e incorrendo em variados riscos. Sua remuneração já é infinitamente maior que a do agente da atividade primária.

Resulta daí, que se estabelece uma hierarquia de remunerações e riquezas, dentro de um mesmo país, e entre as nações. Onde a atividade social das populações é mais concentrada em trabalhos primários, a riqueza é menor, o padrão de vida é inferior. Onde o progresso evoluiu, vulgarizando na população a utilização de todos os inventos, progressos e organizações criados pelo engenho humano, o padrão de vida médio se eleva e a riqueza da nação, que, em última análise, é a soma da riqueza de seus componentes, atinge elevado grau na escala dos valores.

Verifica-se, pois, que é muito mais complexa, do que parece à primeira vista, a evolução rápida e generalizada do padrão de vida, num país.

O progresso econômico

Preenchidas as suas necessidades essenciais, os indivíduos, pelo seu trabalho, vão acumulando sobras, que não são consumidas, e que assim proporcionam a formação de capitais, fatores de reprodução e de multiplicação da produtividade.

As máquinas e a técnica ampliando consideravelmente a capacidade de produção individual, geram maior acumulação de riquezas, saldos que não são consumidos, e que permitem o vertiginoso progresso que se verifica nos países supercapitalizados. Com os elementos de que dispomos hoje não mais se justificam as atuações empíricas, no trato dos problemas sociais e econômicos. Temos que apreciá-los à luz dos ensinamentos da ciência, ou seja, pelo “scientific approaching” dos norte-americanos. Tampouco devemos esquecer que, se o bem-estar econômico não constitui o único valor da vida, é no entanto, parte preponderante das preocupações das classes menos favorecidas, que são as mais numerosas.

Na apreciação do adiantamento de um núcleo social, de uma região ou de uma nação, temos por isso que levar em conta a produção e a renda individual da população que trabalha ou, ainda, a sua produtividade “per capita”.

Nos grandes centros urbanos, o quadro da atividade social se compõe, preponderantemente, de proprietários, funcionários do Estado, chefes de empresas, engenheiros, médicos, advogados, professores, contadores, funcionários de escritórios, negociantes de toda sorte, técnicos e profissionais dos mais variados, além do número considerável de elementos integrando as chamadas “classes médias”.

À medida que o indivíduo alcança um alto estágio de civilização, utiliza-se de grande número de serviços pessoais: assistência médica, assistência técnica, trato e higiene de seu físico, intermediários de toda sorte, para a realização de seus desejos e das suas iniciativas.

Clark *, estudando o progresso econômico, em relação à estrutura social de diferentes países, encontrou, como regra geral, que uma alta média de renda real por indivíduo está sempre asso-

* Colin Clark, *The conditions of Economic Progress*.

ciada a uma alta proporção de população, empregada em indústrias que chamou “terciárias”.

As indústrias “primárias” compreenderiam a agricultura, a atividade florestal, a pesca; as “secundárias” seriam as manufatureiras, as de mineração e construção; as “terciárias” incluiriam o comércio, o transporte, as profissões liberais, as organizações financeiras, de comando e controle, e várias outras atividades.

Nos Estados Unidos, Canadá, Grã-Bretanha, Austrália e Nova Zelândia, cerca de metade da população que trabalha está aplicada nas indústrias “terciárias”. Na China, de predominante pauperismo, 75 a 80% das populações estão nas produções “primárias”. Constatou, ainda, Clark, que uma alta média de renda real estimula uma grande proporção de produtores a se engajarem na produção “terciária”, mesmo em países que se admitem predominantemente agrícolas, como a Austrália, a Nova Zelândia e a Argentina, onde, de fato, somente cerca de 25% da população estão aplicados na produção “primária”.

É que a alta rentabilidade de terras novas permitiu af sobras consideráveis, que proporcionaram aos produtores o ensejo de atingirem rapidamente elevados padrões de vida. Esse enriquecimento acarreta uma procura elevada da produção “terciária”, pois que, à medida que as rendas crescem, a sua procura também cresce, e sendo ela, por sua natureza, em grande parte “não-importável”, deve ser proporcionada pelos profissionais e fornecedores do próprio país.

Quadros sociais

Estudando diferentes casos, verificou Clark que, à medida que os países progredem economicamente, declina a proporção das populações engajadas nas indústrias “primárias”.

A proporção da população aplicada em indústrias “secundárias”, após alcançar um certo limite, começa a decrescer, verificando-se o crescimento percentual da parte que procura as chamadas atividades “terciárias”. Essas atividades “terciárias” são aquelas que, na divisão do trabalho, recebem relativamente em maior número maiores remunerações. Nos Estados Unidos, os participantes das indústrias “terciárias” e “secundárias” recebem $3\frac{1}{2}$ e 3 vezes mais, respectivamente, que os agricultores.

Em casos excepcionais, é possível a coexistência, em um mesmo país, de atividades “primárias” e “terciárias” sem que se passe pelo desenvolvimento da fase de industrialização. Foi o que sucedeu, como apontamos, na Argentina e na Austrália, onde condições especialíssimas de fertilidade do solo e de facilidade de sua exploração, permitiram o rápido enriquecimento dos proprietários da terra, formando-se, então, grandes centros habitados, em que se desenvolveram essas atividades “terciárias”. Mas a ausência das indústrias “secundárias” torna instável o equilíbrio econômico desses países; daí a sua preocupação na criação de tais atividades. A normalidade está, porém, na evolução por etapas, através dos três estágios.

Nos Estados Unidos da América do Norte, verificou-se um acúmulo de fatores favoráveis ao enriquecimento simultâneo pela agricultura e pela indústria.

A agricultura e a indústria

Mas, de um modo geral, as grandes sobras promanadas das explorações agrícolas tendem a diminuir com a rápida expansão que logo atinge qualquer rendoso ramo de agricultura.

A cultura do café, no Brasil, oferece a esse respeito, impressionantes ensinamentos.

A agricultura de gêneros de primeira necessidade, talvez por ser a mais disseminada, é geralmente aquela que oferece, principalmente quando se utiliza de processos rotineiros, menores margens de lucros, e onde são mais baixos os salários. A lavoura de especialidades é a que, na cultura da terra, proporciona melhores e mais rápidos proventos. Por isso mesmo, está sujeita a violentas flutuações de preços, que originam periódicas crises, tão do nosso conhecimento.

Nas indústrias manufatureiras se desfrutam, por toda parte, melhores salários que na agricultura. Aí os obreiros participam de uma atividade que emprega maior soma de fatores derivados da técnica, dos capitais e da organização.

O crescimento dos centros manufatureiros e a diminuição do interesse pelas lavouras de alimentação ocasionam um constante

encarecimento da vida, para os operários das cidades. Em países como o Brasil, onde tudo nos convida a um amplo desenvolvimento de nossas atividades, temos que levar à agricultura toda a messe de conhecimentos, da técnica e da organização, facilitando a sua estruturação em bases cientificamente traçadas, e, em consequência, proporcionando maiores remunerações aos que a ela se dedicam.

Pela produção em massa de gêneros de primeira necessidade, e pela sua distribuição, sob critério rigorosamente econômico, baratearíamos o seu custo, proporcionando também maiores proventos aos que se entregam a esse labor. De outro lado, fortaleceríamos o salário real de todos os que vivem nos grandes centros. Essa política teria que ser feita paralelamente à de uma intensa industrialização do país. E quanto mais se aperfeiçoam os processos de trabalho da terra, menor será o número de colonos de que necessitaremos para uma determinada produção agrícola.

O índice de progresso da civilização é o constante aumento de toda sorte de produtos e de serviços. Essa multiplicidade de produtos tem que ser criada pela indústria. O custo da produção industrial é, porém, função da disponibilidade e custo dos combustíveis, da matéria-prima, da qualidade e quantidade dos artigos produzidos, e da técnica empregada em seu preparo.

É evidente, portanto, que, de ordinário, os produtos industriais fabricados em países de fraco mercado interno e não dotados de técnica avançada, de combustíveis, de transporte suficiente e facilidades de crédito, tem um custo de fabricação superior às grandes produções em massa, dos países supercapitalizados. Estes países produzem, para seu próprio mercado e para a soma de todos os mercados mundiais. Permitir o livre acesso dessas manufaturas, por toda parte, é asfixiar o desenvolvimento da qualquer parque industrial regional, nos países pouco capitalizados.

As atividades nestes países seriam então deslocadas para as indústrias "primárias", e como as populações não podem aí encontrar recursos econômicos suficientes, para assegurar padrão de vida conveniente, verificar-se-ia a coexistência de ricos proprietários de terras, com a miséria geral das populações. A industrialização de um país como o Brasil é indispensável para que ele possa atingir um estágio de alta civilização.

A máquina como fator de liberdade

O fator decisivo para o progresso e para a libertação do homem foi, incontestavelmente, a máquina.

Em regiões muito atrasadas, onde se utilizam processos rudimentares de cultura da terra, e onde não existem, praticamente, indústrias, nem a força estimuladora do comércio, parte considerável de braços disponíveis tem que ser utilizada para assegurar a sua alimentação.

Sob o imperativo da defesa contra o risco da fome, estabeleceu-se, no passado, em tais países, o trabalho obrigatório, com a escravização dos mais fracos, pelos mais fortes. Hoje, nos povos mais adiantados, a técnica e os meios de produção que se puderem capitalizar, afastam a preocupação das necessidades essenciais da vida. Aí a liberdade é apenas tolhida pelo Estado, sob a forma de serviço militar obrigatório, mas para assegurar a defesa do país, contra os inimigos externos.

Com os progressos dos conhecimentos dos transportes, das comunicações e da rápida transmissão dos pensamentos, identificam-se muitos aspectos dos problemas sociais, que dantes não eram sequer suspeitados; e numa verdadeira democracia, fundada na moral cristã, não mais se podem admitir compressões contra a dignidade do indivíduo, ou o estado consciente de miséria ou de pobreza.

A atenção dominante num país organizado deve ser a da existência de uma renda nacional suficiente para assegurar, em conjunto, as necessidades essenciais da nação, e, ao mesmo passo, um sistema de distribuição, em que a todos sejam asseguradas iguais oportunidades na conquista do bem-estar, e, a cada um, um mínimo de recursos capaz de lhe permitir uma existência digna.

Quadro social brasileiro

Com os elementos de pesquisa de que hoje se dispõe, pode-se aquilatar, com relativa precisão, dos recursos disponíveis em cada região povoada, da sua distribuição pelos seus habitantes, fixando-se com certa segurança, os índices do seu padrão de vida.

O recente recenseamento federal, conjugado com os registros estatísticos das organizações de previdência da indústria e do comércio, oferecerá elementos suficientes para se esboçar o quadro social brasileiro, com bastante aproximação. Fixar-se-á, então, a elevada percentagem da população que vive da agricultura e das indústrias "primárias", os baixos níveis médios de salário nacional e a rentabilidade mínima da população na maior parte do país.

Na capital da República, mais pelo efeito da centralização dos gastos federais e da administração de empresas que atuam em todo o país, predominam as chamadas atividades "terciárias". S. Paulo, região produtora por excelência, desenvolve-se num justo equilíbrio entre as várias classes de atividades. A lavoura forneceu os primeiros capitais para seu surto industrial e a notável expansão industrial que ali se constata refletir-se-á, sem dúvida, na maior valorização dos produtos e das matérias-primas agrícolas. O padrão de vida médio do paulista, apesar de ser ainda insuficiente, é dos mais altos da coletividade brasileira.

Mas a grande maioria das nossas regiões brasileiras apresenta indiscutíveis índices de pobreza.

Os tratados de comércio

O enriquecimento exagerado de uma nação, em relação às demais, lhe favorece a utilização de meios avançadíssimos de produção e de aperfeiçoamentos técnicos de toda ordem, que redundarão, num regime de contrato e intercâmbio inteiramente livres, numa diferenciação, cada vez mais acentuada, entre a mais rica e as mais pobres.

Quando se realizam tratados de comércio entre uma nação fortemente industrializada, e outra, em que predominam, como artigos de exportação, os chamados "produtos coloniais", promove-se de fato a troca de produtos fracamente remunerados, por outros altamente recompensados. Mesmo que se equilibrem, em valor monetário, as balanças de comércio e de pagamentos entre essas nações, o intercâmbio realizado favorece, sem dúvida, o país mais industrializado.

Por um ilusório sentimento de vaidade patriótica ou por um rígido conceito de soberania, rejubilamo-nos com a celebração de

acordos com países muito mais ricos do que o nosso, quando neles obtemos cláusulas de reciprocidade que parecem, sob o ponto de vista jurídico, rigorosamente equitativas. Em verdade, porém, tais tratados de comércio deveriam ser completados por entendimentos, em que o país que coloca, em troca de produtos “primários”, artigos densamente remunerados, se obrigasse a uma cooperação compensadora, de ordem técnica e econômica, ao exportador de produtos “primários”.

Movimentos internacionais de capitais

No que respeita às relações de ordem financeira, o passado já demonstrou, exuberantemente, os impasses produzidos pelos movimentos internacionais de capitais, quando se realizam apenas ao influxo de especulações monetárias.

Pode ocorrer que um país rico empreste a outro mais pobre, capitais para o seu desenvolvimento, e que esses capitais sejam, em boa parte, empregados na aquisição de produtos do país credor. Este receberá, de fato, além dos juros e amortização de seus capitais, os lucros resultantes da venda de seus produtos industrializados.

A história financeira internacional aponta as dificuldades com que lutam os países devedores, para manter em dia os compromissos assumidos em tal regime.

Os Estados Unidos, que são dotados de condições tão especiais para o progresso, só se puderam transformar de país devedor em credor, durante a guerra de 1914, graças aos grandes fornecimentos industriais que fizeram.

A grande depressão de 29, ocasionando a baixa exagerada dos produtos “primários”, arrastou a quase totalidade dos países da América Latina à impontualidade em seus pagamentos.

A reconstrução econômica mundial

Não obstante o que acima apontamos, é inegável a tendência dos países líderes para controlar a economia mundial, através de seus aparelhamentos financeiros.

Ora, constituindo o mundo uma só unidade, é do interesse das nações mais ricas, combater os focos de pobreza, que são também focos de descontentamento e de revolta.

Daí, as medidas de correção que se fazem necessárias, de caráter econômico e social, tanto mais justificáveis quanto são indiscutíveis as repercussões dos problemas econômicos, sobre os de ordem social e de política nacional e internacional.

Não se devem, portanto, isolar os tratados internacionais de comércio, dentro de um critério rigidamente jurídico, condicionado, exclusivamente, a circunstâncias de ordem financeira e comercial.

Insistamos neste capítulo.

Nos planos extra-oficiais do após-guerra, que se estão debatendo nos países em luta, sobressaem, em relação à política internacional, os que têm por base a criação de uma moeda internacional estável; alguns contêm outras sugestões de ordem financeira, e outros, ainda, se referem à destruição das barreiras alfandegárias.

É um ponto de vista capitalístico de velho estilo em que, explicitamente, se colocam grupos industriais de forte aparelhamento financeiro, que aspiram manter o ritmo de seu grande progresso, na intensificação do comércio mundial e na remuneração de seus capitais.

A desvalorização da moeda em certos países nem sempre traduz a existência de erros administrativos. Reflete, não raro, a defesa automática da sua economia, empobrecida por circunstâncias independentes de sua vontade. A supressão de barreiras alfandegárias, conjugada com a estabilização da moeda, priva os países que iniciam sua industrialização, de duas eventuais armas de defesa, contra uma impiedosa concorrência porque não dispõem eles, como as nações poderosas, para apoio de sua produção, de aparelhamentos financeiros avançados, fáceis meios de transportes, recursos técnicos de toda ordem, fatores de barateamento ou armas de conquista dos mercados.

Obter, dos países ricos, empréstimos para a aquisição de produtos de consumo imediato, é criar um padrão de vida artificial para o país devedor, sujeitá-lo a flutuações e crises violentas e concorrer para a sua instabilidade econômica.

Os empréstimos externos só devem ser contraídos para aplicação em empreendimentos reprodutivos. A transferência dos juros

e amortizações desses empréstimos só pode ser assegurada pela prestação de serviços ou pela exportação de mercadorias. Para orientação geral dos acordos internacionais do após-guerra, impõe-se a organização de mapas econômicos e mapas sociais de cada nação, como elementos básicos na fixação das relações entre os diferentes povos.

Não basta, na elaboração dos tratados, uma apreciação dos valores traduzidos em moeda; faz-se mister uma apreciação qualitativa, para que se introduzam, nesses acordos, os coeficientes de correção necessários. Nada mais justo, pois, como já acentuamos, de que, ao lado de cada tratado de comércio figure outro fixando compensações de ordem econômica, para os povos e regiões de padrão de vida inferior ao normal.

A PLANIFICAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA

A indicação formulada pelo Exmo. Sr. Ministro Marcondes Filho para que se investigue se a nossa evolução econômica já estabeleceu os princípios fundamentais que devem orientar o desenvolvimento industrial e comercial do Brasil, obriga-nos — em face dos objetivos que nortearam a programação deste Conselho — a fazer a crítica de alguns aspectos dessa evolução apresentando sugestões e conclusões que nos parecem as mais condizentes com o fortalecimento da nossa economia.

Na sessão inicial deste Conselho, solicitamos, juntamente com os demais representantes das classes produtoras, que fossem coligidos os elementos básicos para a fixação da política econômica de maior conveniência ao país.

Indicamos, como dado preliminar e essencial, a cifra representativa da renda nacional.

A Diretoria de Estatística e Previdência deste Ministério acaba de apresentar os resultados de suas pesquisas, admitindo como conceito da renda a capacidade de consumo total das populações. Encontrou cerca de 40 bilhões de cruzeiros, o que traduz uma renda, por habitante, 25 vezes menor do que a verificada nos Estados Unidos.

O perito norte-americano Lee Hagar, em seu recente comunicado à Conferência das Comissões de Fomento Interamericano, sobre recursos mundiais — humanos e materiais — escreve: “A fim de assegurar a liberdade, tomando por base as necessidades dos povos, a Carta do Atlântico visa melhorar, em conjunto, as condições econômicas do mundo. O estudo, em bases científicas,

de um tão grande projeto, requereria levantamento exaustivo dos recursos universais disponíveis, agrícolas, minerais e de energia. Qualquer idéia de que os padrões de consumo, em todos os países, possam ser elevados aos existentes nos Estados Unidos, seria absurda. Implicaria verdadeiras revoluções, tais como: dobrar o presente suprimento de alimentação, triplicar a produção de aço e incrementar a produção anual de óleo, de trezentos e trinta milhões para três bilhões e trezentos milhões de metros cúbicos.

Conforme se deduz do exame dos rendimentos individuais de vários países, o americano médio possui recursos para consumir duas vezes mais produtos básicos que um francês ou alemão, quatro vezes mais que um russo, seis vezes mais que um japonês e dezoito vezes mais que um chinês ou um nativo da Índia. Qualquer país com disponibilidades ilimitadas de energia, abundância de alimentos e fartos recursos em metais, tais como ferro e cobre, pode edificar uma economia muitíssimo superior, sob o aspecto material, à economia de civilizações “vegetais”, tais como as da Índia e da China, dependentes, como são ainda, de energia animal. Como resultado dessa superioridade, as nações industriais serão inevitavelmente conduzidas à posição de domínio mundial, no campo da economia, finanças e política internacionais”.

Enriquecimento ilusório

É realmente ilusório o enriquecimento de muitas Repúblicas latino-americanas no período da guerra. Por um recente estudo do Sr. Howard, técnico da Comissão de Fomento Interamericano, verifica-se que, em números globais, comparadas as cifras referentes aos anos de 1938 e 1942, diminuiu o volume de materiais e matérias-primas exportados das Repúblicas ibero-americanas para os Estados Unidos. O que se registrou, realmente, foi um aumento na exportação de alguns artigos e um considerável acréscimo em muitos dos preços.

Examinando-se as estatísticas da importação, nos Estados Unidos, do minério de ferro, cobre, minério de zinco, minério de manganês, minério de cromo, concentrados de estanho, minério de tungstênio, minério de antimônio, cristais de rocha, mica, nitrato de sódio, borracha, madeira de balsa, algodão em bruto, fibras

(henequém e sisal), cinchona, caroço de mamona, caroço de algodão, amêndoa de babaçu, óleo de oiticica, conclui-se que, em 1942, aquele país importou mais cobre, minério de manganês e cromo, borracha, madeira de balsa, sisal, henequém e cristais de rocha. Desses, apenas, três artigos tiveram a sua exportação elevada em mais de 100%: o minério de cromo, os cristais de rocha e a madeira de balsa.

Os preços, porém, subiram de 451% nos cristais de rocha, 154% na mica, 200% no óleo de oiticica, 67% no minério de ferro, 20% no minério de manganês, 73% no minério de antimônio e 213% na borracha.

Howard, no seu interessante trabalho, observa que, em geral, durante a guerra, os produtos importados dos países latino-americanos são oriundos da indústria extrativa, que, como se sabe, requer pequenos equipamentos. Foram, de fato, os altos preços que exerceram forte emulação sobre este comércio.

Constitui, portanto, no após-guerra, gravíssimo problema para as nações americanas, o reajustamento de preços às condições dos mercados internacionais, a fim de que, em épocas normais, possam manter suas exportações em regime de competição.

Acentua Howard que assim como as minas, a indústria e a agricultura norte-americanas terão que enfrentar os mercados mundiais, os artigos produzidos com os menores salários em vigor nos países europeus, na África e Oriente, também a agricultura, a mineração e a indústria das demais Repúblicas do nosso hemisfério terão que defrontar a mesma situação.

Para lutar com essa concorrência, teremos que reduzir os riscos e o custo da produção e o da distribuição nos locais de origem.

“Isso significará, para alguns países, governo mais eficiente e impostos menos elevados; para outros, maior estabilidade política ou econômica, a fim de reduzir os riscos em que incorrem os capitais estrangeiros; e, para todos, far-se-á mister, nas atividades produtoras, a utilização de equipamentos mais adequados, métodos e administrações mais eficientes”.

A situação brasileira vista pelos técnicos norte-americanos

A Missão Técnica Norte-americana chefiada pelo Sr. Morris L. Cooke visitou o Brasil no 2.º semestre de 1942, e fez várias apreciações sobre a nossa situação econômica e social. Observou que o Brasil, como nação industrial, está ainda na adolescência, se bem que se lhe possa vaticinar um grande futuro, possuidor que é de tão vultosa extensão territorial com tão valiosas e variadas riquezas naturais, e com uma população rica de aptidões para os trabalhos materiais e intelectuais.

“Devido à sua pouca produção, às dificuldades da distribuição e ao relativo isolamento em que vivem muitos núcleos de sua população, uma parte substancial desta sofre de doenças, é subnutrida e insuficientemente educada”.

“A industrialização do país, sábia e cientificamente conduzida, com um melhor aproveitamento de seus recursos naturais, é o meio que a Missão aponta para alcançar o progresso desejado por todos”.

A Missão assinala os pontos de maior fraqueza do Brasil industrial: 1) a dependência da importação de petróleo, que utilizamos em larga escala, em motores industriais, nos automóveis e até para a iluminação; 2) a importação de carvão mineral para os transportes e motores industriais; 3) a carência de metais especiais e equipamentos para novos empreendimentos e conservação dos existentes. Todas essas insuficiências foram motivos de agudas crises registradas na presente guerra.

Diminuta é a extensão das nossas estradas de ferro e de rodagem(*), assim como a quantidade de energia elétrica que produzimos; o maquinário industrial, em elevada proporção, é obsoleto e, em muitos estabelecimentos, a produtividade é baixa, havendo evidente falta de técnicos. Temos carência de capitais e de mão-de-obra especializada para a indústria e, no entanto, nossa legislação e nossa organização econômicas não favorecem a imi-

(*) Existem no Brasil, 263 876 km (164 000 milhas) de estradas de ferro e de rodagem (24 122 + 229 574). Nos Estados Unidos, 5 461 600 km ou sejam, 3 400 000 milhas! (1:24).

gração e os investimentos estrangeiros, nem estimulam a mobilização de capitais nacionais para fins reprodutivos.

Fazendo uma crítica geral das dificuldades que defrontamos para expandir a indústria, observa a referida Missão: “Os preços internos subiram rapidamente, não só devido à insuficiência de suprimentos, mas, ainda, porque o dinheiro em circulação cresceu, pois que o Banco do Brasil adquiriu dos exportadores as suas divisas, que não puderam ser, em grande parte, revendidas, para os importadores”.

Diz ainda a Missão: “Um grave problema que se apresenta ao Brasil é a insuficiência de combustíveis requeridos pelas suas indústrias e pelos transportes. Os estoques de óleo Diesel, de gasolina e de óleos lubrificantes estão praticamente esgotados. As estradas de ferro empregam metade de seus meios de transporte em coletar e distribuir lenha, que é um substituto pobre, mesmo para o carvão nacional, de baixo poder calorífico e alto teor de cinzas”.

Em relação aos combustíveis, lembra a Missão que o Brasil consumia 49,5 kg de carvão por cabeça, quando os Estados Unidos consumiam 2.944 kg, ou seja, 60 vezes mais. O Brasil importava, em tempos normais, 1 224 000 m³ (7 600 000 barris) de petróleo, dos quais 35%, ou seja, 428 400 m³ (2 700 000 barris) de gasolina; utilizava-se de 28,125 litros por habitante, enquanto que nos Estados Unidos, em tempos normais, essa cifra se elevava a 1 387 litros, ou sejam, 50 vezes mais.

Em relação à eletricidade, o Brasil, com os seus 1 187 000 kW instalados, fornece 65,5 kWh, por cabeça, contra 1 070 kWh, nos Estados Unidos.

“O desenvolvimento relativamente fraco do uso da energia elétrica é devido, em parte, à política governamental. Dos decretos federais, as empresas elétricas de capital estrangeiro foram proibidas de aumentar as suas instalações. As tarifas foram congeladas e algumas arbitrariamente reduzidas. Como, provavelmente, cerca de 80% das empresas hidrelétricas pertencem a estrangeiros, daí resultou uma estagnação no seu desenvolvimento”. A guerra veio afrouxar, de alguma forma, essas exigências, mas a situação não se modificou porque as empresas não conseguem aumentar, presentemente, as suas instalações.

“Em face da localização e modéstia dos depósitos de carvão, e considerando a necessidade de diminuir a importação de combustíveis, deve ser dada sempre preferência à energia hidrelétrica, onde ela possa ser fornecida a preço conveniente. Nesse sentido, impõe-se a eletrificação das estradas de ferro”.

Fazendo apreciações sobre a nossa indústria metalúrgica, mostra a Missão que a nossa produção de aço, por cabeça, é 50 vezes menor que a dos Estados Unidos. Acentua o nosso atraso nas indústrias químicas, mostrando que a nossa produção de ácido sulfúrico é de um quilo por pessoa, ao passo que é de 70 quilos nos Estados Unidos. O nosso índice, neste caso, é igual ao existente naquele país em 1860.

Propugna ainda a Missão a necessidade da criação de Bancos Industriais destinados ao financiamento de novos empreendimentos e ao propiciamento de uma assistência técnica mais intensa.

Finaliza observando que, na idade do aço e do vapor, a liderança industrial pertenceu às regiões mundiais em que se encontravam depósitos de carvão e minério de ferro, próximos uns dos outros e dos centros populosos. Como no Brasil não ocorre essa circunstância, “os processos econômicos dominantes nos últimos cem anos dificilmente permitiriam as soluções de seus problemas de transporte. *A prevalecerem os processos do século XIX, o desenvolvimento industrial do país teria que ser limitado*”.

“Mas o futuro parece pertencer mais à eletricidade do que ao vapor; ao alumínio mais do que ao aço; e aos transportes aéreos mais do que às estradas de ferro. O Brasil está admiravelmente dotado de elementos básicos para enfrentar um tal futuro”.

Ainda a situação brasileira

Uma apreciação sobre a nossa evolução econômica, nos últimos cinco anos, indica um sensível progresso em vários ramos de nossas indústrias transformadoras.

Cresceu, consideravelmente, a nossa produção em quantidade e valor, nas seguintes atividades; tecidos, artefatos de borracha, ferro gusa, ferro laminado, aço, artefatos de ferro e aço, maquinários em geral, produtos farmacêuticos, louças e vidros, seda,

lâmpadas e aparelhos elétricos, tintas, vernizes, aparelhos sanitários.

O cômputo da produção industrial, do início da guerra até hoje, demonstra, porém, que poucas foram as indústrias básicas criadas nesse período pela iniciativa particular. Registram-se, apenas, nesse setor, alguns valiosos cometimentos promovidos pelo Governo Federal, e ainda em andamento.

Verificou-se o aumento do valor da produção industrial, principalmente pela alta dos preços de custo e de venda dos artigos produzidos.

A falta de combustíveis, a deficiência de transportes, a ausência de indústrias básicas fundamentais, as dificuldades de técnicos e de mão-de-obra apropriada, impediram um maior surto industrial.

É impressionante, porém, a estagnação que se observa em muitas das atividades primárias, principalmente em relação à agricultura de alimentação.

Os artigos alimentícios há dez anos que se mantêm numa produção total em torno de 18 $\frac{1}{2}$ milhões de toneladas. Com o aumento da população, com as exportações realizadas, com as dificuldades de transportes, houve, de fato, uma apreciável diminuição na produção virtual da alimentação, o que explica, em parte, a carestia com que defrontamos, em relação aos gêneros alimentares.

A expansão industrial e as especulações comerciais estimuladas pela inflação, concorreram para o crescimento de nossas populações urbanas, em detrimento das zonas rurais.

As indústrias extrativas de materiais estratégicos e a agricultura de produtos ricos, tais como algodão, menta, seda natural, atraíram os braços disponíveis da lavoura, em prejuízo da produção dos artigos de primeira necessidade.

Contribuíram, ainda, para desestimular esse ramo da agricultura, a carência de transportes e os tabelamentos.

Os lucros auferidos com as exportações a altos preços e com a intensificação e valorização da produção industrial, têm sido invertidos, de preferência, em aplicações urbanas.

O considerável aumento do meio circulante agravou a elevação dos preços e estamos a braços com um encarecimento de vida que se acentua continuamente.

Nas grandes cidades, as construções existentes — sobretudo as que se destinam aos operários e classes menos favorecidas — são insuficientes para o abrigo das suas atuais populações.

Apesar da alta dos salários e dos lucros realizados, graças a todas essas circunstâncias, a renda nacional, em realidade, não aumentou, nos últimos anos.

Os saldos de divisas disponíveis no estrangeiro representam valores que não puderam ser transformados em artigos necessários ao mercado nacional, quer como bens de produção, quer como bens de consumo. Traduzem, assim, em verdade, parte de uma virtual diminuição da renda nacional.

Problemas do após-guerra

Um levantamento feito, em 1943, nos Estados Unidos, demonstrou que 137 importantes organizações, governamentais e privadas, afora muitas outras de caráter regional, dedicavam-se às pesquisas e ao esclarecimento do público, quanto aos problemas que aquele grande país deverá enfrentar no período do após-guerra.

Cerca de um terço dessas organizações está concentrando a sua maior atenção nas questões internacionais. Preocupam-se, outras, com os regimes das empresas industriais e financeiras. Abrangem ainda, em seus estudos, a agricultura, problemas de consumo e de segurança, a engenharia e as construções, problemas judaicos, questões trabalhistas e legislativas, obras públicas e transportes.

O inquérito, na observação de Evan Clark, prova que atualmente está se processando um esforço muito maior, do que na guerra passada, para o preparo e fixação de políticas construtivas, que melhor enfrentem e solucionem os problemas do após-guerra.

“E, desta vez, em contraste violento com a última guerra, todos os interesses da nação — capital, trabalho, agricultura e consumidor — parecem”, diz ele, “concordar com um objetivo máximo a ser alcançado na paz: o chamado *full employment*”.

Este objetivo traduz uma quase universal aspiração: a máxima utilização, nos tempos de paz, da capacidade produtiva nacional e a redução, ao mínimo, do desemprego, para todos os que, sendo aptos, desejem trabalhar.

Em relação ao Brasil, o período de 1939-1943 veio salientar todas as principais fraquezas de nossa estruturação econômica.

O movimento para a outorga, a todos os homens, de direitos econômicos essenciais, mais acentuará, depois da guerra, a insuficiência da nossa renda nacional.

Toda a nossa evolução tem, portanto, que ser orientada no sentido do fortalecimento da nossa economia e com esse propósito, a ela se devem subordinar, a meu ver, as normas de nossa política agrária, industrial e comercial.

Padrões de vida

Relatando, no Conselho Federal do Comércio Exterior, em 27 de setembro de 1937, os resultados do inquérito efetuado, por ordem do Sr. Presidente da República, em torno das possibilidades da expansão industrial do Brasil, declarei, pondo em relevo o baixo índice de consumo médio do brasileiro, que, então, como hoje, esse índice, era, no mínimo, 25 vezes menor que o do norte-americano: “Tendo em apreço as condições especialíssimas do país, com vastas zonas ainda na fase da economia de consumo e, considerando os índices das regiões mais prósperas, verificamos que se faz mister, pelo menos, triplicar o nosso consumo, para que, assim, se alcance um teor médio de vida, compatível com a dignidade do homem, na sugestiva expressão de nossa carta constitucional”.

Converti, então os números do consumo brasileiro e norte-americano em libras-ouro, para que nos pusessemos a coberto, na determinação dos valores e na medida do possível, das flutuações do poder aquisitivo da moeda.

As considerações que então expendi permanecem de pé, e, ao câmbio atual guardada a mesma paridade, necessitaríamos, pelos cálculos de então, de um acréscimo de 80 bilhões de cruzeiros, na renda nacional, que ainda assim, seria cerca de 7 vezes inferior, por habitante, à norte-americana.

No entanto, o valor relativo de nossa renda nacional, admitindo-se os coeficientes de ponderação, variáveis em harmonia com o poder aquisitivo da moeda, está estacionário, ou vem, mesmo, nos últimos anos, decaindo.

O consumo médio de um paulista é três vezes superior ao do brasileiro em geral. É, porém, de salientar que o Estado de São Paulo possui, até hoje, grandes regiões empobrecidas e ainda não alcançou um adequado nível de progresso material.

A renda nacional

Considerando o que se observa, presentemente, na República Argentina, no Canadá, e em outras regiões de maior progresso material que o Brasil, e, ainda, o que sucede nas regiões mais adiantadas do país; levando-se em conta o custo da vida, a necessidade da formação de capitais e as novas condições criadas pela guerra, não é exagerado concluir, que necessitaríamos, assim, de uma renda nacional cerca de quatro vezes mais elevada do que a atual, ou seja, de 160 bilhões de cruzeiros. Não se pode, infelizmente, transpor, de chofre, uma diferença tão vultosa.

A produção, para o mercado interno, está, bem o sabemos, condicionada às necessidades do consumo; estas variam de acordo com a produtividade e com o estágio de educação das populações. A produtividade é função do nosso aparelhamento econômico e eficiência técnica. A educação das populações, por sua vez, depende dos recursos disponíveis para o seu custeio.

Não é possível, tampouco, alcançar, com novas exportações, o substancial enriquecimento indispensável.

Não podemos, porém, nos quedar indiferentes ante esse vital problema brasileiro: a quadruplicação da renda nacional, dentro do menor prazo possível.

Preliminarmente, para resolvê-lo temos que decidir se poderíamos atingir essa finalidade pelos meios clássicos de apressar a evolução econômica, estimulando, pelos processos normais, as iniciativas privadas, as várias fontes produtoras e o mercado interno, ou se deveríamos lançar mão de novos métodos, utilizando-nos, em gigantesco esforço, de uma verdadeira mobilização nacional, numa guerra ao pauperismo, para elevar rapidamente o nosso padrão de vida.

As críticas, imparciais e objetivas, que tivemos oportunidade de citar e as considerações já feitas demonstram ser impossível

satisfazer esse nosso razoável anseio com a simples aplicação dos processos clássicos.

A prevalecer o lento ritmo observado em nosso progresso material, estaríamos irremediavelmente condenados, em futuro próximo, a profundas intranqüilidades sociais.

Vulgarizam-se, cada vez mais, as noções de conforto, e as populações subalimentadas e empobrecidas do país, aspiram, legitimamente, a melhor alimentação, habitações apropriadas e vestuário conveniente.

A nossa atual estruturação econômica não conseguiria proporcionar, ao povo em geral, esses elementos fundamentais do novo direito econômico.

A planificação econômica

Impõe-se, assim, a planificação da economia brasileira em moldes capazes de proporcionar os meios adequados para satisfazer as necessidades essenciais de nossas populações e prover o país de uma estruturação econômica e social, forte e estável, fornecendo à nação os recursos indispensáveis à sua segurança e à sua colocação em lugar condigno, na esfera internacional.

A ciência e a técnica modernas fornecem seguros elementos para o delineamento dessa planificação. Haja vista o que se fez na Rússia e na Turquia, quanto ao seu desenvolvimento material; considerem-se as planificações levadas a efeito pelos Estados Unidos, pela Inglaterra e por outros países em luta, para organizar as suas produções, dentro de um programa de guerra total.

Graças aos numerosos inquéritos aqui realizados, possuímos, hoje, os elementos essenciais à elaboração de um tal programa.

Os Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Economia e as conclusões ali votadas, oferecem os inequívocos depoimentos das classes produtoras sobre os seus elevados desígnios de colaborar para o progresso do país.

A parte nuclear de um programa dessa natureza, visando à elevação da renda a um nível suficiente para atender aos imperativos da nacionalidade, tem que ser constituída pela industrialização. Essa industrialização não se separa, porém, da intensi-

ficação e do aperfeiçoamento da nossa produção agrícola, a que ela está visceralmente vinculada.

De fato, em um país como o nosso, serão as indústrias mais intimamente ligadas às atividades extrativas e agropecuárias, as que usufruirão mais favoráveis condições de estabilidade e desenvolvimento.

Dependerá, ainda, essa industrialização, da intensificação do aperfeiçoamento dos transportes e dos processos de distribuição e comércio.

A planificação do fortalecimento econômico nacional deve, assim, abranger, por igual, o trato dos problemas industriais, agrícolas e comerciais, como o dos sociais e econômicos, de ordem geral.

Dentro das considerações já expendidas, proporíamos, como objetivo primordial, uma renda nacional superior a 20 bilhões de cruzeiros, na base do poder aquisitivo da moeda em 1942 e a ser alcançada dentro de um prazo de 10 a 15 anos. Desenvolver-se-ia o programa em planos quinquenais, contínua e cuidadosamente revistos, cuja execução obedeceria aos imperativos de uma verdadeira guerra econômica contra o pauperismo.

Observadas as atuais condições de rentabilidade em investimentos dessa natureza e tendo em vista os valores empenhados em nosso atual aparelhamento econômico, não será difícil avaliar em cerca de 100 bilhões de cruzeiros o montante mínimo necessário para o financiamento desse programa.

As maiores verbas da planificação seriam, sem dúvida, utilizadas na eletrificação do país, na mobilização de suas várias fontes de combustíveis e na organização de seus equipamentos de transporte.

Abrangeria o programa a criação de moderna agricultura de alimentação e a promoção dos meios apropriados à intensificação da nossa produção agrícola em geral.

Seriam criadas indústrias-chave, metalúrgicas e químicas, capazes de garantir uma relativa auto-suficiência ao nosso parque industrial e à sua necessária sobrevivência na competição internacional.

Toda uma série de providências correlatas deveria ser adotada; a montagem de novas escolas de engenharia, a vulgarização de institutos de pesquisas tecnológicas, industriais e agrícolas; a intensificação do ensino profissional.

Impõe-se, da mesma forma, a criação de bancos industriais e outros estabelecimentos de financiamento.

Uma imigração selecionada e abundante de técnicos e operários eficientes cooperaria, em larga escala, para prover as diversas atividades, assim como para um mais rápido fortalecimento de nosso mercado interno, pelo alto padrão de consumo a que estariam habituados esses imigrantes.

Dois questões básicas

Devemos nos referir, nesta altura, a duas questões básicas a serem encaradas seriamente.

- a) como obter o financiamento necessário a cometimento tão vultoso?
- b) até que ponto seria exercido o intervencionismo do Estado na concretização dos planos?

Para o início do financiamento de um tal programa, poderia o Brasil empenhar pelo menos 50% de suas atuais disponibilidades no estrangeiro. Evitar-se-ia, dessa forma, uma deflação, tão prejudicial quanto a inflação a que ora assistimos.

Intensificando a produção, concorreríamos para diminuir os efeitos das emissões já realizadas e para conter as atuais fontes inflacionistas.

A obtenção do financiamento geral poderia ser negociada com os Estados Unidos. Os suprimentos anuais de que careceríamos — boa parte em aparelhamentos e equipamentos a serem importados — representariam menos de 0,2% da renda nacional norte-americana.

A operação deveria ser negociada em moldes diferentes dos empréstimos habituais, quanto à fixação de juros, prazo e amortização.

Os juros seriam, inicialmente, substituídos pela participação, por determinado prazo, nos resultados das explorações industriais e eventualmente nos saldos de novas exportações, em geral, de forma a evitar-se a supercapitalização dos investimentos.

O grau de intervencionismo do Estado deveria ser estudado com as várias entidades de classe, para que dentro do preceito constitucional, fosse utilizada, ao máximo, a iniciativa privada e não se prejudicassem as atividades já em funcionamento no país, com a instalação de novas iniciativas concorrentes. Proporcionar-se-iam, ao mesmo tempo, os meios indispensáveis à renovação do aparelhamento já existente.

No caso de ser adotada a planificação intensiva de nossa economia, não será possível a permanência, por um certo prazo, das atuais normas de política comercial.

Não seria concebível, que, enquanto o país desenvolvesse um formidável esforço no sentido de montar o seu equipamento econômico, fosse ele, em pleno período construtivo, perturbado pela concorrência da produção em massa, de origem alienígena.

Ainda aí poderiam ser observados os meios de defesa utilizados na Rússia e na Turquia, durante a sua reconstrução econômica.

Conclusões

Do exposto, oferecemos ao exame deste egrégio Conselho as seguintes conclusões:

- I — O Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial reconhece que a evolução econômica do Brasil vem se processando em ritmo absolutamente insuficiente para as necessidades de suas populações.
- II — A renda nacional, atualmente de cerca de 40 bilhões de cruzeiros, deverá ser quadruplicada dentro do menor prazo possível, a fim de que possa ser proporcionado às populações um razoável padrão de vida mínimo.
- III — Devido à nossa falta de aparelhamento econômico e às condições em que se apresentam os nossos recursos naturais, a renda nacional está praticamente estacionária, não existindo possibilidade, com a simples iniciativa privada, de fazê-la crescer, com rapidez, ao nível indispensável para assegurar um justo equilíbrio econômico e social.

- IV — Essa insuficiência, em vários setores, da iniciativa privada, tem sido reconhecida pelo Governo Federal que, direta ou indiretamente — como nos casos do aço, dos álcalis, do álcool anidro, do petróleo, da celulose, do alumínio e da produção de material bélico — tem promovido a fixação de importantes atividades no país.
- V — Dadas todas essas circunstâncias, é aconselhável a planificação de uma nova estruturação econômica, de forma a serem criadas, dentro de determinado período, a produtividade e as riquezas necessárias para alcançarmos uma suficiente renda nacional.
- VI — Essa planificação, organizada com a cooperação das classes produtoras, deverá prever a tonificação necessária a ser dispensada a todo o nosso aparelhamento de ensino, ao sistema de pesquisas tecnológicas, à formação profissional, à imigração selecionada, à solução do problema de transportes, à vulgarização do uso da energia motora e ao grande incremento de nossas atividades agrícolas, industriais e comerciais.
- VII — O seu financiamento será negociado dentro de novos moldes de cooperação econômica, de forma que, inicialmente, não se supercapitalizem os investimentos por despesas meramente financeiras, devendo as amortizações serem condicionadas ao aumento da produtividade resultante da reorganização econômica do país.
- VIII — Durante o período em que for executada a planificação econômica, deverão ser adotadas normas de política comercial que assegurem o êxito dos cometimentos previstos.

* * *

Caso estas conclusões sejam adotadas pelo Conselho e mereçam a aprovação do Governo da República, caber-nos-á, assim como aos demais conselhos técnicos, uma imensa tarefa na apreciação das várias medidas necessárias à organização e execução da planificação acima esboçada com o alto propósito de assegurar ao Brasil, a grandeza a que faz jus.

Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1944.

ANEXOS

SUBSTÂNCIAS ALIMENTÍCIAS
TOTAL DA PRODUÇÃO BRASILEIRA

A N O S	TONELADAS	VALOR EM Cr\$ 1.000,00	VALOR MÉDIO DA TONELADA Cr\$
1932	17.906.678	6.462.910	359
1933	18.435.077	7.228.355	392
1934	18.061.488	7.542.961	418
1935	18.798.491	7.783.639	414
1936	18.551.760	9.299.681	501
1937	18.671.880	9.551.218	512
1938	19.098.359	10.044.902	526
1939	18.762.979	10.359.915	552
1940	19.196.649	9.964.983	519
1941	18.424.317	10.725.954	582
1942	19.394.682	12.253.142	632

EXPORTAÇÃO DE

MERCADORIAS	QUANTIDADE (tonelada)						
	1937	1938	1939	1940	1941	1942	1943
Borracha*	14.793	12.064	11.804	11.835	10.734	9.936	14.575
Coquilhas de babaçu*	21.994	30.205	48.841	41.187	39.267	29.343	21.747
Caroço de algodão .	65.744	61.610	55.403	18.824	2.611	254	15.915
Castanha c/casca* .	13.146	23.962	22.887	19.403	9.097	5.293	233
Óleo de oiticica* ..	1.521	3.716	9.300	7.234	16.606	1.076	971
Óleo de babaçu* ..	208	—	290	553	32	657	357
Mamona (bagas) ..	119.917	125.874	125.273	117.495	221.813	116.169	155.685
Óleo de mamona .	—	139	583	1.214	4.505	2.587	12.629
Linters algodão* ...	22.175	26.274	34.339	39.874	68.584	—	31.942
Manganês	247.115	136.843	189.003	222.173	437.402	306.241	275.552
Minério de ferro* .	185.640	368.510	396.936	255.548	420.756	308.821	308.878
Mica*	330	521	435	1.118	867	866	796
Cristal de rocha* ..	300	747	678	1.103	1.979	1.770	2.411
Bauxita	8.770	12.928	18.273	82	9.000	12.397	76.761

* Sujeitos ao acordo de Washington.

PRODUTOS ESSENCIAIS (estratégicos)

VALOR (1.000 cruzeiros)

1937	1938	1939	1940	1941	1942	1943
76.000	46.649	56.680	77.467	91.184	123.136	189.057
39.600	38.565	59.573	48.553	57.344	71.037	51.093
19.355	14.868	12.715	4.643	764	86	7.203
47.499	47.111	40.687	21.625	23.589	16.049	635
3.617	8.973	34.300	43.700	93.226	9.342	8.002
640	—	573	1.550	183	3.390	1.422
91.299	79.777	95.945	119.745	189.011	149.450	207.926
—	214	1.837	5.343	12.829	11.348	46.836
35.462	27.289	30.206	48.833	95.111	—	47.909
44.731	16.313	20.640	32.311	80.372	59.508	67.675
7.885	19.821	18.504	16.185	30.811	22.742	23.939
3.477	5.141	8.000	15.800	23.845	26.211	20.326
3.931	14.981	19.096	27.863	98.797	234.826	324.721
1.864	2.489	2.842	31	—	3.183	12.099

BIBLIOGRAFIA

- Trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Economia.
- Atas do Conselho Consultivo da Coordenação da Mobilização Econômica e do Conselho de Expansão Econômica do Estado de São Paulo.
- SEYMOUR E. HARRIS — *Post War Economic Problems*.
- H. JAMES — *American Planning and Civic Annual*.
- Ch. E. MERRIAM — *The possibilities of Planning*.
- Boletim do Instituto de Investigações Sociais e Econômicas da Universidade Interamericana, Panamá.
- Cel. MACEDO SOARES E SILVA — *Sentido, orientação e desenvolvimento das Indústrias pesadas*.
- ALDO M. AZEVEDO — *Desenvolvimento industrial do Brasil e seus problemas*.
- NICHOLAS J. SPYKMAN — *The Geography of the Peace*.
- ADOLFO DORMAN — *Medios para estimular la industrialización argentina*.
- Publicações da The British Association for the Advancement of Science.
- ROBERTO SIMONSEN — *As finanças e a indústria* (1931) — *A indústria em face da economia nacional* (1937) — *A evolução industrial do Brasil* (1939) — *Alguns aspectos da política mais conveniente ao Brasil no período do após-guerra* (1943) — *A Engenharia e a Indústria* — *A cooperação econômica Brasil-Estados Unidos* — *A agricultura e a indústria* (1944).

RESTAURANDO O NOSSO CLIMA DEMOCRÁTICO, DEVEMOS PREPARAR AS BASES DE UMA LARGA PLANIFICAÇÃO ECONÔMICA NACIONAL

Avançada, como se encontra, a reestruturação dos quadros institucionais, dentro dos quais devemos praticar o regime democrático, em sua mais larga acepção, impõe-se, sem dúvida, a todos nós um incessante exame dos principais fatos econômicos, sociais e políticos. Não somente os que se processam no país, como também os que se processam fora dele, quando possam repercutir em nosso meio, para a proposição das medidas que assegurem o contínuo progresso da nacionalidade.

A mensagem presidencial

A mensagem enviada pelo sr. Presidente da República ao Congresso Nacional, por ocasião da abertura dos trabalhos legislativos de 1947, ilustra, com sinceridade e clareza, o quadro da situação geral do país. Ao fixar-se no exame das manifestações fundamentais da vida nacional, sugere soluções para numerosos problemas e apela, ainda, para a atuação do Poder Legislativo, no estudo e adoção de diretrizes complementares umas, renovadoras outras.

Representante que sou de um Estado admiravelmente dotado de recursos naturais, que nos possibilitaram alcançar uma posição de destaque no progresso do país, aqui me encontro, nesta alta tribuna, procurando iniciar minha modesta contribuição ao movimento renovar que anima, sem dúvida, a totalidade de nossos patriotas bem intencionados.

A política construtiva

Sou, por índole e formação, essencialmente construtivo. O pessimismo nada constrói. A lembrança da teoria sobre composição de forças — um dos mais encantadores capítulos da mecânica — oferece, constantemente, sugestivo exemplo da situação ideal que desfrutaríamos se conseguíssemos alinhar, num mesmo sentido, todos os fatores que possam concorrer para o nosso engrandecimento, de forma que a resultante da sua soma traduzisse o valor total das várias componentes, integralmente aproveitadas em benefício da pátria. Componham-se, no entanto, esses fatores em direções opostas, e essas forças, que tão bem poderiam ser aproveitadas em sentido construtivo, anular-se-ão ou destruir-se-ão em manifestações estéreis. Apliquem essas forças em sentidos apenas divergentes e a sua resultante, maior em grandeza absoluta do que qualquer das suas componentes consideradas isoladamente, nem sempre será levada na direção mais favorável aos interesses nacionais. Entretanto, o que devemos lamentar, nem sempre possuímos esse senso construtivo. Já Alberto Torres ponderava: "Falai em realizar alguma coisa, construir, organizar, desenvolver, executar. . . não tereis eco. Falai em moralizar, regenerar, punir, disciplinar, educar. . . eis que nos cerca de chofre, um milhão de adeptos. Todos gostam de ser críticos, juizes, educadores. . . dos outros". Não podemos nem devemos ocultar, sr. Presidente, aos olhos dos nossos patrícios, aspectos dolorosos que ressaltam do mapa geral que traduz a vida da nacionalidade. Trabalhador, esforçado e sincero, posso afirmar, sem falsa vaidade, que o maior número das horas que até hoje apliquei às minhas atividades, foi, sem dúvida, dedicado ao estudo e à observação das coisas, da gente e da história de minha terra. Levaram-me essas vigílias à convicção de que não podemos ser pessimistas; que não praticamos, até agora, erros irreparáveis ao destino do nosso povo; que possuímos, a nosso dispor, poderosos fatores que, aplicados com adequado critério, somar-se-ão numa valiosa resultante, capaz de acelerar o ritmo de nossa marcha progressista.

Repito, sr. Presidente, não praticamos, até agora, erros cuja gravidade pudesse comprometer o nosso futuro. O momento internacional e os fenômenos de crescimento que se processam com intensidade dentro de nossas fronteiras, estão a indicar-nos que não basta a inexistência de tais erros; precisamos, agora, corrigir aque-

les em que incidimos sem a civa da irreparabilidade, e semear, e agir, com presteza e segurança. Alcançaremos, então, níveis de civilização e cultura em harmonia com a nossa grandeza territorial, com as nossas cifras demográficas e com as nossas responsabilidades na comunhão mundial. Nas últimas edições do Anuário de Literatura Latino-americana que, desde 1934, se publica sob os auspícios da Biblioteca do Congresso e de outras associações culturais norte-americanas, contendo bibliografias de todos os países da América Latina, coube-me a título de colaborador, inserir sucessivas apreciações sobre a situação econômico-social do Brasil e suas manifestações na literatura contemporânea especializada. Realcei, nessas apreciações, em anos consecutivos, o número considerável de pesquisas e estudos que, para nossa honra, elaboraram os técnicos brasileiros, interpretando as nossas realidades econômicas e sociais, para a melhor compreensão de nosso país.

Crise de crescimento

O Brasil, sr. Presidente, sofre, no momento, de uma crise de crescimento. E se, para a conquista de melhores índices de cultura, nos quadros de uma civilização em marcha, o objetivo a ser atingido é o bem-estar econômico, social e político, vamos, por certo, caminhando nessa rota. São, porém, ainda muito acentuados os índices de nosso atraso cultural e de nossa pobreza, refletidos na elevada porcentagem de analfabetos, nas indicações alarmantes sobre a mortalidade infantil e sobre o estado sanitário de nossas populações, na insuficiência de ganho e na baixa produtividade do nosso homem, em muitas regiões. E o despertar da consciência de nossas verdadeiras necessidades avança, com maior rapidez, do que o progresso em níveis de vida até agora alcançados. Esse desequilíbrio cria um pernicioso estado de descontentamento, realçado por obcedados doutrinadores, de boa ou má fé, que acenam às massas com as possibilidades de uma rápida mutação mediante simples providências de ordem meramente política.

É inegável, sr. Presidente, que estamos melhorando, continuamente, o padrão de vida do brasileiro. Mas é também inegável, como já o tenho proclamado mais de uma vez, que, dentro de uma evolução econômica normal, não poderemos alcançar, de pronto, o mínimo generalizado de bem-estar, indispensável ao ajustamento

social do nosso povo. O mapa comparativo de níveis de vida, que organizei para o Brasil, traduz a marcada diferenciação de expressões econômicas que apresentam as várias zonas de nossa pátria. Analisem os meus nobres colegas esse mapa e verificarão que os mais baixos níveis de vida também coincidem com os maiores índices de mortalidade infantil e com os maiores coeficientes gerais de mortalidade.

Planejamento econômico

Conhecidos esses dados do panorama econômico e social do país; identificada pelos nossos técnicos, em numerosas investigações, a origem desses males e os meios de debelá-los, vulgarizados, como são, os poderosos recursos que a técnica moderna oferece para a rápida mobilização de todos os valores que proporcionam a alegria de viver, não podemos estar com a consciência tranqüila perante a coletividade nacional, se não envidarmos os nossos melhores esforços para disciplinar, no bom sentido, essa crise de crescimento a que me referi, visando a uma corajosa política de combate ao pauperismo.

Na recente guerra, e em períodos anteriores, a técnica e o engenho humanos executaram, em outras terras, grandes empreendimentos. A reconstrução planejada do reflorescimento do vale do Tennessee, nos Estados Unidos; a execução dos planos quinquenais russos, baseados, principalmente, nos conhecimentos técnicos proporcionados pelas civilizações ocidentais; a rápida transformação operada nas regiões norte-africanas, que, dentro de curtíssimo prazo, receberam centenas de milhares de lutadores, que ali foram realizar operações decisivas para o término da II Grande Guerra; a organização de socorros à Rússia através da Pérsia, pela rápida construção de aparelhamentos de toda ordem. Constituem, tais iniciativas, exemplos do que pode conseguir o engenho humano, através do inteligente planejamento da aplicação e conexão dos grandes recursos da técnica moderna a qualquer região natural, por mais hostil que ela se apresente. Obedecidos os indispensáveis ditames de uma ação política sadiamente democrática, é evidente que para a prosperidade de uma população, situada nos campos ou nas cidades, é mister que se verifique necessária correspondência entre os seus anseios e os recursos econômicos mobilizáveis. O baixo

índice de vida que infelicitiza consideráveis regiões nordestinas está em consonância com a diminuta exportação dos seus produtos, afastados dos mercados internacionais por concorrentes poderosamente organizados.

Descongestionamento dos grandes centros urbanos

O crescimento anormal de certas cidades provoca, muitas vezes, o desequilíbrio entre o mínimo de que sua população precisa para viver, e os próprios recursos econômicos de que pode dispor pelo seu trabalho. Daí a elevada proporção de indivíduos que vivem em precária situação de pobreza, dentro de tais aglomerações urbanas. A delegação da Federação das Indústrias de S. Paulo, que teve a honra de presidir, apresentou ao I Congresso Brasileiro de Economia uma tese favorável à descentralização das indústrias, visando ao descongestionamento das grandes cidades, à melhor distribuição de progresso pelas várias regiões do país e à eliminação das imensas dificuldades que decorrem das excessivas concentrações urbanas.

Poderemos, a título de exemplo e em sã consciência, sustentar que a nossa maravilhosa Capital da República produz, dentro dos seus limites, valores suficientes para proporcionar, em nível conveniente, a subsistência de sua população?

Como resultado desse estado de coisas, vai-se formando essa mentalidade agressiva entre consumidores com insuficiência de ganho, contra o trabalho dos produtores, o que é altamente prejudicial aos legítimos interesses nacionais.

Dentro de um planejamento econômico caberão providências para o descongestionamento dos grandes centros, reajustando-se as populações às possibilidades dos recursos de que possam legitimamente dispor, e evitando-se, assim, a formação de ambiente propício à cultura de germes nocivos à sobrevivência de nossas instituições democráticas.

A República Argentina, onde graças ao solo e ao clima, os problemas se apresentam de mais fácil solução, acaba de lançar o planejamento da ampliação de seus recursos, para tornar-se, em

breve, a maior potência industrial sul-americana. Na França, não obstante a pluralidade de partidos políticos que ali compõem o poder, encontrou-se no Plano Monnet o denominador comum capaz de assegurar, com rapidez, a sua reconstrução econômica. No Conselho de Política Industrial e Comercial do Ministério do Trabalho, então presidido pelo nosso eminente colega, Senador Marcondes Filho, tentamos introduzir no país a consciência da necessidade desse planejamento. Faltou, porém, ambiente de compreensão para o êxito dessa iniciativa. Opôs-se, também, ao plano a falange dos que se filiam à ortodoxia do liberalismo econômico, em moldes clássicos, hoje combatida até na própria pátria de seus criadores.

Estou convencido, sr. Presidente, que devemos enveredar, no Brasil, no caminho ora adotado pela França e pela República Argentina. Restaurado o nosso clima democrático, devemos preparar os aparelhamentos básicos para o desenvolvimento de uma larga planificação econômica nacional. Ao lado do planejamento técnico, propriamente dito, impõe-se, sem dúvida, o lançamento de pegões, em que se apoiará a forte estrutura econômica que precisamos construir.

A renda nacional

O planejamento obriga à mobilização coordenada de todas as forças vivas do país com determinado objetivo. Como, em última análise, é da renda nacional que se colhem os recursos para satisfazer as necessidades do Tesouro Público e para uma distribuição equitativa a todos os que trabalham, o seu valor reflete, certamente, o grau de progresso alcançado. A renda nacional brasileira, é, *per capita*, cerca de 25 vezes inferior à norte-americana. Propôs aquele Conselho de Política Industrial e Comercial que se estabelecesse, como alvo a atingir, a quadruplicação da renda nacional, em um decênio, para podermos desfrutar, nesse período, de satisfatório índice médio de vida.

Para tal propósito, impõe-se um programa coordenado de melhor utilização de nossas riquezas naturais e de harmônico fortalecimento dos demais fatores de produção.

Recursos financeiros

Para tornar possível um empreendimento dessa ordem, um plano de tal grandeza, são necessárias disponibilidades financeiras obtidas aqui e no estrangeiro. Teremos de fazer um apelo à poupança dos brasileiros, a fim de que, durante algum tempo, concentrem, nesse plano nacional, a aplicação de todas as suas economias, comprimindo seus gastos supérfluos, intensificando seu trabalho, para oferecer ao país recursos em moeda nacional, em proporção suficiente para enfrentar as enormes despesas da execução desse plano. A política financeira, orientada no sentido de evitar surtos inflacionistas, prejudiciais ao intensivo desenvolvimento de tal programa, deve ser, porém, norteadada para favorecer a formação de um ambiente de confiança, para que o produtor nacional eleve ao máximo o esforço de suas atividades, e para que o trabalhador se disponha a alcançar um alto grau de produtividade, ambos sentindo-se devidamente amparados pelos poderes públicos e compreendidos pela coletividade em geral.

Combate à demagogia

Os fatores psicológicos são essenciais em mobilização dessa espécie. Ora, o combate demagógico contra o enriquecimento, o solapamento sistematizado de nossas instituições pelos grupos extremistas, e o retardamento da adoção de uma definida política financeira e econômica, por parte dos poderes Legislativo e Executivo, não são de molde a proporcionar esses fatores fundamentais. Em sua magnífica mensagem ao Congresso, o eminente sr. Presidente da República evidencia que ultimada a reestruturação política, teremos de caminhar, corajosamente, para a reestruturação econômica e social. Na campanha contra a alta dos preços, traduzida não raro, numa agressividade preconcebida contra os produtores — não distinguindo os que exercem honestamente a sua profissão dos inveterados aproveitadores — levamos, muitas vezes, o desestímulo aos que mourejam num trabalho fecundo nos campos e nas usinas. Enquanto não obtivermos vultosos resultados decorrentes de volumosas exportações, devemos ter a coragem de procurar conseguir os maiores créditos no exterior, através dos melhores preços para nossos produtos exportáveis, a fim de provo-

car um fluxo de riqueza para o país de que tanto necessitamos para a formação de nossos capitais.

Esse fluxo proporcionará elementos para o socorro dos setores de atividades menos favorecidas. Fornecerá, ainda, adequados auxílios para assegurar nos núcleos de população mais condensada, o fornecimento de determinado número de artigos indispensáveis à vida, por preços compatíveis com o seu ganho diário.

Política econômica definida

A proibição generalizada da exportação de vários artigos se está fazendo sentir na perda de excelentes oportunidades no exterior, no retraimento do comércio distribuidor e no fechamento de muitas de nossas fábricas. Uma política de violenta retração de crédito levará, por certo, a desconfiança aos produtores, provocando o colapso de várias de nossas atividades. Esses reparos acabam de ser levados à alta apreciação do sr. Presidente da República e ao estudo da reconhecida experiência do ilustre sr. Ministro da Fazenda, por uma grande delegação de produtores nacionais, legítimos representantes de importantes setores de nossas atividades, que já se sentem atingidos por fenômenos de depressão.

Tiveram, esses produtores, a segurança de S. Excias. de providências imediatas que, se retardadas, poderão transformar a crise de crescimento, dentro da qual podemos encontrar os próprios fatores corretivos, numa crise de depressão com os reconhecidos males dela derivados. Existisse já o planejamento, com uma definida política econômica e financeira, de responsabilidade conjunta do Executivo e do Legislativo, e não ocorreriam essas bruscas alterações em nossas diretrizes de trabalho, ameaçando os ritmos de produção nacional.

O poder aquisitivo de nossa moeda

A nossa fraqueza econômica não nos proporciona, com facilidade, os meios financeiros para fazer face aos compromissos de um Estado moderno. Várias regiões do país são francamente deficitárias, isto é, necessitam do auxílio de outras zonas, até que

suas populações alcancem uma situação em que possam viver do produto auferido da exploração de suas próprias atividades. Para o equilíbrio orçamentário e para o termo do regime inflacionário, há um projeto de agravamento pronunciado do imposto de renda. Cogita-se, ainda, da possibilidade do lançamento de um empréstimo compulsório, à base dos elementos já gravados com o imposto de renda. Ora, devido ao regime inflacionário em que temos vivido nos últimos anos, a nossa produção encareceu, sobretudo, em relação aos principais países com que mantemos relações comerciais. Fundamentados na comparação dos índices de custo de vida, podemos dizer que entre 1939 e 1947 o nosso custo de produção aumentou de 90% em relação aos Estados Unidos, de 122% em relação ao Reino Unido e de 26% em relação à República Argentina.

Sentimos bem esse fato na desvalorização do poder aquisitivo interno de nossa moeda. Essas diferenças significam uma esmagadora vantagem oferecida aos produtores que, nesses países, se dedicam a atividades similares às nossas. Esses números, pela teoria da paridade do poder aquisitivo da moeda, indicam que esgotados os estoques de divisas acumuladas no estrangeiro por circunstâncias acidentais, as nossas taxas cambiais — em que pese aos observadores superficiais de nossa história econômica — tenderão, infeliz e inexoravelmente, a declinar. Um planejamento econômico adotado no devido tempo, facilitará ainda, a estabilização de nossa moeda, permitindo que se valorize o seu poder aquisitivo interno, com o apoio do único meio legítimo, que é a intensificação do trabalho nacional.

Aos que pensam deter a onda inflacionista e baratear o custo de vida mediante alteração em nossas taxas cambiais, firmados na existência desses saldos acidentais, e em desacordo com a nossa realidade econômica, eu lembraria que fizessem um estudo consciencioso e pormenorizado dos reflexos de tal providência na produção e na vida social do país. A nossa preocupação deve ser, pois, a de manter a estabilidade da moeda, a fim de evitar perturbações no trabalho, e procurar valorizar o seu poder aquisitivo interno, pela política de um sadio regime democrático, pela melhoria da produtividade e do nosso aparelhamento econômico, pela manutenção de um clima de segurança — todos estes elementos indispensáveis para incrementar a expansão da produção e um regime de paz social.

Carestia da vida

O encarecimento da vida é muitas vezes característico de uma crise de crescimento e de fenômenos de enriquecimento. Há algumas dezenas de anos, Manoel Ugarte esclareceu seus patrícios argentinos sobre o falso conceito que se fazia desse encarecimento, mostrando que a vida era geralmente mais barata nos países empobrecidos e, relativamente cara nos países enriquecidos. Comparava ele o custo de vida, insignificante na China, com os índices elevadíssimos então observados nos Estados Unidos, e concluía: “não obstante essa circunstância, enquanto o norte-americano vive em maiúscula, perece o chinês em minúscula.

Devido a causas acidentais sofremos, nos últimos tempos, considerável encarecimento da vida no Brasil. Constitui dever dos poderes públicos e de todos nós, fixar as suas causas, combatê-las e socorrer, corajosamente, os setores mais atingidos pela carestia. Não há de ser, porém, com o desestímulo à produção, com agressividade demagógica às nossas instituições, que combateremos esse fenômeno. Ao contrário. Estimulando, por todos os meios, a nossa produção e combatendo, inteligentemente, o perigo inflacionário, asseguraremos suficiência de ganho para todos os que trabalham, que passarão então a dispor de meios para satisfazer as suas necessidades, em harmonia com o custo dos produtos a serem adquiridos. Sempre constituiu uma de nossas maiores preocupações o grau de pobreza de nossos patrícios, e sempre fizemos advertências contra um perigoso e predominante ufanismo. Há 20 anos, proclamávamos, no Centro das Indústrias de São Paulo, a insuficiência de ganho do brasileiro. Propugnamos para que na Constituição Federal de 1934 se tornasse obrigatório — como se tornou apenas na letra do texto — o levantamento periódico dos padrões de vida nas várias regiões do país. Conseguimos levar essa nossa proposição à Conferência Pan-Americana de 1936. Participamos também da fundação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e do Serviço Social da Indústria (SESI), duas organizações que honram sobremodo a indústria e os governos nacionais que as tornaram uma esplêndida realidade. Durante a guerra conservei-me inteiramente a serviço de empreendimentos úteis à nação, recusando-me a participar, direta ou indiretamente, de qualquer nova iniciativa de fins lucrativos. Mantive, portanto, suficiente autoridade moral para falar com inteiro desassombro, frisando

do aos brasileiros a necessidade imperiosa de enriquecer o país, de uma elevada política de justa distribuição dos proventos e do estabelecimento de uma verdadeira paz social.

Recursos do Tesouro

Não me impressionam, como irremediáveis, as cifras e os saldos deficitários com que se apresenta o orçamento federal. A boa política permitirá, por certo, a rápida melhoria de nossas finanças. Poderão, assim, serem asseguradas, em pouco tempo, maiores contribuições ao Tesouro Nacional, mediante uma elevação razoável nas taxas do imposto de renda; um ajustamento nos capitais das empresas nacionais; um reajustamento em nossas tarifas aduaneiras, colocando-as em paridade com as dos países com que mantemos nossas principais correntes comerciais e atendendo à baixa percentual por elas experimentada, face aos preços dos produtos importados; e um empréstimo lançado em moldes a restabelecer a confiança de nosso povo nos títulos públicos.

Mercado para os títulos públicos

É incontestável que os empréstimos forçados concorrem para desmoralizar as cotações dos títulos públicos. Todos os grandes países, conturbados pelos efeitos da guerra, encontram, com relativa facilidade, os meios financeiros de que necessitam nos lançamentos de sucessivas emissões públicas. Os bancos centrais, as organizações governamentais, numa sadia política financeira, mantêm bem alto, nesses países, a cotação dos títulos para eles drenando somas consideráveis das economias populares. Precisamos, urgentemente, no Brasil, de restabelecer semelhante clima de confiança. O total de nossa dívida interna consolidada não é exagerado em relação ao valor de nossos orçamentos públicos e aos saldos obtidos pelo trabalho nacional.

Lançados títulos que assegurem aos seus tomadores uma relativa estabilidade no poder aquisitivo da moeda neles aplicada, a máxima facilidade no pagamento dos juros, garantia de seu resgate e outras condições que tornem esses títulos atrativos ao grande

público, não temos dúvida de que poderemos contar com uma substancial aplicação de capitais nacionais em investimentos dessa natureza.

A evolução dos orçamentos públicos

É inegável que se amplia, cada vez mais, o âmbito das funções impostas pelo direito social aos Estados modernos. Não será possível, dentro das verbas orçamentárias usuais, fazer face ao cumprimento das obrigações decorrentes do direito social, num país como o Brasil, que possui, como dissemos, imensas regiões francamente deficitárias.

A política financeira

Caso não possamos lançar mão de crédito público, enfrentaremos doloroso dilema: gravar as classes produtoras com impostos excessivos, para as necessidades do erário público, retardando a expansão do nosso aparelhamento econômico, ou então, lançar mão da emissão de papel-moeda, acelerando, continuamente, o ritmo inflacionário.

Mesmo para a execução de um planejamento econômico, com a cooperação dos capitais estrangeiros, deparamos com o problema de transferências para o pagamento de obras, serviços e aparelhamentos, em moeda nacional. Verificaremos, assim, que para a assistência às regiões pobres, para concretizar qualquer plano de obras públicas e de fomento à nossa economia, devemos criar entre os brasileiros o hábito de aplicar parte de suas economias em títulos da dívida pública. Para conseguir essa indispensável cooperação de todos os nossos patrícios, na criação de meios de pagamento para o erário público, torna-se necessário restabelecer o crédito nacional e mantê-lo em bases sólidas. Esta deve constituir, a meu ver, uma das principais preocupações da política financeira do governo.

Para a solução desses vários problemas, aqui apenas ligeiramente aflorados, e de muitos outros mencionados na mensagem do sr. Presidente da República, terei oportunidade de sugerir à DD.

Comissão de Finanças do Senado, da qual tenho a honra de participar, várias providências e medidas que, caso mereçam o seu acolhimento, serão trazidas ao debate deste alto plenário.

Não quis, porém, deixar de fazer, neste momento, estas breves considerações. É meu desejo que o povo brasileiro saiba que o modesto representante de São Paulo nesta Casa, coerente com o seu passado, todo ele absorvido em atividades produtoras identificadas com o progresso nacional, e que se honra do mandato que numeroso eleitorado lhe conferiu, prossegue, com devotamento e vigilância, sem esquivar-se a qualquer esforço, para bem cumprir o seu dever, na constante preocupação dos interesses supremos da nacionalidade.

DEVEM PLEITEAR AS NAÇÕES LATINO-AMERICANAS SEJAM ATENDIDAS, NO PLANO MARSHALL, AS SUAS ASPIRAÇÕES

O Plano Marshall foi ideado para fazer face à conjuntura europeia, de ordem política, econômica e social, tal como os norte-americanos a encaram neste momento, da evolução mundial no pós-guerra. Sob o ponto de vista político, a Europa, através do regime de "balance of powers", isto é, do equilíbrio militar entre as grandes potências, assegurou, por décadas, a paz e o progresso mundiais. Economicamente, o continente europeu apresentou, nos últimos tempos, as maiores cifras percentuais no comércio internacional. E sob o ângulo social, o padrão de vida médio da maioria dos países da Europa ocidental era assaz elevado, se bem que representasse cerca de 1/4 do nível do padrão de vida médio norte-americano. Sendo a população europeia quase quatro vezes a norte-americana, pode-se dizer, *grosso modo*, que não se afastavam de muito os valores totais da produção desses dois blocos continentais. Subdividida, como se apresentava, a Europa, era no comércio internacional que encontrava ela os principais rendimentos para as suas atividades, enquanto que nos Estados Unidos, o comércio internacional representava apenas uma fração do seu poderoso mercado interno. As grandes alterações que a guerra ocasionou ao continente europeu repercutiram fundamente na situação política internacional. Na realidade, sob o ponto de vista militar, defrontam-se hoje apenas dois grandes blocos: o norte-americano e o russo. Sob o aspeto econômico, a destruição dos equipamentos da Alemanha, os desgastes sofridos pela Inglaterra e a devastação

experimentada por grande parte do continente fizeram com que a Europa sofresse acentuada redução na sua produção industrial e agrícola. As suas populações perderam, também, grande parte dos capitais aplicados no Exterior. Em consequência, aliaram-se à restrição dos fornecimentos continentais a queda de seu poder aquisitivo e a impossibilidade do custeio de um volume de importação que suprisse as suas necessidades. Essa situação produziu imediatas repercussões políticas e sociais em vários países do continente. O mal-estar generalizou-se, gerou agitações políticas e ofereceu um terreno adequado para a expansão de doutrinas extremistas.

Perspectivas da Europa Ocidental

O desentendimento entre a Rússia e os Estados Unidos, impedindo a assinatura dos tratados de paz, retarda o soerguimento de trabalho pacífico da Alemanha, como elemento produtivo de alta valia no restabelecimento da saúde econômica da Europa. Muitos países, premidos por condições econômicas, organizaram esquemas de recuperação, agindo, independentemente, em defesa de seus próprios interesses. Surgiram, assim, os planos da Rússia, Holanda, Bulgária, Checoslováquia, Hungria, Polônia, Iugoslávia, Irã e Turquia. A União Soviética, sob o pretexto de garantia de suas fronteiras ocidentais, interveio, aberta ou disfarçadamente, em quase todos os seus vizinhos, constituindo-os seus verdadeiros satélites. A disciplina ditatorial do trabalho, a abundância de produtos alimentares e a mão-de-obra, nesses países agrários, não obstante a falta de capitais, de várias matérias-primas e da insuficiência dos meios de transporte, podem proporcionar, dentro de certos limites, maiores facilidades para um mais rápido movimento de recuperação ao bloco constituído pela Rússia e seus satélites. As profundas reformas agrárias promovidas nesses países contituem, porém, um fator de limitação na produção de gêneros de alimentação. Na Europa ocidental, onde predominavam as atividades manufatureiras, a maior preocupação de seus governos e povos vem sendo o restabelecimento e a intensificação de seus parques industriais. Entretanto, fatores político-econômicos estão acentuando a carência alimentar dessa zona tão densamente povoada, com repercussões sociais imprevisíveis. E se não houver um pronto entendimento entre os países democráticos da Europa Ocidental, para uma melhor mo-

bilização e cooperação de todos os seus recursos surgirá, para eles, uma perspectiva catastrófica, precipitando, possivelmente, a coletivização temporária de todo o continente e o êxodo inexorável de massas consideráveis de suas populações. Se isto ocorrer, desaparecerá, em caráter talvez irremediável e definitivo, essa grande trincheira da defesa da civilização ocidental, de tradição cristã e democrática, que por tantos séculos pudemos defender. Compreendendo tal situação, os estadistas americanos procuram aplicar seus esforços, através da UNRRA, em socorro do continente europeu.

Os dois mundos

A UNRRA — “United Nations Relief and Rehabilitation Administration” — da qual participaram 48 nações, enviou às zonas devastadas pela guerra, de 1944 a 1946, socorros avaliados em mais de quatro bilhões de dólares, dos quais cerca de 70 por cento supridos pelos Estados Unidos. Mas esses socorros, não obstante seus grandes benefícios, mostraram-se insuficientes em face do vulto das necessidades mundiais. Com um perfeito entendimento entre as grandes potências teria sido provável que a UNRRA se transformasse em grande órgão de planejamento mundial, a que se referiu o inolvidável Roosevelt, no seu relato sobre a Conferência de Yalta. E o secretário de Estado, general Marshall, em seu memorável discurso pronunciado em Harvard, a 5 de junho, traduziu o pensamento dos homens públicos da América do Norte, de promover uma cooperação econômica entre os vários países europeus. Entretanto, seria natural que, entre países, sob o regime democrático, essa cooperação se processasse inspirada nas idéias predominantes na civilização ocidental. Recusou-se, porém, a Rússia, a participar de uma tal organização, forçando os seus satélites a igual procedimento. Com a conferência de Paris, promovida pelos países que participarão do Plano Marshall, acentuaram-se, no campo econômico, as diferenciações já existentes no campo político. Alinharam-se as nações ocidentais para a promoção de um grande movimento de cooperação econômica, com auxílio dos Estados Unidos, passando, assim, a constituir uma união, com maior abundância de capitais, maiores facilidades no suprimento de matérias-primas, maior quantidade de técnicos especializados, maiores recursos científicos, vivendo, todos, num ritmo de liberdade, em

verdadeiras democracias, contrapondo-se ao bloco soviético, de feroz regime ditatorial.

Vae Victis!

Dentre os países que vão participar do Plano Marshall, ou que, para isso, foram convidados, figuram alguns que alçaram suas armas contra as Nações Unidas. Assistimos, assim, a uma situação paradoxal: povos, de nações vitoriosas, propõem-se a trabalhar, graciosamente, para a reabilitação econômica e política de nações vencidas. Situação diametralmente oposta às que se verificavam séculos atrás, quando os vencedores escravizavam, a seu serviço, os vencidos, mas que, infelizmente, é ainda conservada pela Rússia vitoriosa, quando mantém, na servidão, os seus prisioneiros de guerra, em contraste com a generosa iniciativa da grande nação democrática da América do Norte. O relatório da Comissão de Cooperação reunida em Paris prevê o restabelecimento de relações comerciais com os países da Europa oriental, aproximadas às que prevaleciam anteriormente à guerra. Ora, o programa de industrialização que se executa na Polônia, na Checoslováquia, na Hungria, na Bulgária, na Iugoslávia e na Rússia, e as reformas agrárias que se processam nesses países, induzem-nos a duvidar da possibilidade desse regresso às condições mercantis do passado e mesmo da possibilidade da Europa ocidental continuar a contar, para a maior parte de suas necessidades, com as produções agrícolas do Oriente europeu. Impõe-se, assim, um exame sumário do relatório dessa Comissão Econômica, para se poder aquilatar das repercussões que a execução do Plano Marshall, dentro do quadro proposto pela Comissão Européia, pode ter, no próprio continente europeu, em suas relações com o continente americano e, especialmente, em relação à América Latina.

O relatório da Comissão de Cooperação Econômica

Introdução

O relatório da Comissão de Cooperação Econômica destaca, inicialmente, os fatores básicos da economia de 16 países que aderiram à Conferência de Paris. Dentre eles avulta:

a) — sua grande dependência em relação ao comércio exterior, bem como sua importância no comércio mundial;

b) — a existência de exportações invisíveis e de rendimentos externos provenientes de capitais invertidos no estrangeiro, que asseguravam o pagamento de cerca de um quarto de suas importações normais;

c) — a especialização muito acentuada nos ramos industrial e agrícola;

d) — a estreita dependência dessa estrutura econômica com a produção de carvão, ferro e aço;

e) — a necessidade, para a manutenção de níveis elevados de produção agrária, do uso intensivo de fertilizantes e forragens.

A economia desses países dependia, além do continente americano, especialmente de suprimentos de mercadorias da Europa Oriental e do Sudeste da Ásia; esta última também fonte de recursos em dólares.

A guerra, com a destruição de recursos fundamentais, a perda dos investimentos externos e outras tantas conseqüências, rompeu o equilíbrio desse delicado organismo econômico. Esses efeitos estenderam-se também à Europa Oriental e Sudeste da Ásia, colocando, assim, a Europa Ocidental em dependência direta de suprimentos do continente americano. Após curto período de rápida reconstrução econômica, verificaram as nações européias ser o seu desequilíbrio maior em face da impossibilidade de obterem, somente com suas exportações, os dólares de que necessitam. A solução cabal para tal situação exigiria:

1 — amparo do exterior que atendesse aos *deficits* de suas balanças de pagamento, durante o período de recuperação;

2 — restabelecimento das antigas correntes comerciais e o seu aumento, a fim de compensar a perda dos investimentos externos.

Tais pontos permitirão o restabelecimento do padrão de vida nos mesmos níveis existentes em 1938.

O programa

O programa de reconstrução compreende quatro linhas de ação:

- a) — auxílio de capitais e suprimentos externos;
- b) — esforço interior de produção;
- c) — estabilidade financeira interna;
- d) — política de estreita cooperação econômica.

O programa de produção da Comissão de Cooperação Econômica Européia abrange, de início, os seguintes setores básicos: produtos alimentícios; carvão, madeiras, eletricidade, petróleo, ferro, aço, transportes internos e externos. O plano de produção de gêneros alimentícios visa, essencialmente, ao restabelecimento dos níveis de produção de 1938. A estimativa de produção para 1950/51 é de 65.8 milhões de toneladas métricas, enquanto a produção de 1934/38 foi de 64.5. Ainda assim dependerão, os países participantes, de largo volume de importação. A produção de carvão deverá ser aumentada para 584 milhões de toneladas, contra 552 em 1938, restando ainda, em 1951, um *deficit* de 7%. A produção de energia elétrica deverá ser acrescida de 70 bilhões de quilowatts, ou seja 40% mais que em 1947, ou quase 90% mais que em 1938. A capacidade de refinação de petróleo cru será desenvolvida e aumentada a produção para 51 milhões de toneladas em 1951, ou seja aproximadamente 80% mais que em 1937. A produção de aço, em 1951, deverá ser superior em 20% à de 1938 e pouco mais elevada que a produção do melhor ano de pré-guerra. Conquanto esses dados não revelem grandes diferenças nos totais de produção, em relação ao melhor ano, o plano prevê uma queda da produção alemã de 40% aproximadamente, em relação a 1938. Tal diminuição é compensada, principalmente, pelo aumento da produção francesa. A capacidade de transporte interno será aumentada em 25% em relação às cargas transportadas em 1938. Serão restabelecidas as marinhas mercantes nos níveis do primeiro ano anterior ao conflito mundial. Os países participantes fornecerão, pela produção própria, a maior parte dos equipamentos básicos necessários à recuperação econômica. Nenhum dos pontos desse programa de reconstrução da economia européia poderá executar-se sem que, concomitantemente ao auxílio exterior, não procurem os

governos dos países participantes realizar o saneamento de suas finanças. Esse saneamento dependerá, também, da existência de uma reserva de ouro, de três bilhões de dólares, para garantir e ampliar a confiança nas moedas dos participantes. A cooperação econômica orientar-se-á pelas normas seguintes:

1 — conversibilidade de todas as moedas dos participantes, visando diminuir, internamente, as necessidades de dólares e ouro;

2 — supressão de entraves ao comércio intra-europeu, dentro dos postulados da Carta Internacional de Comércio, com a realização de uma possível união aduaneira;

3 — e o entrosamento de seus programas de produção.

A amplitude desta última norma, demasiadamente vaga, mereceria dos relatores, maior objetividade. O programa de importações delineado procura, à medida que se aproxima de 1951, diminuir as quotas de importação dos Estados Unidos da América do Norte, com um aumento correlato das importações dos demais países, especialmente da Europa Oriental e Ásia.

O total previsto das importações para 1948 é de 13,9 bilhões de dólares, sendo 9,2 do continente americano, e 4,7 dos demais países. Em 1951, o total será de 14,4 bilhões de dólares, dos quais 8,2 do continente americano e 6,2 do resto do mundo. A importação oriunda dos Estados Unidos, em 1948, será de 6 bilhões de dólares e em 1951 de 4,3. Os países do continente americano fornecerão em 1948 3,2 bilhões e em 1951 3,9 bilhões. A possibilidade de crescentes exportações dos demais países constituirá o fiel da balança na execução do Plano de Recuperação Econômica da Europa. É de notar-se que as cifras referentes aos países do continente americano, excluídos os Estados Unidos, não estão estatisticamente discriminadas no relatório. Entretanto, os dados que possuímos sobre o nosso comércio exterior revelam que as necessidades de importação européia exigirão grande esforço de exportação da América Latina e do Canadá. A composição das importações originárias do continente americano demonstra que mais de 1/3 do total se destina à compra de alimentos, forragens e fertilizantes e outro terço a diversas matérias-primas, das que destacamos: algodão, lã, minérios, peles e couros; 3,1 bilhões de dólares de importações serão de equipamentos, enquanto que o carvão, o petróleo, o ferro, o aço e madeira cobrirão o restante previsto, que monta a 35,2 bilhões de dólares. Nesse total, os países do

continente americano, excetuados os Estados Unidos, terão preponderância no fornecimento de alimentos, forragens, fertilizantes e madeira. A quase totalidade dos equipamentos industriais, de origem americana, será fornecida pelos Estados Unidos. Esse programa de importações elevará, enormemente, o *deficit* do balanço de pagamentos dos 16 países europeus, *deficit* que deverá ser coberto pela ajuda exterior e pela conquista de crescentes, novos e mais amplos mercados para os seus produtos de exportação. A ampliação dessas correntes de exportação poderá ser facilitada pela Organização Internacional de Comércio e Emprego, segundo prevêem os relatórios. Assim mesmo a previsão para 1951 revela a existência de um *deficit* provável com as Américas de 3,4 bilhões de dólares que só serão compensados, em parte, pelo superavit previsto de 1,8 bilhões, proveniente da Europa para os demais países. O programa, que conta com o auxílio exterior de 22,4 bilhões de dólares, não esclarece como tal importância será financiada. Sugere, apenas, que a parte referente aos equipamentos, num total de 3,1 bilhões, venha a ser coberta pelo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento. Convém assinalar, entretanto, que os recursos em dólares, de que o Banco poderá dispor, caso se retarde a efetivação dos compromissos assumidos, seriam quase totalmente consumidos neste financiamento de reconstrução, sem que pudesse, pois, o referido Banco estender seus financiamentos a outros países. Embora não fosse objeto do relatório o problema de como serão financiadas as exportações previstas e necessárias à Europa, é ele de importância fundamental para as nações latino-americanas.

Unilateralidade do Plano Marshall

É evidente que o programa da Comissão de Cooperação Econômica não foi planejado para ser enquadrado dentro de um plano mundial.

O plano de recuperação econômica da Europa Ocidental, visa ao restabelecimento de seus níveis de padrão de vida a cotas superiores às existentes em 1938, e à retomada do poder aquisitivo externo, por exportações substanciais dos seus artigos industrializados. E se a Rússia e seus satélites levarem a bom termo os seus

planejamentos estaremos, em 1951, em face de três grandes blocos econômicos mundiais, com base em produção industrial: o europeu ocidental, o soviético e o norte-americano. E muitas produções desses blocos serão acentuadamente concorrentes. Difícil será, pois, prever o entrosamento dos seus interesses.

Repercussões na América Latina

Em relação à América Latina a execução do programa, tal como o esboça a Comissão de Cooperação Econômica de Paris, vai obrigar-nos ao retorno a condições que se assemelham às que existiam no período da guerra. Seremos chamados a expandir nossas atividades extrativas, agrícolas e mineradoras, para colaborar nesse plano, com a contribuição de matérias-primas e produtos semicoloniais. A produção desses artigos, em quantidades anormais, forçará os países da América Latina a deslocar seus obreiros para atividades primárias, de baixo rendimento e sujeitas à instabilidade econômica. E o próprio Plano não prevê a manutenção, em níveis estáveis, a partir de 1951, das importações pela Europa, dos produtos latino-americanos. Conhecemos, por outro lado, por penosa experiência recente, os grandes danos que sofrerão as nossas economias com esse deslocamento de nossos fatores de produção, para atividades sem garantia de continuidade e de baixo rendimento econômico. Poderemos ser atingidos, na previsão do relatório de Paris, por severa diminuição no fornecimento de bens de produção, por parte dos Estados Unidos, porque a Europa, certamente, reclamará prioridade para suas necessidades. E, finalmente, desgastando ainda mais os nossos equipamentos econômicos, estaremos, ainda, expostos aos males da inflação, decorrentes de valorizações artificiais de preços, de exportações excessivas de bens essenciais de consumo e de dificuldades de financiamento de nossas produções e exportações.

A pobreza latino-americana

É mister que procuremos ressaltar, perante os homens de Estado, responsáveis pela reconstrução mundial, a verdadeira situação da América Latina. De há muito nos alistamos dentre os que

envidam esforços para despertar a consciência mundial, em relação aos padrões de vida ínfimos que vigoram na maioria das nações latino-americanas. Na Constituinte brasileira de 1934 fizemos incluir dispositivos no texto constitucional, determinando que “os poderes públicos verificarão, periodicamente, o padrão de vida nas várias regiões do país”.

Na Conferência Panamericana de Buenos Aires, em 1936, sugerimos, através da delegação brasileira, e mediante a seguinte recomendação, unanimemente aprovada, que fossem estudados, com urgência, os padrões de vida relativos a todo o continente americano:

“A Conferência Internacional de Consolidação da Paz recomenda: aos governos nela representados, que promovam, quanto antes, uma investigação sobre o nível de vida e os índices econômicos das diversas regiões dentro das suas fronteiras. A União Panamericana ficará incumbida de fixar as diretrizes a que deverão ajustar-se essas investigações e coordenar os seus resultados em bases que os tornem, no que for possível, suscetíveis de estudo e comparação. Esses estudos se realizarão sem prejuízo dos que faça o Bureau Internacional do Trabalho e serão acrescentados aos de Genebra”.

Somente nos últimos tempos é que se está compreendendo a importância de uma tal iniciativa que reputo básica, para que não confundamos acordos celebrados entre as nações com a preocupação de igualdade jurídica, com a desigualdade de fato derivada das condições muitas vezes contrastantes em que comparecem as partes. O padrão de vida médio de nossas populações é seis vezes inferior ao nível médio dos da Europa e 25 vezes inferior ao do norte-americano. E no estágio atual da civilização latino-americana, qualquer perda de substância, em matéria econômica, representará um agravamento das condições de pobreza de nossas populações. Os norte-americanos e europeus, que desfrutam alto padrão de vida, não compreendem, em sua maioria, as condições de penúria em que estão penosamente evoluindo os povos da América Latina. Esse estado de pauperismo não decorre de inferioridade de raças, porque todos nós somos provenientes, na maioria, dos mesmos troncos que povoam e promoveram o progresso das reuniões mais avançadas do globo. Somos vítimas, isso sim, de determinismos geográficos, que só a técnica e a ciência poderão corrigir, e essa corre-

ção demanda vultosos investimentos e grandes organizações técnicas que ainda não possuímos. Os nossos 120 milhões de latino-americanos se traduzem na unidade do homem-consumidor, em 20 milhões de europeus, ou em 5 milhões de norte-americanos. E o Plano Marshall vai servir a 270 milhões de europeus. Reconhecemos, entretanto, que, sob o ponto de vista econômico e da defesa da política americana, é evidente o maior interesse dos Estados Unidos em conceder prioridade à reconstrução da Europa. Existem, porém, outros aspectos políticos e sociais que demonstram a necessidade de que a valorização do homem latino-americano corra paralelamente com o reequipamento do homem europeu. Com a difusão do ensino e a divulgação dos progressos mundiais, cresce, diariamente, na América Latina, a consciência do seu estado de pobreza. Aumenta, incessantemente, a insatisfação das massas e daí a instabilidade de nossas instituições governamentais e o amplo campo que se oferece à propaganda extremista. Os 120 milhões de latino-americanos, ocupam uma área territorial de importância estratégica vital, não só para a defesa do continente, como também para a segurança da grande democracia norte-americana. Reequipar o homem europeu, e manter e agravar a pobreza latino-americana, além de constituir uma injustiça social, significa também incorrer num grave erro de estratégia política.

É verdade, entretanto, que a execução do programa da Comissão de Cooperação Econômica européia trará à América Latina a possibilidade de melhoria nas exportações para a Europa, nos próximos quatro anos.

O financiamento das exportações da América Latina

O nosso comércio internacional deve processar-se em base triangular: venderemos mais à Europa do que lhe poderemos comprar e compraremos mais dos Estados Unidos do que lhes poderemos vender. Qualquer intensificação de correntes comerciais tem que ser mantida nessas bases, tanto vale dizer, que os norte-americanos deverão financiar as nossas exportações para a Europa, habilitando-nos a intensificar nossas compras em seu país. Todos os fluxos de comércio, artificialmente criados, deveriam ser esta-

belecidos de forma a que fossem evitadas as inflações, no que desempenharia papel de relevo esse financiamento e a efetivação do comércio triangular. A América Latina, entretanto, não está em condições de financiar, com seus próprios recursos, parte da reconstrução da Europa. A rigor, somente as regiões de nosso continente, onde a vida média fosse igual ou superior à da Europa é que poderiam fazer uma contribuição para o reequipamento da Europa, sem imediata contrapartida. Qualquer outra região, onde o nível de vida médio for inferior ao nível de vida médio europeu, não pode renunciar a qualquer parcela de poder aquisitivo, criado pela sua produção. A possível contribuição por parte das regiões latino-americanas, onde o nível de vida médio for igual ou superior ao da Europa, não deverá, tampouco, ser feita nas mesmas bases percentuais da contribuição norte-americana ou do Canadá; seria preciso uma correção regressiva, baseada na renda nacional e no comércio internacional por habitante. A nosso ver, o princípio generalizado da contribuição da UNRRA, de percentagens iguais sobre as rendas nacionais nos vários países, não foi equitativo. Essas considerações não justificam, todavia, a suposição de que seria de pouca valia a contribuição dos povos latino-americanos para a reconstrução da Europa. A simples presença de determinadas matérias, supridas por aqueles países, pode representar fator decisivo nessa reconstrução, mesmo que monetariamente não traduzam tal circunstância. Em qualquer hipótese, estes suprimentos terão uma forte influência na estrutura econômica dos países latino-americanos, justificando, só por isso, a audiência, de representantes da América Latina, na elaboração final do Plano Marshall.

Cooperação econômica interamericana

Existe, finalmente, outra consideração a se fazer em relação à América Latina. Dada a natureza das produções tropicais, grande parte dos países possuem produções similares. Por mais que intensifiquemos o comércio entre as nações sul-americanas, ele será, por muito tempo, bastante inferior às nossas permutas com os países altamente industrializados e de zonas temperadas. Assim, uma união aduaneira latino-americana não teria, no momento, os mesmos fundamentos, justificativas e resultados de uma união dessa ordem entre países europeus.

A nossa cooperação econômica deve ser fundada em outras bases: utilização comum de nossos recursos naturais, melhoria nas condições de trabalho e no preparo técnico do latino-americano, utilização, em comum, de determinados equipamentos econômicos.

Conclusões

Em vista do exposto submetemos à apreciação da Comissão Executiva do Conselho Interamericano de Comércio e Produção, as seguintes considerações:

1) — Os países sul-americanos devem aplaudir, em princípio, e com viva simpatia, os altos desígnios enunciados pelos Estados Unidos da América do Norte, através do Plano Marshall;

2) — Apreciando o relatório da Comissão de Cooperação Econômica de Paris, verificamos, porém, que o programa de recuperação econômica, ali esboçado, traduz apenas os interesses dos países europeus, não se enquadrando, convenientemente, dentro de um plano internacional que também atenda aos interesses das nações pouco desenvolvidas economicamente;

3) — Na adoção de um plano dessa natureza e de tal magnitude, deve-se evitar a criação de um ambiente artificial de trabalho, para a América Latina, que redunde em seu enfraquecimento econômico futuro e na manutenção de seu atual estado de pauperismo. A América Latina deve pleitear, na elaboração final e execução desse Plano, que seus países sejam colocados em igualdade de condições com os países europeus, na obtenção, por parte dos Estados Unidos e do Canadá, de bens de produção de que necessitam para o seu reequipamento econômico.

4) — As nações da América devem pleitear a participação do fornecimento, dentro do Plano Marshall, de artigos e produtos que concorram, de fato, para a intensificação de sua economia. Devem ainda, pleitear a sua participação nos comitês de planejamento e de execução do Plano Marshall.

5) — As nações da América Latina estão, em sua grande maioria, impossibilitadas de fornecer, por sua própria conta, os financiamentos previstos dentro do Plano.

6) — Não é justo solicitar às regiões da América Latina, onde o padrão de vida médio por habitantes seja inferior ao padrão de vida médio normal da Europa, qualquer contribuição de trabalho ou de produção, sem a devida remuneração.

7) — As contribuições de sacrifício, porventura feitas pelas regiões latino-americanas cujo padrão de vida médio seja igual ou superior ao europeu, devem basear-se, principalmente, na organização de uma escala regressiva, em função da renda nacional média por habitante e do valor do comércio internacional por habitante.

8) — As nações latino-americanas devem pleitear a organização de uma Comissão de Cooperação Econômica que estude os meios para tornar mais eficiente uma efetiva cooperação dessa natureza entre os países americanos e a obtenção de auxílio norte-americano, para os seus planos de desenvolvimento econômico.

9) — As nações latino-americanas devem pleitear sejam atendidas, no Plano Marshall, as suas legítimas aspirações, para que a valorização do homem latino-americano seja propugnada simultaneamente com o soerguimento econômico do homem europeu, a quem rendemos o nosso preito de admiração pelas suas tradições de cultura e civilização democrática e cristã que marcadamente conformaram as instituições políticas, sociais e culturais da América Latina.

DIREITO INTERNACIONAL SOCIAL

A experiência dos últimos tempos revela que, tanto na elaboração, como na execução dos acordos econômicos internacionais, entre nações altamente desenvolvidas e outras de desenvolvimento incipiente, a igualdade jurídica, teoricamente existente entre as partes contratantes, não se traduz, de fato, em vantagens equivalentes do ponto de vista econômico e social.

Já em parecer apresentado ao Conselho do Comércio Exterior, em 27 de setembro de 1947, relativo à possibilidade da expansão industrial brasileira, num capítulo especial que dediquei aos tratados de comércio, assinalava:

“Não quisemos ou não pudemos compreender, até hoje, que tratados de reciprocidade, baseados na cláusula de nação mais favorecida, contendo condições jurídicas e teoricamente iguais para ambas as partes contratantes, acarretem, de fato, sob o ponto de vista econômico, uma progressiva vassalagem da nação menos aparelhada à mais poderosa”.

Alguns anos depois, em conferência pronunciada no auditório dos Serviços Hollerith, a 8 de outubro de 1943, estudando a política econômica mais conveniente ao Brasil no após-guerra, retomei novamente o problema.

“Quando se realizam tratados de comércio — afirmei — entre uma nação fortemente industrializada e outra em que predominam, como artigos de exportação, os chamados “produtos coloniais”, promove-se, de fato, a troca de produtos fracamente remunerados, por outros altamente recom-

pensados. Mesmo que se equilibrem, em valor monetário, os balanços de comércio e de pagamentos entre essas nações, o intercâmbio realizado favorece, sem dúvida, o país mais industrializado. Em verdade, acrescentei — tais tratados de comércio deveriam ser completados por entendimentos, em que o país que coloca em troca de produtos primários, artigos densamente remunerados, se obrigasse a uma cooperação compensadora, de ordem técnica e econômica, ao exportador de produtos primários”.

Podemos considerar que, na ordem internacional, há uma diferenciação hierárquica entre as nações, a qual corresponde à estrutura e ao papel desempenhado pela economia de cada uma delas nas relações internacionais. Verifica-se que essa escala hierárquica vai desde os países altamente desenvolvidos, intensamente industrializados, produtores e exportadores de mercadorias de alto teor técnico e econômico, até aos países de economia incipiente, predominantemente agrícolas, produtores e exportadores de bens de baixa densidade econômica. Os primeiros, em virtude dessas condições, desfrutam de altos níveis de vida; em contraposição, os segundos apresentam ínfimos padrões.

Em consequência ainda dessas mesmas condições, é elevada a participação dos primeiros no comércio mundial, enquanto os segundos, que, paradoxalmente, vivem à base de seu comércio exterior, exercem pequeno papel no intercâmbio internacional.

A situação do intercâmbio dos países exportadores de manufaturas e países exportadores de produtos primários, impõem a estes uma situação desvantajosa nos termos de troca. Os produtos primários, de uma maneira geral, são inelásticos e, inversamente, os produtos manufaturados têm uma alta elasticidade. A evolução dos preços de uns e outros produtos mostra disparidade. As flutuações dos níveis de preços atingem mais duramente os produtos primários do que os manufaturados, depreciando os termos de troca dos países exportadores dos primeiros. Por outro lado, os preços dos produtos primários, via de regra, não são influenciados pelos países produtores, mas são ditados pelos próprios países manufatureiros.

Segue-se daí que a política dos países desenvolvidos, até agora refletida nos acordos internacionais, sob a égide de igualdade jurí-

dica das nações, significa, em última análise, pela predominância dos seus interesses e pela subestimação dos interesses dos países menos desenvolvidos, a perpetuação de uma desigualdade de fato.

Por exemplo, a Carta Internacional de Comércio e Emprego, ultimamente elaborada em Havana, implica o desenvolvimento de um neoliberalismo. Procura substituir, no Plano das relações econômicas internacionais, os clássicos mecanismos automáticos do "laissez faire" por um sistema racional, funcionando sob o controle de um organismo mundial. Poderia parecer a observadores superficiais que ficaram instituídas, mediante esse instrumento, as bases de uma efetiva cooperação internacional. Todavia, a Carta não reconhece, efetivamente, as diferenças fundamentais decorrentes da natureza e dos interesses das diversas economias. São muito vagos e sem eficácia os dispositivos que implícita ou indiretamente contemplariam um tratamento eqüitativo. Na verdade, a Carta impõe um tratamento igual aos desiguais. Retira, em virtude de princípios gerais aplicáveis por igual a todos, os meios de defesa próprios das economias incipientes, sem, simultaneamente, proporcionar-lhes uma cooperação econômica compensadora. Nela não se observou que as obrigações previstas e de imediato adimplemento exigem comparativamente maiores sacrifícios das áreas novas, em virtude de sua menor resistência econômica. A tais desvantagens não correspondem senão declarações de princípios sem eficácia prática, em que se reconhece a necessidade do desenvolvimento dessas áreas.

A consecução de uma efetiva igualdade, que se manifeste em vantagens equivalentes para ambas as partes, teria de ser orientada pelo oferecimento de oportunidades concretas de desenvolvimento, que não só compensassem as desvantagens atuais que proporcionassem além da expansão do comércio mundial, a progressiva elevação dos níveis de vida nas áreas atrasadas.

A Comissão que foi à última hora constituída no Itamarati para preparar o ponto de vista do Brasil para a reunião em Londres, a primeira da Conferência do Comércio e Emprego, depois de reunir professores e técnicos no Rio de Janeiro e em São Paulo, produz alguns pontos, que foram adotados pela Comissão e pelo Governo. Naquela proposta aceitávamos o princípio da redução das tarifas e outras defesas, contanto e à medida que fossem oferecidas condições complementares à negociação tarifária que assegurassem eqüidade nas vantagens concedidas, tendo em vista a

estrutura econômica de cada um dos países. Propusemos que, entre as finalidades da Organização figurasse a seguinte:

“Possibilitar o levantamento de índices de renda nacional e de outros elementos característicos que revelem claramente a situação econômica de cada um dos países membros da Organização e permitam, mediante franca e leal cooperação, reduzir progressivamente os desníveis econômicos existentes, bem como ajustar as condições específicas de cada país, às normas que visem facilitar o intercâmbio comercial”.

A organização efetivaria, “progressivamente e de acordo com os diversos níveis e estruturas das economias nacionais, levando em conta as compensações complementares do dispositivo anterior aludido, a redução das barreiras alfandegárias”.

Na realidade, o desenvolvimento das áreas novas só pode ser obtido através de dois processos: ou por uma adequada proteção interna, que é um processo mais lento e ao mesmo tempo mais rigoroso; ou pela cooperação internacional, que é o processo mais eficaz, porque não importa numa diminuição do nível de consumo interno, não afeta as indústrias de exportação e contribui, numa palavra, para a expansão do comércio mundial.

Efetivamente, recentes acontecimentos internacionais da mais alta importância demonstram o caráter prático desta tese. Os empréstimos sob a forma de “lend-lease” que desempenharam um papel tão destacado na manutenção do esforço de guerra, constituem uma boa ilustração nesta matéria. Não só permitiram a continuidade e a intensificação da preparação bélica na Europa e no resto do mundo, como deram ensejo a uma elevação de produtividade nos Estados Unidos. Dir-se-á que é um exemplo de tempo de guerra. Há, porém, um mais recente e mais significativo. O Plano Marshall não é mais que um subsídio para manter o comércio internacional num nível que permita assegurar o pleno emprego e expandir o comércio mundial.

Na tese que apresentei em 1943, como contribuição da Federação das Indústrias do Estado de S. Paulo, à “Conferência Internacional de Rye” já acentuara:

“Delinea-se um grande movimento de caráter internacional para auxiliar a rápida reconstrução das zonas devasta-

das pela guerra. Não existe, porém, o mesmo anseio em socorrer muitos povos, em imensas regiões do globo, onde também milhões de indivíduos perecem anual e precocemente, vitimados pela miséria, pela ignorância, pela subnutrição e pelas enfermidades daí decorrentes. Por que não colocar no mesmo plano de atenção a recuperação da prosperidade dos países destróçados pela guerra e a outorga às nações pobres de um grau mínimo de conforto, a que devem fazer jus?

Se, nos congressos políticos internacionais, se reconhece para o estudo e aplicação de medidas fundamentais, a diferenciação existente quanto à capacidade bélica entre os vários povos, por que não diferenciar as medidas e providências de que cada nação necessita, de acordo com o grau de desenvolvimento da sua estrutura econômica?"

Tais medidas destinadas a estabelecer uma verdadeira justiça internacional entre os povos encontram sólidos precedentes nas novas práticas do Direito Social. Dentro de suas próprias fronteiras, as nações se viram compelidas a violar um dos cânones fundamentais do liberalismo econômico, pela intervenção do Estado no mercado de trabalho, de modo a estabelecer o equilíbrio das diferentes forças econômicas. Tais iniciativas permitiram que, nos contratos de trabalho, as partes contratantes, a despeito da desigualdade do seu poder econômico, negociem em bases de efetiva igualdade. Por outra parte, através de programas de assistência social procurou-se atenuar a gritante disparidade entre os níveis de vida dos vários grupos sociais.

Em consequência atenuam-se os efeitos das lutas econômicas e as pronunciadas diferenciações existentes entre as várias categorias e profissões.

Essa política social tem sido aplicada, como uma correção satisfatória às desigualdades, mesmo naqueles países em que, em virtude do lento ritmo de acumulação de capitais e dos baixos índices da denominada "relação de subsistência", parecia menos indicada.

No plano internacional, não parece impossível o estabelecimento de um critério semelhante. Buscar-se-ia, através dele, mediante corretivos de ordem econômica, política e social, atenuar a excessiva desigualdade, de fato, atualmente existente entre as nações, desigualdade cada vez mais agravada pela concentração técnica

e capitalística e pelo regime das relações econômicas vigentes no terreno internacional.

Essa política social — guardemos o nome pelo seu conteúdo ético — não é, porém, uma política de caráter meramente filantrópico mas um imperativo para o equilíbrio econômico do mundo e para o próprio bem-estar das nações mais poderosas. O Plano Marshall, se bem revela o espírito de solidariedade do povo norte-americano, representa uma política realista, um negócio a longo prazo, tomando negócio não só no sentido pejorativo com que são desestimulados os empreendedores no Brasil, mas na significação de uma operação comutativa, de prestações e vantagens bilaterais, ou no sentido de uma inversão reprodutiva.

Ao Direito Social que visa instituir as bases de uma racional política distributivista, dentro das fronteiras de cada país, deve corresponder, pois, uma Política Social Internacional que possa promover, por meio de uma distribuição mais eqüitativa dos meios de produção a eliminação das barreiras que impedem a difusão da prosperidade no mundo.

Essa política social internacional deve levar a um Direito, a um estatuto internacional que, mais que outro qualquer, dê confiança aos povos novos ou pobres de todo o mundo, e seja assim firme e mais sólido esteio à paz internacional.

Nesse sentido, na qualidade de Presidente deste Conselho, recomendo o estatuto e a elaboração de uma doutrina que, tomando em conta a atual política econômica internacional, sirva de base à formulação de um Direito Social Internacional.

Rio de Janeiro, 11 de maio de 1948

OBJETIVOS DA ENGENHARIA NACIONAL

Inegável a íntima relação que liga a evolução da nossa profissão à da economia geral.

A Escola Politécnica do Rio de Janeiro, criada em 1874, vai buscar suas origens na ação benemerita de D. João VI, com a fundação, em 1810, da Academia Real Militar, mais tarde Escola Militar, posteriormente desdobrada na Escola Central. Passada a sua fase essencialmente militar, justificada pelas necessidades da consolidação da posição internacional do Brasil no continente sul-americano e da manutenção da unidade da pátria, ameaçada por sucessivos movimentos revolucionários, pôde a escola, por volta de 1858, assumir caráter acentuadamente civil, exatamente quando o país começou a experimentar os primeiros progressos na ordem econômica.

O Vale do Paraíba alcançara a hegemonia econômica do país, graças à notável expansão da cultura do café. A engenharia nacional era chamada, principalmente, a prover as necessidades dos meios de comunicação e aparelhamentos dos vários pequenos portos, a serviço do comércio cafeeiro. Registrou-se, a partir de 1854, o primeiro surto ferroviário. As cidades, que se constituíam, reclamavam obras públicas. Sob o ponto de vista econômico-social, dominava, porém, até às vésperas da República, mentalidade acentuadamente agrária.

A engenharia especializou-se principalmente em trabalhos ferroviários, na construção de portos e na execução de obras públicas. A primeira exposição dessas obras, realizada no Império, em 1875, constituiu significativo índice dessa situação.

A partir de 1885, alguns engenheiros se preocuparam com os limitados ramos manufatureiros, que então começaram a surgir.

Não há negar, porém, que, no século XIX, e no início deste, notáveis engenheiros, que cursaram a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, se distinguiram, quase que exclusivamente, na construção de estradas de ferro e de obras públicas.

Vultos proeminentes, saídos em grande parte do centro cultural carioca, tais como: Francisco Pereira Passos, João Teixeira Soares, Aarão Reis, André Rebouças, Francisco Bicalho, Christiano Benedicto Ottoni, Augusto C. da Silva Telles, J. A. Brant de Carvalho, Pedro Betim Paes Leme, Francisco Picanço da Costa, José Pereira Rebouças, André Gustavo Paulo de Frontim, Gabriel Osório de Almeida, Honório Bicalho Hungria, Guilherme B. Weinschenck, Francisco Saturnino Rodrigues de Brito, Antônio Mário de Oliveira Bulhões, Emílio Schnoor, José Airosa Galvão e tantos outros, comprovam a proposição.

Os engenheiros da Escola de Minas, de Ouro Preto, obedeceram à mesma orientação. Ficamos, porém, a dever-lhes eruditos estudos sobre os nossos recursos naturais e várias realizações de monta em nossa indústria extrativa.

Dois grandes congressos técnicos se realizaram na Capital da República, até o início deste século: o ferroviário, de 1882, e o de engenharia e indústria, comemorativo do 4.º centenário da descoberta do Brasil. Sem embargo do seu título, tiveram acentuada predominância, na importante reunião, os assuntos ligados aos problemas ferroviários, portuários e de obras públicas.

São Paulo moderno é praticamente filho da República. Após um centenário de lutas e de pobreza, somente por volta de 1860 é que a antiga província se foi erguendo; e já em pleno regime republicano é que se firmou, definitivamente, a hegemonia da produção cafeeira no planalto piratiningano. Aqui se repetiria, ainda uma vez, o que já se havia verificado em outras zonas do Brasil, quanto à íntima ligação existente entre a formação das *elites* e o enriquecimento regional.

Em nossa *História Econômica do Brasil*, salientamos que, após cento e cinquenta anos de vida atrasada e paupérrima, a costa Leste-noroeste do Brasil se afirmaria como fruto de um surto algodoeiro e da exportação do arroz branco, consubstanciado em São Luís do Maranhão, o qual, adquirindo alguma riqueza, pôde preparar os homens, que deram origem, em começos do século XIX, à “Atenas do Norte”.

A *elite* cultural, que se formou no Rio de Janeiro, no século XIX, só se tornou possível com o progresso material da cidade. A formação cultural paulista, que nos deu as grandes figuras republicanas, deriva do surto cafeeiro.

A nossa Escola Politécnica, fundada na última década do século XIX, época memorável do aparecimento, entre nós, dos primeiros capitais de vulto, oriundos do enriquecimento pelo café, prepararia engenheiros, que se iriam dedicar, principalmente, às construções ferroviárias, a principal necessidade reclamada pela expansão da cafeicultura, e às obras públicas, impostas pelas novas cidades, que repontavam de toda parte.

A engenharia paulista

Na organização de nossa Escola Politécnica (1894), houve, como era natural, uma conciliação entre as diretrizes já adotadas pela engenharia nacional e os programas mais avançados dos cursos europeus.

São Paulo iniciava, então, o seu grande surto progressista. No plano político, enfrentava, galhardamente, as responsabilidades que tinha na implantação da República, oferecendo ao país uma série de presidentes ilustres. A nossa capital, com 70.000 habitantes em 1890, alcançaria 240.000 em 1900.

O café, estimulando o desbravamento dos sertões, desdobrou-se nesses maravilhosos “oceanos verdes”, acarretando a exploração incessante de novas zonas, que se iam integrando, sucessivamente, na sua vida produtiva.

Ao lado das economias que se formavam, alinhavam-se os capitais importados, atraídos pelos altos proventos dessa cultura. De 1888 a 1901, a grande imigração duplicou a população do Estado. Em tal ambiente, a nossa engenharia sentiu-se cada vez mais presa às construções ferroviárias, que se alastravam, para satisfazer as necessidades do escoamento da preciosa rubiácea.

Os novos núcleos de povoação reclamavam, incessantemente, obras públicas, abastecimentos d’água, esgotos, iluminação, calçamentos, etc. Cresciam, também, paralelamente, os quadros do funcionalismo técnico.

Em conseqüência, as ferrovias, as obras públicas e o funcionalismo passaram a absorver as atividades da maioria dos nossos colegas.

O insigne engenheiro, Antônio Francisco de Paula Sousa, foi bem a grande figura representativa dessa primeira e brilhante fase profissional.

Os trabalhos de arquitetura e de construção civil acompanham em toda a parte do mundo, o aumento da riqueza nacional, a elevação dos níveis culturais e de vida, e os crescimentos demográficos. Nada mais natural, portanto, que, inicialmente, proliferassem, entre nós, os mestres de obra estrangeiros, que para aqui traziam os ensinamentos adquiridos em velhas civilizações, já cristalizadas. Salvo honrosíssimas exceções, decorreu algum tempo, antes que os nossos engenheiros chamassem a si os projetos e a direção das construções civis.

Nessa primeira etapa, a ausência de obras de vulto justificava a deficiência de numerosos escritórios técnicos. A evolução do progresso social-econômico iria, porém, mostrar, mais uma vez, a subordinação das atividades profissionais ao determinismo do meio. De fato, o enriquecimento das cidades criaria, nos últimos 20 anos, um mercado considerável para as construções civis, que passaram a ocupar parte apreciável de nossos engenheiros.

A superprodução cafeeira, a baixa dos valores dos produtos agrícolas, o decréscimo de nosso poder aquisitivo no exterior e a paralisação da entrada de novos capitais estrangeiros, atenuaram nosso desenvolvimento ferroviário. Essas circunstâncias aceleraram a derivação da maior parte da nossa engenharia para as cidades, e seu ingresso no funcionalismo público e nos escritórios de construções.

O notável engenheiro arquiteto, Francisco de Paula Ramos de Azevedo, com seus assinalados serviços à nossa capital, representa o expoente máximo dessa segunda fase.

JORNADA DE HABITAÇÃO ECONÔMICA

Quadro das atividades humanas

Condicionar a possibilidade da habitação econômica ao padrão de vida, não é senão e apenas reconhecer, de início, toda a complexidade do assunto e sua íntima relação com fenômenos gerais, de ordem econômica, social e política.

Esse padrão, guardadas as condições normais de trabalho e de organização que se verificam em países civilizados, depende precipuamente da capacidade e da atividade desenvolvidas pelos vários elementos das populações, no exercício de uma função útil.

O trabalho útil, aquele que produz bens e serviços absorvidos pela sociedade, desenvolve-se, nos vários recantos do globo, através das indústrias extrativas da agricultura, da indústria manufatureira, dos transportes, do comércio, dos serviços diretamente prestados às pessoas e à coletividade.

Nas regiões superpovoadas da Ásia, prepondera a agricultura. Os processos rotineiros aí observados, demandam, porém, grande número de braços para a obtenção de artigos básicos à alimentação e vestuário, os quais são obtidos com muito menor labor em outras regiões mais adiantadas. Daí uma das causas da parca remuneração obtida pelos lavradores asiáticos.

Na África, no continente sul-americano, nas regiões orientais da Europa, tem primazia, também, a atividade agrícola, que absorve, realmente, a ocupação de 3/4 partes da população do globo.

Na Europa ocidental e na América do Norte, predominam as atividades manufatureiras, e aí, com auxílio da máquina, o homem

conseguiu multiplicar por tal forma sua eficiência produtora, que a acumulação de sobras permitiu-lhe alcançar um grau superior de enriquecimento, e, em consequência, um mais elevado padrão de vida.

Nos países que se industrializam, nota-se um acentuado crescimento nas cidades, que dia a dia absorvem a maior parte das populações. É que a prática da agricultura intensiva e a maquinização dos campos permitiram a dispensa de numerosos braços aí empregados. Em tais países, à medida que avultam os trabalhos da indústria manufatureira, aumenta o número dos que se dedicam aos transportes e atividades comerciais e dos que se atêm à prestação de serviços diretos às pessoas e à coletividade.

À medida que melhora o padrão geral de vida, mais se acentuam as exigências do homem no que concerne ao trato do seu corpo e à cultura do seu espírito. É de assinalar que as classes, cujas atividades se referem à prestação de serviços diretamente aos indivíduos e à coletividade, e que compreendem os funcionários públicos, médicos, engenheiros, professores, artistas, empregados domésticos e outros, orçam, nos Estados Unidos, por mais de 7.500.000 pessoas, das quais mais de 3.000.000 nas profissões liberais!

Quão diferente é a situação de outros povos, que até hoje vivem numa indústria extrativa rudimentar, como os homens dos primeiros tempos da história!

Aspectos nacionais

Em país da nossa formação, é pelo preparo individual, pelo desenvolvimento intenso da técnica, pela importação e pela criação de capitais, por uma contínua preocupação de adaptar os habitantes, em cada região, aos recursos econômicos, que aí se possam mobilizar, que conseguiremos um aumento no rendimento efetivo e na capacidade de ganho de cada trabalhador brasileiro.

Compulsando recentemente um estudo sobre a melhoria do nosso operário industrial, verifiquei, com pesar, que se admite como escolaridade média, do milhão de trabalhadores da nossa indústria, um período inferior a 2 anos, contra 5 a 8 verificados na Inglaterra, na Alemanha e nos Estados Unidos! Como exigir de nosso

homem a mesma eficiência na luta econômica internacional, em face a outros, que receberam muito melhor preparo?

O selvagem brasileiro era nômade por excelência. Vivendo precipuamente da caça, de produtos da floresta e da pesca, construía sua palhoça para durar o tempo correspondente ao esgotamento da zona, que lhe ia fornecer alimentação.

O nosso caboclo constrói sua casa de barro, cobrindo-a geralmente com palha de sapé. A estrutura de madeira roliça, de maior diâmetro nos cantos e nos apoios dos portais, leva nos intervalos uma trama de pau de menores diâmetros, e o vedado é conseguido com barro amassado, barro de sopapo. A amarração do madeiramento é quase sempre obtida com fios de cipó ou outras fibras silvestres; o piso, terra socada; como mobiliário, esteiras, tarimbas e troncos de madeira. Habitação extremamente pobre, mas que dura geralmente o tempo necessário ao esgotamento das terras adjacentes que cultiva. Dentro de sua pobreza e dos materiais, de que dispõe, é o que melhor pode fazer em nosso clima tropical.

Pouco valerá explicar-lhe o perigo da coabitação de insetos, de parasitas, que lhe vão infeccionar o corpo subalimentado.

Só pela reeducação, com ensinamentos que lhe aumentem a capacidade produtiva, e lhe permitam, igualmente, a escolha de regiões mais adequadas ao seu progresso, se lhe propiciará a possibilidade de evolucionar para um estágio superior, a exigir uma habitação melhor e um padrão de vida mais alto.

Nas lavouras de caráter permanente, tais como as de café, de açúcar e algumas outras, já existem milhares de casas de colonos construídas em obediência aos indispensáveis preceitos da higiene.

Mas em extensas regiões do Brasil, onde não há agricultura organizada, onde se produzem artigos de pequeno valor, vegetam em estéril círculo vicioso centenas de milhares de campônios, com padrão de vida muito próximo ao do nosso homem primitivo.

Cidades do passado

Na grande maioria das cidades do interior, não possuímos construções de caráter estável, feitas de material rico e duradouro, porque aí não tivemos ciclos de progresso de longa duração.

Nossas melhores cidades do interior, nos tempos coloniais, foram as da mineração, que conheceram, no entanto, períodos áureos inferiores a sessenta anos.

As ricas cidades medievais da Europa são frutos de séculos de evolução progressista, e, colocadas como se achavam nas grandes rotas comerciais ou nos centros de prósperas e permanentes zonas de lavoura, receberam por anos afora o influxo desses fatores de enriquecimento.

A economia da terra

Praticamos, no Brasil, uma agricultura extensiva. Devastamos nossas terras sem o menor cuidado, numa ânsia de lucro imediato, despreocupados de lhes conservar o húmus, fruto de uma acumulação milenar. Em consequência, assistimos ao rápido esgotamento de vastas zonas, cujo progresso, tão bem iniciado no passado, não pode ser mantido.

O estudo aprofundado da geografia econômica e da geografia humana do país fixaria, em páginas dolorosas, a nossa ignorância no que concerne à “economia da terra”.

Os maiores movimentos migratórios aqui observados, até a liderança econômica de São Paulo, processaram-se todos em ciclos que apenas duraram meio século.

As grandes migrações para as Minas Gerais verificaram-se de 1700 a 1760; as que se dirigiram para os cafezais do Vale do Paraíba, de 1810 a 1860, e as que se orientaram para a borracha, entre 1869 e 1908.

A todos esses movimentos, que drenaram principalmente consideráveis massas das populações das antigas regiões açucareiras, seguiram-se períodos de intensa depressão local.

A influência da indústria

São Paulo é que vem mantendo, há mais de noventa anos, um ininterrupto progresso, hoje novamente impulsionado pelo seu parque industrial.

Assim como a revolução industrial criou as grandes cidades da Europa e da América do Norte, com todos os seus complexos problemas de habitação e urbanismo, assim também a nossa evolução industrial está determinando o constante crescimento desta grande capital e haverá de provocar, no país, a criação e o surto de muitas outras cidades populosas.

A indústria exerce sobre o homem uma grande função educadora. Exige-lhe conhecimentos científicos, que precisam ser incessantemente mantidos. Dispõe-no à disciplina do trabalho. Obriga-o a organizações econômicas. Estimula o seu espírito de invenção. Aumentando a sua capacidade de ganho, enriquece a população em geral, elevando o padrão de vida médio.

Temos a ventura de possuir, nas zonas em que mais se desenvolvem nossas indústrias, clima muito mais ameno e condições de alimentação bem mais fáceis do que as que preponderam nos países do hemisfério setentrional.

As atividades industriais criam, porém, as concentrações operárias, que, por sua vez, originam e agravam a crise das moradias baratas nas cidades.

Podemos, entretanto, haurir, para bem orientar nossa evolução, todos os ensinamentos dos dolorosos fenômenos de crescimento observados alhures, em regiões que já passaram por fase idêntica.

O Congresso de Buenos Aires

Entre 2 e 7 de outubro de 1939, realizou-se em Buenos Aires o 1.º Congresso Panamericano de Vivendas Populares. As conclusões votadas pelas suas várias comissões e as resoluções do plenário demonstram o alto interesse que o assunto despertou, assim como o seu entrelaçamento com as questões atinentes à salubridade pública e ao desenvolvimento econômico e social das populações. Na representação do Brasil, os srs. drs. Paulo Acioly de Sá, Rubens Porto e Plínio Cantanhede tiveram marcante atuação, oferecendo ainda interessantes monografias sobre vários aspectos das teses em debate.

Recomendou o Congresso a solução preferencial do problema pela vivenda individual; solução a meu ver, muito influenciada pelo

predomínio das atividades agrícolas na maioria dos países representados.

É de assinalar que a primeira comissão considerou, de início, a procura da vivenda popular, apenas como um aspeto parcial do problema mais amplo do nível de vida das classes de menores recursos.

Digna de menção é a seguinte conclusão, de carácter geral, votada pela IV comissão: "Todo plano de vivenda popular deve ser encarado, antes de outro qualquer estudo, como um plano urbanístico. Portanto, todo projeto de vivendas populares deve ser considerado parte integrante do Plano Regulador da Expansão Regional".

São de salientar as conclusões relativas ao fomento da construção de vivenda de tipo "granja popular", na qual os membros da família do trabalhador rural e seu próprio chefe, no período de desocupação, possam contribuir com o rendimento de sua pequena exploração, para os gastos do lar; as relativas ao financiamento das construções, aos aspectos higiênicos e sociais da matéria, etc.

Para o custeio das casas baratas reconheceu-se a necessidade da ação conjunta do Estado e dos capitais particulares, a colaboração das instituições de crédito e a atenção especial de todos os países da América, dado que "o fomento dessas construções é um meio indispensável para conservar a ordem social nos Estados e o melhor elemento para levantar o nível cultural e moral dos que são por elas beneficiados".

Na campanha de edificação "pró vivenda popular", o Congresso aconselhou também a necessidade da difusão de princípios concernentes à alimentação racional e à racionalização dos mobiliários nas moradias.

Para manter, em carácter permanente, uma grande campanha de alto interesse público, o Congresso recomendou a criação em todos os países do continente americano, de comissões nacionais de vivendas populares, com grande cópia de atribuições e constituídas por peritos em legislação, finanças, economia, urbanismo, higiene, arquitetura, engenharia, indústrias de materiais de construção, educação e serviços sociais. Todos esses órgãos devem ser coordenados pelo Instituto Interamericano da Vivenda Popular, que será criado em Buenos Aires, mediante uma convenção diplomática panamericana.

Repetições necessárias

Acentuamos, de início, que a boa moradia ao alcance das populações mais pobres constitui necessidade de caráter universal. Apresenta-se, porém, com diferente acuidade para as populações dos campos, das pequenas e das grandes cidades industriais, dependendo, ainda, da natureza do clima e das densidades demográficas das várias regiões.

Nas zonas rurais, observadas certas condições fundamentais de higiene, a solução do problema é bem mais fácil que nas grandes cidades industriais.

A maioria das cabanas do nosso homem do campo tem feição provisória, pois que abrigam operários da indústria extrativa ou da agricultura, de caráter instável. Como regra geral, somente as explorações de caráter permanente é que proporcionam sobras e permitem a ereção de edificações de caráter mais estável.

A reeducação e o fortalecimento do nosso camponês e a utilização de suas atividades nas regiões mais apropriadas poderão habituá-lo a alcançar melhor padrão de vida e a construir moradia mais confortável.

Pesquisas sociais

Nas grandes cidades, e principalmente nos centros de rápida industrialização, é que a proposição apresenta aspectos mais sérios e que não podem ser ignorados pelos poderes públicos.

Paulo Acioly de Sá, um grande estudioso dos assuntos nacionais, em sua erudita monografia sobre "A Vivenda Popular no Brasil", enumera as indagações sociológicas, que com caráter científico temos feito, no sentido de apurar as condições de vida de nossas maiores cidades.

Destaca, com justiça, os dois inquéritos realizados por professores americanos contratados pela Escola Livre de Sociologia e Política de S. Paulo. Um, levado a efeito em 1938, na administração Fábio Prado, sobre as condições de vida dos empregados municipais da limpeza pública, e no qual verificou Samuel Lowrie que 59% desses empregados moravam com suas famílias em um

único cômodo, 29% em moradias de dois cômodos e 10% em moradias de três cômodos.

O outro inquérito feito pelo professor Davis, em 1932, em cooperação com o Instituto de Higiene de S. Paulo, constatou, por igual, a existência de penosas condições de vida para grande número de famílias.

O inquérito levado a efeito pelo Grupo de Ação Social do Rio de Janeiro, em 1936, fixou aglomerações que iam até à coabitação de 11 pessoas em um único pequeno cômodo, com um único W.C. para grupos de 50 pessoas, bem como a ausência das mais rudimentares instalações sanitárias em grande número de vivendas visitadas.

Em Recife, o inquérito mandado fazer pelo Interventor Federal, sr. dr. Agamemnon de Magalhães, verificou a existência de 45.581 mocambos, de construção de paredes em geral de taipa, barro sobre esteios de madeira, e, na maioria, cobertos de palha. Nos mocambos residiam 164.137 pessoas, cerca de 31% da população do Recife; 66,6% desses mocambos tinham menos de 3 cômodos. A metade dos operários fabris de Recife morava nessas habitações.

O Interventor iniciou a luta contra essa deplorável situação, promovendo inteligente cooperação do Estado com as iniciativas particulares. Removeu, para trabalhar no interior, grandes levas dos habitantes dos mocambos, que não encontravam ocupações em Recife, e melhorou as condições sanitárias dos mocambos, que podiam ser tolerados. Fez edificar, pelo Estado e pela iniciativa particular, grande número de vilas proletárias, e assim pôde apressar a demolição de muitas dessas indesejáveis moradias.

Mas sua excelência há de ter verificado que o problema tem raízes bem profundas, sendo, em boa parte, índice de excesso de braços em face dos recursos econômicos da região. Impõe-se, portanto, para sua definitiva solução, paralelamente à campanha contra os mocambos, um reajustamento de ordem econômica.

Conforme fez ressaltar Lewis Mumford na sua "Cultura das cidades", de nada vale destruir os cortiços, se não destruímos, ao mesmo tempo, as causas de empobrecimento, de que a vida nesses cortiços é apenas um índice.

Ao higienista obrigado a combater as habitações insalubres, deparam-se a cada passo dificuldades de ordem econômica. Des-

truir uma habitação insalubre, muita vez, apenas desloca o caso; a família que o habitava irá retirar-se para outro lugar, talvez ainda em piores condições, contanto que esteja fora do alcance da fiscalização do poder público. . .

As vivendas populares

Dia a dia, mais se verifica, nas grandes cidades, que não é possível obter, da iniciativa particular, a construção de vivendas populares em número suficiente para as necessidades das populações.

No regime econômico em que vivemos, os capitais procuram lucros ou remunerações, que não podem ser dados pelos parcos orçamentos das famílias operárias e das classes menos favorecidas.

Tentar deslocar o problema, favorecendo a aquisição individual de prédios para qualquer chefe de família, é criar, muita vez, uma situação insuportável para os proprietários, que ficam escravizados a dívidas a cujos serviços, absorvendo proporção muito elevada de seus rendimentos, sacrificam a satisfação de outras necessidades da vida.

A casa individual no regime normal só deve ser proporcionada àqueles que têm recursos suficientes para arcar com o ônus criado.

Dadas as exigências, que devem preencher as habitações pelo conceito real que hoje temos da vida, não é possível proporcionarmos, pelos meios comuns, habitação conveniente para a grande massa popular das grandes cidades.

O crescimento excessivo dos preços dos terrenos urbanos ocasiona, aí, a superlotação das habitações e a ocupação indevida de sótãos e porões.

A descentralização torna-se difícil, porque os impostos, arrecadados nas habitações proletárias não são suficientes para assegurar os custosos serviços públicos exigidos por uma cidade moderna. Tais serviços são principalmente mantidos pela contribuição das classes médias, dos prédios comerciais e dos de grande rendimento.

Na ânsia de procurar uma solução para a casa barata, tem-se sacrificado, na elaboração de seus projetos, muitos dos progressos aconselhados pela técnica.

Os inquéritos realizados em São Paulo mostram que os alugueis absorvem cerca de 20% dos orçamentos familiares. No Rio de Janeiro, para determinadas classes, encontram-se cifras acima de 30 por cento. Na Holanda, essa verba varia de 10 a 15%. Nas classes trabalhadoras, na maioria dos países civilizados, vai de 20 a 30%.

Não é possível também, aguardarmos, por tempo indeterminado, que o padrão geral de vida médio se eleve, por toda parte, a um tal grau, que dentro do regime econômico vigente e sob a ação da lei da oferta e da procura de capitais, possa a iniciativa particular proporcionar casas confortáveis para todos os que dela precisam.

A casa moderna

A casa moderna é uma verdadeira instituição biológica. Com o conceito do direito da vida, que tem de ser por toda a parte generalizado, a moradia para o ser humano precisa conter um número mínimo de atributos e proporcionar elementos essenciais de conforto.

Essa casa tem que possuir as indispensáveis condições higiênicas, tem de assegurar o abrigo e repouso aos componentes da família, tem que proporcionar o aparelhamento necessário ao preparo e serviço das refeições, tem que facilitar a criação e educação convenientes da prole, e, finalmente, tem que possibilitar um mínimo de distrações para os seus habitantes, de todas as idades.

O problema das moradias, das grandes massas nas grandes cidades, passa a ser questão de urbanismo, subordinado às necessidades de ordem individual, social, técnica, demográfica e econômica.

Para a sua integral solução, torna-se indispensável a intervenção decisiva do Estado.

São Paulo

Não devemos e não podemos ignorar que, em São Paulo, cidade de que tanto nos orgulhamos, cerca de 50% de sua população não estão convenientemente alojados e abrigados.

Há um evidente desequilíbrio entre a instalação de novas fábricas, a criação de novas correntes comerciais e a construção das edificações necessárias ao alojamento de uma forte massa operária, que cresce intensa e ininterruptamente.

A elevada percentagem que entre nós representa, dentro do custo da vida, o preço do alojamento, é mais um índice dessa situação anormal que precisamos corrigir a todo o transe.

A previdência social

É de justiça salientar que nos últimos tempos após a criação dos institutos de previdência social, a legislação federal vem permitindo a utilização de seu patrimônio, para auxiliar a solução de tão importante problema.

Não obstante já se acharem aplicados, em várias cidades do país, no financiamento dessas construções, quase 100 mil contos de réis do patrimônio desses institutos, as moradias construídas não atingem ainda cinco mil, número muito pequeno em relação às nossas necessidades. As caixas econômicas federais movimentam-se no sentido dessa mesma e salutar política.

Nossas indústrias podem também colaborar, nesse mesmo programa, fazendo edificar, nas proximidades de seus estabelecimentos fabris, as residências necessárias ao seu operariado. Aliás as nossas grandes empresas de serviços públicos e muitas fábricas já estão favorecendo a construção de vivendas populares, na justa compreensão das vantagens que fruirão, tendo como cooperadores homens de trabalho, com saúde e com mentalidade orientada para o progresso. Constitui, mesmo, uma forma de estabilizar o pessoal operário, facilitar-lhe a boa habitação.

Em países como o nosso, onde a terra é abundante, o ideal seria proporcionar para o maior número a posse da habitação individual. Classes há, porém, que não têm suficiente capacidade para ganhar o necessário para essa aquisição; para elas impõe-se a construção de habitações econômicas, de aluguel acessível às suas posses.

As pesquisas demográficas e sociais, convenientemente orientadas, podem oferecer aos governos das cidades noções precisas

sobre as condições de vida de seus habitantes, habilitando-os a promoverem as medidas necessárias para proporcionar, no seu crescimento, o maior conforto para o maior número.

Urgem, porém, principalmente nas grandes cidades, soluções de muito maior escala, e estas só podem ser alcançadas, como se verificou nas importantes realizações que, no gênero, se levaram a efeito na Inglaterra e na Alemanha, após 1920, pela iniciativa e apoio dos poderes públicos.

Sendo a maior massa de nossas populações marcadamente pobre, a vivenda popular deve ser por excelência do tipo da habitação, cuja construção deve interessar aos governos e a todas as classes, que compreendam a imprescindível necessidade de conduzir e manter, com um mínimo de atritos, a formação social brasileira. Objetivo que se entrelaça com a formação da nossa raça, com a higiene e a saúde pública, com a alegria de viver de nossa gente, deve merecer, incessantemente, a nossa melhor atenção. Problema de difícil solução por simples iniciativa privada, porque num país, onde o capital é escasso e caro e onde o poder aquisitivo médio é tão baixo, não podemos esperar que a iniciativa privada venha em escala suficiente ao encontro das necessidades da grande massa, proporcionando-lhe habitações econômicas, que não remunerem suficientemente os capitais aí investidos.

AS FINANÇAS BRASILEIRAS

Sendo certo que toda a vida social gira em torno dos fatos econômicos, o seu estudo na evolução econômica brasileira faz realçar incontinenti as principais causas de crises no país. Temos entre nós causas permanentes, de origem congênita e causas acidentais. E são elas tão numerosas que as crises reinam endemicamente no Brasil, passando o país a sofrer consideravelmente, sempre que uma grave perturbação econômica universal venha atingi-lo em seu movimento ondulatório.

Se temos sentido grandes depressões oriundas de poderosos fatores externos que escaparam ao nosso controle, muitas vezes temos agravado, com a nossa inépcia, a atuação desses mesmos fatores. As maiores crises que temos experimentado foram, porém, devidas a falhas em nossa organização administrativa, pois que existe uma interdependência ineludível entre a direção dos negócios públicos e o curso geral da economia privada.

Na vida social, todas as causas determinantes de sua boa ou má evolução influenciam-se mutuamente tornando-se, com alternativas, causas e efeitos.

O estudo das diferentes causas que perturbam a marcha normal de nossa evolução é, portanto, necessário para se chegar a uma concepção unificadora das medidas que têm de restaurar cada campo especial das atividades nacionais. O conhecimento pleno da gênese do mal torna mais exequível a eficiência dos remédios.

Em princípios do século XIX já se acentuavam no terreno econômico, com reflexos na esfera política, os pródromos da nossa independência. O decreto de 28 de janeiro de 1808, abrindo os portos brasileiros à navegação e comércio das nações amigas, e o

alvará de 1.º de abril de 1808, que revoga toda e qualquer proibição relativa à liberdade de indústria e manufatura no país, são porém os primeiros atos de D. João VI, após sua chegada ao Brasil, favorecendo a formação das bases de independência comercial brasileira. O decreto de 1.º de setembro de 1808 mandou circular no interior do país as moedas de ouro, prata e cobre que corriam à beira-mar e o alvará de 12 de outubro fundou o primeiro Banco do Brasil, que foi constituído com o capital nominal de 1.200 contos; era banco emissor, e nele se entesourou o ouro do país. Foi organizado, precipuamente, para ajudar o Tesouro que lançou mão de suas emissões para custear em grande parte as despesas da corte.

Até o ano de 1810 a nossa moeda legal era, de fato, o ouro. Nesse ano, a lei autorizando a cunhagem de prata, dando uma margem de cerca de 28% a favor desta, na relação dos padrões, começou a expelir a moeda de ouro da circulação.

Em seguida, a cunhagem do cobre e as emissões do Banco do Brasil repeliram o ouro e a prata do meio circulante. Em 1821, só o cobre e as notas do Banco circulavam. As emissões sucessivas do Banco e as moedas de cobre verdadeiras e falsas, muitas, cunhadas pelas próprias capitanias, prejudicaram o valor da moeda e também influíram no câmbio. Por ocasião do regresso de D. João VI para Portugal, foram retirados do Banco, abruptamente, os saldos de ouro, o que lhe abalou o crédito, impossibilitando a conversão dos bilhetes emitidos, e o Banco entrou em crise. Apesar das medidas protetoras de que lançou mão o governo local, a crise do Banco, agravada pelos serviços que teve de prestar nas guerras da independência e unificação, foi se acentuando até a sua liquidação em 1829.

Se a vinda de D. João VI ao Brasil foi um elemento de progresso, sua partida, nas condições em que foi feita, constituiu um grave elemento de perturbação financeira, cujos efeitos perduram até os nossos dias.

Escreveu Armitage:

“Como um final à sua administração das finanças do Brasil, o Sr. D. João VI, ao retirar-se em 1821 para Portugal, deixou aos seus leais e amados súditos do Brasil uma prova de sua real e paternal solicitude pelo seu bem-estar,

esvaziando o Tesouro, o Banco e até o Museu, levando consigo todo artigo de valor, inclusive os espécimes de ouro e diamantes, que há anos pertenciam a este último estabelecimento nacional!"

A desmoralização do primeiro banco estabelecido no Brasil, a baixa do câmbio, a inflação do meio circulante, a instituição do papel-moeda, foram, pois, legados que nos deixou D. João VI.

Em 1829, verificou-se no Brasil a grave perturbação na circulação conhecida pela crise do *Xen-xen*, resultante do abuso da emissão da moeda divisionária de cobre, principalmente na Bahia.

Conhecida, como é, a interdependência dos fatores sociais, econômicos e financeiros e sabido que o desenvolvimento normal, social e econômico de um Estado depende, em grande parte, do seu sistema monetário, pode-se compreender, desde logo, os tropeços e as graves crises que daí em diante sofreu o país pela ausência de um sistema monetário e de crédito, adequado às suas necessidades.

Em 1851, Irineu Evangelista de Sousa, depois Visconde de Mauá, organizou o segundo Banco do Brasil, que, três anos depois se fundiu com o Banco Comercial, com o capital de 30.000 contos. Em 1854 Mauá fundou a casa Bancária de Mauá, Mac Gregor & Cia., que tão assinalados serviços prestou à economia brasileira. O ano de 1857 foi para a Europa e para os Estados Unidos um período de grave crise econômico-financeira. Essa crise provocou uma retração considerável do consumo de mercadorias coloniais e trouxe a baixa nos preços das nossas exportações e uma evasão do ouro para o estrangeiro. O Brasil, sem um aparelhamento bancário que permitisse a defesa da situação econômica e sofrendo, no momento, um movimento fictício de negócios novos, experimentou forte embate. A retração súbita do crédito, causada pela necessidade de fazer face ao reembolso de bilhetes do Banco, provocou inúmeras falências e a brusca queda do câmbio. Mais uma vez se acentuava a nossa sensibilidade em relação aos efeitos da balança de comércio e agravamento de qualquer crise pelos vícios da circulação.

Posto em foco o problema circulatório, os anos de 1857 e 1858 assistiram ao debate da questão bancária. Sousa Franco tornou-se apologista da pluralidade dos bancos emissores, sendo sucessivamente criados o Banco Comercial e Agrícola, o Banco da

Província do Rio Grande do Sul, o da província de Pernambuco, o da Bahia e o Banco Rural Hipotecário.

Em 1864 verificou-se a quebra da conhecida casa bancária *Souto* que deu o nome à grave crise assinalada nesse época. O crédito da casa *Souto* rivalizava com o do próprio Banco do Brasil e a sua quebra foi atribuída ao excesso de emissão de títulos ao portador e abuso de crédito em más operações comerciais.

Como conseqüência, registrou-se grande pânico no Rio de Janeiro, com reflexo nas demais praças do Brasil, e corridas nas casas bancárias, sendo o Governo forçado a autorizar o Banco do Brasil a emitir três vezes mais do que o fundo disponível e a declarar o curso forçado de suas notas, decretando ainda, a 17 de setembro, moratória por 60 dias.

Em 1866, foi abolida a faculdade emissora dos bancos, passando esse direito novamente para o Tesouro. As necessidades criadas pelas campanhas do Prata em 1864, pela guerra do Paraguai de 1865 a 1870 e os insucessos verificados pelas crises precedentes, obrigaram o Governo a tomar esse novo rumo.

A liquidação da guerra do Paraguai e a grande seca que devastou o norte do país de 1877 a 1879, agravada pela crise mundial de 1875-1877, forçaram a nação a novas emissões fiduciárias.

A inflação do meio circulante sem o corretivo de uma boa organização bancária exagerou o espírito especulativo que se criou após a verificação da vitória do Brasil.

Necessidades do Tesouro levaram o Governo, em 1875, a adotar uma política deflacionista, que, aliada a perturbações na circulação oriundas da forma por que realizou operações de crédito internas e externas, bem como a falta de elasticidade do meio circulante, provocou nova crise que levou à falência o Banco Nacional, o Banco Mauá e outros estabelecimentos.

A hostilidade latente, existente em certos meios contra Mauá, cuja eficiência tinha afinal "fatigado a incapacidade de seus rivais", concorreu também para que o Poder Público não o amparasse a tempo, como teria sido justo e possível.

Como do exposto se verifica, as contingências do erário público, a falta de uma circulação monetária sã, conversível e elástica, e certos atos imprevidentes do Governo Central, foram sempre os maiores agravadores, senão os próprios geradores das crises, e as

classes produtivas e os homens de iniciativa no trabalho nacional, as suas principais vítimas.

De 1875 a 1878 todas essas circunstâncias aliadas a erros administrativos e reformas políticas, causaram um pronunciado mal-estar no Brasil.

No período de 1879 a 1888 eram gerais os protestos das classes produtoras que clamavam contra as oscilações violentas nos preços do café, borracha e algodão, a falta de elasticidade no meio circulante e as deficiências da organização do crédito. Mal-estar esse agravado com a promulgação da lei de 13 de maio de 1888, pela forma por que foi feita: ausência de indenização aos proprietários de escravos, falta de previdência quanto à desorganização completa do trabalho agrícola que a lei viria ocasionar e que de fato ocasionou, pois que não foi colhida a metade das safras de 1888.

Em 1882 foi reformada a lei das sociedades anônimas, regulando-se a instituição das debêntures e procurando-se popularizar esse tipo de sociedade como eficiente instrumento de progresso industrial. Em 1888 foi votada nova lei monetária, criando mais uma vez a pluralidade dos bancos emissores. O nervosismo reinante, essas reformas e o afluxo, por empréstimos, de dinheiro estrangeiro, fizeram que os últimos tempos da monarquia fossem caracterizados por especulações bolsistas. A fundação do Banco Construtor do Brasil, em outubro de 1889, cujo enorme capital foi subscrito em poucas horas, constituiu um dos maiores acontecimentos da praça do Rio de Janeiro.

Proclamada a República, iniciou o Governo provisório uma série de medidas tendentes a fomentar o desenvolvimento de negócios no país. O decreto de 7 de janeiro de 1890 reformou a lei de 1882 e concorreu para o aumento da especulação, porque subtraía aos cedentes as responsabilidades de integralizar as ações das sociedades anônimas que fossem negociadas e isentou os diretores da responsabilidade, desde que seus atos tivessem sido aprovados por assembléia geral. O decreto de 1891 atenuou o mal, pois que além de outros dispositivos, determinou a exigência da realização de 40% das ações para que pudessem ser transferidas. As associações de classe pediram, enfim, ao Governo a abolição das duas principais medidas do decreto de 1890, que davam origem às especulações desonestas. E o Governo atendeu.

O prurido especulativo dos últimos anos monárquicos, desenvolvido pelos novos acontecimentos, conduziu o país à grande crise conhecida pelo nome de *Encilhamento*.

O que foi o *encilhamento*, provocado em grande parte por atos administrativos impensados, pelas grandes emissões de papel-moeda que quadruplicaram o meio circulante sem a dosagem e o controle do crédito e as suas nefastas conseqüências para o comércio nacional, é coisa que, por tradição, todos conhecemos. A excitação dos negócios era produzida pela atuação do próprio Governo que dava concessões, promulgava decretos sucessivos com a preocupação mais de demolir o passado do que de fazer o nosso progresso evoluir em marcha harmônica com seus fatores reais.

O espírito especulativo que se apossou das massas é admiravelmente descrito por Taunay:

“Por que razão pedir e pagar um sem-número de produtos à interesseira e avara Europa, até perfumes! quando de tudo aqui se tinha, em profusão inacreditável? Tanta matéria-prima à mão, e, entretanto, malbaratada, perdida, a apodrecer, como se fosse no centro da bárbara e desconfiada Ásia ou da negra e boçal África! Importar seda, chá, vinho, trigo, linho e mil artefatos! Que inconsideração! E que faziam Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, todos os climas do mundo incluídos dentro do Brasil vastíssimo, internacional? Só se carecia de uma coisa: iniciativa, espírito de associação. A todo o transeurgia apelar, reunir, mobilizar capitais, acordá-los, sacudi-los, tangê-los, sem detença nem vacilação, obrigá-los a frutificar — antes do mais em proveito de quantos se propunham, ousados e patriotas (era essa a nota do dia) a agitar e vencer o torpor das economias amontoadas, apáticas, imprimindo-lhes elasticidade e vibração!”

Convém acentuar mais uma vez que, como as anteriores, todas as emissões foram feitas para satisfazer necessidades do erário público, estando o Governo com despesas exageradas, devidas às agitações políticas do país e às iniciativas de vulto tomadas pela República. O golpe de estado de 1891, a revolta de Santa Cruz, a revolução federalista de 1893, a campanha de Canudos de 1896, foram todos fatores de perturbação do crédito externo do país e causadores de novas emissões de papel fiduciário.

Em 1898, assumiu Campos Sales a presidência da República e iniciou a conhecida política do saneamento do meio circulante pela deflação e valorização do papel-moeda. Essa política, se bem que melhorasse as condições do câmbio e do crédito externo brasileiro, provocou, como era de esperar, a grande crise de 1900, conhecida como *crise dos bancos*, que levou à falência nada menos de dezessete estabelecimentos bancários do Brasil, colocando em penosa situação as classes produtoras.

Verifica-se do exposto acima que, no Brasil, durante o século XIX, foram os fatos políticos e atos administrativos que quase sempre motivaram ou agravaram os estados de crise. Durante esse século alterou-se profundamente a distribuição relativa da população dos Estados Unidos do Brasil e a ordem de importância dos seus produtos de exportação. De fato, no princípio do século era no Norte que se encontrava a maior parte da população escrava para o cultivo da cana e do algodão (Bahia e Pernambuco eram os Estados mais populosos) e por ordem de importância eram o açúcar, o algodão, os couros, o café e o cacau os nossos principais produtos de exportação.

No presente século, em face da supremacia absoluta do café como produto de maior exportação, as crises de café constituem crises nacionais, dado o reflexo imediato de seus efeitos sobre todas as classes trabalhadoras do país.

Com o mau sistema circulatório e insuficiente aparelhamento bancário, uma crise de café repercute nas taxas de câmbio, provocando perturbações na circulação, e os seus efeitos acumulam-se, destruindo energias, economias, abalando o espírito de iniciativa e o moral das classes produtoras.

Não usufruísemos situação natural e privilegiada no mundo, como produtores de café, e teríamos, na concorrência internacional, perdido essa posição no comércio do produto, como já o perdemos no de outros pela nossa má organização econômica, ausência de aparelhamentos de defesa e de uma sã circulação.

Tivemos crise de superprodução do café em 1905, que originou o convênio de Taubaté e em 1911, em que as safras se apresentaram superiores às normais. Em 1914, sofremos a crise originada pela guerra, e em 1917 teve o Governo que intervir novamente no mercado de café devido ao excesso dos estoques. Em

1919, o câmbio ascendeu, em poucos meses, da taxa de 12 às proximidades de 19, sacrificando, ainda uma vez, a produção nacional.

Em 1921, houve nova intervenção do Governo Federal no mercado de café, para o que contraiu um empréstimo de £ 9.000.000.

Em 1922, com a ascensão do presidente Artur Bernardes, foi reformado o Banco do Brasil, sendo-lhe dado o caráterístico de banco emissor. Em dois anos o Banco emitiu, na realidade para as necessidades do Tesouro, de que o Banco era grande credor, acima de 700.000 contos, que foram incorporados assim à circulação e provocaram uma nova excitação de negócios.

No entanto, em 1925 foi alterada a política financeira começada em 1923, iniciando-se violenta deflação que ocasionou uma grave crise para as classes produtoras do país. A lavoura cafeeira pôde ser amparada por uma operação de crédito externo feita pelo Instituto de Café, mas as classes industriais experimentaram todas as agruras provindas de uma rápida deflação e de uma alta de câmbio de 30% em menos de três meses. As indústrias de São Paulo sofreram ainda mais devido ao congestionamento do porto de Santos e à grande crise de energia elétrica provocada pela seca. Não é exagerado dizer-se que a indústria paulista deve ter perdido, na crise de 1925, recursos equivalentes a 40% de seus capitais.

Assumindo a presidência da República o Dr. Washington Luís anunciou um programa altamente favorável às classes produtoras do país: a estabilização do valor da moeda, acabando com a instabilidade dos valores permitiria aos industriais e aos produtores em geral a organização de programas definidos de trabalho.

A política da estabilização de preços, seguida pelo Instituto de Café, aliada à da organização do crédito agrícola pelo Banco do Estado de São Paulo, criou uma situação favorável aos lavradores. A classe industrial, sofrendo ainda dos efeitos da crise de 1925, obteve em 1928 uma reforma parcial das tarifas de tecidos no sentido de ampará-las contra o "dumping" promovido pelos industriais estrangeiros.

Infelizmente, a caixa de estabilização, funcionando como aparelho emissor, trouxe inflação de crédito que não foi evitada a tempo por uma política bancária conveniente; e, em março de 1929 foi começada nova deflação, produzida pelo aumento do encaixe do Banco do Brasil. . .

Em junho de 1929 foi iniciada a campanha para a eleição presidencial, trazendo forte agitação à política nacional.

Em outubro do mesmo ano foi alterada violentamente, por um erro de apreciação, a política do Instituto de Café, agravando essa brusca mudança de diretriz a grave crise econômico-comercial e financeira em que ainda nos debatemos, exatamente no momento em que atingira a todas as classes produtoras do mundo (1).

O exame dos fatos históricos enumerados, o estudo de nossas condições mesológicas, o conhecimento direto que têm as classes que trabalham dos tropeços que encontram para o desenvolvimento da produção do Brasil, levam-nos às seguintes conclusões:

- 1) A causa fundamental dos entraves ao nosso desenvolvimento econômico reside no defeito congênito do nosso meio circulante e na insuficiência do nosso aparelhamento de crédito, que além de não amparar nossa produção, nos deixa ainda indefesos contra as repercussões das crises externas;
- 2) As agitações políticas que tem experimentado o Brasil desde os tempos coloniais, a incompetência que temos demonstrado na solução dos nossos problemas técnicos com a tendência exagerada de darmos soluções filosóficas aos nossos problemas práticos, com mudanças bruscas em sistemas financeiros, quando a continuidade administrativa e os processos de evolução cuidadosos deviam ser normas habituais de governo, são outros tantos fatores de perturbações econômicas;
- 3) A situação geográfica brasileira na sua maioria em zona tropical e com produção, portanto, correspondente à de outras zonas do mundo em que o trabalho é executado pelas raças negra e amarela, com padrões de vida muito inferiores ao da raça branca, concorre, na tendência niveladora das relações econômicas internacionais, para que o padrão de vida do Brasil seja baixo, para que a população seja em sua maioria pobre e sua capacidade aquisitiva mínima. Este fator geográfico só pode ser corrigido com

(1) No opúsculo "As Crises no Brasil" esclareço as responsabilidades dessa brusca alteração na política de defesa do café.

uma organização ultraprotecionista de *defesa do trabalho nacional*, sob todos os aspectos;

- 4) A preponderância na exportação de um único produto faz repousar a defesa da nossa balança de contas em base instável, dificultando enormemente a solução dos nossos problemas econômicos e reclama, no interesse nacional, enquanto perdurar esse predomínio, medidas que assegurem uma estabilidade relativa no preço ouro do café;
- 5) Dada a organização social moderna, a variedade e abundância de nossas matérias-primas e o respeitável mercado consumidor que já representa a população brasileira, nenhum outro fato, fora do desenvolvimento da indústria, poderá fornecer oportunidade maior para se conseguir uma rápida melhoria do padrão de vida no Brasil;
- 6) Vários defeitos do nosso sistema tributário, do nosso sistema de transportes, e da nossa legislação social, que agravam sobremodo as condições do trabalho nacional, devem ser eliminados a fim de melhorar as condições brasileiras na dura concorrência econômica internacional.

Na crise endêmica em que vivemos, no mal-estar em que mergulham todas as classes da nação, muitos há que procuram encontrar um bode expiatório para explicação das causas do mal. E, infelizmente, as classes industriais, as que mais sofrem, porque nenhuma outra como ela precisa de organização nacional perfeita, para se manter na concorrência mundial e do enriquecimento da população, para que subsista um mercado consumidor adequado à sua produção, têm sido apontadas como um dos fatores desse mal-estar!

Essa indisposição contra a indústria não é, porém, de admirar porque num inquérito sobre as origens das crises, feito nos Estados Unidos, de que fala um relatório de Carrol Wright, aparecem como causas apontadas as coisas mais extravagantes entre as quais destacamos:

“Restrição da liberdade às mulheres, falta de conveniente educação dos meninos, defeitos na lei sobre as tutelas das crianças, concessão de passes gratuitos nas estradas de ferro, alta taxa dos telégrafos, uso do fumo, etc.

Isso não impediu, contudo, que o povo norte-americano soubesse, pelos seus homens de responsabilidade, determinar as causas fundamentais e as circunstâncias agravantes das crises e procurar o remédio conveniente.

É tão complexo o problema brasileiro, que sua solução deve ser dada principalmente pela colaboração efetiva dos estudiosos que estão de fato ligados às atividades reais do país. Estamos vivendo numa época em que, nos campos da atividade humana, não faltam elementos de pesquisas e processos de estudos adequados para se alcançar as soluções mais convenientes. O nosso passado está cheio de experiências infrutíferas e de erros pelos quais todos nós estamos arduamente pagando. Não podemos mais errar na solução dos nossos problemas fundamentais. Não temos esse direito.

O PROBLEMA DA MOEDA E A PROSPERIDADE NACIONAL

Continua em foco o problema da moeda, sua importância e posição na vida política do país. Vários trabalhos têm sido publicados, notando-se porém, uma certa insistência de parte de alguns porta-vozes no sentido de acusar a indústria, responsabilizando-a de aviltamento do cruzeiro. Procuramos ouvir então o senador Roberto Simonsen. Grande estudioso dos problemas brasileiros, destacando-se entre os vinte e tantos livros publicados a *História Econômica do Brasil*, já em dois volumes, e também com a responsabilidade de líder industrial, a sua palavra naturalmente se torna respeitável pela ponderação e espírito patriótico com que trata sempre os problemas.

José Maria Whitaker e a inflação

Às nossas primeiras perguntas o economista Roberto Simonsen nos respondeu:

“Em entrevista que, a 22 de novembro do ano passado, o eminente financista, dr. José Maria Whitaker concedeu aos *Diários Associados*, sob o título “Combate à inflação”, dentre várias considerações da mais acentuada realidade, declarou:

21 — Um outro problema, nem por todos percebido é o do câmbio, de imensa importância e imperiosa solução.

22 — Há cerca de seis anos foi fixada uma taxa cambial que se julgava então adequada às condições do país. Estas condições

aos poucos se modificaram, e, nos últimos doze meses, tornaram-se radicalmente diferentes. Nossa moeda desvalorizou-se, duplicando ou mesmo triplicando o preço das principais utilidades.

23 — O preço, todavia, do ouro, das moedas estrangeiras, conservou-se o mesmo; e desta forma, paradoxalmente, nesta hora terrível é o ouro, isto é, a moeda com que pagamos as importações, a única mercadoria barata no Brasil.

24 — As conseqüências desse fato são evidentes. Nossa produção encarece todos os dias com a progressiva desvalorização de nossa moeda. A produção, porém, dos países de que mais importamos conserva mais ou menos estáveis os preços do custo, graças aos cuidados com que todos se defendem da inflação; e esses preços tornam-se para nós cada vez mais acessíveis, porque a moeda com que pagamos, e que dentro do nosso país todos os dias se desvaloriza, conserva para os países estrangeiros o mesmo valor que tinha há seis anos atrás.

25 — É claro que essa anomalia anula toda proteção até agora concedida à indústria nacional, a qual será, por força, suplantada pela concorrência, dentro do país, desde que se restabeleça a normalidade da navegação internacional”.

“Procurado por um seu colega de imprensa sobre essa entrevista no mesmo dia em que ela foi publicada, tive oportunidade de comentar:

“O sr. José Maria Whitaker, com a sua grande autoridade moral e de experimentado financista, que todos nós reconhecemos, deu uma informação das mais oportunas, sobre medidas que aconselha, para o combate à inflação. Estou de pleno acordo com a maior parte de suas considerações e sugestões. Merece destaque especial a sua apreciação sobre a situação cambial. A maior parte de nossa gente está iludida em relação ao valor do cruzeiro, chegando mesmo muitos a supor que a nossa moeda deveria ser desvalorizada, porque dispomos no momento de grandes saldos no exterior. No estudo a que fizemos proceder sobre a paridade do poder aquisitivo interno do cruzeiro, em relação às moedas americana, inglesa, argentina e canadense, chegou-se à conclusão de que, de fato, precisaríamos elevar o dólar a quase o dobro de seu valor atual, para que a produção brasileira pudesse concorrer em paridade razoável com a daqueles países, dado o encarecimento que sofremos com a inflação aqui reinante. A situação atual de nossa moeda

funciona como um grande prêmio para a importação e esta somente ainda não se realiza em maior escala por que os países estrangeiros não estão preparados para intensificar as exportações”.

Duas correntes a definir

Com a mesma clareza que decorre do conhecimento profundo que tem dos problemas nacionais, por força de constantes estudos e pesquisas, prosseguiu o nosso entrevistado:

“Esse tópico da entrevista do dr. José Maria Whitaker e as minhas considerações de ordem inteiramente objetiva provocaram verdadeira celeuma por parte dos partidários da valorização da taxa cambial no Brasil.

Dentre estes eu destaco duas classes: a dos bem intencionados, que acreditam que a valorização da nossa moeda pode e deve ser feita através de uma modificação da taxa cambial, e a dos que estão vinculados por interesses aos capitais estrangeiros investidos no Brasil e que desejam, com a mesma quantidade de cruzeiros, remeter a maior quantia possível de moeda estrangeira. A esta última categoria aliam-se também os importadores de artigos estrangeiros.

Ora, acontece que, por circunstâncias acidentais, acumularam-se no exterior vultosas somas de divisas estrangeiras.

Sentindo os esforços empregados pelo Governo Federal para cercear as emissões, um grande grupo de interessados passou a especular, em fins do ano passado, em torno de uma eventual valorização de nossa taxa cambial.

Para que se aquilate da importância que essa medida representa para grandes grupos financeiros, basta que se mencione que o total dos capitais estrangeiros investidos no país monta, atualmente, em cerca de 50 bilhões de cruzeiros. Ora, uma valorização da taxa cambial de 10% dessa quantia, equivale a uma apreciação para esses capitais investidos de 5 bilhões de cruzeiros. A remessa de juros e dividendos representa, anualmente, acima de 2 bilhões de cruzeiros. Qualquer apreciação da taxa cambial traduz, imediatamente, um considerável aumento de disponibilidades em divisas estrangeiras para satisfação dos nossos credores no exterior.

O nosso estoque de divisas no exterior passou, assim, a ser um pomo cobiçado pelos detentores de capitais estrangeiros investidos no Brasil, para os fornecedores do exterior e para os nossos importadores. Daí a agitação levantada em torno das declarações do dr. José Maria Whitaker e dos ligeiros reparos que a propósito tive ocasião de fazer”.

Memorando ao Presidente da República

Indagamos, então, de s. excia., se as classes industriais do Brasil, diante dos ataques constantes de que são vítimas — o que vem desarticulando evidentemente o nosso esforço de produção — não têm nenhum trabalho feito a esse respeito. O dr. Roberto Simonsen procura uma pasta e nos mostra alguns estudos, acrescentando:

“A 17 de agosto do mesmo ano de 1946, antes, portanto, da entrevista do dr. José Maria Whitaker, havíamos apresentado, em nome das classes produtoras, ao sr. Presidente da República, um memorando contendo várias sugestões para combater a inflação e a carestia da vida, em que tratávamos da estabilização de preços dos principais produtos alimentícios, da organização de postos de abastecimento nas zonas fabris, de providências para evitar a queda da plantação de cereais no Brasil e da política a seguir em relação às exportações, preços, autarquias e transportes. Sob o título “Valor Internacional do Cruzeiro”, declaramos:

1.º — Toda e qualquer alteração do valor da moeda determinará, fatalmente, uma perturbação geral de todos os valores e aumentará o clima de desconfiança.

2.º — Toda e qualquer alteração do valor internacional da moeda facilitará, imediatamente, especulações monetárias, que perturbarão os níveis de preços.

3.º — O esforço do governo deve ser dirigido no sentido de manter estáveis todos os níveis, e principalmente, o da moeda, que é a medida geral dos valores.

4.º — Uma desvalorização do cruzeiro (passando, por exemplo, o dólar a Cr\$ 30,00 ou Cr\$ 40,00) aumentaria a inflação. Uma valorização do cruzeiro (passando, por exemplo, o dólar a

Cr\$ 15,00 ou Cr\$ 10,00) teria, entre outros, os seguintes efeitos perniciosos:

a) — graves prejuízos ao Tesouro Nacional. De fato, os estoques de ouro e divisas de 700 milhões de dólares que valem 14 bilhões de cruzeiros, com o dólar a Cr\$ 20,00, valeriam apenas 7 ou 10 bilhões, com o dólar a 15,00 ou 10,00;

b) — a valorização internacional do cruzeiro corresponderia ainda a um prêmio outorgado aos produtores estrangeiros, em detrimento dos produtores nacionais, principalmente agricultores e industriais;

c) — estão errados os que pensam poder estancar as emissões pelo aumento do valor internacional do cruzeiro. É verdade que as emissões provêm, em parte, do excesso do valor da exportação sobre o da importação. O governo tem de pagar aos exportadores pelos dólares que eles oferecem, mais cruzeiros, que pelos dólares que estes compram.

Se o dólar valesse apenas Cr\$ 10,00, o governo pagaria menos cruzeiros aos exportadores, mas também receberia menos cruzeiros dos importadores. O dólar a Cr\$ 10,00 significaria baixos preços de importação; se isso pudesse estimular a importação, o governo receberia mais cruzeiros, podendo evitar emissões. Mas a escassez mundial de produtos torna difícil, no momento, maiores importações.

O dólar a Cr\$ 10,00 significaria também baixos preços de exportação; se isso pudesse desestimular a exportação, o governo teria de comprar menos dólares, podendo evitar emissões. Mas o mundo precisa de produtos brasileiros e preferirá aumentar os preços em dólares para não desestimular as exportações brasileiras. Isto poderia até acarretar o aumento do desequilíbrio já existente entre o valor da exportação e o da importação, o que obrigaria, de fato, o governo a continuar o regime emissionista para fazer face a esse desajustamento”.

Havia, nessa ocasião, forte compressão no sentido de valorizar a taxa cambial. Os exportadores procuravam antecipar a venda de suas cambiais. Os importadores protelaram ao máximo a aquisição de divisas. Julgava-se inevitável a alteração da taxa cambial e em torno dessa previsão agiram os grupos financeiros interessados.

No dia imediato à entrega, ao sr. presidente da República, do memorial em questão, dei uma entrevista ao *Correio da Ma-*

nhã, sob o título “Preços, Salários e Carestia da Vida”. Ali, devidamente autorizado pelo sr. presidente da República, afirmei o seguinte:

“Precisamos agora reajustar nossas linhas de produção às realidades dos mercados de paz. E concentrar todos os nossos esforços num programa que venha impedir toda e qualquer alta das utilidades indispensáveis à vida do povo. Mas não é possível estabilizar valores sem estabilizarmos a relação de valores que é a moeda. As alterações do valor do cruzeiro perturbarão qualquer esforço no sentido de uma estabilização de preços. Expusemos esse ponto ao general Dutra e obtivemos do chefe da Nação a esperança de que não haverá alteração no valor do cruzeiro”.

A pressão especuladora

“Como se vê — acrescenta o ilustre senador paulista — estamos trabalhando e temos trabalhado no melhor sentido de cooperação, para que possamos encontrar a solução adequada para esses gravíssimos problemas, que vêm sendo motivo para agitação e até para diatribes de caráter pessoal, quando estão em jogo os interesses nacionais”. E acrescenta:

“A nossa declaração de 17 de agosto fez com que cessasse a pressão especuladora, que voltava, porém, um mês depois, a se fazer sentir”.

Lembra-nos, então, o dr. Roberto Simonsen, o seu último discurso no Senado, em que abordou o problema nos seguintes termos:

“Ora, devido ao regime inflacionário em que temos vivido nos últimos anos, a nossa produção encareceu, sobremodo, em relação aos principais países com que mantemos relações comerciais. Fundamentados na comparação dos índices de custo de vida, podemos dizer que entre 1939 e 1947 o nosso custo de produção aumentou de 90% em relação aos Estados Unidos, de 12% em relação ao Reino Unido e de 26% em relação à República Argentina.

Sentimos bem esse fato na desvalorização do poder aquisitivo interno de nossa moeda. Essas diferenças significam uma esmagadora vantagem oferecida aos produtores que, nesses países, se dedicam a atividades similares às nossas.

Esses números, pela teoria da paridade do poder aquisitivo da moeda, indicam que esgotados os estoques de divisas acumulados no estrangeiro, por circunstâncias acidentais, as nossas taxas cambiais — em que pese aos observadores superficiais de nossa história econômica — tenderão, infeliz e inexoravelmente, a declinar.

Um planejamento econômico adotado no devido tempo, facilitará, ainda, a estabilização de nossa moeda, permitindo que valorize o seu poder aquisitivo interno, com o apoio do único meio legítimo, que é a intensificação do trabalho nacional.

Aos que pensam deter a onda inflacionista e baratear o custo de vida mediante alteração em nossas taxas cambiais, firmados na existência desses saldos acidentais, e em desacordo com a nossa realidade econômica, eu lembraria que fizessem um estudo consciencioso e pormenorizado dos reflexos de tal providência na produção e na vida social do país.

A nossa preocupação deve ser, pois, a de manter a estabilidade da moeda, a fim de evitar perturbações no trabalho, e procurar valorizar o seu poder aquisitivo interno, pela política de um sadio regime democrático, pela manutenção de um clima de segurança — todos estes elementos indispensáveis para incrementar a expansão da produção e um regime de paz social”.

De tudo quanto acima ficou exposto, é evidente que sou a favor do desenvolvimento de um grande esforço para que prossigamos mantendo uma moeda estável, reajustando os preços e os valores em torno dessa estabilização. Não acredito, porém, que sem uma forte política econômica, bem definida, de intensificação e de amparo à produção, possamos evitar que se esgotem, muito mais rapidamente do que pensamos, os nossos estoques de divisas no exterior. Assistiremos, então, ao inexorável declínio de nossas taxas cambiais”.

O conceito de taxa vil

— Mas v. excia. não acha que a taxa atual, que se aproxima de dois pences por cruzeiro, é realmente uma taxa vil? — insistimos. E o sr. Simonsen nos contesta:

“O conceito de taxa vil é relativo. Quando o presidente Washington Luís tentou a estabilização à taxa aproximada de seis

pence, a imprensa oposicionista, numa veemente campanha demagógica, acusou aquele nosso eminente patrício de desejar uma taxa vil para o câmbio brasileiro. No entanto, o tempo demonstrou que aquela paridade cambial não pôde ser mantida e assistimos a sucessivas derrocadas no custo internacional de nossa moeda. Esta vem sendo, porém, mantida, há mais de 5 anos, em torno das taxas atuais. Nos países supercapitalizados, essas depressões nas taxas cambiais afetam fundamentalmente os investimentos e a riqueza nacional. O Brasil é um país com reconhecida insuficiência de capitais. Aqui as taxas cambiais têm variado, principalmente em função da insuficiência de nossas exportações em relação às necessidades de nossas populações.

Reajustados todos os valores em torno das taxas cambiais vigentes, essa alegação de taxa vil não passará de demagogia econômica, ou então de mimetismo em relação ao que se passa em países de estrutura econômica profundamente diferenciada da nossa”.

A desvalorização da moeda e as indústrias

E finalizou o senador Simonsen:

“Não sou absolutamente partidário de taxas cambiais baixas, nem tampouco as entidades de classe da indústria pleitearam qualquer desvalorização da moeda brasileira.

As atividades agrícolas e industriais do país concorrem para o fortalecimento de nossas taxas cambiais. As atividades agrícolas através de suas correntes de exportação, e as indústrias principalmente, para diminuir a pressão da procura de divisas estrangeiras.

A produção industrial brasileira deve alcançar neste momento mais de 50 bilhões de cruzeiros anuais. Como obter divisas estrangeiras para pagar o consumo de nossas populações de produtos industriais?

Nas ligeiras considerações que fiz em torno da magnífica entrevista do dr. José Maria Whitaker registrei apenas fatos constatados pelos técnicos do Departamento de Economia da Federação das Indústrias de S. Paulo, isto é, que o cálculo da paridade do poder aquisitivo de nossa moeda em face dos principais países com quem

mantemos relações comerciais indica a tendência para a desvalorização da moeda brasileira no mercado internacional, acima de 40 cruzeiros para o dólar. Esse fato que constitui uma verdade científica não indica que eu seja, de qualquer forma, partidário da desvalorização do cruzeiro. Muito ao contrário. Prego e pregarei, por todos os meios, a valorização da moeda nacional, quando colabore com os poderes públicos para o equilíbrio orçamentário, para o saneamento das nossas finanças e para a intensificação da produção nacional.

Neste, como em todos os casos que interessam à vida nacional, procuro a verdade onde quer que ela esteja. Não me deixo levar por paixões doutrinárias que não cultivo, nem por quaisquer interesses estranhos aos verdadeiros interesses de meu país, que não os tenho”.

RECURSOS ECONÔMICOS E MOVIMENTOS DAS POPULAÇÕES

A difícil situação, em que se encontra, presentemente, a humanidade, dividida por profundos desentendimentos, tem despertado a atenção dos estudiosos para os problemas, que lhe estão especialmente ligados, na esperança de que surjam soluções, que tornem possível uma evolução mais feliz e pacífica. Deve merecer, por isso, calorosos encômios a comissão organizadora do 8.º Congresso Científico Americano, pela especial atenção que dedicou, em seu programa, aos assuntos ligados às populações.

As lições do passado ensina-nos que o bem-estar de uma população, onde quer que se encontre, resulta, principalmente, de um harmonioso equilíbrio entre o homem, o ambiente e os recursos econômicos.

A não ser por causas exteriores, oriundas de guerras e invasões, ou, em determinadas épocas, por motivos de ordem religiosa, a maioria das migrações humanas assenta em razões econômicas ou é fruto do desequilíbrio verificado entre o aumento das populações e os recursos do meio em que se agitam.

O crescimento acentuado das populações européias, no século XIX, possibilitou as grandes correntes migratórias para o continente americano e o rápido progresso de vários países. As mais vultosas emigrações assinalaram-se nos povos, em que mais acentuada era a pressão demográfica, isto é, o excesso das populações, em face aos recursos econômicos disponíveis.

Com a ampla liberdade internacional de movimento, nesse século, as migrações exerceram importante papel na correção dos desequilíbrios econômicos. Os excessos da população inglesa esco-

ram-se facilmente para as suas colônias e para os Estados Unidos; as sobras das populações alemãs e nórdicas emigraram para os Estados Unidos e, em menor escala, para algumas regiões da América do Sul; os povos da bacia do Mediterrâneo, principalmente italianos e espanhóis, dirigiram-se em grandes levadas para o continente americano, e os portugueses afluíram em número considerável para as suas colônias, para o Brasil e ainda para os Estados Unidos.

As restrições opostas, no século atual, às migrações, e a política demográfica, por que se orientaram diversas nações, criaram gravíssimos problemas de pressão demográfica, que contribuem impressionantemente para a intranquilidade e para as rivalidades mundiais. A Alemanha, a Itália e o Japão constituem, neste instante, três grandes núcleos de acentuada pressão demográfica.

Em alguns países, dentro do seu próprio território, e particularmente em determinadas regiões, registram-se também essas desarmonias entre as populações e os respectivos recursos econômicos. Como recursos econômicos, entendemos as possibilidades de produção de uma determinada zona, baseadas nos seus recursos naturais, nos aparelhamentos e instituições econômicas existentes, nas facilidades proporcionadas a novas expansões e nas suas relações econômicas com outras regiões ⁽¹⁾.

Constituindo questão fundamental para qualquer nacionalidade a melhoria geral do nível de vida de suas populações, é natural que se facilitem as migrações internas, objetivando um equilíbrio mais harmônico, dentro de suas fronteiras, entre as populações locais e os seus recursos econômicos.

Nos Estados Unidos, depois da grande crise de 1929, em face da enorme massa de desempregados que se foi sempre avolumando, fizeram-se aprofundados estudos sobre os níveis de vida do país, sobre as migrações internas havidas no passado, nas épocas das crises, e sobre a criação de uma política migratória capaz de melhorar a situação geral e de diminuir o número de desocupados.

Os Estados Unidos constituem, porém, uma exceção no continente americano. Há 50 anos que aí terminou, praticamente, o

(1) Frank Lorimer — "Population and Economic Resources in the United States" e National Resources Committee — "The Problems of a Changing Population".

deslocamento das fronteiras econômicas para o Oeste. O país acha-se cortado por extensa rede de estradas de ferro, construídas para o transporte de grandes massas de minérios, matérias-primas e gêneros de alimentação, necessários ao desenvolvimento da sua vultosa indústria e de seu comércio exportador. Dispõe ainda de numerosas e esplêndidas estradas de rodagem. Finalmente, em matéria de capitais e equipamentos econômicos, talvez seja a maior nação do mundo.

Tais circunstâncias não lograram, porém, impedir que se manifestasse, em muitas regiões, forte pressão demográfica, isto é, o desequilíbrio entre o número de habitantes e os respectivos meios de produção.

As migrações internas já muito facilitadas pelos fatores aqui referidos, podem também ser ainda mais estimuladas pelo governo, senhor de fartos recursos e aparelhamentos técnicos. Claro que a crise econômica, tendo raízes muito profundas e abrangendo praticamente todas as regiões, não pôde ser corrigida só pelas migrações internas, aliviando o desemprego e melhorando o baixo nível de vida em muitos pontos do país. Óbvio, porém, que se torna mais fácil o levantamento do nível de vida das populações, colocando-as, devidamente amparadas, nos lugares mais próprios à recuperação econômica (2).

As lições que nos oferece a Europa e os grandes ensinamentos que se podem tirar da evolução norte-americana, devem ser aproveitados para a orientação dos demais países do continente americano, em benefício da melhor evolução de suas civilizações. A história cada vez mais está evidenciando a interdependência em que vivemos. Para que haja tranqüilidade no mundo, faz-se mister a inexistência de núcleos de populações e regiões descontentes e sofredoras.

(2) É, no entanto, interessante notar que nas crises se observa uma tendência inversa: "It is especially significant that since 1930 a disproportionate share of the back-to-the-land migrants mover to the poorer lands where they have mager prospect of earning a decent living. During the depression, people migrated in larger numbers to poor-land areas either because it was from these places that they had moved to the cities in larger numbers during the twenties, or because it was here that they were most likely to find cheap land or abandoned shacks available for 'squatting'" — Carter Goodrich and others: "Migration and Planes of Living".

Todas as grandes nações se devem interessar para que não só as suas próprias populações, senão também as dos demais países, possuam um satisfatório nível de vida. Esta orientação está sendo reconhecida e proclamada pelos peritos em assuntos internacionais. No "Report on Internacional Trade", publicado em maio de 1937 pelo governo inglês, há trechos como este:

"World Standards of Living — The British Commonwealth, and the United Kingdom in particular, has a vital interest in a large and flourishing world trade. The prosperity of world trade depends upon raising the worlds standard of living. It will therefore repay British interests to assist the internal development of foreign countries with the resources which are surplus to the requirements of the British Commonwealth. Such a policy would go far towards removing the economic pressure which is one of the most potent contributory factors towards political unrest, and, perhaps, eventually war".

Nada mais natural, portanto, que os países do continente americano, orientados por uma política geral de aperfeiçoamento dos padrões de vida internos, cooperem para o seu levantamento e se interessem até pelo das demais populações do mundo. Com esse objetivo, devem, também, procurar nas lições do passado e do presente até que ponto as migrações internas intracontinentais e intercontinentais podem contribuir para melhor aproveitamento dos recursos econômicos universais e para a conseqüente melhoria geral da evolução humana.

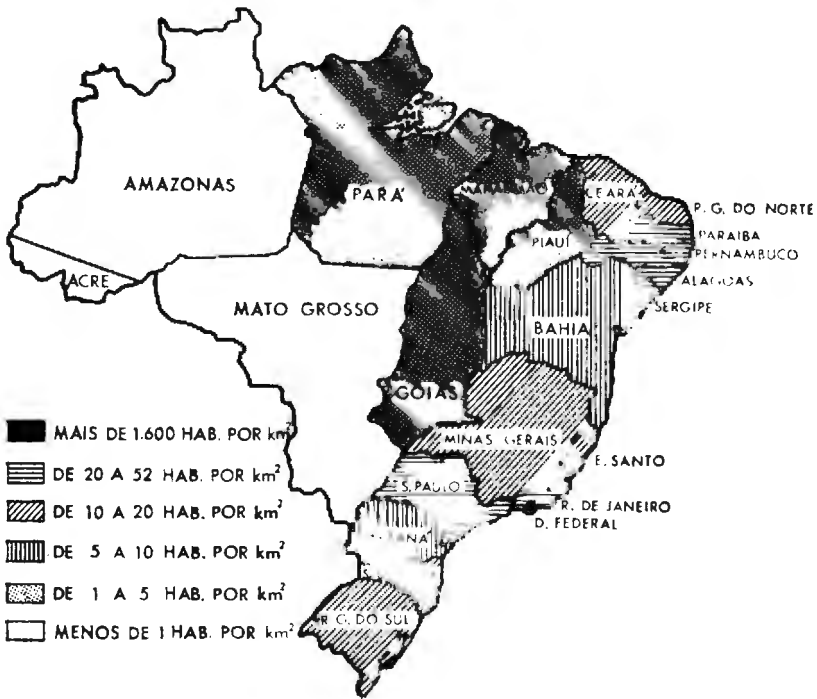
Condições brasileiras

Para um estudo geral da evolução econômica e social do continente americano, o Brasil oferece dados e condições excepcionais. Acha-se, mesmo, quanto à situação econômico-social, em nível mais próximo ao das demais nações latino-americanas, que os Estados Unidos.

Abrangendo, em superfície, quase 48% da América do Sul e atingindo 5 graus de latitude acima do Equador e estendendo-se a 34 graus de latitude sul; compreendendo climas tropicais e temperados, terras baixas e altas, climas úmidos, semi-áridos e secos, e terrenos de grande variedade geológica, com população que orça pela metade dos habitantes da América Latina, possui ainda, em

seu território, desde selvagens bravios e tribos de homens primitivos, completamente isolados da civilização, até centros de elevado adiantamento e cultura, como o Rio de Janeiro e São Paulo.

Entre esses extremos, fixa-se extensa e variada escala de agrupamentos humanos. Aldeias de índios mansos que os missionários vão pacientemente civilizando; zonas em que vivem, isolados ou em grupos, muitos descendentes de colonos europeus e mestiços, em



1 — Densidade demográfica do Brasil, segundo as diversas Unidades Federadas

vida rudimentar; zonas em que se mantêm antigas fazendas ainda em verdadeiro estado patriarcal e de economia quase autárquica; numerosas regiões em que há mais de cem anos não se verificam, praticamente, novas imigrações, e cujas populações (provindas do cruzamento do branco e do índio, como nos sertões do Nordeste,

ou do branco, do índio e do negro, como nos Estados da Bahia e Pernambuco e nas costas do Nordeste), evoluem dentro de seus próprios recursos.

Muitos desses locais sofreram forte depressão econômica durante o século XIX, por termos perdido, depois da Independência, o mercado português, único escoadouro garantido que tínhamos na Europa para vários de nossos produtos tropicais. As grandes metrópoles européias sempre deram e dão preferência à importação

TABELA I
SUPERFÍCIE E POPULAÇÃO DO BRASIL, SEGUNDO A SUA
DISTRIBUIÇÃO POR UNIDADES FEDERADAS — 1939

UNIDADES FEDERADAS	SUPERFÍCIE (km ²)	POPULAÇÃO		
		Absoluta	Relativa	
			por km ²	%
Acre	148.027	122.099	0,82	0,27
Amazonas	1.825.997	459.747	0,25	1,02
Pará	1.362.966	1.676.592	1,23	3,73
Maranhão	346.217	1.258.241	3,63	2,80
Piauí	245.582	901.385	3,67	2,00
Ceará	148.591	1.746.691	11,76	3,88
Rio Grande do Norte	52.411	837.638	15,98	1,86
Paraíba	55.920	1.498.833	26,80	3,33
Pernambuco	99.254	3.198.671	32,23	7,11
Alagoas	28.571	1.269.521	44,43	2,82
Sergipe	21.552	571.869	26,53	1,27
Bahia	529.379	4.455.288	8,42	9,90
Espírito Santo	44.684	771.016	17,25	1,71
Rio de Janeiro	42.404	2.183.078	51,48	4,85
Distrito Federal	1.167	1.896.998	1.625,53	4,21
São Paulo	247.239	7.305.407	29,55	16,23
Paraná	199.897	1.124.300	5,62	2,50
Santa Catarina	94.998	1.093.305	11,51	2,43
Rio Grande do Sul	285.289	2.329.588	11,67	7,40
Mato Grosso	1.477.041	403.390	0,27	0,90
Goiás	660.193	812.354	1,23	1,81
Minas Gerais	593.810	8.086.165	13,62	17,97
BRASIL	8.511.189	45.002.176	5,29	100,00

de produtos tropicais de suas importantes colônias, produtoras de artigos semelhantes aos do Norte do Brasil.

Possuímos ainda no Sul regiões como São Paulo e Rio Grande, em que se registraram fortes imigrações estrangeiras, já absorvidas pelo elemento nacional. Outras existem, em Santa Catarina e distritos do Rio Grande do Sul, onde alguns dos núcleos estrangeiros ainda não foram inteiramente absorvidos.

O eixo econômico do Brasil, primitivamente no Norte, nos séculos XVI e XVII, deslocou-se para o Centro-Sul, no século XVIII, na época da mineração do ouro, para voltar, por algum tempo, para o Norte, instalando-se, afinal, definitivamente, no Sul, no século XIX, ao influxo da cultura do café.

Temos ainda, dentro do país, interessantes exemplos de migrações internas e de pressões demográficas, resultantes, principalmente, da fraca produtividade de várias zonas. As dificuldades de transporte, aliadas à pequena densidade de população e à extensão do país, retardam a velocidade evolutiva dos vários fenômenos econômicos e sociais, facilitando o seu estudo em diferentes estágios, projetados, como se acham, em larga superfície e processando-se com assinalada lentidão.

Não obstante todas essas circunstâncias, mantemos um grande sentimento de unidade nacional, falamos em todo o país a mesma língua e professamos, em grande maioria, a mesma religião.

No Brasil, por tudo isso, deveriam ser concentrados de preferência os estudos das missões científicas panamericanas, dedicados às questões sociais e econômicas, pois suas conclusões seriam mais eficientemente aproveitadas pelas nações do continente.

As migrações no passado e os recursos econômicos

Na era precolombiana, o Brasil era habitado por tribos selvagens, que em sua quase totalidade ainda não haviam alcançado a fase de qualquer exploração agrícola organizada; alimentavam-se de produtos silvestres, da caça e da pesca. Os que não habitavam zonas de pesca localizavam-se em pontos, em torno dos quais rapidamente se esgotavam a caça e os produtos silvestres. Exausta

essa zona, mudavam-se para outra, e, obedientes, pelo instinto, à lei do menor esforço, construíam suas choças, considerando o espaço de tempo que deveriam durar os meios de subsistência da região. Pela necessidade de fazer estágios a beira-mar, em busca de alimentos marinhos, moviam-se, periodicamente, para a costa, descendo dos planaltos pelos caminhos naturais dos vales e dos rios encachoeirados. Nos locais, onde acampavam, amontoavam os restos dos peixes, ostras e mariscos — de que se utilizavam, constituindo esses depósitos — os sambaquis — verdadeiras montanhas calcárias, hoje utilizadas para fins industriais, e que assinalam, em numerosos pontos da costa sudeste do Brasil, os lugares preferidos para esses estágios.

Eram, pois, de ordem econômica os motivos fundamentais, que determinavam as principais migrações indígenas no território do Brasil atual.

Gado, açúcar e mineração

Descoberto o país, Portugal só pôde tornar efetiva a ocupação da terra, ante a ameaça da sua conquista pelos franceses, quando encontrou um fundamento econômico para essa ocupação. Esse fundamento foi o açúcar, e com assento em sua exploração é que o Rei de Portugal obteve donatários, com recursos próprios e dispostos a ocupar e explorar toda a costa brasileira, do Amazonas ao Sul.

Portugal não possuía população suficiente; e o nosso clima tropical, como a situação demográfica da Europa, não favoreciam, então, a tentativa da colonização européia, para a conveniente exploração da indústria açucareira.

A mão-de-obra indígena não podia ser aproveitada com eficiência, não só pela sua falta de resistência física para o trabalho contínuo e pesado, como o dessa indústria, mas ainda pela impossibilidade material em que se encontravam os portugueses de manter obrigatoriamente os índios nas zonas de cultura e dos engenhos. Os colonizadores portugueses, para se fixarem no Brasil e para implantarem a indústria, foram levados a utilizar-se do braço escravo africano, e promoveram, então, as grandes imigrações forçadas de negros, que duraram 300 anos e que devem ter atingido um total de 3 milhões e meio de seres humanos.

Após a indústria do açúcar, a cultura do fumo, a mineração do ouro, a cultura do algodão, do arroz e do café, absorveriam toda essa massa humana.

Foram migrações, que tiveram por objetivo a obtenção, para os ocupantes portugueses, dos proventos resultantes de culturas tropicais. Razões semelhantes levaram os norte-americanos a se utilizarem do braço africano, nos algodoads do Sul dos Estados Unidos.

A fertilidade das terras do Nordeste brasileiro e o desenvolvimento do comércio do açúcar incentivaram o alastramento da construção de engenhos e do plantio da cana, em larga extensão da costa, indústria e cultura que mais tarde se estenderam até ao atual Estado do Rio de Janeiro, nas proximidades da embocadura do rio Paraíba.

O açúcar teve o seu apogeu no século XVII, quando o Brasil foi o seu maior produtor mundial, alcançando a sua exportação as mais altas cifras do comércio internacional.

Contam-se por elevado número os colonos portugueses, que, então, emigraram para o Brasil, vivendo aqui, principalmente, das atividades e proventos derivados dessa indústria. A existência de tão fartos recursos econômicos despertou a cobiça dos holandeses, que ocuparam, durante 24 anos, a zona do Nordeste brasileiro, a mais rica na produção de açúcar, sendo finalmente expulsos pela ação conjugada dos elementos espoliados, aliados aos habitantes de outras partes do Brasil.

A necessidade da criação de gado para força motora dos engenhos, alimentação dos colonos e transportes, deu lugar à ocupação dos campos do interior e à penetração de amplos trechos do sertão brasileiro.

As descobertas de ouro, no fim do século XVII, coincidiram com a violenta queda nos preços do açúcar, cuja exploração muito se havia desenvolvido nas Antilhas inglesas, francesas e holandesas. Os engenhos brasileiros atravessavam, nessa época, grave crise. Pela fascinação do ouro e instigados ainda pela depressão econômica das zonas açucareiras, operou-se, então, um pronunciado movimento emigratório das regiões dos engenhos para as terras de mineração.

As emigrações de certas zonas foram tão intensas, que provocaram medidas acauteladoras por parte do governo português, ao qual não convinha, por motivos de ordem política e fiscal, que se

despovoassem as regiões açucareiras. Para a zona de mineração acorreram habitantes das capitânicas de São Paulo, do Rio de Janeiro e de outros pontos do Brasil, assim como grande número de novos elementos portugueses. Incentivou-se, ainda, a importação de braços africanos. Na primeira metade do século XVIII, junto às regiões auríferas, erigiram-se as primeiras cidades do interior.

Essas terras de mineração não eram, em sua generalidade, terras férteis; e ocorreram, por isso, para os mineradores, no período da sua exploração, grandes crises de alimentação e de outros elementos de subsistência. Esgotados os depósitos de ouro de aluvião, objeto da exploração, processou-se um penoso período de reajustamento à agricultura.

Registraram-se, então, várias migrações e a decadência das grandes cidades nos antigos centros de mineração.

O café, a borracha e o Nordeste

O advento da cultura do café no Vale do Paraíba, nas proximidades do Rio de Janeiro, em princípios do século XIX, atraiu para ali novos deslocamentos de populações e tornou possível o aproveitamento de considerável massa de descendentes dos antigos mineradores. Para ali também convergiram correntes migratórias, provindas das regiões do Norte, onde as culturas tropicais estavam estagnadas ou em franca decadência.

Ainda nesse vale, não foi possível a utilização do braço europeu em larga escala, não só pela impropriedade do clima, como pela existência do trabalho escravo.

O plantio do café alastrou-se por todo o vale, no período compreendido entre 1810 e 1880, dando-se aí o mesmo fenômeno que se registraria, mais tarde, em São Paulo: o deslocamento do eixo econômico dessa cultura, em função da variação do rendimento das terras.

O surto do café no planalto de São Paulo ia provocar a decadência definitiva de numerosas fazendas do Vale do Paraíba, onde, pela exaustão e pela erosão, o rendimento dos cafezais era bem inferior ao obtido nas terras novas do planalto paulista.

O Estado do Rio de Janeiro, no fim do século XIX, possuía elevado número de cidades e portos em franco declínio e alguns até

praticamente abandonados. Observou-se, ali, fato idêntico ao anteriormente verificado em Minas Gerais: a emigração de populações em busca de recursos econômicos, necessários à sua manutenção.

O Nordeste brasileiro, a região mais intensamente colonizada nos primeiros tempos coloniais, onde a implantação de numerosas missões religiosas facilitou o aldeamento de índios e seu abundante cruzamento com os brancos, sofreu penosa evolução durante o século XIX.



2 — Principais migrações internas verificadas no Brasil, no período de 1560 a 1940: exploração de ouro e diamantes em Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais — 1700-1760

Os escravos existentes foram, em sua grande maioria, vendidos para as lavouras do Sul; os recursos econômicos não cresceram na

mesma proporção do seu forte aumento demográfico. As secas, que periodicamente assolam vastas regiões dos sertões nordestinos, cujo clima é considerado como semi-árido, concorreram ainda para empobrecer essa zona do país.

Pela pressão demográfica interna e, acentuadamente, por ocasião das secas, realizaram-se grandes emigrações para outras partes



3 — Principais migrações internas verificadas no Brasil no período de 1560 a 1940: cultura do café no Vale do Paraíba (Província do Rio de Janeiro e norte de São Paulo) — 1810-1860

do Brasil. Em conseqüência, não obstante possuir o Nordeste um dos mais altos coeficientes de natalidade do povo brasileiro, a sua posição demográfica em relação à população do país vai percentualmente descendo.

Oliveira Viana mostra, no quadro abaixo, baseado nos recenseamentos de 1872, 1890 e 1920, a involução do crescimento relativo das populações do Nordeste pelo centrifugismo demográfico, a que estão sujeitas, em percentagens sobre a população total:

GRUPOS	1872 %	1890 %	1920 %
Extremo Norte	3,3	3,3	4,7
Nordeste	46,5	41,9	36,7
Sul	48,0	52,6	56,1
Centro	2,2	2,2	2,5
	100,0	100,0	100,0

Entre 1869 e 1910, levas de nordestinos emigraram para o vale do Amazonas, a fim de trabalhar na indústria extrativa da borracha, que alcançava, nesse período, o seu maior apogeu. Deve-se aos nordestinos a ocupação do Território do Acre, nas fronteiras com a Bolívia, mais tarde integrado no território brasileiro, por acordo firmado com aquele país.

Boa parte dessa emigração no Nordeste é feita, porém, em caráter temporário, acentuando certos peritos que o coeficiente de fixação do nordestino no sul do Brasil é talvez menor que o da fixação do imigrante europeu! É isso uma consequência da profunda diferenciação do nível de vida e, portanto, da cultura, entre essas e as populações dos meios mais adiantados de São Paulo.

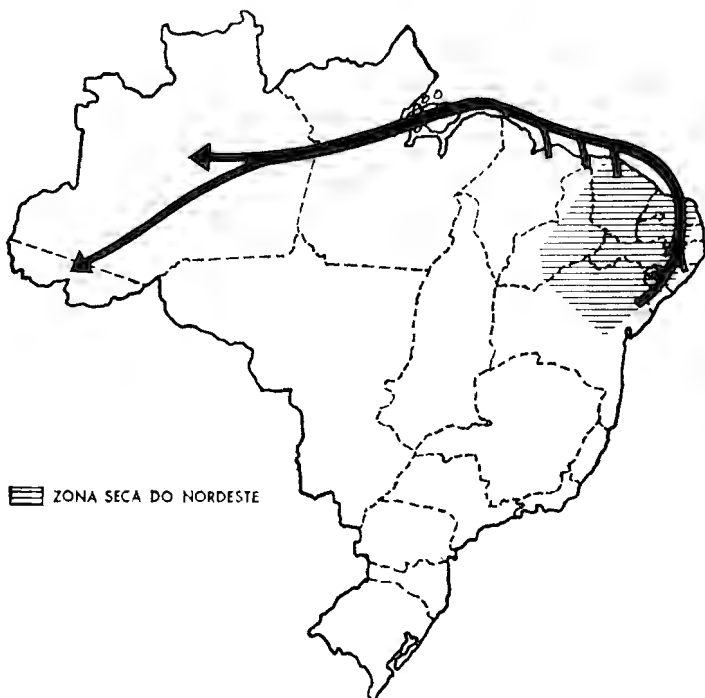
A fundação de São Paulo

A fundação de São Paulo e a evolução de sua população constituem caso “*sui generis*” na história do continente americano.

Ao porto de São Vicente, por volta de 1532, chegaram diversas levas de colonos portugueses, de escol, trazidos por Martim Afonso de Sousa, que se achava imbuído da esperança de realizar uma penetração pelo interior, em busca de ouro e prata, estimulado pelas notícias dos grandes tesouros, que se depararam aos espanhóis, no Peru.

A pobreza da terra nessa parte da costa do Brasil e a sua distância da Europa não permitiram que perdurassem as primeiras culturas de cana e o trabalho dos engenhos de açúcar ali iniciados. Nada descobrindo quanto a metais preciosos, os colonos portugueses, orientados pelos missionários jesuítas, transportaram-se para o planalto, nos campos de Piratininga, onde as condições de clima eram mais favoráveis, e o meio oferecia recursos mais fáceis à sua subsistência.

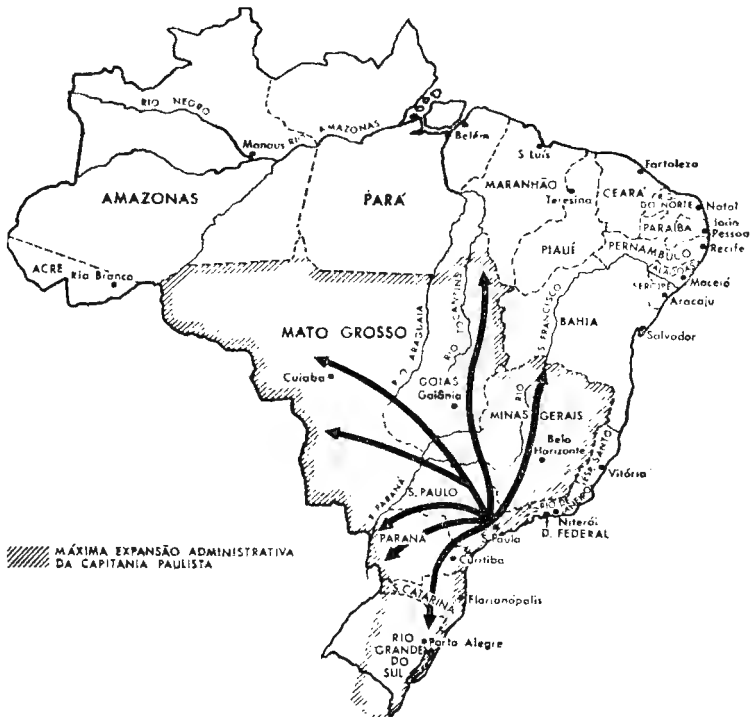
Fundada a vila de São Paulo, sob a égide dos missionários jesuítas, e tendo o apoio dos selvagens conversos e domesticados, esse punhado de colonos foi crescendo, contido dentro dos limites de defesa às contínuas hostilidades das tribos inimigas, que, sistematicamente, ameaçavam atacar a incipiente vila.



4 — Principais migrações internas verificadas no Brasil no período de 1560 a 1940: exploração da borracha no Amazonas — 1869-1908

O crescimento da população, em tais circunstâncias, gerou uma acentuada reação interna e uma crescente necessidade de braços para o trabalho das lavouras, indispensáveis à sua subsistência.

Quando essa reação atingiu certo nível, conseguiram os habitantes de Piratininga dominar inteiramente o planalto e formaram,



5 — Principais migrações internas verificadas no Brasil, no período de 1560 a 1940: máxima expansão administrativa da capitania paulista (séculos XVII e XVIII), projetada sobre o mapa do Brasil atual

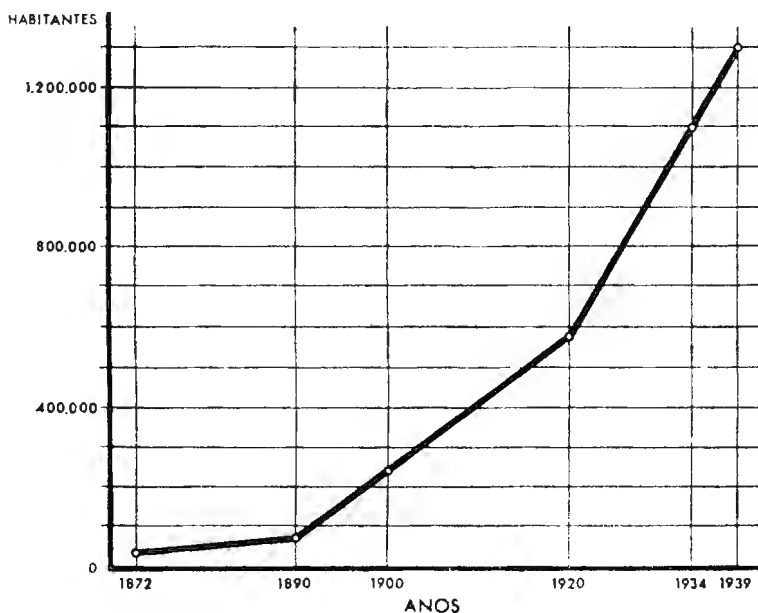
então, expedições e movimentos migratórios, de fundamento nitidamente econômico, para a caça de índios e exploração do interior. Os índios dominados e aprisionados eram levados como escravos para as lavouras de São Paulo, e mesmo, em certos períodos (quan-

do a guerra entre Portugal, Espanha e Holanda dificultava a vinda de negros africanos para a indústria do Norte), vendidos para os engenhos de açúcar do Rio de Janeiro.

Essas correntes migratórias, que constituíram as bandeiras, eram verdadeiras expedições despovoadoras; mais tarde, ocupando-se da criação de gado para o movimento dos engenhos de açúcar, e quando foram descobertas minas no interior do Brasil, os paulistas passaram a repovoar grande parte das zonas, que haviam despovoado.

Cooperaram, então, em conjunto com os novos imigrantes e com escravos africanos importados, na fundação de cidades do interior de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

Esgotada a mineração, São Paulo viveu um período de quase cem anos de extrema pobreza e de grandes vicissitudes, em lento e penoso reajustamento à agricultura.



6 — Crescimento da população da cidade de São Paulo — 1872-1939

Em 1865, a cidade de São Paulo, com referência à população, ocupava no Brasil o décimo segundo lugar, sendo a província considerada como de segunda ordem, inferior às de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

*O café em São Paulo e os movimentos
de sua população*

A cultura do café, demonstrando, no planalto paulista, grande rentabilidade, alastrou-se rapidamente. Os antigos habitantes da



7 — Principais migrações internas verificadas no Brasil, no período de 1560 a 1940: cultura do café em São Paulo — 1850-1940

província entregaram-se intensamente à nova cultura, que também atraiu elementos do Norte, e do Vale do Paraíba, de zonas já em decadência.

O planalto oferecia, porém, ótimas condições climatéricas e de subsistência ao colono europeu. E, a partir de 1885, foram-se registrando densas correntes imigratórias desse elemento, que mais se intensificaram com a extinção do trabalho escravo, em 1888. Entre 1885 e 1902, São Paulo recebeu o maior afluxo de imigrantes jamais entrado no Brasil, em tal espaço de tempo: 1.033.630 indivíduos. Abriam-se vastas zonas para a cultura do café, e o porto de Santos, desde 1894, tornou-se, ininterruptamente, o maior porto exportador de café do mundo.

O cafeeiro pode ter vida superior a 80 anos, mas sua produção rendosa varia de conformidade com a zona, a qualidade da terra e o trato que lhe for dispensado. Os cafeeiros, plantados em terras anteriormente ocupadas por matas virgens, apresentam nos primeiros anos grande rendimento e os colonos auferem também fartos lucros com a cultura de cereais nesses húmidos terrenos. Isso fomentou o notável alastramento das lavouras de café, provocando a crise de superprodução, que se vem acentuando desde o começo deste século.

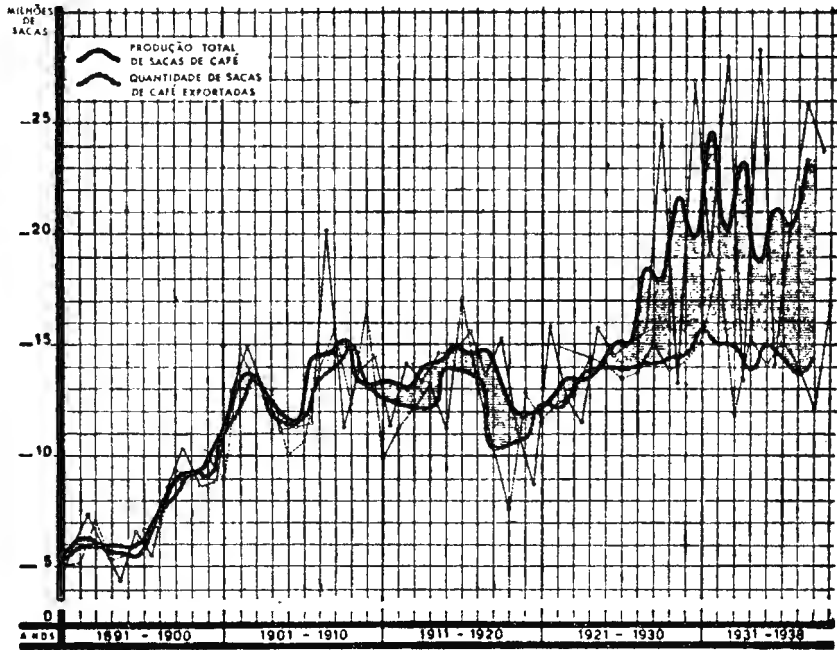
Os colonos europeus, que trabalham nessa lavoura, emigram continuamente para zonas novas, em cujas fazendas obtêm melhores proventos, até que se fixam definitivamente em propriedades que adquirem.

Trava-se, então, uma luta econômica, dentro do próprio Estado de São Paulo, entre as suas zonas cafeeiras mais antigas e as novas, que produzem o artigo em maior abundância e por menor preço. Sendo o cafeeiro uma planta de natureza perene, não proporciona a possibilidade de correções periódicas e naturais, pela diminuição do seu plantio, tal como se pode verificar nas culturas, cuja plantação se renova anualmente.

A decadência das zonas velhas tem sido retardada pelas valorizações artificiais do café, e atenuada pelo surto de novas culturas como o algodão e as frutas, que se aproveitam do aparelhamento econômico já existente nas lavouras do café, tais como estradas, cidades, moradias de colonos, etc.

A abundância de energia hidrelétrica e de mão-de-obra capaz, e a existência de um mercado interno em contínuo aumento, facili-

taram a implantação, em São Paulo, do maior parque manufatureiro da América do Sul. As repetidas desvalorizações da moeda brasileira estimularam ainda mais o progresso desse parque, e, em consequência, o crescimento da cidade de São Paulo é um dos mais



8 — Linhas de tendência da produção e exportação de café brasileiro, em períodos trienais

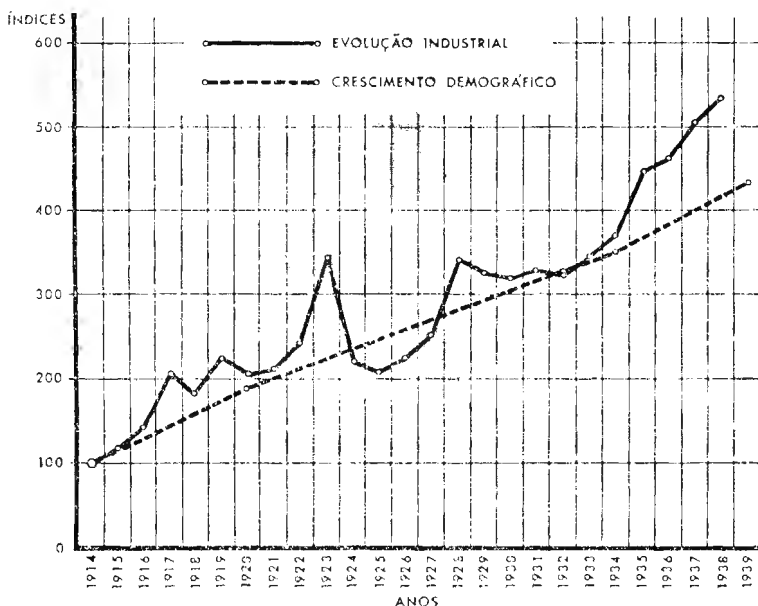
notáveis fatos demográficos e econômicos, que se registram atualmente no mundo⁽³⁾.

Enquanto São Paulo dependia essencialmente do café, cada crise cafeeira se refletia imediatamente no ritmo do crescimento

(3) Em São Paulo, construíram-se, em 1929, 5.618 casas; em 1930, 2.922; em 1931, 1.716 e em 1932, 1.687. A partir desse ano, houve forte reação, construindo-se, em 1938, 8.425 casas e, atualmente, 4 casas por hora!

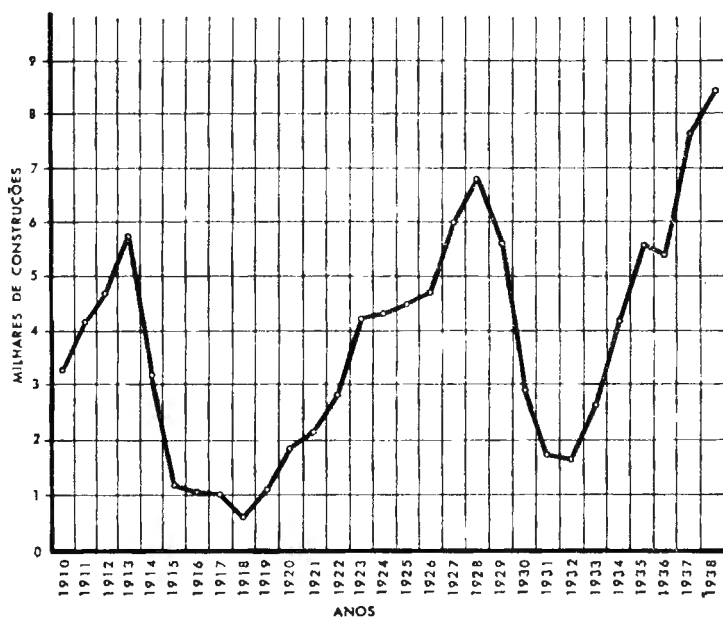
da cidade. Assim foi com a guerra de 1914, com a geada de 1918, e com a crise mundial de 1929. O gráfico de crescimento da cidade fixa esses aspectos. Mas a crise de 1929 acarretou também uma grande queda nas taxas cambiais e grande diminuição no poder aquisitivo exterior do brasileiro. Esse fato atuou fortemente no parque industrial paulista, que foi chamado a suprir grande parte de produtos industriais, de que os brasileiros precisavam, e cuja importação não se podia mais fazer. Observa-se, assim, que a crise de 1929 provocou, nos primeiros tempos, a queda da produção industrial, transformando-se, logo depois, em grande estímulo a essa produção.

Não obstante a crise do café, o desenvolvimento de outras culturas no interior de São Paulo exige considerável mão-de-obra, estando o Estado a sofrer, em consequência, pronunciada falta de braços, com as restrições decretadas nos países de emigração, e no próprio Brasil, à entrada de colonos estrangeiros, os salários no inte-



9 — A evolução industrial de São Paulo e o crescimento demográfico de sua capital, no período de 1914 a 1939

rior de São Paulo têm crescido muito, atraindo, assim, a mão-de-obra disponível em vários Estados do Brasil, principalmente de Minas Gerais.

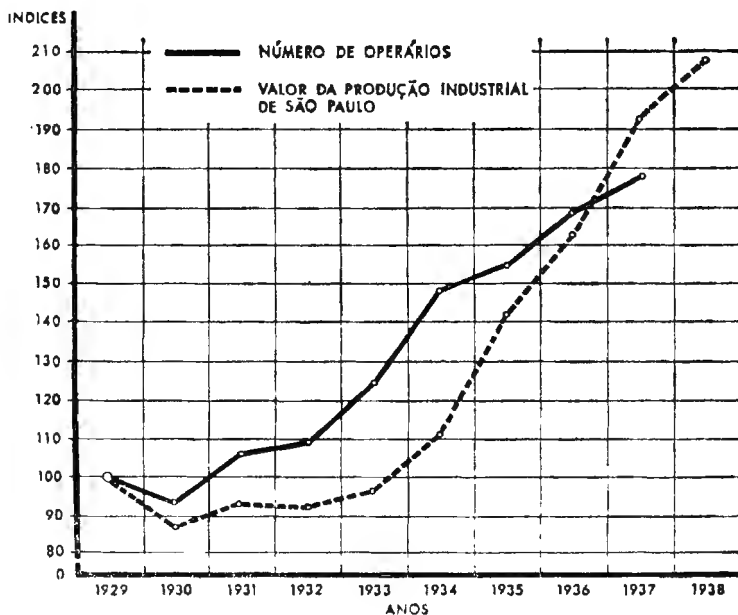


10 — Número de construções verificadas na cidade de São Paulo, no período de 1910 a 1938

Minas Gerais é o Estado mais populoso do país, mas a sua produção, em conjunto, é fraca; a sua topografia muito acidentada; as terras, principalmente nas zonas da antiga mineração, são pobres e de difícil exploração. A indústria extrativa e a mineradora não se desenvolveram em proporções suficientes, para um rendimento razoável “per capita”. As zonas mais produtivas do Estado são as das vizinhanças de São Paulo e Rio de Janeiro, onde se cultiva predominantemente o café.

O trabalho agrícola na fazenda de café é um mister contínuo, exigindo regularidade e disciplina. O fato de o cafeeiro ser planta

perene e sua maior produção se verificar em fazendas organizadas em bases comerciais, exige condições de trabalho, a que já está perfeitamente afeito o colono europeu. Os trabalhadores nordestinos não se adaptam facilmente a essa cultura, pois estão habituados a trabalho menos disciplinado, qual o da criação, ou o das culturas de plantio anual e em pequenas propriedades, que em regra cultivam por conta própria. O grande desenvolvimento, que vem tendo ultimamente em São Paulo a cultura do algodão, facilitou a utilização da mão-de-obra do Norte. A partir de 1938, com a grande seca verificada principalmente nos sertões setentrionais de Minas e no sudeste da Bahia, intensificou-se a corrente dessa mão-de-obra, que, no ano de 1939, alcançou 100.139 indivíduos, a maior cifra de migração interna havida em um ano no Brasil. As populações flageladas pela seca encaminharam-se para São Paulo, por via ferroviária, em sua maioria, e estipendiadas pelo governo do Estado.



11 — Número de operários e valor da produção, nas indústrias de São Paulo, no período de 1929 a 1938

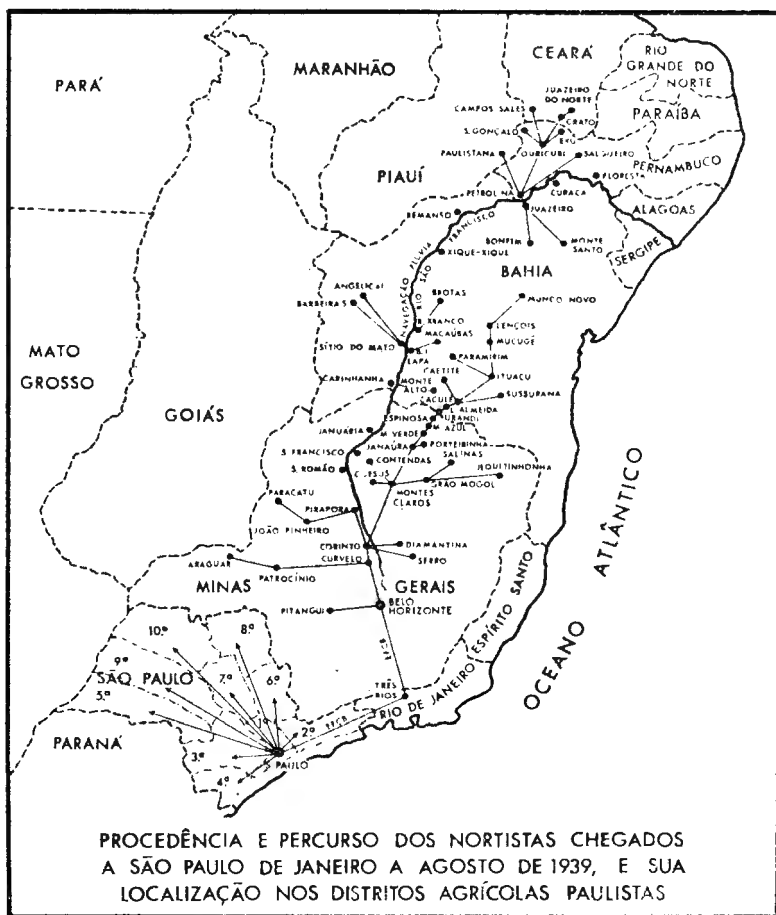
Para alcançar a estação de estrada de ferro mais próxima, muitos desses imigrantes caminharam a pé ou se utilizaram de outros meios de transporte, percorrendo mais de 1.000 quilômetros e chegando



12 — Principais migrações internas verificadas no Brasil, no período de 1560 a 1940: cultura do algodão em São Paulo e seca nos sertões do Nordeste e de Minas Gerais — 1935-1939

a São Paulo subalimentados e em más condições para um trabalho produtivo imediato.

Observam-se, assim, neste momento, em São Paulo, grandes movimentos de populações. Nas zonas cafeeiras, umas são culturas economicamente apenas equilibradas, outras registram lucros e ainda outras apresentam *deficits*. Em consequência, assinalam-se contínuas emigrações das zonas deficitárias para as mais produtivas, inclusive para o norte do vizinho Estado do Paraná, onde, nas terras novas, se vai avantajando a produção cafeeira.



13 — Emigração de elementos nortistas para o Estado de São Paulo, nos oito primeiros meses de 1939

Retalham-se em São Paulo muitas propriedades, que são vendidas em lotes aos colonos já aclimatados.

É interessante, neste particular, a variação da distribuição das propriedades territoriais em diferentes épocas (4). Existem cidades em algumas zonas novas no interior do Estado, que surgem e crescem vertiginosamente, como, por exemplo, Marília. Outras zonas do Sul do país estão também em franco progresso.

Rio Grande do Sul

O Rio Grande do Sul foi povoado, na época colonial, no século XVIII, pelos paulistas, que ali foram criar gado para o abastecimento das zonas de mineração. O governo português procurou intensificar a sua povoação por novos elementos portugueses, para fortalecer essa posição em face da vizinhança espanhola.

Durante o regime imperial (1822-1889) foi a região do Brasil, em que instalou o Governo Federal o maior número de núcleos coloniais, para os quais se encaminhavam, em sua maioria, imigrantes alemães e italianos. Talvez influíssem para essa orientação os mesmos motivos dos tempos coloniais.

A política de imigração e colonização continuou a ser mantida pelo governo do Estado depois do advento do regime republicano. Goza esse Estado de um clima temperado e possui terras apropriadas para a criação de gado fino, existindo ao norte florestas com madeiras de qualidade e terras apropriadas às mais variadas culturas.

Níveis de vida no Brasil

Há grande variedade de níveis de vida no Brasil, mas, em conjunto, a sua população é relativamente pobre.

(4) Em 1904, o censo agrícola indicava a existência de 56.931 propriedades no Estado de São Paulo; em 1934, existiam 274.740.

TABELA II

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA SEGUNDO OS RAMOS DE ATIVIDADES — ESTIMATIVA PARA 1936

ATIVIDADES	EXTREMOS		MÉDIAS
Comércio	800.000	— 1.000.000	900.000
Indústria	1.000.000	— 1.500.000	1.250.000
Agricultura	8.000.000	— 10.000.000	9.000.000
Transportes (incluindo navegação e comunicações)	400.000	— 600.000	500.000
Administração pública e particular e forças armadas	300.000	— 400.000	350.000
Várias profissões	2.400.000	— 2.600.000	2.500.000
Sem profissão ou profissão mal definida	25.000.000	— 30.000.000	27.500.000

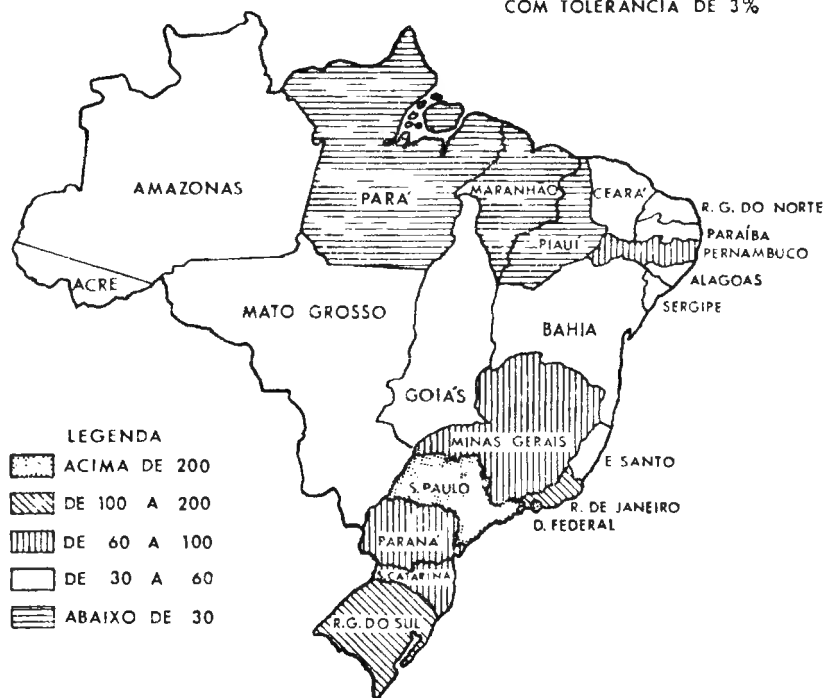
NOTA — A população do país calculada para 31 de dezembro de 1936 era de 42.395.151 habitantes.

TABELAS III e IV

ÍNDICES DE PRODUTIVIDADE E DE NÍVEL DE VIDA DAS POPULAÇÕES BRASILEIRAS, SEGUNDO AS UNIDADES FEDERADAS

UNIDADES FEDERADAS	PRODUÇÃO — 1938		CONTRIBUIÇÃO TRIBUTÁRIA 1937
	Industrial	Agrícola	
	(Em contos de réis)		
Acre	—	36.357	781
Amazonas	28.095	60.006	37.254
Pará	52.300	92.986	73.926
Maranhão	25.215	127.886	43.186
Piauí	6.095	85.387	26.154
Ceará	40.325	313.324	82.866
Rio Grande do Norte	17.140	141.459	41.583
Paraíba	51.890	219.319	58.873
Pernambuco	600.000	523.162	200.094
Alagoas	62.015	216.176	30.520
Sergipe	34.845	134.322	27.140
Bahia	250.000	314.634	238.960
Espírito Santo	21.710	184.810	68.606
Rio de Janeiro	600.000	592.812	159.447
Distrito Federal	2.400.000	—	1.947.788
São Paulo	5.000.000	3.814.380	1.852.281
Paraná	190.644	293.136	100.666
Santa Catarina	209.356	188.593	72.692
Rio Grande do Sul	1.200.000	1.038.229	563.435
Mato Grosso	3.920	48.378	23.994
Goiás	6.450	157.291	20.612
Minas Gerais	1.200.000	1.434.305	406.447
BRASIL	12.000.000	10.126.952	6.077.305

MAPA COMPARATIVO DOS NÍVEIS DE VIDA NO BRASIL
COM TOLERÂNCIA DE 3%



ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE =
 PRODUÇÃO INDUSTRIAL + PRODUÇÃO AGRÍCOLA + CONTRIBUIÇÃO TRIBUTÁRIA
 (FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL)

ÍNDICE DE VIDA REGIONAL = $\frac{\frac{\text{ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE REGIONAL}}{\text{NÚMERO DE HABITANTES DE CADA ESTADO}}}{\frac{\text{ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE NACIONAL}}{\text{POPULAÇÃO DO BRASIL}}}$

Unidades federadas	Número de habitantes (estimativa para 1939)	Índices totais de produtividade (em contos de réis)	Índices de produtividade "per capita" (em mil-réis)	
Acre	37.138	122.099	304	48
Amazonas	125.355	459.747	273	43
Pará	219.212	901.385	131	20
Maranhão	196.287	1.676.592	156	24
Piauí	117.636	1.258.241	131	20
Ceará	436.515	1.746.691	250	39
Rio Grande do Norte	200.182	837.638	239	38
Paraíba	330.082	1.498.833	220	35
Pernambuco	1.323.356	3.198.671	414	66
Alagoas	308.711	1.269.521	243	38
Sergipe	196.307	571.869	343	54
Bahia	913.594	4.455.288	205	32
Espírito Santo	275.126	771.016	357	56
Rio de Janeiro	1.352.259	2.183.078	619	98
Distrito Federal	4.347.788	1.896.998	2.291	365
São Paulo	10.666.661	7.305.407	1.460	232
Paraná	584.446	1.124.300	520	82
Santa Catarina	470.641	1.093.305	430	68
Rio Grande do Sul ..	2.801.664	3.329.588	841	134
Mato Grosso	76.292	403.390	189	30
Goias	184.353	812.354	227	36
Minas Gerais	3.040.752	8.086.165	376	59
BRASIL	28.204.257	45.002.176	627	100

NOTA — Para comparações de caráter internacional, pode-se tomar como valor médio do dólar americano 13\$000 em moeda brasileira, levada em consideração a diferença de poder aquisitivo interno e externo do mil-réis.

As populações de extensas regiões do Norte do país, em clima tropical e semitropical, cresceram mais depressa que os recursos econômicos. Isto é devido, principalmente, ao fato de serem regiões produtoras de artigos tropicais, também produzidos na África e na Ásia, em colônias européias ou em países com padrão de vida muito baixo. O clima quente é pouco exigente em relação ao vestuário e às habitações. A alimentação é relativamente fácil. Daí a queda lenta do padrão de vida de tantos habitantes de zonas do Norte, que, cada vez mais apegados ao seu solo, não emigram, em sua maioria, por iniciativa própria, e vão perdendo, gradualmente,

toda a ambição de progresso. Impera, aí, em largas áreas, uma simples economia de subsistência.

Os quadros que oferecemos, baseados na produtividade agrícola e industrial por habitante, em cada Estado, e na contribuição

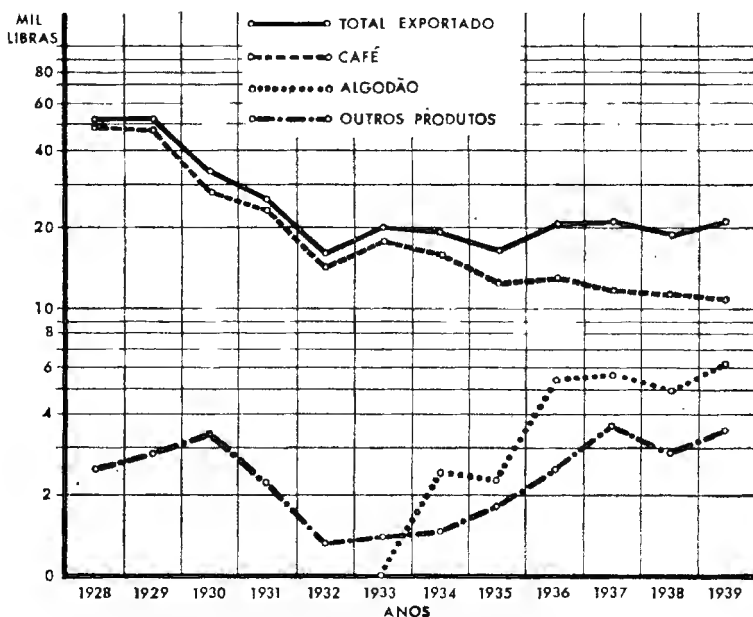
TABELA V
SALÁRIOS MÉDIOS AUFERIDOS NAS VÁRIAS ATIVIDADES

UNIDADES FEDERADAS	INDÚSTRIA (1)	COMÉRCIO (2)	AGRICULTURA (3)		VÁRIAS ATIVIDADES(4)	
			Trabalha- dores	Operá- rios qua- lificados	Capital	Interior
Amazonas	172\$000	—	181\$300	222\$500	192\$200	127\$700
Pará	122\$900	262\$800	68\$800	172\$500	155\$500	124\$300
Maranhão	118\$900	237\$200	88\$100	225\$000	142\$200	99\$600
Piauí	117\$700	237\$200	86\$900	210\$000	124\$500	126\$900
Ceará	117\$200	237\$200	90\$600	175\$000	143\$400	118\$500
Rio G. do Norte ..	119\$100	301\$300	103\$800	205\$000	156\$000	159\$400
Paraíba	—	301\$300	88\$100	177\$500	152\$000	98\$300
Pernambuco	117\$900	301\$300	72\$500	162\$500	144\$800	112\$200
Alagoas	108\$200	301\$300	75\$000	150\$000	116\$900	86\$300
Sergipe	83\$000	295\$000	71\$900	152\$500	120\$200	73\$300
Bahia	105\$400	295\$000	80\$600	185\$000	167\$800	114\$800
Espírito Santo ...	140\$700	227\$300	106\$900	195\$000	210\$200	177\$100
Rio de Janeiro ...	179\$200	227\$300	90\$600	212\$500	206\$100	151\$300
Distrito Federal ...	270\$700	420\$700	155\$000	262\$500	241\$300	204\$800
São Paulo	223\$000	341\$900	134\$400	240\$000	220\$600	170\$100
Paraná	205\$100	256\$800	145\$600	227\$500	172\$900	179\$900
Santa Catarina ...	185\$100	256\$800	121\$900	220\$000	153\$200	154\$400
Rio Grande do Sul	219\$800	314\$400	118\$800	225\$000	212\$800	186\$900
Mato Grosso	229\$500	341\$900	153\$100	375\$000	173\$000	203\$200
Goiás	—	216\$300	87\$500	250\$000	114\$900	90\$300
Minas Gerais	152\$800	216\$300	85\$000	202\$500	181\$800	135\$600

NOTA — Pretendendo o Governo brasileiro decretar salários mínimos para as várias regiões do país, e estando também em funcionamento os institutos de previdência social para o comércio, indústria e transportes, os dados acima foram obtidos das várias organizações em funcionamento para esses serviços, a saber: 1) Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários. 2) Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes. 3) Serviço de Estatística da Produção — Ministério da Agricultura. 4) Inquérito de Salário Mínimo (Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho — Ministério do Trabalho).

por habitante para o fisco federal, estadual e municipal, mostram, em valor relativo, os diferentes níveis de vida média nos vários Estados do Brasil.

O quadro, contendo os salários médios dos trabalhadores agrícolas, dos industriários e dos comerciários, nessas mesmas regiões, fornece ainda outros índices da situação.

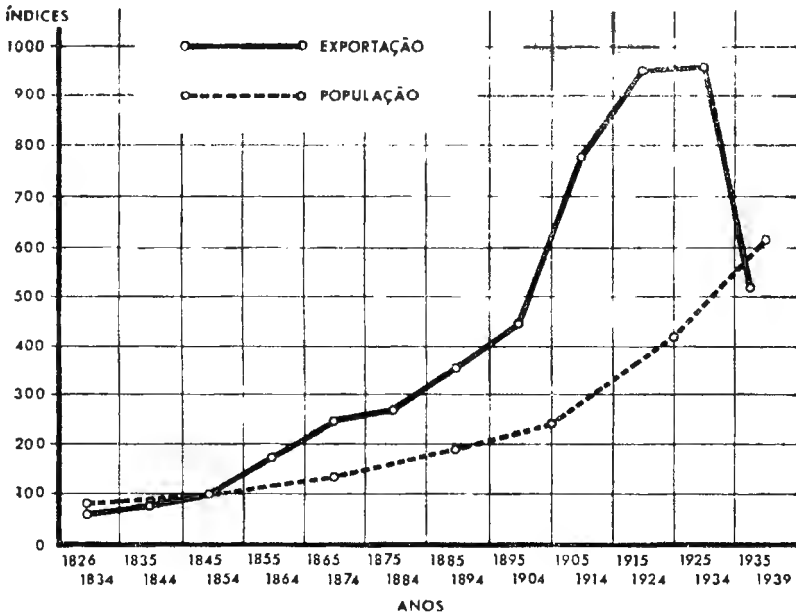


14 — Exportação de São Paulo para o estrangeiro, no período de 1928 a 1939

As grandes obras efetuadas pelo Governo Federal para atenuar os efeitos da seca, abrangendo vultosas construções e volumosos depósitos de água e grande número de estradas de rodagem, melhoraram muito a situação dos Estados do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. Com essas obras, os flagelados em numerosas regiões podem-se abrigar junto aos açudes, ser rapidamente socorridos ou mesmo deslocar-se facilmente para a costa, nas modernas estradas construídas. As consideráveis somas ali despendidas cria-

ram novos meios de vida, e, em consequência, verifica-se menor emigração das populações das zonas assim beneficiadas (5).

Constituem esses trabalhos uma experiência, em larga escala, do concurso de recursos internos para a melhoria das condições econômicas locais. O tempo demonstrará se as grandes somas ali despendidas serão justificadas pelos resultados obtidos ou se seriam melhor empregadas, ao menos em parte, promovendo a maior emi-



15 — A exportação do Brasil e o crescimento de sua população, no período de 1826 a 1939

(5) Nas obras realizadas contra a seca, intensificadas nos períodos compreendidos entre 1920 e 1923 e de 1931 até o presente, foram despendidos, até agora, acima de 1.000:000\$000, estando concluídos até 1938 cerca de 117 açudes públicos e 136 açudes por cooperação, com a capacidade total de armazenamento de 1.928.219.220 m³; mais de 3.000 km de estradas de rodagem; 473 poços públicos e 969 poços por cooperação, aproveitados, com a profundidade total de 63.000 metros.

gração e reajustamentos das populações para zonas mais favorecidas pela natureza.

O padrão de vida nos sertões de Minas Gerais e Bahia é, em geral, muito baixo, pois ali não existem culturas de valor, servindo de base a um comércio interno ou externo. Como regra geral, pode-se observar que o padrão de vida é tanto mais baixo quanto mais próxima está a população do regime da economia para consumo próprio. Com a divisão de trabalho, característica da civilização moderna, os povos afastados deste regime dispõem cada vez menos das utilidades de uso corrente entre os civilizados, e o seu padrão de vida, dependendo de uma simples economia de subsistência, vai progressivamente alcançando níveis sempre mais baixos.

No Estado de São Paulo, enquanto vigorou o regime da monocultura do café, a cada queda das suas cotações correspondia uma crise, em todo o Estado e em todas as manifestações de suas atividades. No começo do século XX, quando surgiram os primeiros sinais de superprodução, com uma violenta baixa nos preços, várias fazendas foram abandonadas, cessando o plantio que vinha sendo feito em ritmo acelerado e havendo forte êxodo de colonos do interior para a capital. Em consequência, durante alguns anos no começo do século, registraram-se também maiores saídas de colonos do Estado do que entradas de novos imigrantes.

Esses primeiros afluxos de colonos para a cidade favoreceram a implantação do parque industrial na capital do Estado.

O crescimento da receita pública de São Paulo paralisou-se, praticamente, durante um septênio (1899-1906), devido a essa primeira grande crise do café. No regime de economia eclética, que hoje impera, já não se faz sentir, no Estado, tão intensamente, a crise do café, e o mercado interno está-se tornando mais interessante para a lavoura, indústria e comércio do que a própria exportação! (6)

Este novo regime proporcionará, para a população de São Paulo, condições de equilíbrio econômico muito mais estáveis.

Observa-se ainda, no país, o fenômeno mundialmente fixado das migrações para as cidades, as quais, no entanto, não são ainda, aqui, de molde tal que prejudique a cultura dos campos.

(6) Na produção total do Estado, o café representou, em 1939, apenas 15% e os produtos exportados, 25%.

No Rio de Janeiro tem-se verificado grande crescimento da cidade, graças, principalmente, a estarem ali sediados o Governo Federal e importantes departamentos de sua administração. A cidade tem crescido mais depressa do que os meios de sua subsistência, e daí a tendência observada para o aumento do funcionalismo público e para a intervenção dos poderes públicos no controle dos preços dos gêneros básicos de alimentação e aluguéis de moradias (7).

Conclusões brasileiras

Do exposto, podem-se tirar algumas conclusões, que encontrarão, por certo, aplicação em muitas outras nações latino-americanas:

1 — as populações existentes no período precolombiano eram essencialmente nômades e deslocavam-se, à medida que se esgotavam os recursos econômicos nas regiões, onde acampavam;

2 — a ocupação européia fixou-se no Brasil, em zonas mais próprias, na época, para a produção dos produtos de maior rentabilidade;

3 — a importação de escravos negros e a escravização de índios obedeceram a imperativos de ordem econômica para o desenvolvimento de culturas essencialmente tropicais;

4 — a colonização européia, em grande escala, só se processou nas regiões em que o clima se mostrou favorável e em que foi possível o desenvolvimento de atividades apropriadas a seus hábitos e aptidões;

5 — fatores econômicos, de ordem internacional, ou fenômenos de exaustão, têm enfraquecido consideravelmente os recursos econômicos de várias regiões, em que se fixaram, no passado, muitas levas de colonos;

6 — nessas zonas, as populações resultantes do cruzamento dos primeiros colonos com os habitantes autóctones, ou com os africanos, são profundamente apegadas às localidades onde vivem,

(7) Os gráficos e tabelas, que incluímos, fornecem vários outros esclarecimentos que deixamos de comentar, para não estender esta exposição além dos limites fixados pelo regulamento do Congresso.

e emigram muito mais estimuladas por cruéis crises econômicas do que por ambição de melhoria do seu padrão de vida;

7 — não obstante essa circunstância, observam-se contínuas migrações internas, não só de correntes provenientes dessas zonas, como também dentro das próprias regiões, onde se registra melhor padrão de vida;

8 — as migrações espontâneas das regiões em que existe pressão demográfica, principalmente pela pequena produtividade, vêm-se, porém, processando com relativa lentidão, não somente pelo apego dos habitantes ao seu torrão natal e outros motivos de ordem psicológica, como pelo atraso de seu nível cultural e pelas dificuldades de transportes;

9 — as autoridades públicas poderiam fazer apressar muitas dessas migrações, cujo retardamento atrasa o reajustamento de grande parte das populações a melhores condições de vida, criando, porém, antes, todo um sistema de adaptação das culturas das populações, que emigram, às novas condições com que vão deparar;

10 — as experiências já efetuadas, com a exploração das várias regiões do país, fornecem os elementos necessários à determinação das que mais se prestam à fixação das maiores populações, do gênero de trabalho capaz de proporcionar os mais fáceis meios de vida e dos processos de reajustamento que se tornam necessários.

Migrações planificadas

Os conhecimentos já existentes da geografia humana, da geografia econômica e as observações diretas dos fatos estão, pois, a demonstrar que é possível melhorar consideravelmente a situação geral do Brasil pelas migrações internas, cientificamente organizadas, completadas por imigrações de elementos estrangeiros selecionados.

As empresas japonesas de colonização existentes em São Paulo e em algumas outras regiões do Brasil oferecem um exemplo frizante de como pode prosperar rapidamente qualquer colono cientificamente orientado sobre os processos de cultura e o emprego de suas atividades e devidamente apoiado em modernos aparelhamentos econômicos.

As experiências já realizadas e o progresso de vários núcleos coloniais criados e desenvolvidos pelos governos do Estado e Federal comprovam também essa asserção.

Todo grande plano colonizador demanda, porém, para sua execução, em cooperação com técnicos especializados, vasta soma de recursos; daí as dificuldades para as nações americanas, que lutam com falta de capitais, de estabelecer grandes colonizações planificadas. Está, porém, no próprio interesse dos governos situar os maiores núcleos de população nas zonas mais produtivas, dotadas dos melhores aparelhamentos, vias de comunicação, etc., pois que daí resultam o menor desperdício dos serviços públicos, o maior bem-estar para as populações, a mais rápida formação de capitais, evitando-se ainda o gasto de dinheiros públicos em zonas longínquas do país, onde, ainda por muito tempo, o padrão de vida não poderá ser melhorado.

Pode ser necessária a manutenção de certos núcleos coloniais, em pontos estratégicos do país, para melhor assegurar a efetiva ocupação da terra, mas aí se justifica o dispêndio pelos poderes públicos com os cuidados da técnica e da ciência, para que as populações, assim localizadas pelo interesse nacional, gozem de padrão de vida condizente com a dignidade humana.

No mapa que organizamos, indicativo dos níveis de vida relativos nos vários Estados do Brasil, adotamos, como base de estimação, os rendimentos brutos agrícolas e industriais, por habitante, e mais a contribuição de cada um destes para o erário público. Não temos elementos, como nos Estados Unidos, para determinar, por outra forma, os índices do nível de vida. De fato, em estudos feitos naquele país tomaram-se para esses índices comparativos em cada região os números relativos aos contribuintes do imposto de renda e aos possuidores de rádios e telefones. Nos outros países do continente americano tal critério não seria possível. Como a nação está altamente interessada na produtividade de todos os seus filhos e na contribuição equitativa de cada um para a manutenção dos encargos públicos, pensamos que o método adotado oferece ainda elementos de acordo com os objetivos que visamos. O índice de vida deixa de tomar um caráter estritamente individual, para ser um índice de média social.

Estudos regionais comparativos poderiam ser feitos mediante determinação dos mesmos elementos para cada município do Brasil.

Como o critério para a organização do município é a existência de recursos capazes de lhe assegurarem uma certa autonomia, é provável que cada levantamento dessa ordem abranja uma região econômica, caracteristicamente individualizada.

Como complemento da execução de um programa de migrações planejadas, impõe-se a determinação periódica dos níveis de vida, a fim de que se possam avaliar os efeitos de tal política (8). A existência, porém, no mesmo país, de zonas com nível de vida relativamente elevado, com falta de mão-de-obra, e de outras zonas com nível de vida muito baixo, com registro de grande desemprego, está a indicar que se justifica e se impõe uma intervenção governamental para o acerto da situação.

Recursos econômicos e política panamericana de migrações

Os níveis de vida econômicos e sociais dos indivíduos influem de tal forma na vida das suas nações, que as relações econômicas e sociais entre estas e as outras, ainda que sejam juridicamente estabelecidas em bases de igualdade e reciprocidade, se traduzem, de fato, na prática, em profundas desigualdades oriundas dessas diferenciações de níveis de progresso. Conforme referência, que fizemos no início desta tese, as nações mais adiantadas têm o maior interesse em que os níveis de vida dos vários povos alcancem rapidamente um padrão de bem-estar necessário à felicidade humana. Daí só pode resultar a melhoria das relações culturais e econômicas entre os vários povos e maior compreensão recíproca, geradora de condições favoráveis a um estado permanente de paz.

O governo brasileiro já teve oportunidade de apresentar, na Conferência Internacional da Consolidação da Paz, realizada em Buenos Aires, em 1936, uma moção que foi unanimemente aprovada pelos delegados de todo o continente americano, consubstanciada na seguinte recomendação:

(8) A Constituição Brasileira de 1934 continha um dispositivo, proposto pelo autor deste trabalho, estabelecendo a obrigatoriedade, pelos poderes públicos, do levantamento periódico dos níveis de vida em todo o país.

“A Conferência Internacional de Consolidação da Paz recomenda:

Aos Governos nela representados, que promovam, quanto antes, uma investigação sobre o nível de vida e os índices econômicos das diversas regiões dentro das suas fronteiras.

A União Panamericana ficará incumbida de fixar as diretrizes a que deverão ajustar-se essas investigações e coordenar os seus resultados em bases, que os tornem, no que for possível, suscetíveis de estudo e comparação. Esses estudos se realizarão sem prejuízo dos que faça o Bureau Internacional do Trabalho e serão acrescentados aos de Genebra” (9).

No recente Congresso Panamericano, reunido em Lima, foram votados os recursos necessários à efetivação dessa proposta.

Conhecidos os resultados desse inquérito, além de outros objetivos, servirão eles de guia para o estudo da redistribuição das populações dentro de cada país americano, e, eventualmente, para nortear o auxílio dos mais ricos aos menos abastados desses países, com o elevado objetivo de concorrerem para a melhoria dos recursos econômicos nas regiões mais necessitadas do continente.

A Sociedade das Nações, talvez influenciada pela recomendação do Congresso de Buenos Aires, adotou, na Assembléia de outubro de 1937, uma orientação semelhante, determinando a necessidade de um estudo de níveis de vida entre as várias populações do mundo.

É possível que um dos fatores de correção desses níveis internacionais esteja nas migrações. Os países europeus, em passado recente, facilitavam as emigrações do excesso de suas populações, melhorando assim o nível de vida dos que ficavam e, ao mesmo passo, proporcionando novas oportunidades de progresso aos que saíam.

Dentro do continente americano, só talvez os Estados Unidos têm, em certas regiões, pressão demográfica, que justifique uma emigração (10). Os demais precisam ainda promover migrações

(9) A convite de S. Excia., o Sr. Embaixador J. C. de Macedo Soares, então Ministro do Exterior do Brasil, o autor destas linhas redigiu essa indicação e sua justificação.

(10) Uma afirmativa nesse sentido não teria a confirmação do “National Resources Committee”, que assim se exprime em recente trabalho: “Evidence already presented shows that the United States as a whole is not over-

internas e imigrações de raças apropriadas, para a valorização e desenvolvimento de suas próprias terras.

Em aditamento às conclusões, a que já chegamos, podemos, pois, acrescentar algumas outras de ordem mais geral:

I — Na evolução da vida econômica e social das várias regiões do continente americano, deve-se ter em vista a manutenção de uma relação harmoniosa entre as populações e os seus recursos econômicos;

II — para esse fim, impõe-se um estudo permanente dos níveis de vida nas várias regiões, mediante inquérito adequado sobre as condições locais;

III — baseados nesses estudos e nas experiências oriundas das observações diretas, os governos devem promover migrações internas, retirando de zonas em decadência os excessos de população e facilitando o seu reajustamento e concentração em zonas onde existam maiores recursos econômicos e maiores possibilidades de progresso;

IV — conhecidos os resultados desses inquéritos e estabelecidas as bases comuns de comparação, as nações mais bem aparelhadas devem ainda facilitar o equipamento e o levantamento do nível de vida dos demais povos, para evitar formações de focos de empobrecimento e descontentamento dentro do continente americano;

V — eventualmente, serão ainda estudadas as possibilidades de migrações internacionais, intracontinentais e intercontinentais, no sentido de corrigir os desequilíbrios locais entre as populações e os recursos econômicos.

populated, relative to other nations. Pressure of total population on natural resources in this country is not so great as seriously to hamper continued economic expansion and a rise in the general level of living, through more efficient economy. The data on regional variations in the distribution of goods and services to be introduced in this chapter will show, however, that in some parts of the country the pressure of population on economic resources is already a basic factor in causing low levels of living or even widespread chronic poverty”.

BIBLIOGRAFIA

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* — Dados e informações.
Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Quadros estatísticos.
Boletins do Departamento Estadual de Estatística de São Paulo.
Boletins da Inspeção de Obras contra as Secas.
National Resources Committee — The Problems of a Changing Population, 1938.
Société des Nations — Etudes sur les Niveaux de Vie.
Annales du Congrès International de la Population — Paris, 1938.
 CARTER GOODRICH and Others — Migration and Economic Opportunity.
 C. WARREN THORNTON — Internal Migration in the United States.
 CARTER GOODRICH, B. W. ALLIN and MARION HAYES — Migration and Plan of Living.
 PRESTON E. JAMES — The Changing Patterns of Population in São Paulo, O Problema da Colonização Permanente no Sul do Brasil.
 SAMUEL H. LOWRIE — Origens da população da cidade de São Paulo e diferenciação das classes sociais, Imigração e crescimento da população no Estado de São Paulo.
 J. F. NORMANO — Brasil, A Study of Economic Types.
 P. DEFFONTAINES — Geografia Humana do Brasil.
 PIERRE MONBEIG — La Population de l'Etat de São Paulo.
 GASTON BOUTHOL — La Population dans le Monde.
 AFFONSO D'E. TAUNAY — História do Café.
 AFRÂNIO PEIXOTO — Clima e Saúde.
 JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES — A Borracha.
 OLIVEIRA VIANA — Raças e assimilação.
 SÉRGIO MILLIET — O Roteiro do Café.
 HENRIQUE DÓRIA DE VASCONCELOS — A Imigração.
 HUMBERTO DANTAS — As migrações internas.
 JORGE MARTINS RODRIGUES — São Paulo de Ontem e de Hoje.
 ROBERTO SIMONSEN — História Econômica do Brasil, Padrão de vida e outras realidades brasileiras, Aspectos da história econômica do café, Evolução industrial do Brasil.

IV

OPERARIADO
E QUESTÃO SOCIAL

SOLIDARIEDADE COM A CLASSE PATRONAL

Almas boas e simples que sois — sentistes necessidade de expandir essa vossa natural alegria e eis-vos à procura de um alvo em que pudésseis concretizá-la. E viestes a mim.

Eu, no entanto, bem pouco fiz. Resumiu-se o meu papel durante a epidemia em coordenar esforços; e contando com a dedicação de um grupo de auxiliares, vossos companheiros de trabalho, procurar fazer, cumprindo estritamente meus deveres de vosso chefe, com que fôsseis amparados, na medida do possível, na devastação que a epidemia ia provocando.

Sem a cooperação desses vossos companheiros — que bem conheceis porque os vistes constantemente em visita aos vossos lares ou às vossas cabeceiras, nos trágicos dias de outubro, e entre os quais se destaca, com justiça, Brandão Júnior — a minha ação de quase nada vos teria valido.

Os sacrifícios pecuniários que as diretorias das nossas empresas impuseram aos seus cofres, pelos socorros que fizeram distribuir, pelo relativo conforto que vos procuraram proporcionar, se bem que figurem como sangrias vultosas em seus ativos, representam, por certo, o dinheiro que até hoje tem sido mais bem gasto, porque não pode haver mais feliz padrão do valor do dinheiro que o determinado pela utilidade da sua aplicação em fim humanitário!

Recebo, assim, de coração alegre, a vossa manifestação, como representante das empresas em que trabalhais, e ainda como chefe dos meus dedicados auxiliares e companheiros de trabalho que vos socorreram na epidemia de outubro.

Sinto-me, porém, de tal modo feliz, por ser, pela força das circunstâncias, o alvo dessa vossa expansão, à qual se associam tantos amigos pessoais levados exclusivamente pelos seus bondosos sentimentos, que trago ao meu lado, ao receber-vos, os meus filhinhos, para que em seus corações se grave indelével, como no meu, a recordação desta gratíssima data que me proporcionaís.

Almas boas e simples que soís!

Esta festa tem, a meu ver, uma expressão de sã alegria, de solidariedade e de amizade, cuja significação e alcance, principalmente em nosso caso, bem merecem algumas apreciações.

O perigo da morte, a grande niveladora social, a comunidade de sofrimentos, aproximou-nos, patrões e empregados, auxiliares superiores e humildes operários — e dessa cooperação voluntária e consciente resultaram proveitos para todos nós, que sois os primeiros a constatar.

Pois bem: vós, operários brasileiros, pioneiros de uma classe que apenas se esboça, a do proletariado nacional; vós, operários estrangeiros, que emigrastes de vossos países de origem, uns, impedidos por necessidades econômicas, outros, arrebatados pelo sonho da fortuna, e outros ainda, constrangidos a procurar em terra estrangeira, no nosso querido Brasil, a liberdade que a Pátria recusava — meditai nos ensinamentos que a vossa ação de hoje proporciona.

Vede o que podemos obter pelo entendimento e pela ação comum inspirada num espírito de solidariedade e de paz que deve sempre imperar entre os seres humanos!

E, agindo com esse pensamento, sempre unidos, contribuamos para evitar a todo transe que sejam trazidas para o nosso Brasil as lutas de classe, as organizações artificiais, os entraves à verdadeira noção da liberdade, que foram, em grande parte, as causas dessa campanha sangrenta que custou milhões de vidas de nossos semelhantes!

SALÁRIO MÍNIMO NO BRASIL

É com indisfarçável prazer que a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo recebe a oferta do precioso mostruário, mapas e gráficos, que integravam o pavilhão do Ministério do Trabalho, na Feira Nacional de Indústrias, aqui realizada nos últimos meses do ano próximo passado.

São nada menos de oitenta e quatro cartas, onde se encontram fixados, com rara maestria, os resultados das pesquisas que pelo Brasil afora realizou o Ministério do Trabalho, em busca de elementos que o habilitassem a dar cumprimento à lei, que instituiu o salário mínimo no Brasil.

Censo de salários

Grafam-se aí as linhas dos salários mínimos nos vinte Estados federados, no Distrito Federal e no conjunto do país. Reproduzem-se os níveis dos salários a seco e dos salários com bonificação em todas essas regiões. Figuras cartas, discriminando os salários industriais pagos a elementos masculinos e femininos; os salários médios dos comerciários; os da estiva; as estatísticas do nosso operário e sua discriminação por sexos, idades e nacionalidades; a distribuição dos sindicatos de empregados e empregadores, e, finalmente, os quadros da aplicação, que os operários fazem de seus rendimentos.

Basta essa enumeração, para que se aquilate, desde logo, do escrúpulo, da seriedade e da competência, com que foram norteados todos os serviços de investigação, que precederam a aplicação do regulamento instituidor do salário mínimo.

A lei do salário mínimo

A V. Excia., Sr. Dr. Oswaldo da Costa Miranda, coube relevante papel nas várias etapas dessa importante legislação. Membro proeminente da comissão que foi instituída para organizar o regulamento da lei, coube a V. Excia., mais tarde, como diretor do Departamento de Publicidade e Propaganda do Ministério do Trabalho, hoje Serviços de Estatística da Previdência e do Trabalho, orientar a aplicação desse regulamento na mais estreita cooperação com as numerosas comissões de salário mínimo estabelecidas em todo o país.

Em recente publicação, em grosso volume, acabam de ser enfileirados os principais atos que precederam e que norteiam a aplicação do salário mínimo no Brasil. Essa publicação demonstra a circunstâncias, que já era do conhecimento daqueles que, como nós outros, estão em mais íntimo contato com o Ministério do Trabalho, de estarem sendo obedecidos, na implantação dessa importante legislação, um acentuado critério científico e um alto senso de objetividade e realismo.

Zonas pobres do país

Não se pode negar que o salário mínimo veio corrigir compressões e erros de distribuição existentes em alguns setores da produção brasileira. Em nosso Estado, como já temos dito por mais de uma vez, foi relativamente pequena a sua influência, em relação à grande massa dos trabalhadores industriais.

É que os salários insuficientes eram geralmente registrados nas zonas empobrecidas do país, onde existe um excesso de mão-de-obra, em relação aos recursos econômicos locais. Daí a minha convicção de que a lei do salário mínimo, pelo aparelhamento que criou, age muito mais como benéfico órgão indicador dos índices de riquezas regionais, e, portanto, orientador das províncias que se tornem necessárias à defesa da economia nacional, do que propriamente como agente de uma melhor distribuição do rendimento nacional.

O material de pesquisas, já colhido pelo Ministério do Trabalho, permite aos estudiosos das questões sociais e econômicas hau-

rirem grandes ensinamentos sobre o estado da acentuada pobreza em que se debatem muitas regiões e numerosas populações do país.

Corretivos econômicos

As medidas que se fazem mister para o aumento, em larga escala, dos recursos dessas regiões e populações, são, por certo, muito mais da órbita econômica do que da social propriamente dita.

São, porém, contribuições da natureza das que hoje recebemos, aliadas a numerosos outros elementos, que já figuram no museu social do Ministério do Trabalho, que poderão sugerir as normas que serão adotadas pelo Governo da República, para uma alta mais rápida do nível geral de vida dos brasileiros.

A indústria e os níveis de vida

A indústria nacional cabe uma relevante função no enriquecimento do país. Dependendo, porém, a sua expansão do enriquecimento dos mercados internos, o surto industrial e o enriquecimento de nossas populações entrosam-se, assim, de modo absoluto, funcionando alternada e continuamente como causa e efeito e conjugando-se indissolúvelmente, em seus interesses, em benefício do progresso do país.

Bem avaliando essa circunstância, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, o maior órgão de classe do maior parque manufatureiro da América do Sul, vem-se dedicando, em larga co-operação com os governos do Estado e do país, ao estudo e à compreensão dos problemas, de cuja solução dependem a elevação do nível de vida de nossas populações, como condição essencial à melhoria do fator básico do fortalecimento de nossos mercados internos.

Fazendo justiça a esse nosso espírito de colaboração, em significativo testemunho de gentileza para com as atividades produtoras de São Paulo, o Sr. Dr. Waldemar Falcão, ilustre titular da pasta do Trabalho, houve por bem entregar à nossa guarda, como sugestão diuturna às cogitações de nossa gente, esta esplêndida coleção

de cartas, onde tão inteligentemente se acham grafados grandes fatos sociais ligados à vida de nossas populações, às atividades industriais e ao trabalho brasileiro.

Em retribuição a tão nobre gesto, rogamos a V. Excia., Sr. Dr. Diretor dos Serviços de Estatística da Previdência e do Trabalho, que se digne levar àquele eminente titular a afirmação de que o seu ato nos trará novos estímulos ao cumprimento do dever patriótico de cooperar, em tudo quanto esteja ao nosso alcance, para o esclarecimento e solução dos complexos problemas, a que estamos ligados, que preocupam o Governo da República, e de que, cada vez mais, dependem a segurança e a grandeza do Brasil.

O DIREITO SOCIAL BRASILEIRO

Não poderiam as classes patronais do Estado deixar de acorrer, pressurosas, ao coro uníssono, que se forma em torno do Professor Cesarino Júnior, aclamando-o pelo aparecimento do primeiro tomo do “Tratado de Direito Social Brasileiro”, obra cuja feitura corajosamente empreendeu, e que, sob sua competente direção, vai constituir-se, em breve, uma útil e magnífica realidade.

Empresto valor excepcional a esse cometimento. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo teria sido, talvez, a primeira associação patronal do país que consignou, em seu programa inicial, proposições e anseios já hoje corporificados em preceitos do direito social brasileiro.

Na casa da indústria, conseguimos abolir o espírito imediatista. Não se formam, ali, conluíus entre detentores de capitais, para comprimir os menos afortunados ou combater justas reivindicações sociais, que visem ao bem comum. Exatamente porque ali se pesquisa a verdade, esteja onde estiver, e contrarie, embora, por vezes a sua constatação ricos ou poderosos, é que sua diretoria convidou para participar do corpo de seus grandes consultores jurídicos o homenageado desta noite, e isso quando alguns espíritos prevenidos pretendiam vislumbrar, nas aulas iniciais do erudito professor, uma feição esquerdista, que julgavam prejudicial aos interesses patronais.

É que enxergamos e aprendemos, nas lições do ilustre mestre, a mesma preocupação que nos dominava, da pesquisa da verdade e da consecução do ideal, para que se processasse, no país, a evolução social, condicionada aos interesses do bem comum, do amor à coletividade e de valorização do nosso homem.

Acompanhando, de perto, a elaboração da nossa legislação social, as classes patronais de São Paulo vêm procurando, incessantemente, fazer crítica construtiva, visando sempre conciliá-la com a nossa realidade, acentuando que a distribuição não pode anteceder a criação, esclarecendo falsas apreciações sobre homens e coisas, orientando padrões mais atrasados sobre a necessidade de harmonizar os seus ideais de lucro com as aspirações sociais mais alevantadas, realçando a unidade dos fatores que integram a produção, e concorrendo, enfim, para que se fortaleça a consciência do necessário entendimento entre os vários elementos, que contribuem para o equilíbrio da vida nacional.

Ao invés de oferecer combate ao que poderia parecer reivindicações de uma classe pobre e muita vez oprimida, pregou, desde o início, a Federação das Indústrias, a necessidade do estudo de seus problemas, da compreensão de suas aspirações, da outorga de tudo quanto fosse justo.

Não são palavras sem base as que ora pronuncio. Af estão os arquivos da nossa associação de classe, as suas numerosas publicações, e a sua notória e incessante atuação, que, por desassomburada, por mais de uma vez, provocou a desconfiança entre muitos dos responsáveis pelas coisas públicas.

As preocupações patronais dividem-se, hoje, entre nós, entre a solução dos problemas econômicos e a dos problemas sociais. Isso, aliás, é o que sempre deveria suceder.

Para que se não dispersem esforços, para que a nossa evolução se processe com a máxima segurança e eficiência, faz-se mister que se divulgue, cada vez mais, a boa doutrina do direito social.

Assim o compreendeu o Professor Cesarino Júnior, já possuidor de admirável acervo de serviços e proficientes estudos nesse ramo. Inicia, agora, esta esplêndida enciclopédia de direito social restrito, destinada, sem dúvida, a prestar inestimáveis serviços à cultura e à formação da consciência nacional.

A ação das classes patronais nesse setor das nossas atividades, a que acabo de me reportar, dá-nos por isso a necessária autoridade, para juntar os nossos aplausos àqueles com que foi recebida a útil iniciativa do Professor Cesarino, numa perfeita compreensão das necessidades do país em matéria de tanta relevância, e numa promissora amostra do que vai ser a obra a empreender, com a publi-

cação do seu primeiro volume, da autoria do ainda jovem mas já consagrado mestre.

Eis por que aqui nos encontramos, solidários com o Instituto de Direito Social Brasileiro, para lhe trazer, mais uma vez, a nossa calorosa e sincera saudação por esse grande cometimento, assegurando-lhe a nossa cooperação e toda a simpatia dos empregadores do Brasil.

TAYLORISMO E RACIONALIDADE

Os ônus com que a Grande Guerra sobrecarregou as sociedades vão agora se fazer sentir intensamente. O pagamento das colossais dívidas contraídas para despesas improdutivas, trouxe, aos velhos países da Europa, e ao resto do mundo, pelo equilíbrio social oriundo dos entrelaçamentos da vida internacional, a necessidade imprescindível da organização à "outrance" do trabalho. E na tremenda luta econômica que se vai travar só poderão vencer, só poderão prosperar, as empresas bem organizadas.

Há bastante tempo que me domina e preocupa esse problema da organização industrial — a organização científica, como a denominam os norte-americanos — que está sendo adotada sofregamente pelos países mais adiantados em todos os ramos de sua atividade, e que visa, em síntese: *a máxima economia na produção pela realização da máxima eficiência.*

Na moderna organização do trabalho, a antiga disciplina, a militar — que só se impunha pelo rigorismo de feitos carrancudos — é substituída pela disciplina inteligente e consciente — oriunda do conhecimento exato que tem o operário da natureza do seu trabalho e da certeza do justo reconhecimento de seus esforços.

O grupo de moços de sólido preparo que tenho a felicidade de contar a meu lado, e cuja dedicação pelo trabalho vós mais do que ninguém podeis apreciar, já está distribuído hoje na chefia dos departamentos que constituem o esquema da organização que tenho imaginado para as nossas empresas e preocupa-se agora, comigo, em reformar e melhorar as condições de vosso trabalho — visando assentá-lo em bases verdadeiramente científicas.

Eis, pois, meus amigos, uma notícia que vos deve ser agradável.

Lembrai-vos, porém, que a melhoria das vossas condições, o vosso futuro, o vosso bem-estar, a vossa tranqüilidade só podem repousar no trabalho produtivo e organizado!

O barateamento da produção, em todos os seus aspectos, precisa e deve ser almejado constantemente no vosso e no nosso interesse.

Esse barateamento, porém, deverá ser conseguido, não à custa de vossos salários, mas sim pela obtenção da máxima eficiência do trabalho! E a máxima eficiência do trabalho nós a obteremos por uma perfeita organização em que, por disposições inteligentemente adotadas, as perdas de tempo e os esforços não-produtivos sejam reduzidos ao mínimo.

Nos Estados Unidos as empresas mais bem organizadas, isto é, as que conseguem produzir mais barato, são as que pagam os mais altos salários.

Dediquemo-nos, pois, a uma perfeita organização de nossos serviços — onde deverá predominar a disciplina inteligente e consciente, onde imperem os verdadeiros princípios da cooperação cordial entre patrões e operários.

Cuidemos de todos os seus aspectos — desde a execução dos serviços em todos seus detalhes visando sempre a máxima eficiência, até o exame das condições de conforto e bem-estar dos que trabalham, para que melhor possam produzir.

E os frutos desse nosso modo de atuar conjuntamente, todos nós os colheremos. A esfera de nossa ação se distenderá, lucrando até o meio em que vivemos pelos benéficos reflexos que emanarão do grande núcleo de obreiros felizes e organizados que saberemos constituir!

REMUNERAÇÃO E RACIONALIDADE

O maior problema que têm diante de si os engenheiros e os administradores da época atual é incontestavelmente a utilização econômica do trabalho.

A indústria moderna tem evoluído, como tudo. Os industriais de hoje têm de abandonar os moldes antigos para considerar como uma força nova, existente realmente, o descentramento do operário; e proporcionar, com desassombro, a justa remuneração ao trabalho, se não quiserem assistir ao entravamento da produção pela tentativa de decisão deste problema, erradamente, por vias políticas, quando poderia ser resolvido, com acerto, por vias econômicas.

A política da classe operária tem sido baseada na limitação da produção e na ilimitação de salários; ora, colocando-se os patrões em ponto de vista diametralmente oposto, dá-se o choque dos interesses, assim estabelecidos como contrários, resultando a gigantesca luta que estamos presenciando no mundo industrial, e que está assumindo gravíssima feição de guerra de classes.

Entretanto, na realidade, esse antagonismo violento não se justifica, e só é explicado por procurarem as duas classes, a todo transe, resultados imediatos, em detrimento dos verdadeiros interesses de toda a sociedade.

De fato, o que o patrão procura é pagar o menos possível por unidade de produção, e o que o operário visa é ser o mais remunerado possível por unidade de tempo; daí a viabilidade em ser obtida a solução harmônica dos interesses das duas classes por investigações científicas das condições reais do trabalho e pela aplicação inteligente das leis econômicas que regem a produção.

Foram os atrasados sistemas de paga e a má orientação dos patrões que mais concorreram para que os trabalhadores se organizassem em feição de classe.

As classes patronais nos velhos países industriais, salvo raras exceções, trataram sempre os operários como se estes constituíssem uma massa única, não individualizando competências, e que se buscava no mercado com menos atenção que a matéria-prima, levando-os assim, naturalmente, a se unirem em partido para obterem melhoria em remuneração e tratamento.

Instalavam-se as indústrias com cuidados especiais de locação, com estudados detalhes de construção, e com a apurada montagem de maquinismos; organizavam-se aperfeiçoadas formas de escrituração; completos laboratórios para exames da matéria-prima e produtos manufaturados; e, no entanto, na exploração dessas indústrias, não conseguiam o aproveitamento eficiente da mão-de-obra por não saberem promover, inteligentemente, a cordial cooperação dos empregados, interessando-os na produção.

O mau sistema de remuneração dos serviços é o maior, senão quase o único causador das greves. Gantt, no seu magistral estudo *Work, Wages and Profits*, comentando esse estado de coisas, desta maneira se exprime: “Em regra geral o industrial paga um só e mesmo salário para uma só e mesma classe de operários, por desconhecer a quantidade de trabalho efetuado por cada um de per si, difícil, aliás, de se avaliar com precisão. Corresponde, naturalmente, esse salário, ao valor de um trabalhador inferior à média. O único meio que tem o obreiro hábil de se fazer pagar melhor é de promover o aumento de salário de toda a classe. Daí o principal motivo da formação das Associações de Resistência.”

Compete, portanto, aos industriais, no seu próprio interesse, evitar que de seus principais colaboradores se forme uma massa hostil buscando remédios para o seu mal-estar em conquistas políticas perturbadoras da produção.

Essa evitação seria conseguida pela justa paga do verdadeiro rendimento do trabalho — estabelecida de modo a premiar com equidade o esforço pessoal e as desigualdades fatais da produtividade de um homem para outro. Teríamos deste modo individualizado o operário, interessando-o diretamente na produção, tornando-o um fator crescente da riqueza e incorporando-o na sociedade,

por meios econômicos, já que dela foi afastado por erros econômicos.

As associações operárias formadas com o espírito preconcebido de luta, bem como as dos patrões, jamais poderão resolver de forma estável as chamadas questões entre o Trabalho e o Capital, ainda que recorram a tribunais arbitrais, porque são elas estabelecidas sob atmosfera de desavenças, que induzem as duas classes a um estado de desarmonia. Cada qual procura incessantemente vencer a outra, empregando, sempre que lhe é dado, mal disfarçados processos de força. Aqueles tribunais, embora bem intencionados, funcionam, quase sempre, por motivos óbvios, com conhecimento incompleto de causa.

Somente a forma científica de administrar e retribuir o trabalho, em que se beneficiem lealmente as duas classes, é que deixará de promover as ações e reações inevitáveis nos velhos sistemas, colocando ambas as partes em íntima cooperação em prol dos seus legítimos interesses.

Sistemas de salários

Os sistemas de remuneração do trabalho, usados até hoje em maior escala, são o do jornal e o da tarefa.

O primeiro, o do jornal, é em absoluto condenável na maioria dos casos, porquanto não toma em conta o rendimento do trabalho, concorre para uma fraca produtividade, não estimula o esforço, não individualiza o operário.

O segundo, o da tarefa, usado, com relativo sucesso econômico, por várias empresas, tem sido infelizmente a causa de grandes discordâncias entre as duas classes, e hoje já não mais contribui para a produtividade desejada.

O “quantum” da tarefa sendo determinado, as mais das vezes, de um modo um tanto arbitrário, são os patrões induzidos a reduzi-lo todas as vezes que o operário consegue altos salários pelo aumento da produção. Esse procedimento tem dado causa à justa indignação dos que se vêem assim privados dos resultados de seus esforços, e tem levado os obreiros a conservarem uma produção correspondendo a salários que a sua intuição indica não trazerem aos seus chefes a disposição de diminuir.

Industriais adiantados têm procurado, com especialidade na Inglaterra, recompensar os operários por interesse direto nas indústrias.

Esse sistema é falho em quase todos os casos, porquanto não se concilia com as leis econômicas. Desta maneira procura-se obter do operário sua máxima eficiência no trabalho, pela promessa de um ganho problemático no fim de um ano financeiro. Toma-se para remunerar um trabalhador, ao invés de uma quantidade que dele dependa, como a porção de serviços executados e o tempo empregado em sua execução, uma soma dependente da habilidade administrativa do patrão. A consciência desse fato arrefece o zelo do melhor obreiro. A recompensa prometida, sendo longínqua e incerta, é da natureza do caráter humano não ser por ela grandemente estimulada. Finalmente, a igualdade na repartição, entre todos os operários, provoca o natural descontentamento dos mais capazes.

Aos industriais americanos cabe a iniciativa da criação e estabelecimento de sistemas de salários fundados em pesquisas científicas, em que se procura dar a cada homem o resultado do seu próprio esforço, em proporção à sua grandeza e ao tempo empregado em exercê-lo.

Procuraram esses métodos dar ao salário características em acordo com as exigências da natureza humana e as leis econômicas da produção, estabelecendo:

— que o suplemento de ganho que o operário consegue pela sua maior eficiência, seja fácil a determinar, a “controlar” e de pronto recebimento;

— que a base da determinação desse suplemento seja invariável, seja qual for a cifra a que atinjam os salários obtidos;

— que o aumento da produtividade também beneficie o patrão e concorra para a contínua diminuição no custo da produção.

Tais são os sistemas de prêmio ou de “bônus”, tendo como base os sistemas do jornal ou o da tarefa, onde se determina cientificamente o tempo-padrão eficiente ou a tarefa-padrão eficiente, premiando-se inteligentemente os que ultrapassam esses padrões e sempre proporcionalmente ao excedido. Obedecem a esses preceitos os processos de Taylor, de Gantt, de Towne-Halsey, de Emerson, e de outros profissionais da eficiência.

O emprego sistemático desse justo meio de remunerar o trabalho, contribuirá, sem dúvida, para esclarecer o operário sobre o fato econômico de que o salário é apenas uma quantidade relativa e que o seu simples aumento, tendo lugar conjuntamente ao do custo da produção, de pouco lhe valerá. E demonstrará que, observadas as leis econômicas e os princípios de equidade, a repartição dos lucros entre os colaboradores da obra realizada em comum, poderá ser resolvida sem perturbações e atritos, à semelhança das soluções que se têm encontrado para os conflitos entre os produtores e consumidores.

Nesse dia predominarão difundidos os ensinamentos da economia política, e todos, individualizados, poderão conquistar a sua independência econômica como já o podem hoje a sua independência política.

É nessa ordem de idéias, obedecendo aos preceitos da administração científica, que pretendemos reformar meticulosa e paulatinamente o sistema de pagamento dos operários da nossa Companhia.

Dada a diversidade das indústrias que exploramos e de categorias de operários que empregamos em nossos trabalhos, bem sabemos ter à nossa frente uma difícil missão. Temos, porém, esperança em vencer, confiados no auxílio do pessoal superior de nossa empresa e na cooperação dos operários, que não poderão duvidar da lealdade de nossos desígnios.

O PROBLEMA SOCIAL NO BRASIL

O problema social no Brasil, como, de resto, em qualquer nação democrática, é suscetível de plena solução prática, sem que os fundamentos tradicionais da ordem pública e política sejam subvertidos, quer pela violência revolucionária, que nada constrói, quer pela ação mistificadora de mitos estranhos à sensibilidade e à formação histórica nacionais. Não há questão social — habitação, alimentação, educação, saúde e outras — cuja solução exija mais do que apenas boa vontade e diligência por parte dos que respondem pela preservação do nosso patrimônio social e histórico. Essa afirmação agora se comprova na instituição do Serviço Social da Indústria, concepção profundamente humanística, que se estenderá por todo o país, realizando uma obra sem par, que traduza os superiores propósitos que animam os nossos industriais, em perfeita consonância com o programa social do Governo. É o espírito de serviço, tão recomendado pela filosofia cristã, e que dá à riqueza, não o caráter de um instrumento para a fruição de bens individuais e egoísticos, mas uma larga função pública de soerguimento do conforto e bem-estar das populações trabalhadoras.

Obra que honrará o patronato brasileiro e que vai revelar, na sua imediata execução, que não haverá, entre nós, clima propício à penetração insidiosa da luta de classes, pois, operários e patrões, através do Serviço Social da Indústria, estarão empenhados, em esforço comum, na consecução de novo regime de vida, com mais ampla e equitativa distribuição das riquezas e com a dignificação da existência proletária.

Imperativo do momento

Nos primeiros meses deste ano, retido em Campos do Jordão, para me restabelecer de grave enfermidade, retomei os meus antigos estudos sobre a situação social do Brasil. Contristou-me, então, verificar que o país não fugia à série de agitações que abalam boa parte dos povos do globo, em busca de novas condições de equilíbrio da estrutura social, cuja instabilidade foi posta em relevo pela maior guerra mundial que a história assinala.

No Brasil, em especial, com o seu baixo padrão de vida médio e onde, em várias regiões, muito se acentua o desnível das disponibilidades, essas agitações são favorecidas pelo regime inflacionário ora imperante, pelo fraco índice educacional e pela carência de fatores básicos da produção.

Quando tais circunstâncias deveriam levar os homens de maior responsabilidade a se unirem em torno de rumos definidos, à procura de um ideal comum, visando a uma sadia reconstrução, verificamos, com pesar, que grande número de nossos concidadãos se dispersa e se perde em competições de política meramente pessoal; outros persistem numa desabalada corrida atrás de lucros fáceis, desapercibidos da tentativa de infiltração que se vai processando nas grandes massas trabalhadoras por elementos extremistas que, desvirtuando a origem e a natureza dos fatos, procuram destruir os fundamentos da nossa ordem social, criando um ambiente favorável ao envolvimento de nossa pátria por perigosos regimes alienígenas, incompatíveis com os nossos anseios, com as nossas tradições e com os postulados essenciais da civilização cristã.

Nesse exame da situação brasileira, surgiam, como heróicos baluartes de resistência, a essa onda avassaladora que despontava, ameaçadoramente, em importantes zonas de trabalho nacional, a reconquista do regime constitucional democrático, a elevação do eminente General Eurico Gaspar Dutra à suprema magistratura do país, a ação patriótica das nossas forças armadas, a vigilante e operosa atuação de nossa Igreja Católica e de homens públicos, dentre os quais peço vênias para destacar o Exmo. Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares e a compreensão, para honra nossa, demonstrada por alguns destacados elementos das classes produtoras.

Convenci-me, então, que se tornava premente e indispensável uma mobilização das nossas organizações industriais, para a exe-

cução generalizada de medidas pelas quais, há muito, vínhamos propugnando e que seriam capazes, numa inteligente coordenação com o poder público, de agir, de forma eficiente, na luta por uma verdadeira reconstrução da sociedade em bases sadias, justas e convenientes aos interesses comuns de nosso povo. E tais medidas não seriam tomadas ao acaso, estranhas à consciência e aos propósitos das classes produtoras.

Três memoráveis pronunciamentos

De fato, Em três memoráveis conclaves, que realizamos, nos últimos anos, no Rio de Janeiro, em S. Paulo e em Teresópolis, exaltaram essas classes seus anseios pela urgente adoção de uma vigorosa política social e econômica, capaz de enfrentar a procela que se aproximava. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo compareceu a esses congressos, com estudos fartamente documentados e roteiros perfeitamente definidos, e, na última assembléia, a de Teresópolis, procurou demonstrar a íntima relação do problema econômico com o social e a relevância que emprestava à questão do salário real.

No número de abril de 1945, da *Revista Industrial de São Paulo*, acentuávamos, nestes termos, a contribuição que oferecia a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo à Conferência de Teresópolis:

“A primazia de todas as questões que se referem ao aumento da renda nacional, aos postulados de uma política econômica internacional apropriada a países de estruturação econômica como a nossa, ao aumento imediato do salário real e à esfera e limites do intervencionismo do Estado constitui, por certo, a palavra de ordem na delegação industrial paulista. No regime de inflação em que nos debatemos, a estabilização e melhoria do salário real deve dominar os nossos espíritos, a fim de que não se desorganize o trabalho nacional. Os empregadores têm que considerar os problemas da habitação, da alimentação e da assistência aos seus empregados, como parte integrante da política geral das suas próprias empresas. Colocados esses elementos básicos da vida do homem ao abrigo dos reflexos perniciosos da infla-

ção, teremos melhorado o salário real dos nossos trabalhadores e concorrido, de forma decisiva, para a paz social”.

Entendimentos preliminares

Descendo de Campos de Jordão, entendi-me com o devotado Interventor Federal em São Paulo, que de pronto manifestou o seu apoio à iniciativa; S. Eminência o Cardeal D. Carlos Carmelo de Vasconcellos Motta aprovou e colaborou na campanha que então iniciávamos. Em prestigiosos elementos das nossas atividades industriais encontrei o mesmo sentimento das responsabilidades do momento. No Rio de Janeiro, o ilustre presidente da Confederação Nacional da Indústria, o sr. Euvaldo Lodi, não só acolheu todas as ponderações, como atendeu à sugestão de se convocarem os presidentes das Federações Regionais do Brasil, para a tomada de posição construtiva em face do problema. E no memorável encontro que se deu na Capital da República, uniforme se expressou o pensamento dos líderes industriais do país.

Dirigiu-se, então, a Confederação Nacional da Indústria ao sr. Presidente da República e ao sr. Ministro do Trabalho, e, após repetidos entendimentos, sempre com o alto espírito de melhor servir o país, tornou-se uma realidade, pela firme decisão do sr. General Eurico Gaspar Dutra, a criação do Serviço Social da Indústria.

Não necessitarei encarecer os penosos trabalhos, nestes últimos dois meses, dos nossos técnicos, sempre em perfeita coordenação com os da Confederação Nacional da Indústria, sob a inteligente direção-geral do seu incansável presidente, para que fossem organizados, não somente um prévio planejamento geral dos serviços, como ainda as disposições preliminares para a concretização desse cometimento que ora tão promissora se inicia no Brasil.

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, paralelamente com as *démarches* que vinha realizando, patrocinou a criação da “Fundação de Assistência ao Trabalhador”, facilitando, dessa forma, a possibilidade da instalação, desde logo, de algumas atividades básicas dos novos serviços. Essa providência permitiu que, poucos dias após a promulgação do decreto, fossem inaugurados, em São Paulo, os primeiros armazéns abastecedores de nossas populações operárias, armazéns esses que já se elevam a

mais de uma dezena e que se vão estendendo a vários recantos do Estado.

Esta nossa experiência inspira as bases da expansão desses serviços sociais a outras regiões do país, e com a rapidez que a iniciativa requer.

Pelo Regulamento do SESI, que acaba de ser aprovado pelo Ministério do Trabalho, verifica-se que vamos iniciar o desenvolvimento da nossa grande tarefa pelos seguintes setores: alimentação, habitação, higiene, educação moral e cívica, pesquisas sociais e econômicas e coordenação geral dos serviços.

Os estudos preliminares já realizados permitiram as primeiras providências relativas à seleção e preparo intensivo do numeroso pessoal de que vamos necessitar para o cumprimento do extenso programa do SESI.

Cooperação do circulismo e centros de estudos

Já estabelecemos os primeiros contatos com grandes organizações e instituições que conosco podem cooperar. Assim, já firmamos ajustes com a Escola de Serviço Social, com o Instituto de Direito Social, com o Instituto de Serviço Social, com os Círculos Operários Católicos, com a Juventude Operária Católica, com a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, além de outras entidades, para a organização de cursos de emergência de intensa preparação de assistentes sociais, educadores sociais, orientadores sindicalistas e funcionários de várias categorias que deverão integrar os quadros do SESI.

Desenvolvendo-se em São Paulo a metade das atividades industriais do Brasil, é natural que aqui se tivessem processado e que agora também se processem os primeiros estudos e providências que servirão de elementos informativos básicos, à orientação do Conselho Nacional do Serviço Social da Indústria. Repetiremos, pois, com imenso proveito, a experiência do SENAI.

Conselho Consultivo e suas finalidades

Os rumos adotados na fase inicial da vida do SESI terão uma importância decisiva. Daí, a nossa resolução, em perfeito

entendimento com a presidência da Confederação Nacional da Indústria de promovermos a imediata instalação deste Conselho Consultivo, que é o primeiro integrado por elementos que, de há muito, se vêm dedicando ao estudo e à prática da assistência social, e que, numa patriótica compreensão de nossos desígnios, vêm colaborar com os homens da indústria, nas pesquisas e soluções de problemas que interessam fundamentalmente a nacionalidade.

O primeiro trabalho do Conselho será a discussão e elaboração de um conjunto de postulados que definam as características da civilização democrático-cristã que nos cumpre professar e defender.

Examinaremos, a seguir, o programa do curso especial a ser instituído na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, para a formação de funcionários do SESI.

Realçamos, com satisfação, que, de há muito, participam do Conselho Superior dessa Escola, o único estabelecimento de ensino superior do país que se dedica, precipuamente, ao estudo das ciências sociais, os srs. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Euvaldo Lodi, Ciro Berlinck, Assis Chateaubriand, Carlos Pinto Alves e outros eminentes patrícios que aqui nos honram com a sua presença.

O Conselho opinará, ainda, sobre a ordem de prioridade a que devemos obedecer na execução do grande programa que nos propusemos executar e, nela, o grau de intensidade com que deveremos impulsionar os diferentes serviços. Grande e difícil será a sua tarefa, mas confio que da competência e do patriotismo de seus componentes emanarão muitas lições e sugestões seguramente valiosas para a coletividade.

Os setores das atividades do SESI em São Paulo beneficiarão para mais de 600 mil empregados de várias categorias e a sua ação se fará sentir sobre mais de um terço da população do Estado, pois a tanto atinge o número daqueles que se acham entrosados com os nossos operários da indústria.

Nos sucessivos inquéritos que vimos realizando, nos últimos anos, já pusemos em evidência que não são poucas as nossas firmas industriais que, espontaneamente, executam obras sociais em seus estabelecimentos. A evolução social e econômica do país mostra, porém, que necessitamos coordenar e dar um sentido mais elevado e generalizado à efetivação de tais serviços.

Verificaremos, ainda, com o desdobramento de nossas atividades, que o SESI terá, principalmente, uma função de planejamento, coordenação e estímulo para a criação dos numerosos serviços sociais que o crescimento desordenado de nossos setores de trabalho está reclamando. Confiamos em que seus recursos serão desdobrados pela ajuda voluntária dos empregadores do Brasil, que, orientados pelos elementos que o SESI lhes fornecerá, cooperarão, assim, para a realização do seu programa, dentro dos limites de suas possibilidades.

Missão educacional

O SESI, pelo espírito que o inspirou e pela estrutura funcional que lhe foi dada, exercerá, também, uma missão pedagógica e educacional de nítidos valores éticos e sociais. A educação técnico-profissional dos nossos trabalhadores, realizada, quer pelo Estado — através do seu aparelhamento de ensino oficial — quer pelo SENAI, estava a exigir uma complementação que possibilitasse a plena formação cívica do Homem trabalhador, integrado em seu grupo profissional e social. O SESI, sem dúvida, corresponderá a este objetivo. Será um instrumento por excelência de vulgarização da cultura, de popularização dos valores culturais nos meios proletários, operando o que um pensador cristão chamou de “modelação interior do espírito humano”.

É esta, no plano ético-educacional, a missão pedagógica do SESI: dar uma fisionomia cristã e brasileira à formação cultural dos nossos operários, fazendo-os coparticipar, ao lado das demais classes sociais, da fruição das riquezas do espírito.

O técnico, pela visualização restrita do universo, pela natural tendência a valorizar aspectos particulares do espírito — quer o simples artesão, e até, por vezes, o mais qualificado dos pesquisadores — é, por assim dizer, um terreno abandonado à insinuação sutil de idéias e doutrinas que desfiguram as tradições e deformam o homem.

O SESI, ao lado do aparelhamento escolar do Estado, em suas várias modalidades técnico-culturais, será, assim, sob o ângulo de uma filosofia cristã, cujas raízes cívicas se embebem nas mais belas e genuínas afirmações nacionais de liberdade e cidadania

democrática, um autêntico aparelho público de educação. Estará em função menos — como precipuamente é o seu fim — da específica educação apenas dos nossos trabalhadores, do que de uma política geral do país, consubstanciada na diretriz do governo do ilustre General Eurico Gaspar Dutra, para a apreciação e valorização da democracia, para a mais conveniente formação do cidadão brasileiro. E isto, logicamente, pela natural penetração de sua ação pedagógica, transcendendo os seus pretraçados limites, em áreas convizinhas aos meios propriamente operários, ministrando uma aprendizagem dos valores de ordem moral, cívica e social, que configuram, em sua linha harmoniosa de evolução, a sociedade brasileira.

Será, assim, o SESI uma força educativa, não no interesse exclusivo de uma classe, a patronal ou a operária, mas no interesse indiscriminado de toda a sociedade, na variedade dos grupos que a compõem.

Em cooperação com as forças educacionais do Estado, que oferece mera educação do tipo formal, e que, profundamente, não atinge, pelos seus limites, as classes trabalhadoras, o SESI, no mundo fabril, de empregados e empregadores, será o órgão de concórdia pela mútua compreensão e pelos laços afins de contato, pois, acima das diferenciações funcionais que a sociedade impõe para sua sobrevivência e o seu progresso, todos se reconhecerão irmãos no culto votivo ao mesmo Deus, à mesma Bandeira, à mesma História Pátria, à mesma ética social e familiar e com a consciência do mesmo destino e do mesmo esforço para o trabalho comum de engrandecimento do país.

O SESI, ao lado dos partidos políticos democráticos e liberais, será uma força educacional na luta contra um doloroso equívoco do sentido e realidade da verdadeira democracia. E se me permitirem esta imagem bíblica, fará com que as massas trabalhadoras brasileiras atravessem, de pés enxutos, o mar vermelho do totalitarismo opressor e inumano, e, após a jornada, que será, sem dúvida, árdua, respirem a atmosfera brasileira purificada pelo civismo e pela nossa vocação democrática.

Travará, assim, no campo do trabalho, a batalha do esclarecimento, certo de que o operário esclarecido preza, na sua condição humana, aquilo que intentam usurpar-lhe: a vida livre e franqueada ao acesso na hierarquia das funções sociais.

Relações de convivência

Numa exata compreensão de que não se pode separar o problema social do econômico, e ambos das questões de ordem moral, procurará o SESI, através do seu departamento de pesquisas e dos seus Conselhos Consultivos, em que têm assento técnicos e peritos de comprovada competência, descobrir e fixar as origens dos atritos e mal-entendidos, onde quer que se manifestem, e solucioná-los, de acordo com os altos ditames da justiça social, dentro, portanto, dos postulados básicos da doutrina social cristã.

O Decreto do sr. Presidente da República, criando os novos serviços, com o sincero apoio da indústria brasileira, evidencia que as nossas classes patronais, em perfeita concórdia com o poder público, reconhecem que não são de ordem meramente econômica as relações que devem existir entre empregados e empregadores. E se tais contatos se cingirem unicamente a acordos de ordem material, suscitarão, inexoravelmente, desentendimentos e contínuas lutas de classe.

As relações entre empregados e empregadores devem abranger tanto os fatores de ordem social como os de ordem moral, de forma que, onde houver um empreendimento a executar, haja também um perfeito espírito de equipe, o único capaz de proporcionar a abundância da produção e a harmonia necessária para que o maior número possa desfrutar do maior bem-estar.

Visão política do Governo Federal

O decreto que criou o Serviço Social da Indústria constitui um ato de extraordinária visão política do eminente General Dutra, pois os objetivos do SESI, em suas linhas gerais, correspondem às aspirações governamentais do então candidato à Presidência da República, hoje, pelo consenso eleitoral, investido na suprema Chefia da Nação.

Assim, este diploma legal vai mobilizar mais de 100 mil empregadores, na prática e na experiência de uma nova política que, realizada com consciência e sinceridade, permitirá, sem dúvida, uma grande reconstrução social, que, sobremodo, honrará a coletividade brasileira, dentro do concerto das nações civilizadas.

É justo, nesta altura, recordar que mantemos nesta sala de trabalho, o busto de Jorge Street, um dos nossos companheiros na fundação do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo e que foi o autêntico precursor, entre nós, dos novos rumos que hoje procuramos adotar.

Devemos, por outro lado, acentuar que os serviços de assistência do SESI somam-se aos de previdência social de competência dos Institutos, em boa hora criados pela legislação federal. Muitos dos nossos serviços serão realizados em estreito contato e colaboração com essas autarquias e com vários outros órgãos do Ministério do Trabalho.

A maioria das empresas industriais que já executam serviços sociais verificarão, surpresas, com o desenvolvimento dos nossos trabalhos, como ainda é pequena a tarefa já realizada e quão imenso é o campo de ação que se desdobra ante os nossos olhos. De nada valerá uma assistência meramente material aos nossos cooperadores, se os espíritos permanecerem envenenados, se não forem removidos os motivos de desentendimento e desajustamento, se a produtividade se mantiver em baixos níveis, se não for criado, por toda parte, um forte ideal de cooperação e a consciência da necessidade do trabalho em comum, que permita, pela soma dos progressos dos empreendimentos, o progresso geral do país e uma melhoria acentuada do padrão de vida médio.

Os recursos, em grau suficiente para a boa execução dos serviços sociais, dependem, essencialmente, da eficiência e dos sólidos fundamentos econômicos em que se baseiem os nossos empreendimentos industriais.

Nessa ordem de idéias, é essencial, para que se mantenha sempre vivo o espírito da iniciativa privada, que exista uma esclarecida e definida política econômica no país, que estimule e desperte a confiança em todos os empregadores.

Os serviços sociais só se poderão manter em escala de contínuo desenvolvimento, se pudermos contar, além de uma política nacional sem vacilações, com a leal cooperação de todos os obreiros da indústria, empregados e empregadores. Os resultados que deles hão de derivar, compensarão, fartamente, todos os sacrifícios. Este é um dos fundamentos essenciais do permanente benefício que a nova instituição proporcionará à coletividade.

Técnica e caridade

No desdobramento da realização das finalidades do SESI, verificar-se-á que seus desígnios coincidem com os anseios de paz social, propugnados pela Igreja Católica.

Sublinhamos, assim, e mais uma vez, que os ensinamentos da boa técnica nos vão conduzir a trilhas já perlustradas pelas sandálias dos sacerdotes de Cristo. Estes pregavam a assistência inspirados na caridade, cujo conceito teológico significa o serviço prestado do Homem para o Homem, com espírito de fraternidade, sob a inspiração da mensagem evangélica. Os técnicos, por sua vez, admitindo a necessidade da assistência social em benefício da própria produção, hão de verificar que a melhoria das condições do trabalho com a dignificação do nosso homem reclama medidas impressionantemente coincidentes às que a filosofia social da Igreja recomendava sob a égide da caridade e, sobretudo, quando o mundo não compreendia ainda ser obrigação generalizada a prática da justiça social. A compreensão do paralelismo de nossos propósitos justifica a colaboração da Igreja, que nos beneficia da experiência e das realizações já praticadas pela Ação Social Católica.

Por isso, prestamos, neste momento, as nossas homenagens a S. Eminência o Cardeal D. Carlos Carmelo de Vasconcellos Motta, o mais alto dignitário, entre nós, dessa majestosa, multi-secular e santa instituição, que, com seus ensinamentos, procura iluminar, incessantemente, os caminhos da paz e do bom entendimento entre os homens de boa vontade. Agradecemos, ainda, a S. Eminência o permanente contato que mantém com esta Casa, assistindo-nos com seus sábios conselhos.

São Paulo, nesta hora, tem a felicidade de ser dirigido por um eminente homem público, nosso companheiro de diretoria na orientação política industrial, e a cujas sugestões e apoio muito devemos na criação do SESI. Ficam aqui, por igual, a S. Eminência, os testemunhos do nosso apreço e do nosso reconhecimento.

Desejamos, finalmente, expressar, em nome da indústria de São Paulo, os nossos profundos agradecimentos a essa plêiade de patrícios ilustres que vem enobrecer com o seu trabalho e com a sua experiência as oficinas da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, na investidura que hoje aqui recebem. Seja-me permitido fazer especial referência às ilustres damas paulistas, que,

pela sua prática em matéria de assistência social, foram convidadas a participar do primeiro Conselho Consultivo do SESI.

Cumpre-nos, ainda, e afinal, apresentar uma cordial saudação ao presidente da Confederação Nacional da Indústria, o eminente sr. Euvaldo Lodi, reafirmando-lhe a confiança que a indústria de São Paulo deposita na alta direção que imprime àquela entidade. S. Excia., às vésperas de partir para a Conferência da Paz, onde vai integrar, com grande satisfação para todos nós, a delegação brasileira, aquiesceu gentilmente em comparecer a esta reunião, aqui representando a totalidade da indústria do país.

Rogo a V. Excia., sr. Interventor Federal, DD. Delegado do eminente sr. Presidente da República em São Paulo, que declare instalado o primeiro Conselho Consultivo do Serviço Social da Indústria no Brasil.

AS CLASSES PRODUTORAS DO BRASIL E O PARTIDO COMUNISTA

Senhor Presidente. Vêm-se fazendo, no Parlamento, reiteradas apreciações sobre o recente julgamento do Superior Tribunal Eleitoral, cassando o registro do Partido Comunista do Brasil. Os insignes julgadores, através de seus memoráveis e desassombrados votos, ofereceram, sem dúvida, ao país, um inequívoco testemunho de vigilância cívica e sabedoria jurídica, sobremaneira honrosas para a magistratura brasileira. (*Muito bem*).

Não poderia eu, Sr. Presidente, aliando à responsabilidade do meu mandato o conhecimento direto da atuação do Partido Comunista nas atividades econômicas do país, deixar de manifestar, da tribuna desta Casa, à opinião pública nacional, principalmente como representante de São Paulo, onde, por excelência, concentram os comunistas as suas mais nocivas atividades, o meu profundo respeito pela sábia decisão do colendo Tribunal.

Sou dos que acreditam, Sr. Presidente, nas virtudes da democracia, quando praticada com integral acatamento aos seus postulados fundamentais.

Conceito de democracia

Compreendo por democracia o regime político emanado direta e livremente da vontade popular, orientando e solucionando os problemas que decorrem das relações individuais e coletivas, com a necessária flexibilidade permissiva de uma segura evolução econômica e social do povo.

Este regime não impõe rígidos padrões de organização social, de governo ou de sistemas econômicos. De suas instituições, muitas têm caráter essencialmente experimental, com a indispensável mobilidade para atender aos anseios das populações, diferenciando-se, por isso mesmo, na prática, em função do grau de cultura e de civilização de que desfrutam os povos.

Dentre os seus postulados básicos destacam-se: 1) — o profundo respeito à personalidade humana, sem distinção de nascimento, cor, crença, riqueza ou hierarquia social; 2) — a inexistência de quaisquer privilégios sociais; 3) — a igualdade de oportunidades para todos.

Nesse sentido se orientam as suas instituições políticas, econômicas e culturais. Para assegurar o eficiente cumprimento de seus propósitos, cumpre tornar efetiva a mais ampla vulgarização do ensino, em todas as suas modalidades e graus; incrementar as pesquisas científicas; ampliar o conhecimento dos recursos naturais disponíveis, para o seu melhor aproveitamento em benefício da comunidade, divulgando, ainda, a determinação dos níveis de vida que devem ser progressivamente alcançados pelo indivíduo e pela coletividade.

Em uma democracia, o governo deve estar a serviço exclusivo do povo, garantindo as suas liberdades, promovendo a elevação de seus índices de cultura e o desenvolvimento da sua civilização, através da técnica e da ciência. E a política geral se deve subordinar à vontade da maioria, livremente expressa através do sufrágio universal, da representação proporcional e da pluralidade de partidos.

Este conceito de democracia repele, necessariamente, de seu âmbito, a existência de partidos políticos ou de quaisquer organizações que visem, quer por sua ação, quer por seu programa, à sua própria destruição.

No intuito de obter maior eficiência ao seu aparelhamento político-administrativo, deve ser ele instituído, de modo que os governantes possam sentir, a todo instante, as pulsações e os anseios dos povos cuja felicidade lhes cumpre assegurar.

Resguardam-se, nesse regime, as liberdades fundamentais do Homem, condicionadas a doutrinas de ordem moral, que devem coincidir com as tradições e interesses da sociedade.

Não poderá, porém, sobreviver o regime democrático, por melhor que tenha sido estruturado, sem que naqueles que o executam, se sobreponha a todos esses princípios uma ininterrupta e intransigente honestidade intelectual e moral, capaz de persuadir as consciências na prática da verdade.

Democracia e comunismo

Evidencia-se, pois, Sr. Presidente, que comunismo e democracia, na plenitude de seu conceito, são inconciliáveis e incompatíveis em sua essência.

É totalmente injustificável, ainda que a título de simples argumento, a necessidade do período ditatorial como etapa de transição à sociedade comunista. Afirmam os comunistas a inevitabilidade desse período para procederem ao expurgo de todos os insubmissos que não se enquadrem nos rígidos cânones do Partido e para permitir o tempo de modelagem dos sobreviventes às solicitações de suas diretivas, como preliminar à implantação de sua pseudodemocracia.

O regime comunista contraria, portanto, a natureza humana, menosprezando as forças espirituais que constituem a base nuclear da vida; não pode, por essa razão, perdurar, onde for instituído, por tempo superior àquele que os homens podem suportar, dominados por força das baionetas. A advertência de Talleyrand à voracidade do poder opressor de Napoleão, é uma lição imortal sobre a precariedade das obras humanas e históricas amalgamadas no sangue e na violência.

Sem embargo, explico e compreendo, Sr. Presidente, a razão de ser do surto das idéias marxistas. Na luta eterna pela liberdade, em que o homem ininterruptamente se vem empenhando através dos tempos, pareceu a muitos tê-la alcançado, com as conquistas liberais do século XVIII. Essas conquistas, porém, impregnadas de um excessivo individualismo, agravaram, na ordem econômica, a diferenciação de classes e a compressão dos fracos pelos fortes.

Quando Karl Marx observou as lutas de classe na Inglaterra, perduravam, incontestavelmente, há muito tempo, ásperas condições de comando patronal. E, não obstante a conceituação cien-

tífica de que procurou lançar mão e a sua fulgente inteligência, deixou-se ele influenciar pelas impressões dominantes do ambiente em que viveu, vindo, assim, a construir a sua doutrina com dados nitidamente circunstanciais.

Não é admissível que possa haver exploração do homem pelo homem. Justiça e Liberdade são conceitos que se irmanam e completam. A possibilidade de coação econômica tende a desaparecer em função das afirmações da justiça social, que se inspira, numa perfeita conciliação de meios e fins, nos superiores princípios da moral cristã.

V

ELITISMO

NECESSIDADE DE FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS (I)

Funda-se hoje a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. No manifesto justificativo do nobre e alto cometimento se deparam as seguintes palavras:

“A análise desapaixonada e honesta de nossa história político-social revela, sem dúvida, a cada passo, esforços sinceros para reorganização da vida do país. Em todos os ramos de atividade, múltiplas são as tentativas e concepções tendentes a melhorar nossas condições de existência. Mas não se pode negar que tem sido pouco animador o resultado. A todo esforço seguem-se geralmente fracassos e decepções. E sempre continuamos no mesmo ambiente de hesitações, experiências e desequilíbrio.

É evidente que esse estado de coisas, não obstante a ilusão de alguns sonhadores de panacéias, não deriva de um fator único, suscetível de exame e solução tranqüilizadora. Vários e diferentes são os fatores, cada qual de maior ou menor efeito corrosivo. Dentre eles, entretanto, destaca-se naturalmente, por seu caráter básico, a falta de uma elite numerosa e organizada, instruída sob métodos científicos, a par das instituições e conquistas do mundo civilizado, capaz de compreender, antes de agir, o meio social em que vivemos.

Está na consciência de todos essa grande falta. Ainda há pouco, na guerra civil desencadeada em nosso Estado, e também agora, na luta para refazer-se dos efeitos dessa guerra e das aflições que a antecederam, o povo sente-se mais ou menos às tontas e vacilante. Quer agir, tem vontade de promover algo de útil, co-

gita de uma renovação benéfica, mas não encontra a mola central de uma elite harmoniosa, que lhe inspire confiança, que lhe ensine passos firmes e seguros.

Esse mal não pode ser remediado às pressas, nem admite paliativos desalentadores. Urge encará-lo de frente, com pensamento mais para o futuro do que para o presente.

Os instrumentos e processos de ensino em vigor, se permitem a formação de profissionais distintos, de especialistas notáveis, acooroçam, por outro lado, especulações individualistas, pesquisas isoladas, e o malsinado autodidatismo, gerador de planos e concepções de caráter pessoal. Falta em nosso aparelhamento de estudos superiores, além de organizações universitárias sólidas, um centro de cultura político-social apto a inspirar interesse pelo bem coletivo, a estabelecer a ligação do homem com o meio, a incentivar pesquisas sobre as condições de existência e os problemas vitais de nossas populações, a formar personalidades capazes de colaborar, eficaz e conscientemente, na direção da vida social.

A fundação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo vem preencher essa lacuna evidente. Já aproveitando elementos de valor em nossas classes cultas, já contratando professores de renome fora do país, já promovendo conferências, publicações avulsas e periódicas, e intercâmbio com institutos estrangeiros análogos, já adotando para os cursos uma orientação eminentemente científica, à altura do meio social contemporâneo — a Escola oferecerá aos estudiosos um campo de cultura e de preparo indispensável para eficiente atuação na vida social.

A história universal encerra exemplos de grandes civilizações construídas sem base na instrução popular. Mas não há exemplo de civilização alguma que não tivesse por alicerce elites intelectuais sábia e poderosamente constituídas.

São Paulo, embora moralmente ferido pelos dissabores dos últimos anos, deixará patente sua considerável força de resistência e dará novo exemplo de sua tradicional energia construtora, se prestar apoio integral ao novo órgão de ensino.”

NECESSIDADE DE FORMAÇÃO DE
LIDERANÇAS NO BRASIL (II)*A crise mundial*

A crise que se alastra pelo mundo afora está provando, pela sua duração e pelos seus efeitos, que não é um simples fenômeno subordinado ao ciclo periódico de depressões econômicas. Aos historiadores do futuro não se deparará que essa crise, a guerra de 1914, o surto do comunismo na Rússia, a implantação do fascismo na Itália, o enriquecimento rápido e exagerado norte-americano, engorgitado no craque de 1929, as revoluções na América do Sul e na Ásia, sejam fatos demonstrativos do crescimento desarmonioso de uma grande civilização? Desarmonioso, porque não soube justapor às conquistas inigualáveis obtidas no campo da ciência, uma estrutura economopolítica baseada no estudo profundo do organismo social, dotada de sentimentos espirituais e morais em perfeita harmonia com o desenvolvimento da técnica. Não se terá desenvolvido o aspecto material em desproporção com outros fatores essenciais e se criado uma civilização sem alma? ⁽¹⁾ Durante o curso dessa civilização conseguiu-se um relativo estado de equilíbrio para a maioria dos povos e um aumento considerável do seu bem-estar pelos grandes progressos da ciência. A discordância, porém, da evolução econômica, em face da evolução política e social e o esquecimento do princípio da unidade do mundo ⁽²⁾, de-

(1) Daniel Rops, *Le Monde sans Ame.*

(2) G. Ferrero, *L'Unité du Monde.*

corrente da interdependência sempre crescente entre os povos, conduziu-nos ao estado atual em que assistimos, no dizer de Wells, a “um páreo desabalado entre o esforço para um reajustamento, a revolução social e o espírito da desordem” (3). Estes fenômenos são tanto mais agudos e notáveis quanto maior o grau de civilização a que tenham atingido as nações.

O caso brasileiro

No caso brasileiro, estamos relativamente em posição excepcional. A pobreza do país e circunstâncias familiares aos que pensam em nossos problemas, impediram o nosso crescimento exagerado nesse rumo da civilização. Daí a crise estar sendo mais atenuada entre nós; crescemos menos, erramos menos. No entanto, para os que sabem observar, o mundo oferece neste instante uma extraordinária demonstração experimental para os estudos sociais, políticos e econômicos. A revolução brasileira veio provar como é minguaado o nosso contingente de homens de Estado e salientar a profunda ignorância em que vivemos da nossa verdadeira situação social. Ora, uma escola como a que aqui imaginamos, visa promover e sistematizar no Brasil o estudo da sociologia nacional, em harmonia com pesquisas orientadoras das instituições políticas, jurídicas e econômicas mais adequadas ao nosso meio e à nossa raça. A ação dos técnicos especializados saídos das nossas escolas, já é hoje insuficiente, se não for inspirada por uma orientação segura e zeladora de uma sadia evolução social.

Como consequência mesma do grande progresso técnico que o mundo atingiu, da rapidez das comunicações e transmissões do pensamento, da difusão do ensino, tudo está evoluindo rapidamente — a sociologia, a ciência econômica e até a ciência do direito. O centro que nos propomos construir é em tais condições uma instituição indispensável ao meio e ao momento que vivemos.

(3) H. G. Wells, *The Work, Wealth and Happiness of Mankind*.

A TAREFA DAS ELITES

Por qualquer face que se encarem os tempos modernos, eles se caracterizam por uma complexidade maior de vida e um aumento no número e na importância das relações sociais. Cada vez mais se entrelaçam os grupos sociais e os indivíduos dentro de um mesmo grupo e mais intensa é a intercomunicação e a interdependência dos povos. Assim, ao passo que a ação do indivíduo, isoladamente, se restringe, é cada vez mais acentuada e necessária a sua ação em cooperação. Sob o ponto de vista social, os agrupamentos atuais fornecem portanto um campo muito vasto e muito mais complexo de observação, que as sociedades antigas. Sendo socialmente mais intensas que as antepassadas, demandam de suas unidades constituintes maior quantidade de atributos propriamente sociais para sua conservação e progresso. Se assim é para seus membros, estes, agindo em conjunto, deverão ser mais exigentes na escolha dos elementos de consulta, de direção e de orientação; cada vez precisam, portanto, ser mais numerosas e mais preparadas as elites das sociedades que querem guardar uma posição de vanguarda.

A formação das elites deve pois constituir uma das preocupações primaciais das sociedades modernas. Qualquer instituição social, qualquer escola doutrinária que aspire ser adotada, qualquer associação industrial ou comercial para colimar seus objetivos, todas, necessitam e exigem, cada vez mais, elementos de elite na sua direção. Possuindo escolas superiores de incontestável valor, São Paulo precisa agora formar as suas elites, educadas nas ciências sociais e no conhecimento das verdadeiras condições em que evolui a nossa sociedade, como meio de mais facilmente se aparelhar à conveniente escolha de seus homens de governo.

A ILUSÃO DA IGUALDADE

Não cultivemos a ilusão de uma possível igualdade social e material entre os homens. A hierarquia social, que se estabelece em função da capacidade dos valores individuais, nunca poderá desaparecer, em harmonia, aliás, com tudo quanto se observa na natureza.

Podemos apenas influir para que, cada vez mais, essa hierarquia promane, principalmente, dos valores reais dos indivíduos, e não dos bens materiais que possuam. Essa hierarquia, que quase se apresenta como necessária, nas sociedades, para a formação de sua própria estrutura, não implica, de forma alguma, a ausência de uma rigorosa justiça social, o desconhecimento da paridade entre os homens perante a lei e sob o ponto de vista antropológico, e quanto ao conceito de dignidade, dos direitos políticos e dos sentimentos religiosos.

Vimos que os níveis de vida, dentro das sociedades normalmente desenvolvidas, estão em íntima ligação com as funções sociais, que aí se registram. Por outro lado, o exercício do trabalho depende não só da capacidade e dos dons naturais dos indivíduos, como também da prosperidade geral. Influem, portanto, nos níveis de vida das populações causas individuais e causas nacionais.

À medida que melhor se esclarecem os fenômenos sociais, mais evidente se torna a responsabilidade dos Estados modernos na promoção da prosperidade econômica, pela ação política interna e externa, e pela ampliação, em seus domínios, das possibilidades de trabalho.

Os Estados, que assim agem, criam dentro das suas fronteiras, a consciência da função social do trabalho como elemento básico

na formação da economia nacional. Propiciam um ambiente favorável, enfim, um harmonioso entrelaçamento entre as forças espirituais, morais e materiais, sem o que jamais se poderia alcançar uma evolução social de longo e pacífico processo.

Quadro das atividades sociais

O exame da qualidade e quantidade do trabalho humano efetuado em várias regiões do globo elucida a sua diferenciação, em função da diversidade e avanço das civilizações.

Em um mesmo país, o trabalho do homem nas cidades é bem diverso do que se processa no campo. Nas cidades, a diferenciação das funções cada vez mais se acentua, demandando crescente especialização e eficiência pessoal. Dentro dos quadros das atividades exercidas pelos vários elementos das populações, nos centros de maior progresso, verifica-se que cresce continuamente a proporção dos que se ocupam de serviços pessoais e de serviços públicos, em relação ao aumento verificado na massa propriamente operária. Efeito da maquinização, da maior divisão do trabalho e da multiplicação das necessidades das classes, que se ocupam da direção e orientação das várias fases da evolução cultural.

Em meu recente estudo sobre “Recursos econômicos e movimentos das populações”, fiz inserir a distribuição provável das atividades da população brasileira, conforme avaliação feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

O recenseamento da República, que ora se processa, fornecerá elementos mais precisos dessa divisão do trabalho nacional.

A nossa agricultura é muito pouco maquinizada, e a nossa indústria, que só tomou vulto nos últimos trinta anos, vai-se desenvolvendo com acentuada falta de técnicos. Se em mais de cem anos de existência independente não pudemos alcançar ainda, para a população em geral, os índices educativos que seriam de desejar, é óbvio que não podíamos, em trinta anos, formar o corpo de técnicos, de que necessitamos, para apressar a nossa evolução industrial.

Dado o regime de concorrência internacional, em que vivemos, a remuneração do trabalho, sob o ponto de vista estritamente

econômico, depende, em boa parte, da capacidade individual, em relação ao padrão normal internacional do mesmo ofício, como ainda da remuneração, que em outras regiões do globo recebem os trabalhadores, para a execução de serviços similares.

Dáí a concorrência que as nossas produções tropicais vêm sofrendo da mão-de-obra excessivamente barata dos povos africanos e asiáticos, não proporcionando, por isso, possibilidades para um pagamento de maiores salários, adequados às necessidades de nossa gente. De outro lado, a ausência de artífices suficientemente habilitados não nos permite o barateamento de certos produtos manufaturados aos níveis da concorrência de outros centros, em que há grande perícia e abundância de mão-de-obra especializada.

Críticas injustas

Os níveis de vida exigidos para o país variam ainda em função do custo da alimentação, da natureza dos vestuários aconselhada pelo meio e da proteção exigida pelo clima.

É muito grande a massa de nossas populações com níveis de existência abaixo do mínimo, que se pode tolerar para um progresso normal. É também grande a massa dos subalimentados, assim como a proporção dos que sofrem pelo enfraquecimento físico.

Ouvimos, a cada passo, críticas sobre a descontinuidade do trabalho do nosso homem do campo e da sua falta de ambição. Estou convencido de que esse fenômeno não traduz, como se diz, um estado deliberado de preguiça; é que o nosso homem do campo é um subalimentado e, muitas vezes, opilado, não dispondo por isso, da resistência física suficiente para executar um trabalho contínuo, a que está afeito o colono devidamente educado e prove-niente de povos bem nutridos.

O mesmo fato se verificava nos tempos coloniais, quando comparada a eficiência do elemento autóctone com o africano importado ou com o colono europeu.

O inquérito, a que procedeu o Ministério do Trabalho, provou que, em muitas de nossas cidades, mesmo no trabalho industrial, pagavam-se salários, que, apesar de serem superiores aos vigentes

na região, eram, no entanto, absolutamente insuficientes para assegurar aos operários uma existência digna e eficiente.

O excesso da mão-de-obra aí existente, em relação aos recursos econômicos do meio, gerou esse estado de coisas.

Tive oportunidade de tentar a organização de uma carta geral comparativa de níveis de vida regionais, baseando-me na produtividade local e na contribuição das populações aos erários federais, estaduais e municipais. Comprova este mapa a pobreza da população do Brasil, na maioria de seus territórios.

Pela economia nacional

Imensa é, pois, a tarefa objetivando a elevação do nível geral de vida no Brasil. Reclama-se, para esse fim, o aumento da eficiência de nossa mão-de-obra pela instrução, pela educação moral e profissional. Temos que prover ao nosso aparelhamento econômico com o melhor aproveitamento de nossos recursos naturais e com o fomento e maior expansão de nossas atividades.

Em nossa legislação, devemos ater-nos às nossas profundas diferenciações, econômicas e sociais, não promulgando leis de caráter geral, pouco estudadas, que possam cercear a evolução de muitas regiões ou desestimular, irremediavelmente, atividades locais.

Encarando a situação de nossa economia no concerto das economias internacionais, temos que orientar a nossa política externa, partindo dos nossos próprios índices econômicos e sociais, isto é, de dentro para fora, e não copiar diretrizes políticas internacionais, que se não ajustam às nossas realidades e necessidades.

Em todo esse processo, pode a Igreja desempenhar um grande papel, já esclarecendo com seus poderosos elementos de divulgação todos os brasileiros sobre nossas verdadeiras necessidades, já explicando à grande massa sofredora, que o seu estado atual não decorre, na maioria dos casos, da compressão exercida pelas classes mais favorecidas. Poderá, ainda, como fizeram os nossos primeiros jesuítas, cooperar, em escala muito maior do que já o faz, no ensino profissional, e na educação em geral, continuando finalmente, a impregnar, cada vez mais, toda a sociedade, dos sentimentos de caridade e solidariedade social, que constituem, por certo, os mais belos postulados da religião de Cristo.

NOTAS

1) *A Evolução Industrial do Brasil* foi publicado pela primeira e única vez em 1939. Na folha de rosto está explicada a sua origem: “memorando preparado a convite do Conselho Federal de Comércio Exterior, especialmente para a Missão Universitária Norte-americana, em visita ao Brasil, pelo Engenheiro Roberto C. Simonsen, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de S. Paulo e professor de História Econômica do Brasil, na Escola Livre de Sociologia e Política de S. Paulo”.

2) *Orientação Industrial Brasileira* é discurso pronunciado na fundação do Centro das Indústrias do Estado de S. Paulo.

O Centro é resultado da cisão da Associação Comercial de S. Paulo. Devido ao *câmbio vil*, instituído por Washington Luís com sua *Caixa de Estabilização*, os importadores abarrotam o mercado com tecidos estrangeiros, o que leva os industriais a acusarem a Associação de parcialidade. O fato leva os industriais a separarem-se do comércio e a pedirem ao governo medidas protecionistas mais amplas.

A brochura, editada pelo Centro das Indústrias do Estado de S. Paulo, contém os discursos do Conde Francisco Matarazzo (Presidente) e Roberto Simonsen (Vice-presidente). É datada de 1.º de junho de 1928. Foi reeditada em *À margem da Profissão*, pp. 167-179.

3) *Projeto de Reforma Monetária* é entrevista publicada em *O Jornal*, de Assis Chateaubriand, em 16 de dezembro de 1926.

As palavras de Simonsen demonstram o entusiasmo da indústria — e também da agricultura — pelo *câmbio vil*, instituído por Washington Luís. Sua entrevista é concedida dias após a entrada do anteprojeto no Congresso (2 de dezembro de 1926).

O texto foi tirado de *À Margem da Profissão: discursos, conferências, publicações*, pp. 151-154.

4) *Possibilidades da Expansão Industrial Brasileira* é reprodução do “Parecer apresentado ao Conselho Federal do Comércio Exterior, em 27 de setembro de 1937, relatando os resultados do inquérito efetuado no país, em fins de 1936”. Em anexo, “a exposição enviada ao Presidente da República pela Federação das Indústrias do Estado de S. Paulo”.

Foi publicado no livro *A Indústria em face da Economia Nacional*, pp. 25-70.

5) Os excertos são parte da colaboração de Simonsen ao *Congresso Brasileiro da Indústria*, instalado a 8 de dezembro e encerrado a 18 de dezembro de 1944.

Só o 1.º volume dos seus *Anais* é que foi publicado.

O Congresso, que tem Getúlio Vargas como Presidente de Honra, se realiza no Rio de Janeiro, promovido pela Confederação Nacional da Indústria e é organizado pela Federação das Indústrias do Estado de S. Paulo. Nele são apresentadas várias teses e conclusões. Os trabalhos se dividem em comissões, que tratam das conclusões do *Primeiro Congresso Brasileiro de Economia, Planificação Econômica do Brasil, Reajustamento da produção*

industrial às necessidades do período do pós-guerra, medidas para baratear a produção industrial, indústria e necessidades do consumo e problemas das fibras nacionais.

Reproduzimos discurso feito por Simonsen na instalação do Congresso e as conclusões da Segunda Comissão, também redigidos por ele.

6) *Desperdício de Espaço* é conferência na *Jornada contra o Desperdício* promovida pelo IDORT, em dezembro de 1938. Saiu no livro *Ensaio Sociais, Políticos e Econômicos*.

A fundação do Instituto de Organização Racional do Trabalho data de 1933. A instituição é uma das pioneiras da racionalização do trabalho, idéia cara a Simonsen. Desde sua fundação foram postas em prática uma série de realizações, entre elas a organização da produção em série em uma fábrica de louças, a distribuição racional dos medicamentos em drogaria, parte da reorganização da administração do governo do Estado de S. Paulo, sob Armando de Salles Oliveira, etc. O Estado Novo retoma o problema da racionalidade do trabalho burocrático, com a fundação do DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público).

7) *As Indústrias e as Pesquisas Tecnológicas* é discurso pronunciado na 4.ª Reunião da Associação Brasileira de Normas Técnicas, realizada em S. Paulo, em outubro de 1941.

A ABNT foi fundada em 1940. É organismo independente e foi organizada "por interesses técnicos e industriais, institutos tecnológicos e agências oficiais". Ela possui comissões que se dedicam às normas em engenharia civil, construção, eletricidade, etc. Porém, o primeiro organismo nacional a divulgar as especificações foi o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) (citação e dados in Hugo Schlesinger, *Enciclopédia da Indústria Brasileira*, 4.º vol., pp. 1259-1264, Editora Brasiliense, 1959).

O IPT resulta da fundação da Escola Politécnica de S. Paulo (1894). Ver a correlação in David Carneiro Jr., *Progresso Técnico no Brasil e o Papel do IPT*, Digesto Econômico, n.º 216, nov./dez. 1970, ano XXVI, pp. 38-51.

8) *O Aprendizado Industrial* é discurso pronunciado na posse do Conselho Regional do SENAI, em dezembro de 1942. Faz parte dos *Ensaio Sociais, Políticos e Econômicos*, pp. 295-303.

O SENAI é sigla do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. É entidade financiada pela indústria e destinada a manter cursos técnicos para jovens operários. A sua finalidade é suprir a falta de pessoal habilitado (ver Hugo Schlesinger, *ibidem*, 5.º volume, pp. 1670-1673).

9) *A Agricultura e a Indústria* é discurso pronunciado em 3 de junho de 1944, na Associação Comercial de Marília. Faz parte da brochura *Elos da Indústria, quatro discursos pronunciados em junho de 1944*.

10) *Indústria e Reivindicações Trabalhistas (S. Paulo e o Ministério do Trabalho)* é discurso proferido na Federação das Indústrias de S. Paulo, quando da visita do Ministro do Trabalho, Waldemar Falcão, em dezembro de 1940. Saiu publicado em *Ensaio Sociais, Políticos e Econômicos*, pp. 105-110.

11) *Indústria e capital estrangeiro* é título dado por nós à parte do discurso pronunciado na Câmara Norte-americana de Comércio de S. Paulo, em junho de 1944 e intitulado *A Indústria e o Intercâmbio Econômico Brasil-Estados Unidos*. É parte de *Elo da Indústria*, pp. 14-19.

12) *Aspectos da História Econômica do Café* é tese apresentada ao III Congresso de História Nacional, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em outubro de 1938. Saiu nos *Anais* do Congresso, vol. IV, 1941, e na *Revista do Arquivo Municipal*, n.º LXV, 1940.

13) *A Política Brasileira de Defesa do Café* é defesa da política paulista de café. Escrito na Inglaterra, pouco antes da famosa crise de 1929, tenta justificar a política de retenção de café. É trabalho minucioso e inteligente, e que estuda uma experiência inacabada, pois, o Instituto de Café de S. Paulo foi fundado em 1925-1926 e é encampado pouco depois da revolução de 1930.

O artigo é datado de Londres, abril de 1929.

14) *A Superprodução de Café e a Economia Nacional* saiu em *A Indústria em Face da Economia Nacional*, pp. 73-79. É exposição perante o Conselho Consultivo do Departamento Nacional do Café, e saiu reproduzido no jornal *O Estado de S. Paulo*, 29 de junho de 1936.

Este artigo é o antípoda do anterior: a euforia dos anos de 1920 tinha terminado e a solução era deixar de se absorver pela monocultura do café.

Café e Povoamento é título dado por nós a trecho tirado de *Objetivos da Engenharia Nacional*, conferência feita no Instituto de Engenharia de S. Paulo, por ocasião do prêmio *Engenheiro Ignácio Wallace da Gama Cochranne*, em agosto de 1939. Faz parte do livro *Ensaio Social, Político e Econômico*, pp. 76-102.

Ignácio Wallace é parente do autor e está ligado a uma série de iniciativas, como trabalhos de engenharia na Estrada de Ferro D. Pedro II, E. F. Niterói a Campos e E. F. Inglesa. Entre 1860-1870 mora na cidade de Santos, onde trabalha com firma de exportação de café. Nesta época, esforça-se para os ingleses constituírem a *The City of Santos Improvements*, que organiza os serviços de bondes, luz e água na cidade (1871-1872).

15) *As Conseqüências da Abolição* é conferência feita nas Comemorações do cinquentenário da Abolição. A iniciativa é do Departamento de Cultura da Municipalidade de S. Paulo, órgão fundado por Mário de Andrade, e patrocinador da famosa *Revista do Arquivo Municipal*.

16) *Possibilidades Algodoeiras no Brasil* é "tese apresentada ao Congresso Internacional dos Industriais de Algodão, realizado em Paris, a 4 de setembro de 1919, onde o autor foi delegado único do Brasil".

É estudo que trata de um dos aspectos econômicos importantes da nossa economia e que tem sido até agora mal abordado. O artigo saiu em *A Margem da Profissão*, pp. 91-99.

A Missão à Inglaterra, da qual Simonsen participou (1919), destinava-se a chamar a atenção do capitalismo europeu sobre as possibilidades agropastoris do Brasil. Uma das conseqüências é a vinda da Missão Inglesa de Arno S. Pearse, que viajou pelo Norte, para estudar as condições algodoeiras da

região. Um dos Relatórios chama-se *Cotton in North Brazil, being the report of the journey through the states of Ceará, Maranhão and Pará together with a synopsis of the whole of Brazil's cotton potentialities*.

Outro Relatório é o *Brazilian Cotton (1921-1922)*. Os dois foram publicados pela International Cotton Federation, Manchester-England.

Apesar de nada ter resultado desta Missão, os ingleses preocupavam-se com a possibilidade do plantio da malvácea no Brasil. A Brazilian Warrant Co., que comprou a Fazenda Dumont em 1924 (zona de Matão, Ribeirão Preto e S. Carlos — Estado de S. Paulo), pretendia, inicialmente, cultivar algodão em suas terras. É o café, porém, que acaba sendo sua produção fundamental (esta última informação é do professor José Enio Casalecchi).

17) Reproduz-se excertos da brochura *Alguns Aspectos da Política Econômica mais conveniente no período de após-guerra, geografia e política industrial*. É conferência pronunciada no Rio de Janeiro, em outubro de 1943.

A preocupação pelos acontecimentos econômicos do após-guerra é constante no autor. A existência de países desenvolvidos e subdesenvolvidos é tema que o preocupa, pois Simonsen não tem ilusão sobre o "avanço" industrial do Brasil durante a guerra. Daí, a crítica que faz ao imperialismo dos países desenvolvidos e o temor da situação após a conflagração mundial.

18) *A Planificação da Economia Brasileira* é parecer ao Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, em 16 de agosto de 1944.

O Conselho é órgão criado durante o Estado Novo e seu organograma é o reproduzido na página 476.

19) "*Restaurando o nosso clima democrático, devemos preparar as bases de uma larga planificação econômica nacional*" é discurso de estréia de Simonsen no Senado, para onde fora eleito em 1946.

O texto foi tirado do *Diário de S. Paulo*, de 23 de abril de 1947.

20) "*Devem pleitear as nações latino-americanas sejam atendidas, no Plano Marshall, as suas aspirações*" é discurso pronunciado na 26.ª Reunião do Conselho de Produção e Comércio, que se reuniu em Petrópolis, em outubro de 1947.

O texto foi tirado do *Diário de S. Paulo*, de 23 de outubro de 1947.

21) *Direito Internacional Social* é brochura publicada em 1948, num momento em que a economia brasileira sentia os efeitos do término da II Guerra Mundial. Uma das maiores preocupações de Simonsen era de denunciar o perigo do novo expansionismo capitalista, o que levaria a frágil estrutura brasileira a um colapso. Daí a sua preconização de medidas internacionais, o que permitiria benefícios aos países menos desenvolvidos.

22) *Objetivos da Engenharia Nacional* é excerto da conferência do mesmo nome, feita no Instituto de Engenharia de S. Paulo. Ver nota 15.

23) *Jornada de Habitação Econômica* é conferência inaugural da Jornada da Habitação Econômica, realizada em S. Paulo, em setembro de 1941.

A partir de 1940 — principalmente devido à guerra — dá-se novo crescimento urbano da capital paulista. Devido às dificuldades começam a existir *deficits* de casas e o conseqüente aumento de alugueis. Daí a retomada do

tema, que é constante na história brasileira: ver Edgard Carone, *A República Velha, instituições e classes sociais*, p. 180 e seguintes.

O texto é tirado de *Ensaio Sociais, Políticos e Econômicos*, pp. 211-226.

24) *As Crises no Brasil (As Finanças no Brasil)* é trabalho apresentado ao Centro das Indústrias do Estado de S. Paulo, que, apreensivo com a situação caótica da época (1930), pede a Simonsen que “estudássemos as origens das crises no Brasil e os meios e processos de atenuá-las ou evitá-las”.

O trecho é de *As Crises no Brasil*, pp. 31-43. Este capítulo saiu também em *A Margem da Profissão*, pp. 203-213.

25) *O Problema da Moeda e a Prosperidade Nacional* é contra-ataque à idéia comum de que a indústria era uma das responsáveis pelo problema inflacionário da época.

Reproduzimos a entrevista de o *Correio da Manhã*, de 23 de maio de 1947.

26) *Recursos Econômicos e Movimentos das Populações* é tese apresentada ao 8.º Congresso Científico Americano, em Washington, em maio de 1940. Saiu em *Ensaio Sociais, Políticos e Econômicos*, pp. 120-157.

27) *Solidariedade com a classe patronal* é nome dado por nós a trecho de discurso pronunciado em Santos, em dezembro de 1918, logo após o término da epidemia de gripe espanhola que grassou no Brasil. Vinda da Espanha — daí o nome — a gripe matou mais de 30.000 pessoas só no Estado de S. Paulo.

O excerto é tirado de *O Trabalho Moderno*, pp. 8-10. Existe reprodução in *A Margem da Profissão*, pp. 17-21. O título original é *Pelo Trabalho Organizado*.

28) *Salário Mínimo no Brasil* é discurso de fevereiro de 1941. É agradecimento ao Ministério do Trabalho pela oferta de gráficos e mapas relativos aos estudos sobre salário mínimo.

A participação de industriais no recém-formado Ministério do Trabalho (1931) e os entendimentos posteriores, mostram a colaboração da indústria com o governo na sua política operária.

O texto é tirado de *Ensaio Sociais, Políticos e Econômicos*, pp. 191-194.

29) *O Direito Social Brasileiro* é homenagem ao professor Cesarino Júnior, pelo lançamento do 1.º tomo do *Tratado de Direito Social Brasileiro*. É datado de maio de 1942 e saiu em *Ensaio Sociais, Políticos e Econômicos*, pp. 257-259.

30) *Taylorismo e racionalidade* é nome dado por nós à parte do discurso intitulado *Pelo Trabalho Organizado*. Ver nota 27.

31) *Remuneração e racionalidade* é trecho de um Relatório apresentado à Diretoria da Companhia Construtora de Santos, em março de 1919. Simonsen introduzira na administração da Companhia os métodos tayloristas, sendo assim um dos pioneiros do racionalismo do trabalho no Brasil.

O Relatório está incluído na brochura *O Trabalho Moderno*, pp. 33-34 e *A Margem da Profissão*, pp. 37-53. Neste último, o autor também apresenta excerto do Relatório de 1918.

32) *O Problema Social no Brasil* é parte do opúsculo do mesmo nome. É discurso pronunciado em julho de 1946, na instalação do 1.º Conselho

Consultivo do SESI, entidade ligada à Federação das Indústrias e destinada ao combate ao comunismo. O Serviço Social da Indústria, criado em 1946, destina-se a “uma melhor aproximação entre o trabalhador e o industrial, assistindo aquele nas suas necessidades e procurando melhorar-lhe o nível de vida e aumentar a sua produtividade” (Hugo Schlesinger, *ibidem*, 5.º volume, pp. 1681-1684).

33) *As classes produtoras do Brasil e o Partido Comunista* é discurso pronunciado no Senado, em junho de 1947, aplaudindo o fechamento do Partido Comunista. Este, que se tornara legal em 1946, e elegera grandes bancadas estaduais e federal, voltava assim à ilegalidade. O Partido só conhecera pequenos períodos de vida legal: 1922, 1927 e 1946-1947. A medida do governo Eurico Gaspar Dutra leva os comunistas a uma situação de aparente aniquilamento, o que é aplaudido pelas classes industriais brasileiras.

O trecho é tirado da brochura do mesmo nome, pp. 3-5.

34) *Necessidade de Formação de Lideranças*, título dado por nós, é parte do discurso inaugural da fundação da Escola Livre de Sociologia e Política de S. Paulo. A idéia da formação de faculdades destinadas à formação de uma elite intelectual é velha e vem do século XIX. Porém, a retomada da idéia nasce com a nova geração das Ligas, nas décadas de 1910 e 1920. Júlio de Mesquita Filho, em *A Crise Nacional* (S. Paulo, seção de obras d’*O Estado de S. Paulo*, 1925), é exemplo da nova corrente. E as escolas pedagógicas que surgem em S. Paulo e Distrito Federal (década de 1920) também representam outro elo desta corrente. Na década de 1930, as fundações da Escola Livre de Sociologia e Política e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, respondem a este anseio.

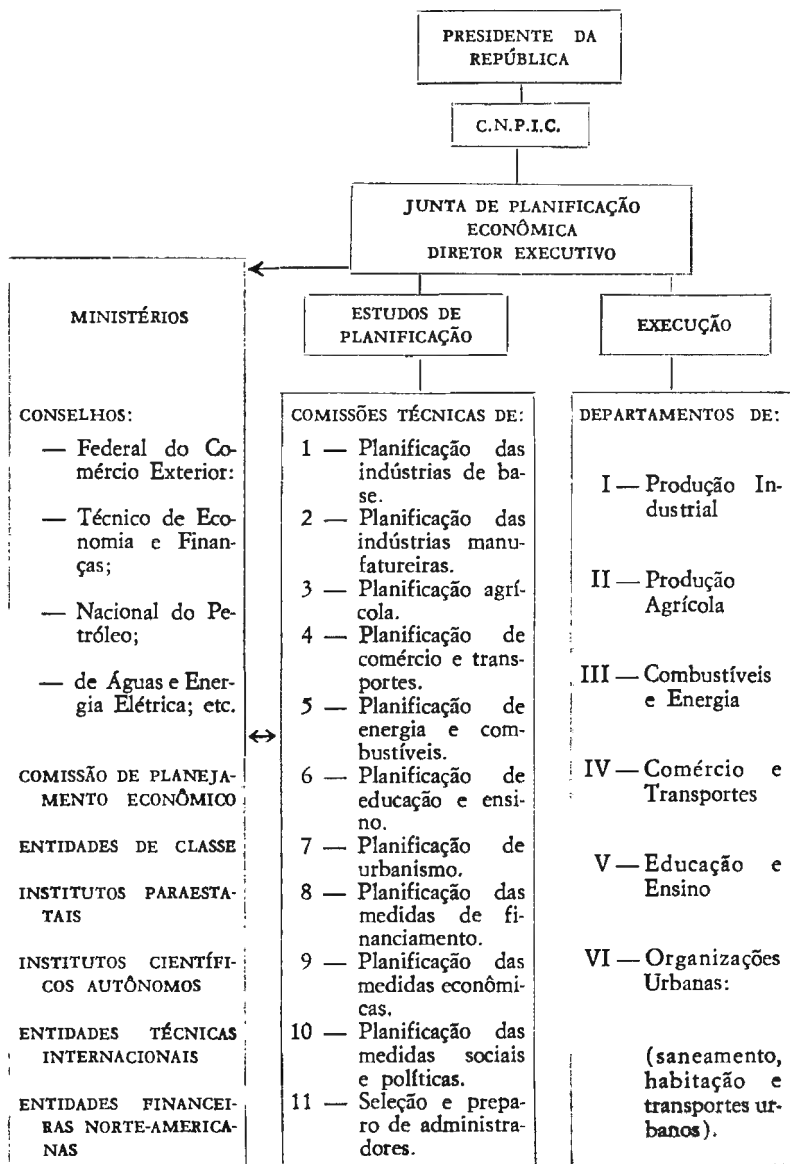
O texto é de 1933 e é tirado de *Rumo à Verdade*, pp. 5-7.

35) *Necessidade de Formação de Lideranças no Brasil*, título dado por nós, é texto também tirado de *Rumo à Verdade*, pp. 8-10.

36) *A Tarefa das Elites*, título dado por nós, é também parte de *Rumo à Verdade*, pp. 33-34.

37) *A Ilusão da Igualdade* é título dado por nós à palestra intitulada *Níveis de Vida e a Economia Nacional*. A conferência faz parte das Semanas de Ação Social no Brasil, de setembro de 1940. Está incluída em *Estudos Sociais, Políticos e Econômicos*, pp. 158-173.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA INDUSTRIAL E COMERCIAL
 PLANIFICAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA



BIBLIOGRAFIA DE ROBERTO C. SIMONSEN

- The Meat & Cattle Industry of Brazil: its Importance to Anglo-Brazilian Commerce.* London, Industrial Publicity Service, 1919.
- O trabalho moderno.* São Paulo, Seção de Obras do "Estado", 1919.
- Orientação industrial brasileira.* Discurso proferido na inauguração do Centro das Indústrias do Estado de S. Paulo. São Paulo, Escolas Profissionais do Liceu Coração de Jesus, 1928.
- As crises no Brasil: outubro de 1930.* São Paulo, São Paulo Editora Ltda., s.d.
- As finanças e a indústria.* Conferência realizada no Mackenzie College, em São Paulo, a 8 de abril de 1931, São Paulo, São Paulo Editora Ltda., [1931].
- A construção dos quartéis para o exército.* São Paulo, s.c.p., 1931.
- A margem da profissão.* São Paulo, São Paulo Editora Ltda., [1932].
- Rumo à verdade.* Discurso oficial na fundação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, a 27 de maio de 1933. São Paulo, São Paulo Editora Ltda., 1933.
- Ordem econômica, padrão de vida e algumas realidades brasileiras.* São Paulo, São Paulo Editora Ltda., 1934.
- Aspectos da política econômica nacional.* Discurso pronunciado na Câmara Federal dos Deputados, em 11 de setembro de 1935. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1935.
- História econômica do Brasil (1500/1820).* São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1969, 6.ª edição. (Brasiliense, Grande Formato, volume 10).
- "Possibilidades da expansão industrial brasileira". Parecer apresentado ao Conselho Federal de Comércio Exterior. Rio de Janeiro, Jornal do Comércio, 1937.
- A indústria em face da economia nacional.* São Paulo, Revista dos Tribunais, 1937.
- "Saudação ao menor que trabalha". Proferida ao microfone da P.R.B.-6 Rádio Cruzeiro do Sul, a 17 de outubro de 1939. S.n.t.
- A evolução industrial do Brasil.* Memorando preparado a convite do Conselho Federal de Comércio Exterior, especialmente para a Missão Universitária Norte-Americana, em visita ao Brasil. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1939.

- “Aspectos da história econômica do café”. Separata da Revista do Arquivo, n.º LXV. São Paulo, 1940.
- Níveis de vida e a economia nacional*. São Paulo, s.c.p., 1940.
- “As indústrias e as pesquisas tecnológicas”. Discurso na solenidade inaugural da IV Reunião da Associação de Normas Técnicas realizada a 13 de outubro de 1941, na sede do Instituto de Engenharia de São Paulo. São Paulo, FIESP, 1941.
- “Ensaio sociais, políticos e econômicos”. São Paulo, FIESP, 1943.
- “Elos da indústria”. Quatro discursos pronunciados em junho de 1944. São Paulo, FIESP, 1944.
- A planificação da economia brasileira*. Parecer apresentado ao Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, em 16 de agosto de 1944. São Paulo, São Paulo Editora S/A, 1952.
- A engenharia e a indústria*. São Paulo, s.c.p., 1945.
- Roosevelt*. Discurso pronunciado no Teatro Municipal, a 14/4/1945, nas comemorações do dia Panamericano. São Paulo, Edigraf, 1945.
- “A indústria e seus problemas econômicos e sociais”. Discursos pronunciados por ocasião da solenidade de instalação da 5.ª Feira Nacional da Indústria. São Paulo, FIESP, 1945.
- O problema social no Brasil*. Discurso pronunciado a 25 de julho de 1946, em São Paulo, na instalação do 1.º Conselho Consultivo do SESI. São Paulo, s.c.p., 1947.
- “As atividades do Serviço Social da Indústria no Estado de São Paulo”. Relatório apresentado ao Conselho Regional do SESI, em 2 de maio de 1947. São Paulo, SESI, 1947.
- As classes produtoras do Brasil e o Partido Comunista*. Discurso proferido na sessão do dia 2 de junho de 1947, no Senado Federal. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1947.
- Recepção de Roberto Simonsen na Academia Brasileira de Letras, em outubro de 1946*. Discurso do recipiendário e resposta de José Carlos de Macedo Soares. São Paulo, s.c.p., 1947.
- O Plano Marshall e um novo critério nas relações internacionais*. Conferência pronunciada no Clube Militar, no Rio de Janeiro, a 28 de abril de 1948. Rio de Janeiro, s.c.p., 1949.
- Direito internacional social*. Rio de Janeiro, 11 de maio de 1948.